
**REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DO MARANHÃO**

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão / Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. n. 47 (2021)-. – São Luís: EDUEMA, 2021.
403 p.

Semestral
ISSN: 1981-7770

1. História do Maranhão. 2. Geografia do Maranhão. I. Título.

CDU: 9(812.1)(051)



INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MARANHÃO - IHGM
DIRETORIA DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO
VOL. 95, Nº 47

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MARANHÃO

São Luís – MA





INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MARANHÃO – IHGM
DIRETORIA DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO
VOL 95, Nº 47

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MARANHÃO
403 PÁGINAS JULHO 2021

@ by INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MARANHÃO – IHGM

QUALQUER PARTE DESTA PUBLICAÇÃO PODE SER REPRODUZIDA,
DESDE QUE CITADA A FONTE.

TODOS OS DIREITOS DESTA EDIÇÃO ESTÃO RESERVADOS AO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MARANHÃO.

**INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DO MARANHÃO – IHGM**

EDITOR RESPONSÁVEL

IRAN DE JESUS RODRIGUES DOS PASSOS
REGISTRO Nº 0000637/MA

PRESIDENTE

José Augusto Silva Oliveira - j.augusto@elointernet.com.br

VICE-PRESIDENTE:

Euges Silva de Lima
eugeslima@gmail.com

1º. SECRETÁRIO:

Maria Goretti Cavalcante de Carvalho
goretticavalcante2008@yahoo.com.br

2º. SECRETÁRIO:

Antônio Guimarães de Oliveira
dakotasescritor@gmail.com.br

1º. TESOUREIRO:

José Bello Salgado Neto - bellosalgado61@gmail.com

2º. TESOUREIRO:

Josiel Ribeiro Ferreira - ferreira_josiel@zipmail.com.br

DIRETOR DE PATRIMÔNIO:

Francarlos Diniz Ribeiro - francarlosd@bol.com.br

DIRETOR DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO:

Iran de Jesus Rodrigues dos Passos
iranjrpassos@gmail.com

CONSELHO FISCAL - TITULARES

Célio Githay Vaz Sardinha - anahsardinha@ibest.com.br
Arthur Almada Lima Filho - ihgc.cx@hotmail.com
Josefa Ribeiro da Costa - 3235-2062 / 98876-5032

CONSELHO FISCAL - SUPLENTES

Ronald Pereira dos Santos - ronps67@yahoo.com.br
José Ribamar de Sousa Almeida
josealmeida.icatu@hotmail.com
Raul Eduardo de Canedo Vieira da Silva
3222-6660 / 99902-7717

CONSELHO EDITORIAL

Iran de Jesus Rodrigues dos Passos – presidente
Aldy Mello de Araújo – membro
Dilercy Aragão Adler – membro
José Bello Salgado Neto – membro
Antônio José Noberto da Silva – membro

SÓCIOS EFETIVOS

Dilercy Aragão Adler
Francarlos Diniz Ribeiro
João Batista Ericeira
Ana Livia Bomfim Vieira
Raimundo Nonato Serra Campos Filho
Ruy Palhano Silva
Sanatiel de Jesus Pereira
José Ribamar de Sousa Almeida
Antônio Guimarães de Oliveira
Edmilson Sanches
Manoel dos Santos Neto
Natalino Salgado Filho
Felipe Costa Camarão
José Marcelo do Espírito Santo
José Marcio Soares Leite
Paulo Eduardo de Sousa Pereira
Maria Goretti Cavalcante de Carvalho
Clores Holanda Silva

Célio Gitahy Vaz Sardinha
Elimar Figueredo de Almeida Silva
José Augusto Silva Oliveira
Euges Silva de Lima
Jhonatan Uelson Pereira Sousa de Almada
Elizabeth Sousa Abrantes
Cleones Carvalho Cunha
Maria Hélia Cruz de Lima
Assir Alves da Silva
Raimundo da Silva Costa
Abianci Alves de Melo
Edna Maria de Carvalho Chaves
Ronald Pereira dos Santos
Cristiano de Lima Vaz Sardinha
Terezinha de Jesus Almeida Silva Rêgo
José Jorge Leite Soares
Pe. João Dias Rezende Filho
Ana Luiza Almeida Ferro
Madalena Martins de Sousa Neves
Francisco Roberto Brandão Ferreira
Raimundo Nonato Palhano Silva
Leopoldo Gil Dúlcio Vaz
Raul Eduardo de Canedo Vieira da Silva
Antônio José Noberto da Silva
José Bello Salgado Neto
Aldy Mello de Araújo
Maria Esterlina Mello Pereira
Joaquim Elias Nagib Pinto Haickel
Marcio Augusto Vasconcelos Coutinho
Josiel Ribeiro Ferreira
Iran de Jesus Rodrigues dos Passos
Yuri Michael Pereira Costa
Joseh Carlos Araújo
Jadson Passinho Gonçalves
Josefa Ribeiro da Costa
Diogo Guagliardo Neves
Arthur Almada Lima Filho
Washington Luís Maciel Cantanhede
Elizabeth Pereira Rodrigues
Raimundo Gomes Meireles

Sumário

Apresentação

Artigos

- SUBSÍDIOS À HISTÓRIA DAS ANTIGAS VILAS DE NOSSO SENHOR DO BOMFIM DA CHAPADA E SANTA CRUZ DA BARRA DO CORDA..... 15
Raimundo da Silva Costa
- A FUNDAÇÃO DE SÃO LUÍS PELOS FRANCESES E O MITO PORTUGUÊS DAS ORIGENS DA CIDADE.....24
Ana Luiza Almeida Ferro
- SENDO HOLISTICAMENTE CARLOS CUNHA: da boca do inferno ao Caçador da Estrela Verde.....50
Dilercy Aragão Adler
- A IMPORTÂNCIA DAS FORÇAS ARMADAS PARA A DEMOCRACIA: Premissa basilar mantenedora do Estado Democrático de Direito e da Cidadania.....67
Célio Gitahy Vaz Sardinha
Maria Hélia Cruz de Lima
Cristiano de Lima Vaz Sardinha
- A HERMENÊUTICA DA JUSTIÇA NA FILOSOFIA GREGA ANTIGA.....75
Cristiano de Lima Vaz Sardinha
- CATARINA MINA: um fio invisível no tecer da história, uma mulher negra e escrava tecendo história no Maranhão, na segunda metade do século XIX.....92
Edna Maria de Carvalho Chaves
- A DRENAGEM URBANA DE SÃO LUÍS: Políticas Públicas efetivas no Controle das Enchentes, Inundações e Alagamentos.....108
José Bello Salgado Neto

OS 40 ANOS DA GREVE ESTUDANTIL PELA MEIA PASSAGEM EM SÃO LUÍS (1979).....	135
Elizabeth Sousa Abrantes	
O FLÂNEUR E A GEOPOESIA DE “POR ONDE DEUS NÃO ANDOU”, DE GODOFREDO VIANA.....	144
Regilane Barbosa Maceno	
O MITO FUNDANTE DO CENTRO DO ZÉ DOCA: apontamentos e reflexões.....	156
Mailson Martinho	
CONGRESSO INTERNACIONAL DOS 400 ANOS DA PRESENÇA AÇORIANA NO MARANHÃO.....	191
José Ribamar de Sousa Almeida	
DESAFIOS E REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO CENÁRIO DA PANDEMIA: O CONTEXTO DO BRASIL E DO MARANHÃO.....	200
Elizabeth Pereira Rodrigues	
O MARANHÃO DE ANTÔNIO VIEIRA.....	216
Aldy Melo de Araújo	
O POEMA DE CORDEL: a literatura como registro de uma situação factícia.....	231
Iran de Jesus Rodrigues dos Passos	
O TESOURO DE TUTÓIA E AS AVENTURAS DE ERNESTO RIVERA.....	246
Euges Lima	
ARTIGO DE OPINIÃO - TAMBOR DE CRIOLA.....	250
Edson Santana	
MISSIONÁRIOS DA COMPANHIA DE JESUS DO MARANHÃO SÉCULO XVIII.....	255
Gilmar Pereira Silva	
MINHA HOMENAGEM AOS NOVENTA ANOS DO IHGM.....	258
Eneida Vieira da Silva Ostria de Canedo	

Discursos

DISCURSO DE POSSE DE ASSIR ALVES DA SILVA.....	275
DISCURSO DE CLEONES CARVALHO CUNHA POR OCASIÃO DE SUA POSSE NA CADEIRA Nº 25, PATRONEADA POR CELSO TERTULIANO DA CUNHA MAGALHÃES.....	289

DISCURSO DE CRISTIANO DE LIMA VAZ SARDINHA POR OCASIÃO DE SUA POSSE NA CADEIRA DE Nº 32, PATRONEADA POR DR. ACHILES DE FARIA LISBOA.....	304
DISCURSO DE POSSE DO PADRE JOÃO DIAS REZENDE FILHO NA CADEIRA Nº 35, PATRONEADA POR DOMINGOS DE CASTRO PERDIGÃO.....	308
DISCURSO DE POSSE E APRESENTAÇÃO DO PATRONO DE JOSÉ BELLO SALGADO NETO, PARA OCUPAR A CADEIRA N. 44 DE TEMÍSTOCLES DA SILVA MACIEL ARANHA, NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MARANHÃO, EM 16/03/2018.....	323
DISCURSO PROFERIDO PELA CONFREIRA EDNA MARIA DE CARVALHO CHAVES EM HOMENAGEM AO SEU PATRONO PROF. JUSTO JANSEN FERREIRA CADEIRA Nº 30.....	331
DISCURSO DE POSSE NO IHGM - YURI COSTA.....	336
DISCURSO DE POSSE DA PROFESSORA MARIA GORETTI CAVALCANTE DE CARVALHO NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MARANHÃO.....	345
DISCURSO DE POSSE DE DIOGO GUALHARDO NEVES.....	355
DISCURSO DE RECEPÇÃO AOS PROFESSORES JOSÉ BELLO SALGADO NETO E IRAN DE JESUS RODRIGUES DOS PASSOS, COMO SÓCIOS EFETIVOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MARANHÃO – IHGM [16/03/2018].....	358
DISCURSO DE POSSE DE IRAN DE JESUS RODRIGUES DOS PASSOS NA CADEIRA 50 DO IHGM.....	367
DISCURSO DE NATALINO SALGADO EM RECEPÇÃO AO PE. JOÃO DIAS REZENDE FILHO.....	375
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MARANHÃO: Discurso de Posse Francisco Roberto Brandão Ferreira.....	383
DISCURSO DE SANATIEL DE JESUS PEREIRA POR OCASIÃO DE SUA POSSE NA CADEIRA DE Nº 7, PATRONEADA POR DOM JOÃO DE SOUSA FERREIRA.....	387
DISCURSO DE POSSE NA PRESIDÊNCIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MARANHÃO JOSÉ AUGUSTO SILVA OLIVEIRA.....	395
OS 95 ANOS DE FUNDAÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MARANHÃO IHGM.....	399

Apresentação

Apresenta-se, aos sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão – **IHGM**, doravante denominado **IHGM**, e à sociedade em geral, o número 47 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão*. Por oportuno, agradece-se o empenho denodado do Presidente do **IHGM**, Professor José Augusto Silva Oliveira, com vistas à materialização da revista ora trazida a público.

Agradece-se, também, aos membros do Conselho Editorial da Instituição. Sem a participação deles, no caso os sócios Aldi Melo, José Bello Salgado, Antônio Noberto, Dilercy Adler e Iran dos Passos, cujas desenvoltura e agilidade na produção editorial da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão* foram de natureza ímpar posto que a publicação de periódico científico-cultural exige esforço muito grande.

Em se tratando de agradecimento, não se poderia deixar de lado a Universidade Estadual do Maranhão – **UEMA**, na pessoa do Reitor dela, o Professor Doutor Gustavo Pereira da Costa, cuja compreensão de uma revista científico-cultural é a possibilidade dela constituir espaço de publicação e de divulgação de artigos como comunicação de ideias.

Nesse sentido, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão* que ora vem a público traz, em suas páginas, a socialização do conhecimento por parte dos integrantes do **IHGM** e de outras instituições, considerando que a Chamada Pública da presente edição contempla essa possibilidade.

Nominar, nesta apresentação, os artigos incluídos no número 47 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão* não constitui tarefa fácil. Aconselha-se, então, ao leitor uma consulta ao sumário.

BOA LEITURA



Artigos

SUBSÍDIOS À HISTÓRIA DAS ANTIGAS VILAS DE NOSSO SENHOR DO BOMFIM DA CHAPADA E SANTA CRUZ DA BARRA DO CORDA

Raimundo da Silva Costa¹

Por ocasião das comemorações dos 205 anos da chegada do bandeirante e Alferes Antonio Francisco dos Reis, em 1811, ao Porto da Chapada, atual Grajaú, houve de minha parte um despertar de curiosidade intelectual para a importância do resgate da História e da memória dessa região do Alto Sertão maranhense.

Imbuído desse espírito de resgate e reconstituição histórica é que me deparei com a grata e honrosa satisfação de envidar esforços no afã de descobrir nossas raízes sertanejas.

Ainda no ano de 2011 iniciei pesquisas nos arquivos da Diocese de Grajaú, situada no antigo bairro da Cidade Alta, em nosso glorioso Grajahú antigo.

Fiquei deveras extasiado em tão rico acervo, e bem por isso, através de pesquisas avulsas acabei por descobrir e trazer à luz da presente época acontecimentos e registros riquíssimos para a memória de nosso grandioso Grajaú e porque não dizer para o nosso Alto Sertão Grajaú-mearinense até agora esquecido pelas autoridades estaduais, se bem que o Grajaú de outrora representava uma alta importância no cenário regional, diga-se, ainda no século XIX Militão Bandeira Barros – que era juiz de paz da Vila de Nosso Senhor da Chapada elevou o nosso Grajaú a uma alta posição na região Sul da província do Maranhão, tendo sido ele uma figura pública de elevado cultivo intelectual, inclusive tendo fundado a “Roda de Amigos” - célebre confraria literária - com outros homens amantes das letras, como bem salientou Carlota Carvalho e/ou, Parsondas de Carvalho? na admirável obra “O Sertão”.

¹**Raimundo da Silva Costa**, professor concursado com Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, advogado militante, com Bacharelado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Pós-Graduado em Direito Processual Civil, MBA em Gestão Pública e Gerência de Cidades e MBA em Direito e Marketing Eleitoral e MBA em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal, todos pelo Grupo Educacional UNINTER. É Membro efetivo da Academia Grajauense de Letras e Artes – AGLA Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. É Assessor de Articulação Regional de Grajaú, cargo ligado à SECAP – Secretaria de Comunicação e Assuntos Políticos, do Governo do Maranhão.

Porque não lembrar Leão Rodrigues de Miranda Leda, aquele arrojado político liberal celebrizado nas ricas passagens geográficas de nosso Alto Sertão, esse homem denodado que foi vítima das piores perseguições políticas jamais vistas, à exemplo da implacável perseguição oficial de parte do pseudo-estadista Benedito Leite – que me perdoe postumamente o desbragado Pedro Braga Filho, em seu discurso por ocasião do centenário de nascimento de Benedito Leite, em 1957, proferido na Câmara dos Deputados, onde se lê à pág. 80, da obra organizada por Fernando Braga, a saber: Memorial Pedro Braga Filho: “*Nenhum político enfeixou tanto poder em suas mãos como fez Benedito Leite, mas longe de usá-lo em detrimento dos legítimos interesses do povo maranhense, pregava a concórdia, a tolerância, a justiça e a ordem, como um verdadeiro sacerdote do bem*”.

Pois, a bem da verdade histórica, Carlota Carvalho já denunciava as práticas políticas anti-republicanas de Benedito Leite desde 1898, no jornal “A Pacotilha”, periódico do antigo Diários Associados, de propriedade do magnata Assis Chateaubrian.

De volta às minhas buscas pela memória histórica do nosso Grajaú de antanho, tive o prazer de encontrar nos arquivos da Cúria Diocesana da antiga Prelazia de São José do Grajaú, o assento de casamento e núpcias do bravo Leão Leda, no Livro de Casamentos(1861-1889), às fls. 105-106 e/ou 44-45, onde se lê:

*“Aos vinte e sete dias do mez de Abril do anno de mil oitocentos setenta e trez, em caza da residencia do Revendº Vigario, servindo de matriz desta Freguesia do Senhor do Bomfim da Villa da Chapada, pelas oito horas da manh, feita as denunciações na forma do Sagrado Concílio Tridentino sem se descobrir impedimento, em minha presença e das testemunhas os Alferes Ireneo José d’ Andrade e Damaso Craveiro Ferraz se receberam em matrimônio **Leão Rodrigues de Miranda Leda**, com Virginia de Mello Albuquerque, o contraente filho legítimo de Antonio Rodrigues de Miranda Leda e de Leocádia dos Reis Moreira Leda e natural desta mesma Freguesia do Senhor do Bomfim da mesma Villa, e a contraente filha legitima de Manoel de Mello Albuquerque e de Maria de Araújo Mello, natural da Freguesia da Barra do Corda, e ambos moradores nesta mencionada Freguesia e para constar mandei fazer este assento em que assino.” (...)*

Nos esclareceu Maria Cléia, - que é parenta por afinidade do liberal Leão Leda e nossa confreira-correspondente - em reunião dos membros da Academia Grajauense de Letras e Artes que os descendentes do bravo sertanejo organizam todo ano um “Encontro da Família Leda” e,

a despeito de haverem procurado em arquivos de cartórios, não tinham encontrado registros sobre o seu enlace matrimonial. Diante do fato de, como humilde curioso termos revelado tão importante registro matrimonial creio ter contribuído para o resgate histórico dessa ilustre família grajauense e sertaneja.

Perambulando pelas prateleiras empoeiradas daqueles importantíssimos arquivos da referida Cúria, me deparei com um livro que o considero raríssimo e de mais alto valor histórico para a perenidade da memória da antiga Vila de Nosso Senhor do Bonfim da Chapada. Trata-se de o Livro nº 2, porém entendendo ser aquele documento o Livro nº 1, de Casamentos, o primeiro na ordem cronológica de todos os livros de matrimônios da História de Grajaú, compreendendo o aludido exemplar o lapso temporal entre 1836 a 1856.

Ora, o povoado e freguesia de São Paulo do Norte(1817), nome dado ao antigo Porto da Chapada(1811) deu lugar à nova Villa de Nosso Senhor do Bonfim da Chapada, sob a égide de Lei Provincial, datada de 29 de abril de 1835. Nas páginas indelévels de tão raríssima e bela obra, escrita a bico de pena em caligrafia rebuscada e erudita dos amanuenses e escrivães sacros da época do Período Regencial Brasileiro(1831-1840), pois o Segundo Reinado só viria a iniciar-se com a maioria do Príncipe Regente, sob o título imperial de D. Pedro II, aos 15 anos de idade.

Observa-se que no dito Livro nº 1, de Casamentos, da antiga paróquia, já existiam os registros de casamentos, em época anterior à Balaiada (Rebelião ocorrida na Província do Maranhão entre 1838 e 1841).Pois bem, encontra-se nesse precioso livro paroquial o registro do matrimônio de um filho do Capitão-de-Campo Antonio Francisco dos Reis, senão vejamos, ips litteris:

*“Aos doze dias do mez de agosto do anno mil oitocentos e trinta e sette na fazenda da Bacaba o Rdo Pe Manoel Pes: Botelho p: minha ordem recebeo em leg.mo Matrimonio ao Alfêres **Felix Sabino dos Reis** desta Freg.a e filho leg.mo do Cap: m Antonio Francisco dos Reis e sua m: er Maria Ignácia com Jozefa Maria filha leg.ma de Fran.co de Carvalho de Azevedo e sua m.er Damiana Gomes Ferreira, e sendo testemunhas Raimundo Alz. Dos S.tos e Francisco José dos S.tos.*

*Dep.is p.a constar fiz este assento.
O Vig.: Antonio do Rozario*

Passaram-se cinco anos para que, neste momento, registremos e publiquemos esse “singelo achado histórico” ao qual reputo do mais alto valor memorial para a nossa preservação perpétua de nossa identidade cultural, proporcionando um rico acervo para as gerações futuras de grajauenses e pesquisadores diletantes, científicos e acadêmicos.

Desse registro, ora relatado, resta um flagrante indício de que Antonio Francisco dos Reis e seus ancestrais habitavam as cabeceiras do Rio Mearim, Neves e Grajaú, importando afirmar que a fazenda Capotes, nas imediações da antiga Serra do Negro – atual Serra Negra – de acordo com Francisco de Paula Ribeiro, na obra “Descrição do Antigo Sertão de Pastos Bons”, publicada em 1819, constando que a referida propriedade dormia às margens do riacho Capotes, um pequeno córrego que este amanuense que vos escreve teve conhecimentos de que existia, nas proximidades do Rio Macapá, no antigo povoado de “Canto dos Currais”, antiga povoação fundada pelo, quiçá, descendente do pioneiro, militar e sertanista português que esteve nestas plagas sertanejas na primeira quadra do Séc. XIX, pois este legou ao “coronel” Renato de Paula Ribeiro, político ainda vivo, contando uns 90 e poucos anos de idade, o qual foi eleito vereador na década de 1970, e tendo sido eleito o 1º prefeito de Nova Colinas, desmembrado do município de Fortaleza dos Nogueiras, em 1994, este por sua vez emancipado politicamente em 1960, do antigo e memorável Riachão – velha povoação às márgens do Ribeirão da Lapa – desde os idos tempos de 1862, na batuta do fazendeiro e pioneiro Elias Barros – o patronímico, apelido de família Paula Ribeiro . Registre-se que Francisco de Paula Ribeiro confeccionou um mapa de todo o “Sertão de Pastos Bons”, onde neste percebe-se a exatidão geográfica da fazenda Capotes, de propriedade do Alferes de Campo, Antonio Francisco dos Reis, homem de visão voltada à grandeza do Sertão, nas palavras do poeta grajauense Sálvio Dino, em sua obra “Raízes Históricas do Grajaú”, publicada em 1985, pela editora Sioge/MA.

Em outra oportunidade, me debruçarei detidamente sobre a colonização das cabeceiras dos rios Grajaú, Mearim e Neves, porém, por ora, farei questão de registrar um dado altamente alvissareiro: Félix Sabino dos Reis, filho do pioneiro do Porto da Chapada, casou-se, como dito, no ano de 1838, na fazenda Bacaba, exatamente nas encostas da majestosa Serra Negra, tudo de acordo com o citado mapa de Paula Ribeiro, haja vista que, embora existam hordiernamente vários locais denominados por “Bacaba“, nas fraldas da dita Serra, convém consignar-se que à época do referido mapa constava apenas um lugar chamado Bacaba, por sinal tendo este humilde escriba, visitado ”in loco”, aquela antiga Fazenda, hoje conhecida por “Bacaba Velha”, bem perto da Fazenda Poço, pertencente, nos dias presentes aos herdeiros do antigo criador de gado e político João da Mata e Silva, um dos pioneiros da povoação de Formosa, lugarejo iniciado e colonizado nos princípios da década de 1960, onde fora construído um “Grupo Escolar” no ano de 1964, pelas mãos do mestre de obras Tolentino

Pereira Carvalho - de saudosa memória - obra inaugurada na administração do prefeito de Grajaú de então, Carlos de Barros Neto, sobrinho-neto do saudoso fazendeiro Salomão Barros, homem de grande vulto do passado menos remoto do glorioso Grajaú.

A bem da verdade, a descendência do bandeirante e alferes Antonio Francisco dos Reis, fundador do Porto da Chapada, em março de 1811, como afirma Capistrano de Abreu, em sua magistral obra, “Caminhos Coloniais,” publicada em 1906 e Francisco de Paula Ribeiro em sua “Descrição, op. Cit. de 1819, está disseminada nos arredores da Serra Negra, com a profusão do patronímico Reis no atual município de Formosa da Serra Negra, podendo-se observar e confirmar estas afirmações nas listas de batismo, da Paróquia local, nos assentos de casamentos do Cartório de Registro Civil, e Cartório de Imóveis da comarca de Grajaú, bem como no Cartório do Ofício Único daquele município, cuja serventia foi fundada no ano de 2009, além das relações de matrículas escolares na rede pública Municipal.

A título de ilustração, frise-se que eu, o amanuense que rabisca estas letras posso ser descendente direto do alferes Antonio Francisco dos Reis.

Minha avó materna Francisca Maria da Silva, nascida em 1913, nas fraldas da Serra Negra, era neta em linha materna de Clemência Jorge dos Reis, esposa do criador de gado Francisco Sabino dos Reis, meu bisavô paterno, e, levando em conta que Pedro Sérgio da Silva, nasceu em 1880, e era casado com Maria Francisca Jorge dos Reis, filha de meu trisavô (ou tataravô) Francisco Sabino dos Reis, o “Chicão”. Pesquisando os arquivos antigos do cartório de Imóveis da comarca de Grajaú, encontrei a escritura de uma área de terras registrada em nome do velho Chicão, como era conhecido e lembramos desse cognome até os dias de hoje na família á qual pertenço, datado de 1892, do lugar Papagaio, tendo adquirido esta área por compra feita a Silvério Rodrigues de Araújo, este criador de gado e pertencente ao Clã dos Rodrigues, ao qual tenho orgulho de incluir-me genealogicamente. Silvério Jose Rodrigues era irmão ou primo do inesquecível, estimado e grandioso magistrado e político sertanejo Emiliano Jose Rodrigues, juiz municipal de Grajaú de 1870 a 1876, segundo juiz de Direito de Imperatriz a partir do ano de 1882, passando a judicar também em Barra do Corda, sua terra natal.

Através de pesquisas que ora realizei no Arquivo Público do Estado do Maranhão, bem como na Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado dei conta de que o Dr. Emiliano José Rodrigues, foi, além de juiz, também deputado Provincial nas legislaturas de 1884 em diante, tendo chegado a ser eleito vice-presidente da Assembléia Provincial do Maranhão ainda ao tempo do Império Brasileiro, como podemos observar

na valiosa obra “História da Assembléia Legislativa do Maranhão”, escrita pelo notável desembargador e acadêmico Milson Coutinho.

Emiliano José Rodrigues é citado também em várias obras, tais como: “Barra do Corda na História do Maranhão” de autoria do intelectual e político cordino Galeno Brandes; “O Sertão”, da autoria de Carlota/Parsondas de Carvalho; “Eu Imperariz”, escrito pela professora Alzenira Barros; bem como consta seu nome na obra clássica e memorável História da Faculdade de Direito do Recife, de autoria do civilista Clóvis Bevilacqua, sendo aquela a escola de Direito pela qual o Dr. Emiliano bacharelou-se no ano de 1868. Infelizmente nessa obra não se encontra nenhum registro de sua atuação jurídica e política de relevo. Por sinal, na antiga Província do Maranhão há uma lacuna a ser preenchida, sem dúvida, nas próximas edições póstumas dessa rara obra. O Sertão Maranhense, através do Clá dos Rodrigues, do qual o Dr. Emiliano adveio por nascimento tem raízes fincadas na região da Serra Branca, no município de Barra do Corda, próximo à Reserva dos Porquinhos, extensa região povoada pelos índios Kanela do tronco lingüístico Timbira. Vale ressaltar, entretanto, que desde 1813, Izidoro Rodrigues de Araújo - parente bem próximo do Dr. Emiliano – adquiriu uma vasta área de terras, das nascentes do rio Neves na Serra da Croeiras, no antigo território do Riachão, inclusive descendo terra abaixo até os lugares Santarém e Papagaio, de acordo com Cândido Mendes Ribeiro, na belíssima obra “A Carolina“, publicada em 1852, onde esse brilhante parlamentar brasileiro faz uma radiografia completa do Sertão de Pastos Bons de outrora, mormente no que se refere à delimitação definitiva dos limites entre as províncias de Goiás e do Maranhão, em demarcações concluídas no ano de 1816, ainda na Colônia, porém recém elevado à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves, em 1815!

Entrementes, há que se consignar que a origem ibérica do gentílico Rodrigues ocorre na região de Santarém, em Portugal, com direito ao brasão da terra de Luis de Camões.

A propósito, em artigo por mim escrito, intitulado “As Trincheiras da Carolina dos Moreiras”, omiti a informação no sentido de que dona Juliana Barros, que era casada com José Rodrigues, irmão biológico e assessor do notável juiz e político Dr. Emiliano José Rodrigues, adquiriu a Fazenda Carolina, então propriedade dos descendentes da família Moreira, em 1939. Atualmente, é digno de nota que essa propriedade nomina a data “Carolina dos Rodrigues”, para efeitos de divisão e sub divisão de glebas, haja vista que a demarcação das divisas desta data de terras só veio a ocorrer a partir da década de 1960, com área localizada no atual município de Formosa da Serra Negra, localizando-se há 12 km da sede daquele

município, sendo esta área banhada pelas águas do alto Rio Mearim, distando algumas dezenas de quilômetros para as suas nascentes.

Trago à baila, de ora em diante tomado de satisfação, um fato que me regozijo, principalmente por se tratar de um “achado” histórico, nos profícuos e empoeirados arquivos físicos na sede da Cúria, da prelazia de São Jose de Grajaú, fundada em 1922, pelo Papa Pio XI.

Trata-se de dois exemplares originais de assentos de óbitos da antiga Vila de Santa Cruz da Barra do Corda. Tais livros pertencem ao acervo diocesano de Grajaú, porém, os dois exemplares em referência, trazem à tona um recuo no tempo, dando-nos um panorama da vida social e religiosa daquela Vila, ora fundada pelo pioneiro Manoel Rodrigues de Mello Uchoa, cearense de Fortaleza, o qual em 1835 tendo ele descido pelas cabeceiras do rio Capim/Corda/kanela e se instalado no encontro dos rios Mearim e Corda, onde o Sr. “Manoel Cearense”, como era conhecido, descansou nas sombras de um Pé de Sapucaia. Ocorre que às fls. 3 e 3-verso daquele antigo Livro de Óbitos da velha Freguesia de Santa Cruz da Barra do Corda, deparei-me com o assento de óbito do célebre bandeirante, aventureiro e paruara Manoel Rodrigues de Mello Uchôa, o qual faleceu em 30 de setembro de 1862, com 70 anos de idade. Daí, depreende-se, logicamente, que aquele valente pioneiro nascera em 1792, na capital da antiga província do Ceará.

Às folhas 3 e 3-verso, lê-se, *ipsis litteris*:

*“Aos trinta de setembro de mil oitocentos e sessenta e dois, no Cemitério público desta Villa sepultou-se à **Manoel Rodrigues de Mello Uchôa**, casado, tendo de idade setenta anos, faleceu Idosfasia no peito, foi involto em hábito preto; foi incomendado e sua incomendação foi rezada; natural da Província do Ceará; a seguir fiz este assento”*

Pe. Antonio Silvério de Moura

A senhora Alda, viúva do imortal Galeno Brandes, falou-me por telefone que seu marido, quando ainda em vida, disse-lhe que havia procurado bastante por dados sobre o falecimento do valoroso fundador da Vila de Santa Cruz da Barra do Corda. Porém, a despeito de ter pago um jovem auxiliar para empreender tais buscas, não obtivera êxito.

Naquele contato telefônico a simpática dona Alda informou-me que o acadêmico cordino e pesquisador Álvaro Braga poderia tê-lo encontrado no cartório de Registro de Pessoas Naturais da comarca de Barra do Corda. Porém, ao ligar para um amigo meu, o Dr. João Pereira Neto, juiz daquela Comarca este confirmou-me de plano que o cartório,

com jurisdição de Barra do Corda foi criado no ano de 1876, juntamente com a comarca daquela Vila, ou seja, após o falecimento do pioneiro fundador Manoel Rodrigues de Mello Uchôa.

Em seguida, mantive contato telefônico com o Sr. Álvaro Braga, ocasião em que confidenciou-me que não havia encontrado dados concretos sobre o óbito do fundador do lugarejo que deu origem à futura capital das idéias republicanas nos Altos Sertões maranhenses, no rincão cordino, no dizer de Dunshes de Abranches; e que viria a receber o epíteto de “Atenas Maranhense”, como no poema do cordino apaixonado Nonato Silva; e “Princesa do Sertão”, nos dizeres do talentoso acadêmico Rubens Milhomem.

Mourejando a leitura segura dos dois referidos Livros de Registros de Óbitos da antiga Freguesia e Villa de Santa Cruz da Barra do Corda, percebe-se o alto valor simbólico dessas peças escritas rebuscadas, barrocas. Ali, naquelas entrelinhas se percebe os altos índices de mortalidade infantil e altas taxas de mortes de adultos precocemente, de moléstias como o sarampo, coqueluche, tétano, hidrofasia do peito, garrotilho, estoporo, inflamação, espasmo, mordedura de cobra, tísica, diarréia e moléstias interiores, haja vista o registro de elevado percentual de falecimento de adultos entre 18 e 50 anos, no patamar de mais de 80% de todos os óbitos registrados naquela Villa de Santa Cruz, nos idos anos de 1854 a 1878, refletindo as péssimas condições de higiene, saneamento e, acima de tudo, a falta de prioridade em Saúde Pública, se bem que na época não existiam os avanços na Medicina e no desenvolvimento de medicamentos e vacinas. Para se ter uma idéia, temos como parâmetros alguns óbitos assentados nos vol. 1 e 2 que compreendem os períodos de 1854 a 1878.

“Em 1856, a Villa de Santa Cruz da Barra do Corda contava com apenas 57 casas residenciais, das quais 44 cobertas de palha e somente 13 feitas com alvenaria, contando ainda com 7 lojas e menos de 284 almas, das quais contava-se 42 escravos” conforme pesquisa de Eloy Carvalho Neto, em sua preciosa “Historia do Sul do Maranhão”.

Por último, convém consignar que no referido Livro de Óbitos no qual encontrei o registro de passamento do pioneiro da povoação da antiga Villa de Santa Cruz da Barra do Corda, me atentei para um fato curioso: existem muitas referências a uma povoação de nome Campo Largo, na qual pululam nesse livro registros de óbitos de pessoas influentes, bem como depreende-se que havia ali uma vila bastante florescente. Ao me dar conta deste fato curioso, qual seja a existência da citada povoação, lembrei-

me de conversa informal travada com o historiador Adalberto Franklin - um dileto pesquisador dos assuntos do antigo Sertão de Pastos Bons e membro da Academia Imperatrizense de Letras – onde este se referia à um tal Campo Largo, local em que nos idos das últimas décadas do Séc. XIX, ali habitara os pais de nada menos que Parsondas de Carvalho e Carlota Carvalho, ambos celebrizados como exímios historiadores e geógrafos do chamado Meio Norte e de toda a Amazônia Brasileira. A estes assim me refiro pelo fato de existirem obras que defendem cabalmente ser Parsondas, o verdadeiro autor da profunda e conscienciosa, e porque não dizer clássica e rara fonte de pesquisa sobre todo o sertão nortista – o esplêndido “O Sertão”, a grande obra dos sertões de Pastos Bons de outrora, numa visão voltada para a glória sertaneja.

A FUNDAÇÃO DE SÃO LUÍS PELOS FRANCESES E O MITO PORTUGUÊS DAS ORIGENS DA CIDADE

Ana Luiza Almeida Ferro¹

1. Considerações iniciais

São Luís, segundo evidenciam plenamente as fontes históricas, foi fundada pelos franceses Daniel de La Touche, idealizador da França Equinocial, e François de Razilly, autêntico “senhor da colônia” (PROVENÇAL, 2012, p. 68), em 1612.

A concepção de que os lusitanos, especificamente por meio de Jerônimo de Albuquerque, foram os fundadores da cidade de São Luís reflete um mito de origem, construído por uma historiografia, alimentada por relatórios, cartas e outros documentos da época colonial, repercutindo, após a expulsão dos gauleses, as posições, interesses e preocupações das elites políticas ibéricas (da metrópole) e dos segmentos sociais que as representavam ou as apoiavam no Maranhão, para os quais era necessário eliminar os traços da ocupação francesa promovida pelas letras e pelas armas na Ilha de São Luís de 1612 a 1615 e, simultaneamente, atribuir-lhe a pecha de invasão realizada por hereges (protestantes), em conflito com a vontade divina.

Este artigo pretende apresentar uma breve visão sobre o mito da “fundação” portuguesa de São Luís.

¹ Promotora de Justiça-MA, escritora, historiógrafa, poeta, conferencista internacional, professora e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP-MA), Doutora e Mestra em Ciências Penais (UFMG), Pós-Doutora em Direitos Humanos (Universidad de Salamanca, Espanha), Membro de Honra da Sociedade Brasileira de Psicologia Jurídica, membro da European Society of International Law (ESIL), da Academia Brasileira de Direito, da Academia Maranhense de Letras e de diversas outras instituições culturais, a exemplo do IHGM (Cadeira nº 36). Portadora do Diplôme supérieur d'études françaises (Université de Nancy II). Autora de vários livros, sobretudo de Direito Penal, História e poesias. Recebeu o Prêmio “Poesia, Prosa ed Arti figurative” (Itália, 2014, 2019), a Menção Honrosa do Prêmio Pedro Calmon 2014 (IHGB) e o Prêmio Literário Nacional PEN Clube do Brasil 2015 (Ensaio), estes últimos pelo livro 1612. E-mail: alaferro@uol.com.br.

2. Noção de mito

Eliade (2011, p. 11), na obra *Mito e realidade*, esclarecendo que o mito é uma “realidade cultural extremamente complexa, que pode ser abordada e interpretada através de perspectivas múltiplas e complementares”, e reconhecendo que não é fácil cravar uma definição que seja, concomitantemente, aceita por todos os eruditos e acessível aos leigos, oferece uma que se lhe afigura menos imperfeita, pela sua amplitude: “o mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do ‘princípio’.” Ela divide os mitos em cosmogônicos e de origem: os primeiros se concentram na criação do cosmo, do mundo; os últimos se dedicam à origem de algo, pressupondo e prolongando a cosmogonia (ELIADE, 2011, p. 25).

Levando em conta estrutura e função, Eliade (2011, p. 21-22) elenca algumas das características do mito, no contexto da experiência das sociedades arcaicas: a) ele representa a história dos atos dos entes sobrenaturais; b) tal história é tida como inteiramente verdadeira, posto que concerne a realidades, e sagrada, pois constitui obra dos entes sobrenaturais; c) o mito tem sempre como foco uma “criação”, narrando como algo passou a existir ou como um padrão de conduta ou outra coisa foram firmados, motivo pelo qual os mitos desempenham o papel de paradigmas de todos os atos humanos expressivos; d) o conhecimento do mito implica o conhecimento da “origem” das coisas, permitindo que estas sejam dominadas e manipuladas à vontade, de sorte que tal conhecimento não é “exterior”, “abstrato”, porém “vivido” ritualmente, quer pelo relato cerimonial do mito, quer pela condução do ritual por ele justificado; e) o mito é, de uma forma ou de outra, “vivido”, “no sentido de que se é impregnado pelo poder sagrado e exaltante dos eventos rememorados ou reatualizados”. Eliade (2011, p. 100-102, 156-157) também salienta que “alguns aspectos e funções do pensamento mítico são constituintes do ser humano”; que, no curso da História, alguns mitos foram despidos de sua significação religiosa e outros permaneceram em vigor, substituindo a consecução do “essencial” mediante meios rituais pela obtenção do “essencial” mediante um movimento de “voltar atrás”, por um esforço do pensamento; que o prestígio de que usufruía o “retorno às origens” nas sociedades arcaicas sobreviveu nas sociedades europeias; e, ainda mais elucidativo, que o mito, conquanto modificado e camuflado, “mais do que em qualquer outra parte, [...] sobrevive na historiografia”.

Acentua Prado (2000, p. 120) que os mitos “atuam, entre outras maneiras, encobrendo a realidade e opondo idealizações às explicações

derivadas do conhecimento das causas e condições de constituição da realidade”, sendo que a difusão do pensamento mítico, nesse caso, “aborta a historicidade própria do presente e apresenta as suas teses como verdades universais, e não contingentes.”

Por outro ângulo, embora um mito possa traduzir uma falsa crença, não é sempre e necessariamente assim, porquanto o mito pode ser ao menos em parte verdadeiro (KENNEY; FINCKENAUER, 1994, p. 231). De fato, é possivelmente essa meio-verdade em sua estrutura que o faz tão fascinante e atraente às pessoas. Se não apresentasse qualquer conexão com o real, mínima que fosse, quiçá não pudesse conquistar tantos espíritos das mais diversas posições e formações com duradoura frequência. Aliás, o Dicionário Houaiss (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 1300) registra, entre os significados do vocábulo “mito”: “narrativa acerca dos tempos heroicos, que ger. guarda um fundo de verdade”; “relato simbólico, passado de geração em geração dentro de um grupo, que narra e explica a origem de determinado fenômeno, ser vivo, instituição, costume social” (no campo da Antropologia); e “representação de fatos e/ou personagens históricos, amplificados através do imaginário coletivo e de longas tradições literárias orais ou escritas”.

3. O mito português

O que denominamos de mito da “fundação” portuguesa da cidade de São Luís exhibe perfeitamente as características apontadas pelos estudiosos. Cuida-se de um mito de origem, que narra a “criação” da capital maranhense, ou seja, a sua fundação, “o tempo fabuloso do ‘princípio’”, do ponto de vista luso. É um movimento de “voltar atrás”, de “retorno às origens” da cidade, sob o prisma lusitano, quando da conquista do Maranhão em 1615, em consequência do triunfo dos portugueses sobre os franceses comandados por La Ravardière.

Foi tal mito construído por uma historiografia, alimentada por relatórios, cartas e outros documentos da época colonial, que, no período subsequente à conquista lusa, vocalizaram as posições, interesses e preocupações das elites políticas ibéricas (da metrópole) e dos segmentos sociais que as representavam ou meramente as apoiavam no Maranhão, para os quais era importante “encobrir a realidade”, isto é, destruir os traços da ocupação gaulesa efetuada pelas letras e pelas armas na Ilha de São Luís a partir de 1612 e, concomitantemente, rebaixá-la à condição de invasão promovida por hereges (huguenotes), em desacordo com a vontade divina (daí a “história sagrada” relatando a interferência da divina Providência em favor dos católicos lusos). E hoje tal mito sobrevive por meio de uma

historiografia que desconsidera ou descontextualiza evidências históricas do feito de La Touche e Razilly, em prol da equivocada versão de que São Luís foi fundada pelos portugueses. Este mito oferece, desde a sua concepção original, idealizações no tocante à atuação dos lusitanos na formação da cidade (elevados, com todas as glórias, à categoria de heróicos conquistadores e fundadores de algo que já existia, que já fora fundado). Estas idealizações incluem, mormente a partir do séc. XX, a exaltação, ora sutil, ora arrebatada, da figura de Jerônimo de Albuquerque como símbolo de brasilidade, de afirmação da identidade e integridade nacional, por suas raízes mestiças (em referência a ações praticadas numa época em que o Brasil ainda nem sonhava em ser uma nação independente), em contraposição à presença do estrangeiro invasor, predominantemente retratado e atacado na figura do fidalgo Daniel de la Touche.

Martinière (2011, v. 30, n. 1, p. 254) expõe que, em nome de um discurso uniforme de construção “nacional”, na historiografia luso-brasileira, “toda alusão a um evento que não de origem portuguesa na formação histórica do Brasil se via assimilado a uma ‘invasão’: tal era bem o caso das invasões ‘francesa’ e ‘holandesa’.”²

Datado de 24 de outubro de 1616 e dirigido ao monarca espanhol, o “Relatório de Alexandre de Moura sobre a expedição à Ilha do Maranhão e expulsão dos franceses” é um bom exemplo da retórica portuguesa de demonização dos súditos de Maria de Médicis, acoimados de “corsários” e “hereges”, na condição de ameaça continuada ao domínio luso no Brasil, nas searas intimamente ligadas da soberania e da evangelização:

São terras que V. Mag^{de} deve mandar povoar e aproveitar asi para tirar ao Demonio tantas almas como ali possui E ouvera de possuir se estivera em poder de francezes hereges, como também pelo que se pode esperar de proveito a sua real fazenda, e quando nenhũa destas, pelas tirar de mãos de estrangeiros, que nellas hião fazendo hũ novo R^{no} sendo continua escala de cosaires que ali se hião refazer de suas largas navegações E a muita seguridade cõ que ficão a costa de guine do Brazil E a de Indias que dali infestavão (BIBLIOTHECA..., 1905, v. 26, p. 202).

Papéis da burocracia espanhola, hodiernamente abrigados no Castelo de Simancas, atinentes ao tempo da União das Coroas Ibéricas,

² Esta é a frase original em francês: “[...] toute allusion à un évènement autre que d’origine portugaise dans la formation historique du Brésil se voyait assimilé à une ‘invasion’: tel était bien le cas des invasions ‘française’ ou ‘hollandaise’.”

referiam-se amiúde a La Ravardière como herege ainda na primeira metade do séc. XVII, a exemplo do “Parecer a propósito da mercê a ser concedida a La Ravardière”, de 11 de junho de 1617, do “Parecer do Conselho de Estado sobre duas consultas do Conselho de Portugal”, de 20 de junho de 1617, e do “Parecer do Conselho de Estado ao rei Felipe IV”, de 3 de fevereiro de 1623.³ Berredo (1988, § 125, p. 54), governante do Maranhão de 1718 a 1722, na sua obra *Anais históricos do Estado do Maranhão*, originalmente publicada em 1749, é feraz em alusões críticas à suposta ilegitimidade política e religiosa dos franceses. Em um trecho, ao mesmo tempo que elogia François de Razilly por seu “zelo mais católico” ao resistir às “diabólicas sugestões” do “mortal inimigo do gênero humano” e primar pela defesa da afirmação do catolicismo na França Equinocial, censura Daniel de la Touche por adotar a “errada seita de Lutero” e Claude d’Abbeville por não abordar, em função de “culpável política”, a deplorável presença, na colônia, de muitos protestantes, levados por La Ravardière.

Em passagem posterior, o governador luso reprova Razilly – no episódio do regresso do nobre à França em companhia dos embaixadores índios a serem apresentados ao rei – por seu empenho na preservação da ocupação francesa no Brasil setentrional, enxergada como usurpadora:

Não havia indústria, de que se não valessem os franceses para se conservarem no intruso domínio do Maranhão; e Racily, que era nele um dos mais empenhados, sabendo-se servir para o mesmo projeto da rudeza dos índios, levava seis na sua companhia ainda pagãos, com o título de embaixadores a el-rei cristianíssimo seu amo [...]. (BERREDO, 1988, § 181, p. 63).

A respeito de La Touche, assenta que, indubitavelmente, seria “dos mais ilustres de toda a França, pelas ações da sua vida, principalmente nos sucessos da guerra com o exercício de grandes empregos, se na parte mais essencial da imortalidade lho não escurecera com merecida lástima o detestável erro do luteranismo” (BERREDO, 1988, § 272, p. 83).

Discorrendo sobre algumas dessas passagens, Daher (Org., 2009, p. VII-VIII), na apresentação ao livro *Papéis da conquista do Maranhão (1612-1624)*, sob o título “A conquista do Maranhão em letras”, enfatiza que, nas letras portuguesas, a França Equinocial foi retratada como um fator de incômodo dentro da concepção do império lusitano, além de caracterizar a onda nacionalista e bibliófila do séc. XIX sobre a “invasão francesa” do Maranhão e a sua influência na historiografia do séc. XX:

³ Ver pareceres citados em Daher (Org., 2009, p. 42-43, 95).

Nas letras portuguesas, foi como ‘elemento perturbador’ do estado de comunhão no império luso que foi representada a França Equinocial. Na *História do Brasil*, redigida por volta de 1627, frei Vicente do Salvador representa a heresia dos franceses do Maranhão [...].

Em meados do século XVIII, os *Annaes Históricos do Estado do Maranhão*, de Bernardo Pereira de Berredo, veicularam igualmente as mais severas críticas à tentativa de colonização francesa, e particularmente ao relato de Claude d’Abbeville. Berredo acusou o capuchinho de [...] silenciar sobre a ‘diversidade de religião’ da colônia francesa. Calcada ainda em documentos portugueses, a crônica histórica de Berredo visava denunciar não apenas o caráter herético, mas também usurpador da empresa [...].

Menos de um século mais tarde, o público teve acesso, pela primeira vez, aos documentos em língua espanhola e portuguesa que tratam da derrota francesa, com a publicação pela Academia das Ciências de Lisboa, em 1812, da coletânea intitulada *Collecção de notícias para a história e geografia das nações ultramarinas que vivem nos domínios portugueses...*, em que se pode ler a ‘Jornada do Maranhão por ordem de S. Magestade feita o anno de 1614’ de Diogo de Campos Moreno. A voga nacionalista e bibliófila do século XIX permitiu ainda que o dossiê sobre a ‘invasão francesa’ do Maranhão se enriquecesse, exatamente um século depois, na primeira década do século XX, com toda uma série de documentos, divulgados pela iniciativa do Barão de Studart e da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Nesses papéis, redigidos à época por capitães, missionários e cronistas portugueses, a vontade de não deixar transparecer vestígios da presença efetiva dos franceses no Maranhão é manifesta, e perfeitamente compatível com a construção da positividade da representação da empresa francesa como ‘invasão estrangeira’ pelos historiadores e bibliófilos que os tornaram públicos, quase três séculos depois, na qualidade de peças para a composição da história pátria.⁴

Não apenas estes relatos escritos por militares, administradores, religiosos e cronistas lusitanos ou lusófilos, produzidos no período colonial, notadamente francófilos, inspiraram toda uma historiografia ulterior, mas também Portugal, livre da União Ibérica, submeteu o Brasil a um rígido controle sobre qualquer manifestação de cunho cultural, vindo, inclusive, a reprimir os esforços de implantação da imprensa em Pernambuco e no Rio de Janeiro. Moraes (1977, p. 4) assim se manifesta sobre o assunto:

⁴ Ver igualmente Daher (2007, p. 27-28).

Ao lado dessas circunstâncias é preciso não esquecer que o obscurantismo reinante em Portugal impunha uma política de severa repressão ao desenvolvimento de qualquer manifestação cultural na Colônia, encarada principalmente como fonte supridora das necessidades materiais do reino.

São bastante conhecidos os rigores com que Portugal reprimiu as tentativas de implantação da imprensa em Pernambuco e no Rio de Janeiro. Por outro lado, a difusão cultural através dos livros sofria as obstaculizações de uma rigorosa lista proibitiva cuja inobservância importava em sanções legais.

Não era diferente a situação no Maranhão, consoante sustenta Corrêa (2012, p. 3):

O Convento das Mercês e o Seminário de Santo Antônio contaram com livrarias numerosas, compostas por milhares de volumes, em uma colônia proibida de ter tipografia, por sucessivas e ameaçadoras Ordens Régias, dispostas sempre a reafirmarem a necessidade das licenças da Inquisição e do Conselho Ultramarino, para os livros serem impressos na metrópole, sob o pretexto de que, nela, os serviços gráficos eram mais baratos, não havendo necessidade de realização de despesas superiores na Colônia do ultramar americano...

Enfrentar o desafio da censura régia poderia resultar prisão e as penas decorrentes dessa ousadia literária deveriam ser cumpridas em Portugal. A Espanha, ibérica como os lusitanos, colonialista como os portugueses, não foi, como Portugal, refratária à fundação de universidades coloniais. À diferença do Peru e do México, o Brasil, só muitíssimo tardiamente conheceu a experiência universitária. Refeudalizada a sociedade portuguesa, com perseguição profunda ao capital mercantil judaico, houve um vigoroso regresso à mentalidade do medievo ossificado, cuja tradição moderna estaria presente no espírito da Contra-Reforma, diretivo da formação social brasileira.

E se, em 1822, a Independência abriu caminhos para a liberdade de expressão literária e historiográfica no Brasil, não olvidemos que tão só no dia 28 de julho de 1823 foi solenemente proclamada a adesão do Maranhão à Independência do Brasil, quase um ano depois da proclamação desta última, dado que o Maranhão “foi antes um reduto da lealdade à Coroa, graças a seu contato mais íntimo, até às vésperas da independência, com a metrópole do que com o Brasil”, de forma que, neste estado colonial, a influência lusitana era tão grande que a adesão se fez mediante “ação de

fora para dentro, forçada, haja vista que em nossa província não se haviam ainda oferecido manifestações bastantes que nos permitam reconhecer que aqui tenha havido, internamente, clima para uma adesão espontânea imediata”, como leciona Meireles (2001, p. 206).

Destarte, até pelo menos o primeiro quartel do séc. XIX, eram praticamente inexistentes ou muito frágeis as condições para que prosperassem no Maranhão interpretações favoráveis ao reconhecimento do papel de fundadores da cidade de São Luís, desempenhado por Razilly e La Ravardière. Igualmente a França contribuiu para lançar um manto de esquecimento sobre a rica memória da França Equinocial nos dois primeiros séculos que se seguiram à queda da colônia do Maranhão. Conquanto tenha conseguido a permissão real para a impressão de sua *Suite de l’histoire des choses plus memorables advenuës en Maragnan, és années 1613 & 1614*, Yves d’Évreux não teve o contentamento de ver a obra chegar ao público, porquanto os seus exemplares foram destruídos ainda nas oficinas do editor François Huby, por ordens superiores, no interesse de não comprometimento da aliança franco-hispânica, cujo ápice foi o casamento do Rei Luís XIII com Ana d’Áustria em novembro de 1615. Afortunadamente, François de Razilly logrou salvar um exemplar, no mínimo, porém mutilado, com que ele presenteou o soberano em 1617. O livro foi parar na Biblioteca Sainte-Geneviève, até ser enfim descoberto pelo historiador Ferdinand Denis em 1835, que providenciou a sua publicação, em edição comentada, em 1864. Outros dois exemplares foram salvos. Todavia, mesmo do original conservado na Biblioteca Pública de Nova York, considerado o mais completo, faltam, por exemplo, na seção do Primeiro Tratado, parte do importantíssimo Capítulo III, dedicado à construção do Forte São Luís, a totalidade dos capítulos IV e V e o começo do Capítulo VI, além de um número indeterminado de capítulos finais, integrantes do Segundo Tratado. A perda é execrável, mormente para os anais da História, embora em nada prejudique o reconhecimento das origens gaulesas de São Luís, suficientemente estabelecidas no conjunto dos registros, tanto franceses quanto ibéricos, disponíveis. Cabe frisarmos, sob ângulo diverso, que os capítulos desaparecidos talvez viessem a oferecer ainda mais elementos sobre os progressos da colônia, pois D’Évreux permaneceu no Maranhão por dois anos, muito mais do que os quatro meses de D’Abbeville.

Daher (Org., 2009, p. XXI-XXII) patenteia que os lusitanos conquistaram o Maranhão não somente pelas armas, mas também pelas letras, e que estes promoveram uma autêntica “fundação letrada” da cidade de São Luís, por via de textos como os de Luiz Figueira e Simão Estácio da Silveira:

No lastro da fundação do Estado do Maranhão, em 13 de junho de 1621, toda uma série de textos, publicados em Portugal, veio coroar a vitória contra os franceses e integrá-la à propaganda xenófoba. O Maranhão seria definitivamente português, por armas e por letras.

A ‘proto-história’ da cidade de São Luís foi marcada por uma verdadeira caça ao estrangeiro invasor baseada, primeiro, no avanço das expedições militares portuguesas e, em seguida, na destruição do sistema de alianças comerciais franco-tupi, pela substituição vitoriosa do modo português de colonização e de evangelização das populações locais. Todas essas estratégias político-militares não deixaram, evidentemente, de ser corroboradas por estratégias letradas.

Não é difícil constatar, em perspectiva histórica, que a fundação territorial se dá tanto pela ocupação militar quanto pelos discursos. A noção de ‘fundação’ reativa a tópica muito antiga das letras e das armas, presente especialmente em discursos demonstrativos coloniais que louvavam ou vituperavam, prenunciando através da tópica o destino heroico da colonização levada a cabo por portugueses grandiosos na prudência da administração. Dessa forma se deu a ‘fundação letrada’ de cidades como São Sebastião do Rio de Janeiro e, pouco mais de meio século mais tarde, São Luís do Maranhão.

Relatos como os do jesuíta Luiz Figueira ou o de Simão Estácio da Silveira, ainda nas primeiras décadas do século XVII, vieram preencher essa função de fundação letrada de São Luís. Tal como o poema épico *De Rebus Gestis Mem di Saa* e o auto de *Na festa de São Lourenço*, de José de Anchieta, que representam a providencial vitória lusa sobre o invasor francês no Rio de Janeiro, esses relatos veiculam representações de hereges usurpadores, inimigos do Império e de Deus. Neles, o recurso narrativo de *amplificatio*, consistindo na repetição de um episódio por vezes já descrito em relatos anteriores, acrescido de sentenças laudatórias, sustenta a fundação letrada na chave providencialista do Estado monárquico português.

De autoria do Padre Figueira, os escritos *Relação de vários sucessos no Maranhão e Grão-Pará (1631)* e *Memorial de terras e gentes do Maranhão e Grão-Pará (1637)* são precisamente o tema de um artigo de Menezes (2005), no qual esta esmiúça as estratégias de cunho teológico e político que os tornam relatos de “fundação” de São Luís, atuando como um instrumento de legitimação da conquista portuguesa, por obra da Providência, de sorte a incluir a cidade no corpo do Império luso.

Menezes (2005, v. 7, n. 16, p. 129) ressalta que os textos do jesuíta Luiz Figueira, nascido em Almodóvar em 1574, assemelham-se às

crônicas religiosas, mais próximas de “relatos míticos do que históricos”, e que a fundação letrada da cidade de São Luís pelos lusitanos demandava o esforço de estabelecimento da ilegitimidade dos colonizadores gauleses que os antecederam na ilha, enquadrados como hereges e usurpadores, e a necessidade de obliteração dos traços das realizações do “invasor” derrotado.

Ela descortina a relevância desses escritos para as elites sociais lusitanas dos séculos XVI e XVII, dentro de um processo de formação de um sentimento nacional (MENEZES, 2005, v. 7, n. 16, p. 132).

A autora ainda evidencia que a legitimidade da conquista militar lusitana do Maranhão encontrava justificação na ideia de que Portugal era especialmente privilegiado por Deus na medida em que cumpria a Sua vontade e combatia os hereges franceses, “invasores” da terra destinada a ser incorporada ao reino divino, numa inseparável associação entre os interesses da Coroa e da religião, regida pelo binômio formado pelos símbolos da espada e da cruz, o que se refletia na escrita jesuítica de Luiz Figueira:

Assim, acreditava-se que Portugal dispunha de uma particular proteção divina, que se caracterizava por uma espécie de contrato entre Deus e os lusos onde estes eram protegidos na medida em que cumpriam os seus mandados. A partir dessas considerações, percebemos que a empresa da conquista do Maranhão está inserida em uma ordem teológico-política que assegura a legitimidade do empreendimento português através dos interesses da fazenda e da fé, que são indissociáveis neste momento. [...] Assim, os relatos de aparições de santos durante as batalhas com franceses e os apelos ao sagrado eram utilizados para explicar, justificar e legitimar a conquista do Maranhão, configurando uma batalha pelas armas e pelas letras.

[...]

Ainda com o intuito de agradar o destinatário, Luiz Figueira afirma que Deus protege a colônia do Maranhão como um hortalão ao seu jardim, resguardando-o dos perigos e confiando nos frutos que são as virtudes cristãs e a propagação da fé. Desta maneira, percebe-se que há também expressa a tópica do alargamento do império, pois quando a fé cristã se expande aos homens através dos portugueses, alarga-se também o poder temporal sobre os territórios.

[...]

Podemos observar, também nesse trecho, que a colônia do Maranhão estaria defendida por Deus, primeiramente pela atuação das ordens religiosas e também por meio das armas do rei que lutam contra os inimigos. Esses inimigos são tidos

por hereges que agem como animais, tentando destruir a planta da boa fé católica recém-implantada no Maranhão. Assim, observamos que o binômio cruz e espada marcou definitivamente a conquista da América portuguesa.

[...]

Luiz Figueira compara os sucessos dos portugueses no Maranhão com a punição de Deus sobre os filhos de Israel e conclui que, se houve sucessos no Maranhão contra holandeses e franceses, significa que Deus favoreceu e apreciou o andamento da colônia. Mais uma vez observa-se a interpretação dos acontecimentos como sinais da vontade divina e a direção dos escritos do gênero histórico, no sentido de ensinar através de relatos de fatos que sempre comunicam exemplos pios de conduta (MENEZES, 2005, p. 133, 137, 140-141).

Finalmente, Menezes (2005, p. 153, 155-156) prenuncia, pela análise dos textos do padre, as conclusões de Daher sobre a “fundação” da cidade de São Luís, conduzida pelos portugueses, tanto pelas armas quanto pelas letras, ao mesmo tempo que sugere o caráter mítico desses escritos, forjadores de uma memória: “Destá maneira, a partir das letras, assim como das armas a cidade de São Luís é fundada. [...] A fundação de São Luís é, portanto, exemplar, representada pela batalha contra os heréticos, espelhando as guerras de religião entre católicos e protestantes em andamento na Europa.” E arremata: “Neste sentido, os relatos aqui examinados participam da fundação de São Luís, na medida em que forjam uma memória desses acontecimentos. Esta memória está atrelada à interpretação jesuítica dos fatos, enquadrados em uma realidade que é divina, regida pela Providência”.

A ideia de que Portugal usufruía especial proteção de Deus pode ser exemplarmente distinguida na lenda de que os lusos, em momento crucial de desânimo na Batalha de Guaxenduba, receberam o auxílio de Nossa Senhora na forma de uma bela e cintilante mulher, a qual teria transformado o que colhia do chão em munição para os lusitanos contra os gauleses hereges, chefiados pelo huguenote Daniel de La Touche, e os tupinambás pagãos (MORAES, 2008, p. 27-28), à semelhança de São Sebastião no “combate das canoas” no Rio de Janeiro em 1566, quase meio século atrás, o qual teria combatido ao lado dos portugueses contra outros franceses hereges e os tamoios pagãos. Em meados do séc. XVIII, o Padre Morais (1987, p. 48) deixa claro que essa lenda já era de muito corrente.

Reveladoramente, a campanha vitoriosa dos lusitanos é denominada “Jornada Milagrosa”. Assaz enraizada, por conseguinte, no mito da “fundação” portuguesa da cidade de São Luís a presença de uma “história sagrada”, cara aos mitos em geral, desde priscas eras da humanidade.

Tal mito, como determina a tradição, também é parcialmente verdadeiro, possui um “fundo de verdade”: os lusos, de fato, conquistaram o Maranhão, contudo não o reconquistaram, porquanto Aires da Cunha, Luís de Melo da Silva e outros que antecederam os franceses da expedição de 1612 jamais haviam logrado êxito nesse propósito; o dia 8 de setembro de 1612 marca a condução de uma cerimônia gaulesa de tomada de posse da Ilha do Maranhão, todavia serve igualmente de marco da fundação da cidade de São Luís; Jerônimo de Albuquerque efetivamente se dedicou à urbanização de São Luís, de que esta necessitava, entretanto não fundou a cidade, iniciada por Razilly e La Ravardière, tanto que não ousou mudar-lhe a denominação, dada pelos inimigos vencidos; o grupo dos Novos Atenienses realmente apregou a interpretação da atribuição da fundação da cidade aos franceses, porém esses intelectuais não a criaram, pois ela já existia antes do séc. XX e não estava restrita à posição de Ferdinand Denis, cuidando-se, na verdade, do resgate da memória de um fato histórico, por longo tempo desestimulada e sufocada pelos ibéricos, particularmente pela metrópole lusitana em relação à sua colônia sul-americana, e por seus aliados.

Consequentemente, o mito português compreende todos os elementos clássicos do gênero: relato de uma “criação”, permitindo o conhecimento das “origens”, do “tempo fabuloso do ‘princípio’”, dos “tempos heroicos”; representação de figuras e fatos históricos idealizados, amplificados e glorificados por meio de tradições literárias; manipulação do real, de feição a ocultar ou subestimar aspectos do fato não enquadráveis na narrativa tida como verdadeira e a sobrevalorizar e exagerar alguns aspectos selecionados; e presença do elemento sobrenatural ou sagrado. Hodiernamente, o mito analisado reúne seis características deveras peculiares: a) desqualificação da historiografia (dominante) que pugna pelo reconhecimento aos franceses do papel de fundadores da cidade de São Luís, tachada de “não científica” (simples repetidora acrítica de posicionamentos de trabalhos anteriores) ou de mera expressão dos interesses e anseios das elites do Maranhão; b) desqualificação dos autores que propugnam as origens gaulesas de São Luís, historiadores ou não, pesquisadores ou não, visualizados como “não cientistas” e como meros reprodutores de uma versão mítica francófila; c) desqualificação dos fundadores da França Equinocial e de suas realizações e exaltação do papel desempenhado pelos vencedores de Guaxenduba; d) escolha de Daniel de la Touche como antagonista do herói Jerônimo de Albuquerque; e) subvalorização do papel do indígena na fundação da cidade e na disputa franco-portuguesa pelo Maranhão; f) mecanismo de projeção de seus traços característicos como mito para um *alter*, mediante a identificação de um suposto “mito” da fundação francesa de São Luís, o que designamos “visão de espelho”.

Previamente à análise da configuração do mito luso em textos de autores modernos, examinemos o que pode ser entendido como fundação de uma cidade.

Conforme o *Dicionário Houaiss* (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 938-939), fundar indica “assentar as fundações de (uma construção); edificar”; é, por derivação, “dar início; estabelecer o princípio de; criar, instituir”, enquanto fundação implica o “ato ou efeito de fundar, de instituir”; a “base sobre a qual se constrói um edifício; alicerce” (no campo da construção).

Benevolo (2011), no livro *História da cidade*, diseca a origem das cidades e acompanha a sua formação e evolução no tempo e no espaço. Não há, nem nunca houve, uma única modalidade de fundação. As cidades nascem de diversas maneiras. O autor enfatiza que umas cidades sofreram repetidas transformações ao longo do tempo, não preservando a configuração original assumida quando da fundação, enquanto outras tiveram definido o seu feitiço ao tempo mesmo da fundação, sem alterações posteriores expressivas, além de sublinhar que as cidades variam muito de forma, sem que haja uma regra geral para a opção por um ou outro modelo, e que o fundador de uma cidade é igualmente o dono da área ocupada (BENEVOLO, 2011, p. 382).

Sob outra ótica, é patente que o começo das cidades também guarda pontos comuns. A pesquisa de Benevolo (2011, p. 10, 23, 55, 76, 136-137, 225, 269) parece indicar, em geral, os seguintes traços em comum na formação das cidades mundiais: a) delimitação de uma área geográfica, com modificação da paisagem natural mediante o erguimento de construções, mais ou menos próximas entre si, de destinação pública e/ou privada, laboral e/ou residencial; b) aglomeração estável de pessoas; c) existência de um governo oficial; d) existência de vias e de um lugar de ajuntamento para fins cívicos, comerciais, militares e/ou religiosos; e) especialização de atividades, não diretamente ligadas ao cultivo da terra, como as comerciais.

Ora, na data de 8 de setembro de 1612, São Luís ostentava todos estes padrões fundacionais. Tinha, no mínimo, um forte principal, que não era o único na ilha; uma praça pública para celebrações cívico-religiosas, que ganharia brevemente um pelourinho e uma forca (D'ÉVREUX, 2009, p. 146); um porto; numerosas habitações de um ou dois pavimentos; um convento parcialmente edificado, primeira escola do Maranhão, cuja capela seria concluída no Natal, seguida da construção de outra capela; um grande armazém, tudo assentado em uma área delimitada e preparada por seus fundadores e pelos aliados índios para abrigar essa estrutura (um promontório previamente escolhido). E ainda cresceria nos anos subsequentes, até a

queda da colônia, com o acréscimo, por exemplo, de lojas (PROVENÇAL, 2006, p. 94) e uma serraria (VIVEIROS, 1954, v. 1, p. 8). Até a conquista lusitana, lá viveram, além dos nobres e dos soldados, diversos artífices – carpinteiros, pedreiros, fundidores, serralheiros, tecelões, alfaiates, sapateiros (BIBLIOTHECA..., 1905, v. 26, p. 264, 269, 271-272), entre outros –, dois astrônomos e um cirurgião (MEIRELES, 2001, p. 191), não apenas homens, porém igualmente mulheres e crianças (JARNOUX, 1991, t. 98, n. 3, p. 273), comprovando a variedade populacional e a especialização de atividades já existentes na cidade em evolução.

Indubitavelmente, a cerimônia de 8 de setembro foi um evento solene de tomada de posse da terra; afinal, quem funda uma colônia e com ela uma cidade precisa ser, por antecedente de ordem lógica e material, o senhor do território. São Luís principiou como sede de uma promissora colônia, como muitas cidades pelo mundo nascidas de colônias fundadas, por exemplo, pelos gregos e, depois, pelos romanos. Formou-se a partir da construção de um forte, assim como incontáveis cidades europeias se originaram de castelos, posto que a fortificação dos lugares escolhidos para o abrigo de povoações era uma necessidade daqueles tempos de imensa insegurança territorial. Do mesmo modo que outras tantas cidades do Velho Continente, São Luís teve a sua feição original – imprimida pelos franceses – profundamente transformada posteriormente – pelos conquistadores portugueses.

Belém, que igualmente nasceu de um forte, iniciou com bem menos, tanto em estrutura física, quanto em recursos humanos. Francisco Caldeira de Castelo Branco, em sequência à queda da França Equinocial, acompanhado de 150 soldados, foi enviado por Alexandre de Moura ao Pará para solidificar a conquista da região, e ali fundou, no dia 12 de janeiro de 1616, para proteção própria e de seus comandados contra os nativos, um forte de madeira, sob a denominação de Presépio, em homenagem ao dia 25 de dezembro, data da partida de São Luís, no Natal de 1615, fortaleza esta que, apoiada por uma capela e alguns casebres, representou o núcleo originário da futura cidade de Belém, nome que apenas posteriormente lhe foi atribuído (CRUZ, 1973, v. 1, p. 13, 19). Cruz (1973, v. 1, p. 19-23, 39), que faz questão de firmar que a fortaleza estabelecida pelo fundador de Belém não era de pedra, e sim de madeira, admite a sua precariedade: “O Forte do Presépio foi o ponto de partida para o nascimento e desenvolvimento do núcleo urbano. Do interior dessa modesta praça d’armas, construída de madeira, com os defeitos e as impropriedades dos primeiros dias, saíram os desbravadores do povoado.”

Não menos débeis são as fundações de Salvador e do Rio de Janeiro. Sobre Salvador, primeira capital do Brasil, Cabral (1959, p. 71)

destaca que a cidade fortificada, fundada em 29 de março de 1549, nasceu com “casas cobertas de palha, sendo murado o recinto com taipa grossa”.

Similarmente, a povoação de São Sebastião foi principiada por Estácio de Sá em 1º de março de 1565, a partir de um mero acampamento militar (VIANNA, 1965, v. 1, p. 93), caracterizado por casas de palha guardadas por uma modesta cerca de pau a pique (SOUTO MAIOR, 1972, p. 69). Tal constitui o marco fundacional mais aceito da cidade do Rio de Janeiro, a qual, entretanto, teve a sua sede primitiva transferida da Urca para a atual Esplanada do Castelo por Mem de Sá em 1567, mudança essa não verificada com São Luís.

Portanto, a fundação de São Luís em nada foi inferior à fundação das duas primeiras capitais do Brasil, dado que a instalação de precários núcleos primordiais, de palha, barro e madeira, foi um traço compreensivelmente comum a grande parte das povoações iniciadas pelos portugueses no Brasil Colônia.

Se, por um lado, Estácio de Sá, antes de sua morte, chegou a legislar proibindo a prática de certos jogos, sob sanção de multa, e a nomear autoridades e funcionários para a infante cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, como é o caso de Pedro Martins Namorado para Juiz Ordinário e Francisco Dias Pinto para Alcaide-mor, o segundo empossado em 13 de setembro de 1566, não é menos verdade que, em um primeiro momento da colônia e de sua sede, François de Razilly e Daniel de la Touche, autorizados por suas respectivas cartas patentes reais, concentraram poderes político-administrativos, legislativos e judiciários em suas mãos, de que são fruto as importantíssimas Leis Fundamentais do Maranhão, de 1º de novembro de 1612, papel esse depois desempenhado unicamente por La Ravardière, substituído à testa do governo, sempre que necessário, por Louis de Pézieux, em consequência do regresso de Razilly à França.

Nunca é demais pontificarmos que o mito da “fundação” lusitana da cidade de São Luís foi construído e fomentado como instrumento de afirmação da legitimidade da conquista e da colonização lusa do Maranhão, por intermédio do apelo ao sagrado e da desqualificação dos franceses (acoimados de invasores, usurpadores e hereges), numa relação simbiótica entre a promoção dos interesses da fé e a dos interesses da Coroa, traduzida na comunhão de estratégias político-militares e letradas, em favor da edificação do Império luso, da justificação do poder colonial da metrópole e da expansão dos esforços de evangelização. No período colonial, o português Berredo representa muito bem a historiografia que bebeu das águas originais desse mito.

A proclamação da Independência do Brasil e a gradativa laicização da percepção de mundo contribuem para o surgimento de uma

segunda fase, na qual o mito foi aos poucos adaptado aos novos tempos, quase dessacralizado, no entanto sem perder os seus traços francófbos de origem. Os gauleses ainda eram os invasores da terra, antes luso-espanhola, depois apenas lusa, agora brasileira, mas perdeu o sentido chamá-los de hereges. Nesse cenário, Godóis (2008, p. 139; 1904, t. 1, p. 169) corrobora o pensamento de Berredo na atribuição da honra da fundação da cidade aos lusitanos, após a expulsão dos gauleses “invasores”, contudo deixa no passado o enfoque anti-heresia.

Em artigo publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão*, Lima (1993, v. 63, n. 16, p. 82-83) simboliza uma terceira fase do mito lusitano, na qual prepondera o ataque a um suposto mito da fundação de São Luís pelos súditos de Maria de Médicis, intitulado “Mito Capital” (é o que denominamos “visão de espelho”). Diz ele: “O mito da fundação de São Luís, pelos franceses, constitui o *pecado original* de nossa história”, o qual é “falso e impatriótico”, aparentemente “consolidado no século XIX, ao encanto da cultura francesa da época”, formado a partir de dois fatores: “a) – falta de revisão histórica por parte dos historiadores; b) – a vaidade maranhense de ter sido a sua capital criada pela suposta cultura francesa da época da invasão, não tão brilhante e atualmente em franca decadência...” Notemos o emprego do vocábulo “impatriótico”: o francês é reconhecido como estrangeiro, invasor da “pátria”, mas o conquistador a serviço da União das Coroas Ibéricas é celebrado na figura de “Jerônimo de Albuquerque, o grande mameluco pernambucano”, por ser “o Restaurador do Maranhão e o fundador de São Luís”, a “merecer lugar ímpar no Panteão Maranhense e no coração de todos os brasileiros, especialmente do ludovicente” (*sic*), em contraste com o “intruso francês, sob o comando de La Ravardière”, o qual “acovardou-se com o inesperado desastre inicial de sua tropa”, findando por assinar “o vergonhoso armistício” (LIMA, 1993, v. 63, n. 16, p. 84, 86).

Razilly tem seu nome esquecido como colíder da colônia e, novamente, La Touche, escolhido como personificação do estrangeiro invasor, é acusado, não de herege, porém de covarde. A utilização da palavra “restaurador”, em contraposição a “intruso”, é um mecanismo de acentuação da legitimidade da conquista portuguesa: somente pode ser restaurado aquilo de que alguém ou algo já teve a posse ou o domínio, o que não era o caso do Maranhão, que jamais fora conquistado pelos lusos antes dos gauleses, a despeito de algumas tentativas infrutíferas. É flagrante no artigo do autor a glorificação do papel dos lusitanos e, em especial, de Jerônimo de Albuquerque, o herói brasileiro por excelência, não importando o fato de que o Brasil não era uma nação independente no séc. XVII e de que “o grande mameluco pernambucano” estava a serviço dos interesses coloniais

da União Ibérica, do mesmo modo que Razilly e La Ravardière refletiam os interesses galeses. Nenhum relevo é concedido ao tupinambá como símbolo de brasilidade. Já o francês é completamente desqualificado, despido de virtudes heroicas: “O único título justo ao francês é o de *frouxo intruso*, que não suportou sequer uns poucos minutos da Batalha de Guaxenduba” (LIMA, 1993, v. 63, n. 16, p. 86).

Não somente o gaulês é desqualificado, como igualmente a sua obra na Ilha do Maranhão é deveras subestimada (ele não ergueu paredes ou casas e somente fez “uma paliçada e duas grandes palhoças”, o que, nitidamente, é uma contrafação histórica). O feito lusitano de urbanização da cidade é confundido com a fundação promovida pelos franceses e “o brasileiro Jerônimo de Albuquerque Maranhão, nosso restaurador”, é tratado como “o verdadeiro fundador de São Luís”, aquele que efetuou o “seu primeiro traçado urbanístico; fabricou o primeiro tijolo; levantou a primeira parede; construiu a primeira casa (não tugúrio)”, enfim, “o primeiro a dar nascimento ao urbanismo ludovicense” (LIMA, 1993, v. 63, n. 16, p. 84-85).

Mais uma desconstrução, não alicerçada em Berredo (1988, § 411, p. 116), é a do nome da cidade, que teria sido empregado pelos conquistadores simplesmente para homenagear Luís IX, um “querido santo católico” tanto entre os franceses quanto entre os portugueses: “Conservou-se o nome de São Luís, mas não em homenagem a Luís XIII, o Justo (que reinava sob a regência atribulada da mãe, Maria de Médicis, porém a Luís IX (1214-1270), querido santo católico, canonizado muito antes do descobrimento do Brasil” (LIMA, 1993, v. 63, n. 16, p. 85).

Esta inferência, embora angarie apoio no Padre Morais (1987, p. 41), desconsidera o fato de que a manutenção do nome originado do forte foi muito mais um reconhecimento de uma situação preexistente do que uma maneira de honrar um santo. Se tal era o objetivo, grande era o rol de opções, com nomes de santos que não fariam lembrar o monarca gaulês daquele tempo, Luís XIII. Além disso, a homonímia unicamente poderia configurar um fator conveniente de justificação na hipótese de que o santo já fosse venerado pelos lusitanos da época, o que parece não ser o caso. Mariz e Provençal (2007, p. 141) testificam que “os portugueses não conheciam o santo francês, nem a bela história daquele velho rei de França”.

Lima (1993, v. 63, n. 16, p. 86) aponta como “data de nascimento de São Luís a da própria restauração do Maranhão, ou seja, 27 de novembro de 1614, data de assinatura do armistício”, o que constitui uma indubitável contradição, porque a França Equinocial ainda existia nessa data e os galeses ainda dominavam o Forte São Luís e o sítio da povoação que se transmutaria na atual cidade de São Luís. Neste autor, a aversão ao

francês invasor da “pátria” não se limita ao episódio da França Equinocial. O Rio de Janeiro é citado como modelo de identificação correta daquele que merece o título de fundador: “O intruso [personificado na figura de Villegagnon] não é considerado fundador da cidade, mas Estácio de Sá (que deu a vida por ela)” (LIMA, 1993, v. 63, n. 16, p. 83).

Cabe mencionarmos o comentário de Amaral (2003, p. 33):

Dos franceses não se pode propriamente dizer que invadiram – não, eles tomaram posse, ocuparam um território totalmente abandonado, cujas primeiras explorações lhes eram devidas, pois haviam sido feitas por armadores de Dieppe e datavam já de 1524, explorações completadas pelas navegações de Afonso de Chaintongeois até às bocas do Amazonas, em 1542.

A reprodução do mito da “fundação” lusa de São Luís, nessa terceira e atual fase, atinge o seu apogeu na obra *A fundação francesa de São Luís e seus mitos*, originalmente publicada em 2000, de Lacroix (2008), que desencadeia o aparecimento de outros textos de diferentes autores com a mesma temática da “visão de espelho”. A própria pesquisadora retorna à matéria em manifestações posteriores, a exemplo dos artigos “A reconquista do Maranhão”, publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão* (2010a), em setembro de 2010 (edição eletrônica), e “O mito da fundação na era do simulacro”, publicado no jornal *O Estado do Maranhão* (2010b), e de uma entrevista concedida ao mesmo periódico, a respeito do lançamento da obra *São Luís do Maranhão: corpo e alma* (2012).

Em caráter preliminar, há de ser consignado o uso inadequado da palavra “reconquista” no título do artigo da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão* (2010a). Os lusitanos não podiam reconquistar o que jamais haviam antes conquistado. A diferença é cristalina com o título do livro organizado por Daher (2009): *Papéis da conquista do Maranhão (1612-1624)*, que é dedicado ao mesmo fato histórico.

No livro *A fundação francesa de São Luís e seus mitos* e nas manifestações-satélite, Lacroix (2008, 2010a, b, 2012), com uma sustentação habilidosa e sedutora, ratifica algumas das principais ilações de Lima, todavia eleva o mito das origens portuguesas da cidade a um novo patamar, mais sofisticado. Ela fornece uma roupagem “científica” à tese da “fundação” lusa de São Luís, usando uma abordagem reducionista, de apelo em alguns setores da comunidade intelectual, focada na argumentação de que a ideia da atribuição da fundação de São Luís aos gauleses é um simples mito, forjado a partir do princípio do séc. XX no Maranhão, como

produto dos interesses das elites decadentistas locais pela afirmação de uma identidade singular para estas plagas e do culto às origens francesas a partir do fim do séc. XIX.

Simultaneamente, na aludida entrevista, confronta o seu trabalho (ciência “honestá”) com o trabalho dos historiadores que defendem os franceses como fundadores (pesquisa superficial, reprodução de um mito):

É uma tradição inventada recentemente, ainda no século passado. Por uma questão de honestidade histórica, de historiadora, eu tinha de mostrar esse fato. Os historiadores anteriores eles seguiram José Ribeiro do Amaral sem pesquisar mais ao fundo porque ele considerou a fundação no dia 8 de setembro. Em vez de eles retomarem Claude D’Abbeville, não, eles apenas começaram a repetir o erro, que é um hábito muito grande dos historiadores maranhenses. Mais repetem o que o outro diz em vez de pesquisar mais a fundo. Chamei isso de mito, porque é uma criação fantasiosa de algo que desconhece o real. Amaral não levou em consideração o que havia sido escrito anteriormente a isso. Os que estavam acostumados a isso bradaram contra, mas nunca mostraram o motivo pelo qual eu estaria errada em ‘A Fundação de São Luís e Seus Mitos’ (LACROIX, 2012, p. 5).

Distintamente do entendimento da professora, os intelectuais maranhenses componentes do grupo dos Novos Atenienses não criaram a interpretação de que São Luís foi fundada pelos gauleses. Do séc. XVIII ao limiar do séc. XX, admitiram ou proclamaram a autoria da fundação da cidade aos franceses, por exemplo, além de Jean-Ferdinand Denis, o Padre José de Moraes, Léon Guérin e Charles de la Roncière. Os Novos Atenienses não promoveram a formação de um mito; eles resgataram a memória de um fato histórico, longamente reprimida pelos lusos, desde os tempos coloniais. Foram eles os vencedores, e os vencedores tendem a impor a sua interpretação dos fatos na historiografia.

A propósito da cerimônia de 8 de setembro, cumpre salientarmos que a posse da terra e a fundação de uma cidade não são eventos excludentes, mas complementares, o primeiro como antecedente lógico do segundo. Nada na obra de D’Abbeville (1975) desautoriza essa conclusão. Ao contrário, ele chega a dizer que junto ao Forte São Luís, quando do começo de seu erguimento, “há uma grande praça tão cômoda quão admirável”, ostentando “belas fontes e regatos, que são a alma de uma cidade” (D’ABBEVILLE, 1975, p. 58).

Diversamente do propagado pelo mito português, La Ravardière e Razilly não eram piratas nem corsários, ocuparam o Maranhão em nome da

Coroa francesa, legitimados, em sua ação, não por cartas de corso, mas por cartas patentes régias que os nomeavam lugares-tenentes-generais. A França, nos séculos XV, XVI e XVII, não reconhecia a exclusividade deferida pela Santa Sé aos ibéricos para a exploração e domínio das terras descobertas ou ainda por serem descobertas no Novo Mundo, a América. Expresso de outro modo, não acolhia a tese do *mare clausum*, consagrada no Tratado de Tordesilhas (1494) e em várias bulas papais de partição do Mar-Oceano. O comentário espirituoso do Rei gaulês Francisco I de que gostaria de tomar conhecimento da cláusula do testamento de Adão que o excluía da partilha do mundo ficou célebre.

É interessante verificarmos como Lacroix, em seus escritos, sempre tão crítica e incisiva, não questiona o que estava por trás da desqualificação dos franceses como invasores por cronistas e historiadores ibéricos e brasileiros no correr dos séculos.

No livro, após registrar que o “culto às origens francesas do Maranhão data do final do século XIX, como reforço à idéia de singularidade da Província”, Lacroix (2008, p. 76, 82) argumenta que as elites maranhenses decadentistas, “influenciadas pelas idéias e práticas francesas sopradas durante todo o século XIX, edificavam seus *tempos de glória*, delineando uma identidade assentada no orgulho de ser superior e singular, com ênfase ao traço cultural literário”, tendo como resultado a invenção, em São Luís, “de tradições, fenômeno comum na última década do século XIX e mais acentuadamente nas primeiras décadas do século XX”. Apregoa que, no cerne do discurso de louvação, “constituindo a comunidade maranhense como a mais erudita, elegante, gentil e hospitaleira, surgiu a construção de uma outra distinção: a da fundação de sua capital pelos franceses”, porquanto aquele momento histórico caracterizado por céleres transformações sociais teria demandado “dispositivos confirmatórios de uma identidade e coesão social”. E, avocando o velho tom de exaltação da figura de Jerônimo de Albuquerque e de desqualificação de Daniel de la Touche, tão cultivado em Lima e outros antes dele, dita: “No Maranhão, La Ravardière, suposto fidalgo francês, transformado em novo herói, passou a fundador da cidade, sendo subtraída de Jerônimo de Albuquerque Maranhão, o valente mestiço de português com índia – símbolo da incivilidade – a honra da fundação de São Luís” (LACROIX, 2008, p. 83).

De forma sintomática, reconhece não ser possível desconhecer “o marco fincado pelo gaulês e as primeiras habitações levantadas pelos comandados de Daniel de La Touche, que serviram de balizas para a futura cidade de São Luís”, no entanto ressalta que “são frágeis marcos, aproveitados pelos portugueses quando da fundação, organização e planejamento da cidade de São Luís, capital da Colônia” (LACROIX, 2008, p. 44). Admite,

por outro lado, que o núcleo selecionado pelos franceses para a sua instalação “corresponde à Avenida D. Pedro II e adjacências, centro dos atuais poderes Executivo, representado pelo Palácio dos Leões, o Paço Municipal e o Judiciário maranhense” (LACROIX, 2008, p. 29). Reconhece, ainda, que foram preservados “os marcos iniciais da parte urbana da Ilha, alguns núcleos religiosos”, originados nas “improvisadas capelas, melhoradas pelos missionários portugueses”, e a denominação do Forte São Luís, “trasladada pelos portugueses à capital do Maranhão” (LACROIX, 2008, p. 37, 75).

Alega Lacroix (2010a, p. 29), no artigo “A reconquista do Maranhão”, que a sua preocupação possui como objeto “a formação da identidade maranhense, ora trabalhada como Atenas, fortalecida pela singular origem francesa de São Luís e presentemente identificada como a Jamaica brasileira”, acrescentando que, quando “o maranhense quer criar uma imagem de si, se projeta na imagem de outro”, de sorte que ele “é ateniense, francês ou jamaicano”, diversamente da atitude do carioca, que “não nega a autoria de sua cidade a Estácio de Sá”, conquanto a permanência dos franceses no Rio de Janeiro haja sido “mais duradoura, assim como suas construções perenes”, no que ecoa, uma vez mais, o posicionamento de Lima.

Essa obsessão em rebaixar o fato histórico da fundação de São Luís pelos gauleses a uma mera condição de mito estimulado pelas elites decadentistas maranhenses impele a autora a desconsiderar que a interpretação em prol do reconhecimento da “fundação” lusitana da cidade nasceu em um contexto de afirmação da legitimidade da conquista portuguesa do Maranhão e do poder colonial luso, de interesse da Coroa e das elites que a apoiavam na metrópole e no Maranhão Colonial. Acerca da preocupação da historiadora com a formação da identidade maranhense, é reveladora a constatação de que Lacroix aparentemente não julgaria também uma projeção na “imagem de outro” se o maranhense se visse como lusitano. Aliás, é bom lembrarmos que um dos epítetos de São Luís é “Cidade dos Azulejos” e que este fenômeno não é exclusivo destas paragens. Quem nunca ouviu falar da Veneza Brasileira?

Com *Guerrilhas*, uma reunião de artigos, a maioria publicados na imprensa maranhense, no rol dos trabalhos diretamente influenciados por *A fundação francesa de São Luís e seus mitos*, Reis (2011) é um dos mais fiéis porta-vozes do pensamento da pesquisadora. Na obra, mais exatamente nos itens “Franceses, atenienses e historiadores no Maranhão”, “O mito francês e a dança dos historiadores”, “O Maranhão bárbaro e sua miséria historiográfica”, “Mito e fundação (réquiem para historiadores)” e “O mito fundador”, o autor encomia o livro de Lacroix e o prefácio deste, assinado por Flávio José Silva Soares, e incorre na mesma abordagem reducionista da professora, manejando o mesmo discurso, com semelhante nível de

sofisticação cientificista, para reafirmar a suposta existência do mito francês da fundação de São Luís. Na sua jornada contestatória, sem suporte nos fatos históricos conhecidos, redige mais um capítulo da reprodução do mito da “fundação” lusa de São Luís (REIS, 2011, p. 16-17, 19, 33).

Encontra-se idêntica “visão de espelho” em Bernardino (2011). No artigo “A mentira sobre os 400 anos da fundação de São Luís”, referindo João Mendonça Cordeiro na assertiva de que “atenienses alienados, em busca de um presente glorioso como fora no passado a Atenas Brasileira, dominados pelo galicismo, criaram, em 1912, o mito da fundação francesa da cidade de São Luís”, ele destaca que essas pessoas “trocaram o verdadeiro e único fundador de nossa cidade, o brasileiro pernambucano, mameluco Jerônimo de Albuquerque [...] pelo pirata francês La Ravardière” (BERNARDINO, 2011, v. 1, n. 38, p. 141). Uma vez mais, La Touche é pincelado como o vilão pirata e estrangeiro que não somente invadiu o Brasil, como usurpou de um brasileiro (sozinho, como é frequente, pois Razilly não é citado) a honra da fundação de São Luís. E outra vez a historiografia que pugna pelo reconhecimento dos franceses como fundadores da cidade é pintada como “não científica”, ou, de maneira explícita, *in casu*, “alienada”.⁵

4. Considerações finais

É cristalina, destarte, a existência de um mito português sobre as origens de São Luís. No entanto, não há mito francês no sentido que lhe atribuem Lacroix e os seus seguidores, de “tradição inventada”, de “criação fantasiosa de algo que desconhece o real”. A atribuição da autoria da fundação de São Luís aos gauleses encontra robusta justificação nos fatos conhecidos, revelados pelas fontes primárias. Ao contrário do que é constantemente propalado, não é uma interpretação criada pelos Novos Atenienses, não está adstrita a um tempo (séc. XX) ou a um espaço (Maranhão). Neste sentido, o único mito possível é o da fundação “lusa” da cidade. Daí a constatação de que a controvérsia sobre a fundação de São Luís é uma falsa polêmica, em que um mito (lusitano), travestido de “ciência”, é contraposto à verdade histórica autorizada nas fontes disponíveis, inapropriadamente transformada em mito (francês).

Por outro prisma, todo acontecimento humano, todo fato relevante na história da humanidade, ocorrido em um tempo primordial, admite interpretações míticas, o que significa que a fundação de São Luís promovida por Daniel de la Touche e François de Razilly admite mitificações, entre francófilos e lusófilos indistintamente, por razões distintas, sobre a atuação dos franceses em aspectos raramente percebidos pelos estudiosos, como aquela que obscurece a figura de Razilly e o converte em um fundador habitualmente

⁵ Para um maior aprofundamento sobre a questão do mito da “fundação” lusitana de São Luís e a polêmica sobre as origens da cidade, ver Ferro (2014, p. 561-619).

olvidado, não obstante sua posição de “senhor da colônia”, participante de todos os eventos preparatórios e implementadores da fundação e responsável pelo batismo do próprio forte que daria o nome à cidade, em benefício da onipresente supervalorização da figura de La Ravardière, porquanto, enfim, é mais fácil e mais simbólico realçar os feitos de um único herói ou concentrar as críticas em um único vilão.

É evidente que o culto às origens gaulesas do Maranhão do crepúsculo do séc. XIX nutriu condições propícias a que um grupo de intelectuais maranhenses do séc. XX resgatasse do limbo da obliteração importantes fatos históricos concernentes à história de São Luís. É perceptível que a origem francesa da cidade detém mais apelo turístico, pela sua singularidade. E pode servir a diferentes interesses e fins, de diferentes grupos e diferentes elites. Mas não é por isso que defendemos os franceses como fundadores de São Luís. A fundação não é um fato que se prolonga indefinidamente no tempo, nem se confunde com urbanização, esta, sim, sujeita a lentos processos temporais. São os fatos, descortinados pelas fontes históricas, os quais independem da nacionalidade do autor dos registros, que apontam os franceses como os fundadores da cidade. Fazer ciência “honesta”, primar pela “honestidade histórica” não significa neutralidade, já que esta é um mito; entretanto, requer investigar todos os principais aspectos e implicações de uma questão, e não desconsiderar como acrítico, alienado ou não científico a priori todo o entendimento que não navegue pelas mesmas águas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, José Ribeiro do. *O Maranhão histórico* – Artigos de jornal (1911-1912). São Luís: Instituto Geia, 2003. 123 p. (Coleção Geia de Temas Maranhenses, 1).

BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011. 728 p. Título original: *Storia della città*.

BERNARDINO, Alteré. A mentira sobre os 400 anos da fundação de São Luís. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão*, Edição eletrônica, São Luís, v. 1, n. 38, p. 141-142, set. 2011. Disponível em: <<http://issuu.com/leovaz/docs/>>. Acesso em: 9 out. 2011.

BERREDO, Bernardo Pereira de. *Anais históricos do Estado do Maranhão, em que se dá notícia do seu descobrimento, e tudo o mais que nele tem sucedido desde o ano em que foi descoberto até o de 1718*: oferecidos ao Augustíssimo Monarca D. João V. Nosso Senhor. 4. ed. Rio de Janeiro: Typo Editor, 1988. 390 p.

BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. *Annaes*. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1905. v. 26.

CABRAL, Mário da Veiga. *História do Brasil*: curso superior. 19. ed. Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo, 1959. 612 p.

CORRÊA, Rossini. Atenas Brasileira: mito & realidade: a arte de tirar leite das pedras. *Jornal Pequeno*, São Luís, 3 mar. 2012. Suplemento Cultural & Literário JP Guesa Errante, p. 3-4. Extraído de CORRÊA, Rossini. *Atenas Brasileira: a cultura maranhense na civilização nacional*. Brasília: Thesaurus; Corrêa & Corrêa, 2001.

CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973. v. 1. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo).

DAHER, Andrea. *O Brasil francês*: as singularidades da França Equinocial, 1612-1615. Traduzido por Albert Stückenbruck. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 404 p. Título original: Les singularités de la France Equinoxiale.

DAHER, Andrea (Org.). *Papéis da conquista do Maranhão (1612-1624)*. São Luís: Edições AML, 2009. 103 p.

D'ABBEVILLE, Claude. *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão*. Tradução de Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. 297 p. (Coleção Reconquista do Brasil, 19).

D'ÉVREUX, Yves. *História das coisas mais memoráveis, ocorridas no Maranhão nos anos de 1613 e 1614*. Introduções de Ferdinand Denis (e notas), Gabriel Marcel e Mércio Pereira Gomes. Tradução de Marcella Mortara. Rio de Janeiro: Batel: Fundação Darcy Ribeiro, 2009. 468 p. (Coleção Franceses no Brasil, 4). Original francês.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. Tradução de Pola Civelli. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011. 182 p. (Coleção debates, 52). Título original: Myth and reality.

FERRO, Ana Luiza Almeida. 1612: os papagaios amarelos na Ilha do Maranhão e a fundação de São Luís. Curitiba: Juruá, 2014. 776 p.

GODOIS, Antonio Baptista Barbosa de. *Historia do Maranhão para uso dos alumnos da Escola Normal*. São Luís: Mar. Typ. de Ramos d'Almeida & G., Suces., 1904. t. 1.

GODÓIS, Antônio Batista Barbosa de. *História do Maranhão para uso dos alunos da Escola Normal*. 2. ed. São Luís: AML/EDUEMA, 2008. 367 p. (Publicações do Centenário. Série Fundadores, 4).

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1986 p.

JARNOUX, Philippe. La France équinoxiale: les dernières velléités de colonisation française au Brésil (1612-1615). *Annales de Bretagne et des pays de l'Ouest*, Rennes, t. 98, n. 3, p. 273-296, 1991.

KENNEY, Dennis J.; FINCKENAUER, James O. *Organized crime in America*. Belmont, California: Wadsworth, 1994. 398 p.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *A fundação francesa de São Luís e seus mitos*. 3. ed. São Luís: Ed. UEMA, 2008. 184 p.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *A reconquista do Maranhão*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão*, Edição eletrônica, São Luís, v. 1, n. 34, p. 21-30, set. 2010a. Disponível em: <<http://issuu.com/leovaz/docs/>>. Acesso em: 6 set. 2011.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. O mito da fundação na era do simulacro. *O Estado do Maranhão*, São Luís, 24 out. 2010b. Caderno alternativo, p. 3.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. Maria de Lourdes Lauande Lacroix – Historiadora. *O Estado do Maranhão*, São Luís, 30 ago. 2012. Caderno alternativo, p. 5. Entrevista concedida a André S. Lisboa.

LIMA, Olavo Correia. Duas controvérsias científicas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão*, São Luís, v. 63, n. 16, p. 77-88, abr. 1993.

MARIZ, Vasco; PROVENÇAL, Lucien. *La Ravardière e a França Equinocial: os franceses no Maranhão (1612-1615)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007. 231 p.

MARTINIÈRE, Guy. São Luís, capitale du Maranhão, capitale rêvée de la France équinoxiale: the dream capital of equinoctial France. *História*, Franca, v. 30, n. 1, p. 252-263, June 2011. Available from Internet: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742011000100012&lng=en&nrm=iso>. Cited: 06 July 2012.

MEIRELES, Mário Martins. *História do Maranhão*. 3. ed. São Paulo: Siciliano, 2001. 392 p.

MENEZES, Aline Bezerra de. Os escritos do Padre Luiz Figueira e a fundação de São Luís no Maranhão. *Mneme – Revista de Humanidades*, Caicó, v. 7, n. 16, p. 126-158, jun./jul. 2005. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufm.br/ojs/index.php/mneme/article/view/300/276>>. Acesso em: 24 ago. 2012.

MORAES, Jomar. *Apontamentos de literatura maranhense*. 2. ed. São Luís: Sioge, 1977. 273 p.

MORAES, Jomar. *O rei touro e outras lendas maranhenses*. 2. ed. Imperatriz: Ética, 2008. 131 p.

MORAIS, Padre José de. *História da Companhia de Jesus na extinta Província do Maranhão e Pará*. Rio de Janeiro: Editorial Allhambra, 1987. 386 p.

PROVENÇAL, Lucien. A França Equinocial: os franceses no Maranhão. In: MARIZ, Vasco (Org.). *Brasil-França: relações históricas no período colonial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2006. p. 87-110. (Biblioteca do Exército; Coleção General Benício, 425).

PROVENÇAL, Lucien. Les français au Brésil, La Ravardière et la France équinoxiale (1612-1615). In: NOBERTO, Antônio (Org.). *França Equinocial: uma história de 400 anos, em textos, imagens, transcrições e comentários*. São Luís, 2012. p. 64-74.

PRADO, Geraldo Luiz Mascarenhas. *Eficácia e funcionalidade e processo penal*. In: GOMES, Abel Fernandes; PRADO, Geraldo Luiz Mascarenhas; SANTOS, William Douglas Resinente dos. *Crime organizado e suas conexões com o Poder Público: comentários à Lei nº 9.034/95: considerações críticas*. Rio de Janeiro: Impetus, 2000. p. 117-123.

REIS, Flávio. *Guerrilhas: artigos*. São Luís: Pitomba/Vias de Fato, 2011. 168 p. Versão em PDF não impressa; dez. 2011.

SOUTO MAIOR, A. *História do Brasil*. 10. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972. 368 p.

VIANNA, Helio. *História do Brasil: período colonial*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965. v. 1.

VIVEIROS, Jerônimo de. *História do comércio do Maranhão: 1612-1895*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954. v. 1

SENDO HOLISTICAMENTE CARLOS CUNHA: da boca do inferno ao Caçador da Estrela Verde

*Ao Confrade Carlos Cunha
(In memoriam-1933 a 1990).
Dilercy Aragão Adler*

Inicialmente, quero externar o meu imenso prazer de poder tecer alguns comentários sobre a vida e obra do ilustre maranhense Luiz CARLOS da CUNHA, neste ano do aniversário de 30 anos do seu falecimento.

Acho pertinente esclarecer o título deste Elogio, antes mesmo de falar sobre o homenageado no que diz respeito à sua inestimável obra, assim como à galhardia, no sentido figurado mesmo da palavra, que nos remete à nobreza de alma, magnanimidade, generosidade, com que Carlos Cunha enfrentou os percalços que a vida lhe impôs.

Por que **SENDO HOLISTICAMENTE CARLOS CUNHA:** da boca do inferno ao Caçador da Estrela Verde?

O verbo no gerúndio que inicia o título indica uma ação que ainda está em curso, uma ação prolongada no tempo. Transmite, assim, uma noção de duração e continuidade da ação verbal, não estando relacionado com nenhum modo ou tempo verbal. O tempo verbal de Carlos Cunha é, pois, *Sendo*.

O **HOLISTICAMENTE** está se referindo à totalidade do homem que é, quando expressa a contradição inerente à condição humana. Neste contexto, a mesma contradição dialética do existir de Carlos Cunha, que vai da “boca do inferno”, traduzindo pungentemente a pronúncia da dor proveniente das injustiças, das barbáries perpetradas por alguns homens desprovidos de humanidade, e que, por sua vez, maculam a história das civilizações, até a “o caçador da estrela verde”, quando dá provas irrefutáveis da sua sensibilidade aguçada, do seu amor ao outro e à vida e ainda da crença na esperança. Tudo isso coexistindo com o mesmo vigor. Dois parâmetros contrários inerentes à “unidade Carlos Cunha”.

Segundo sua filha, Wanda Cunha (2007, p. 11),

Carlos Cunha recebeu dois cognomes adversos: boca do inferno, numa analogia ao Gregório de Matos, pelas críticas que fazia aos indesejáveis através do jornalismo; e O Caçador da Estrela Verde,

em ressonância ao seu livro de memórias, assim intitulado. De um lado, inspirou inimizades; de outro, angariou amigos.

Gregório de Matos, “o boca do inferno”, foi um dos maiores poetas brasileiros do período Barroco. Além de poeta, Gregório foi advogado durante o período colonial. Criticava as instituições governamentais e eclesiais do seu tempo, foi por isso perseguido pela Inquisição e condenado ao degredo em Angola, no ano de 1694. Ficou famoso por seus sonetos satíricos e frases contundentes, dentre as quais elegi a que segue, por retratar Carlos Cunha muito fielmente: “Eu sou aquele, que os passados anos cantei na minha lira maldizente torpezas do Brasil, vícios, e enganos” (DIANA, 2020).

Já “O Caçador da Estrela Verde” é o título do livro de memórias, escritas por ele aos cinquenta e três anos, e nesta obra afirma:

É preciso ter muita coragem para produzir memórias na maturidade. Temos consciência plena das responsabilidades que assumimos. Tivemos a coragem para enfrentar essa situação, porque por formação achamos que a verdade deve ser dita, sejam quais forem as consequências. (CUNHA, 1986, p.19).

Por outro lado, acredito que o nome escolhido tenha sido inspirado na Fábula da Estrela Verde:

Havia milhares de estrelas no céu. Estrelas de todas as cores: Brancas, Prateadas, Verdes, Douradas, Vermelhas e Azuis. Um dia, elas procuraram Deus e lhe disseram: Senhor, gostaríamos de viver na Terra, entre as pessoas. – Assim será feito, respondeu Deus. Conservarei todas vocês pequeninas como são vistas e podem descer para a Terra. Conta-se que naquela noite houve uma linda chuva de estrelas. Algumas se aninharam nas torres das igrejas, outras foram brincar de correr com os vaga-lumes nos campos, outras misturaram-se aos brinquedos das crianças, e a Terra ficou maravilhosamente iluminada. Porém, passado um tempo, as estrelas resolveram abandonar os seres humanos e voltaram ao céu, deixando a Terra escura e triste.– Por que voltaram? Perguntou Deus, à medida que elas chegavam ao céu. Senhor, não nos foi possível permanecer na Terra! Lá existe muita miséria e violência, muita maldade, muita injustiça...– e Deus lhes disse: Claro! O lugar de vocês é aqui no céu! A Terra é o lugar de passagem, daquilo que passa, daquele que cai, daquele que erra, daquele que morre, onde nada é perfeito! O céu é o lugar da perfeição, do imutável, do eterno, onde

nada perece e, sobretudo, onde reside a Glória do Altíssimo! – Mesmo assim, eu amo as pessoas. Depois que chegaram todas as estrelas e conferindo o seu número, Deus falou de novo: Mas está faltando uma estrela! Perdeu-se no caminho? Um anjo que estava perto retrucou: Não, Senhor, uma estrela resolveu ficar entre os homens! Ela descobriu que seu lugar é exatamente onde existe a imperfeição, onde as coisas não vão bem, onde há luta e dor! – Mas que estrela é essa? Voltou a perguntar Deus... É a esperança, Senhor! A “estrela verde” ! A única dessa cor! E quando olharam para a Terra, a estrela verde não estava só... É que o único sentimento que os seres humanos têm e Deus não tem é a “Esperança”. A “Esperança” é um sentimento próprio dos seres humanos. Deus já conhece o futuro, e a “Esperança” é própria da pessoa humana, própria daquela que erra, daquela que não é perfeita, daquela que não sabe como será o futuro... O planeta estava novamente iluminado e havia uma estrela verde de esperança no coração de cada ser humano. Ainda existe esperança para o Ser Humano! No meio da escuridão de nosso mundo, um novo começo sempre é possível. (AUTOR DESCONHECIDO, 2020).

Fica evidente que as suas memórias trazem denúncias de lutas contra as injustiças, mas traduzem também vitórias que servem de exemplos e ratificam que a estrela verde, a esperança, está aqui na terra... Há uma estrela verde de esperança no coração de cada ser humano. Ainda existe esperança para o Ser Humano!

No tocante ao homenageado propriamente dito, Carlos Cunha, ele nasceu no dia 18 de maio de 1933, em São Luís do Maranhão, e faleceu em 22 de outubro de 1990, também em São Luís. De modo que, este ano, de 2020, é o aniversário de 30 anos do seu falecimento.

Filho primogênito de 10 filhos do casal Carlos José da Cunha e Edith Campos Cunha, viveu a infância no bairro de Monte Castelo, antigo Areal ou Rominha, em São Luís. Seus irmãos: Totó, Marlene, Carrinho, José Cosme, Marly, Ribamar e Carlos José (falecidos) e Marilene e Elias.

Nasceu, por conseguinte, em uma família economicamente modesta, na qual o pai desempenhou, entre outras atividades, uma que eu considero muito romântica por fazer parte da São Luís antiga, que guardo na memória com muito carinho, qual seja: a de *Condutor de bonde*. Edith viveu para o lar, onde exercia o papel de mãe, com nobreza e sensibilidade, e por ter sólida formação moral. Segundo Carlos Cunha, além de elevados ideais, a mãe forjou as bases morais da personalidade de cada filho; e o pai teve uma preocupação e um mérito ao mesmo tempo: ter educado os filhos

dentro de uma concepção de vida correta e honesta e oportunizar educação escolarizada acima da média.

Por ser a renda familiar insuficiente, pois esta provinha inicialmente apenas do salário do pai, para manter a família, a solução encontrada foi os filhos trabalharem desde cedo. Assim, acredito eu que Carlos Cunha, desde os seus primeiros contatos com a realidade social, foi guardando impressões de um mundo injusto e desigual, com que não comungava, e isso, imagino eu, contribuiu para estabelecer em si forte motivação para empreender lutas por um mundo com mais justiça e equidade, por meio da cultura e da educação, seus grandes baluartes.

Enfrentamos o batente como apanhador de pedras. Juntávamos as pedras e, depois, as quebrávamos. Aí, o nosso pai vendia [...] Foi um tempo difícil, de fome neste país, em consequência dos maus governos e da corrupção que sempre existiram na administração pública. A fome que produzia flagelados era o efeito da falta de decoro administrativo, como foi, depois, com os governos civis e militares.

Vendemos café na rinha de galo do velho Dudu Bessa, no antigo Areal. Nossa segunda ocupação foi a de vendedor de perfumes. As melhores freguesas eram as prostitutas da Camboa. Naquele bairro, morando em casa de zinco (as palafitas da época) gostavam de comprar perfumes. Do contato com essas marginalizadas da sociedade, extraímos um material profundamente humano que depois, iria ser motivo de nossa poesia inicial. Eis uma pequena amostra: casas de zinco, enferrujadas/ flutuam sobre a lama e sobre o manguê./ os maruins em festa, peixes engolindo o mar./ E, nessas casas de zinco, milhares de cristãos apodrecendo/à beira dos esgotos, como se fossem/um punhado de detritos.

Aquelas mulheres, maltratadas pela vida, tinham que praticar o comércio sexual para sobreviver. Ainda hoje nos choca essa dura realidade. (CUNHA, 1986, p.31).

Como asseverei, essas primeiras experiências concretas vivenciadas no mundo humano forneceram a amálgama para as elucubrações do homem consciente, ainda em construção, mas que já tinha o entendimento de que muito havia de ser feito para amenizar as agruras da maioria dos brasileiros.

Aos sete anos de idade, iniciou os seus estudos no Instituto “Zoé Cerveira”, tendo como primeira professora a Sra. Rosilda Carvalho Sampaio. Aos oito anos foi para o Colégio Marista, atual Colégio Maranhense, onde iniciou o antigo primário, concluindo-o no Grupo Escolar Raimundo

Correia. Aos 8 anos entregava os seus primeiros poemas para a Profa. Ione Alves corrigi-los. Eram versos infantis, segundo o próprio autor, carregados de sentimentos de um espírito que começava a desabrochar para o mundo. No entanto, já percebo nessa idade uma personalidade forte, destemida por não se sentir constringido em entregá-los para a professora, pois considero um ato de ousadia, ousadia construtiva, compartilhar as próprias produções acadêmico-literárias, porque sempre testemunham e declaram para o outro, de alguma forma, um pouco do que somos, o que pensamos. Nessa idade, o desejo de ser escritor já era forte, como uma incontrolável paixão! Declara esse sentimento na sua biografia.

Ingessou na Academia de Comércio, na qual fez o curso de Técnico em Contabilidade à noite, conciliando, assim, com o trabalho no horário diurno. Após os estudos básicos, fez o curso de Técnico de Contabilidade e mais tarde entrou para a faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Maranhão, diplomando-se em História e Geografia.

Em 13 de março de 1955, casou-se com Plácida Jacimira Cabral. Ela contava na época com dezesseis anos e estudava no Convento São Vicente de Paula. Do matrimônio, nasceram os oito filhos do casal: Isabel Cristina, Tereza Cristina, Wanda Cristina, Rossana Cristina, Carlos Anaxímenes, Carlos Anaximandro, Rosana Cristina e Daniela Cristina.

Carlos Cunha declara, no seu livro de memórias, que em relação à constituição da família se sentia gratificado por ter constituído uma prole relativamente grande, ao lado da esposa Plácida Jacimira. Diz ainda que, à primeira vista, parece ser uma tarefa fácil, no entanto, para quem é pobre, ter uma postura firme diante de alguns acontecimentos não é algo fácil, pelo contrário, constitui desafio difícil de ser enfrentado. De acordo com a situação é estabelecido um verdadeiro dilema entre conseguir manter-se digno e oferecer um padrão de vida compatível com as necessidades da família. No caso específico da atividade jornalística, esse impasse é mais agudizado, considerando que tomadas de decisão corajosas, contrárias aos interesses arbitrários daqueles que detêm o poder econômico na sociedade, resultam comumente em retaliação.

A opção pela combatividade em favor da verdade e da justiça foi o acertado caminho escolhido. Assim, segundo ele, não se deixou cair nas malhas das contradições nem se enlear aos “pés” dos poderosos, embora soubesse que são eles que têm cargos e bons empregos para oferecer (proprietários dos meios de produção). Apesar dessa intimidação, soube reagir valentemente a todas as pressões, conseguindo o sustento da família, livrando-a conseqüentemente da miséria e da marginalização que essa condição esdrúxula termina concretizando.

O dia 12 de abril de 1975 ficou marcado como um dia trágico no calendário dos Cunha, em virtude do falecimento da filha/irmã Tereza, com apenas 18 anos, o que causou profunda dor em toda a família e naqueles que a amavam; e no pai-poeta o vazio desmedido fez fluir inspiração para os mais belos versos e, em especial, “Soneto Para a Catedral” a ela dedicado.

SONETO PARA A CATEDRAL

Eu vi Tereza no teu altar rezando
 Preces de amor na festa do noivado.
 Era um anjo, sereno, imaculado;
 Ou, uma rosa em paixão se confessando

Depois, eu vi Tereza iluminando
 teu simbolismo em ouro cravejado,
 Eu vi Cristo sorrir crucificado
 Vendo no altar Tereza se casando
 Hoje, porém, a rosa já não brilha;
 Já não sinto e ouço a voz da minha filha
 Que tão cedo partiu para a eternidade
 E o Cristo que sorriu para Tereza
 No mesmo altar soluça de tristeza
 Procurando conter minha saudade.

(CUNHA, 1989, p. 23 *apud* CUNHA 2007, p.52).

Vejo e sinto marcas de momentos de serenidade e de saudades sentidas quando diz: *Eu vi Tereza no altar rezando [...] Eu vi Tereza iluminando [...] Hoje, porém, a rosa já não brilha; [...] No mesmo altar soluça de tristeza [...] Procurando conter minha saudade.*

As perdas de seus entes queridos tocaram sobremaneira a sua alma humana e o fizeram cantá-las em admiráveis sonetos, entre os quais, o intitulado “Soneto Para Jacimira” que fez ao sogro:

SONETO PARA JACIMIRA

Olha, meu bem, que triste imensidão vazia
no lar, em mim, em ti, nos filhos que tivemos.
O pau-d'arco imponente e belo já não vemos,
aquele que entre nós de sonhos refloria.
Imensa a nossa dor, tamanha nostalgia
que retelha do luto a casa em que vivemos.
Um pedaço, bem sei, de vida nós perdemos.
E essa saudade em lenta sinfonia!
Angústia que não vai. Lembrança dolorida: coivara
Coivara que ficou na roça dos amores!
Mas, que tritura, meu bem! Que solidão enorme! E,
E, entre nós, está ausência presente, desconforme,
do pau-d'alho tombado na estação das flores.
(CUNHA 2007, pp. 93-94).

Para sua mãe, o soneto

EDITH

Se fecho os olhos, vejo os olhos dela,
qual um facho de luz na minha estrada,
luz que torna segura a caminhada
e reflete a ternura de uma estrela.

Se a saudade me vem tantalizada
e em meu peito se agita e se encapela,
sua imagem sagrada se revela
na tela da minh'alma apaixonada.

Na infância distante e bem quieta,
sem perceber que eu nasci poeta,
nem pressupôs, sequer, meu triste fim.

Eu fiquei velho, muito mais que ela.
Na dor discreta, penso logo nela.
Eu carrego mamãe dentro de mim!
(CUNHA, 2007, p. 92).

Para o pai,

O CONDUTOR E O BONDE

Para meu pai
Meu pai passou a vida inteira
dentro de um bonde.
Subindo e descendo,
prá lá e prá cá.
Vestindo alegrias,
calçado de invernos,
comendo sururu.
Meu pai envelheceu nas paradas,
para que os filhos percorressem o mundo.
E o bonde? o bonde de papai?
O bonde enferrujou os trilhos,
rangendo canções aqui e acolá.
correndo e parando,
tentando chegar...
(CUNHA; MARTA, 1989, p. 20).

E para o filho primogênito, falecido aos oito meses, muito tocante,

RONDÓ DE TRISTURA PARA O MEU FILHO MORTO

Gritos anônimos
diluíram-se no espaço
por tua causa

a luz tornou-se
imperfeita e confusa
por tua causa

os homens serão
peixes e pássaros
por tua causa
(BRAGA, 1973).

Dentre as homenagens feitas a Plácida, sua esposa, destaco

CONDOR FERIDO

Eu já fui forte, ousado, destemido,
um rochedo sem medo do oceano,
primavera durante todo o ano,
um feliz vendaval sem ser vencido.

Eu fui condor, voando distraído,
sem receio ou temor, sem desengano,
conquistei corações qual um tirano,
fui mais forte no amor do que Cupido.

Mas, tu chegaste, assim, na minha vida.
E foste entrando, em mim, despercebida,
deitando lá no fundo da minh'alma.

Pobre destino o meu, morrer assim:
um furacão vencido pela calma.
Foi tão-somente o que restou de mim.
(CUNHA, 2007, pp. 91-92).

Um outro soneto que me entenece profundamente é o que ele fez para o seu filho com afonia (mudez):

SONETO DA MINHA ANGÚSTIA

Eu tenho filho, cujo olhar profundo
penetra o infinito da minha alma.
Esse olhar estrangula a minha calma.
E, em magoas e tristezas me fecundo.

Finjo aceitar em mim, lá bem no fundo,
no mistério da dor que em mim se espalma,
a mudez que meu filho traz encalma,
na rosa cor de rosa do seu mundo!

E esse olhar, qual lâmina me invade.
Parece até um triste fim de tarde
que se debruça sobre o meu viver.

Ah! se eu pudesse cessar esse absurdo...
Não sofreria se ficasse mudo,
vendo e sentindo a sua voz nascer!...
(CUNHA, 2007, pp. 93-94).

Também me chama muito a atenção

CANTIGA SECA DE UM HOMEM SEM FÉ

Eu preciso mudar de alma
 A minha está tão velha
 Que descorou o sol dos meus cabelos
 Todos os mendigos do mundo estão no meu sangue
 Vejo os horizontes molhados
 E a esperança velha que eu tinha
 Carregou a minha aurora no ventre
 No fundo dos meus olhos,
 Um mar de aço polido,
 Sem cantigas de marinheiros,
 Sem búzios e sem algas
 Eu preciso mudar a minha alma depressa.
 O meu mundo perdeu a sua acústica
 E o chão que estou pisando
 Há muito ficou velho.
 (CUNHA, 2007, p. 69).

Carlos Cunha materializa um intelectual de múltiplos talentos e de precocidade marcante: poeta, crítico, ensaísta, cronista, jornalista e professor. Talvez pela própria condição da vida material que o pôs muito cedo diante das coisas boas, assim como da dura realidade da vida, vejo nele um Homem intenso em sentimentos, palavras e ações que soube extrair, mesmo dos aprendizados amargos da vida, lições positivas.

Aos dezessete anos, ingressou no jornalismo, precisamente no “Jornal Pequeno”, onde principiou como repórter, e, nesse campo de trabalho, fez grandes matérias ainda nos seguintes jornais: “Jornal O Dia”, “O Imparcial”. “O Estado do Maranhão” (colaboração) e o “O Coruja”.

Trabalhou também como Relações Pública, na antiga Fundação do Bem-Estar do Menor (FEBEM) e na CEMAR. Redigia os editoriais da

Rádio Timbira, Emissora Oficial do Estado e ainda foi professor na Escola Gonçalves Dias.

Desde os anos escolares, entregou-se à literatura sem dela desistir e dedicava-se sempre ao seu aperfeiçoamento em todos os instantes possíveis, embalado pelo imenso desejo de ser escritor.

Paralelamente, meditava acerca da imagem dos versos dos escritores prediletos e passava horas a fio lendo em voz alta os poemas mais célebres, tentando penetrar a essência da mensagem poética principalmente de autores, como: Gonçalves Dias, Castro Alves, Casimiro de Abreu, Vespasiano Ramos, Fagundes Varela. Segundo declara em suas memórias, esses autores empolgavam a alma e embalavam sentimentos. Foi assim que se especializou na arte da declamação por meio da qual obteve grande destaque em pouco tempo. Para ele, a poesia e a declamação eram próximas e não podia entender uma sem a outra, de maneira que declamava em locais públicos festivos, saraus literários, reuniões culturais, entre outros. Era considerado por Ruben Almeida, Domingos Vieira Filho, Márcio Martins Meireles e por outros intelectuais maranhenses como um dos melhores declamadores. Foi considerado o melhor declamador de seu tempo.

Fundou o Jornal Posição, o Instituto Lourenço de Moraes; o Colégio Nina Rodrigues, do qual foi mantenedor; a “Edições Mirante”. Com outros maranhenses, fundou a Associação Maranhense dos Novos e a Academia Maranhense de Trovas; fundou o Jornal da Rua, com Walbert Pinheiro; os jornais “O Coruja” e o “Cantinho do Trocador”, com outros escritores.

Em meados da década de 1960, foi à Bahia e lá conheceu Jorge Amado e outros expressivos intelectuais da literatura baiana, que dividiam a mesma roda boêmia de Salvador. No seu retorno ao Maranhão, por meio da imprensa, convocou uma sessão para dar início ao Movimento dos Trovadores Maranhenses. Dessa iniciativa, ele e outros trovadores, dentre os quais, Virgílio Domingos Filho e Carlos Cardoso, fundaram a Academia Maranhense de Trovas e foi o seu primeiro Presidente (Florise Pérola *apud* CRISTINA, 1999, p.12).

Ainda compôs músicas em parceria com Oberdan Oliveira: Lenda do Rei Sebastião; Paco Papagaio; Cancioneiro do menino grande; Rio Anil; **Canção Lilás, cujas letras são de sua autoria.**

Por reconhecimento ao seu trabalho intelectual, integrou o quadro de Membros Efetivos da Academia Maranhense de Letras, ocupando a Cadeira 33, patroneada por Pedro Nunes Leal; Membro Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão-IHGM, ocupando a Cadeira de N° 29, patroneada por José Ribeiro do Amaral; Membro Efetivo da União Brasileira de Escritores e da Associação Brasileira de Imprensa e Membro Fundador da Academia Brasileira de Trovas.

Carlos Cunha publicou 24 livros: *Poesia de Ontem* (poesias), 1967; *Dois Discursos*, (discursos que marcam a posse de Carlos Cunha na AML, recebido pelo cônego Ribamar Carvalho), 1968; *Eu e a Academia Maranhense de Trovas (Registro da AMT)*, 1970; *Vultos Históricos à luz da Crítica Moderna (Crítica Histórica)*, 1970; *Cancioneiro do Menino Grande (Poesias)*, de 1972; *Um perfil de Pandiá Calógeras – Biografia histórica –* 1973; *Poesia Maranhense Hoje ou Cinquenta Anos de Poesia* (antologia), 1974; *Poemas em Prosa de Carlos Cunha*, 1976; *O Lado Visível, Crônicas/folclore político – 1ª edição –* 1978; *Rosa de Alumínio* (palestras, ensaios e crítica) - 1979; *O Lado Visível, Crônicas/folclore político – 2ª edição –* 1979; *Memórias e Iconografia de Bandeira Tribuzi* (ensaios), 1979; *Pesadelos da Ilha, crônicas, críticas e ensaios*. 1979; *As Lâmpadas do Sol* (estudo crítico da literatura contemporânea maranhense), 1980; *Moinhos da Memória, 1ª edição*, (estudo crítico de autores nacionais), 1981; *Moinhos da Memória, 2ª edição*, (estudo crítico de autores nacionais), 1981; *O Lado Visível, Crônicas/folclore político. 3ª edição –* 1982; *Rosa de Alumínio, 2ª edição*, (palestras) 1984; *No Porão da Eternidade*, (Crônicas, ensaios e críticas), 1984; *Aspectos da Literatura Maranhense* (palestra, ensaios e críticas), 1985; *Ballet de Santos e Demônios*, 1985; *O Caçador da Estrela Verde*, memórias, 1986; *A Páscoa das Gaivotas* (Panorama maranhense contemporâneo das artes plásticas), 1986 e *Areia Velha*, (poesias em coautoria com a poetisa Maria Marta), 1989.

Na descrição da sua filha Wanda Cunha, Carlos Cunha é

Um poeta romântico, simbolista e moderno. Um jornalista independente. Um professor autêntico. Um historiador de aguçado espírito crítico. Um trovador revolucionário. Um declamador sem mestre. Um crítico literário estudioso que transpôs as fronteiras acadêmicas comportadas. Um antólogo de sua contemporaneidade. Um orador excêntrico que, através do improviso, seria capaz de impressionar Demóstenes (.CUNHA,2007, p. 09).

Carlos Cunha, além do Prefácio, dividiu a sua obra “O Caçador da Estrela Verde”, em quatro sessões, intitulando-as de: “O jornalista e suas origens”, “O intelectual e o boêmio”, “O historiador” e “O educador”. À vista disso, fica claro que ele era um homem múltiplo e concomitantemente uno, pois considero que todas as suas particularidades convergiam para um fio condutor: a consolidação da trincheira da resistência contra as arbitrariedades de uma sociedade com profundas discrepâncias, mas, ao

mesmo tempo, sem deixar de dar um tom resplandecente às suas denúncias necessárias.

O fazer do poeta, ensaísta, crítico literário, jornalista, educador, orador, conferencista, antólogo e historiador confluía para o combate ao sistema. Crônicas diárias delatavam os dilapidadores do erário e os governantes que usavam os seus poderes em benefício próprio, em vez de atender as demandas da população, principalmente das camadas mais vulneráveis. Ao mesmo tempo, encorajava jovens escritores, ainda no anonimato, por meio de suplementos literários e prefácios. Como professor de História, importante disciplina por sua dimensão política, ministrava-a com o suporte da crítica para desconstruir a perspectiva alienadora.

No dizer de José Chagas: “Pobre, fez da pobreza a trincheira da sua resistência. Com ele a fulguração intelectual. Com ele o estudioso, a vontade de realizar alguma coisa útil, útil a si, à sua família e aos seus conterrâneos. E conseguiu.” (CUNHA, 1986, p. 83).

Carlos Cunha faleceu em 22 de outubro de 1990, em plena maturidade tanto cronológica como laboral, no Hospital Português, vítima de infarto, mas os seus amigos mais íntimos e familiares confidenciam que, com a morte de sua esposa, no dia 23 de abril do mesmo ano, o poeta perdera o gosto pela vida. “Em conhecendo Carlos Cunha como o conheci” – diz o seu cunhado Waldir Costa – “se vivo fosse, ele próprio diria que morreu de amor” (CUNHA, 2007, p. 17).

Em sua breve vida combateu a pequenez da vida social, foi corajoso, um lutador, combativo opositor de uma sociedade desprovida de senso de justiça e igualdade, até porque sentiu na própria pele, coração e vida todas as mazelas de uma sociedade iníqua, na qual forjou-se como um pensador sensível e aberto à luz externa da Caverna de Platão. Falou do que habitava na sua alma, usando como armamentos o arsenal disponível nas letras de crônicas, trovas, poemas e discursos inflamados nos jornais e, acima de tudo, na sua postura pessoal em todas as esferas da sua vida.

E para finalizar, brindo os leitores com o seu poema

SEM NÓDOA DO TEMPO LIQUEFEITO:

Eu procurava, no meu subúrbio colorido,
Acender o lume das auroras, mas as minhas manhãs
Eram desidratadas e, sempre que olhava o céu,
Sentia o gosto de azul na boca.
Quando aquela rosa de alumínio batia à minha porta

Um trecho de órgão procurava sufocar a minha infância.
 Eu cresci num sufrágio de porquês,
 Mas, no horário dos sinos também.
 A minha tristeza morreu servida numa taça
 E, das grandes madrugadas sonolentas,
 Roubei o brilho de um peixe
 E fiz minha canção.
 (CUNHA ([197-], p. 45 *apud* CUNHA, 2007, p. 48).

Essa é a sua canção! “A minha tristeza morreu servida numa taça/
 E, das grandes madrugadas sonolentas,/ Roubei o brilho de um peixe!”

Deixa-nos assim uma máxima com que pode ser lembrado:
 Apesar de todas as mazelas do nosso cotidiano, roubemos o brilho de um
 peixe, cacemos a estrela verde e a deixemos brilhar em nossos corações!!!

REFERÊNCIAS

BRAGA, Fernando, Rondó de Tristura para o Meu Filho Morto, de Carlos Cunha..São Luís: Jornal O Estado do Maranhão. 24.de julho de 1973.

BRASIL, Assis. (Org.). **A Poesia Maranhense no Século XX** . Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda.;São Luís:SIOGE,1994.

Autor Desconhecido. **A FÁBULA DA ESTRELA VERDE**. Disponível em: <<https://cebi.org.br/biblia/espiritualidade/a-fabula-da-estrela-verde/>>. Acesso em 07 de agosto de 2020.

CUNHA, Luiz Carlos da. **O CAÇADOR DA ESTRELA VERDE**. São Luís: Empresa Gráfica e Editora Mirante Ltda.,1986.

CUNHA, Luiz Carlos da; MARTA, Maria. **AREIA VELHA**. São Luís: Gráfica Imperial, 1989.

CUNHA, Wanda Cristina. **CARLOS CUNHA: planos literário e jornalístico**. São Luís:Mímeo,,2007.

Diana, Daniela. **BIOGRAFIAS: Gregório de Matos**. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/gregorio-de-matos/>>. Acesso em 07 de agosto de 2020.

JORNAL DE POESIA. Disponível em: < <http://www.jornaldepoesia.jor.br/ccunha.html/>>. Acesso em 07 de agosto de 2020.

A IMPORTÂNCIA DAS FORÇAS ARMADAS PARA A DEMOCRACIA: Premissa basilar mantenedora do Estado Democrático de Direito e da Cidadania

Célio Gitahy Vaz Sardinha

Maria Hélia Cruz de Lima

Cristiano de Lima Vaz Sardinha

Desde os primórdios da humanidade, o instinto gregário e de auto defesa inspirou os grupamentos sociais dos seres da nossa espécie à formação preventiva de forças armadas, capazes de reprimir eventuais ataques inimigos e zelar pela paz interna e externa “corporis”, garantindo assim as soberanias das nações.

Esta estrutura guardiã, ainda na fase tribal do “Pithekantropus erectus”, se delineava de forma rudimentar, porém, constituída pelos indivíduos mais fortes fisicamente e adestrados em contendas violentas, vigorosas e mortais, realçando e endeusando os vencedores que assumiam os postos de comando das legiões treinadas e armadas como uma elite nitidamente superior, defensora permanentemente do estado-nação e de seus concidadãos.

Ao fluir dos tempos, ante a evolução natural do homem, acentuou-se sobremaneira o caráter indispensável das forças armadas para a defesa e soberania das nações como conglomerados maiores de seres humanos, notadamente pela existência de povos bárbaros e sanguinolentos, beligerantes por natureza, ávidos para agredir e dominar outras etnias mais pacíficas ,utilizando sempre a força física, a violência e ou armamento mais letal possível, promovendo o pavor e terrorismo em seus oponentes mais frágeis, e menos agressivos, dominando-os. Nesse contexto sócio antropológico e temporal, sobressai o brocardo latino que afirma: *homo lúpus homo*, (o homem é o lobo do homem), ou seja, o homem é o seu próprio lobo e essa visão antropológica se acentua quando regada pela ambição desmedida e gananciosa da dominação que tanto flagela e torna pecaminoso o ser humano em todos os tempos.

Para reprimir e corrigir esse cenário malévol e doentio entram em ação as forças armadas de cada nação do mundo, com a sagrada missão de salvaguardar as suas pátrias e nações autóctones, assegurando a observância

e o cumprimento dos ditames constitucionais e dos preceitos religiosos das mais distintas crenças e confrarias pacificadoras cultivadas na humanidade.

Paralelamente e seguindo a mesma esteira de pensamento, rememoramos dois outros brocados latinos paradigmáticos que nos ensinam: *Men sana in corpore sano*, seguido de *Se vis passem para belum*. Em ambos, “mente sã em corpo são” e “se queres a paz prepara-te para a guerra”, vê-se a constante preocupação dos seres humanos com a conservação em plena saúde, bem como garantindo a defesa imediata de seus territórios e de seus povos contra possíveis ataques inimigos, ameaças ou possibilidades de destruição de suas pátrias.

Nesse vies de raciocínio mais uma vez se sedimentam os conceitos de paz, ordem, vida em harmonia, cidadania e plena fraternidade entre os povos. Todos esses valores construtivos plúrimos, se estribam nos instrumentos constitucionais mantenedores da soberania das nações e, conseqüentemente, na democracia, alicerçada no estado democrático de direito, essência da sociedade moderna organizada e liberal.

Reportando – nos ao absolutismo vivenciado nas épocas medievais ou “período das trevas”, nota-se que as forças armadas eram utilizadas como instrumentos da tirania, autoritarismo e da truculência, características dos regimes ditatoriais e arbitrários que tanto macularam as páginas da história da evolução humana ao longo do tempo. Não é esse o foco do presente trabalho, muito pelo contrário, enfatiza-se o caráter essencial e imperativo das forças armadas para a manutenção da democracia que espelha a sociedade moderna, inspirada nos pensamentos aristotélicos e na tríade regedora da revolução francesa de 1789, liberdade, igualdade e fraternidade; marcos da modernidade pelos quais perpassam as atuais civilizações, bem como as futuras.

Nesse mister, volvendo-se e olhar aos tempos pretéritos como no caleidoscópio ou ampulheta das gerações mais hegemônicas do mundo, identificamos a construção filosófica hobbesiana mantenedora de *o homem é movido por suas paixões*, máxima que expressa a verdadeira condição comportamental do ser “humano”, capaz de tudo, do equilíbrio ao desvario, para satisfazer seu ego, tanto no âmbito individual como no coletivo, extrapolando limites e regras de convívio harmônico.

Para deter tais exacerbações e desnoramentos manifestos por lideranças mundiais, invocam-se as forças armadas como *tábua de salvação* dos povos, reordenando assim as estruturas do estado tutor da sociedade constituída segundo a concepção absolutista de Hobbes, aprimorada por Locke, Rousseau e Montesquieu na visão contratualista hodierna, tripartite de autonomia, independência e soberania entre os três poderes constituídos e mantidos.

Nessa via de raciocínio reafirma-se a sagrada missão constitucional delegada às forças armadas como defensoras do estado, perpassando pelos mais distintos regimes políticos vigentes, em consonância com os anseios do povo e da realidade vivenciada caso a caso, pelas civilizações humanas no curso do tempo.

No âmbito interno de cada nação do planeta, acentua-se ainda mais o mister das forças armadas, mediante requisição oficial dos governantes dos estados e da concordância dos ministérios da Defesa e da Segurança Pública, autorizados pelo Presidente da República tornado cumulativa a tarefa de manter e zelar pela paz e ordem internas, quando necessária a intervenção excepcional em combate a criminosos e em defesa da sociedade ou seja, do povo como prerrogativa da cidadania, bem como a sustentação dos institutos estatais em obediência aos ditames constitucionais vigentes, respeitando os princípios basilares da dignidade humana, da preservação da vida, da integridade e da higidez dos cidadãos, corroborando com a religiosidade dos povos, mui especialmente nos paradigmas do nosso Salvador Jesus Cristo.

Tanto no cenário nacional como no cenário mundial, as forças armadas ocupam um relevo todo especial ante suas nobres missões de guardiães dos três componentes existenciais do Estado, quais sejam: povo, território e governo, alicerçando a paz mundial e a fraternidade inter nações.

É de bom alvitre não esquecermos os trabalhos técnicos e comunitários desenvolvidos paralelamente pelas forças armadas, no que tange aos momentos de crises, sinistros, hecatombes, epidemias, endemias, anomalias climáticas e demais acidentes e conflitos que ocorrem e ganham amplitude de verdadeiros desafios para as forças armadas, com ênfase, na democracia plena em que as críticas e ataques são constantes, exigindo das autoridades constituídas, o acionamento das forças armadas, com o fito de minimizar os sofrimentos dos mais fragilizados e vitimados no contexto dos desastres eventualmente ocorridos.

Sobresai então, a árdua tarefa de cunho social e também econômico, destinada às forças armadas, focando no salvamento de vítimas, na prestação de serviços de saúde e saneamento, no fornecimento, logística de transporte e entrega de mantimentos e víveres para atenuar os infortúnios das populações afetadas, representando verdadeiros *anjos da guarda* dos procedimentos benfazejos.

Sob outro escôpo, enfoca-se sobremaneira a Engenharia Militar direcionada às forças armadas que, no desempenho da missão pacífica de construir para a paz, são elas convocadas a construir as mais diferentes obras de infraestrutura, rodoviárias, ferroviárias, obras d'arte, portos e aeroportos, barragens, diques e espigões, além de obras de proteção e

segurança terrestres, aéreas, aquaviárias e espaciais, transcendendo seus próprios limites de atuação institucional, produzindo obras e serviços técnicos de todas as Especialidades da Engenharia Militar, Elétrica, Eletrônica, Hidráulica, AeroEspacial etc, merecendo destaque o IME – Instituto Militar da Engenharia, o ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica, o BEC – Batalhão de Engenharia e Construção e demais segmentos afins, voltados para a ciência e tecnologia das construções para fins pacíficos e não belicosos.

Desfaz-se, assim, o pensamento errôneo daqueles que imaginam as forças armadas operando somente em ocasiões de guerra e demais conflitos, muito ao contrário, a atuação providencial das forças armadas nos projetos e na execução de obras de Engenharia Militar e Civil, resulta sempre em construções de excepcional qualidade e funcionalidade comprovadas fartamente ao longo do tempo e das condições de uso as mais adversas e severas, superando as expectativas das comunidades usuárias. Além disso, cabe salientar a economicidade da feitura desses projetos e obras pois, a estrutura financeira dos orçamentos se limita aos custos executivos, abrindo mão de lucros e vantagens que sem dúvida pesam muito nas terceirizações de praxe.

Não poderíamos omitir os notáveis trabalhos de atuação das forças armadas no que tange a defesa e preservação das fronteiras territoriais dos países, guarnecendo as linhas limítrofes separatórias e interligações físicas correspondentes. Cabe-nos expor a importância das forças armadas no disciplinamento aduaneiro, em apoio à atuação das Polícias Federal e de Fronteiras, Florestal etc, evitando contrabando e descaminhos, bem como o saqueamento das reservas florestais, da fauna e da flora brasileiras e mundiais, saques estes que constituem crimes tipificados no diploma Penal Pátrio e leis especiais esparsas, complementadas por acordos e pactos internacionais vigentes.

As atuações múltiplas das Forças Armadas no contexto ambiental intra e extra nações proporciona resultados valiosíssimos e de âmbito universal, em se tratando da preservação do planeta terra, atualmente tão combalido pela ambição humana desmedida e inescrupulosa que lesiona e abala irremediavelmente a obra de Deus. É pois, um trabalho nobilíssimo que as nossas Forças Armadas desempenham de modo competente e patriótico, fazendo prevalecer o bem sobre o mal, a legalidade sobre a ilicitude, impondo o respeito e a obediência aos regramentos vigentes.

É imperativo que reconheçamos o trabalho vital e o exemplo cristalino de cultivo do amor telúrico à Pátria Mãe, nossa geradora, difundido pelas Forças Armadas em todos os momentos, quer nas ações de campo, quer nos desfiles e exposições nas célebres datas nacionais comemorativas, externando o garbo e o orgulho de ser brasileiro(a).

O realce costumeiro aos símbolos da Pátria: a bandeira nacional, o escudo e brasão com as armas, além do hino nacional, torna cada cidadão, tanto crianças, adolescentes e idosos, mais e mais motivados aos sentimentos de amor telúrico, nativismo e fidelidade a pátria autóctone., enobrecendo cada um de nós pelo sentimento comum de filhos do mesmo torrão natal, da mesma genealogia e etnia. Todo esse conjunto motivador do amor patriótico tem como vertedouro as forças armadas democráticas, que se exteriorizam nos vínculos ou liames do povo com as instituições as quais pertencem.

Sem o supedâneo das nossas Forças Armadas, tais comemorações e momentos solenes de festas cívicas não teriam a solenidade e imponência devidas, perdendo o espírito nacionalista e nativista, correndo o risco do quixotesco e folclórico.

Graças as Forças Armadas , podemos contemplar com respeito e austeridade os símbolos oficiais da nossa querida pátria mãe-gentil ostentando o lábaro estrelado.

Na visão positivista, liderada por Augusto Comte, a sociedade deve pontuar a principiologia da ordem e do progresso, binômio basilar que pressupõe por sua vez a hierarquia, a disciplina e o respeito. Em todos esses parâmetros conjugados desembocam na ética comportamental, os quais, culminam com a máxima das componentes do sentimento humano que é, sem dúvida a **educação**.

A educação alicerça o civismo somando com moral e com sentimento religioso, bálsamo para todas as dôres e mazelas do cotidiano.

Partindo dessas premissas inspirou-se D.Pedro I, um dos principais autores do desenho geométrico e artístico do nosso pavilhão nacional brasileiro, que reúne todos esses componentes sociológicos e patrióticos de forma brilhante.

Nessa esteira de raciocínio inspiram-se as Forças Armadas democráticas, cultivadoras da inscrição sagrada “Ordem e Progresso”, singular essência do “lindo pendão da esperança símbolo Augusto da paz”, cuja imagem e hino patenteiam e regem os corações do povo brasileiro.

Nenhuma outra nação do mundo exhibe com tamanha clareza e fidelidade a paz, a concórdia e os anseios de progredir, expressão plena traduzida no positivismo

As Forças Armadas das nações democráticas, efetivamente, adotam tais pressupostos construtivos, verdadeiros supedâneos da liberdade e do desenvolvimento sócio-econômico que tanto pugnamos.

Ao seguirmos esses paradigmas quer no âmbito militar, quer no âmbito cívil, asserveramos a importância vital das nossas Forças Armadas

para a manutenção do regime democrático com liberdade, segurança e crescimento ordenado, tríade desenvolvimentista otimizadora do regime.

Na concepção de Emile Durkheim , discípulo fiel de Augusto Comte, ratifica-se o conteúdo filosófico ora enfatizado, mercê da própria genealogia do nosso povo , amante da liberdade e da cultura popular, dando completude ao regime democrático que tanto prezamos e cultivamos.

Gravitando no universo das nações democráticas do nosso planeta, constataremos, como denominador comum, a vasta contribuição tecnológica, educacional e cultural das Forças Armadas não somente como instrumento pacificador e mantenedor da ordem constituída, mas também como vetor de criação e inovação científica e tecnológica a serviço do estado como um todo. Nesse aporte, basta rememorarmos a notável figura de Luís Alves de Lima e Silva, o Barão de Caxias , que além de exímio pacificador com passagem efetiva pelo nosso Maranhão, (Vide Guerra da Balaiada) , também destacou-se como Engenheiro Militar da primeira turma de Engenheiros Militares Brasileiros , formados pela Acadêmia de Engenharia do Império dando contribuições valiosas nas obras militares de sua época.

A cultura militar patenteia a maioria dos feitos da humanidade em todos os tempos. Os princípios regentes do trabalho e do desenvolvimento humano, são plúrimos em suas origens todavia, exprimem invariavelmente uma hierarquia de ideias e atos vivenciados à luz da disciplina de instituições forjadas e mantidas pela própria sociedade em que praticamos no cotidiano de nossa existência. Essa vertente externa, organização e conceitos militares estruturados para o efetivo funcionamento dos segmentos sociais.

Comprova-se tal preceito a partir dos artigos escritos em papiros do Egito e de outras civilizações pré – históricas, decifrados caso a caso, como podemos rememorar os hieróglifos da Pedra Roseta, interpretados por Champolion; escritas cuneiformes deixadas por outros povos como os Incas, os Maias, os Astecas, Assírios e Caldeus, Medos e Persas, povos babilônicos etc, onde é uma constante a raiz militar de organização, disciplina, racionalidade e estruturação em prol dos objetivos comuns, vislumbrando-se essas premissas em todas as civilizações humanas.

Por derradeiro , merece todo o nosso reconhecimento a importância vital das Forças Armadas , diante da excelsa e árdua missão de zelo e amor pela pátria na defesa dos princípios valorativos democráticos , norteadores das sociedades modernas contemporâneas liberais e fraternas, praticantes dos ensinamentos e do Evangelho Cristão que abençoadamente herdamos de nossos ancestrais.

Sigamos assim , nossos princípios democráticos e sejamos aliados das nossas Forças Armadas , em prol de um futuro promissor , benfazejo e harmônico da nossa pátria Brasil e co-irmãs parceiras para a felicidade e plena realização dos nossos descendentes e gerações do porvir.

Vê-se , destarte , o quão importantes são as Forças Armadas para a existência e conservação da democracia em qualquer nação democrática do mundo, dos tempos mais vetustos até os séculos vindouros cibernéticos e robóticos.

...Que assim seja !

P.S. Homenageamos, como reconhecimento *in memoriam* o nosso saudoso pai **MARCELO RIBEIRO VAZ SARDINHA**, amigo conselheiro e parceiro em toda nossa vida, participante direto do presente trabalho, o qual foi agraciado com o prêmio do segundo lugar no concurso de textos de 2019, promovido pelo Grêmio Littero Recreativo Português, o que muito nos honra,

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional Positivo. 13. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição de República Federativa do Brasil de 1988, disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/civil03/constituicao/constituicao.htm>.> Acesso em 23 de Maio 2017.

CHAUÍ, Marilena. Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles. Volumes 1 e 2. São Paulo, Companhia das Letras. 2002.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Justiça em números 2016: ano – base 2015 Brasília. DF, 2016.

MARMELTEIN, George. Curso de Direitos fundamentais. 4. ed. São Paulo: Atlas: 2013.

ROUSSEAU, Jean – Jackes. O contrato social ou princípios do direito político. 2. ed. São Paulo: Escala, 2008.

Von IHERING, Rudolf. A luta pelo direito. Tradução João de Vasconcelos. São Paulo: Martin Claret, 2009.

ABREU, Marcelo de Paiva (Org). A ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ALEXANDRE, Valentim. O processo de independência do Brasil.

CASTRO, Celso. Os militares e a República: um estudo sobre a cultura e ação políticas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

COSTA, Wilma Peres. A espada de Dâmocles o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império. São Paulo: Hucitec / Unicamp, 1996.

HANNER, June E. Relações entre civis e militares no Brasil: 1889-1898. São Paulo: Pioneira. 1975.

A HERMENÊUTICA DA JUSTIÇA NA FILOSOFIA GREGA ANTIGA

Cristiano de Lima Vaz Sardinha

A HERMENÊUTICA DA JUSTIÇA NA FILOSOFIA GREGA ANTIGA

THE HERMENEUTICS OF JUSTICE IN ANCIENT GREEK PHILOSOPHY

Resumo

Analisa a interpretação das normas jurídicas e da justiça no mundo grego antigo. Trata sobre o ideal de justiça nos mitos gregos e o papel fundamental da hermenêutica para a ciência jurídica. Aborda o relativismo aplicado pelos pensadores sofistas a seu favor, no que tange a realização da justiça. Verifica de forma crítica e comparativa os pensamentos de importantes filósofos gregos, tais como: Sócrates, Platão e Aristóteles, tratando sobre as suas diferentes visões sobre o fundamento da ordem jurídica e as suas influências na sociedade e ser humano.

Palavras-chave: Justiça. Hermenêutica. Filosofia grega.

Abstract

It examines the interpretation of legal norms and justice in the ancient Greek world. It deals with the ideal of justice in Greek myths and the fundamental role of hermeneutics for legal science. It discusses the relativism applied by the sophist thinkers in their favor, regarding the realization of justice. It examines critically and comparatively the thoughts of important Greek philosophical, such as: Socrates, Plato and Aristotle, dealing with their different views on the foundation of the juridical order and their influences on society and human beings.

Keywords: Justice. Hermeneutics. Greek philosophy.

1 INTRODUÇÃO

Há muitos séculos, desde os primeiros agrupamentos humanos e o desenvolvimento do Direito, tem sido questionado se o fundamento para existência de uma ordem jurídica voltada para a paz e harmonia social, está exclusivamente nas próprias normas, ou em algo pertencente ao campo natural ou metafísico que supere a esfera normativa.

Em outras palavras, as normas seriam a causa e razão última de si mesmas, ou haveria alguma espécie de ordem natural subjacente ao império normativo? A justiça e o direito possuem alguma origem absoluta, ou prepondera o relativismo?

As respostas para os questionamentos acima expostos estão intimamente relacionadas com a própria interpretação que se tem do ideal de justiça. Diante disso, no presente estudo científico, tem-se como escopo investigar a hermenêutica da justiça feita por alguns dos mais importantes filósofos gregos da antiguidade.

Nesse cenário, metodologicamente será realizado um recorte histórico que abranja do período referente à prevalência dos mitos na cultura grega e perpassa pelo auge da filosofia sofista, por Sócrates e Platão, até finalmente, abordar-se os pensamentos de Aristóteles.

Para o desenvolvimento do estudo proposto, far-se-á uso de pesquisa bibliográfica, correlacionando a teoria apresentada com a realidade historicamente registrada sobre a população grega antiga.

A importância da pesquisa bibliográfica como metodologia para o desenvolvimento de todo trabalho científico, está no fato de que os ensinamentos delineados em materiais bibliográficos refletem experiências e vivências anteriores, que servem de suporte para a construção do conhecimento.

Destarte, será possível uma análise comparativa entre importantes filósofos gregos, que de acordo com as suas experiências e o momento histórico em que se encontravam, desenvolveram diferentes compreensões sobre o fundamento para o ideal de justiça e as normas jurídicas.

2 A JUSTIÇA NOS MITOS GREGOS E O PAPEL DA HERMENÊUTICA

No mundo grego antigo, a mitologia teve o importante papel de permitir aos homens que tentassem explicar os fenômenos e acontecimentos

que os cercavam. Contudo, a mitologia ia muito além da mera representação simbólica do meio ambiente natural, buscando também demonstrar os pensamentos, sentimentos e comportamentos humanos.

Sobre a importância da tradição mitológica, vale trazer à baila o ensinamento de Estrada Diaz (2003, p. 26-27):

Como a palavra original que se refere à totalidade e às origens e finalidade do mundo, a tradição mitológica permanece sempre como referência que exige ser interpretada e criticada, porém nunca abolida. O núcleo mítico da cultura nunca é superado plenamente. As tradições míticas estão enraizadas no mundo da vida e nos níveis pré-reflexivos que nunca podem ser conscientizados plenamente. O mito faz parte, também, da opacidade intransponível do mundo, da vida e das vivências culturais sobre as quais se fundamenta o sistema axiológico, cujos valores fazem parte da narração e do ritual mitológico.

Assim, os mitos serviam de arquétipo para os indivíduos, que podiam facilmente identificar-se em alguns pontos com os seres mitológicos, permitindo a noção de identidade coletiva, razão pela qual, os mitos ultrapassaram eras em relação às épocas em que foram construídos.

Por outro lado, o mito é uma narração exemplar que serve de arquétipo para uma coletividade unindo a dimensão ontológica e a ética. A identificação afetiva e intelectual com os personagens e conteúdo do mito, a imitação dos deuses e heróis mitológicos, possibilita a coesão social, a estabilidade da identidade coletiva e a normatividade das leis sociais. Esses dois elementos de referência à globalidade (origem e significado) e de funcionalidade social fundante são os que dão ao mito uma perdurabilidade, além das épocas em que foram criados. (ESTRADA DÍAZ, 2003, p. 27).

Considerando que os mitos promoviam ideias coletivas, tinha-se a deusa *Themis* como representação da justiça, que ficava ao lado dos governantes, lhes guiando o comando e orientação da sociedade. Tal crença mítica, legitimava o poder do soberano perante os governados e garantia a coesão social, haja vista, que a vontade do governante estava diretamente relacionada com a própria justiça (BITTAR, 2018).

Com a falta da existência de normas escritas, por vezes, os magistrados fundamentavam as suas decisões exclusivamente nas tradições e nas vontades divinas, promovendo claros abusos de poder. Através de

reivindicações populares pela positivação das normas, foram desenvolvidas as primeiras leis escritas nas sociedades gregas, nos governos de Drácon (séc. VII a.C) e Sólon (final do séc. VII e início do séc. VI a. C) (BITTAR, 2018).

Em relação à hermenêutica, insta mencionar que o termo “hermenêutica” está relacionado com a arte da explicação, interpretação e compreensão, sendo empregada quando não está inequívoco ou claro o sentido de algo. O termo em questão, é derivado da mitologia grega, especificamente de “Hermes”, que era o enviado divino, responsável por levar a mensagem dos deuses aos homens (GADAMER, 2010).

Dessa maneira, somente Hermes tinha a capacidade de verdadeiramente compreender a vontade divina e traduzi-la para os seres humanos. De maneira similar, é por meio do exercício da hermenêutica que se pode interpretar adequadamente o conteúdo e o sentido de um texto.

No que tange especificamente ao Direito, a hermenêutica desempenha papel imprescindível, conforme analisado por Gadamer (2010, p. 108):

A la luz de esta cuestión adquiere nueva vida la valiosa tradición de la hermenéutica del derecho. Dentro de la dogmática moderna del derecho esa hermenéutica sólo pudo ejercer una pobre función, en cierto modo como la lacra nunca evitable totalmente en una dogmática que se perfecciona a sí misma. No se puede negar, en cualquier caso, que la hermenéutica es una disciplina normativa y ejerce la función dogmática de complementación jurídica. Desempeña como tal una tarea imprescindible, porque ha de colmar el hiato entre la generalidade del derecho establecido y la concreción del caso individual.

Consoante o referido pensamento de Gadamer, a hermenêutica vem a ser uma disciplina normativa que desempenha o papel de complementação jurídica, motivo pelo qual, é imprescindível para preencher o espaço que eventualmente exista entre o direito estabelecido de maneira geral e os casos individuais a serem solucionados.

Considerando que as normas são criadas com o conteúdo generalizado e o mais abrangente possível, a hermenêutica no campo do Direito é fulcral para que os casos concretos possam ser devidamente apreciados, haja vista, as suas especificidades e peculiaridades que são absolutamente variáveis.

Por outro compasso, a hermenêutica não se limita à compreensão do pensamento de terceiros, pois a reflexão hermenêutica também leva à autocrítica, possibilitando que se efetive o exame da suposta verdade própria (GADAMER, 2010).

Estabelecidas essas considerações gerais sobre a arte da hermenêutica no campo jurídico, passa-se à verificação de como o direito e a justiça podem ser objeto de diferentes formas de interpretação e aplicabilidade, conforme algumas das correntes filosóficas do mundo grego antigo.

3 O RELATIVISMO SOFISTA E A INTERPRETAÇÃO SOCRÁTICA DAS LEIS POSITIVADAS

No período anterior ao século V a.C, os cidadãos gregos viviam em uma democracia direta, podendo manifestarem os seus pensamentos políticos nas praças públicas, o que tornava o discurso e o correto encadeamento de argumentos, algo importantíssimo e de grande valia para o reconhecimento social. Foi nesse palco, que os sofistas ganharam bastante destaque, pois repassavam os seus conhecimentos sobre a arte da argumentação e persuasão.

A Professora Chauí (2002, p. 172) explana com maestria sobre a inexistência de verdades absolutas para os sofistas:

As ideias gerais sobre as coisas (as qualidades opostas, a justiça, o bem, o útil, as leis, os deuses, as ciências como a geometria ou astronomia) são convenções nascidas de um consenso entre os homens para a utilidade da vida em comum e de cada um. Não há saber universal e necessário sobre as coisas – não há verdade, apenas opiniões verdadeiras em movimento e as técnicas nascidas da experiência e da observação para o uso e a ação dos homens. A arte retórica e a arte política devem persuadir-nos de quais são as melhores verdades e as melhores técnicas para cada cidade.

Nesse contexto, os sofistas não admitiam conceitos fixos e eternos, pautando-se no relativismo, pois tudo não passaria de interpretações que cada ser humano tem de si mesmo e do mundo. Um dos maiores representantes dessa forma de pensar foi Protágoras, nascido em Abdera por volta de 481 a.C, a quem é imputado a célebre frase: “O homem é a medida de todas as coisas; das que são, que elas são, e das que não são, que elas não são.” (CHAUÍ, 2002, p. 170). Diante disso, quando se interpreta o Direito consoante a filosofia sofista, percebe-se claramente que há um relativismo no conceito de justiça, o que era quase sempre empregado em prol dos seus próprios interesses. Importante enfatizar que os sofistas igualavam o conceito de justiça ao de lei, assim a lei seria o começo e o fim de toda justiça.

Para os sofistas, a justiça seria puramente a aplicação do conteúdo normativo, onde o que está positivado, é absolutamente variável no tempo e no espaço, razão pela qual, não haveria nenhuma outra causa além do que esteja positivado que justificasse a aplicação do Direito.

Na ótica sofista, o direito natural não existe, tampouco possui qualquer liame com o direito positivado, pois este é apenas a representação da vontade do legislador, havendo uma inconstância da lei e consequentemente do que seja considerado justo.

Pelo fato de cobrarem pelos seus ensinamentos e por defenderem a inexistência de conhecimentos verdadeiros e absolutos, os sofistas não foram poupados de duras críticas feitas por Sócrates e outros filósofos que defenderam a difusão livre e gratuita do conhecimento, como também prezavam pela verdade, na qualidade de algo passível de ser alcançado.

Pela perspectiva do relativismo, leva-se em consideração que em cada sociedade e momento histórico existiram diferentes valores e critérios relacionados à justiça e ao direito, não se podendo invocar nenhuma causa supra normativa para defender direitos. A ótica relativista permite o respeito a toda cultura e maneira de pensar, reconhecendo que não existe nenhum agrupamento humano que tenha desenvolvido valores superiores ou inferiores aos demais, pois foram feitos consoante as necessidades locais e do momento.

Nos dias hodiernos, quando esse posicionamento relativista é levado até as últimas consequências no campo do Direito, inevitavelmente vem à tona questionamentos sobre até que ponto a mera previsibilidade normativa pode ser o único respaldo para toda conduta humana. Basta rememorar-se que o massacre de judeus, ciganos e homossexuais durante a II Guerra Mundial, encontrou espaço no sistema jurídico criado pela Alemanha nazista, para que se perceba que a liberdade incondicional do relativismo pode desembocar em situações tenebrosas.

Sócrates (469-399 a.C) que nasceu em Atenas, representou um marco no pensamento filosófico, pois o seu espírito questionador aliado à sua forma de dialética, onde premissas e ideias eram constantemente postas à prova, desenvolveu uma metodologia para busca do conhecimento.

O fato de Sócrates ter sido filho de um escultor e de uma parteira, não podem passar despercebidos para a compreensão de seus pensamentos, pois foram fulcrais para que tal filósofo ao aplicar o método investigativo, realizasse uma série de perguntas e indagações, com o objetivo de levar o interlocutor a dar à luz ao conhecimento, de forma semelhante a atividade de uma parteira (RUSSEL, 2016).

Assim sendo, Sócrates mantinha sempre uma relação íntima entre as suas ideias e dúvidas, pois constantemente as punha à prova e

considerava mais de um caminho a ser percorrido pelo pensamento. Tal postura foi mantida mesmo diante da iminência de sua morte, após ter sido condenado por um tribunal ateniense a tomar cicuta:

Podemos ainda considerar que há razões para se esperar que a morte seja um bem, porque morrer é uma ou outra destas duas situações: ou não há nada e o morto não tem percepção de coisa alguma, ou é, como se diz, uma mudança, uma migração da alma deste lugar para outro. (PLATÃO, 2009, p. 61).

Segundo a tradição, ao reconhecer a sua própria ignorância, e admitir que a única coisa que tinha certeza, era de que nada sabia, Sócrates foi considerado o homem mais sábio entre todos. Sobre isso, o francês Pradeau (2012, p. 32), nos narra esse acontecimento da história da filosofia da maneira seguinte:

Para compreender o Oráculo de Delfos, que tinha respondido negativamente esta questão ‘Existe alguém mais sábio do que Sócrates?’, Sócrates percorre as ruas de Atenas e refuta todos aqueles que pretendem possuir algum saber: políticos, poetas ou artistas. Esta prática apresenta um desenvolvimento lógico determinado: quem responde defende uma tese; em seguida, Sócrates faz com que este que responde concorde com um dado número de proposições que contradizem a tese colocada anteriormente. E como o verdadeiro sabe exigir que se diga sempre a mesma coisa sobre os mesmos objetos, aquele que tem a respeito de um determinado objeto propostas contraditórias denuncia a sua ignorância. É muito provavelmente o descontentamento dos notáveis de Atenas que explica o processo e a condenação à morte, em 399 a.C., de um Sócrates que, por sua vez, considerava esta vergonha como salutar, na medida em que lhe permitia denunciar os falsos saberes que esta ou aquela alma tinha admitido.

No que tange à ordem jurídica, Sócrates defendia a absoluta obediência às leis impostas, pois significavam o limite entre a civilização e a barbárie. Somente com o cumprimento das leis, haveria ordem e coesão, sendo garantida a existência da sociedade e do bem comum.

Contudo, Sócrates reconhecia de maneira clara a distinção entre o direito positivado e o direito natural, pois nem sempre as normas legais impostas pelas sociedades humanas estavam em consonância com a justiça. Nesse compasso, seguindo-se o pensamento socrático, temos que mesmo na hipótese das leis de uma cidade serem injustas, tais normas deveriam ser irrestritamente cumpridas e respeitadas em prol do bem de todos.

Acerca do entendimento socrático a respeito da lei (*nómos*), como fruto do artifício humano, e não da natureza, é oportuna a lição de Bittar (2018, p. 116):

A certeza socrática quanto ao porvir é a mesma que o movimentava para agir de acordo com a lei (*nómos*). Sócrates está plenamente cômico de que a *nómos* é fruto do artifício humano, e não da natureza. E mesmo assim ensina a obediência irrestrita.

Isso porque Sócrates vislumbra nas leis um conjunto de preceitos de obediência incontornável, não obstante possam estas serem justas ou injustas. O direito, pois, aparece como um instrumento humano de coesão social, que visa à realização do Bem Comum, consistente no desenvolvimento integral de todas as potencialidades humanas, alcançável por meio do cultivo das virtudes. Em seu conceito, que nos foi transmitido pelos diálogos platônicos de primeira geração, as leis da cidade são inderrogáveis pelo arbítrio da vontade humana.

Em face do exposto, é conclusivo que para Sócrates as leis não possuíam outra causa ou justificativa natural que fosse além da própria vontade humana, e mesmo assim deveriam ser absolutamente cumpridas afim de que se mantivesse a paz e a harmonia do todo social. Para a filosofia socrática, o Direito foi criado com o escopo de possibilitar o desenvolvimento das potencialidades humanas, sendo que tais potencialidades alcançam o seu ápice quando cultivadas pelos pensamentos e comportamentos virtuosos.

Ao se estabelecer um paralelo comparativo entre a corrente de pensamento sofista e a socrática sobre as leis, nota-se conclusões diametralmente opostas, pois enquanto os sofistas defendiam a efemeridade e a relatividade das leis no tempo e no espaço, o que permitia a sua submissão a interesses individuais, por outro lado, Sócrates tinha as leis como algo fundamental para que as vontades particulares não se sobrepusessem à sociedade.

A consciência de Sócrates sobre a importância do respeito às normas legislativas positivadas acabou sendo alvo de teste em seu próprio julgamento perante um tribunal da cidade de Atenas, pois na ocasião foi injustamente condenado à pena de morte, em razão de acusações distorcidamente feitas por adversários de que corrompia a juventude e desrespeitava as divindades locais.

Porém, ainda que fosse plenamente ciente da injustiça sofrida, Sócrates recusou a oportunidade de esquivar-se do cumprimento da

decisão que lhe condenou à morte, submetendo-se à efetividade das leis comuns a todos.

O ato de descumprimento da sentença imposta pela cidade representava para Sócrates a derrogação de um princípio básico do governo das leis: a eficácia. A eficácia das leis comprometidas, a ordem social haveria de reinar como princípio, uma vez que cada qual cumpriria ou descumpriria as regras sociais de acordo com as suas convicções próprias; mas, para Sócrates, o débito social é incontornável. Sua atitude serviria de exemplo para que outros também se esquivassem do cumprimento de seus deveres legais perante a cidade, o que equivaleria a solapar as estruturas da cidade-estado, reerguida sob a égide do governo de Sólon que havia instituído a *isonomia* entre os cidadãos.

A inderrogabilidade do valor das leis ganhou força de princípio dogmático, coercitivo e vinculativo para todo aquele que se pudesse considerar um bom cidadão, um cidadão virtuoso. A justiça política, que se fazia viva por meio das leis positivas, representou entre os gregos, e mesmo entre outros povos da Antiguidade, a orientação da vida do próprio indivíduo. (BITTAR, 2018, p. 119).

Nesse diapasão, as leis positivas eram interpretadas como a consolidação da justiça política, o que se tornou um ideal de justiça a ser almejado por todo cidadão grego que fosse bom e virtuoso. Foram marcantes, a influência dos ensinamentos e do exemplo de vida de Sócrates para toda a filosofia ocidental, em especial para Platão e Aristóteles, como será visto a seguir.

4 A JUSTIÇA RETRIBUTIVA DE PLATÃO

livimento dos fundamentos da filosofia ocidental, suas teorias alicerçaram grande parte dos estudos filosóficos, desde a antiguidade clássica até a idade moderna. Nesse contexto, um dos principais pensamentos platônicos está impresso no mito ou alegoria da caverna, onde temos a representação da dualidade de entre o mundo sensível e o mundo das ideias (RUSSEL, 2016).

A Professora Chauí (2002, p. 258-259) expõe o citado mito platônico:

Imaginemos, diz Sócrates, uma caverna subterrânea separada do mundo externo por um alto muro. Entre este e o chão da caverna há uma fresta por onde passa alguma luz exterior, deixando a

caverna na obscuridade quase completa. Desde seu nascimento, geração após geração, seres humanos ali estão acorrentados, sem poder mover a cabeça na direção da entrada, nem locomover-se, forçados a olhar apenas a parede do fundo, vivendo sem nunca ter visto o mundo exterior nem a luz do Sol, sem jamais ter efetivamente visto uns aos outros, pois não podem mover a cabeça nem o corpo, e sem se ver a si mesmos porque estão no escuro e imobilizados. Abaixo do muro, do lado de dentro da caverna, há um fogo que ilumina vagamente o interior sombrio e faz com que as coisas que se passam do lado de fora sejam projetadas como sombras nas paredes do fundo da caverna. Do lado de fora, pessoas passam conversando e carregando nos ombros figuras ou imagens de homens, mulheres, animais cujas sombras também são projetadas na parede da caverna, como num teatro de fantoches. Os prisioneiros julgam que as sombras de coisas e pessoas, os sons de suas falas e as imagens que transportam nos ombros são as próprias coisas externas, e que os artefatos projetados são seres vivos que se movem e falam.

Feita a análise do mito acima delineado, nota-se que pelo fato de homens permanecerem acorrentados dentro de uma caverna desde a infância e enxergarem apenas sombras refletidas na parede dessa caverna, compreendiam tais sombras como sendo a verdade das coisas.

Para os mencionados homens conhecedores apenas das sombras que existiam no interior de uma caverna, caso eventualmente vislumbrassem as coisas e seres que de fato projetavam essas sombras, acabariam os repudiando, pois, o referencial de sua verdade e realidade era apenas as sombras.

De acordo com Platão (2009), a verdade e o bem não podem ser alcançados através da análise do mundo sensível, pois os sentidos humanos são falhos e a matéria está em constante devir ou mudança. Dessa feita, para Platão a verdade e o bem estão presentes no mundo das ideais, além do plano físico, sendo que é através do uso exclusivo da razão humana, que se teria acesso a tal plano das ideias ou inteligível.

Seguindo esta concatenação lógica de argumentos, segundo Platão há uma justiça infalível e absoluta que governa o *kósmos*, advinda do plano metafísico. Nessa esteira, os seres humanos que fossem justos e éticos são virtuosos e participam da própria ideia de justiça advinda do divino (BITTAR, 2018).

A justiça seria infalível e retributiva conforme a vontade divina, que atuava levando em conta as ações humanas, de sorte que os homens seriam recompensados ou punidos após o plano terreno de acordo com os seus comportamentos bondosos ou maldosos.

A justiça agrada a Deus, e a injustiça o desagrada; mais que isso, a justiça é causa de bem para aquele que a pratica, e causa de mal para aquele que a transgride. Passam à direita e para cima de Deus as almas que se destinam a fruir os gozos celestes, e passam à esquerda e para baixo de Deus as almas destinadas ao cumprimento de penas; as almas cumprem seus ciclos num longo período de provas, durante o qual permanecem indo e vindo entre duas realidades. (BITTAR, 2018, p. 134).

Posteriormente, Santo Agostinho e outros filósofos medievais mesclaram a justiça retributiva pensada pela filosofia platônica com os ensinamentos cristãos, de forma a respaldar a legislação vigente como algo criado e fundamentado na vontade divina, razão pela qual, a leis deveriam ser inquestionavelmente cumpridas nos reinados europeus da idade média, sob pena de ser configurada afronta direta ao Rei e a Deus.

No que se refere a causa e o fundamento das leis positivadas, ao comparar-se os pensamentos de Sócrates com o de seu discípulo, Platão, é perfeitamente visível as distinções entre ambos, pois para o primeiro, as leis são plasmadas por conta da exclusiva vontade humana, devendo ser obedecidas para o bem estar da sociedade, enquanto para o segundo, as leis são fundadas em uma ordem natural que foi arquitetada pela vontade divina.

Ora, não se pode olvidar que pelo fato de Platão ter acompanhado de maneira muito próxima, a injusta condenação e morte de seu mestre pela democracia ateniense, não poderia conformar-se em aceitar que a justiça poderia ser consolidada por meio de normas que fossem geradas pelo único e exclusivo arbítrio do querer humano. Por isso, para Platão (2009) ainda que a justiça falhasse no plano terreno, seria inevitavelmente efetivada no além da vida.

Não obstante, o próprio Platão ao buscar explicações no plano divino, reconhecia a dificuldade disso para o intelecto humano, contentando-se com a probabilidade de ter alcançado a verossimilhança em suas explicações.

Mas em tudo, o mais importante é começar pelo princípio, de acordo com a natureza. Deste modo, no que diz respeito a uma imagem e ao seu arquétipo, temos que distinguir o seguinte: os discursos explicam aquilo que é seu congêneres. Por isso, os discursos claros, estáveis e invariáveis explicam, com a colaboração do intelecto, o que é estável e fixo – e tanto quanto

convém aos discursos serem irrefutáveis e insuperáveis, em nada devem afrouxar esta relação. Em relação aos que se reportam ao que é copiado do arquétipo, por se tratar de uma cópia, estabelecem com essa cópia uma relação de verossimilhança e analogia; conforme o ser está para o devir, assim a verdade está para a crença. Portanto, ó Sócrates, se, no que diz respeito a variadíssimas questões sobre os deuses e sobre a geração do universo, não formos capazes de propor explicações perfeitas e totalmente concordantes consigo mesmas, não te admires. Mas se providenciarmos discursos verosímeis que não sejam inferiores a nenhum outro, é forçoso que fiquemos satisfeitos, tendo em mente que eu, que discurso, e vós, os juizes, somos de natureza humana, de tal forma que, em relação a estes assuntos, é apropriado aceitarmos uma narrativa verosímil e não procurar nada além disso. (PLATÃO, 2009, p. 96-97).

É digno de ser enfatizado que a ordem política vislumbrada por Platão, estava construída em torno da consagração da justiça, como condição fulcral para o bom convívio social e a ordem governamental, onde uns obedecem e outros ordenam, devendo haver uma cooperação organizada em favor de um Estado ideal que é detalhadamente descrito na *República* (BITTAR, 2018).

O referido Estado platônico não é nada mais do que um meio para a concretização da justiça, sendo que em tal Estado o governo não poderia ser dirigido por muitos de maneira democrática, pois a multidão não sabe governar e não é digna do poder. Em verdade, para Platão (2009) o poder e o governo somente seriam devidamente exercidos de forma teocrática, quando um único indivíduo dotado de muita sabedoria, contemplates a verdade por intermédio da filosofia, para que assim, conseguisse governar de maneira justa, em concordância com os desígnios divinos.

5 A JUSTA MEDIDA ARISTOTÉLICA

Aristóteles (384-322 a.C) nasceu na cidade de Estagira, situada ao norte da Grécia, e com apenas 17 anos de idade, ingressou na academia de Platão, onde permaneceu durante duas décadas, até a morte do mestre. Em 343 a.C, Aristóteles aceitou a proposta de Felipe II, rei da Macedônia, para ser preceptor de seu filho Alexandre, mais tarde reconhecido como o “Grande”, por causa das históricas conquistas militares (RUSSEL, 2016).

Na cidade de Atenas, Aristóteles fundou uma escola que denominou de Liceu, onde lecionava aulas de filosofia, física, retórica, ciência política e outros campos do conhecimento, tendo também compilado inúmeras obras e materiais de outros estudiosos.

Com a morte do imperador Alexandre na Pérsia, Aristóteles passou a ser perseguido, sob a acusação de insulto e desacato à crenças religiosas da época. No entanto, diferentemente de Sócrates que aceitou resignado o seu julgamento e a condenação à morte, Aristóteles fugiu da cidade de Atenas, vindo a falecer no ano de 322 a.C (RUSSEL, 2016).

A filosofia de Aristóteles foi bastante influenciada pelos ensinamentos de Platão em vários aspectos, porém Aristóteles (2015) divergia de seu mestre no que se refere ao entendimento sobre a forma de aquisição do conhecimento.

De maneira antagônica à Platão, a filosofia aristotélica não trabalhava com a distinção entre plano sensível e ideal, sob a argumentação de que a teoria dualista não era necessária e adequada para explicara as coisas do mundo material.

O autor, Nicola (2005, p. 89), contextualizou o raciocínio de Aristóteles, da forma abaixo:

O que entendemos quando dizemos que uma coisa é aquela que é? Por exemplo, que um determinado ser é um homem ou um animal? Não aludimos certamente a tudo aquilo que está presente somente naquele determinado exemplar que estamos levando em consideração ou àquilo que é por sua natureza fugaz, passageiro. Ser homem ou animal não depende da cor dos cabelos, da idade, do peso e de todos os outros possíveis acidentes causais e fortuitos eventualmente presentes; depende, ao contrário, de alguma coisa substancial e universal. O verdadeiro ser de uma coisa coincide com a sua substância, ou seja, com aquilo que não pode deixar de estar presente, sob pena de essa coisa transformar-se em outra. Se, por exemplo, convencionase que a substância do homem (o seu ser) é a racionalidade, devemos incluir na categoria homem tudo aquilo que raciocina - independentemente de qualquer outro fator acidental - e excluir que não possui essa característica.

Foram vários os argumentos de Aristóteles que rechaçavam a teoria das ideias de Platão, objetivando demonstrar que a percepção do mundo das ideias apartado do mundo sensível, vem a ser algo inútil, pois não presta auxílio na direção da hermenêutica do conhecimento. Em suma para Aristóteles, a chave para a compreensão do universo não está fora do mesmo, mas nele próprio.

Quanto à interpretação do conceito do ideal de justiça, Aristóteles estabeleceu uma correlação entre a justiça e o comportamento humano virtuoso. Assim, quando a justiça é definida como virtude, uma das implicações será torná-la objeto de um campo do conhecimento humano de ordem prática, que é denominado de ética.

Na obra “*Ética a Nicômaco*”, Aristóteles (2015) trata sobre vários temas tangíveis à busca do comportamento humano ético, abordando com o uso de argumentos e exemplos cotidianos de ordem prática, a necessidade da ponderação e a proporcionalidade das condutas, como pressuposto fundamental para se alcançar o caminho do meio.

Aristóteles começa pela identificação no espírito humano de três componentes: as paixões (ira, ódio, amizade, medo etc.) as potências, ou seja, a capacidade de sentir as paixões e, enfim, as disposições, termo com o qual Aristóteles indica todos os hábitos comportamentais adquiridos mediante o costume e dos quais depende a atitude que nós assumimos em relação às paixões. As disposições boas são precisamente virtudes, as disposições más são vícios. Mas como distinguir entre virtudes e vícios? Aqui Aristóteles introduz uma conhecida doutrina, a do “justo meio” e diz que a virtude consiste numa disposição constante, adquirida por meio de um longo exercício, para identificar o justo meio entre dois extremos, um por excesso e o outro por defeito, em relação a cada uma das paixões do espírito humano: assim, por exemplo, a coragem é o justo meio entre a leviandade e a covardia. A doutrina é simples e corresponde a uma comum intuição, mas a sua aplicação concreta está cheia de dificuldades, porque deve levar em consideração as diferenças entre as pessoas (a coragem de um soldado poderia ser leviandade para um civil) e a especificidade das circunstâncias. (NERI, 2004, p. 128).

De acordo com essa congruência de ideias, para Aristóteles a justiça podia ser interpretada como a busca da proporcionalidade distributiva, pois o injusto far-se-ia presente nos excessos ou nas faltas, de forma que dependendo da situação concreta a ser submetida à análise, a injustiça seria causada pelo muito ou pelo pouco de algo.

A justiça distributiva pelo viés aristotélico é amparada em uma lógica matemática de ordem geométrica, guardando respeito à proporcionalidade, como verifica-se na seguinte passagem da “*Ética a Nicômaco*”:

Mas a proporção da justiça distributiva não é uma proporção contínua, pois não pode existir um termo numericamente único para uma pessoa e para uma coisa.

Assim, o justo é proporcional, e o injusto o que está fora da proporção. O injusto pode então ser quer o muito, quer o pouco, e é aí que é produzido efetivamente, já que aquele que comete

uma injustiça tem o excesso, e aquele que sofre uma injustiça tem muito pouco do que é bom. Quando se trata do mal, é o inverso, pois o menor mal, comparado ao maior mal, afigura-se ao bem, já que o mal menor é preferível ao mal maior. Ora, o que é digno de escolha é um bem, e o que é mais preferível, um bem maior ainda. (ARISTÓTELES, 2015, p. 130).

Além de proporcional, a justiça na hermenêutica realizada por Aristóteles, também tinha o escopo de ser corretiva, pois intervinha nas transações voluntárias ou involuntárias, pertencentes ao espaço privado ou público. Em outras palavras, a justiça quando aplicada de acordo com os limites estabelecidos pela proporcionalidade, também promoverá a correção de distorções materiais que causam situações de injustiça (ARISTÓTELES, 2015).

Nesse desiderato, tem-se a natureza do justo e do injusto, que no campo da conduta humana está no fazer intermediário, presente entre dois pontos antagônicos, quais sejam: a injustiça cometida e a injustiça sofrida, uma significando ter em excesso e outra em ter menos do que lhe é devido. Logo, a justiça está geograficamente localizada no meio-termo, enquanto a injustiça ocupa alguns dos polos extremos.

Sobre isso, é oportuno o esclarecimento feito por Neri (2004, p. 128-129)

:

Aristóteles dedica um livro inteiro da *Ética* à virtude da justiça, que, em geral, é ‘aquela disposição de espírito pela qual os homens tendem a realizar coisas justas e pela qual operam justamente e querem as coisas justas’ (ibid., p. 105). Essa disposição é uma das mais difíceis de adquirir, mas também uma das mais importantes para a vida social, porque dirige muitos âmbitos: com efeito, há a justiça legal, ou seja, o agir em conformidade com as leis, a justiça comutativa, que governa o âmbito das relações contratuais entre as pessoas, a justiça distributiva, que é o costume de distribuir vantagens e desvantagens em proporção ao valor das pessoas. Há ainda uma forma especial de justiça, que Aristóteles chama de *epieikeia*, termo que se costuma traduzir por ‘equidade’ ou ‘conveniência’, que é apresentado como uma espécie de ‘corretivo do justo legal’. Aristóteles a considera a forma mais alta de justiça, pois a aquisição dessa virtude possibilita ‘corrigir a lei onde ela é insuficiente por causa de sua expressão em universal’.

Abordando a justiça também pelo aspecto político, Aristóteles estabeleceu no justo político uma forma de convivência dos agrupamentos

humanos de forma estável, pacífica e organizada, para que se alcançasse uma ordem natural, em que os homens na qualidade de animais políticos pudessem viver de maneira plena.

Isto posto, quando Aristóteles trata sobre a questão do justo político, busca interpretar a justiça como algo intrinsecamente ligado ao bem comum e a paz social, haja vista que o comportamento social seria algo inerente à própria natureza humana.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme verificado no presente artigo científico, a hermenêutica é essencial para que o Direito possa promover o ideal de justiça, tornando efetiva a generalidade das normas em face das peculiaridades dos casos concretos. De maneira similar ao deus grego, Hermes, que traduzia a vontade divina para os seres humanos, a hermenêutica é empregada com o escopo de alcançar a verdadeira essência do conteúdo normativo.

Nesse diapasão, no decorrer da história humana, a justiça foi objeto de diferentes formas de interpretação e aplicabilidade. Especificamente no mundo grego antigo, que foi um período de riquíssimo desenvolvimento do pensamento humano, existiram correntes filosóficas que tentaram compreender a justiça e os seus efeitos sobre a sociedade humana.

Verificou-se que pela perspectiva do relativismo sofista, havia a possibilidade da modulação do sentido das normas, o que se dava em congruência com os interesses de cada indivíduo. De forma diametralmente oposta aos sofistas, pela filosofia de Sócrates, tinha-se no dever de cumprimento das leis, uma obrigatoriedade que estava relacionada com a necessidade da manutenção da paz e da ordem social.

Posteriormente, para Platão, a justiça não seria oriunda do mundo sensível ou material por decorrência da mera vontade humana. Em verdade, a justiça estaria no plano das ideias e mesmo nos casos em que houvesse falha na justiça terrena, a justiça divina seria inescapável.

Em relação ao pensamento aristotélico, enfatiza-se o caminho do meio, onde a ideia de justiça seria efetivamente concretizada com a busca da justa medida, equidistante dos extremos. Na hermenêutica da justiça feita por Aristóteles, além de proporcionalidade, também haveria a função corretiva para sanar as distorções materiais existentes.

Destarte, o ideal de justiça faz parte da própria essência que caracteriza os seres humanos, correspondendo a um valor magno que se desenvolveu durante a evolução da história de diferentes maneiras, consoante o tempo e o espaço em análise, sendo que o período grego antigo foi verdadeiramente emblemático.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução e notas Luciano Ferreira de Souza. São Paulo: Martin Claret, 2015.

BITTAR, Eduardo C. B. **Curso de filosofia do direito**. 13. ed. rev, atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018.

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. v. 1.

ESTRADA DIAZ, Juan Antonio. **Deus nas tradições filosóficas**: aporias problemas da teologia natural. Tradução Maria A. Diaz. São Paulo: Paulus, 2003. v. 1.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdad y método II**. 8. ed. Salamanca: Ediciones Sígueme, 2010.

NERI, Demetrio. **Filosofia moral**: manual introdutivo. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

NICOLA, Ubaldo. **Antologia ilustrada de filosofia**: das origens à idade moderna. São Paulo: Globo, 2005.

PLATÃO. **Apologia de Sócrates**. Tradução Sueli Maria de Regino. São Paulo: Martin Claret, 2009.

PRADEAU, Jean-François. **História da Filosofia**. Tradução James Bastos Arêas e Noéli Correia de Melo Sobrinho. 2. ed. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2012.

RUSSEL, Bertrand. **História do pensamento ocidental**: a aventura dos pré-socráticos a Wittgenstein. Tradução Laura Alves e Aurélio Rebello. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

CATARINA MINA: um fio invisível no tecer da história, uma mulher negra e escrava tecendo história no Maranhão, na segunda metade do século XIX

Edna Maria de Carvalho Chaves

Uma mulher é uma filha, uma irmã, uma esposa e uma mãe, um mero apêndice da raça humana”.

Richard Steel

O propósito desse artigo, é contribuir com a historiografia maranhense sobre a história das chamadas minorias. Nesse sentido o recorte que orienta essa produção são lacunas sobre a história da mulher, e mais especificamente, informações sobre a mulher negra no Maranhão.

Nessa perspectiva, faremos um perfil histórico das questões políticas, sociais econômicas e culturais do Maranhão no período histórico foco do recorte. Por se acreditar ser de grande relevância suscitar discussões envolvendo a história de personagens do cenário maranhense, nosso recorte é sobre a história da mulher e principalmente da mulher negra, escrava livre como a Catarina Rosa Ferreira de Jesus, a Catarina Mina.

Buscaremos mapear a trajetória dessa mulher negra que entrou para a história maranhense como símbolo de resistência. Ainda que sob condições adversas, conseguiu reverter sua situação de escrava conquistando espaço e fazendo a diferença ao romper com as estruturas de poder econômico e social tradicionais, bem como o indiferentismo social em uma época na qual o ser feminino era sinônimo de ser passivo, transformado em sujeito anônimo da sociedade.

Nesse percurso que se faz ao analisar as estruturas de poder da sociedade e mais precisamente da sociedade maranhense patriarcal, vemos que a mulher nunca foi um sujeito anônimo, a exemplo de muitas mulheres a nível mundial e local que deixaram suas marcas através de fontes é que podemos manusear e reescrever suas histórias.

Falar da Catarina Mina é recuperar sua história e a história da mulher, isso só é possível porque essas marcas transformaram-se em fontes que o historiador, ao examinar, é colocado de ante de um problema que deve ser interpretado segundo a sociedade no seu tempo.

Por último, visitaremos as marcas que ficaram visíveis sobre Catarina Mina. O Beco que recebe seu nome, beco Catarina Mina, um monumento que serve como testemunho por estar ligado à memória. Sabe-se que o monumento/documento é uma fonte que guarda a memória de uma época. Recorreremos ainda ao inventário e ao testamento deixado por ela, na perspectiva de dar voz a essas fontes e preencher algumas das inquietações sobre a trajetória de uma mulher negra escrava livre que fez história no Maranhão.

Mulheres, brancas, negras, índias, livres, escravas, alforriadas, mulheres do Maranhão. Deus criou tudo e no sétimo dia viu que faltava algo para completar sua obra, então cria o homem; continuava incompleto, eis então a mulher. Eva a primeira referência feminina do universo. Eva, aquela que é colocada como sinônimo do pecado, mas, porque não dizermos ser ela o elo entre o bem e o mal.

No decorrer da história podemos revisitar tantas mulheres que romperam barreiras entre o bem e o mal; Madalena - a prostituta, Ruth - leal, dedicada, trabalhadora, fiel a Deus; Ana - mulher de oração, fiel, adoradora e mãe do profeta Samuel; Ester - sensata, corajosa; Maria - humilde, obediente, pensadora, mãe de Jesus e a escolhida para gerar quem resgataria os homens do mal; e tantas outras, bíblicas ou não.

Chegando ao século XIX continuamos citando mulheres que romperam barreiras em todas os setores da sociedade mesmo em momentos históricos marcados pelo patriarcalismo e confirmado pela política voltada para a história dos grandes homens. A história tradicional, que retrata uma “visão de cima” centrada no feito dos grandes heróis, registrada nos documentos oficiais que confirmam os grandes heróis, relegando os outros sujeitos da sociedade a um papel secundário.

A sociedade maranhense do século XIX, era uma sociedade escravocrata, e marcada por uma hierarquização social bem definida.

Na primeira metade do século, a economia estava em alta no Maranhão devido a produção algodoeira que impulsionou a revolução Industrial inglesa e seu domínio econômico. Marques, (1870,) afirma que,

O algodão, o mais importante em valor de todos os produtos agrícolas, e também o mais considerado do Brasil em qualidade nos principais mercados consumidores”. Ainda segundo o autor, “Sendo que o produzido em Codó era o de melhor qualidade. p. 15.

“O maranhão foi um grande exportador de algodão da época. Já a partir de 1960 a produção sofreu grande queda” confirma Marques (1870, p. 15)

Sobre a economia algodoeira, Caldeira (1991,) corrobora afirmando que,

Por outra via, a maioria dos dados e informações sobre a economia maranhense concentra-se especialmente nas décadas iniciais do século XIX, quando a região se apresentava na posição de grande produtora e exportadora de algodão, arroz e couros, escoados principalmente pelo porto de São Luís. (p. 31)

Também Viveiros (1992) afirma que

Com a chamada guerra da secessão (1860 –1865), os Estados Unidos resolveram o problema da liberdade dos seus escravos e a Inglaterra viu-se privada do seu maior mercado de algodão. A ameaça do colapso da sua indústria de tecidos, já então importante no mundo, determinou espantosa alta do preço da matéria prima, beneficiando os produtores. Nestes benefícios o Maranhão ia ter sua parte, como segundo produtor do gênero no Brasil. (p. 419)

Neste contexto econômico é que faremos um recorte social envolvendo um personagem do cenário maranhense, Catarina Rosa Ferreira de Jesus, a Catarina Mina, que como mencionado anteriormente, entrou para a história maranhense como símbolo de resistência em uma sociedade patriarcal na qual a mulher era um sujeito anônimo da sociedade. Para Sharpe (2011)

Os propósitos da história são variados, mas um deles é prover aqueles que a escrevem ou leem de um sentido de identidade, de um sentido de sua origem. Em um nível mais amplo, este pode tomar a forma do papel da história, embora fazendo parte da cultura nacional, na formação de uma identidade nacional. A história vista de baixo pode desempenhar um papel importante neste processo, recordando-nos que nossa identidade não foi estruturada apenas por monarcas, primeiros-ministros ou generais. (p. 60).

Nesse sentido com o tema: **Catarina Mina:** um fio invisível no tecer da história, uma mulher negra e escrava tecendo história no Maranhão, na segunda metade do século XIX, pretende-se contribuir para a revitalização e o fortalecimento da historiografia maranhense do

século XXI, levando em consideração os aspectos socioculturais, políticos e as perspectivas para as gerações posteriores ao privilegiar a história dos homens comuns na perspectiva da história nova que proporciona uma “visão de baixo” por valorizar a opinião das pessoas comuns e sua experiência da mudança social, partindo da ideia de que todo homem tem e faz a história.

Em relação à história das mulheres Follador (2009) chama a atenção para o fato de que,

Por muitos séculos as mulheres ficaram em segundo plano quando o assunto relacionava-se à história e feitos da humanidade. Trancafiadas em castelos, palácios ou simples moradias as mulheres não tinham vez na história escrita pelos homens. P.3.

Vasconcelos (citado em Follador 2009, p. 3) menciona que as mulheres “reclusas no mundo doméstico, circunscritas ao silêncio do mundo privado, não teriam uma história”

Já o século XX, no seu desdobramento vai redimensionar essa construção histórica a partir da Nova História política dos anos 1980, quando passa a se interessar pelo “poder” nas suas distintas variantes, ao considerar a importância dos micros poderes dentro do fazer história, e ainda visibilizar todos os indivíduos que fazem a sociedade. Segundo Follador 2009,

O ramo da história que trabalha com a história das mulheres é muito recente, remontando à segunda metade do século XX. Anteriormente, no século XIX sob a égide positivista, a história excluiu duplamente as mulheres. Primeiro porque a elas era impossibilitado o acesso a uma educação profissionalizante que as levasse à produção de conhecimento exercendo o ofício de historiadoras. Em segundo lugar, pelo fato de que a história positivista preconizava os grandes fatos desencadeados por líderes políticos e militares, o que, novamente, afastava as mulheres da participação como agentes históricos. P. 3.

Nesse sentido, a Nova História Política passou a abrir um espaço para uma “História vista de baixo”, ora preocupada com as grandes massas anônimas, ora preocupada com o “indivíduo comum”. Como elucidada Braudel (1965), um dos maiores expoentes da Nova História, esta deve efetuar a coletânea dos pontos de vista, das ideias e dos pensamentos de hoje, ontem e amanhã. Logo, ela é a soma de todas as Histórias possíveis,

não se limitando ao tempo breve. Segundo Le Goff e Chartier (1998, p.44) a história nova foi definida pelo aparecimento de novos problemas, de novos métodos que renovaram domínios tradicionais da história.

Em detrimento da historiografia tradicional que, via de regra, subsidiava aos anseios dos grupos dominantes, mas seguindo o novo paradigma que vem redimensionando a construção histórica sentiu-se a necessidade de seguir esse novo rumo da historiografia, dando vozes ao silêncio da historiografia tradicional (sujeitos anônimos). Criando a necessidade de que discussões sejam travadas para resgatar esses sujeitos anônimos numa visão ampla da história humana, utilizando-se de um recorte da História de uma mulher negra que deixou a condição de escrava, tornando-se livre na sociedade maranhense nos meados do XIX.

Período esse em que as ações da mulher se restringiam as atividades domésticas, familiares e de procriação. Por conseguinte, não era considerado sujeito construtor da história, como afirma Duby, Perrot (1995, p.07) “As mulheres foram, durante muito tempo, deixadas na sombra da história”.

Nessa perspectiva, falar da mulher e especificamente de uma negra ex escrava, torna-se de grande relevância social, seguindo o novo paradigma ao dar vozes aos sujeitos esquecidos da história.

A partir desse novo viés, o historiador passa a ressignificar a escrita da história, temos então a Escola dos Annales, que aponta para uma história através de novas abordagens na construção de novos saberes, com a utilização de outras fontes e novos caminhos para os historiadores. No entanto mesmo com esses novos saberes e apesar de desconfiar da História Factual, Braudel (1965) salienta que o historiador também deve dar importância aos acontecimentos dos vencedores e dos derrotados, pois ambos são sujeitos da construção histórica

Nesse contexto de novos paradigmas e com a perspectiva de resgatar sujeitos anônimos faz-se um recorte na historiografia maranhense para focar a história da mulher especialmente de uma mulher negra e escrava em São Luís, a Catarina Mina. Uma mulher que conseguiu reverter sua condição social e econômica, conquistando espaços na sociedade ludovicense e fazendo a diferença ao romper com as estruturas de poder tradicionais segundo Leite (1994),

A história das mulheres usufruiu e contribuiu para as transformações da História Nova, que alterou o conceito de documentação, diversificou os objetos de estudo e trouxe à tona a vida privada e a vida cotidiana de cidades e aldeias, como focos de interesse historiográfico

Deixando a condição de escrava ao tornar-se livre em meados do século XIX, Catarina Mina, passa à condição de possuidora de bens materiais, e ainda os dispôs em testamento, ganhando status de proprietária inclusive de escravos. Vejamos o que alguns autores falam sobre Catarina. Martins, 2000, p. 77 “Das pretas, a que ficou mais conhecida em São Luís foi a bela Catharina Mina, uma comerciante de farinha da Rua do Trapiche. [...] Seu nome ficou marcado na Praia Grande, cedendo o topônimo “Beco Catarina Mina”.

Já Amaral, 2012, fala que Catarina após a alforria, montou uma banca e aos poucos transformou em um armazém de secos e molhados na Província do Maranhão. Moraes (1995, p.13) diz que, no trecho compreendido entre as ruas de Nazaré e do Trapiche, está a escadaria de pedra lioz que acompanha o acentuado declive do terreno, e, em cujo sopé morava a preta mina Catarina Rosa Ferreira de Jesus, a célebre Catarina Mina. O autor segue falando, Escrava alforriada, fez fortuna e casando obteve patente de alferes da Guarda Nacional para seu marido cafuz, segundo informa João Afonso Nascimento, que a retratou com toda a ostentação de suas vestes rendadas e muitas jóias.

Martins, 2000, p. 77 diz que as mulheres negras urbanas de São Luís, na metade do século XIX, podiam ser distinguidas pelo perfil marcante que adotaram. Ainda segundo o autor, duas mulheres negras neste contexto se destacaram a Preta Mina e a crioula ou Negrinha do baralho como era conhecida

Tecendo comentários sobre a religiosidade da Catarina Mina, Martins, 2000, afirma que,

A preta Mina era uma das maiores expressões do sincretismo religioso e cultural, pelos seus vínculos com o culto afro ao tempo que pertencia às irmandades das igrejas católicas, não só de São Benedito e Rosário dos Pretos, mas também das Mercês e de Nossa Senhora do Carmo; também pela forma de vestir, misturando indumentárias e tecidos das elites brancas com apetrechos de inspiração africana. P.77.

Enquanto que Nascimento 2014, p. 164-165, ao descrever Catarina afirma que ela se apresentava “pomposamente adereçada nos dias das grandes festas. HAGE 2014 p. 13 No Maranhão, a Preta Mina, descalça, se veste com bata e saia rendadas, e está coberta de jóias e amuletos católicos e africanos.

Em inventário de 1886, Catarina Rosa Ferreira de Jesus deixou seus 24 escravos, forros, ela era forra e mina, por ter vindo da Costa da Mina (Golfo da Guiné) na África de onde veio grande parte dos escravos do Brasil.

No testamento e na décima do inventário, apareceram os bens deixados para seus escravos, entre estes, casa, ouro e dinheiro, sendo dois deles seus herdeiros. Testamento que Catarina fez questão de oficializar, assim afirmando

Eu Catarina Rosa Ferreira de Jesus pelo presente confiro plena liberdade a todo os meus escravos sem condição alguma, servindo-lhes esta verba de título. São meus herdeiro e escrava de nome Catharina e seu filho Alexandre [...] não aproveita de modo alguma os indivíduos, a quem dei liberdade, como meus escravos que foram nas diversas épocas anteriores a data deste testamento; ficam excluídos de todo o favor[.]”

Segundo o jornal O Estado do Maranhão, em 19 de fevereiro de 1886, achando-se adoentada, solteira e sem herdeiros sucessórios, Catharina abriu mão dos seus bens em testamento, deixando joias e dinheiro para escravos e alguns conhecidos. Teve como herdeira sua escrava de mesmo nome, Catarina, a quem doou a casa onde morava na rua da Palha na capital, e o filho desta, Alexandre, aquinhoado com um conto de reis, um bom dinheiro na época.

Durães (2003) afirma que “as disposições materiais, com a nomeação do sucessor e a repartição da herança, permitem uma aproximação à transmissão do poder, nome e prestígio e à constituição e valor do patrimônio” (p. 12). O mesmo traça comentários que pelo testamento era possível determinar o domínio da escrita de uma comunidade e a escolaridade de quem o fazia.

Ainda de acordo com Campos (2008,)

Os testamentos passaram a vigorar no Brasil pelo código Philipino até 1917 quando o código civil brasileiro entra em vigor. Através do código e respaldado pela igreja era dado o direito de quase todos os cidadãos decidirem sobre seus bens, exceto o homem menor de 14 anos e a mulher menor de 12 anos, os loucos ou mentecaptos, as pessoas condenadas à morte natural, os hereges, os pródigos, os surdos e os mudos de nascença, os escravos e os religiosos professos. P.72

O interesse pela história de Catarina Mina, uma mulher negra, vem crescendo à medida que as inquietações crescem sobre o desfecho da escravidão negra no Brasil e no Maranhão. Observa-se que grandes figuras femininas se destacaram na historiografia do Maranhão, mas uma escrava,

como tornar-se uma referência histórica? Que possibilidades tinha uma mulher negra, para conseguir o status de adquirir bens e ainda os dispor em testamento, numa situação histórica em que a mulher era vista como inferior e submissa.

Em relação às possibilidades das mulheres negras se destacarem na conquista de suas liberdades Bernardo, 2003 diz que,

Ainda na África, Pierre Verger, ao remontar à importância da feira, especialmente para os iorubas, mostrava a presença das mulheres como grandes negociantes, sendo que no mercado, comparadas aos homens, as mulheres são maioria. P.33

O autor supracitado, segue afirmando,

As mulheres de Angola, além do trabalho do na terra, praticavam e economia de subsistência, participavam também das feiras, não só para trocas de produtos, como obtinham lucro relativo a suas vendas para subsistência, p. 36.

Fica claro, portanto, portanto o fato de mulheres negras conseguirem se sobressair em condições tão adversas Bernardo, 1986, p.32 afirma ainda, (...) a escrava, ganhadeira, devido ao sucesso que obtinha nas vendas, podia acumular o excedente em relação à parte paga aos senhores e, assim comprar a sua própria alforria. (Ibid., p. 68). Chegaram a comprar a alforria de outros membros de sua família, inclusive a de seus companheiros.

Considerando que a mulher, longe de ser minoria, sempre foi relegada ao grupo das minorias devido a história ter sido escrita a partir de fontes e documentos oficiais, retratando a história política segundo o paradigma tradicional que privilegiava o ser masculino torna-se necessário que se fale que a mulher é e sempre foi um sujeito da história, à medida que foi saindo do anonimato com suas conquistas, ganhou status histórico com o redimensionamento da historiografia, que abriu espaço para os sujeitos anônimos na história das sociedades.

De acordo com Sharpe (2011),

[...] os historiadores que trabalham com esta visão de baixo mostraram como o uso imaginativo do material da fonte pode esclarecer muitas áreas da história, que de outra forma poderia se supor estarem mortas e condenadas a permanecer na escuridão. p. 60.

Segundo Ferreira apud Ferreira (2010),

[...]. Não foi dado [a elas] o reconhecimento público, a não ser em citações esporádicas de pesquisadores/as ou de amigos/as e parentes distantes que reverenciam suas memórias e reconhecem sua contribuição social e política a exemplo de Ana Jansen, Maria Firmina dos reis, Zuleide Bogéa, Lilah Lisboa, Rosa Mochel entre outras. P. 93

Catarina ao se destacar deixa sua marca em monumentos – O Beco da Catarina Mina. Sabe-se que que os monumentos históricos estão ligados à memória e foram escolhidos para serem lembrados e tornam-se um legado cultural para as gerações futuras. O monumento/documento é uma fonte que guarda a memória de uma época. Segundo Lima 2020.p. 41, O beco de Catarina Mina, (Rua da Calçada) começa na Avenida d. Pedro II (Largo do Palácio) e termina na travessa da Alfandega (rua João Gualberto), nos muros da Câmara Municipal.

Sobre o beco, Melo: 1991, diz que,

Tem início na Avenida Pedro II, e termina no Beco da Alfandega. Inicialmente foi chamada de Ladeira da Calçada e depois Beco Catarina, como forma de homenagear a negra Catarina Rosa Ferreira de Jesus, que residia nesse local e possuía um comércio de farinha, tendo sido considerada pelo seu grande tino comercial. P. 41

Mores 1995, segue dizendo,

Já o beco de Catarina Mina, sem dúvida a maios bela escadaria a céu aberto que a cidade tem, era a antiga Rua da Calçada, que o povo carinhosamente rebatizou com a evocação de sua bela moradora, e que o Governo pretendeu se chamasse Rua D'Jalma Dutra, nome que não pegou. Começa na Avenida Pedro II à altura do portão de serviço do Palácio dos Leões, e termina na Travessa da Alfândega. p. 13.

Essa mulher que fez história desafiando uma sociedade patriarcal e a própria historiografia tradicional, ao tornar-se um monumento/documento e um legado. Assim fala Abranches (ano, p.57) Catarina Rosa Ferreira de Jesus, escrava alforriada que casou e se fez comerciante, com estabelecimento ao pé do beco da Praia Grande, a que deu o nome.

Filho, 1991, segue dizendo que,

“aí também tinha casa de negócio a celebre Catarina Mina, ex - escrava que a troco de esforço tratamento logrou boa situação econômica e estarecia a cidade com o luxo “pour épater” de seus trajes espalhafatosos e a oirama que lhe recobria o pescoço e os braços carnudos” p. 156

Resta-nos a curiosidade, como foi possível uma mulher, negra e escrava conduzir sua vida de tal forma que de mero objeto e/ou mercadoria torna-se livre e proprietária de vários imóveis, escravos e outros bens. Em que contexto histórico foi colocado o nome do Beco situado à rua da calçada de Catarina Mina. Quando perpassa pelo entendimento que os monumentos históricos estão ligados à memória e, portanto, é algo escolhido para ser lembrado, tornando-se um legado cultural para as gerações posteriores.

Reis, 2002, chama a atenção para o fato de que,

“ Conhecer o bairro da Praia Grande e não percorrer os 35 degraus da escadaria da Rua Djalma Dutra, sua denominação oficial mais moderna, pois antigamente era essa artéria conhecida como Beco e Rua Catarina Mina, em homenagem a Catarina Rosa Ferreira de Jesus, escrava de uma beleza inigualável e inteligência privilegiada, que a levou a formar alguma considerável riqueza, sendo uma das primeiras representantes de sua raça a acumular bens matérias no Maranhão, dentre alguns casarios – sobradões na própria Praia Grande. P. 29

Sabe-se que fonte histórica é tudo aquilo que coloca o historiador diretamente em contato com o seu problema, é precisamente o material através do qual o historiador examina ou analisa uma sociedade humana no tempo. Uma fonte pode ser o meio de acesso aos fatos históricos que o historiador deverá reconstruir e interpretar ou pode ser ainda o próprio fato histórico. Quer dizer que o monumento/documento é uma fonte que deve ser analisada enquanto memória de uma época e deve ser analisado, decifrado, compreendido e questionado.

Nesse sentido, pode-se dizer que a fonte pode ser vista como ‘testemunho’ de uma época e como segundo DUBY, Perrot (1995) “As mulheres foram, durante muito tempo, deixadas na sombra da história” (p. 07). Sendo assim, através das fontes pode-se resgatar a história dessa mulher negra que viveu no século XIX.

A observação da não “passividade” da mulher e da intencionalidade de deixá-la como sombra na construção da história e

ainda sentindo na pele por experiência familiar, a condição de fazer parte de um grupo “dominado” pelo homem, suscitou muitas inquietações sobre o papel da mulher na sociedade.

Pode-se inferir, portanto, que no Maranhão, como em todo o mundo a mulher sempre se rebelou contra a dominação e exclusão no espaço público a exemplo dos negros e de todas as chamadas “minorias”. Atualmente conta-se com muitas produções acerca da história da mulher, mas a mulher comum é pouco retratada nestas produções, grandes figuras femininas se destacaram, mas uma escrava como tornar-se uma referência histórica? Considerada inferior e até despossuída de inteligência, a mulher vem exercendo um papel secundário no processo histórico, em que o homem tem exercido o papel de condutor deste processo.

Keith Jenkins, discorre sobre o passado e a subjetividade do historiador e diz que “[...] a história é um discurso em constante transformação construído pelos historiadores e que da existência do passado não se deduz uma interpretação única: mude o olhar, desloque a perspectiva, e surgirão novas interpretações” (KEITH, 2001).

Procurando mudar o olhar para escrever sobre Catarina nos deparamos com uma grande barreira, a fonte. Todos os autores consultados têm quase que a mesma informação, pois as informações sobre os negros são escassas, segundo Meireles p. 127-127,

Mal fora a Monarquia substituída pela República, no Brasil, e logo o novo governo, por decreto de 14/12/1890, que foi cumprido por Rui Barbosa, seu inspirador aliás, através da Circular nº 29, de 13/4/1891, do Ministério da Fazenda, de que era ele o titular, mandou que se incinerassem, nas alfândegas, todos os documentos referentes à entrada, no país, dos escravos africanos, para que mais fácil e rapidamente se apagasse, na memória nacional, a lembrança ou o remorso desse estigma. P.126 – 127.

Como a memória de se apaga facilmente, pois Segundo Sharpe (2011,)

[...] a importância da história vista de baixo é mais profunda do que apenas propiciar aos historiadores uma oportunidade para mostrar que eles podem ser imaginativos e inovadores. Ela proporciona também um meio para reintegrar sua história aos grupos sociais que podem ter pensado tê-la perdido, ou que nem tinham conhecimento da existência de sua história. P. 60

Segundo Ferreira apud Ferreira (2010),

[...] Não foi dado [a elas] o reconhecimento público, a não ser em citações esporádicas de pesquisadores/as ou de amigos/as e parentes distantes que reverenciam suas memórias e reconhecem sua contribuição social e política a exemplo de Ana Jansen, Maria Firmina dos reis, Zuleide Bogéa, Lilah Lisboa, Rosa Mochel entre outras. P.93.

Sendo assim Catarina Mina, ganha visibilidade, principalmente da população que resolveu ignorar o governo de então que deu o nome do local de Rua Djalma Dutra, e autores que a retratam como figura importante para da época nesse sentido diz que falar de mulheres do Maranhão, é também falar de Catarina Mina, como fala Abranches 2012,

Entre elas, vieram-me logo à mente certas figuras muito conhecidas de crioulas e mestiças que, ligadas a ricos da terra, passavam vida farta e tinham muita escravaria. Entre estas, duas se tornaram muito populares – a Catarina Mina preta retina, que só saía à rua com o seu séquito, de mucamas e a escrava Evarinta, sempre coberta de jóias, herdeira do capitalista Malaquias Gonçalves. Ambas tidas como generosas e caritativas, mas nunca abriam mão dos seus cativos. p. 57,

Catarina uma negra alforriada senhora de muitos bens, deixa uma a visão de uma mulher muito forte, comerciante determinada e uma cidadã maranhense ao usar seus direitos definindo o fim de seus bens e até de seu funeral como mostra as disposições registradas no Inventário e no testamento de Catarina Rosa Ferreira de Jesus encontrados no Arquivo da Justiça do Maranhão situado à Rua Viveiros de Castro, 257, Alemanha, São Luís Maranhão,

“Eu Catharina... achando-me doente, digo adoentada, mas no meu perfeito juízo e entendimento tenho resolvido fazer a minhas últimas disposições testamentárias, declaro que sou cristã e católica apostólica romana de nação Mina, solteira e sem herdeiros”. Quero que meu enterro e sufrágio seja com decência, mas sem pompa e que no sétimo dia depois da missa se distribua a quantia de cinquenta mil reis (50\$00) em esmolas, Quinhentos reis para os pobres que compareceram ao

ato, cinquenta pela sua alma e cinquenta, pela alma de seu filho Pedro. Que meu corpo fosse sepultado em catacumba e após 3 anos seja meus restos mortais trasladados para o jazigo que tenho da igreja de Santo Antônio onde estão os restos de seu filho Pedro.

Dentre tantas marcas de sua coragem e também integridade, no jornal a Imprensa de 1959, Catarina Roza de Jesus- agradece a todas as pessoas que se dignarão de acompanhar a sepultura o corpo de seu filho Pedro Amaro dos Santos, e não podendo pessoalmente cumprir este dever, o faz por este meio, protestando seu eterno reconhecimento.

O local onde está situado o beco Catarina Mina, já foi descrito anteriormente por vários autores, mas recorro a essa descrição de Filho. 1971,

A Rua Portugal, primitiva rua do Trapiche, começa na rampa do Palácio e termina na rua da Estrela, sendo a última casa dessa artéria um majestoso sobrado de azulejos onde por muitos anos funciona a Firma Comercial de Lages& Cia, sucessora de Azevedo& Almeida. Rua típica do comércio de estivas e ferragens, nela se concentravam as firmas portuguesas mais fortes da época. p. 155 - 156

Esse era o local de maior comércio da época, e a negra Catarina dizem muito bem relacionada, tinha seu comércio nesse local, e vivia segundo o padrão social da sociedade ludovicense, inclusive com muitos escravos. E segundo o que afirmam não abria mão de andar pelas ruas exibindo seu poder.

Após todo esse aparato de informações algumas inquietações não foram esclarecidas, o fato de afirmarem um casamento com um cafuzo para quem ela comprou uma patente de alferes da Guarda Nacional, cujo nome é desconhecido e no testamento ela afirma ser solteira. Outro ponto é com relação à construção da escadaria ser atribuída a ela. Levando em conta o que afirma, Filho, 1971,

Somente em 1833, na administração do Presidente Joaquim Vieira da Silva e Sousa, é que teve a rua do Trapiche calçamento condigno, feito com as pedras provenientes do desmonte do rochedo Piranhenga, à margem direita do Bacanga, que obstruía a navegação desse rio. Trinta e três barcadas de pedras foram transportadas então, num importe de 165\$000, custando a obra ao governo a quantia 270\$000, tendo os trabalhos dirigidos pelo hábil engenheiro José Joaquim Rodrigues Lopes. P. 156.

O autor faz referência ao calçamento da rua do Trapiche e Cesar Marques faz uma descrição do estado lastimável da área por volta de 1863, Marques 1870, assim diz,

Do lado oposto corre a rua do Trapiche, que vai terminar na rampa do Palácio: era há bem pouco tempo um imundo lamaçal, e hoje é uma bela e espaçosa rua perfeitamente calçada, com excelente caes de desembarque todo feito com muita economia. Os negociantes ahi moradores, mandaram colocar no dia 20 de abril de 1863 no beco do Trapiche, onde começa o caes, uma fina pedra de mármore entre um quadro de azulejos com este dístico:

“Caes e rampa da Rua do Trapiche, feitos na administração do exm. Sr. Conselheiro A. M. de Campos Melo. 1863” p. 473.

O autor acima citado, Marques, ainda afirma que em 1906, conforme resolução nº 22, de 18 de março desse ano, a Municipalidade mudou para Portugal o nome da velha rua do Trapiche em comemoração à visita da canhoeira “A pátria, da Real Marinha portuguesa. p. 473

Diante desses informes, fica difícil se atribuir a Catarina a construção da escadaria. Esse será um desafio para que se continue a pesquisa, no sentido de confirmar ou não o mérito da construção da escadaria por Catarina, outro desafio, é encontrar o nome do seu dito marido e o documento dando a patente de alferes da Guarda Nacional comprado por ela para ele.

Concluindo, João Afonso a retratou e o também artista Eduardo Sereno a imortalizou com um busto” que podemos em uma loja no beco Catarina Mina.

Sobre essa mulher, vaidosa, corajosa o jornal o Estado do Maranhão do dia 11 de maio de 2010, afirma, “ Finada Catharina Roza Ferreira de Jesus faleceu no dia 11 de maio de 1886.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, José Ribeiro do. **Fundação do Maranhão: memória histórica**. 3. Ed. São Luis: Edições AML, 2012

A IMPRENSA. São Luiz, quarta –feira 16 de novembro de 1959. Anno III número 92.

BRANCHES, Dunshee de. **O Cativoiro. Introdução de Jomar Moraes**. 3ª ed. São Luis; AML, 2012

ANDRADE, Antônia de Castro. **ESCRavidão E LAÇOS DE COMPADRIO**: um estudo preliminar. Revista Outros Tempos, ISSN 1808-8031, volume 02, p. 11-31. Disponível em: <http://www.outrostempos.uema.br/volume02/vol02art02.pdf>. Acesso em 15 de outubro de 2015.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. **História e Ciências sociais: a longa duração**. *Revista de História*, Departamento de História da USP, n. 62, 1965.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESO, 2011.

CALDEIRA, José de Ribamar C. **O Maranhão na literatura os viajantes do século XIX**. Co – edição AML/Sioge. 1991.

CAMPOS, Marize Helena de. **Senhoras donas: economia, povoamento e vida material em terras maranhenses (1755-1822)**. São Paulo: USP, 2008.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (orgs.) **Escrever a História das Mulheres**. In: THÉBAUD, Françoise. *História das Mulheres no Ocidente. O século XX*. Porto, Edições Afrontamento, 1995, p.07.

DURÃES, Margarida. **Os testamentos: apontamentos de investigações para uma História da Família**. Neps. Boletim informativo, 29 de janeiro de 2003. 12p.

FERREIRA, Maria Mary. **Nos bastidores da tribuna: mulher política e poder no Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2010. 231 p.

KEITH, Jenkins. **A História Repensada**. Tradução de Mário Vivala. São Paulo: Contexto, 2001.

LE GOFF, Roger; CHARTIER, Jacques Revel. **A história Nova**. Tradução de Eduardo Brandão. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **História das Mulheres**. Dossiê Nova História, n. 23, pp.56-61, set-nov. /1994

LIMA, Carlos de. **Caminhos de São Luís**: (ruas, logradouros e prédios históricos). São Paulo: Siciliano, 2002.

MACEDO, José Rivair. **A mulher na Idade Média**. São Paulo: Contexto, 2002. 108 p. (Repensando a Historia).

MARQUES, Cezar Augusto. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. Maranhão 1870. TYP. Do Frias, rua da Palma nº 6.

MARTINS, Ananias Alves. **São Luís: fundamentos do patrimônio cultural**. Séc. XVII, XVIII e XIX. São Luís: SANLUIZ, 2000.

MORAES. Jomar. **Guia de São Luís do Maranhão**. 2 ed. São Luís Legenda, 1995. 306 p.

MEIRELES, Mario M. **Dez estudos históricos**. Apresentação de Jomar Moraes. Coleção Documentos Maranhenses. São Luís: Alumar, 1994.

NASCIMENTO, João Afonso do. **Três séculos de modas: 1616 – 1916**. 3. Ed. São Luís: Instituto Geia, 2014.

O ESTADO DO MARANHÃO. **Alternativo**. São Luís, 8 de setembro de 2010 – quarta feira p. 6.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs). **O historiador e suas fontes**. 1. Ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 2011.

A DRENAGEM URBANA DE SÃO LUÍS: Políticas Públicas efetivas no Controle das Enchentes, Inundações e Alagamentos

*José Bello Salgado Neto
Thayane de Cássia Silva Santos
Bjelland Lisieux Pinheiro Leal*

RESUMO: Aborda as questões relacionadas à Drenagem Urbana de São Luís e as consequências do Desenvolvimento Urbano não planejado, que são as Enchentes, as Inundações Ribeirinhas e os inumeráveis pontos de alagamentos na cidade, que geram inumeráveis transtornos à população quando do período das chuvas. Nesse viés, a pesquisa foi subdividida no estudo da Microdrenagem, caracterizada pelos aspectos das canalizações que recebem as águas pluviais captadas nas sarjetas, e a Macrodrenagem (rios e canais), que conduz maiores volumes até os pontos de lançamento.

PALAVRAS-CHAVE: Drenagem Urbana; Microdrenagem; Macrodrenagem; São Luís.

ABSTRACT: Addresses issues related to São Luís Urban Drainage and the consequences of unplanned Urban Development, which are Floods, River Floods and the innumerable flooding points in the city, which generate innumerable disturbances to the population during the rainy season. Accordingly, the research was subdivided into the study of Microdrainage, characterized by aspects of the pipes that receive rainwater captured in the gutters, and Macrodrainage (rivers and channels), which leads to greater volumes to the launch points.

KEY-WORDS: Urban Drainage; Microdrainage; Macrodrainage; São Luís.

1 INTRODUÇÃO:

O presente artigo foi elaborado a partir dos resultados divulgados nos relatórios finais de pesquisa, apresentados de modo remoto no XXXII SEMIC (Seminário de Iniciação Científica da UEMA), no período de 07 a 11 de dezembro de 2020, pelas orientandas e alunas do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Bjelland Lisieux Pinheiro Leal e Thayane de Cassia Silva Santos, ambas bolsistas da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). Tais relatórios tiveram como objetivo subsidiar o projeto de pesquisa de nossa autoria, de mesmo título do artigo em tela.

2 AS ENCHENTES, INUNDAÇÕES E ALAGAMENTOS NAS CIDADES

Na atualidade vão se multiplicando os problemas de inundações nos centros urbanos decorrentes da dificuldade de drenar-se microbacias e bacias quando das fortes precipitações pluviométricas. As causas para esse problema crescente e que desaloja pessoas, provoca óbitos e empobrece ainda mais as populações menos assistidas, residem basicamente na ausência de drenagem urbana, bem como, na obstrução da mesma por resíduos sólidos e nos efeitos adversos provenientes da impermeabilização das superfícies, em desobediência às normas preconizadas nos planos diretores municipais.

Por outro lado, as populações carentes que se instalam nas áreas adjacentes aos rios, também sofrem os efeitos de inundações ribeirinhas periódicas, que são processos naturais resultantes do aumento da vazão dos rios durante os períodos chuvosos. Variações climáticas em períodos de baixas precipitações estimulam as comunidades a se instalarem muito próximas das margens inundáveis, agravando as consequências decorrentes das fortes precipitações de grandes intensidades e duração. Assim, as inundações podem ser ampliadas ou terem maiores efeitos, em função da ação do homem.

Segundo o Manual de Saneamento da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA (BRASIL, 2015, p.531), o termo “enchente” caracteriza o fenômeno do aumento de vazões com transbordamento de um canal

de drenagem natural (rio, riacho, etc) ou artificial (canal revestido a céu aberto), enquanto que o termo “inundação” representa o extravasamento para outras áreas do fenômeno da enchente. Já o “alagamento” é o acúmulo de água nas ruas e nos perímetros urbanos devido a problemas de drenagem. Assim, nos centros urbanos verifica-se a existências de três principais processos que ocorrem isoladamente ou de forma integrada:

- Enchentes em áreas ribeirinhas – que são naturais e atingem a população que ocupa o leito dos rios por falta de planejamento do uso do solo;
- Inundações urbanas – provocadas pela crescente urbanização nas cidades de médio e grande porte;
- Alagamentos – provocados por problemas de drenagem urbana;

a) Enchentes em áreas ribeirinhas e inundações urbanas

Esse tipo de enchente ocorre, principalmente, pelo processo natural pelo qual os rios ocupam o seu maior leito, quando correm eventos chuvosos extremos, em média com tempo de retorno superior a dois anos (TUCCI *et al.*, 2003). Segundo esse autor essas enchentes, normalmente ocorrem em bacias grandes, ou seja, aquelas com superfícies maiores que 1000 km². Já as inundações urbanas são consequências do extravasamento das inundações ribeirinhas para o interior das áreas urbanizadas, principalmente aquelas de altitudes pouco elevadas, com relação às altitudes máximas das enchentes nos rios de grandes volumes. Assim, os impactos sobre a população ocorrem, em geral, devido as seguintes causas:

- Os Planos Diretores da quase totalidade das cidades brasileiras não prevê nenhuma restrição quanto ao loteamento de áreas de risco de inundação, sendo que os vários anos sem enchentes é suficiente para que os capitais imobiliários loteiem áreas inadequadas;
- Ocupação subnormal de áreas ribeirinhas que pertencem ao poder público pela população de baixa renda;
- Ocupação de áreas de médio risco, que frequentemente sofrem menos, porém com prejuízos significativos;

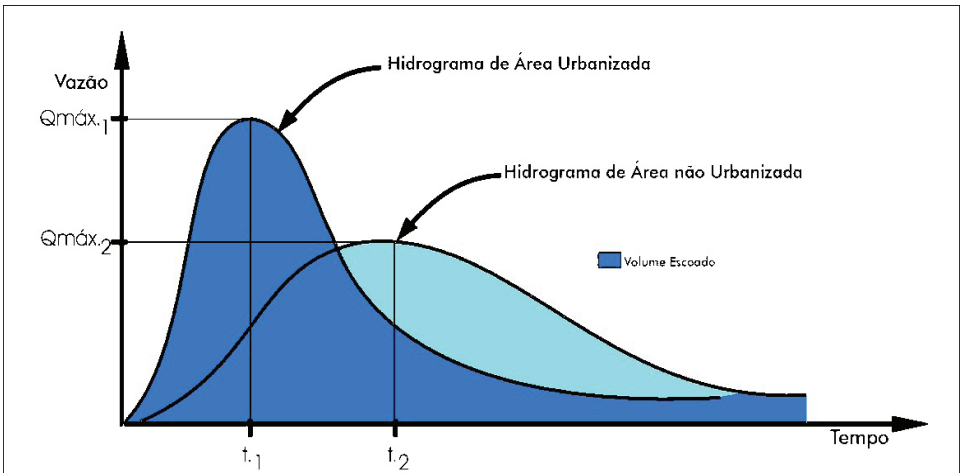
Ao lado dessas causas ainda se acrescenta a ocupação de Áreas de Preservação Permanente (APP), cuja leniência e falta de fiscalização dos poderes públicos constituídos, permitem a ocupação.

b) Alagamentos devido a urbanização

Com o desenvolvimento das cidades, ocorre a impermeabilização do solo através de telhados, ruas, calçadas, pátios, etc. Assim, grande parte da água que infiltrava no subsolo, é drenada para as canalizações (quando existem) aumentando o escoamento superficial. Dessa forma, o volume de água que escoava lentamente pelo solo e ficava retido pelas plantas, com o crescimento das cidades e sua conseqüente urbanização, passa a escoar pelos canais ou talvegues, exigindo maior capacidade de escoamento das seções transversais dos corpos d'água e/ou canais revestidos.

Segundo Tucci et al (1995) tal efeito pode ser facilmente demonstrável quando se observa os Hidrogramas de Chuvas em áreas impermeabilizadas e em áreas de fácil infiltração e percolação no subsolo (Fig.1). Percebe-se de forma clara que nas áreas urbanizadas, a vazão máxima ($Q_{\max 1}$) é sobremaneira aumentada, enquanto que o tempo de concentração t_1 (tempo necessário para que a chuva que cai no ponto mais longe da bacia chegue ao ponto de drenagem) diminui consideravelmente. Assim a curva é mais acentuada. Já o Hidrograma de Chuva em áreas não urbanizadas, a curva é mais suave, tendo que em conta que as vazões ($Q_{\max 2}$) são menores (pela infiltração no subsolo) e o tempo de concentração (t_2) é bem maior, o que dificulta a ocorrência de inundações nas áreas rurais.

Fig. 1 – Hidrograma de áreas urbanizadas e não urbanizadas



Fonte: Tucci *et al*, 1995.

Ainda verifica-se a ocorrência de **alagamentos locais** que podem ser provocadas por diversos tipos de eventos. São eles:

- Diminuição da seção do rio devido a aterros e pilares de pontes, estradas, aterros para aproveitamento de áreas adjacentes, assoreamento do leito do rio e acúmulo de resíduos sólidos (lixo);
- Remanso (água sem movimento) na macrodrenagem (cursos d'água e canais), pelas cheias no rio principal, lagos, reservatório ou nível de cheia das marés;
- Erros de execução e projeto de drenagem de rodovias, avenidas e ruas, além de obras de infraestrutura urbana, construídas sem levar em conta os impactos sobre a drenagem.

Morales (2003) com realação à drenagem no contexto urbano, lembra que de nada adianta a existência de um primoroso projeto de terraplanagem e de pavimentação, se a drenagem não estiver bem projetada e executada. E aponta a má drenagem como a causa de grandes desastres, com o rompimento de estruturas gigantescas de aterros nas rodovias e ferrovias, bem como, nas áreas urbanas com grandes alagamentos que deixam famílias desabrigadas e uma comunidade impotente e perplexa diante das forças das águas, que na maioria das vezes pode ser minimizada por uma visão sistêmica de drenagem, ao lado de bons projetos de engenharia.

Ao se referirem as inundações e alagamentos em pequenas bacias urbanas, Zahed Filho e Marcellini (1995) explicam que são as chuvas de verão, as responsáveis pelos desastres. Tais chuvas são provenientes da convecção de massa de ar úmido, que se forma em uma região restrita, em função da variação de temperatura. Pela manhã, a radiação solar aquece a massa de ar e o solo. No período da tarde, com a diminuição da radiação solar e conseqüentemente da radiação sobre a massa de ar e do solo, e em função do calor nele armazenado, gera-se uma situação de instabilidade. Essas precipitação possuem grande intensidade e curta duração.

Segundo Tucci (2003), os principais impactos sobre a população decorrentes das enchentes urbanas são:

- Prejuízos de perdas materiais e humanas;
- Interrupção da atividade econômica nas áreas inundadas;
- Contaminação por doenças de veiculação hídrica como lectospirose, cólera, entre outras;

- Contaminação da água potável pela inundação de depósitos de materiais tóxicos, estações de tratamento e outras causas.

Outro fator agravante para o mal funcionamento da drenagem urbana é a falta de educação ambiental da população. Nesse particular, Tucci (2003) lembra que a produção de lixo coletada no Brasil é da ordem de 0,5 a 0,8 kg/pessoa/dia, mas não existem informações sobre a quantidade de lixo que é lançada e retida na drenagem. Essa informação, mesmo em nível internacional é incipiente.

Nas últimas décadas ocorreu um aumento significativo de lixo urbano devido as embalagens plásticas que possuem baixa reciclagem. Os rios, mananciais e todo o sistema de drenagem sofrem o acúmulo de garrafas pet, além das embalagens plásticas de variados tipos, tendo como consequencia o assoreamento das seções de canalizações de drenagem, com redução da capacidade de escoamento de condutos, canais, rios e lagos urbanos, além do transporte de poluentes agregados aos sedimentos (solos predominantemente arenosos) que contaminam as águas pluviais, as quais escoam pela superfície.

Canholi (2005) entende que a solução para os problemas de drenagem urbana passa por um planejamento, que deve ser entendido como parte de um abrangente planejamento urbano e, portanto, coordenado com os outros planos, principalmente de saneamento básico (água, esgoto e coleta de resíduos sólidos), uso do solo e transportes.

Segundo Sheaffer e Wrigth (1982) *apud* Canholi (2005), o plano de drenagem deve explicitar alguns objetivos, como preservar as regiões ribeirinhas ainda não urbanizadas a fim de minimizar as interferências com a capacidade de escoamento dos talvegues (linhas de cotas mais baixas); reduzir gradativamente o risco de inundações; reduzir o nível existente de danos por enchentes; assegurar que os projetos de prevenção e correção sejam consistentes com os objetivos gerais do planejamento urbano; minimizar problemas de erosões e assoreamentos; controlar a poluição difusa; e incentivar o uso alternativo das águas das chuvas coletadas, para uso industrial, irrigação e abastecimento.

Canholi (2005) ainda aponta as medidas de controle e/ ou prevenção para minimizar os danos das inundações, que são classificadas em medidas estruturais e não estruturais. As primeiras dizem respeito às obras que podem ser implantadas visando a correção e/ou prevenção dos problemas decorrentes de enchentes. As medidas não estruturais são aquelas em que se pretende reduzir os danos ou as consequencias das inundações pela introdução de normas, regulamentos e programas que objetivem, por exemplo, o disciplinamento do uso e ocupação do solo,

a implementação de sistemas de alertas e programas sócio-educativos de conscientização da população.

Porém no Brasil, e em especial no Nordeste Brasileiro, existe uma banalização aos desastres, os quais são consequências do modelo de desenvolvimento adotado no país, que não leva em conta os aspectos ligados ao risco. Também é notória a tendência de dar pouca importância às tragédias que ocorrem no país, as quais potencializam destrutivamente suas ações no campo – por força de infraestruturas de prevenção subdesenvolvidas – como também continuam a fazer vítimas nas cidades, por conta de uma urbanização caótica, migração sem controle, alta densidade populacional, além de fontes de natureza social, como desemprego, violência e pobreza (XAVIER *et al*, 1996, p.5).

2.1 O problema da drenagem urbana em São Luís

Nas duas últimas décadas, São Luís vem apresentando problemas ambientais, que vão desde a erosão do solo, à ocorrência de áreas de inundações, além da poluição de rios e destruição de manguezais, ocasionando áreas de risco em assentamentos subnormais, e condições insalubres com baixa qualidade ambiental e paisagística da cidade. Nos casos em que os assentamentos se deram em áreas de preservação ambiental, mormente aquelas desvalorizadas e localizadas em áreas de mangue, os conflitos socioambientais entre o poder público e os assentados se manifestam, quase sempre, exigindo soluções complexas e onerosas.

Acrescente-se ainda a expansão do sistema viário, sem a implantação de um sistema de drenagem, e o descaso às taxas de impermeabilização para as construções, conforme estipuladas pelos Planos Diretores de 92 e 96, o que têm colaborado para aumentar a impermeabilização do solo, prejudicando a renovação dos lençóis freáticos e gerando pontos de alagamento e erosão na cidade (LOPES, 2006, 90).

Dessa forma, as questões relativas ao plano diretor se encontram imbricadas aos aspectos relacionados aos riscos das inundações, pois não é possível gerir uma cidade sem prever as consequências que certas áreas podem acarretar às populações quando indevidamente ocupadas. Entretanto, essa é uma questão que não é levada em conta quando cidades são planejadas, e se tal ocorre certamente aqueles que deveriam em princípio responsabilizar-se pelo respeito e obediência à legislação instituída e aprovada, não o fazem ou simplesmente ignoram o problema. Aliás, paira a dúvida se os planejadores costumam consultar as autoridades responsáveis pela gestão dos riscos nos municípios, quando da elaboração dos seus Planos Diretores.

Em consulta informal realizada à Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (SEMURH) obteve-se a informação de que não existe um Plano de Drenagem para São Luis. De igual modo, na Secretaria Municipal de Obras (SEMOSP), tal plano não existe, ocorrendo apenas à contratação e execução de projetos de drenagem no sistema viário de modo pontual. Ora, tal visão, por exemplo, não leva em conta as interações e consequências da nova obra com uma microbacia ou menos ainda com uma bacia de grande porte. Assim, já é comum se presenciarem eventos como o alagamento na Rua dos Azulões, Renascença II (Fig. 2) que sistematicamente ocorre durante chuvas de alta intensidade e curta duração, por força de drenagem deficitária no bairro como um todo.

Fig. 2 – Rua dos Azulões, Renascença II, em 16/04/2019.



Fonte: Portal G1.globo.com/ma, em 16/04/2019.

Algumas intervenções na macrodrenagem foram realizadas na gestão municipal de 2009 a 2012, fruto de uma parceria com o Governo Federal por meio do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC). Entre elas, cita-se o canal do Tropical Shopping (Renascença II), o canal do Rio Gangan (Turú), as obras da Rua Cônego Tavares, no Anil, o Canal do Coroadinho e o Canal do COHATRAC (PMSL, 2012).

Entretanto, em razão do baixo volume de precipitação pluviométrica ocorrido de forma atípica nos anos anteriores, ainda tinha sido possível comprovar os resultados positivos dessas obras. Nesse particular, o Núcleo

de Meteorologia do Núcleo Geoambiental (NUGEO) da UEMA informou que nos últimos cinco anos consecutivos as chuvas ocorreram abaixo do esperado, sendo que de 2012 a 2018 a média de precipitação anual ficou 40% abaixo da média climatológica para São Luís, que é 2.290 milímetros. 2500 mm, o que de fato ocorreu pois somente do dia 1º de março até o dia 24, choveu 582 milímetros, que corresponde a 26,4% a mais do que foi previsto para a média climatológica nesse período (JORNAL PEQUENO, 2019).

Outro sério problema que incomoda uma parcela considerável da população são as frequentes inundações na margem esquerda do Rio Bacanga (Fig.3), ocasionada por vários fatores, entre eles a operação incipiente e o baixo volume de escoamento da única comporta em funcionamento na Barragem do Rio Bacanga, quando do aumento da vazão proveniente das chuvas que se precipitam sobre a bacia, cuja superfície é de 105,9 km². São várias as comunidades atingidas nos bairros do Sá Viana e Coroadinho, que sofrem prejuízos materiais e físicos de toda sorte, desde a inundação de suas moradias, ocorrência de doenças e perda do poder econômico (SALGADO NETO, 2015, p. 216).

Fig. 3 – Rua São Geraldo, Sá Viana.



Fonte: Defesa Civil Municipal, 2010.

Deve-se ressaltar que esse não é um estudo novo, mas que carece de realização, já que o desenvolvimento urbano ocupando micro bacias, alterando a forma delas e impermeabilizando o solo, faz parte do dinamismo das cidades, que ocorre de modo mal planejado, levando algumas áreas a um estado caótico durante chuvas anômalas não previstas.

3. OS EVENTOS DE ALAGAMENTOS E INUNDAÇÕES NA CIDADE DE SÃO LUÍS

A Ilha de São Luís se situa entre as baías de São José e de São Marcos, juntamente com os municípios de Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar. São Luís compreende uma área total de 834,785km², com aproximadamente 1.091.868 habitantes, tendo como densidade demográfica 1.307,96 hab./km² (IBGE, 2017).

Em aspectos gerais, durante 408 anos de existência, a cidade passou por muitas transformações no seu espaço urbano. Atualmente, ela possui diversos problemas característicos de grandes centros urbanos, como a falta de planejamento adequado do saneamento básico e da drenagem urbana.

Segundo dados do IBGE, em 2017 São Luís já era a 15ª cidade mais populosa do Brasil com 1.091.868 habitantes, tendo um crescimento populacional de 0,82% em apenas um ano. Já a região da Ilha de São Luís, composta pelos municípios de São Luís, Raposa, Paço do Lumiar, e São José de Ribamar, apresentava uma população de 1.619.377 habitantes. Assim, o crescimento urbano de São Luís, não ocorreu de forma planejada, apesar do plano de expansão urbana de 1958 e os sucessivos planos diretores. O espaço urbano da cidade apresenta irregularidades no que diz respeito ao uso e ocupação do solo, e estas não ocorrem apenas em áreas periféricas onde vivem comunidades de baixa renda.

Diniz (2017, p. 169), pontua que o crescimento populacional desordenado trouxe problemas de habitação, saúde, segurança e favoreceu o surgimento de ocupações irregulares, palafitas e favelas, problemas esses que têm evoluído consideravelmente, à medida que a urbanização se expande. Desta forma, São Luís atualmente se caracteriza por um espaço mal planejado, com um adensamento de áreas centrais e nobres e expansão de áreas periféricas, com assentamentos irregulares que trazem riscos às suas populações.

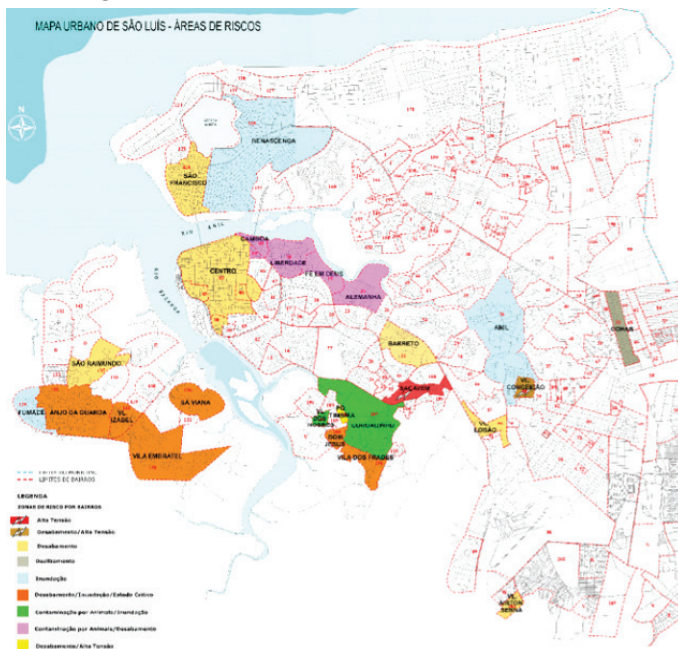
Como consequência, a cidade enfrenta problemas da falta de infraestrutura, que é decorrente da ausência de políticas públicas efetivas, bem como de falhas na execução das políticas públicas existentes, por força da ineficiência de ações disciplinadoras, previstas nos seus marcos regulatórios.

Para Canholi (2005), o planejamento de drenagem deve ser entendido como parte de um abrangente processo de planejamento urbano e, portanto, elaborado junto com os demais planos, principalmente os de saneamento básico de água e esgoto, uso de solo e transportes, conforme

já foi dito. Nunca é demais lembrar que São Luís, não possui um Plano Diretor de Drenagem Urbana, que consiste no estudo de todas as bacias, quantificando e priorizando as principais obras, dentro de um cronograma de curto, médio e longo prazo, planejamento esse que não deve estar atrelado a uma só gestão municipal.

Nesse particular pode-se observar vários eventos de alagamentos e casos isolados de inundações, muitos dos quais em áreas ocupadas por habitações precárias, em espaços urbanos desprezados economicamente pelos poderes públicos e privados. Assim, eventos recorrentes, são objeto de ações da esfera pública, que opta por soluções estruturais de caráter emergencial, que não foram objeto de estudos mais detalhados, com foco nas características das bacias hidrográficas urbanas, nas quais se encontram inseridas. Nos mapas adiante, são apresentadas as áreas de assentamentos precários na cidade, sujeitas a alagamentos provocados em períodos de altas precipitações pluviométricas. A Fig. 4 mostra as áreas de riscos mapeadas pela Prefeitura de São Luís e a Fig. 5 apresenta as áreas restritas a ocupação onde existem assentamentos precários, os quais são localizados próximos a leitos de rios e córregos, sujeitos a inundações ribeirinhas.

Fig 4 – Áreas de riscos na Cidade de São Luís



Fonte: Prefeitura de São Luís, 2014.

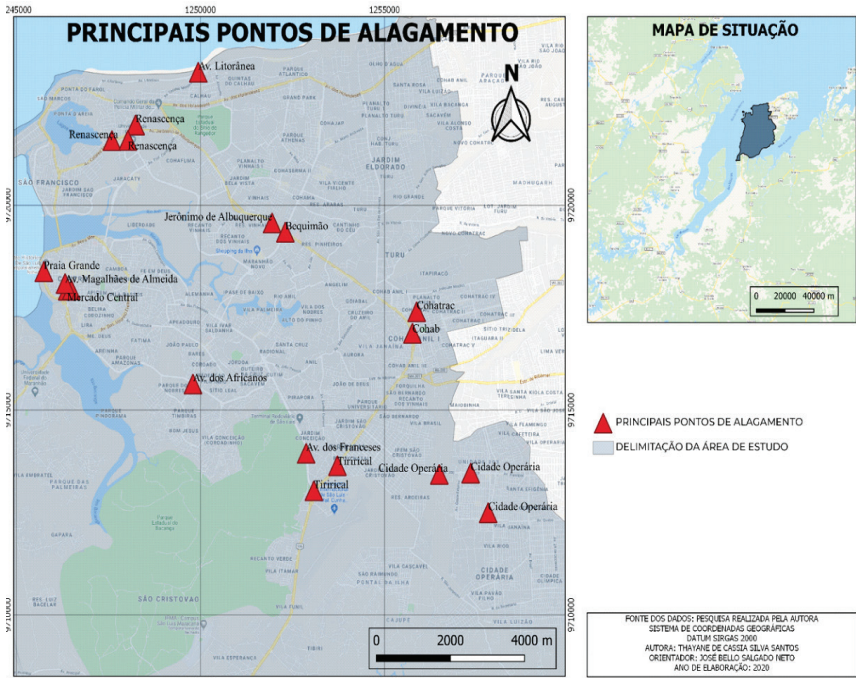
Fig. 5 – Assentamentos precários em áreas restritas à ocupação



Fonte: Prefeitura de São Luís, 2014.

Em 2016, a Defesa Civil registrou nos 4 primeiros meses do ano, o total de 87 ocorrências de alagamentos, inundações e deslizamentos. As maiores ocorrências são relacionadas a alagamentos, com acúmulo de água temporário causando prejuízos e dificuldades de toda sorte às comunidades. As maiores concentrações dessas áreas de riscos estão em localidades mais urbanizadas, com reduzida área de solo natural, em locais com cotas topográficas mais baixas. Na análise de ocorrências dos eventos na cidade de São Luís, constatou-se que há várias localidades, onde tais eventos ocorrem anualmente, conforme mostra a Fig. 6.

Fig. 6 - Principais áreas de ocorrência de alagamentos na cidade de São Luís



Fonte: SANTOS, Thayane de Cássia Silva, 2020.

Na área do Bacanga, os Bairros Piancó, Sá Viana e Jambeiro são os mais suscetíveis a inundações pois estão localizados em ocupações subnormais em áreas de manguezais, na margem esquerda da Barragem do Bacanga. Assim, muitas residências foram construídas em áreas, cuja topografia possui baixas altitudes, razão pela qual já sofreram várias inundações ribeirinhas no período chuvoso, ao longo dos anos. O assoreamento do leito do rio no seu canal natural, provocado pela deposição de sedimentos provenientes das áreas desmatadas da margem esquerda, a precária manutenção nas estruturas da barragem, a deficitária operação na única comporta atualmente existente, os elevados níveis da maré de preamar a jusante da barragem e principalmente o aumento do volume de água dos afluentes do Rio Bacanga durante o período chuvoso, podem explicar a causa das inundações.

No bairro Jambeiro, as ruas São João, São Paulo, Rua da Alegria, Avenida do Contorno, principal via de acesso à Vila Embratel e a Rua São Francisco são as mais afetadas (Fig.7).

Fig. 7: Inundação na Rua da Alegria, no bairro Jambeiro



Fonte: SANTOS, Thayane de Cássia Silva, 2019.

Por falta de drenagem, as águas pluviais que se acumulam no muro limítrofe da Universidade Federal do Maranhão (Fig. 8), extravasam para o Bairro Jambeiro, que se situa às margens da Barragem do Bacanga e possui altitudes menores que as altitudes do Campus Universitário.

Fig. 8: Alagamento no Bairro do Jambeiro



Fonte: SANTOS, Thayane de Cássia Silva, 2019

O Canal do Rio das Bicas, localizado nos bairros do Coroado e Sacavém, também é causa de eventos de inundações nas suas margens pela elevação do nível durante fortes chuvas. Possivelmente a baixa declividade e a reduzida seção do canal estão por trás da causa do citado evento, ao lado do avanço das construções e do assoreamento provocado por resíduos sólidos e sedimentos. Durante períodos de chuvas intensas, a situação se agrava. Assim, a topografia da área e as ações antrópicas são fatores que contribuem de modo significativo para esses eventos (Fig.9).

Fig. 9 – Inundação decorrente do Canal do Rio das Bicas, em março de 2009.



Fonte: PMSL, 2011.

4. O COMPORTAMENTO DA MACRODRENAGEM DE SÃO LUÍS

Entende-se por macrodrenagem (Fig. 10) os cursos d'água e os canais responsáveis pelo escoamento final das águas pluviais, recebidas dos volumes provenientes da microdrenagem urbana, que é constituída pelas sarjetas, bocas-de-lobo, poços de vista e as galerias (tubulações de variados diâmetros). Os canais podem ser naturais ou artificiais, sendo que estes normalmente são revestidos de concreto armado ou por outras técnicas construtivas, cujos objetivos são a retificação dos cursos de água, a ampliação das seções dos canais naturais, além de serem projetados para amortecer os picos de cheias e proteger o solo contra as erosões e o assoreamento.

Segundo a FUNASA, o sistema de macrodrenagem é um conjunto de obras que visa melhorar as condições de escoamento de forma a atenuar os problemas de erosões, assoreamento e inundações ao longo dos principais talvegues. É constituído, em geral, por estruturas de maiores dimensões projetadas para cheias cujo período de retorno está compreendido entre 10 e 100 anos. Quando bem projetado, pode-se obter diminuição considerável do custo da microdrenagem, reduzindo-se, por exemplo, a extensão das tubulações enterradas. Do seu bom funcionamento dependem, essencialmente, a segurança urbana contra as enchentes mais frequentes e a saúde pública (FUNASA, 2015, p. 288).

Fig.10 – Canais de Macrodrenagem Urbana em Situação de Enchente

A figura 5 a seguir representa a ocorrência de uma chuva intensa sobre uma bacia hidrográfica e, como consequência, a extravasão nos canais. Entretanto, no caso do canal fechado (galeria celular), Figura 5 (d), não há mais a condição de **conduto livre**, quando o fluido em movimento apresenta uma superfície livre e sim, **conduto forçado**, quando o fluido que nele escoar preenche totalmente (BRUNETTI, 2008, p.163).

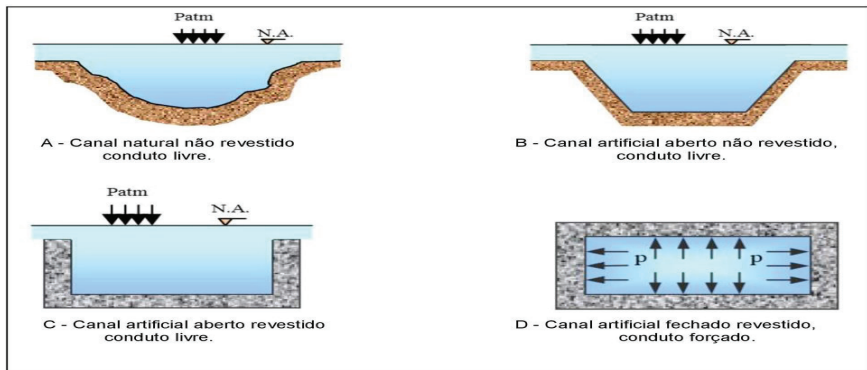


Figura 5: representação de enchente. Fonte: FENDRICH e MALUCELLI, 2006

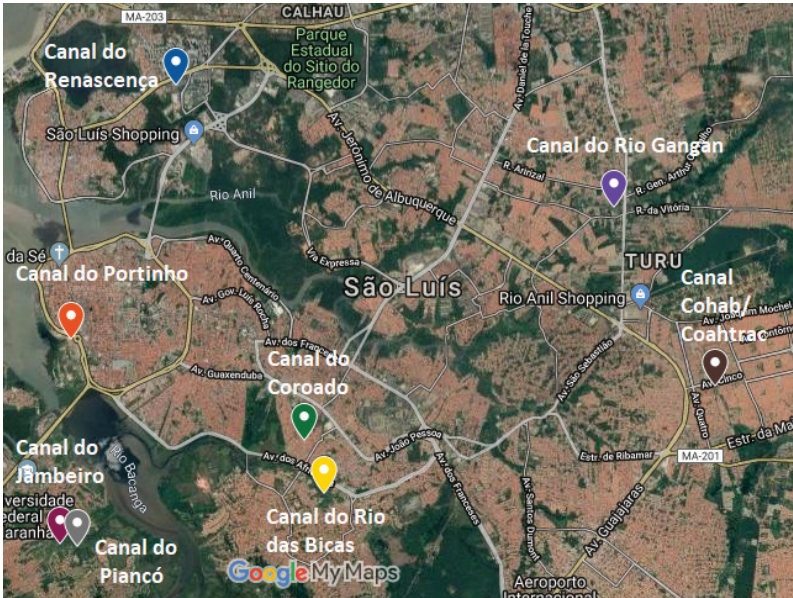
Desta maneira, desenvolver-se-ão pressões internas nas paredes do canal, ocasionadas pelo afogamento total da seção transversal. As situações de enchentes urbanas estão ilustradas na Figura 6, com o afogamento da seção transversal do canal.

Fonte: FENDRICH e MALUCELLI, 2020, p. 6

A cidade de São Luís conta com vários canais que compõem sua macrodrenagem urbana, cujas localizações são indicadas na Fig. 11, sendo que os principais são: Canal do Renascença, Canal do Rio das Bicas que fica localizado no bairro do Coroadinho, Canal do Rio Gangan situado no bairro do Turu, Canal do Portinho cujo ponto de lançamento ocorre no Rio Bacanga, Canal COHAB - COHATRAC, Canal do Jambeiro e do Piancó (Bairro do Sá Viana) que iniciam separados, e depois se unificam.

Cada um desses canais apresenta características e estados de conservação distintos, sendo que alguns deles foram objeto de análise com relação às suas eficácias e estados de conservação.

Fig. 11 - Mapa de Localização dos principais Canais em São Luís



Fonte: imagem do Google editada. <https://www.google.com/maps/@-2.5132283,-44.2929529,6055m/data=!3m1!1e3>. Acesso em 25.nov.2019.

São eles: Canal do Rio Gangan, Canal COHAB - COHATRAC, Canal do Renascença e o Canal do Portinho, sendo que alguns passaram por serviços de reformas entre os anos de 2011 e 2014.

a) Canal do Rio Gangan (Fig.12)

Com extensão de 1.200 metros, fica localizado no bairro do Turú e corta a Avenida São Luís Rei de França, seguindo em paralelo com a Rua Coronel Eurípedes Bezerra no lado esquerdo e no lado direito com a Rua General Arthur Carvalho. A proposta da obra segundo ao Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico de São Luís (PMISB), elaborado pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP), consistia na construção de um canal de 1.087 metros, com seção trapezoidal e revestido de pedra argamassada. O projeto também previa uma extensão até o bairro da Maioba.

Fig. 12 - Canal do Rio Gangan, visto da Avenida São Luís Rei de França.



Fonte: LEAL, Bjelland Lisieux Pinheiro, 2020.

Foi possível notar nas visitas técnicas que o canal apresenta assoreamento e presença de resíduos sólidos, comprometendo a profundidade e a sua eficiência, quando solicitado por grandes volumes de águas pluviais. Observou-se também o crescimento de vegetação adjacente às suas margens e nos taludes do canal, o que pode obstruir as galerias pluviais que nele lançam suas águas. Essa vegetação além de reter resíduos sólidos e sedimentos arenosos carreados para o canal, reduz a seção e a profundidade, o que caracteriza completa ausência de manutenção, além da constatação de guarda-corpos danificados, que colocam em risco a segurança de pedestres.

As visitas técnicas foram realizadas na estação chuvosa de 2019, quando se constatou que o canal dá vazão ao escoamento das águas pluviais da sua bacia, porém observou-se em uma dessas visitas, pontos de alagamento na Rua Aririzal entre os bairros da COHAMA e Turú, responsável pela redução no fluxo de veículos. Apesar da presença de microdrenagem nessa via, alguns pontos de alagamentos indicaram que a drenagem não tinha eficácia para conduzir as águas pluviais até o Canal do Rio Gangan, sendo que no dia 30/01/2020 a lâmina de água do canal alcançou a metade da sua profundidade.

b) O Canal COHAB – COHATRAC (Fig.13)

Com extensão de 1.920 metros, corta os bairros de mesmo nome, além dos Bairros Forquilha e Jardim das Margaridas, entre outros. Situa-se entre as Avenidas Itapiracó, São Luís Rei de França, Jerônimo de

Albuquerque e Estrada da Maioba (MA-202). Logo após a Praça da Igreja de Nossa Senhora da Natividade o canal se bifurca em dois, sendo que no menor deles não se notou a presença de água. O canal segue atravessando a Estrada da Maioba (MA-202) até lançar seus afluentes no Rio Paciência.

A obra foi iniciada na gestão do ex-prefeito João Castelo, não sendo concluída na sua administração. Em 2013 fortes chuvas danificaram alguns módulos trapezoidais de concreto armado da seção do canal, que foram literalmente arrancados. Esses danos estruturais posteriormente foram recuperados, de modo que o canal aparenta suportar bem as precipitações pluviométricas. Entretanto, a citada obra também recebe efluentes de esgotos sanitários, além da presença de resíduos sólidos nela lançada.

Figura 13 - Canal COHAB - COHATRAC, vista da Rua B.



Fonte: LEAL, Bjelland Lisieux Pinheiro, 2020.

Nas visitas realizadas foi possível observar que há forte presença de vegetação, responsável por diminuir a velocidade de escoamento e a área da sua seção transversal, além da existência de lixo lançado pela população, o que diminui a profundidade do canal. Na aplicação de questionários junto às pessoas residentes nas imediações do canal, foi relatado a ocorrência de mal cheiro durante o período de estiagem, diminuindo com as primeiras chuvas, o que indica o possível lançamento de esgotos sanitários. O

lançamento dos efluentes do canal se dá no Rio Paciência. Ficou explícito a falta de manutenção por parte do poder público municipal.

c) O Canal do Renascença (Fig. 14)

Com extensão de 435 metros, inicia-se ao lado do estacionamento do Tropical Shopping /Ed. Monumental e do Jornal Imparcial, sendo revestido de concreto armado e com seção retangular somente nesse trecho. Posteriormente segue com seção natural, tendo seu ponto de lançamento em um afluente do Igarapé Jaracatí, este por sua vez afluente do Rio Anil. As obras também foram iniciadas em 2010, na gestão do ex-prefeito João Castelo, com o objetivo de dar vazão à microdrenagem que nele chega, além de incluir a implantação de novas galerias de águas pluviais no seu entorno.

Porém, constatou-se que após a conclusão dessa obra, ainda foram registrados graves problemas de drenagem na região, como o evento de alagamento ocorrido no estacionamento do Shopping Tropical / Monumental, após fortes chuvas no primeiro semestre de 2014. Atualmente, o curso d'água passa por manutenções frequentes na parte não canalizada a jusante do canal, sendo observado a presença de resíduos sólidos e assoreamento, assim como a presença de forte de vegetação nas paredes do canal.

Figura 14 - Canal do Renascença, durante uma operação de remoção de solos assoreados.



Fonte: LEAL, Bjelland Lisieux Pinheiro, 2020.

As informações técnicas coletadas durante a pesquisa indicam que o bairro do Renascença II é um forte gerador de tráfego, além de ser um polo atraindo consumidores e estudantes, pela existência de colégios do ensino médio e fundamental e duas universidades privadas. O desenvolvimento urbano do bairro ocorrido nas duas últimas décadas gerou vários problemas, inclusive de drenagem de águas pluviais, por conta da excessiva impermeabilização decorrente do uso e ocupação do solo. O ponto de maior problema na drenagem pluvial situa-se numa área situada entre a Rua dos Bicudos e a Rua Monção, nos fundos dos Shoppings Tropical e Monumental e ao lado do prédio sede do Jornal Imparcial. Nessa área ocorre os maiores alagamentos, nos dias de elevada intensidade pluviométrica, prejudicando consideravelmente o fluxo e o estacionamento de veículos.

A bacia do talvegue principal na qual se situa o canal possui relevo quase plano, constituindo-se de ruas urbanizadas, totalmente impermeabilizadas e áreas não ocupadas com vegetação, que se transformam em várzeas quando do período chuvoso. Por outro lado, a pouca declividade do talvegue e a reduzida seção transversal do canal, além do assoreamento de resíduos de solos (Fig. 15) sugerem que essas são as maiores causas das inundações, já que a baixa velocidade das águas em chuvas de grande intensidade, provocam o colapso no canal. Além disso, a falta de microdrenagem em algumas ruas, como a Rua dos Sapotis, propiciam alagamentos que provocam transtornos ao fluxo de veículos na via.

Fig. 15 – Canal do Renascença, vendo-se o assoreamento que reduz a seção.



Fonte: LEAL, Bjelland Lisieux Pinheiro, 2020.

d) O Canal do Portinho (Fig.16)

Localizado próximo ao Mercado Central, segundo dados do site da SEMOSP (Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos), sua construção foi retomada em 2015 e concluída em 2016. O canal é fechado e foi executado em concreto armado, comprimento de 360 metros e seção transversal retangular de 6,0m de base e 2,0m de profundidade. A obra teve como objetivo resolver os problemas de alagamento nas imediações do Mercado Central e na Avenida Magalhães de Almeida. Estando situado no talvegue de uma microbacia da Bacia do Rio Bacanga, recebe a drenagem das avenidas Magalhães de Almeida e Guaxenduda e das ruas 7 de Setembro, Antônio Rayol, Jacinto Maia, Leôncio Rodrigues, Regente Bráulio e Praça do Mercado Central. Seu ponto de lançamento ocorre no Rio Bacanga, situado à jusante da Barragem, no Anel Viário (Fig.16), nas imediações do Mercado do Peixe, no Bairro do Portinho.

Figura 16: Canal do Portinho, próximo ao Mercado do Peixe.



Fonte: LEAL, Bjelland Lisieux Pinheiro, 2020.

Em breve visita ao local em 10 de agosto de 2020 foi possível notar que a construção do canal com seção fechada fez uma grande diferença na paisagem e reduziu o mau cheiro que era intenso. Não foi possível realizar entrevistas para obter informações sobre a eficiência da obra. Entretanto, em 14 de fevereiro de 2019, uma chuva de grande intensidade e duração provocou o alagamento no entorno do Mercado Central e na Avenida Magalhães de Almeida (Fig. 17).

Fig. 17 – Av. Magalhães de Almeida, Centro, em 14/02/2019



Fonte: <https://oimparcial.com.br/cidades/2019/02/forte-chuva>

Em certo trecho do canal se observa grande presença de vegetação e entulho, o que reduz substancialmente sua seção transversal (Fig.18) diminuindo a vazão e a velocidade do fluxo de águas pluviais. Por outro lado, isso indica a falta de fiscalização do município, incipiente manutenção, além da ausência de ações estruturantes, como campanhas educativas.

Fig. 18 - Canal do Portinho, vendo-se vegetação e entulho de construção.



Fonte: LEAL, Bjelland Lisieux Pinheiro, 2020

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante exposto é possível afirmar que, eventos de alagamentos e inundações vão ficando cada vez mais frequentes, na medida em que o desenvolvimento urbano ocorre de modo não planejado. Assim pode-se concluir que a rede de drenagem urbana de São Luís é deficiente, quer a sua microdrenagem, que inexistente em muitos bairros da periferia da cidade, ou se existe tem capacidade reduzida no que concerne à deficiência de captação das águas pluviais, por falta de bocas-de-lobo e de galerias, ou ainda por galerias obstruídas. Já a macrodrenagem é quase sempre insuficiente para dar vazão às águas pluviais recebidas, onde o assoreamento de sedimentos e o despejo de lixo contribuem para a ineficiência do sistema como um todo.

Outro aspecto contraditório do problema é o asfaltamento de quilômetros de ruas e avenidas pelo poder público municipal, sem dotá-las com rede de drenagem, principalmente quando se aproxima o período eleitoral, onde a pavimentação asfáltica é realizada apressadamente, seguida de uma forte campanha publicitária. Essas ações não planejadas irão durar até o próximo período chuvoso, quando as fortes vazões pluviais, trarão danos significativos ao revestimento asfáltico, que sem a drenagem, ficará parcial ou completamente destruído nas ruas e avenidas de maior vazão superficial.

Na prática, o que se verifica são ações pontuais, o que geralmente não resolve o problema ou resolve parcialmente. Isso ficou demonstrado pelas obras de macrodrenagem realizadas no último decênio, cuja avaliação mostrou algumas falhas construtivas ou de construção, além de subdimensionamento nas seções transversais dos canais executados e da falta de manutenção dessas obras.

Como principal recomendação da presente pesquisa, sugere-se a elaboração de um Plano Diretor de Drenagem Urbana para São Luís, onde o estudo das microbacias permite planejar e elaborar o projeto executivo das futuras obras de microdrenagem e macrodrenagem, a luz da hidrologia urbana, estabelecendo prioridades de curto, médio e longo prazo, que não devem sofrer os efeitos das mudanças de gestão.

Outro aspecto que merece considerar são as ocupações subnormais em áreas de preservação ambiental, como os manguezais e o habitat em encostas. Sem a infraestrutura adequada, como drenagem e saneamento ambiental, essas comunidades sujeitam-se permanentemente a viver em áreas de risco, salientando-se também a tímida resiliência dessas comunidades e dos organismos responsáveis pela Defesa Civil, os quais esboçam quase sempre ações de pouca efetividade, pois carecem de uma estrutura sólida, e de mais experiência, quase sempre remediando ações ao invés da prevenção.

Por fim, é importante destacar que algumas entrevistas, previstas para o primeiro semestre de 2020, foram prejudicadas pela pandemia de COVID 19, que assola o país e o mundo. As visitas seriam realizadas nos principais pontos previamente definidos na pesquisa, onde seria realizado um estudo fotográfico e comparativo com registros de anos anteriores, além de entrevistas com os moradores locais.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Manual de Saneamento / Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde. – 4 ed. – Brasília: Funasa, 2015, 642 p. il.
- CANHOLI, Aluísio Pardo. **Drenagem urbana e controle de enchentes**. São Paulo: Oficina de Textos, 2005, 302 p.
- DINIZ, Juarez Soares. **As condições e contradições no espaço urbano de São Luís (MA): traços periféricos**. Ciências Humanas em Revista - São Luís, V. 5, n.1, julho 2017.
- FENDRICH, Roberto; MALLUCELI, Francisco Caron. Macrodrenagem Urbana: Canais Abertos versus Canais Fechados. Disponível em: www.pha.poli.usp.br. Acesso em 25 de janeiro de 2020.
- G1 MARANHÃO – **Chuva forte provoca alagamentos na região central de São Luís**. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2020/01/24/chuva-forte-provoca-alagamentos-na-regiao-central-de-sao-luis.ghtml>. Acesso em 25 de janeiro de 2020.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-luis/panorama>. Acesso em: 21 de janeiro de 2020.
- JORNAL PEQUENO. Núcleo de Meteorologia da UEMA alerta para mais chuvas no Maranhão. São Luís, 25 mar. 2019. Disponível em <http://www.jornalpequeno.com.br>. Acesso em 26 mar.2019.
- LOPES, José A Viana. São Luís no Século XXI. In: ESPÍRITO SANTO, J.M. (Org.). **São Luís: uma leitura da cidade**. Prefeitura de São Luís / Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade. São Luís: Instituto da Cidade, 2006, p. 88-91.
- MORALES, Paulo Roberto Dias. Manual Prático de Drenagem. Rio de Janeiro: Instituto Militar de Engenharia (IME) / Fundação Ricardo Franco, 2003, 158p.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS. **Programa de drenagem sustentável** (folder publicitário). São Luís: PMSL/SEMOSP, 2012.
- SALGADO NETO, Jose Bello. **Riscos e políticas públicas do habitat nos manguezais em São Luís do Maranhão**. São Luís: Editora UEMA: 2015. 288 p.

TUCCI, Carlos E. M. Águas urbanas. In: TUCCI, Carlos E. M.; BERTONI, Juan Carlosm (Orgs). **Inundações urbanas na América do Sul**. Porto Alegre: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2003.

TUCCI ET AL. Inundações urbanas. In: TUCCI, Carlos E. M.; PORTO, Rubem La Laina; BARROS, Mário T. de (Orgs). **Drenagem Urbana**. Porto Alegre: ABRH/Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, 1995. 428p.

XAVIER, Hélia Nassif (Org). **Desafios da nova política urbana**. Rio de Janeiro: IBAM, 2005, 176p.

ZAHED FILHO, Kamel. MARCELLINI, Silvana S. Precipitações máximas. In: TUCCI, Carlos E. M.; PORTO, Rubem La Laina; BARROS, Mário T. de (Orgs). **Drenagem urbana**. Porto Alegre: ABRH/Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, 1995. 428p.

OS 40 ANOS DA GREVE ESTUDANTIL PELA MEIA PASSAGEM EM SÃO LUÍS (1979)

*Elizabeth Sousa Abrantes
Marcos Vinícius dos Santos*

Introdução

Em 17 de setembro de 1979, na cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão, as palavras de ordem, gritadas pela multidão que se concentrou na Praça Deodoro, eram uma só: meia passagem. Os estudantes também desejavam o retorno ao Estado Democrático de Direito no Brasil, suspenso desde o golpe civil-militar de 1964. Após 15 anos de ditadura, com momentos de intensa repressão, como os anos de chumbo, o ano de 1979 marcou o início do processo de abertura política, propiciando uma onda de protestos e reivindicações do movimento estudantil. Na ilha rebelde, era a greve pela meia passagem.

O cenário era o retorno da legalidade do movimento estudantil, que durante 15 anos fora impedido de exercer livremente suas atividades, em decorrência do autoritarismo da Ditadura Militar. A Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, conhecida como lei Suplicy de Lacerda, tinha como propósito acabar com a autonomia e representatividade do movimento estudantil, atacando sua principal entidade, a União Nacional dos Estudantes (UNE), que foi substituída pelo Diretório Nacional dos Estudantes, órgão ligado diretamente ao Ministério da Educação. Mesmo na clandestinidade, a UNE manteve sua oposição ao regime ditatorial, resultando em perseguição, morte e exílio de muitos líderes estudantis.

Para acabar com a participação política dos estudantes, a lei procurou destruir a autonomia e a representatividade do movimento, deformando as entidades estudantis, em todos os escalões, ao transformá-las em meros apêndices do Ministério da Educação, dele dependendo em verbas e orientação (MATIAS, 2004, p.13).

No contexto posterior a implantação dessa lei arbitrária, a classe estudantil pautará sua luta em torno da defesa da União Nacional dos

Estudantes e entrará em choque direto com os aparelhos de repressão da Ditadura Militar. A partir daí, a luta contra a violência ditatorial passará a ser uma das principais características do movimento estudantil.

A greve estudantil de 1979

Após 15 anos de intensa repressão social do regime autoritário que se instalou no Brasil, por meio do golpe militar de 1964, tem início no ano de 1979 o processo de abertura política do regime, cujo símbolo principal foi a Lei de Anistia, reivindicada como “ampla, geral e irrestrita”. Essa lei restituiu direitos políticos que haviam sido suspensos, possibilitou o retorno de vários exilados, a liberdade de presos políticos, em sua maioria torturados pelos agentes da ditadura, os quais também se beneficiaram da lei de anistia, haja vista que esses torturadores não foram condenados por seus crimes. Foi um ano de intensificação do retorno das lutas pela redemocratização e contestação da Ditadura implantada no país, a qual foi marcada pela censura à liberdade de expressão, perseguição aos meios de comunicação, universidades, sindicatos e a cassação de direitos civis e políticos.

O ano de 1979 também foi marcado pela reorganização da UNE, com a realização do 31º Congresso Nacional, ocorrido em maio na cidade de Salvador, Bahia, tendo o objetivo de demarcar a reconstrução da entidade máxima do movimento estudantil.

Em São Luís, capital do estado do Maranhão, as manifestações estudantis de setembro de 1979 constituem, sem dúvida, um dos episódios mais marcantes da recente história política e social da cidade. A revolta estudantil que culminou na greve da meia passagem foi engendrada em um contexto de convulsão social, marcado pela inflação alta, arrocho salarial, conflitos de terras nas áreas rurais, carestia, falta de moradia e de alimentação na mesa da maioria dos maranhenses. Com esse cenário local, somava-se fatores nacionais e internacionais, tais como uma série de aumentos de combustíveis derivados da crise mundial do petróleo; a repercussão das greves dos trabalhadores no ABC Paulista, a luta de setores estudantis para barrar a tentativa de taxação nas universidades públicas e da ingerência norte-americana nas reformas educacionais do Brasil (Acordo MEC-USAID).

A Geração de 1979 conviveu com uma São Luís em franca metamorfose urbana. Impulsionada por um intenso êxodo rural, a cidade saltara de uma população de 158.292 habitantes, em 1960, para um total de 426.197 indivíduos, em 1979. E a grande parte é formada pela população estudantil, algo em torno de 32 a 35 mil alunos de 2º grau, ou cerca de 8% da população.

No mesmo ano, o ensino superior, em São Luís, agregava um total de 9.776 alunos matriculados (2,3% da população), sendo 6.615 na Fundação Universidade do Maranhão (FUMA), 2.518 na Federação das Escolas Superiores do Maranhão (FESMA), estadual, e 643 na municipal, estudando em 39 cursos – 27 na federal, 09 na estadual e 03 na municipal. É este o contingente que vai sacudir São Luís, em setembro de 1979, na maior mobilização popular de toda a história da cidade. (MATIAS, 2004, p. 25)

Em todo o país a quantidade de estudantes crescia gradativamente, com abertura de novos cursos e a criação de instituições de ensino públicas e privadas. Muitos jovens estudantes da cidade de São Luís participavam da chamada Juventude Católica, a qual propiciava uma formação política progressista, além de alguns padres cederem espaços para reuniões e confecções de materiais, como ocorreu durante a greve estudantil de 1979.

As manifestações estudantis na cidade de São Luís ocorreram entre os dias 14 e 24 de setembro, considerando os dias iniciais dos protestos, os dias de efetiva paralisação no setor educacional do ensino superior e em escolas de 1º e 2º graus, com o fechamento do comércio e transporte público em razão do clima de insegurança. Essa revolta popular, liderada por estudantes universitários da UFMA, à época denominada de Fundação Universidade do Maranhão, e estudantes da FESMA (Federação das Escolas Superiores do Maranhão, atual UEMA), teve efetiva participação dos estudantes secundaristas.

Os primeiros registros legais do atendimento às reivindicações estudantis pela meia passagem datam da promulgação da Lei nº 807, de 08 de agosto de 1957, que estabelecia o “abatimento de 50% nas tarifas aos estudantes que apresentarem carteira fornecida por entidade estudantil considerada de utilidade pública por lei municipal” (MATIAS, 2004, p. 20). Essa lei, que também garantia abatimento para os estudantes nas tarifas de estádio de futebol, cinema e teatro, na prática nunca foi muito respeitada, chegando a cair em desuso por muitos anos.

A meia-passagem continuou sendo a bandeira de luta do movimento estudantil, e em 1978 teve uma campanha em prol da retomada desse direito, sendo realizado um abaixo assinado que resultou na coleta de cerca de 35 mil assinaturas, encaminhado ao executivo municipal. Essa reivindicação era extremamente relevante para as camadas estudantis, possuindo um forte apelo social, haja vista o forte impacto das tarifas de transporte no orçamento das famílias de baixa renda e das camadas médias urbanas. Segundo os jornais da época, o valor das tarifas de transporte em São Luís chegava a custar até CR\$ 9,50 (nove cruzeiros e cinquenta

centavos), dependendo da distância. Para os bairros mais centrais a tarifa menor era de CR\$ 2,50 (dois cruzeiros e cinquenta centavos).

No ano de 1979 aconteceram “três aumentos abusivos e consecutivos do preço das passagens em São Luís, que totalizaram 80% de reajuste” (O IMPARCIAL, São Luís, 14 set. 1979, p. 7), os quais foram amplamente divulgados na imprensa local, causando indignação dos usuários do transporte coletivo. Se associarmos essa despesa corrente com o aumento dos gêneros alimentícios e a inflação que corroía o salário dos trabalhadores, podemos imaginar o impacto para o custo de vida da população mais pobre.

A mobilização dos estudantes tinha apoio em amplos setores das classes populares, que contestavam mais um aumento arbitrário das tarifas de transporte público e exigia a implantação da lei da meia passagem.

Na manhã do dia 14 de setembro de 1979 os jornais da cidade estamparam na primeira página a notícia de mais um “aumento repentino nas passagens dos transportes coletivos que causou muito aborrecimento entre os usuários de diversas linhas, que ficaram sem ter a quem atribuir o aumento. Mesmo porque, há pouco mais de dois meses, o preço das passagens elevou-se num percentual de 40%, fato este que torna se repetir, gerando um aumento na ordem de 80% em menos de três meses (O IMPARCIAL, São Luís, 14 set. 1979, p. 7).

Naquela manhã de sexta-feira, estudantes universitários protestaram na porta do Campus Universitário contrário a mais aumento abusivo da tarifa no transporte público e em prol da meia-passagem. O início do movimento foi liderado por estudantes da engenharia elétrica que resolveram fazer uma mobilização e acabaram ganhando apoio massivo da classe estudantil. Assim sendo, os estudantes ficaram na entrada do Campus gritando palavras de ordem, entoando músicas de protesto, discursos fervorosos e convocavam todos a participarem de uma assembleia que ocorreria no período vespertino.

Imagem1 – Paralisação e manifestação dos estudantes pela meia-passagem



Estudantes deixaram os ônibus sem passageiros

Fonte: O Imparcial. Estudantes entram em greve, São Luís, 15 de setembro de 1979.

Esse movimento possui alguns momentos marcantes: início da revolta no dia 14 de setembro, no campus da UFMA, com paralisação e greve de estudantes universitários, culminando na primeira onda de repressão da polícia; reunião na Praça Deodoro e os conflitos entre manifestantes e forças policiais nos dias 17 e 18 de setembro; assembleia dos manifestantes no dia 19 de setembro, no Estádio Nhozinho Santos, com determinação de um prazo de 05 dias para uma resposta do Governador acerca da questão sobre a meia passagem; a comemoração da vitória no dia 24 de setembro, na Praça Deodoro da Fonseca.

Ao ser deflagrado o estopim da mobilização estudantil foram feitas várias propostas a respeito da parada dos estudantes universitários. No entanto, todas circulavam em torno da bandeira que o movimento deveria levantar durante os dias de paralisação, e que essa deveria permanecer até ser concedida a reivindicação da meia passagem. Ficou acertado que os estudantes se reuniriam na segunda-feira (no Campus do Bacanga) a partir das sete horas, sendo compostas as “comissões de panfletagem e conscientização, com a finalidade de atuarem no final de semana, para se reunirem com populares nas feiras dos bairros do João Paulo, Fátima, Liberdade e no Mercado Central, para uma tomada de posição ante o aumento das passagens” (O IMPARCIAL, São Luís, 16 set. 1979, p. 7). Também foi formada uma comissão para divulgar para toda a classe estudantil através de panfletos para “uma reunião na Praça Deodoro da Fonseca às 17 horas, onde ficava o coreto defronte à Biblioteca Pública do Estado Benedito Leite no centro da cidade de São Luís” (SANTOS FILHO, 2005, p. 31).

Depois da assembleia os estudantes se deslocaram do Campus a pé atravessando a Barragem da Bacanga pela margem da pista. Contudo era estranho não haver nenhum policial acompanhando ou mesmo tentando terminar com a pacata passeata dos estudantes. Mas a ilusão terminou quando a passeata chegou próximo ao Hospital Geral, pois lá se encontrava um contingente policial composto por cem homens armados de metralhadora, fuzil, cassetete, bombas de gás lacrimogênio, e escudos que barraram a pacata caminhada dos estudantes, e na rua de São Pantaleão se encontravam cerca de 60 PMs que fecharam o cerco. Os estudantes não acharam alternativa senão sentar-se e tentar chegar a um acordo com os policiais tão bem armados através de uma conversa com um oficial que portava um megafone[...]. Os estudantes foram se dispersando pouco a pouco em pequenos grupos. (O IMPARCIAL, São Luís, 14 set. 1979, p. 7)

A reação do poder público diante da mobilização de estudantes que questionavam os aumentos abusivos das passagens foi desproporcional, com o uso da força e ameaças de detenção, apresentando o caráter autoritário do regime. Nesse cenário, os manifestantes são tratados de forma hostil e com a utilização das forças militares estaduais com um elevado aparato bélico de repressão e prontos para atacar.

A revolta ganhou corpo e grande notoriedade no dia 17 de setembro de 1979, uma segunda-feira, quando ocorreu um grande ato com milhares de estudantes e populares. Este momento pode ser considerado o ápice da greve estudantil de 1979.

Naquele dia “ São Luís conheceu uma das maiores aglomerações de massas de sua história. Cerca de 15 mil pessoas lotavam a Praça Deodoro” (BORGES, 1998, p. 13). Vale ressaltar que é uma estimativa média também apresentada por outros autores, apesar de não haver um registro mais apurado acerca dessa quantidade de estudantes presentes na manifestação.

Na concentração, depois de diversos oradores se manifestarem organizou-se uma caminhada ao Palácio dos Leões para proceder a uma vigília em frente à sede do governo, como havia sido decidido em reunião anterior ocorrida no domingo, dia 19 na Igreja São João. Divididos em grupos, os estudantes utilizando as Ruas da Paz, Grande, dos Afogados e do Sol, dirigiram-se à residência oficial do governador. Ante a pressão dos estudantes gritando palavras de ordem, cantando músicas de protestos e até o hino nacional, a polícia reagiu com bombas de gás lacrimogêneo e cassetetes. Acossados frente à truculência da polícia, aquele grupo de estudantes que ocupava a praça defronte ao Hotel Central se retiraram para a Praça João Lisboa que a essas alturas, já se encontrava apinhada de manifestantes. Carros de bombeiros

utilizando jatos d'água, tropas de choque e pancadaria, renderam muita ação naquela noite obrigando os estudantes a baterem em retirada na direção da Praça Deodoro da Fonseca. No entanto, a retirada da Praça João Lisboa não foi sem prejuízo. O ônus daquela agressão foi estabelecido pela reação não menos violenta dos estudantes que recuaram quebrando telefones públicos, ônibus e placas (SANTOS FILHO, 2005, pp. 32-33).

Os jornais locais e a historiografia vão destacar esse conflito entre policiais militares e manifestantes como um cenário de devastação total e de truculência de ambas as partes, porém, sempre ressaltando os espancamentos e detenções indiscriminadas de todos aqueles que os militares entendiam que fossem arruaceiros e baderneiros. Vale ressaltar a imagem que será construída nos jornais de destruição e depredação do patrimônio público por parte dos manifestantes, engendrando uma ótica de uma massa rebelde e incontrolável que causa pânico coletivo através de relatos de incêndio de automóveis de caráter oficial e privado, fachada de lojas, placas de iluminação, semáforos, entre outras narrativas presentes nas reportagens nos dias posteriores ao ocorrido. Também a ênfase na representação de uma polícia militar e civil despreparada para grandes distúrbios sociais e utilizando de medidas arbitrárias e violentas, tais como: “agressão física, psicológica, prisões desmedidas e o uso intensivo da tortura” (O IMPARCIAL, São Luís, 04 out. 1979, p. 3).

Na manhã do dia 18 de setembro o centro da cidade amanheceu com ares de terra arrasada, com o comércio fechado e sem o funcionamento do transporte público. Nesse cenário desolador, ainda houve alguns enfrentamentos isolados entre a polícia e manifestantes. Devido à ampla divulgação nos meios jornalísticos local, nacional e até mesmo internacional (BBC), e pressionado para apaziguar a situação, o Governador do Estado, João Castelo, abriu negociação com uma comissão composta por estudantes e representantes da sociedade civil. Nesse mesmo dia ocorreu uma assembleia dos manifestantes, sob um forte esquema de segurança, no Estádio Nhozinho Santos. Nessa assembleia foi decidido pela continuidade da paralisação e estipulado um prazo de 05 dias para um posicionamento oficial do Governador.

Então, no dia 23 de setembro, através da emissora de Televisão Difusora, o Governador João Castelo fez um pronunciamento oficial concordando e sinalizando positivamente sobre o direito estudantil à meia passagem. No dia seguinte, 24 de setembro, uma massa de estudantes, e demais setores das classes populares, se deslocou para a Praça Deodoro com o objetivo de comemorar o êxito na conquista do direito a meia passagem para todos os estudantes e em todos os níveis de escolaridade, isto é, ampla, geral e irrestrita. E a meia passagem passou a vigorar a partir do dia 01

de outubro de 1979 e encontra-se em vigor até os dias atuais, como uma conquista da força popular.

Ao longo dos anos a greve da meia passagem se consolidou como um marco histórico e um discurso de memória na cultura política local, através de reportagens publicadas nos principais periódicos da cidade de São Luís, entre os dias 17 e 20 de setembro dos anos posteriores. Em sua maioria, as matérias jornalísticas tinham um propósito celebrativo, em razão muito mais da conquista da meia passagem do que da mobilização social e política que representou o movimento. Durante a década de 1980 essas matérias não continham a autoria, e algumas delas relataram a proibição de comemoração na Praça Deodoro.

Pelos discursos da imprensa, o ato de comemoração e de festividades da meia passagem sempre esteve permeado pelo receio de algazarras, badernas e de um confronto entre estudantes e militares, tal como ocorrido na greve em 1979. Por exemplo, no contexto de comemoração de um ano do direito à meia passagem, quando as forças de segurança pública impedem a execução de um ato na Praça Deodoro, os estudantes em contrapartida organizam e distribuem um panfleto por toda a cidade, intitulado “Estamos de Luto” (O IMPARCIAL, São Luís, 18 set. 1980, p. 7), onde explicavam os motivos de não terem feito o ato público e apresentavam um balanço acerca desse primeiro ano de conquista do direito à meia passagem.

Em 1997 foi aprovada pela Câmara Municipal de São Luís uma proposta de criação do Memorial da Meia Passagem, projeto de lei de autoria da vereadora Helena Heluy, a ser inaugurado no ano de 2000 (O ESTADO DO MARANHÃO, São Luís, 18 set. 1999, p. 6). Até o momento esse projeto não foi executado.

Em 2019, no cenário de rememoração dos 40 anos da conquista da meia passagem, o único artigo divulgado na imprensa foi de nossa autoria, intitulado *Meia Passagem Ampla, Geral e Irrestrita: os 40 anos da Greve Estudantil pela Meia Passagem em São Luís*, enquanto nas redes sociais alguns blogs reproduziram matérias de anos anteriores e veicularam imagens fotográficas da greve estudantil.

Portanto, ao completar 40 anos dessa importante conquista para a classe estudantil e para a sociedade de uma maneira geral, faz-se necessário uma maior compreensão da greve da meia passagem a fim de se conhecer a história política e social recente do Estado Maranhão, pois como afirmou o historiador Marc Bloch (2001, p.25): “devemos compreender o presente pelo passado e, correlativamente, compreender o passado pelo presente”.

Que possamos rememorar e valorizar esse movimento social vitorioso, especialmente na atual conjuntura política brasileira, de graves retrocessos e ataques aos direitos sociais da população, especialmente os mais vulneráveis, para que sirvam como símbolo de resistência e luta.

REFERÊNCIAS

Jornais

GREVE CONTINUA ATÉ A LIBERAÇÃO DA MEIA PASSAGEM. **O Imparcial**, São Luís, n. 14.633, p. 7, 16 set. 1979

LÍDERES ESTUDANTIS PRESOS PELA POLÍCIA. **O Imparcial**, São Luís, n. 14.950, p. 7, 18 set. 1980

LUTA DA MEIA PASSAGEM É LEMBRADA. **O Estado Maranhão**, São Luís, n. 13.549, p.6, 18 set. 1999.

SURGEM MAIS ESTUDANTES TORTURADOS. **O Imparcial**, São Luís, n. 14.468, p. 3, 04 out. 1979.

TRANSPORTES COLETIVOS TÊM PASSAGENS MAJORADAS. **O Imparcial**, São Luís, n. 14.631, p. 7, 14 set. 1979

ESTUDANTES EM GREVE PELA MEIA-PASSAGEM. **O Imparcial**, São Luís, n. 14.632, p. 5, 15 set. 1979.

Bibliografia

ABRANTES, Elizabeth; SANTOS, Marcos Vinícius. *Meia Passagem Ampla, Geral e Irrestrita: os 40 anos da greve estudantil pela meia passagem em São Luís.* **Jornal Pequeno**, São Luís, n. 26.586, caderno 2, p. 2, 24 set. 2019.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORGES, Arleth Santos. **A construção do Partido dos Trabalhadores no Maranhão.** São Paulo: EDUNESP, 1998.

MATIAS, Moisés. **A Revolta da Meia Passagem: a história da greve estudantil em 1979.** São Luís: Estação Produções, 2004.

SANTOS FILHO, Durval Medeiros da Cunha. **Insurreição Urbana: a greve de 17 de setembro de 1979.** Monografia (Graduação em História) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2005.

O FLÂNEUR E A GEOPOESIA DE "POR ONDE DEUS NÃO ANDOU", DE GODOFREDO VIANA

Regilane Barbosa Maceno¹

Resumo: A Revolução Industrial provocou mudanças intensas e aceleradas na vida econômica, social e política, sobretudo para a burguesia que ascendia no século XIX. O *modus vivendi* do homem transforma, então, a cidade em um ambiente de transitoriedade, com muitos hiatos de passagens, uma vez que as ruas e as praças são engolidas pela multidão que ali se movimenta, como protagonista desse progresso. É nesse contexto de transformações bruscas, aceleradas e efêmeras que o sociólogo e crítico literário Walter Benjamin, a partir das obras de Charles Baudelaire e Edgar Allan Poe, chama a atenção para a figura do flâneur. Benjamin retrata as experiências da metrópole urbana, sobretudo, a francesa e inglesa da primeira metade do século XIX, com uma nova perspectiva de olhar a cidade. Neste estudo, não propomos uma retomada do flâneur aos moldes clássicos, o da Paris e/ou Londres do século XIX, mas utilizamos o espírito da experiência da flânerie como inspiração na análise do romance “**Por onde Deus não andou**”, do escritor maranhense Godofredo Viana. O objetivo é observar como se configura uma poética urbana da errância individual desdobrada por meio das deambulações que o protagonista do romance realiza pelas vias da cidade. Além das contribuições retrocitadas, buscamos ancoragem também nos conceitos de Literatura de Campo e de Geopoesia, discutidos pelo pesquisador José Augusto e, outros que se fizerem necessários.

Palavras-chave: Literatura. Flâneur. Por onde Deus não andou.

¹ Estudante do curso de Doutorado em Literatura da Universidade de Brasília- UNB; Mestra em Letras-UESPI; Especialista em Estudos Literários-UESPI; Graduada em Letras-UFPI. E-mail: regilane.maceno@hotmail.com

O segundo quartel do século XVIII e o limiar do século XIX trouxeram transformações profundas e sem precedência para a Europa. Um conjunto de mudanças na economia industrial, nomeada de Revolução Industrial, impactou significativamente a vida da população que assistiu à substituição do trabalho artesanal pelo assalariado, bem como o uso de maquinário. Conseqüentemente, houve uma explosão populacional nas cidades, de modo especial em Londres e Paris.

A vida campesina da maioria da população, que vivia do que produzia, deu vez ao urbano moderno, possibilitando novas maneiras de experimentar e perceber o mundo a sua volta. Mudanças intensas e aceleradas na vida econômica, social e política, sobretudo para a burguesia que ascendia. Por outro lado, graves problemas sociais também engrossaram o caldeirão da modernidade, como o crescimento demográfico desenfreado, ocasionado pelo êxodo rural, que provocou o inchaço nas cidades e o aumento da miséria, fatos não que passaram sem serem registrados pelos escritores da época.

Nesse período, as cidades iniciam um processo de ordenação e criação de uma dinâmica baseada numa certa lógica. Assim, padrões de comportamentos passaram a ser impostos para uma convivência amena na coletividade, ao mesmo tempo em que se naturalizava os ideais capitalistas, que tomavam assento nas relações sociais vigentes.

O *modus vivendi* do homem transforma, então, a cidade em um ambiente de transitoriedade, com muitos hiatos de passagens, uma vez que as ruas e as praças são engolidas pela multidão que ali se movimenta, como protagonista desse progresso.

É nesse contexto de transformações bruscas, aceleradas e efêmeras que o sociólogo e crítico literário Walter Benedix Schönflies Benjamin, a partir das obras de Charles Baudelaire e Edgar Allan Poe, chama a atenção para a figura do flâneur. Benjamin retrata as experiências da metrópole urbana, sobretudo, a francesa e inglesa da primeira metade do século XIX, com uma nova perspectiva de olhar a cidade.

Uma pesquisa no dicionário mostra que ‘flâneur’ é aquele que vaga ociosamente, é o errante, o vadio; e, a ‘flânerie’ é o ato de vagar. Ambos os termos pertencem à língua francesa, podendo, em tradução livre, ser entendido como ‘flanar’, significando caminhar sem destino inicial e final definidos. Em todo caso, o que se destaca nos sentidos dos termos é a pressuposição de deslocamento, que conduz a ideia de uma travessia pela cidade. Deslocamento não só físico, mas também nas relações que são estabelecidas e convencionadas pelas vivências na urbe.

Para Montaño (2015), o *flâneur* é um indivíduo que conhece a cidade pela experimentação, pela apropriação do espaço, a partir das

deambulações não planejadas objetivamente com começo, meio e fim. Corroborando a definição de Montañó, Wood (2012) entende a figura do flâneur como associada ao explorador urbano, o observador atencioso e que se impressiona com o que vivencia em sua flânerie, “numa população amontoada, onde cada um é, por assim dizer, desconhecido de todos os demais, e não precisa enrubescer diante dos olhos de ninguém” (BENJAMIN, 1989, p. 5)

De maneira geral, o flâneur é uma figura que nasce no bojo do capitalismo e das transformações nos costumes e hábitos da população e nos espaços urbano, como descreveu Walter Benjamin. Entretanto, é uma figura subversiva, pois cultiva a ociosidade, o descompromisso, para horror da sociedade burguesa capitalista. Segundo Walter Benjamin,

Para o flâneur é um prazer imenso estar fora de casa, e se sentir em casa no meio da multidão. Estar no centro do mundo e escondido dentro dele. Estar incógnita e entrar na multidão usufruindo da reserva da eletricidade. Seu olhar é um caleidoscópio consciente que a cada passo representa a multiplicidade da vida. (BAUDELAIRE apud BENJAMIN, 1989, p. 221)

Esse homem na multidão retomado no trecho acima acompanha os fluxos da urbanidade, imiscuindo, como fantasmagoria, suas impressões sobre o que vivencia e testemunha em suas andanças. Ele captura a paisagem da cidade em estado de distração. O flâneur parisiense que emerge de Poe, Baudelaire, Victor Hugo, Balzac e outros escritores do século XIX deambulam vagarosamente pelos bulevares e galerias com displicência e postura boêmia, sem se inserir no contexto, mas tomando-o como inspiração.

Neste estudo, não propomos uma retomada do flâneur aos moldes clássicos, o da Paris e/ou Londres do século XIX, mas utilizamos o espírito da experiência da flânerie como inspiração na análise do romance “**Por onde Deus não andou**”, do escritor maranhense Godofredo Viana, sem pretensões exaustivas, uma vez que a obra oferece muitas possibilidades temáticas e, também, é pouco estudada.

O objetivo é observar como se configura uma poética urbana da errância individual desdobrada por meio das deambulações que o protagonista do romance realiza pelas vias da cidade. Além das contribuições dos autores retrocitados, buscamos ancoragem também nos conceitos de Literatura de Campo e de Geopoesia, discutidos pelo pesquisador Augusto Rodrigues da Silva Junior.

Godofredo Mendes Viana foi jurista, professor de Direito Constitucional e escritor. Nasceu em Codó-MA², em 14 de junho de 1878, época em que seu pai exercia as funções de juiz de Direito naquela cidade maranhense, e faleceu no Rio de Janeiro, em 12 de agosto de 1944.

Após estudar Humanidades em São Luís, fez o curso de Ciências Jurídicas e Sociais, no ano de 1903, na Faculdade Livre de Direito de Salvador-BA. Junto com Antônio Lobo, Alfredo de Assis Castro, Astolfo Marques, Barbosa de Godóis, Corrêa de Araújo, Clodoaldo Freitas, Domingos Barbosa, Fran Paxeco, I. Xavier de Carvalho, Ribeiro do Amaral e Armando Vieira da Silva, Godofredo Viana funda a Academia Maranhense de Letras-AML, em 1908, assumindo a cadeira de número 15.

Godofredo Viana foi governador do estado do Maranhão de 1923 a 1926, e senador da república. Como jurista, produziu diversas obras nesse ramo do saber, tais como **No país do Direito**, além de haver redigido o **Código de Processo Civil e Comercial** e o **Código de Processo Criminal do Estado do Maranhão**. Como governador, implantou, em bases modernas, os serviços de abastecimento de água, luz e esgoto de São Luís. Como escritor, além de sua colaboração em jornais e revistas, publicou os livros: **Terra de ouro** (1935), **Ocasão de pecar** (1939) e o romance **Por onde Deus não andou** (1946), de publicação póstuma, reeditado em 2008, pela EDEUMA, além do inédito livro de poesia, **Versos de outrora**. Toda essa vasta produção põe Godofredo Viana no panteão dos grandes intelectuais da nossa cultura e evidencia a importância do estudo de suas obras na academia, como o nosso.

Publicado postumamente, em 1946, o romance maranhense **Por onde Deus não andou** narra a história do engenheiro Alberto Soares, filho de um respeitado coronel codoense. Apesar de nascido na cidade, ele cresceu e foi educado na Corte desde tenra idade.

Depois de muitos anos no Rio de Janeiro, o agora engenheiro bem-sucedido Alberto Soares volta a Codó-MA, sua cidade natal, com o objetivo de construir uma máquina de extração das amêndoas do babaçu, presente em abundância na região. Alberto acreditava que isso traria

² Codó é uma cidade do estado do Maranhão, situada a 300 km da capital São Luís e considerada uma das mais importante do Vale do Itapecuru. Seu marco inicial foi a construção de um armazém de mercadorias coberto de palha, às margens do rio Itapecuru, propriedade de seu primeiro colonizador, o Comendador José Luís Nicolau, conhecido como “Pau Real”. Denominada inicialmente como Povoado Urubu, Codó é elevada à categoria de vila em 1833. Através da Lei estadual nº13, sancionada pelo governador Alfredo de Cunha Martins, no dia 16 de abril de 1896, passou à condição de cidade. Está localizada na chamada Região dos Cocais Maranhenses, em virtude da vegetação predominante de palmeiras do babaçu. (ENCICLOPÉDIA.... 2000; grifo nosso)

desenvolvimento econômico e social para a população da cidade e do estado, como um todo. Mas, ao longo da narrativa, o projeto se mostra impossível pelas particularidades da amêndoa.

Ao chegar à fazenda da família, depois de uma viagem de sete dias pelas águas do Rio Itapecuru, Alberto fica encantado com os cuidados e manutenção da propriedade. Nesse momento ele descobre que o casal Inácia e Amândio são os responsáveis: ela, mulata de cabelos ondulados e corpo escultural; ele, um vaqueiro rude, atirador impecável, capaz de acertar um beija-flor em pleno voo.

Um inevitável triângulo amoroso se instala no romance, que aponta para uma tragédia iminente: Inácia se envolve com Alberto quando Amândio viaja para o Piauí, mas o caso é descoberto pelo exímio atirador. Ao contrário do que espera o leitor atento e os demais personagens do romance, Amândio mantém a palavra dada à Inácia de que quando ela se cansasse da relação deles, respeitaria e a deixaria seguir, uma vez que não eram casados pela lei de Deus, posto que ela não era mais virgem quando o conheceu.

Inácia e Alberto podem, enfim, viver felizes para sempre. Novamente, o leitor é surpreendido com uma outra reviravolta: o engenheiro precisa viajar para São Luís. Sozinha, Inácia foge com Amândio, deixando tudo para traz. E Alberto, contrariado segue de volta para o Rio de Janeiro.

A narrativa se fecha no momento em que Alberto Soares se encontra dentro do vapor Manaus, rumo ao Rio de Janeiro. Embora este não seja um romance de tese e/ou realista, ocorrem nele importantes discussões de fundo social, inclusive e, principalmente, em torno do babaçu, importante item da vida econômica da região, que ocupava posição de grande peso na economia maranhense.

Por onde Deus não andou é uma obra importante que acabou ficando esquecida pelo cânone da literatura regional, mas de muita qualidade literária. Ambientado em Codó-MA, no início do século XX, Godofredo Viana mostra no romance um profundo conhecimento sobre a cidade e sobre a Mata do Cocais, apesar de ter vivido pouco tempo no lugar. É um registro poético e contundente de um Maranhão desconhecido dos próprios maranhenses.

Incluímos o romance em estudo na Literatura de Campo, definida por Silva Jr. e Marques (2016) como “um conjunto polifônico de escritores que, com especificidades individuais, coletivas e híbridas, continuam e reinventam a cultura e a literatura numa região sem-mar” (SILVA JUNIOR; MARQUES, 2016; grifo nosso). Godofredo Viana transforma a obra em um relicário de lembranças, ao registrar os costumes e as tradições codoenses, ao mesmo tempo em que reinventa o espaço do Maranhão e da própria

cidade por meio da imaginação, indicando que os fatos ouvidos e contados eram impostos como realidade ao povo e reproduzido nas práticas sociais.

Desse modo, podemos dizer também que **Por onde Deus não andou** é a expressão de uma geopoiesia da cidade de Codó, na concepção de Silva Junior e Marques (2016), que permite ao leitor acesso ao invisível do lugar, mas que se impõe como presença. Para Silva Junior (2018, p. 3954), “a literatura de campo e a geopoiesia, em pluralidade e inacabamento, acionam entendimento de culturas em trânsito, em transe, e lutas por uma ‘aterrissagem’ que ‘destrone’ expressões e abordagens monológicas”.

O romance maranhense desnuda, a partir das vozes presentes na narrativa, comportamentos fossilizados na cultura que mostram não só o Maranhão, mas todo o interior do país, como o espaço do atraso. Nesse contexto de um novo olhar sobre essas terras, tanto o personagem Alberto como o narrador compartilham características do flâneur bejaminiano, apesar de Alberto deixar evidente que sua viagem a Codó tem objetivo específico e capitalista, marcando os pensamentos da época. Ao ser questionado sobre o motivo da viagem, ele é sucinto:

- Coronel, eu não vim aqui por motivos sentimentais. Engenheiro civil, sócio de uma grande empresa no Rio, os meus negócios não me permitiriam tão grata satisfação aos meus desejos de rever o meu antigo lar. Venho estudar essa questão do coco babaçu, que está fazendo tanto barulho. (VIANA, 2008, p. 32)

Como se observa no trecho, o personagem se desloca para Codó por um produto pronto, programado. Entretanto, ao imergir nas entranhas codoenses, Alberto é, de certa forma, tocado pela experiência. Não é somente o deslocamento que define a flânerie, mas o gesto de estranhamento diante da cidade: “Todo esse aspecto de uma paisagem que ele não conhecia, porque dela se afastara havia muito tempo, encantava suavemente Alberto” (VIANA, 2008, p. 37). Causava ainda mais estranheza no personagem o fato de não sentir falta da Corte, estando ali: “É interessante, monologava consigo mesmo. Não sinto saudade do Rio...” (VIANA, 2008, p. 38).

Mesmo sendo uma figura à margem, distinta dos objetos que observa, o flâneur não é alguém que se posiciona de longe, trata-se de uma experiência pessoal do personagem, mas que se relaciona com uma vivência que é coletiva. O espaço público é a morada do flâneur, como entende Benjamin.

O engenheiro Alberto deambula em sua flânerie e observa com detalhamento as experiências que testemunha. Sob sua ótica, o leitor de

Por onde Deus não andou acompanha a descrição minuciosa do processo da quebra do coco babaçu, entendido aqui como personagem, assim como os demais sujeitos que compõem a narrativa, alheios ao frenesi da Corte.

Eram ao todo, umas quinze pessoas. Homens, mulheres e crianças entre sete e oito anos. As mulheres, de cabeção e saia de algodãozinho. Os homens nus da cintura para cima; alguns com a camisa amarrada ao pescoço. Os machinhos, despidos; as meninas, com camisolas de pano de algodão. (VIANA, 2008, p. 90)

O modo de vida, a distribuição de tarefas e a precariedade das atividades desenvolvidas pelos codoenses estão nessa “fotografia” de Viana. Visão que contrasta com a ideia de desenvolvimento rápido e crescente que o capitalismo pregava.

Se o comportamento do flâneur parisiense era marcado pelo princípio do prazer e cultivo do ócio, as caminhadas de Alberto pelas terras codoenses deixam-se guiar por sua necessidade de encontrar uma solução para o que motivou sua viagem até aquelas brenhas. Entretanto, ele é tocado pelo que vê, pelas experiências dos sujeitos que vivem nesse lugar.

Para Walter Benjamin, a experiência do flâneur tem na cidade o espaço sagrado para suas perambulações. Assim, Codó aparece como paisagem exuberante, nessa literatura de campo, isso porque a cidade não se impõe somente “como cenário para o desenrolar de um enredo amoroso, mas também na condição de agente determinante da significação da narrativa como um todo” (SANTOS, 1999, p. 32, grifo nosso). A cidade também é um personagem.

Os lajedos brancos, beijados pelas águas mansa, emergiam do rio. As primeiras casas de palha começavam a surgir, de um e de outro lado. Cajueiros tortos, esguedelhados, da banda da Trisidela, isto é, na margem oposta à cidade, sorriam, como corcundas joviais a se mirarem vaidosos, malgrado a sua deformidade, no espelho da água doce que fluía, num ruído suavíssimo. [...] O bairro alto foi para o engenheiro uma revelação. Nada daquelas habitações velhas, carunchosas, que ele vira, com desgosto, lá embaixo. No planalto, onde se ostentava, com um aspecto impressionante de progresso e de civilização, o edifício da fábrica de tecidos, erguiam-se várias casas novas, de tipos modernos, pintadas de cores alegres, sem aquela monotonia dos prédios caiados na frente e de barras pretas ou verdes de que a cidade, em baixo, estava cheia. (VIANA, 2008, p. 62-69)

Nesse trecho, Alberto chega a Codó, depois de sete dias a bordo do vapor Barão de Grajaú, pelas águas do rio Itapecuru. O olhar do flâneur aponta uma cidade dividida em duas e opostas entre si: uma Codó atrasada, pobrementemente construída e uma outra que desponta decidida a acompanhar o progresso da história.

É para esta Codó, disposta a alcançar os passos do desenvolvimento, que a figura do flâneur nos convida a olhar. E para construir essa realidade da cidade no imaginário do leitor, ele conta com uma ilustre figura de sua história: a Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão - a fábrica de tecidos.

- A fábrica. A fábrica, meu jovem amigo; só a fábrica. Foi ela que construiu essas casas. Foi ela quem pôs um Delco-light no prédio que você vê ali, e que é o maior de todos. Lamento que ainda não seja noite. Porque você tornaria a ver a sua saudosa luz elétrica da Capital Federal. E ainda há quem grite contra os patrões e maldiga os capitalistas. (Viana, 2008, p. 69).

Nessa cosmovisão da flânerie no trecho, a cidade nos diz tanto quanto as palavras do texto em si. O leitor, desse modo, também ocupa o lugar do flâneur ao ler cada página do romance, captando as imagens do lugar e apreendendo, em cada passagem, sensações alheias num jogo bem construído pelo autor em que palavras e imagens se fundem, convidando-o para participar. Afinal,

A missão do flâneur é conseguir representar o efêmero da cidade aos seus contemporâneos que, mistificados pela marcha da modernidade e pelas promessas da medusa do progresso, não param para perceber as contradições da metrópole em habitam. (LOTH, 2012, p. 01).

Embora Codó não seja uma metrópole, a flânerie observada nessa obra marca bem as contradições sociais típicas das cidades, durante o processo acelerado de desenvolvimento. A mão de obra passou a ser assalariada, as pessoas recebiam um determinado valor ao final do mês pelo seu trabalho realizado a uma certa indústria. Logo, os indivíduos mais bem preparados tinham as melhores funções e os melhores dividendos. Assim, um grave problema era a educação do povo, aqui, dos codoenses:

- Então, meu caro dr., é sempre certo que fundou uma escola em São José? – perguntava-lhe ele. Acredite que é só no que se fala na cidade. Ficam-lhe muito bem esses sentimentos, não há

dúvida; mas eu cá, por mim, só tenho aplausos ao sr. intendente por não multiplicar as escolas no interior. Essa história de dizer que “abrir escolas é fechar cadeias”, é uma conversa fiada... Puro palavreado. Penso exatamente o contrário. Há casos em que abrir escolas é abrir cadeias. Meu amigo, o pobre diabo do caipira que aprende a ler e escrever, recebe um perigoso brinquedo, que o diabo lhe meteu nas mãos. [...] A primeira coisa que esse desgraçado faz é soletrar as bisbilhotices dos jornais, os crimes fotografados, os assaltos heroicos a mão armada, as discussões nauseabundas sobre a política; sabe os preços dos gêneros, passa a discutir e brigar com o negociante... (VIANA, 2008, p.119-120; grifo nosso).

Ao retratar a questão do analfabetismo, (no caso dos codoenses, endêmico) o autor faz da cidade um corpo simbólico universal, mostrando que, em cidade grande ou pequena, o progresso se constitui da estratificação social, da fragmentação. A abrangência dos bens do capital não ocorre de forma homogênea, uma vez que a sociedade é, *de per si*, heterogênea.

Outra questão relevante capturada nessa flânerie autorizada em **Por onde Deus não andou** é a política. Codó está às vésperas das eleições para escolher o novo intendente³ do lugar.

No Brasil, do Amazonas ao Prata, do rio Grande ao Pará, não há eleições. Estas do Codó, com que tanto enchem a boca, são tão indecentes como as outras. A decantada fidelidade do matuto em nada o abandona (coronel). [...]

O coronel ganhou as eleições por poucos votos. Quando o resultado foi conhecido (já quase noite) os mesários mortos de cansaço, e o eleitorado do interior já quase todo bêbado, de cair na rua, foi um barulho de ensurdecer. (VIANA, 2008, p. 221-222; grifo nosso)

O comportamento dos codoenses diante dos ricos e poderosos do lugar ainda evidencia uma total subserviência da população e o voto de cabrestos como formas de manipulação necessárias para a manutenção da ordem vigente:

O seu te. Vão lá perguntar ao pobre diabo,

cujos dedos dos pés ardem arroxeados numa botina pesada,

³ O primeiro intendente de Codó foi Francisco Sérgio Bayma, nomeado em 1896. Codó teve intendente até 1918, sendo o responsável administrativamente pela cidade. Foi denominado prefeito só a partir de 1919, após a reforma da Constituição do Estado em 13 de fevereiro de 1919. (ENCICLOPÉDIA..., 2000; grifo nosso).

se ele conhece os seus candidatos: - 'Nhor, não; voto cum seu majó'. [...] Apenas, a farsa seria mais completa e ridícula, porque o cabo eleitoral teria de revistar todos os bolsos do carneiro de seu rebanho, antes que ele fosse, sozinho e secretamente, meter a 'cedra' na sobrecarta oficial. E olhe que o não faria por desconfiança na lealdade do bicho, mas pelo receio de que ele introduzisse no envelope não a cédula, mas a nota das bugigangas que comprara fiado ao major Juca. (VIANA, 2008, p. 221)

O povo é visto como rebanho para servir aos interesses que mantém a estrutura de dominação. Por isso, não é bom que essa manada tenha acesso à escola ou contato com outro mecanismo qualquer que lhe permita questionar, sob pena de colocar o projeto de poder em risco.

A distinção dos estratos sociais, visto nessa flânerie, é ainda mais marcada pelo próprio uso da língua: há uma enfática oposição da fala culta, usada pelos coronéis, pela elite e pelo narrador, e, uma outra que é a fala do povo: “-Sá Inácia, vancê já não é a mesma pra mim, vancê pensa que num tô oiando tudo? Se vancê fosse minha muié, eu despejava um tiro de garruncha em riba de vancê e outro no sô douto” (VIANA, 2008, p. 209).

O flâneur benjaminiano deambula pela cidade moderna, afogada na pressa, buscando asilo entre a nostalgia da sociedade tradicional e ansiedade provocada pelo desenvolvimento, pelo progresso que desestabilizou a dinâmica social da época. Nesse aspecto, **Por onde Deus não andou** metaforiza, *mutatis mutandis*, essa angústia do flâneur ao registrar, em um dos pontos altos da obra, as tradições locais do Bumba-meu-boi, sua toada e a história do casal de escravos Pai Francisco e Catirina:

O barulho aumentava cada vez mais. A princípio era um 'ô... ô... ô...', que estribilhava no silêncio da noite, monótono e enervante. Depois, vozes bem distintas. Cantos. Gritos. Assobios. Assuadas... Por fim, tudo aquilo se espalhou no terreiro, fedendo a pólvora queimada e cachaça. Um apito, prolongado e agudo. Um brusco silêncio abateu como um parêntese naquele vozear de bárbaros. 'Senhora dona da casa/ Acenda seu lampião/ Venha ver meu boi de fama/ Na sua povoação/ SENHORA DONA DA CASA/ O MEU BOI CHEGOU AGORA/ SE QUISER QUE EU DANCE, EU DANÇO/ SE NÃO QUISER, VOU-ME EMBORA' (VIANA, 2008, p. 179-180).

No trecho, o flâneur vê um outro mundo, o das tradições, do passado, da memória coletiva, o mundo das experiências. São percepções de uma geopoética que inspira e busca pelo invisível das sensações nesses

espaços em que a identidade do maranhense/codoense se faz. Nesse sentido, flânar continua sendo uma ferramenta interpretativa para compreensão de seu tempo, na acepção de Benjamin.

Em todo o romance, o coco babaçu, abundante e importante meio econômico para a região, assume um caráter central na obra, uma vez que atua no destino do personagem, direcionando suas ações em todo o enredo: “A nomeada do babaçu chegou até a Companhia de que faço parte. Revistas, jornais, ocupavam-se largamente do assunto. O babaçu viria resolver a fome de óleo que tortura o mundo. E o Maranhão era o centro principal do produto” (VIANA, 2008, p. 33). Uma mistura de cultura e história locais com as histórias dos personagens da obra.

Podemos afirmar, a partir dessa análise, que o conceito de flâneur continua sendo interessante; ainda que ressignificado e, talvez, justamente por isso, ele possibilita uma visão crítica do mundo contemporâneo e do conhecimento que ainda tenta explicá-lo. Pelos passos e passagens do flâneur em **Por onde Deus não andou**, o leitor enxerga o desenho de uma nova cidade, uma Codó vista como se sempre estivesse da maneira como é, como a apreendemos. Ela também acompanha as transformações do momento, ainda que timidamente, marcando a identidade de seus habitantes. Mesmo não se tratando de uma metrópole, repleta de galerias e bulevares, Codó se constitui espaço para uma flânerie.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas III** - Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. Trad. José Carlos Martins e Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Passagens**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

ENCICLOPÉDIA DO MARANHÃO. **Revista Leia Hoje**. São Luís, ano 4, n. 49, 2000.

LOTH, L. **Por uma flanerie do século XXI**. Ensaio apresentado no 1º Seminário Nacional Discurso, Cultura e Mídia, realizado em Palhoça (SC), em julho de 2012.

MONTAÑO, Sônia. **Plataforma de vídeo**: apontamentos para uma ecologia do audiovisual da web na contemporaneidade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

NORATO, Kerllen Miryan Portela Paiva. **No alinhavo do tempo**: o tecer da memória no romance Por onde Deus não andou, de Godofredo Viana. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Maranhão-UFMA, São Luís, 2017.

SANTOS, Luís Alberto Brandão. Textos da cidade. In: COELHO, Haydeé Ribeiro; VASCONCELOS, Maurício Salles (orgs.) **1000 rastros rápidos**: cultura e milênio. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA JR, A.R MARQUES, G. C. **Godoy Garcia e Niemar**: um canto geral centroestino. ECOS – Estudos Comparados da Subjetividade. Vol. 5, n. 2, p 232-248. Disponível em <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1699> Acesso em: 28 de setembro de 2019.

SILVA JR, A. R. **Cora Coralina inédita**: encontro das águas da geopoesia na rua do fogo da Literatura de Campo. ANAIS ELETRÔNICOS DO CONGRESSO INTERNACIONAL ABRALIC 2018: Uberlândia-MG, 2018 - MG Disponível em: <http://www.abralic.org.br/anais-artigos/?id=2887> acesso em 28 de setembro de 2019.

VIANA, Godofredo. **Por onde Deus não andou**. São Luís: AML/EDUEMA, 2008.

WOOD, James. **Como funciona a ficção**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Cosac Naiff,, 2012.

<http://www.academiamaranhense.org.br/godofredo-mendes-viana/>

O MITO FUNDANTE DO CENTRO DO ZÉ DOCA: apontamentos e reflexões

Mailson Martinho

RESUMO

O processo de formação do Centro do Zé Doca tem íntima relação com o processo de povoamento do Alto Turi. A fundação deste centro que se dá a partir da chegada de migrantes das mais diversas localidades do nordeste, inclusive do próprio Maranhão e é assim parte de um processo de povoamento das áreas tidas como inabitadas e pelo qual o Estado do Maranhão era marcado, é também caracterizado por peculiaridades que a distingue de outros processos fundacionais. Deste modo, este trabalho, desenvolvido por via de levantamento bibliográfico, visa refletir acerca do processo de povoamento e fundação do Centro do Zé Doca, de tal modo evidenciar os fatos históricos que antecedem este acontecimento, bem como os diversos aspectos que se encontram engendrados a esses processos, tendo assim como o objeto de estudo esse processo de fundação e povoamento inicial do Centro do Zé Doca no recorte temporal das décadas de 1950 e 1960, embora para melhor conhecer este fato, por vezes seja necessário uma reflexão acerca de tempos anteriores e ou posteriores a este recorte. Todavia, para o melhor evidenciar desses aspectos, esta pesquisa tem como base teórica autores como Manhães (1987), Luz e Florêncio (2011), Velho (1972), Andrade (1968), Trovão (2008) e outros, selecionados com o intuito de melhor evidenciar e explicitar o objeto aqui pesquisado.

Palavras-Chave: Fundação. Povoamento. Centro do Zé Doca. Alto Turi.

ABSTRACT

The formation process of the Centro do Zé Doca is closely related to the settlement process of Alto Turi. The foundation of this center, which comes from the arrival of migrants from the most diverse locations in the northeast, including Maranhão itself, and is thus part of a process of populating areas considered to be uninhabited and for which the State of Maranhão was marked, is also characterized by peculiarities that distinguish it from other foundational processes. In this way, this work, developed by means of a bibliographic survey, aims to reflect on the process of settlement and foundation of the Zé Doca Center, in such a way to highlight the historical facts that precede this event, as well as the various aspects that are engendered to these processes, having as object of study this process of foundation and initial settlement of the Zé Doca Center in the time frame of the 1950s and 1960s, although to better understand this fact, it is sometimes necessary to reflect on previous times and or after this cut. However, for the best evidence of these aspects, this research has as theoretical basis authors such as Manhães (1987), Luz and Florêncio (2011), Velho (1972), Andrade (1968), Trovão (2008) and others, selected with the intention to better evidence and explain the object researched here.

Key words: Foundation. Settlement. Zé Doca Center. Alto Turi.

INTRODUÇÃO

O Centro do **Zé Doca** é, historicamente, o povoado do qual se origina o que hoje é caracterizado como o município de Zé Doca. Localizado no noroeste do Estado Maranhão, na microrregião do Vale do Pindaré, este povoado é instituído na Região do Alto Turi, em meados da segunda metade da década de 1950, após a fixação de migrantes – entre esses a figura de Jose Timóteo Ferreira, popular Zé Doca e considerado o fundador deste povoamento – oriundos dos diversos Estados do Nordeste¹ brasileiro, inclusive do próprio Maranhão, nesta localidade, situada entre os rios Pindaré e Turiaçu, e as margens da vereda de estrada de chão, que posteriormente daria origem a BR-316.

Esses processos migratórios pioneiros, que se dão rumo ao Centro do **Zé Doca**, especialmente entre a segunda metade da década de 1950 e a primeira metade da década de 1960, e que autores como Arcengeli (1987) conceituam como migração “espontânea”², são responsáveis não somente pela criação deste povoado, que posteriormente viria a ser a cidade de Zé Doca, mas também pela instituição de diversos outros lugarejos,

¹ A concepção e conformação de Nordeste presente neste texto é a atual, instituída pelo IBGE a partir de 1969, por meio da Resolução n.º 1, de 8 de maio de 1969, que divide o Brasil em cinco Grandes Regiões geográficas, e define a Região Nordeste como constituído pelos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe, atrelando o Estado da Bahia, pela organização anteriormente – da década de 1960 – atrelado a extinta Região Leste, a este região.

² Tal qual Ferreira (2015), o termo “espontânea” é usado aqui entre aspas com o intuito de chamar atenção para os elementos de atração e expulsão que apresentam-se atrelados aos processos de deslocamentos de homens e mulheres concebidos como espontâneo e que Arcengeli (1987) traz como sendo um processo com organização política e social fruto da livre iniciativa do colono ou lavrador, que independentemente da interferência direta do Estado, passa a ocupar as terras livres de fronteiras agrícolas, a partir do desbravamento as matas e do cultivando a roça, geralmente e normalmente sob o título de posseiro, por vezes antecipando ou mesmo acompanhando o processo caracterizado como dirigido. Neste contexto, e tomando como base as concepções de Silva (1973), Arcengeli (1987) e Ferreira (2015), é importante se pensar esse processo de “espontâneo” a partir de uma reflexão e problematização acerca dos elementos de atração e expulsão que possam estar atrelado e serem influenciadores sobre este processo.

comumente caracterizados pelo termo *centro*³ – tal como o Centro do Zé Doca - e que, em tempos posteriores, dariam origem a diversas cidades localizadas no Alto Turi, assim fazendo desses processos eventos de importância impar para a historiografia destas cidades, e não obstante à História de Zé Doca.

Deste modo, o referido estudo tem como objeto o processo de fundação e povoamento inicial do Centro do Zé Doca – hoje cidade de Zé Doca –, que se dá entre as décadas de 1950 e 1960, através da chegada, a esta localidade, dos seus primeiros migrantes, oriundos principalmente do Nordeste e do Centro-Sul do Maranhão. Por sua vez, o campo de estudo desta pesquisa é a localidade hoje concebida como a cidade de Zé Doca, nos primórdios do seu povoamento, entre as décadas supracitadas.

Tal como Marc Bloch, que entendia a História como uma ciência do homem no tempo, onde o passado e o presente se comunicam, possuem íntima ligação e influencia um sobre outro, e assim também a partir da concepção de Certeau (2011) e do próprio Bloch (2001) de que o lugar tem grande influência acerca da visão de mundo do ser, o estudo do processo de povoamento e fundação de Zé Doca, tem grande importância não somente para o entendimento do passado desta localidade, mas também sobre como este tempo se constitui e tem influência sobre o tempo presente do município de Zé Doca, bem como a cultura, política, economia e a sociedade Zedoqueense.

Neste contexto, a referida pesquisa desenvolve-se por via de levantamento bibliográfico, que na concepção de Gil (2008) se define como um método de investigação caracterizado pela necessidade de se recorrer aos mais variados tipos literaturas já produzidas acerca de uma determinada temática, tais como livros, artigos, revistas e outros meios, virtuais ou impressos e que abordam a temática.

Desta forma, o referido estudo objetiva uma análise acerca do processo de povoamento e fundação do Centro do Zé Doca, buscando evidenciar os fatos históricos antecedentes a este acontecimento, assim como os aspectos determinantes para o processo migratório das distintas populações que se deslocam até esta localidade e as condições de vida dos

³O termo Centro é aqui pensado a partir das concepções de Andrade e Santos (2019) e Ferreira (2015), que entendem esses espaços como agrupamentos de pequenos agricultores, criados a partir da abertura da mata, por isso esses exercerem suas atividades com uma certa proximidade ou mesmo no interior da floresta, e onde prevalecem certas relações de autonomia, reciprocidade e solidariedade entre seus moradores, se distinguindo da concepção de povoado, em virtude deste possuir uma proximidade mais direta com a sociedade nacional, percebido por sua maior ligação direta com o comércio e com as várias instâncias do poder local.

pioneiros do povoamento de Zé Doca e a importância deles para a formação desta cidade, considerando que esses primeiros migrantes, que se deslocam de suas terras natais, rumo a Região do Alto Turi, no qual o município de Zé Doca, seria fundado.

Para tanto, o estudo aqui desenvolvido tem como base teórica autores como Manhães (1987), Luz e Florêncio (2011), Velho (1972), Andrade (1968) e Trovão (2008), selecionados no sentido de melhor evidenciar e explicitar o objeto desta pesquisa.

DESENVOLVIMENTO

Conceitos e caracterizações acerca do espaço geográfico do Centro do Zé Doca

O Centro de Zé Doca se institui na Macrorregião Oeste do Estado Maranhão, no noroeste deste Estado, na fronteira com o Estado do Pará, na região denominada como Alto Turi, que na concepção de Manhães (1987) tem este nome em função de ser o local da nascente do rio Turiaçu. Essa mesma área, para Luz e Florêncio (2011), é também classificada como Pré-Amazônia ou Amazônia Maranhense, isso pois, em virtude de ser caracterizada como uma região de transição entre o semiárido nordestino e a própria região amazônica, apresentando um clima quente e úmido, um grande índice pluviométrico anual e uma vegetação característica de floresta tropical, com a presença de árvores de grande porte, mata densa e predominantemente fechada, de riquíssima flora e fauna (LEAL & MARTINHO, 2019). Acerca dessa localidade e suas características o Projeto de Colonização do Alto Turi (1972, p. 11) expõe:

“Dentre as sete grandes unidades ecológicas em que a Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA) divide o Estado, é na “região da fronteira agrícola” que se localize o PCAT. Também conhecida como “pré-amazônica”, essa região abrange, ao norte do paralelo ‘ de 3° S, toda porção territorial compreendida entre os rios Gurupi e o médio e baixo Turiaçu e confinada a leste pela “região da baixada”. Ao sul do mencionado paralelo, porém dilata-se entre a “região centro” (“zona dos cocais”) e os Estados do Piauí e de Goiás, contendo a bacia superior do Turiaçu e os bacias do alto o médio Pindaré, do alto e médio Grajaú e do alto Mearim [...]” (BRASIL, 1972, p. 11).

Segundo Luz e Florêncio (2011), até os primeiros anos do seu povoamento, quando a localidade já era conhecida como Centro do Zé Doca, a vegetação típica da Floresta Tropical Amazônica era presente e marcante na localidade, afirmativa também corroborada por Manhães (1987, p. 32) quando ele expõe que “[...] precedendo a Colonização Dirigida⁴, quando o Alto Turi “era mata mesmo”, participando da frente de expansão junto com os pequenos produtores chegavam e se estabeleciam outros grupos sociais [...]”. Ainda de acordo com Luz e Florêncio (2011), a preservação da vegetação típica da Floresta Tropical Amazônica, presente na região na época, estava associada ao uso de técnicas e instrumentos simples e rudimentares no desenvolvimento da agricultura, o que acarretava o baixo uso desses recursos naturais.

Assim também, era muito comum, nos primeiros anos, o contato direto com animais selvagens típicos desse tipo de vegetação, haja vista próprio povoado está envolto por uma boa cobertura da floresta amazônica. Do mesmo modo, ainda nos primórdios do processo de povoamento era muito comum o contato entre os primeiros migrantes que chegavam ao lugarejo e as populações indígenas que por ali já viviam (LUZ; FLORÊNCIO, 2011).

Outro importante ponto a ser considerado em relação as visões construídas e estabelecidas acerca do espaço geográfico denominada de Alto Turi, no qual o Centro do Zé Doca se institui, pode ser notado nas abordagens de autores como Velho (1972), Andrade (1970) e Trovão (2008), que trazem a ideia, para esta região, de um vazio demográfico, caracterizando-a como uma **área** pouco habitada, ou até mesmo inabitada, e justificando isso a partir da baixa densidade demográfica do Alto Turi no início do século XX.

A imagem de baixa densidade demográfica, ligada a concepção de uma terra quase que inabitada, onde prevaleciam extensas florestas, de mata virgem, pode ser percebido no trecho do discurso de 1959, do

⁴ O termo Colonização Dirigida é aqui cunhado, a partir das concepções Silva (1973), Arcengeli (1987) e Ferreira (2015), como referência a um processo que se dá com uma orientação mínima oficial, pelo Estado, acerca da escolha e da organização da área, mas que geralmente não passa de um simples e básico direcionamento de fluxos migratórios. Assim também, segundo Silva (1973), esse termo é usado em distinção a colonização espontânea, desenvolvida por grupos humanos com seus próprios recursos e livre iniciativa, e a colonização planejada, desenvolvida através de uma maior organização do Estado, com planificação oficial para a escolha da área a serem colonizadas, assim como também a seleção dos grupos que participarão deste processo e a atividades econômicas a serem desenvolvidas neste processo. Neste contexto, Ferreira (2015) fala da possibilidade de coexistência dessas três modalidades durante a seca de 1877-1879.

então governador do Estado do Maranhão, José de Mattos Carvalho, citado por Ferreira (2015, p.122), no qual este agente político apontava o Estado, em virtude das suas características naturais – como a fertilidade do solo, a malha hidrográfica, a riqueza mineral e a localização geográfica – e históricas – como a disponibilidade de terras devolutas, de espaços “desabitados” e a necessidade de mão de obra –, como aquele em que se teriam as melhores condições para a implementação e o desenvolvimento de um projeto de colonização, subsidiado pela SUDENE.

[...]

De fato, para os trezentos e cinquenta e seis mil quilômetros quadrados por que se estende o território maranhense, há, apenas, 2.000 000 de habitantes, ou sejam cerca de 5 habitantes por quilômetro quadrado.

A par de tão baixa densidade demográfica, apresenta-se a má distribuição das manchas populacionais, agrupadas, em sua grande maioria, nas proximidades do litoral. Daí o fato de existirem regiões ainda quase desabitadas, além de outras que permanecem desconhecidas, como as que se situam as nascentes dos rios Turiaçu e Gurupi, ao noroeste do Estado, ensombradas em extensas florestas que se conservam virgens.

[...]

Assim também, os termos “terras livres” ou “terras devolutas” são outros dois conceitos muito usuais na literatura para designação do espaço no qual o Centro do Zé Doca se forma e que possuíam íntima ligação com a concepção de “vazio demográfico” de acordo com Velho (1972), Andrade (1970), Manhães (1987), Trovão (2008) e Luz e Florêncio (2011). Neste contexto, essas designações se instituem como referência não somente ao baixo índice populacional do Alto Turi, mas também como forma de evidenciar uma característica dessa região, que será inclusive atrativo de migrantes das mais diversas localidades do Nordeste e do próprio Maranhão, que é abundância de terras “sem donos” ali existentes.

Para Manhães (1987), a própria concepção de “terras devolutas”, no entendimento de imigrantes e do Estado, possuía suas distinções. “Para o migrante sem terra e querendo trabalhar num “pedacinho de roça”, terra devoluta é mata, lugar de trabalho. Para o Estado, terra devoluta é terra disponível” (MANHÃES, 1987, p. 31).

Deste modo, de acordo com Manhães (1987) e Luz e Florêncio (2011), é sob esta **ótica do** Estado que posteriormente se desenvolve a Colonização Dirigida do Alto Turi, sobre a incumbência da Superintendência

de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a partir do Projeto de Colonização do Alto Turi, o PCAT, com intuito de promover a expansão da fronteira agrícola, povoar e levar desenvolvimento a essa área. Neste contexto, a expansão da fronteira agrícola, isto é, da exploração das áreas naturais, apresenta-se intimamente ligada ao processo de povoamento das áreas consideradas inabitadas no Alto Turi, como exposto no PCAT.

Fundamentalmente, a política de colonização da SUDENE inspira-se na necessidade de promover, ao mesmo tempo, a expansão da fronteira agrícola do Nordeste do Brasil e a absorção de porte dos excedentes de força do trabalho rural da região.

Mais precisamente, no caso do PCAT, a expansão da fronteira agrícola visa estender o processo de desenvolvimento regional desencadeado pela SUDENE às terras disponíveis no noroeste do Estado do Maranhão, de modo a incrementar a oferta de alimentos e de matérias primas agro-florestais, incorporando inclusive a colonização espontânea ali preexistente (BRASIL, 1972, p. 72).

Todavia, é contrapondo a ideia de um vazio demográfico ou mesmo de terras devolutas, muito comuns para se fazer referência ao Alto Turi, que Manhães (1987, p. 31) expõe que: “Ocorre que o fato de serem estas terras pertencentes à união não significam que sejam, necessariamente, terras desabitadas, sem aproveitamento econômico ou de recursos naturais **não incorporados ao processo produtivo**”

Corroborando com este pensamento de Manhães e fazendo crítica concepção de vazio demográfico atribuindo Alto Turi, Wagner e Mourão (2017) citando Dornas (1974) e Andrade (1973) afirma que:

Ao se absolutizar o “vazio”, ignorou-se o fato de que, antes do traçado das estradas, os camponeses já estavam localizados nas florestas, próximos aos “caminhos de gado” e às linhas de telégrafo, junto às picadas da Petrobrás (Dornas, H., 1974 e Andrade, M. C., 1973) na região noroeste do Maranhão. Quando da construção das estradas, suas picadas de serviço encontram roçados de arroz, mandioca e milho. Por vezes o próprio traçado da estrada obedeceu à linha de ocupação. A migração camponesa, neste sentido, antecede à própria construção de rodovias, ainda que seu volume possa ter alterado após o término das estradas. (WAGNER; MOURÃO, 2017, p. 87).

É neste contexto, que tanto Wagner e Mourão (2017) quanto Manhães (1987) defendem a ideia de que, antes do processo de colonização dirigida, essas áreas, além de habitadas, já eram explorados produtivamente, contrapondo a ideia de que o Projeto de Colonização do Alto Turi é um marco da expansão na fronteira agrícola.

O pioneirismo das povos indígenas nos antecedentes do Centro do Zé Doca

Muito antes dos primeiros migrantes nordestinos chegarem ao Alto Turi, se fixarem e a partir dali fundarem diversos povoados, que dariam origem as inúmeras cidades hoje existentes nessa região – entre elas, Zé Doca –, outros povos já viviam por ali desde tempos remotos.

Os primeiros habitantes do Alto Turi Maranhense são as populações nativas ou os povos indígenas, como são comumente denominados. Esses povos, que já habitavam o continente americano desde a pré-história, teriam chegado a este continente após um longo processo migratório que remonta as origens da humanidade na África. Ao chegarem a este continente, posteriormente denominado de América, passam a ocupá-lo e a constituir uma grande diversidade de etnias, com tradições, costumes, crenças, religiosidade, organização social e línguas distintas.

No Maranhão, antes da chegada dos europeus, a presença de povos indígenas era marcante e numerosa. Todavia, a partir dos primeiros contatos com o homem branco e dos conflitos gerados a partir dessa interação, o processo de diluição e até mesmo extinção dos índios situados neste Estado se tornou cada vez maior, fatos agravados quando da conquista e colonização dessas populações pelos europeus.

Para Luz e Florêncio (2011), historicamente, a vida dos povos indígenas no estado Maranhão, assim como em grande parte do território nacional, é marcada por conflitos, que como resultado tem expropriado terras, recursos naturais e até mesmo ceifando a vida de muitos índios. Constantes desde os primórdios da chegada do europeu por essas terras e ligados à luta por suas terras, contra as invasões, a extração ilegal de madeira, o desmatamento desregrado e a criação de garimpos ilegais nos seus territórios, esses conflitos se davam e dão, nos dias atuais, no embate violento, principalmente, contra fazendeiros, grileiros, madeireiros e garimpeiros.

De acordo com o artigo “O mapa dos índios no Maranhão”, de George Raposo e publicado na edição do dia 20 de abril de 2019 do jornal maranhense “O Imparcial”, o Maranhão, historicamente, se caracteriza como um dos estados brasileiros em que há o maior número de terras e povos indígenas. No século XVII os registros dessa população eram de 250

mil pessoas divididos em 30 etnias diferentes. Já nos dias atuais, dentre as etnias existentes no Maranhão estão apenas os Ka'apor, os Krikati, os Guajá, os Tenetehara, os Timbira, os Gavião Pukobiê, os Kanela e os Krenyê.

Na microrregião do Pindaré e na Região do Alto Turi, onde se localiza a cidade de Zé Doca, muitas comunidades indígenas vivem desde tempos remotos, de forma nômade ou seminômade, em contato diretos com a natureza, habituados as práticas da caça, pesca, colheita, plantio e até mesmo, em algumas comunidades, desenvolvendo um tímido sistema comercial com o homem branco. Dentre esses povos estão os Tenetehara (nas Terras Indígenas de Caru e Rio Pindaré), os Ka'apor (na Terra Indígena do Alto Turiaçu) e os Guajá (na Terra Indígena do Alto Turiaçu), sendo estes dois últimos povos diretamente ligados a cidade de Zé Doca, por suas terras abrangerem parte do território dessa cidade, segundo a Fundação Nacional do Índio – FUNAI (2020). Corroborando com isso, Oliveira (2012) expõem também que:

Três etnias indígenas tinham presença na área: os Guajá Awá, uma das tribos nômades remanescentes no Brasil, localizadas no Alto Turi; os Guajajaras (também conhecidos como Teneteara ou Tenetehara), antigos habitantes da margem oriental da Amazônia maranhense, depois fixados nos arredores de Pindaré, e os Kaapor (Urubu-Kaapor, Kaapor, Kaaporté), presentes entre o Rio Gurupi e os afluentes meridionais do Rio Turiaçu (OLIVEIRA, 2012, p. 78).

Quando os primeiros migrantes nordestinos chegam no Alto Turi, com seus próprios recursos e por livre iniciativa, no processo que ficou conhecido como colonização espontânea, era muito comum o encontro com indígenas que viviam e comumente se deslocavam pela região. Do contato entre essas culturas tão distintas, muitos conflitos surgiram, quase sempre ligados a luta pela terra, esses embates tiveram grande influência no processo de repulsão dos povos nativos as matas mais distantes ou as reservas indígenas demarcadas e sob a jurisdição da FUNAI. Sobre isso, Luz e Florêncio (2011, p. 43), falam que:

Em tempos remotos, essa região era habitada por povos indígenas esses grupos indígenas, centenas de anos atrás, eram muitos numerosos e dividiam-se em várias tribos, a saber: Guajajara, Guajá e Urubu-Kaapor. Viviam da caça nas florestas, pescas nos rios e igarapés e da agricultura de subsistência, como arroz, feijão mandioca (aipim). Com a chegada do homem branco, iniciou-se um conflito pela posse da terra, e esses índios foram obrigados a se refugiar dentro das matas mais distantes ou em terras demarcadas pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio), conhecidas pelo nome de Reservas Indígenas.

Aqui é importante que se diga que embora seja comum o uso da expressão reservas indígenas na literatura, como fazem Luz e Florêncio (2011) na citação anterior, para a própria FUNAI e outras entidades ligadas aos povos indígenas, como Associação dos Povos Kaapor, inclusive tomando como base a Constituição Federal de 1988, o Estatuto do Índio (Lei Nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973) e Decreto Nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, a designação mais adequada para caracterização das áreas as quais os Guajá Awá, os Kaapor e os Guajajaras passam a habitar é a de terras indígenas, uma vez que faz referência a terra tradicionalmente ocupadas por essas populações. Sobre a jurisdição da FUNAI, no Alto Turi e no Vale do Pindaré, numerosas aldeias indígenas de Guajá Awá, Kaapor e Guajajaras passam a habitar essas áreas, que o Projeto de Colonização do Alto Turi (PCAT) descreve:

[...] a oeste das áreas do projeto existem numerosas aldeias indígenas de urubus e guajajaras, sob a jurisdição da FUNAI, num espaço limitado a oeste pelo rio Gurupí, ao sul pelo Pindaré e por uma linha oblíqua que parte das cercanias do Itamararé, no primeiro desses rios, até as vizinhanças de Pindaré Mirim, no segundo. As comunicações com essas aldeias se fazem ora um dos rios, ora o outro, ora também remontando o Parauá, afluente do Turiaçu que passa ao norte da área Alto Turi. Trilhas dos indígenas, abertas na floresta e conectadas com as picadas do PCAT a oeste da BR-316, também permitem comunicações via terrestre (BRASIL, 1972, p. 29).

Vivendo nas matas densas da Amazônia Maranhense, também denominada de Pré-Amazônia, as margens e em função dos rios Turiaçu e Pindaré, essas tribos, nômades e seminômades, que caçam, pescam, coletam, são agricultores e até mesmo desenvolvem um tímido comércio com os moradores das áreas próximas, são os primeiros a habitarem a região ou o entorno do que hoje se tem como a cidade de Zé Doca. Com a criação da FUNAI, que passa a ser a responsável pela proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas no Brasil, e com o processo de povoamento dirigido do Alto Turi, que se faz a partir do PCAT, de responsabilidade da SUDENE, esses povos passam a se fixar em áreas a oeste dos limites do PCAT – como é o caso dos Guajá Awá, Kaapor – ou ao sul do Rio Pindaré – como é o caso dos Guajajaras –, acarretando assim um certo distanciamento dessas populações em relação aos migrantes recém chegados (LUZ; FLORÊNCIO, 2011).

Todavia, embora tenham sido os primeiros habitantes da região ao qual o Centro do Zé Doca se institui, o que se percebe são raras alusões a esse pioneirismo. Neste contexto, nas páginas oficiais de instituições como a Prefeitura Municipal de Zé Doca ou mesmo no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) voltadas a exposição do histórico deste município nenhuma referência se faz aos povos indígenas que habitaram e que ainda habitam o território zedocense, nem tão pouco se fala acerca no cotidiano desses povos ou mesmo das contribuições que eles trouxeram a cidade e a sociedade deste município.

Do Maranhão ao Alto Turi: o processo de migração dos pioneiros do Centro do Zé Doca

No povoamento do Maranhão, desde seus primórdios, os processos migratórios sempre foram uma constante. Na concepção de Cabral (2008), o povoamento deste estado ocorre, sobretudo, pelas vias litorânea, iniciada pelos franceses e pautada na agricultura de subsistência e a agroexportação, é caracterizada pela ação portuguesa, pós expulsão dos franceses no século XVII, através dos vales dos rios Itapecuru, Pindaré, Mearim e Munim; e pastoril, caracterizada pela ação de pessoas comuns, no século XVIII, que se deslocam do interior do nordeste a procura de terras para criação do gado, avançando pelo interior da Bahia e Piauí, até chegarem ao sudeste do Maranhão, onde se fixam no que hoje é a cidade de Pastos Bons.

Todavia, na concepção de Ferreira (2016) e Trovão (2008), para além desses dois processos, outros tiveram enorme importância no povoamento do Maranhão. Sobre esta ótica, entre os séculos XIX e XX, a ocupação de áreas específicas do centro, do sudoeste, do sul, do sudeste e de boa parte das chamadas “terras devolutas” no noroeste do estado, se faz por agricultores e pecuaristas, oriundos dos mais diversos estados do Nordeste, assim como do próprio Maranhão. Sendo este um processo também marcado pela experiência com índios, quilombolas e caboclos que vivem da lavoura, caça e coleta e que se inicia de forma tímida, em meados da primeira metade do século XX, segundo Trovão (2008), Velho (1972) e Andrade (1968), perpassando as áreas decadentes dos vales e trazendo-lhes um sopro de vida, caracterizando-se pela ocupação de espaços existentes no Maranhão e localizados entre as áreas ocupadas pelo avanço das frentes de expansão litorânea e pastoril.

No Alto Turi, localizado no noroeste do Maranhão, o processo de povoamento obedece a lógica da ocupação das “terras devolutas” com a expansão da fronteira agrícola e tendo a agricultura como principal prática. Assim, na concepção de Luz e Florêncio (2011) e Manhães

(1987) a disponibilidade de “terra devolutas”, as condições climáticas e a abundância de terras férteis, estão entre os principais fatores de atração desses povos em relação Amazônia Maranhense, onde a Região do Alto Turi encontra-se situada.

De acordo com Andrade (1968), as primeiras décadas do século XX são **assim** de grande intensidade migratória em relação ao Maranhão, e não obstante também no sentido do Alto Turi Maranhense. Aqui, ganha destaque a figura do migrante nordestino que, oriundo dos mais distintos Estados desta região – em geral do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Bahia –, tem um papel especial nesse processo de povoamento. Desta forma, tal como se pode notar nas entrevistas expressas nos trabalhos de Manhães (1987) e Luz e Florêncio (2011) ou no Projeto de Colonização do Alto Turi (1972), o rumar de nordestinos em direção ao noroeste maranhense, onde se localiza o Alto Turi e, conseqüentemente, o Centro do Zé Doca, teria duas principais bases motivacionais.

Nos trabalhos de Oliveira (2012), Luz e Florêncio (2011), Trovão (2008) e Manhães (1987), é possível notar o discurso de migrações, em relação ao Maranhão, ligadas a noção de fuga da seca e da fome, em que nordestinos, oriundos especialmente das áreas do agreste e do sertão, passam a procurar o Maranhão, em função das graves secas que assolavam o sertão nordestino de tempos em tempos e que como resultado leva muitos a uma situação de flagelo e miséria.

Todavia, ainda para Manhães (1987) e Luz e Florêncio (2011), e tal como expõe Ferreira (2015), ao tratar sobre os processos migratórios em relação ao Médio Mearim – aqui entendidos como processos intimamente ligados aos que decorrem em direção ao Alto Turi, seja como parte ou influência para esses deslocamentos –, para além da ideia de fuga da seca, muitos outros migrantes se deslocam rumo ao Maranhão a partir de um imaginário de existência, neste Estado, de abundância de terras férteis e devolutas, ricas em águas, chuvas e rios, e no qual poderiam obter um pedaço de chão para desenvolver seus plantios ou criar seus animais, assim almejando por melhores condições de vida. Assim, para Manhães (1987), Luz e Florêncio (2011) e Ferreira (2016), é sobre essa fabula que se constrói a concepção de mudança de vida que rege muitos dos migrantes que chegam ao Maranhão, entre as décadas de 1930 e 1970, e não obstante também aqueles que acabam por povoar as regiões do Pindaré e do Alto Turi.

No entanto, ainda sobre esses processos migratórios em direção ou pelo interior do território maranhense, na concepção de Andrade (1968), para além das graves secas que assolam o sertão nordestino de tempos em tempos ou mesmo do imaginário do Maranhão como um espaço com

grandes vazios demográficos, com abundância de água, chuvas, rios e terras férteis e sem dono, a dificuldade de absorção de mão de obra nas áreas rurais do Nordeste e os conflitos agrários nas áreas rurais do Brasil – aqui em especial no Nordeste brasileiro e no Estado do Maranhão, ligados sobretudo a má distribuição da propriedade, ao despotismo dos coronéis, a expropriação de terras e a exploração da mão-de-obra camponesa, e com origem na insatisfação dos trabalhadores do campo diante das inúmeras e constantes explorações exercidas pelos latifundiários –, são também fatores que influenciam no processo de migração de nordestinos – e aqui também maranhenses – em relação Amazônia Maranhense, onde a Região do Alto Turi encontra-se situada. Corroborando com este pensamento e complementando esta afirmativa Arcangeli (1987, p. 182-183) expõe:

As causas apontadas pelos próprios camponeses consultados revelam que sua constante migração representou uma fuga à cobrança da renda da terra, cobrança extorsiva praticada pelos proprietários fundiários que, complementada pela exploração do capital usurário na esfera da circulação, empobreceu-os ao ponto de tornar sua saída uma necessidade de sobrevivência. Mesmo quem agüentou por mais tempo esta situação, acabou por ter que sair, sendo simplesmente expulso das terras de arrendamento, já destinadas as mais nobres finalidades pelo aparecimento do capital produtivo nos antigos latifúndios. Outros, que durante anos a fio foram posseiros em terras devolutas, tendo a estas legalmente direito, tornaram-se vítimas da grilagem; o aparecimento da cerca de arame, justificada por títulos falsos de propriedades, expulsou-os de suas casas e expropriou seus meios de produção de forma violenta. Outros ainda declaram ter fugido ao aparecimento da capoeira nas terras de arrendamento e devolutas em que trabalhavam, o que denuncia o total desinteresse dos órgãos oficiais de fomento agrícola em relação à situação dos pequenos produtores, cuja agricultura é secularmente mantida num estágio tecnológico absolutamente primitivo. Além do mais, o surgimento da capoeira representa uma possibilidade de expulsão natural, sem atritos, ao homem de sua terra, que é às vezes cercada e ocupada pelo gado, quando abandonada pelo antigo ocupante. Em proporção menor, outra causa é apontada como motivadora da vinda ao Alto Turi: a seca do Nordeste. É este outro fator que periodicamente favorece a migração. A mata e as chuvas abundantes das terras maranhenses sempre representaram grande atrativo para o retirante nordestino, e muitos destes acabaram por fixar-se na fronteira agrícola, cansados das promessas demagógicas e das ações paternalistas do poder público relativas à solução do problema da seca em seus lugares de origem.

Esses fatores, entendidos como de atração e expulsão aos processos de deslocamentos daqueles que migram, servem para refletir acerca do termo espontâneo, uma vez que denota que essa espontaneidade, apresenta-se ligada aos mais variados fatores que acabam por influenciá-la, assim colocando em xeque o referido conceito.

Em relação ao processo de penetração dos migrantes no Maranhão, embora Ferreira (2015) traga referências de nordestinos que adentram o Maranhão via desembarque, por navio, no porto de São Luis, para Trovão (2008), esse processo de penetração no território maranhense, se dá sobretudo por três vias: o porto de Tutóia, na cidade de Floriano e a cidade de Teresina.

Para Andrade (1968) e Trovão (2008), de forma inicial e por via marítima, muitos migrantes nordestinos adentram o Maranhão pelo Porto de Tutóia e de lá passam a se deslocar no sentido leste-oeste, transitando pela parte oriental do litoral maranhense e no sentido norte-sul, desloca-se pelo nordeste maranhense.

Para Andrade (1968), Velho (1972) e Trovão (2008), os que adentram o Maranhão pela cidade piauiense de Floriano, se deslocam pelo interior deste estado, no sentido oeste, alcançando diversas cidades já existentes e até mesmo fundando mesmo novos municípios ao sul e sudoeste maranhense, fundamentais ao povoamento dessas regiões, eles são geralmente pecuaristas, embora haja também aqueles que se voltam ao desenvolvimento da agricultura. Acerca disso Trovão (2008, p. 26-27) afirma também que:

A ramificação que usou como “porta” Floriano, dirigiu-se para o oeste, de preferência para Pastas Bons, São Raimundo das Mangabeiras, Riachão e Carolina, dedicando-se principalmente a pecuária. Outros, ocupam áreas novas das quais resultaram Paraibano, Presidente Dutra, São João dos Patos, além de outros municípios, dedicando principalmente à pecuária e a agricultura de produção de alimentos.

A partir de Floriano, um segundo ramo se dirigiu para o oeste, para Pastos Bons, São Raimundo das Mangabeiras, Riachão, Carolina além de outras, praticando preferencialmente a pecuária. Um terceiro ramo, saído de Caxias, buscou o sudoeste. Uma parte se dedicou à pecuária, na direção de Barra do Corda, mas também na direção do Tocantins, nos municípios de Carolina e Imperatriz. Outros procuraram as matas ciliares dos altos cursos do Mearim, do Grajaú e do Pindaré.

Já aqueles que utilizam como porta de entrada a cidade de Teresina, capital do Piauí, chegam a cidade maranhense de Caxias e de lá, em dois sentidos, seguem pelo interior do Maranhão, alcançando diversos municípios e povoados já existentes ou fundando novas cidades. Os que chegam ao Maranhão no período das chuvas ou trazendo o gado, se deslocam para o sudoeste do estado, em direção à cidade de Barra do Corda e em seguida rumo as cidades de Carolina e Imperatriz, situadas na divisa com o Tocantins (TROVÃO, 2008).

Por sua vez, aqueles que adentram o território maranhense no período de estiagem, são geralmente agricultores e rumam para o noroeste, seguindo o curso do Rio Itapecuru, ou para o oeste, em busca das áreas drenadas pelos Rios Grajaú, Mearim e Pindaré, se deslocando ao sul das áreas ocupadas pelos maranhenses situados ao norte do estado, subindo o curso desses rios e atravessando os cerrados e os cocais, na busca pela mata virgem. Esses migrantes perpassam Codó em 1920, Pedreiras em 1940, Bacabal em 1950, em 1957 alcançam Vale do Pindaré, chegando ao Arraial de Santa Inês – hoje cidade de Santa Inês –, ponto de entrada para o Vale do Turiaçu, na época já caracterizada como área aurífera. Seguem para o Oeste, na busca pelo Turiaçu, em 1959 chegam ao então Centro do Bom Jardim – atual cidade de Bom Jardim –, em 1960 ao chapéu-de-couro – hoje cidade de Governador Newton Bello – em 1961 alcança o posto do Alto Turi, as margens do Rio Turiaçu e de lá seguem rumo ao Vale do Gurupi, na divisa do Estado do Maranhão com o estado do Pará, de acordo com Andrade (1968), Velho (1972) e Trovão (2008). Sobre esses imigrantes e seu processo de deslocamento pelo interior do Maranhão, Andrade (1968, p. 99) expõe ainda que “Os criadores com seus rebanhos se distribuem pelos cerrados fazendo uma pecuária semelhante à das caatingas nordestinas e os agricultores procuram as terras de matas ciliares dos altos cursos do Mearim, do Grajaú e do Pindaré.”

Para Luz e Florêncio (2011), a chegada a Zé Doca dar-se-ia no ano de 1958, mais precisamente no dia 11 de julho deste ano, quando migrantes nordestinos, junto a migrantes de outras localidades do Maranhão, chegam e ali fixam morada. Aqui cabe destaque as picadas do telégrafo ou a *estrada do fio*⁵, como um norte orientador do deslocamento de muitos que chegam

⁵ A estrada do fio, segundo Andrade e Santos (2019), é um termo utilizado por aqueles que se deslocam pelo interior do maranhão, especialmente os nordestinos – entre eles os maranhenses – que migram rumo a Amazônia Maranhense, como uma referência as picadas do telégrafo que antecedem o processo de abertura da rodovia Pedro Teixeira, também denominada de BR-316, e pertence a um momento anterior ao processo de ocupação da região do Pindaré, e que segundo Luz e Florêncio (2011) serviu como base para o deslocamento de muitos daqueles que chegam ao Alto Turi.

ao Alto Turi, como expõe Luz e Florêncio (2011). Assim, é a partir desse processo migratório de nordestinos, que o cearense José Timóteo Ferreira, popularmente conhecido como Zé Doca, teria chegado a esta região e, junto a familiares, amigos e conhecidos, oriundos tanto do nordeste quanto do próprio Maranhão, fundado um povoado com seu nome, o Centro do Zé Doca, após passagens por Pedreiras, no qual teria morado na zona rural desta cidade, no povoado denominado de Angical. A partir dali cada vez mais nordestinos, entre eles maranhenses, passam migrar rumo a esta e outras localidades

Acerca dos processos migratórios e de povoamento que ocorre no Maranhão, e mais especificamente no Alto Turi, para além dos migrantes nordestinos, do sertão e do agreste, outras matrizes merecem reconhecimento e destaque. São elas, a dos maranhenses que se deslocam pelo interior desse estado, nas mais diversas direções – especialmente em direção ao sul, sudeste, sudoeste, centro, oeste e noroeste maranhense – e são assim fundamentais para o processo de povoamento de determinadas regiões que neste estado eram ainda tidas como inabitadas ou pouco habitadas, como é o caso do Alto Turi. Neste sentido, acerca dos povos que se deslocam até o Alto Turi, Manhães (1987, p 37) afirma que “[...], além dos nordestinos, os maranhenses dos Cocais, do Mearim e da Baixada chegam à região atraídos pelas terras devolutas e pela abertura da BR-316, [...]”.

Na história de Zé Doca, as migrações tem papel fundamental para constituição desta cidade, pois é por via do deslocamento de pessoas de outras regiões do Maranhão e do nordeste que esta localidade fundada e povoada, se desenvolvendo ao ponto de atualmente chegar a ser principal cidade da Região do Alto Turi.

Assim também, é importante se ter em mente que esse processo pioneiro de deslocamento em direção ao Maranhão, se fez com muita dificuldade, mas também com enorme persistência dos migrantes nordestinos, que rumam em grupos – geralmente constituído por familiares, amigos, conhecidos ou simplesmente moradores da mesma cidade ou região – por vários dias e até meses, de suas terras natais até seus destinos – aqui entendidos não como local pré-determinado, mas como aquele que o emigrante escolhe para morar definitivamente, sendo esta escolha muitas vezes feita durante o próprio processo migratório – por vezes ficando morada provisória em algumas localidades, para posteriormente dar continuidade a sua jornada. Jornada essa inicialmente realizada a pé ou no lombo de animais, como cavalo ou jegue, por longas distâncias, seguindo por veredas e estradas de chão, abertas em meio a mata ou a floresta e cortando rios, até que se pudesse encontrar um pedaço de chão sem dono (LUZ; FLORÊNCIO, 2011)

Na concepção de Andrade (1968), a partir do processo de abertura de rodovias no norte e nordeste brasileiro, que se inicia no pós Segunda Guerra Mundial, em grande parte atrelada ao processo de estruturação e difusão do capitalismo no Brasil e reflexo de políticas direcionadas ao desenvolvimento de grandes obras públicas e a expansão do crédito para atividades econômicas, possibilitou a introdução do caminhão como meio de transporte de grande uso no traslado dos nordestinos migrantes rumo ao Maranhão. Todavia, como em alguns trechos da jornada não era possível o deslocamento desse tipo veículos, muitos realizavam ainda uma boa parte do seu trajeto a pé ou em lombos de animais. Acerca disso, Andrade (1968) expõe ainda que:

As migrações, até a era do caminhão, eram feitas geralmente a pé e a cavalo; após a guerra de 1939-45, quando rodovias foram abertas em todas as direções e o caminhão passou a ser largamente usado no transporte de pessoas, as migrações e passaram também a ser feitas em caminhões até certo ponto. Daí em diante, até os pontos terminais da frente Pioneira caminhão como podem. Quem viaja entre o Pindaré e Turiaçu, por exemplo, encontram freqüentemente famílias compostas por um casal e um grupo de filhos a caminhar, levando todos os seus pertences em um jegue. Após vários dias de caminhada, quando os pousos e roçadas vão escasseando e a mata chega intacta até a margem da picada, o migrante pára, escolhe um local para o seu rancho de palha de palmeiras, aproxima-se dos vizinhos e prepara-se para derrubada da mata e a formação do roçado. Às vezes ele aí deita raízes, fixa por muitos anos; mas quase sempre após dois ou três anos a terra começa a dar colheitas reduzidas ou o “grileiro” aparece cobrando a renda do roçado (ANDRADE, 1968, p. 99-100).

Para Luz e Florêncio (2011), tal qual ocorre em boa parte do trajeto desenvolvido por nordestinos rumo ao Maranhão ou mesmo pelo interior deste Estado, os deslocamentos realizados por maranhenses no interior dessa unidade federativa, se fazem com muitas dificuldades. Na ausência de estradas, onde se pudesse fazer o traslado via carros ou caminhões, ou de ferrovias, o deslocamento por longas extensões se faz no decorrer de vários dias, atravessando vales, rios, matas fechadas e outros ambientes, se utilizando sobretudo do lombo de animais, dentre os quais se destaca o burro, ou mesmo a pé.

Ainda segundo Luz e Florêncio (2011), já na segunda metade na década de 1950 era possível o traslado até Santa Inês, localizada no Vale do Pindaré e porta de entrada para o Alto Turi, via carro, embora fosse

comum também o deslocamento até esta localidade, a pé ou a partir do uso de animais. Todavia, a locomoção através do Alto Turi, até a primeira metade da década de 1960, se faz com muita dificuldade, a pé ou no lombo de animais como jumento, por meio de uma estreita vereda de estrada, que antecede aquela que seria a BR-316, e na qual não se transitava carros. Acerca dessa realidade, Luz e Florêncio (2011, p. 81-82) ao falar sobre o processo de migração do Senhor Aduato Pedro Lira e sua família ao Centro do Zé Doca, expõe:

[...] O trajeto da pequena cidade de Santa Inês para o destino final, que era um pequeno lugarejo que estava surgindo, e que iria se transformar no futuro centro de Zé Doca, nas margens da futura BR-316, ainda era uma pequena vereda que não tinha acesso para carros. O trajeto foi feito todo a pé, seguido de perto pelos animais, que transportavam tudo que era necessário, inclusive mantimentos. Essa aventura durou 3 (três) dias. Quando foi no dia 18 de outubro de 1959, ele chegaram exaustos na pequena localidade no meio da mata. [...].

Todavia, tal como corroboram Oliveira (2012), Luz e Florêncio (2011) e Manhães (1987), a partir da década de 1960, com o processo de implementação da BR -316 no Alto Turi, um número cada vez maior de pessoas passam a migrar para esta região e concomitantemente inicia-se uma outra etapa do povoamento dessa área, subsidiado pela SUDENE e que passa a ser concebido como Colonização Dirigida.

Os fundadores e a instituição do Centro do Zé Doca

As primeiras décadas do século XX, se caracterizam como de intensa atividade migratória em relação ao Maranhão. Nesse período, um considerável número de nordestinos, oriundos sobretudo dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Bahia e até mesmo do próprio Maranhão, passam a se deslocar pelo interior deste Estado, na busca por um local onde pudessem ficar morada e a partir dali desenvolver suas atividades agrícolas ou mesmo criar seus animais, dentre os quais destacava-se o gado.

A seca, os conflitos agrários, a dificuldade de absorção da **mão de obra nas áreas rurais do Nordeste** e o imaginário de um Maranhão rico em água, rios e chuvas e com abundância de terras férteis e sem donos, na concepção de autores como Oliveira (2012), Luz e Florêncio (2011), Manhães (1987), Ferreira (2015) e Andrade (1968), estão entre os principais fatores de atração e repulsão daqueles que se deslocam em direção ou pelo interior do Maranhão.

Os migrantes nordestinos que adentram o Maranhão, por São Luis (FERREIRA, 2015), pelo porto de Tutóia ou mesmo pelas cidades de Teresina e Floriano, na fronteira com Piauí (TROVÃO, 2008), passam a se deslocar pelo interior deste Estado, nos mais variados sentidos, sendo assim fundamentais no processo de povoamento do Maranhão, especialmente das áreas consideradas ainda pouco habitadas, como é o caso do Alto Turi. Esses povos, para Trovão (2008), se distinguem sobretudo entre pecuaristas e agricultores, sendo principalmente estes últimos, caracterizados como frente de expansão agrícola, que irão chegar e desenvolver o processo de povoamento inicial do Alto Turi.

O deslocamento de pessoas pelo Alto Turi, na concepção de Trovão (2008) e Velho (1972), já era comum desde as primeiras décadas do século XX. Assim, quando a SUDENE resolve organizar o plano diretor do Projeto de Colonização do Alto Turi, nota existência já de aproximadamente 50 mil pessoas na área entre Pindaré-Mirim e Alto Turi, “alguns remanescentes dos migrantes que se dirigiam para a área de seringais e castanhais e que ficaram antes de atingir o destino, ou então que dali tinham regressado” (TROVÃO, 2008, p. 26).

Já Arcangeli (1987, p. 185) pontua os primeiros anos da década de 1950, como período inicial do processo de povoamento do Alto Turi, quando afirma que: “Desde o começo dos anos 50 inicia a ocupação desta parcela da fronteira agrícola pré amazônica por grandes levas de imigrantes que adiantaram se, inclusive, a demarcação do pico da BR-316, executada durante o governo de Juscelino Kubitschek [...]”.

Por sua vez, o Projeto de Colonização do Alto Turi, retrocede ainda mais quanto ao início do povoamento dessa região, para o ano de 1945, trazendo também sobre a importância que a vereda inicial do que seria a BR-316 tem como estímulo para o processo de povoamento do Alto Turi, ao expor que:

O afluxo de povoadores para a bacia do alto a médio Turiaçu começou aí pelo ano de 1945 quando da abertura, no rumo de Maracaçumé, da picada da linha do telégrafo nacional [...] e foi estimulado em 1959/60 pela vereda inicial renunciadora da rodovia Teresina-Belém (BR-316), a oeste da linha do telégrafo, vereda para a qual se desviou definitivamente a migração por volta de 1964. Estimativas não censitariamente controladas ‘fizeram-se de que o fluxo do migrantes, que experimentou um particular aumento quando da seca nordestina de 1958/59 alcançou sua maior intensidade desde então e até 1964. Calculou-se ainda que **êsse** contingente populacional, que estava em torno de 40.000 colonos espontâneos em 1962, teria subido já a 60 ou

65.000 em 1966. A reserva, pelo Govêrno do Maranhão, numa área de colonização de 30.000 km² no noroeste do Estado com a finalidade de orientar a população deslocada, fez-se, (...), em 1961 (BRASIL, 1961, p. 30).

Luz e Florêncio (2011, p 43) corroborando como Projeto de Colonização do Alto Turi, em relação ao povoamento dessa região, afirmam que já em 1945 era possível se verificar a existência de povoados nessa área, estabelecidos a partir da lógica da Colonização Espontânea, como é possível ver em:

Em 1945, seguindo a linha do telégrafo, que ligava as capitais do Maranhão e do Pará, já existiam alguns povoados de lavradores, como Pinga-Fogo e Enseada. Cita-se, como desbravador, o bandeirante capitão-mor, Pedro Teixeira, que traçou o roteiro por onde seguiria a linha telegráfica São Luís-Belém. [...]

Deste modo, processou-se o inicialmente o povoamento desta região de modo espontâneo, sem nenhuma ação sistemática e organizada do governo ou de empresa privada estimulando este acontecimento até 1962.

Essas informações são assim de importância ímpar à ratificação de que o Alto Turi já era habitado bem antes no processo de povoamento subsidiado pela SUDENE, caracterizado como Colonização Dirigida, e a ratificação da idéia dessa região como um vazio demográfico ou até mesmo uma área inabitada.

De acordo com Luz e Florêncio (2011), os que chegam ao Alto Turi, utilizam como porta de entrada o Vale do Pindaré e iniciam o processo de ocupação pelas áreas próximas a esse vale, tendo como base o tracejado de estrada de chão que já existia e que posteriormente daria origem a BR 316, mas também a picada do telégrafo, existente entre o Pindaré e o Gurupi, e o caminho aberto pelo PETROBRÁS, nos tornos do Chapéu de Couro. Deste modo, percorrendo a região a pé ou mesmo em lombo de jumento que entre a segunda metade da década de 1950 e a primeira metade da década de 1960, esses migrantes chegam e passam a fundar diversos povoados na região, dentre os quais está o Centro do Zé Doca.

Quando os primeiros moradores do Centro do **Zé Doca** chegam e se instalam no local em que fundaria este povoado, na parte noroeste do estado do Maranhão, em área situada entre os rios Pindaré e o Turiaçu,

eles se deparam com parte da Amazônia Maranhense – área de transição entre o Nordeste brasileiro e a Região Amazônica – que naquele lugar apresentava fauna e flora típica da Floresta Tropical Amazônica, com **árvores de grande porte**, mata predominantemente fechada e uma enorme diversidade de animais silvestres.

Na chegada a região, esses migrantes pioneiros encontram também um considerável número de povos nativos, os índios, que possivelmente foram os primeiros habitantes da região, haja vista já viverem por ali desde tempos remotos, como expõe Luz e Florêncio (2011), como sociedades organizadas e distribuídas em diferentes tribos ou etnias, cada qual com suas especificidades, sendo geralmente agrupamentos nômades ou seminômades e que tinham como principais formas de obtenção de alimentos a **caça**, a coleta, a pesca e em alguns casos, até mesmo, a agricultura e que com o tempo passam a habitar as áreas demarcadas pela FUNAI e caracterizados com terras indígenas.

O marco inicial da história da fundação do povoado de Zé Doca, segundo a historiografia oficial do município, é a chegada nesta localidade do senhor José Timóteo Ferreira, conhecido por Zé Doca, que, junto de sua esposa, filhos, outros familiares e migrantes do sertão nordestino, além também de pessoas oriundas de outras regiões do Maranhão, decidem por fincar morada nesta localidade, após meses de deslocamento pelo interior do estado, tendo fincado moradia inicialmente, neste estado, no povoado de Angical, pertencente ao município de Pedreiras, e dali, junto a outras pessoas, teria se deslocado rumo a Região do Alto Turi, decidindo por fincar morada no local em que ele mesmo fundaria e denominaria de Centro do Zé Doca.

Aqui cabe explicitar e problematizar que embora pouco citados na literatura ou mesmo nos meios de divulgação oficial, como as páginas na web da Prefeitura Municipal de Zé Doca e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas que trazem informações históricas sobre o processo de fundação de Zé Doca, entre os nordestinos pioneiros do Centro do Zé Doca, estão também maranhenses, oriundos dos Cocais, do Mearim e da Baixada.

Desta forma, em relação ao nome deste lugarejo, Luz e Florêncio (2011) reafirmam que está ligado ao seu fundador, o senhor José Timóteo Ferreira, um dos primeiros moradores do local e popularmente conhecido como Zé Doca, daí o nome de Centro do Zé Doca ao povoado, sendo assim observado também a tradição, muito comum em regiões interioranas do Brasil, de se colocar o nome do primeiro morador ou fundador da localidade antecedido do termo *centro*, que por sua vez Ferreira (2015)

vai afirmar ser muito como na caracterização de “povoações relativamente distantes das cidades, mas a elas articuladas a partir de cadeias mercantis”.

Contudo, ainda sobre o nome do povoado, Luz e Florêncio (2011) expõe também que, com a chegada novos migrantes nordestinos, em virtude desses acharem a denominação do lugarejo diferente e estranha tentam modificar este nome, sendo cogitado para tanto os nomes de Santa Rita, São Sebastião do Central, Piracambu e até mesmo Moncilha, este último em referência a cidade de Monção, ao qual povoado de Zé Doca estava ligado. Todavia, ao final prevalece o desejo dos pioneiros e da grande maioria da população local, que resiste na mudança da denominação do povoado.

Assim, com a chegada da SUDENE, na primeira metade da década de 1960, o nome Zé Doca passa a ser registrado em âmbito municipal, estadual, nacional e até mesmo internacional, em referência a localidade, assim ajudando na difusão e na efetivação dessa designação para o lugarejo.

Embora desde o início de sua fundação não seja uma unanimidade entre seus habitantes, com passar dos anos o nome Zé Doca acaba ganhando maior aceitabilidade entre eles e se firmando nos cenários regional, estadual e nacional, a tal ponto que quando do seu processo emancipatório, no ano de 1988, esta denominação passa também a ser dada ao novo município, criado pela Lei Nº 4865, de 15 de março de 1988, a cidade de Zé Doca.

Todavia, acerca dos pioneiros da instituição do Centro do Zé Doca, Luz e Florêncio (2011, p. 69-70), expõe nominalmente os senhores:

José Timóteo Ferreira (Zé Doca); Raimundo Moura (Major Corinto); José Farias; Adalton Lira; João Chaves Brito (João Coã); Romãozinho; Zeca Silva; João Borges; José Corino; Tomé (Docha); Zé Feitosa (Zé Cearense); Salvador; Cassiano; Beja; Antonio Ozéas; Raimundo Francisco; Otávio (Oleiro); Raimundo Silva Costa (Bebé); João Romão; Silvestre Rocha; João Lúcio; Pedro Rolinha (esposo de Dona Maria Rolinha); Bernardo Lima; José Alves; Benomir Rodrigues (seu Belo); Estêvão Farias; Caboclo Preto; Antonio Mendonça; Florêncio (esposo de Laurita); Antonio Lopes; Luís Roseno; Cândido; Zeca do Cândido; Teodoro; Zé Ventura; Antonio Moraes; Zé Moraes; Elias Mendes de Moura; Raimundo Pinheiro de Moura; Reinério Costa Rêgo; Benedito Araujo Luz; Antonio Caetano da Silva (Antônio Grande); Luís Pedro; Raimundo Cassiano; Otacilio; Albino; Vicente Paciência; Sebastiãozinho (Sebastiãozinho da Rodoviária); Zé do Peixe; Meliano; José Mariano dos Santos (Mariano Guela); Ecitom Apoliano; Manuel Cunha, Canuto

Correia, João Militão, Sr. Bernardo (pai do Gevaldo), Valdemar Aires Pereira, Sr. De Lima, Manoel Gomes de Araújo (Santinho), e mais outros que, infelizmente, fogem às nossas memórias e até mesmo do nosso conhecimento, apesar dos nossos esforços.

Assim também, embora pouco citadas nas pesquisas e trabalhos acerca da história de Zé Doca, muitas mulheres tiveram importância **ímpar** no processo de pioneirismo, fundação e desenvolvimento desta localidade. Neste contexto, Luz e Florêncio (2011) evidencia personagens como Maria Gomes de Carvalho – conhecida como Dona Socorro, esposa do fundador da cidade e uma das pioneiras do povoamento do Centro do Zé Doca –, Maria Luiza da Luz, – conhecida como Maria de Santana, que se destacou pelos trabalhos em prol da religião católica no então povoado –, Isabel Martins Coelho – conhecida como Irmã Bezinha, se notabilizou como uma das grandes educadoras de Zé Doca –, além Maria Rolinha, Dona Laurita, Dona Lili e outras muitas.

O cotidiano dos primeiros a moradores do Centro Zé Doca

Quando os primeiros migrantes chegam no que hoje é **caracterizada** como a cidade de Zé Doca, encontram ali um espaço quase que inexplorado, com a predominância de vegetação típica da Amazônia Maranhense e uma vasta variedade de animais características desse tipo de ambiente (LUZ; FLORÊNCIO, 2011).

A riqueza da fauna e da flora, a fertilidade dos solos, os bons índices pluviométricos, a localização entre os rios Pindaré e Turiaçu e a decorrência de inúmeros igarapés, riachos, córregos e outras formações fluviais, se caracterizaram como os principais fatores e atrativos que fizeram com que o senhor José Timóteo Ferreira por ali se estabelece, fincasse morada e fundasse o povoado que receberia seu nome, o Centro do Zé Doca, junto a outras pessoas, que com ele se deslocavam pelo interior do Maranhão a procura de terras onde pudessem se instituir, dentre os quais estavam seus familiares, amigos e conhecidos (LUZ; FLORÊNCIO, 2011). Sobre a instituição desses povoados como Centros, Andrade (1973, p. 97) expõe:

Como a distância dos centros de população é grande e havia até recentemente perigo de ataques dos indígenas, procuravam os migrantes-estabelecer-se em pequenos grupos, construindo as choupanas juntas ou próximas umas das outras, nos “aceros” da mata. Aos aglomerados assim formados chamavam de “centros”. Formou-se assim uma autêntica frente pioneira que atravessa vales e interflúvios, encontrando às vezes velhas cidades maranhenses e destruindo as grandes florestas. As novas cidades construídas e

os velhos aglomerados que atravessam dezenas de anos parados adquirem um grande desenvolvimento e um extraordinário movimento comercial por um curto período (ANDRADE, 1973, p. 97).

Ao se instituírem em Zé Doca, em meados de 1958, os povos migrantes, dentre eles o senhor José Timóteo Ferreira, fundador do povoado que receberia seu nome, Centro do Zé Doca, passam ocupar as chamadas terras devolutas, como eram comum a caracterização das terras dessa região, constroem casas simples, se aproveitando de matéria-prima existente na própria localidade (ANDRADE, 1973). Assim, para Luz e Florêncio (2011), utilizam as folhas das palmeiras – entre elas especialmente do babaçu – para a coberta das casas, das mais diversas **árvores** existentes na localidade, retiram a madeira necessária para edificação dos pilares dessas residências, para o formação das paredes usam como matéria prima o barro – muito comum na região – ou a palha – retiradas nas folhas das palmeiras da região –, e fazem o piso das moradas a partir do método de chão batido. Sobre essas circunstâncias Andrade (1973, p. 100) expõe que: “As condições de vida são as mais duras. A princípio um teto de palha sobre seis esteios é a sua habitação que vai pouco a pouco sendo complementada pela construção, também de palha, das paredes laterais e internas. O chão continua a ser de terra batida” (ANDRADE, 1973, p. 100).

A vida nos primeiros anos de povoamento do Centro do **Zé Doca**, era bem simples, mas também muito dura, após a chegada, a divisão e demarcação de terrenos e a construção das primeiras casas, no período conhecido como colonização espontânea ou não dirigida, os pioneiros passam a desenvolver suas roças, principal atividade da época no lugarejo, sendo para isso necessário o trabalho árduo de derrubada de árvores que ali existiam, muitas delas de grande porte e típicas da floresta amazônica, forma de vegetação encontrada no local pelos primeiros moradores (LUZ; FLORENCIO, 2011). Esse labor acaba por ser realizado manualmente e a cabo de machado pelos pioneiros, haja vista que em decorrência das condições financeiras, poucos e arcaicos eram os instrumentos de trabalho que eles possuíam. Acerca disso Andrade afirma:

Os nordestinos quando são agricultores atravessam os cerrados e os cocais à procura da mata virgem; ao encontrá-la, destroem-na com o incêndio e passam a cultivar a terra com os produtos de subsistência e com arroz. Como a terra logo se esteriliza e se torna pobre, eles caminham para a frente derrubando novos trechos de mata para fazer outros roçados. A tarefa é árdua e não

pode ser enfrentada individualmente, por isto eles se unem e em comum fazem a derrubada, a queimada ou “coivara”, processo que já era usado pelo indígena, e depois distribuem a área entre eles e cada um faz o seu roçado (ANDRADE, 1973, p. 97).

O dia a dia típico de lugares interioranos marcava o povoado em seus primeiros anos. Para Andrade (1973) as famílias eram organizadas com base em um sistema patriarcal, no qual o homem, pai, possui o papel central desta organização. No geral, homens e mulheres exerciam papéis específicos e distintos, mas fundamentais para a sobrevivência nesse lugarejo na época. Aos homens, como de costume, era cabido a atividades agrícolas, de plantio, cuidados e colheita das roças, principal atividade econômica da época, e além disso as atividades de caça, nas matas ainda presentes na região, e de pesca, especialmente nos riachos, igarapés e córregos existentes. Enquanto que às mulheres cabiam as atividades domésticas, de limpeza das casas, lavagem de roupas e louças, preparo das refeições, cuidado das crianças e outras mais, semelhantes ou atreladas a essas funções (LUZ; FLORÊNCIO, 2011).

Já, com relação a quantidade habitações nos primeiros anos do Centro do Zé Doca, segundo Luz e Florêncio (2011), no ano de 1960 esse lugarejo contava com apenas 15 residências, o que evidencia a presença de um pequeno contingente populacional nessa localidade na época. Este fato ligado a estrutura do lugarejo, para Luz e Florêncio (2011), faz com que, nos primeiros anos do Centro do Zé Doca, povoados como Pinga Fogo, Enseada e Bom Jardim possuíssem mais expressividade e destaque que aquele.

Acerca do cotidiano e das relações – entre essas as comerciais – que se estabelecem no Alto Turi e não obstante, no Centro do Zé Doca, nos primórdios do povoamento desta região, o Projeto de Colonização do Alto Turi traz que:

Na Área Alto Turi, até bem pouco ainda não alcançada pela frente pioneira ao longo da BR-316, sucedem-se do norte para o sul: a floresta primária íntegra; palhoças improvisadas onde o caminhão está descarregando parentes do recém-chegado e rústicas utilidades domésticas, para voltar carregando a madeira obtida do desmatamento; lavouras de arroz à beira da rodovia, entre grandes troncos calcinados de árvores não abatidas por não terem valor comercial; tratos marginais da estrada já invadidos pelo “capim furão”, e outra vegetação secundária, com arrozais ao fundo; e, finalmente, já perto do rio Turiaçu, uma reserva florestal do 8.000ha, preservada pelo PCAT contra a devastação (BRASIL, 1972, p. 32-33).

Este ponto traz a luz uma reflexão importante para acerca das relações comerciais que se estabeleciam nos primórdios da colonização. Assim também, segundo Manhães (1987), anterior ao processo de Colonização Dirigida, no início do povoamento do Alto Turi e, conseqüentemente, do Centro do Zé Doca, quando esta região “era mata mesmo”, junto aos pequenos produtores que por ali chegam e ficam morada, participando da frente de expansão, se estabelecem na região também pequenos comerciantes e usineiros, que terão um papel importantíssimo, como mediadores, no processo de transição da economia de subsistência, dos primeiros anos de povoamento do Alto Turi, para uma economia pautada no comércio, que se torna uma atividade forte nessa região, e não obstante um Centro do Zé Doca (JANSEN; CASTRO; SANTOS, 2019).

Por essa lógica, para Luz e Florêncio (2011) e Jansen, Castro e Santos (2019), o comércio do início do povoamento de Zé Doca, era uma atividade econômica bem tímida e sem muita expressividade, voltado ao abastecimento da demanda local, tinha como principais produtos de consumo os gêneros alimentícios e as bebidas, comercializados especialmente através das primeiras mercearias, quitandas e bodegas, as populares casas de secos e molhados, mas também por via dos ambulantes ou caixeiros viajantes que, já na época, se deslocavam pelos diversos povoados do Alto Turi, comercializando os mais diversos produtos.

Por sua vez, Andrade (1973), Manhães (1987) e Luz e Florêncio (2011) corroboram que nas relações comerciais, era comum o sistema de “venda na folha”, em que geralmente o agricultor adquire os produtos, de seu desejo ou necessidade, fiados e com um certo tempo de carência para pagarem. Esses produtos, por sua vez, são anotados e registrados pelo comerciante em algum meio, em geral um caderno, no qual constam o nome do comprador e a descrição do tipo, da quantidade e do valor de cada produto levado, daí o nome dessa forma de relação comercial ser definida como “venda na folha”.

Todavia, Andrade (1973) e Luz e Florêncio (2011) destacam ainda que para além dessa forma de compra e venda, baseada no fiado, no controle via registro e na carência de tempo para pagamento ou ainda de outras tradicionalmente pautadas no dinheiro e no avista, no Centro do Zé Doca, como comum nos diversas povoados da região na época, era bastante habitual o uso das produções agrícolas locais e, principalmente, dos excedentes dessas produções, como moeda de troca comercial. Deste modo, na época era muito comum os moradores da localidade, bem como de outros lugarejos, trocar os excedentes produtivos de arroz, feijão, milho,

macaxeira, mandioca e outros em produtos que não possuíam e que eram importantes e usuais do cotidiano, como alimentos processados, ferramentas de trabalho, roupas, utensílios domésticos e até mesmo combustíveis, tipo o querosene, para uso em lâmpadas. Ainda acerca das relações de compra e venda estabelecidas nas áreas rurais do Nordeste e não obstante no Alto Turi e no Centro do Zé Doca, Andrade expõe:

Enquanto a lavoura cresce, compra fiado ou toma empréstimos aos Comerciantes localizados nas proximidades a juros altos (7 a 8% ao mês). A venda da produção fica assim comprometida por preços inferiores aos dominantes na época da colheita. Repete-se aí o sistema “venda na folha”, dominante nas zonas de pequena lavoura no Nordeste (ANDRADE, 1968, p. 100).

Ainda sobre as relações comerciais que se estabelece nos primórdios do povoamento do Alto Turi, e assim também de Zé Doca, Andrade (1968) e Manhães (1987) atentam para as relações de exploração que se estabeleciam de comerciantes e usineiros sobre os pequenos agricultores. Neste contexto, além das altas taxas de juros cobradas pelos comerciantes, nas compras fiado ou nos empréstimos cedidos, como expõe Andrade (1968), para Manhães (1987) é muito comum o estabelecimento de preços abusivos em produtos de grande necessidade de trabalhadores do campo virtual como medicamentos, como se pode perceber em “Os trabalhadores que chegaram na região do Alto Turi nessa época, puxando pela memória, afirmavam várias vezes que “por um comprimido para acabar com a malária era um alqueire de arroz” (MANHÃES, 1987, p. 33).

Para Luz e Florêncio (2011), a criação de animais, fosse para fins comerciais ou para a subsistência, era outra atividade muito comum nos primórdios de Zé Doca. Quando os primeiros migrantes aqui chegam, as práticas de criação de animais, já eram a eles bem familiares, o que facilitou a introdução dessas atividades na realidade local da época. Nesse contexto, a avicultura e, principalmente, a suinocultura e a bovinocultura, são práticas que possuem uma certa importância para o cotidiano dos pioneiros, especialmente porque se constituíam como uma potencial fonte de alimentação, mas também, no caso do gado, por se caracterizar como uma eventual via à **tração de** carroças, um meio de transporte puxado sobretudo por cavalos, jumentos e bois, muito comum na época e ainda hoje de grande uso nas regiões interioranas do Brasil.

Todavia, Manhães (1987) e Jansen, Castro e Santos (2019) corroboram que nos primórdios do Centro do Zé Doca, a principal atividade econômica desse povoado era agricultura. Na época, desenvolvida de forma rudimentar, as práticas agrícolas baseavam-se no princípio do

rodízio das áreas de plantio, onde os terrenos eram divididos em partes, isto é, loteados e assim, de forma separada e em tempos distintos, esses eram usados para o plantio das mais variadas espécies de grãos, cereais, leguminosas e outros vegetais, isso até que os nutrientes desse determinado espaço se esgotassem.

Acerca das práticas agrícolas Andrade (1973) e Manhães (1987) afirmam também que com o passar do tempo e o desgaste daquele solo usado no plantio, o agricultor era induzido a buscar novas **áreas** para o desenvolvimento de suas práticas agrícolas e, em consequência, a deixar a aquele lote em desuso por um certo tempo, até que o mesmo pudesse repor seus nutrientes.

Ao falar sobre o processo de povoamento da Região do Alto Turi e o cotidiano dos primeiros moradores dessa localidade, Luz e Florêncio (2011, p. 150), corroborando com as informações **já expostas**, expõe que:

Em 1945, seguindo a linha do telégrafo, [...], **já** existiam alguns povoados de lavradores, como Pinga-Fogo e Enseada.

[...].

Nessa região, viviam da agricultura e pequenas criações bovinas e suínas. Não havia ainda estradas. O caminho era o rio, e a mata em virgem.

Após dois anos, a produção da roça caía, pois esses lavradores sócios usavam técnicas agrícolas primitivas. Não tinham adubos ou instrumentos agrícolas mecânicos.

Era inevitável o aparecimento do capim furão, e o solo ficava pobre. A busca por um solo ideal para novos plantios levou o lavrador a fazer sua roca em lugares cada vez mais distante, 5 a 10 km da sua moradia. Isto fazia que ele mudasse também sua habitação para outro local, mais próximo da roça.

A esse tipo de produção em que os lavradores não se fixam por muito tempo no mesmo local chama-se agricultura itinerante, o que torna os lavradores seminômades.

Sob essa ótica, percebe-se também que a técnica de alternância das áreas de plantio tem grande importância para o processo de ocupação das áreas que a posteriores se caracterizariam como o município de Zé Doca. Neste contexto, quando da inviabilidade produtiva dos solos de determinadas locais, o lavrador fica condicionado a procura por novos espaços para realização de suas práticas e assim, conseqüentemente, ambientes antes não habitados, passam a obter moradores, resultando na ampliação das áreas desocupação do então Centro do Zé Doca. Em concordância com esses apontamentos o Projeto de Colonização do Alto Turi expõe:

O colono espontâneo fixa-se primeiro na margem da estrada, na franja da floresta; faz o desmatamento de uns poucos hectares e planta arroz do sequeiro para comercialização e algumas lavouras de subsistência. Com o desmatamento, porém, descobre-se a camada superficial arenosa do solo e começa imediatamente a invasão do “capim furão”, ou sapé [...]. No ano seguinte a primitiva lavoura abandonada, novo e mais penetrante desmatamento é procedido e mais uma vez é plantado o arrozal. Ano após ano, quando essa frente do deflorestamento já se acha distanciada uns 10km da rodovia ou da picada o colono espontâneo muda-se para outra franja florestal mais próxima de estrada e o ciclo recomeça. Áreas extensas assim abandonadas, cobertas de capoeiras e capoeirões, vão se multiplicando onde outrora a hiléia dominava (BRASIL, 1972, p. 32).

Esses aspectos servem para evidenciar os processos de povoamento, mas também de implementação dos fundadores e primeiros moradores dos inúmeros povoados que se instituem ao longo do Alto Turi e aqui em especial do Centro de Zé Doca, evidenciando como o trabalho do migrante na terra se faz como um fator de influência acerca do desmatamento e do povoamento das mais distintas e distantes áreas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O olhar sobre os fatos históricos fundantes do município de Zé Doca, a partir da reflexão dos processos históricos de constituição do Centro do Zé Doca, lugarejo originário deste município, se permite ser de uma importância impar para o entendimento acerca da relevância que cada um desses acontecimentos possui, haja vista permitir uma visão não somente do tudo, mas também de como cada fato, em suas especificidades e peculiaridades, se relaciona com os outros demais na construção de uma história que seja representativa de todos os grupos que constituem essa sociedade.

Assim também, refletir acerca da história do município de Zé Doca, é **também** refletir sobre a importância do processo de formação do Centro do Zé Doca, como um evento primoroso para o entendimento da constituição dessa sociedade. Todavia é importante ter em mente que este acontecimento não pode ser pensando ou visto a partir de uma perspectiva de mito da origem, tal como critica Bloch (2001), voltada a expor tão somente os fatos sem qualquer reflexão, criticidade ou mesmo ligação com os eventos de seu tempo e do tempo presente. Daí a importância de se pensar a história de Zé Doca, a partir dos diversos acontecimentos que

permeia o processo de povoamento de sua área, mas também do Alto Turi, região ao qual esta cidade se institui.

A caracterização do lugar é, sem sombra de dúvidas, um fator preponderante a história e para as reflexões deste campo de conhecimento. Considerando que autores como Certeau (2011) e Barros (2010) evidenciam que o espaço é uma dimensão importantíssima ao saber histórico, assim o conhecimento acerca da história de Zé Doca, seria incompleto ou mesmo impreciso sem a caracterização deste espaço. Todavia, problematizar as concepções que a historiografia traz acerca do espaço ao qual o Centro do Zé Doca se institui, a denominada região do Alto Turi – muitas vezes representada na literatura por conceitos como um vazio demográfico ou terras devolutas –, serve não somente para se conhecer a realidade dessas regiões, mas principalmente para saber se esta construção que se faz é verdadeira ou não, e quais as intencionalidades por trás delas.

É neste sentido, que conceitos como colonização espontânea, colonização dirigida, vazio demográfico, terra sem donos, terras devolutas, são aqui debatidos e colocados em xeque, de tal modo a se buscar conhecer os princípios que regem seus usos, mas também quais as intencionalidades que permeia suas abordagens no contexto do processo de formação do Centro do Zé Doca. Assim as abordagens expressas expõem que estes termos são muitas vezes apresentados de forma deturpadas ou descontextualizada, como quando o termo colonização espontânea é trazido muitas vezes pela literatura com o intuito de caracterizar os processos pioneiros de migrações rumo ao Alto Turi como algo que se dá pela livre vontade do migrante, sem conceber os fatores de repulsão e atração engendrados neste processo. Um outro exemplo é o de caracterização do espaço geográfico do Alto Turi como um vazio demográfico, muitas vezes evidenciado na literatura como inabitado antes da colonização dirigida, mas que essa própria literatura também traz como um espaço já habitado desde o início do século XX, bem antes desse processo de colonização.

Assim, as abordagens aqui propostas evidenciam sobre a importância de uma análise histórica que seja capaz de correlacionar os mais distintos fatos e sentidos, no intuito de trazer a luz informações muitas vezes consideradas como secundários, sem importância e portanto deixadas de lado, objetivando assim um maior e melhor esclarecimento desses fatos e dos possíveis sentidos que permeiam suas ocorrências. Deste modo, nas reflexões aqui trabalhadas percebe-se que **é impossível pensar a história de um povo, de uma cidade** ou mesmo de um lugarejo, sem uma reflexão minuciosa, que seja capaz de considerar os mais diversos

aspectos, explícitos e implícitos, desses campos de estudo, assim como suas marcas presentes no espaço tempo.

Assim também, outro ponto interessante trazido a luz pelas abordagens deste trabalho, faz referência a forma como a literatura constrói certas perspectivas históricas, que acabam por se firmar como verdadeiras, em detrimento ou mesmo desconsiderando outras. Neste contexto, o mito fundante do Centro do Zé Doca, os motivos para a migração daqueles que viriam a fundar este lugarejo, os primeiros habitantes e os povos fundadores deste lugar, estão entre as temáticas que embora trabalhadas na literatura, são muitas vezes trazidas de forma superficial, sem a devida reflexão ou problematização, daí a importância de uma análise voltada a questionar certos saberes já estruturados. Deste modo, pensar sobre a fundação do Centro do Zé Doca a partir somente das contribuições dos migrantes da fuga da seca, e desconsiderar, não somente a possibilidade de outros motivos para essa migração, mas também os outros povos que tiveram importância nesse processo de instituição do lugarejo. Da mesma forma que ter os nordestinos como os primeiros moradores da região e esquecer os povos indígenas que já a muito tempo ali habitavam é desconsiderar a importância desses povos para a região e o próprio Estado do Maranhão.

Contudo, tal qual este estudo busca, é **imprescindível** se pensa em uma análise histórica que seja capaz que trabalhar uma temática a partir das mais distintas reflexões, por isso aqui é contexto da formação do Centro do Zé Doca é abordado a partir não somente do processo de instituição de pessoas e fundação do lugarejo, mas também considerando pontos que são pertinentes para o melhor entendimento desta temática, como a caracterização do espaço no qual Zé Doca se institui, a afirmação dos primeiros habitantes desse espaço, os processos migratórios e o cotidiano dos primeiros anos do povoamento. Esses pontos são assim elencados no sentido de evidenciar e elucidar a realidade da época pré e pós fundação, permitindo uma noção bem abrangente da realidade deste centro em seus primórdios.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2013.
- ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 3ª ed. (Revista e Atualizada) São Paulo: Brasiliense, 1973.
- _____. **Nordeste, Espaço e Tempo**. Petrópolis, Vozes, 1970.
- _____. **Paisagens e Problemas do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1968.
- ANDRADE, Maristela de Paula; SANTOS, Murilo. **Fronteiras: a expansão camponesa na pré-amazônia maranhense**. São Luís: EDUFMA, 2019.
- ARCANGELI, Alberto. **O mito da terra: uma análise da Colonização da Pré-Amazônia Maranhense**. São Luis, UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987.
- BARROS, José D'Assunção. “Fontes históricas: olhares sobre um caminho percorrido e perspectivas sobre os novos tempos”. In: **Albuquerque: revista de História**. Campo Grande: MS, v. 2, n. 3, jan./jun. 2010, pp. 71-115.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Traduzido por André Telles. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Projeto de Colonização do Alto Tuni (Maranhão)**. Recife, 1972.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Zé Doca – História & Fotos**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/ze-doca/historico>. Acesso em: 29 set 2020.
- BRASIL. Fundação Nacional do Índio - FUNAI. **Modalidades de Terras Indígenas**. 2020. 1997. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em: 05 out 2020.

CABRAL, M. do S. C. **Caminhos do Gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**. 2ª ed. São Luís, MA: Edufma, 2008.

CERTEAU, M. **A Escrita da História**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

FERREIRA, M. M. G. A invenção do Eldorado Maranhense em Narrativas de Migrantes Nordestinos (1930-1970): aportes teóricos metodológicos. **Revista Outros Tempos**, São Luis, v. 13, 2016. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/article/view/528. Acesso em: 10 out 2020.

FERREIRA, M. M. G. **Construção do Eldorado Maranhense: experiência e narrativa de migrantes nordestinos em municípios do Médio Mearim-MA (1930-1970)**. Tese (Doutora em História Social) - Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9075>. Acesso em: 20 set 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JANSEN, A. F.; CASTRO, D. A. L.; SANTOS, M. F. **A importância das atividades comerciais para a economia, história e sociedade do município de Zé Doca**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Gestão Comercial) - Universidade Estadual do Maranhão, Núcleo de Tecnologia para Educação, 2019.

LEAL, A. W. O.; MARTINHO, M. (Orgs.). **Zé Doca: a história da formação dos principais bairros e suas ruas**. 1ª Ed. São Paulo, SP: Lesto Editora, 2019.

LUZ, A. M; FLORÊNCIO, M. H. **O Município de Zé Doca: passado e presente**. São Luis, MA: Cafê&Lápis, 2011.

MANHÃES, L. C. S. **Educação e lutas sociais na colonização dirigida: o Alto Turi maranhense: 1962-1984**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Avançados em Educação, Departamento de Administração de Sistemas Educacionais, 1987. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9075>. Acesso em: 20 set 2020.

MARANHÃO. **Lei Complementar Nº 108 de 21 de Novembro de 2007.** Disponível em: <http://www.stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=1936>. Acesso em: 20 set 2020.

OLIVEIRA, Maria das Graças Corrêa de. **A SUDENE e o projeto de povoamento da Amazônia maranhense: uma experiência instigante.** Recife: Luci Artes Gráfica, 2012.

RAPOSO, George. **O mapa dos índios no Maranhão.** Jornal O Imparcial. Publicado no dia 20 de Abril de 2019. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/oimparcial.com.br/cidades/2019/04/o-mapa-dos-indios-no-maranhao/%3famp>. Acesso em: 03 out 2020.

SILVA, Darcy. Colonização e zonas pioneiras. In.: **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros.** São Paulo: A. G. B., 1973. v. 18

TROVÃO, José Ribamar. **O processo de ocupação do território maranhense.** São Luís: IMESC, 2008.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia1.** Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

WAGNER, Alfredo; MOURÃO, Laís. Questões Agrárias no Maranhão Contemporâneo. In: WAGNER, Alfredo; Mourão. **Questões Agrárias no Maranhão contemporâneo.**, Laís. Manaus: UEA Edições, 2017. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/download/questoes-agrarias-no-maranhao-contemporaneo/> Acesso em: 20 out 2020.

ZÉ DOCA. **Nossa História.** Prefeitura Municipal de Zé Doca. Disponível em: <https://zedoca.ma.gov.br/cidades/cidades/>. Acesso em: 20 out 2020.

CONGRESSO INTERNACIONAL DOS 400 ANOS DA PRESENÇA AÇORIANA NO MARANHÃO

PARTICIPAÇÃO DOS AÇORIANOS NA CONQUISTA E POVOAMENTO DO MARANHÃO

Palestrante: *José Ribamar de Sousa Almeida*

Falar da participação heroica e marcante dos açorianos na conquista e povoamento do Maranhão é deveras muito importante por estar relacionada com nossas próprias origens. Deles temos a honra de ser seus descendentes.

Assim, após as tentativas frustradas das expedições de João de Barros (1535) e Luís de Melo (1554), o Maranhão ficou esquecido pelos portugueses. Isto deu ensejo ao francês Jaques Rifault se estabelecer em Upaon Açu (ilha de São Luís) fundando, em 1594, uma feitoria.

Os portugueses sabendo da usurpação de suas terras logo sentiram-se na obrigação de reavê-las. Governava o Brasil nesse tempo Diogo Botelho, como O oitavo governador da colônia, a quem cabia essa atribuição.

Eis que, em maio de 1603, o açoriano Pero Coelho de Sousa apresentou-se ao governador, como candidato a cumprir essa nobre e arriscada missão de expulsar os franceses do Maranhão. Para isso o governador deu-lhe a licença e a provisão de capitão mor.

Ai, então, Pero Coelho passou a organizar uma expedição composta de 80 soldados e 200 índios, financiada com seus próprios recursos. No comando da diligencia, movido pela cobiça, haja vista de que as terras eram promissoras de muitas riquezas, conforme obtenção de informações certas, não mediu esforços para levar em frente o empreendimento.

A Pero Coelho, também, juntou-se o açoriano Diogo de Campos Moreno e seu jovem sobrinho Martim Soares Moreno.

Acompanhando Diogo de Campos viera seu sobrinho Martim Soares Moreno. O jovem militar no vigor dos seus 18 anos fora incorporado a expedição de Pero Coelho de Sousa a fim de aprender a língua dos índios e familiarizar-se com seus costumes (GIRAO, 1987, p. 161).

Diogo de Campos, sargento mor do Brasil mais tarde, teve papel importante na conquista do Maranhão, como coadjuvante do capitão mor Jerônimo de Albuquerque, tanto na guerra e como historiador da Jornada do Maranhão por ordem de sua majestade. Martim Soares Moreno foi o grande conquistador do Ceará e, também historiou a Relação do Ceará.

E, assim, portou-se o capitão mor Pero Coelho.

Na ânsia de vencer os franceses na região Pero Coelho sentiu-se como um invencível cabo de guerra. Seguiu a frente da expedição a montar as estratégias e a repassar mentalmente as táticas de guerra que usaria contra o inimigo (NETO, 2018, p. 32).

As forças foram divididas em duas partes, que seguiram uma por mar e outra por terra. Tudo organizado, saíram de Pernambuco, em junho de 1603. Ao mesmo tempo em que uma seguia pela costa em três caravelões, levando também armas, munições e mantimentos, a outra punha-se a caminho sob os comandos de Martin Soares Moreno, Manoel de Miranda, João Cide e Simão Nunez.

Durante a caminhada foram ficando para traz o Rio Grande do Norte, o Jaguaribe e o Ceará. Na foz do rio Camocim, já perto das encostas da Serra de Ibiapaba deu-se o primeiro conflito com os tabajaras, amigos dos franceses, que tentavam impedir-lhes a passagem.

As lutas continuam, as vezes interrompidas para negociações de paz, servindo como mediador Martim Soares Moreno, dando poucos resultados satisfatórios em virtude do grande ódio que os tabajaras nutriam a Pero Coelho.

Antes, no primeiro combate, os tabajaras foram derrotados, resultando na prisão de 10 franceses, que lutavam ao lado deles. Mesmo assim os confrontos continuaram até o rio Parnaíba. Ali Pedro Coelho é forçado a retroceder dado a indisciplina das tropas. Retorna em busca de reforços para outro empreendimento.

Na viagem de volta, ainda no ano de 1603, junto a foz do rio Ceará funda a povoação de Nova Lisboa, deixando alguns soldados para guarnecer o fortim de São Tiago. Dali continua a jornada a Paraíba, onde pretende receber ajuda.

O capitão mor neste retorno levou consigo a família, segundo comenta Capistrano de Abreu sobre a retirada de Martim Soares Moreno.

“... que se retirou antes do descalabro da segunda empresa na mesma caravela que Pero Coelho e levou

a família da Paraíba, em meados de 1606” (ABREU, 1904, p. 59).

Chegando em Nova Lisboa Pero Coelho encontra os soldados que deixara no fortim São Tiago em péssimas condições de vida e revolta. Decide transferi-los para o Jaguaribe, os quais ali, também não se ajustam e fogem.

Nada mais resta a Pero Coelho a não ser bater em retirada com sua família já sacrificada. Quanto ao infortúnio do açoriano, comenta Martim Soares Moreno ... gastou toda a sua fazenda que era muita e ali perdeu seu filho a fome a sede (MORENO, p. 181).

E assim fracassaram tristemente as duas expedições de Pero Coelho que tentara colonizar as terras do Ceará ao Maranhão. Disto não se pode acusar o aventureiro açoriano que, apesar de violento perdeu toda sua fortuna e sacrificou sua família, ainda perdendo seu filho primogênito.

As violências cometidas por Pero Coelho contra os índios amigos dos franceses deixaram neles profundas marcas com desejo de vingança aos brancos portugueses. Diante deste impecílio o governador geral do Brasil resolveu mudar de tática para expedicionar ao Maranhão, trocando a espada pela cruz. Procurou o Provincial da Companhia de Jesus, Fernão Cardim para traçarem o plano da próxima viagem.

Foram designados os jesuítas Francisco Pinto, açoriano, e Luiz Figueira como cabeças da missão. “Francisco Pinto açoriano era o herói das pazes com os potiguares, a viagem agora havia de ser também missão de paz” (LEITE, 1945, p. 4). Tudo organizado, saíram de Pernambuco, em 20 de janeiro de 1607, levando 60 índios. Nenhum soldado e nenhum branco. A embarcação que os levava deixou-os em terra, na foz do rio Jaguaribe e voltou carregada de sal.

Postos em terra fizeram contato com nativos parentes e amigos que ali moravam. Sendo bem recebidos.

Em 2 de fevereiro de 1607 prosseguiram viagem, desta vez por terra e a pé.

O nosso ordinário modo de caminhar diz Luiz Figueira, em todo este comprido caminho até a Serra de Ibiapaba (que serão cem léguas ao direto) (LEITE, 1945, p. 5).

No decorrer da caminhada os missionários sofrem bastante pelos maus trados praticados aos nativos por Pero Coelho. Os índios assustados

fugiram quando viram os expedicionários e só tornavam aparecer quando tinham certeza de se tratar que a missão não era de militares portugueses e sim comandada por dois religiosos.

No percurso encontraram os jaguariranos e após um mês de árdua caminhada abrigaram-se às margens de um rio caudaloso, no lugar Pará Mirim, onde encontraram índios fugidos dos portugueses. O cacique Acajui recebeu-os de braços abertos. Nessa aldeia os jesuítas ergueram uma grande cruz e celebraram missa.

Em seguida, penetraram mais para dentro do sertão evitando travessias de rios de torrentes volumosas. Após, durante 20 dias enfrentando caminhos íngremes, lamaçais, e outros percalços até chegarem na já falada Serra de Ibiapaba, na aldeia do principal Jesus.

Ali foram bem alimentados e repousaram por uns dias. Dado a exiuidade de alimentos, passaram a uma aldeia muito maior que esta, distante cinco léguas, cujo morubixaba o padre Luiz Figueira deu-lhe o nome de Jurupariaçu, que na língua tupi significa Diabo Grande.

Assim que chegarem foram logo informados sobre os índios que dali até ao Maranhão habitavam, assim como a presença de franceses.

Procuraram informa-se. Souberam que andavam franceses no Maranhão e que, desde a Serra de Ibiapaba, até lá, tudo eram selvagens cruéis e desconfiados, por entre os quais não há passar senão à força das armas (LEITE, 1945, p. 6).

No entanto, por meios pacíficos, os padres tentaram abrir uma brecha para prosseguir. Antes, porém, mandaram preparar o terreno, pedindo pazes e enviando presentes aos aborígenes inimigos. Mas, os enviados voltaram com as mãos vazias e o recado que só com a presença dos padres poderiam confabular.

Outros mensageiros ao mesmo cacique foram enviados, assim como ao Milho Verde inimigo dos brancos portugueses e dos índios de Ibiapaba e um outro Cobra Azul que morava no litoral. Neste vai e vem os padres demoraram quatro meses na aldeia Jurupariaçu.

Forçados pelo retardamento, arranjaram um meio de passar o tempo, implantando a catequese na aldeia acolhedora. Além dos ensinamentos os selvagens gostaram muito de aprender as danças dos portugueses.

O tempo urgia, seria preciso tomarem logo uma decisão sobre o itinerário da expedição, se ela continuaria para o Maranhão ou retrocederia para o Jaguaribe. Predominou a continuidade para o fim que ela foi destinada, ir ao Maranhão.

Assim, em 17 de outubro passaram-se a percorrer a pé o longo caminho, guiados pelo índio Manduaré, inimigo ferrenho dos franceses, até a aldeia Abaiara, distante 15 léguas dos ferozes Tacarijus, amigos dos franceses.

Duas vezes os missionários tentaram fazer as pazes com eles, mandando presentes. Não obstante, fingiram aceitar devolvendo os presentes, dizendo ser possível somente com a presença dos jesuítas. Estes antes de irem até eles mandaram uma terceira oferta. Ai, os tacarijus perpetraram o arдил que planejavam.

Queimaram vivos os enviados, deixando preso apenas o que servia de guia. Como a demora do retorno dos emissários se prolongasse os padres desconfiaram que alguma coisa de grave teria acontecido.

No momento em que estavam se preparando para continuar a caminhada e saber do destino dos mensageiros a aldeia foi invadida pelos cruéis tacarijus em estado de completa embriaguez, que tudo indica ser a mando dos franceses. Foram diretamente à igreja onde o padre Francisco Pinto celebrava o culto divino.

Nesse instante o padre tentou acalmar os agressores, mas foi inútil suas súplicas. Investiram contra os nativos amigos que o defendiam, matando dois, um deles o fiel Antonio Caraibopocu, e deixando outros muitos feridos.

Em seguida os atacantes passaram-se acometer contra o infeliz e dócil Francisco Pinto "... e tendo-lhe uns mão nos braços esticando-lhes para ambas as partes, ficando ele em figura de Cruz e outros lhe deram tantas pancadas com um pau na cabeça, que lha ficaram pedaços" (LEITE, 1945, p. 8).. salvou-se por milagre Luiz Figueira, que no momento, não estava lá.

O padre Luiz Figueira muito abalado, mandou sepultar o religioso e os dois índios amigos, ali mesmo em Abaiara no sopé de Ibiapaba. Esse acontecimento funesto ocorreu, em 11 de janeiro de 1608. Luiz Figueira como recordação do triste episódio levou para Pernambuco, o instrumento utilizado para tirar a vida do venerável padre.

Francisco Pinto nasceu em Angra capital da Ilha Terceira do arquipélago dos Açores, pertencente a Portugal. Entrou para a Companhia de Jesus aos 35 anos, em 31 de outubro de 1568. Sua morte e as dos amigos nativos retardou mais alguns anos a conquista do Maranhão, que só veio acontecer em 19 de novembro de 1614, com a vitória dos portugueses sobre os franceses na célebre batalha de Guaxenduba, em Icatu.

Outros açorianos destacaram-se e cobriram-se de glórias nesse enfrentamento. São eles: Diogo de Campos Moreno, participante da expedição de Pero Coelho de quem já falamos e agora aparece como

adjunto colateral de Jerônimo de Albuquerque, como o segundo homem em linha direta, no comando da batalha; o alferes Diogo da Costa Machado, a quem Diogo de Campos chamava “soldado velho e de honra”, natural das Ilhas, este foi o terceiro governador do Maranhão; seu filho Jorge da Costa Machado tornou-se juiz da primeira câmara de São Luís junto com outro açoriano Simão Estácio da Silveira, Jorge da Costa saiu gravemente ferido no combate; Bartolomeu Ramires morto na batalha e Domingos Correia natural da ilha Graciosa, também morreu combatendo em Guaxenduba.

Mas, a contribuição dos açorianos não ficou só aí, Simão Estácio da Silveira instalou o primeiro Senado da Câmara de São Luís, em 1619. Em seguida alardeou a necessidade de povoar e colonizar o Maranhão. Na época a população de São Luís constituía-se na maioria de índios, militares e poucos franceses casados com índias, os quais tiveram permissão dos portugueses para aqui ficarem morando. Simão Estácio da Silveira exaltou ao rei as riquezas e belezas do Maranhão e também aos seus patricios açorianos.

Esta província sempre foi muito requestada, e já em tempo do sereníssimo Reis de Portugal el rei d Manoel e el-rei d João III, se havia metido muito cabedal neste Reino por descobrir e povoar o Maranhão, e nem sem grandes motivos (SILVEIRA, 2001).

Em face disto, ligou-se o útil ao agradável, ao mesmo tempo em que Estácio da Silveira propagava a imprescindível vinda de famílias açorianas para esta capitania, Portugal esforçava-se em administrar o excesso da população dos Açores.

A esse momento à intenção da Coroa Portuguesa, era ao mesmo tempo controlar a densidade demográfica do arquipélago Açoriano, mas também dar aos habitantes das nove ilhas (São Miguel, Picos, Ilha Terceira, Faisal, Corvo, Flores, São Jorge, São Marcos e Graciosa) melhores condições de sobrevivência no Novo Mundo, já que suas terras eram pouco férteis, constantemente assoladas por terremotos, erupções vulcânicas, saqueadas por piratas e corsários por todos os lados... (MARQUES, 2006, p. 49).

Dai então, incentivou-se a escolha de casais, principalmente daqueles que tinham muitos filhos para estimular o casamento e em consequência o povoamento, de acordo com o que determinava o decreto real.

A primeira condução de imigrantes açorianos para o Maranhão aportou em 19 de abril de 1619 trazida por Jorge Lemos Bittencourt. Eram 200 famílias, somando mais de mil pessoas. Nesse mesmo ano assumiu o comando da capitania o também açoriano Diogo da Costa Machado.

Nesse tempo chegou ao Maranhão um navio das Ilhas dos Açores com algumas famílias para a povoação da colônia, conduzida à custa de Jorge Lemos Bittencourt a quem se fez promessa de uma comenda de 400 \$ 000 pelo benefício de manter no Maranhão 200 cazaes (PRAZERES, 1891, p. 46).

Em 1621 outros quarenta casais de açorianos chegaram em São Luís, totalizando 148 indivíduos desta vez sob a responsabilidade de Antonio Lemos Bettencourt, irmão de Jorge Lemos. Nesse ano chegou em São Luís uma embarcação vinda de Pernambuco, trazendo dinheiro para pagamento das despesas da capitania. Eis que nesse navio vieram pessoas acometidas de varíola, doença nesse tempo conhecida por bexiga e alastrim.

A moléstia alastrou-se rapidamente. O governador Diogo da Costa procurou acomodar as famílias de açorianos, usando seus próprios recursos financeiros e esforços pessoais.

A mortandade foi assustadora. Não havia medicamentos para tratar a epidemia, muito menos vacina para controlá-la. O pessoal valia-se de rezas e promessas. O Diogo da Costa mandou construir uma capela às suas custas como promessa a Nossa Senhora da Vitória de Guaxenduba.

As pessoas desinfetavam o ar com descarga de pólvora queimada, contando com isto destruir o vírus causador da peste.

Domingos da Costa depois de acomodar estas famílias com a sua costumada liberalidade, para aplicar a ira de Deus, levantou a sua própria custa a igreja matriz e ajudou a obra do convento do Carmo, do que parece se agradou tanto a divina Bondade, que principiou logo a abrandar o referido contágio (PRAZERES, 1981, p. 47).

A peste devastadora dizimou um terço da população de São Luís, a maior parte de índios. Cadáveres se deterioravam nas ruas sem ter quem os levassem ao cemitério. No meio de tanta miséria, ataques dos nativos e outras mazelas os abnegados açorianos venceram todos esses obstáculos e povoaram o Maranhão.

Mais tarde eles penetraram no interior, estabelecendo-se às margens dos rios Munim, Itapecuru, Mearim e na vila de Alcântara. Durante 135 anos foram 14 migrações num total de 7.254 açorianos.

Dos 200 casais chegados da Ilha Graciosa em 1677, o rei de Portugal D. Pedro II determinou a transferência de 50 famílias de São Luís para povoar e colonizar a vila de Santa Maria de Icatu, criada em 1688, mas somente 28 delas foram para a nova vila.

Para Icatu a segunda vila do Maranhão, depois de Alcântara, foi solicitado a mando do Rei transferência de 50 casais de São Luís para povoá-la, a distribuição de índios entre eles, para servirem de mão de obra, além da venda de 30 escravos africanos a preço módico para os povoadores (MARTINS, 2000, p. s/n).

O povoamento do Maranhão deve-se em grande parte a estes abnegados portugueses de fora do continente europeu. Eles legaram ao Maranhão, indiscutivelmente, a maior parte da sua cultura, tanto na culinária, no artesanato como na diversidade das manifestações folclóricas. Louvamos a iniciativa do senhor Paulo Matos em promover este congresso em momento certo, para prestar justas homenagens aos 400 anos da presença dos açorianos no Maranhão.

Muito obrigado.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Capistrano de. Tricentenário do Ceará. Instituto do Ceará. vol. 18, 1904.

GIRÃO, Raimundo. Três documentos do Ceará Colonial. Instituto do Ceará, 1967.

LEITE, S. J, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. Tomo III, 1945. Livraria Portuguesa. Rua do Carmo, 75 Lisboa Instituto Nacional do Livro, Rua Rio Branco, Rio de Janeiro.

MARQUES, Cesar Augusto. Dicionário Histórico Geográfico da Província do Maranhão. Coleção São Luís – 3. Cia Editoria Fon Fon e Solete. Rio. Março de 1970.

MARQUES, Profa. Dra. Francisca Ester. Revista do IHGM nº 28, 2008.

MARTINS, Ananinas. São Luís. Fundamentos do Patrimônio Cultural. São Luís, 2000.

MORENO, Diogo de Campos. Jornada do Maranhão. Por ordem de Sua Majestade, feita no ano de 1614, 5ª edição Editora Siciliano. São Paulo, 2002.

NETO, Adrião. A Conquista do Maranhão (romance histórico), 2018. Academia Piauiense de Letras, 2018. Terezina – PI.

PRAZERES, Frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres. Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico Braziliense. Porto I, 1891. Rio de Janeiro.

SILVEIRA, Simão Estácio. Relação sumária das causas do Maranhão Dirigida aos pobres deste Reino de Portugal 8ª edição revista, aos cuidados de Jomar Morais Editora Siciliano, 2001. São Paulo.

DESAFIOS E REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO CENÁRIO DA PANDEMIA: O CONTEXTO DO BRASIL E DO MARANHÃO

Elizabeth Pereira Rodrigues¹

RESUMO

Este artigo visa tratar da educação básica, no cenário de crise inaugurado pela doença Covid-19, tendo, como início oficial, a declaração de pandemia pela Organização Mundial de Saúde. Aborda os contextos brasileiro e maranhense, a partir dos marcos legais que estabeleceram as medidas de restrição, prevenção e contenção, conforme a competência e jurisdição de cada órgão. Destaca a função precípua do Conselho Nacional de Educação e dos Conselhos Estaduais de Educação na elaboração de normas orientativas para o funcionamento das instituições de ensino. Assinala o papel proativo dos gestores escolares e o investimento dos estabelecimentos de ensino em alternativas pedagógicas e tecnológicas visando à manutenção da atividade escolar, a continuidade do ano letivo e o esforço para propiciar o ensino e a aprendizagem ao estudante. Ressalta o aparecimento de estratégias educativas inerentes ao momento de emergência, mas que se apresentam incorporadas à prática educativa, a exemplo do ensino híbrido, que alterna aulas presenciais, com aulas remotas mediadas por tecnologia.

Palavras-chave: educação básica; pandemia; Covid-19; Conselhos de Educação; educação a distância; ensino remoto; ensino híbrido.

¹ Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC SP. Membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão – IHHGM – MA. Conselheira da Câmara de Educação Básica, no Conselho Estadual de Educação do Maranhão.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS, A TÍTULO DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Em 11 de março de 2020, o Diretor Geral da Organização Mundial de Saúde (OMS²), Tedros Adhanom Ghebreyesus, declarou ao planeta, por meio da imprensa, que, avaliação realizada por aquela Organização, havia reunido elementos suficientes para atestar que a Covid-19³ poderia ser caracterizada como pandemia. Sustentou, a título de fundamento, que a citada doença iniciada na China havia se disseminado ao redor do mundo, chegando a mais de 118.000 casos em 114 países do mundo, registrando-se, até aquele momento, 1492 óbitos (WHO, 2020).

Conclamou, então, a humanidade a atuar no enfrentamento da pandemia, preparando-se e estando pronta para: detectar, proteger e tratar; reduzir a transmissão; inovar e aprender.

Finalmente, chamou a atenção para o que realmente importava nessa crise e o que precisava ser acionado: prevenção, preparação, saúde pública, liderança política, e, mais importante, gente. Pregou a união para fazer o que é certo, pediu calma e exortou para a necessidade de proteger todos os cidadãos.

O Brasil já havia sinalizado medidas de prevenção à Covid19, antes dessa declaração da OMS. A Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, havia estabelecido medidas contra o que denominou de “emergência de saúde pública decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019” (BRASIL, 2020a).

Os principais dispositivos da suprarreferida lei definiram e estabeleceram o isolamento e a quarentena, consoante preceitua o seu art. 2º (BRASIL, 2020a):

Art. 2º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I – isolamento - separação de pessoas doentes ou contaminadas, ou de bagagens, meios de transporte, mercadorias ou encomendas postais afetadas, de outros, de maneira a evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus; e

² Organização Mundial de Saúde (OMS): *World Health Organization (WHO)*. Tem sede em Genebra, na Suíça. Possui 194 Estados Membros e trabalha no combate de doenças transmissíveis, como gripe e HIV, e doenças não transmissíveis como câncer e doenças cardíacas. *Better health for everyone everywhere*. Disponível em: <https://www.who.int/about>. Acesso em: 25 out 2020.

³ A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. Disponível em: <http://coronavirus.saude.gov.br>. Acesso em: 25 out. 2020.

II – quarentena - restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das pessoas que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais, meios de transporte ou mercadorias suspeitos de contaminação, de maneira a evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus.

A lei inaugurou um contexto de emergência no país e reconheceu a competência das unidades administrativas – estados e municípios – para decretar medidas de prevenção, no âmbito de sua jurisdição. Referiu-se à Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, ratificando a validade do seu art. 65 (BRASIL, 2000).

Art. 65. Na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, no caso da União, ou pelas Assembleias Legislativas, na hipótese dos Estados e Municípios, enquanto perdurar a situação:

I - serão suspensas a contagem dos prazos e as disposições estabelecidas nos arts. 23, 31 e 70;

II - serão dispensados o atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho prevista no art. 9º.

A conjuntura de exceção estava em vigor e um conjunto de normas em distintas esferas foi publicado, iniciando-se um aprendizado diário em todos os segmentos da sociedade.

No Maranhão, o Decreto n. 35.672/2020⁴ (MARANHÃO, 2020a) oficializou o estado de calamidade pública e estabeleceu medidas de prevenção e contenção da Covid19, dentre outras doenças, registrando suspeita de casos de contaminação por coronavírus.

O Decreto 35.731, de 11 de abril de 2020, dispôs sobre o funcionamento das atividades econômicas no Maranhão, admitindo, no Parágrafo Único do art. 1º, a aplicação das normas de restrição conforme o aparecimento de casos de Covid-19 (MARANHÃO, 2020):

As regras restritivas serão, no máximo quanto possível, adequadas às realidades regionais, considerando os indicadores objetivos de confirmação

⁴ Decreto n° 35.672, de 19 de março de 2020. Declara estado de calamidade pública no Estado do Maranhão em virtude do aumento do número de infecções pelo vírus H1N1, da existência de casos suspeitos de contaminação pela COVID-19 (COBRADE 1.5.1.1.0 - Doença Infecciosa Vira!), bem como da ocorrência de Chuvas Intensas (COBRADE 1.3.2.1.4) nos municípios que especifica.

de casos e eventuais óbitos em cada região, por força da pandemia de COVID-19.

O decreto definiu os serviços considerados essenciais, assegurando o seu funcionamento. Reconheceu a competência do executivo municipal para regulamentar o contexto, dentro de sua jurisdição e estabeleceu as medidas punitivas em caso de infração ao prescrito no decreto.

O lockdown⁵, entretanto, só foi decretado pelo executivo estadual por meio do Decreto n. 35.784, de 3 de maio de 2020 (MARANHÃO, 2020c), atendendo a uma determinação judicial e abrangeu a chamada Ilha de Upaon-Açu, que compreende os municípios de São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Raposa. Paralisou, entretanto, atividades em todo o território maranhense.

Oficialmente estavam suspensas as aulas presenciais nas instituições de ensino de todo o estado:

Art. 2º Ficam suspensas, até 31 de maio de 2020, as aulas presenciais:

I - nas unidades de ensino da rede estadual de educação, do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IEMA, da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL;

II - nas instituições de ensino das redes municipais e nas escolas e instituições de ensino superior da rede privada localizadas no Estado do Maranhão.

Observa-se, de outra parte, que as atividades escolares no Brasil já estavam suspensas, em um processo que teve origem na iniciativa privada, desde março de 2020, ao qual se incorporaram as redes públicas de ensino.

A situação era de estarrecimento, ao mesmo tempo que os gestores de educação se reuniam, diuturnamente, a fim de planejar a continuidade do ano letivo de 2020. Educadores se debruçaram corajosamente sobre o problema e investiram em pessoas, tecnologia e logística, na incorporação de estratégias que viessem a solucionar a questão.

⁵ Situação em que as pessoas não têm permissão para entrar ou sair livremente, de um prédio ou de uma área, por causa de uma emergência. Cambridge Dictionary. Tadução livre. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/us/dictionary/english/lockdown>. Acesso em: 26 out. 2020.

A passagem por esse momento de gravidade foi e está sendo marcada pela atuação do Conselho Nacional de Educação e, no mesmo ritmo, pelos Conselhos Estaduais de Educação, que funcionaram como faróis a orientar os estabelecimentos de ensino brasileiros na abertura de possibilidades e alternativas visando à permanência do estudante na atividade educativa.

A educação a distância, de modo síncrono e assíncrono⁶ passou a ser exercitada, como meio de manutenção das aulas e demais atividades pedagógicas, nas escolas do país.

O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E O CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO COMO AGENTES DA REGULAÇÃO FEDERAL

O Ministério da Educação patrocinou a Medida Provisória n. 934, de 1º de abril de 2010, que viria a ser convertida em Lei n. 14.040, de 18 de agosto de 2020. Foi a primeira regra a se dirigir especificamente ao campo da educação, nesse cenário, estabelecendo “normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009” (BRASIL, 2020 b).

Assegurou a competência do Conselho Nacional de Educação (CNE) para regulamentar a normativa educacional nesse estado de pandemia. Traçou, entretanto disposições gerais sobre o funcionamento da educação no Brasil, como prevê seu art. 2º (BRASIL, 2020b):

O Decreto enfatizou a importância do acesso e da permanência dos estudantes na escola e da participação das comunidades escolares nos processos de decisão, acenando a perspectiva de se continuar o ano letivo de 2020 em 2021, em caso de premência no cumprimento dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, como também da carga horária. Estabeleceu a intersetorialidade, regime de colaboração ente União, estados

⁶ Atividade síncrona é a realizada em tempo real. Assíncrona é geralmente uma atividade gravada e acessada pelo estudante a qualquer momento. Concebe-se, neste texto: 1) ensino presencial como aquele em que estudante e professor estão fisicamente presentes na escola, realizando-se por meio de plataforma, via Internet. 2) ensino a distância, aquele que ocorre sem a presença física do estudante na escola, podendo realizar-se: 2.1) de modo remoto mediado por tecnologia - em tempo real, síncrono; 2.2) a distância, mediado por tecnologia - assíncrono, por meio de plataforma de internet, televisão, rádio etc; ou 2.3) a distância, por outros meios, como envio de material para casa, coleta de material na escola etc.

e municípios, como via de apoio para o retorno às atividades escolares de modo regular, em diversas áreas.

Na etapa da educação infantil dispensou as escolas de cumprimento do mínimo de dias de trabalho educacional e da carga horária determinados no art. 31, II, da LDB n. 9394/96 (BRASIL, 1996). No ensino fundamental também foi retirada a obrigatoriedade de 200 dias letivos, mantendo-se somente a exigência de 800 horas de efetivo trabalho escolar.

Considerando a questão da preparação do estudante do último ano do ensino médio, a lei facultou a esse aluno, somente em virtude do contexto pandêmico, o direito a mais um ano escolar, ao final da 3ª série do ensino médio cursada em 2020.

Autorizou o oferecimento de atividades não presenciais em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, recomendando, na educação infantil, orientação pediátrica quanto ao uso de tecnologia de informação e comunicação. No ensino fundamental e médio, ensino remoto, desde que vinculado aos conteúdos curriculares, precedido, em todos os níveis, de formação e meios disponibilizados aos docentes.

Remeteu a competência para regulamentar as atividades não-presenciais, ao Conselho Nacional de Educação, observando-se as especificidades das faixas etárias, das modalidades de ensino e a autonomia pedagógica das escolas, consoante §6º, do seu art. 2º (BRASIL, 2020b):

§ 6º As diretrizes nacionais editadas pelo CNE e as normas dos sistemas de ensino, no que se refere a atividades pedagógicas não presenciais, considerarão as especificidades de cada faixa etária dos estudantes e de cada modalidade de ensino, em especial quanto à adequação da utilização de tecnologias da informação e comunicação, e a autonomia pedagógica das escolas assegurada pelos arts. 12 e 14 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Chamou a atenção para a compulsória observância das normas do CNE e da Base Nacional Comum Curricular⁷ (MEC, 2020), assim como

⁷ Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil. A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Disponível em: <http://base.nacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 28 out. 2020.

para a salvaguarda da qualidade do ensino e dos direitos e objetivos de aprendizagem.

O CNE, em seguida, elaborou pareceres orientativos (MEC/CNE, 2020), visando esclarecer os sistemas educacionais do país, quanto às possibilidades e alternativas a seguir, nesse panorama⁸.

As normas abrangem as diversas etapas e modalidades de ensino, estabelecendo novos preceitos para a organização do calendário escolar e autorizando a prática excepcional de menor número de dias letivos, que os 2000 dias previstos na LDB n. 93994/96 (BRASIL, 1996), desde que cumpridas as 800 horas de efetivo trabalho escolar também previstas em Lei.

No que concerne à educação infantil, o CNE recomendou aos diretores de instituições de ensino que proporcionassem contato virtual entre os professores e as famílias, de modo que as escolas pudessem orientar os pais quanto às atividades a serem desenvolvidas com as crianças em idade de creche (até 3 anos) e pré-escolar (4 e 5 anos).

Aconselhou, ainda, aos gestores que promovessem a consolidação dos vínculos afetivos indispensáveis ao trabalho educativo nessa faixa etária. Foi enfatizada a relevância do brincar, haja vista o amplo reconhecimento da função da brincadeira, como elemento vital ao desenvolvimento da cognição, da criatividade, de habilidades e do aprendizado infantil.

⁸ Parecer CNE/CP nº 5/2020, aprovado em 28 de abril de 2020 - Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19.

Parecer CNE/CP nº 6/2020, aprovado em 19 de maio de 2020 - Guarda religiosa do sábado na pandemia da COVID-19.

Parecer CNE/CP nº 9/2020, aprovado em 8 de junho de 2020 - Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2020, que tratou da reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19.

Parecer CNE/CP nº 10/2020, aprovado em 16 de junho de 2020 - Prorrogação do prazo a que se refere o artigo 60 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, para implantação de instituições credenciadas e de cursos autorizados, em razão das circunstâncias restritivas decorrentes da pandemia da COVID-19.

Parecer CNE/CP nº 11/2020, aprovado em 7 de julho de 2020 - Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia.

Parecer CNE/CP nº 15/2020, aprovado em 6 de outubro de 2020 - Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

No ensino fundamental anos iniciais (faixa etária de 6 a 10 anos), foi recomendado que as escolas e redes de ensino orientassem as famílias a acompanharem as crianças na realização de suas atividades, organizando roteiros didáticos, sob a mediação do professor, no sentido de manter a rotina diária dos estudantes.

Quanto ao ensino fundamental anos finais (11 a 14 anos) e ao ensino médio (15 a 17 anos), o CNE enfocou a importância de a família participar da sistematização do planejamento e cronograma de estudo, inclusive com horários definidos; das metas a alcançar, tanto nas aulas presenciais como a distância, considerando que estudantes dessas etapas de ensino já demonstram maior autonomia na condução das atividades escolares.

No que concerne ao ensino técnico, o CNE sugeriu alargar o oferecimento de cursos a distância, tanto para cursos que ainda não eram ofertados nessa modalidade, quanto para estágios, que passaram a ser virtuais.

No que tange à educação de jovens e adultos (EJA), que é composta de adultos, os quais estão, em geral, engajados no mercado de trabalho, propôs-se que fosse efetivada uma avaliação da situação de cada um, a fim de que se elaborasse plano e rotina de estudos viáveis.

Em relação à educação especial, dirigida aos estudantes com deficiência, transtorno de espectro autista e altas habilidades/superdotação⁹ (BRASIL, 1996), o CNE ratificou a manutenção do processo inclusivo, quando das atividades pedagógicas remotas, garantida a acessibilidade e o atendimento educacional especializado e individualizado, aquele realizado por profissionais das áreas de saúde e psicopedagógica, bem como apoio às famílias.

No tocante à educação indígena, do campo e quilombola, os estabelecimentos de ensino foram autorizados a oferecer atividades dentro do horário pré-definido de aulas e outras em estudo dirigido. O Conselho Nacional confirmou também a competência dos conselhos de educação escolar indígenas e quilombolas, de cada município e estado para deliberarem sobre as normas a serem observadas, no âmbito de suas jurisdições.

⁹ A LDB 9394/96 definiu a abrangência da educação especial: “Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. E determinou sua inclusão: “Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”(BRASIL, 1996).

Inicialmente, o MEC não homologou as disposições do CNE que regulamentavam a aplicação de avaliações a distância (TOKARNIA, 2020). Mais tarde, ocorreu a referida homologação, recomendando-se que as avaliações fossem processadas atendendo às demandas de cada sistema de ensino, considerando-se os distintos contextos e experiências vivenciadas pelos estudantes ao redor do país. Uma sugestão indicou às escolas a pertinência de levarem em conta a possibilidade de proceder à continuidade do ano de 2020, em 2021, de modo a recuperar as dificuldades apresentadas pelos alunos no domínio das competências e habilidades pretendidas, consoante o planejamento de cada unidade escolar.

Os Conselhos Estaduais de Educação partiram das demandas locais e regionais e formularam orientações e normas, que regeram e regem cada unidade da federação, em matéria de educação, na pandemia.

Os Conselhos exercem papel de orientadores e consultores das Secretarias de Estado de Educação e das redes privadas de ensino, como órgãos de esclarecimento e oferecimento de alternativas, desde a elaboração da norma abstrata até os pareceres em casos concretos e novos, inusitados. Por exemplo, determinar, no caso de um aluno transferido no período de suspensão de aulas presenciais, quando eram vedadas as avaliações a distância, a que instituição compete a realização de suas avaliações faltantes: à escola de origem ou à de destino¹⁰. É uma situação nunca vivenciada anteriormente, porém típica do contexto da pandemia.

A ATUAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO MARANHÃO

O Conselho Estadual de Educação do Maranhão - CEE-MA normatizou a atividade educacional no estado, logo em março de 2020. A estranheza da situação causada pelo coronavírus suscitou incertezas no sistema de ensino maranhense, que foram objeto de ampla regulação pelo CEE-MA.

A Resolução nº 94, de 26 de março de 2020¹¹ (CEE-MA, 2020a) regulamentou o funcionamento das redes de educação básica e

¹⁰ O Conselho Estadual de Educação, no Parecer CEE n. determinou que a escola de destino é a instituição competente para realizar as avaliações do aluno transferido na pandemia. Fundamentou-se no art. 24, I. b, da LDB n. 9394/96, que autoriza a escola de destino a classificar o aluno em caso de transferência.

¹¹ Resolução CEE-MA. n. 94/2020. Fixa orientações para o desenvolvimento das atividades curriculares e a reorganização dos calendários escolares, excepcionalmente, enquanto permanecerem as medidas de prevenção ao novo Coronavírus – COVID-19, para as Instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Maranhão, e dá outras providências. (CEE-MA, 2020a).

superior maranhenses, por meio de atividades curriculares não presenciais, enquanto durasse a situação de emergência gerada no panorama da crise sanitária. E orientou as instituições de educação para a reorganização do seu cronograma de atividades letivas, a fim de assegurar o seu cumprimento, salvaguardando-se a qualidade e a equidade da educação.

As escolas foram instruídas a observar seu projeto pedagógico e planejar as estratégias, metodologias, materiais didáticos e recursos a serem utilizados; registrar cada etapa realizada para fim de comprovação e publicizar esse planejamento para toda a comunidade escolar.

A norma deu autorização, no inciso V do art. 2º, para o emprego de recursos da área de Tecnologia de Informação e Comunicação, na medida em que o currículo poderia ser trabalhado... [...] com materiais específicos para cada componente curricular, de acordo com cada etapa e modalidade de ensino, com facilidades de execução e compartilhamento, como: rádio, televisão, vídeo aulas, textos, podcast e demais materiais com conteúdos organizados em ambientes informacionais e virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais e correio eletrônico, dentre outros (CEE-MA, 2020a).

Esse instrumento normativo se revelou de suma importância, haja vista sua publicação situar-se em data anterior à primeira manifestação reguladora do Conselho Nacional de Educação. Conferiu, portanto, senso de direção e segurança às escolas vinculadas ao sistema estadual de ensino do Maranhão e incluiu dispositivo facultando sua adoção, aos Conselhos Municipais de Educação do estado.

A possibilidade de garantir a manutenção das aulas com mediação de tecnologia, inclusive para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, era um plano a ser implementado pelas escolas, no futuro.

A pandemia, no entanto, exigiu a operacionalização dessa sistemática, com urgência, o que conduziu os gestores à busca de plataformas e recursos digitais, logística e know-how visando à qualificação dos corpos técnico e docente, na premência de manter o aluno inserido no processo de ensino e aprendizagem.

O Decreto executivo n. 35.897, de 30 de junho de 2020 (MARANHÃO, 2020d), autorizou o reinício das aulas presenciais, a partir de 3 de agosto de 2020, nas instituições de ensino de todo o território maranhense. As escolas privadas, então, iniciaram, nessa data, um sistema de rodízio de alunos, obedecendo às medidas preventivas estabelecidas em protocolos oficiais: uma parte dos estudantes assistindo às aulas de casa e outra, comparecendo à escola para as atividades letivas. Consolida-se o ensino híbrido, que conjuga atividades presenciais com aquelas a distância, de forma síncrona ou assíncrona, mediadas por tecnologia.

As escolas públicas se organizaram para o reinício presencial em 2021. O sistema público estadual continuou a oferecer ensino a distância, em 2020. Os sistemas públicos municipais adotaram diferentes práticas para 2020: suspensão completa de atividades, envio de material para estudo em casa ou oferecimento de ensino a distância.

A realização de avaliações não presenciais foi franqueada na Resolução CEE-MA nº 146, de 27 de agosto, de 2020 (CEE-MA, 2020b). Assim fixou o seu art. 3º:

Art. 3º O artigo 5º da Resolução CEE/MA nº 94/2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º As instituições de ensino, durante o período de aulas não presenciais, podem realizar processos avaliativos não presenciais, considerando o modelo de mediação tecnológica de informação e comunicação adequado à infraestrutura e interação necessárias, desde que sejam plenamente garantidos os direitos de aprendizagem dos alunos.

Tal prescrição completou a faculdade de se efetuada a distância, a última atividade pedagógica que ainda era realizada somente de forma presencial. A partir dessa regulamentação, todos os componentes do processo pedagógico passaram a ter autorização para se efetivar a distância, desde o planejamento até a avaliação da aprendizagem.

O Parecer CEE-MA n. 145, de 20 de julho de 2020 (CEE-MA, 2020c), foi elaborado no período entre as Resoluções, como documento de orientação para as escolas e redes vinculadas ao sistema de ensino do estado.

Ressaltou a utilidade da tecnologia, na mediação do ensino e consagrou a competência de cada Conselho Municipal de Educação para normalizar a educação nesse contexto, dentro de seus limites geográficos. No entanto, enfatizou a relevância do regime de colaboração entre estado e municípios, na definição e implementação de soluções coletivas, como forma de fortalecimento de ações no contexto da crise.

Assinalou a importância de os estabelecimentos de ensino procederem a consulta às famílias sobre a opção de continuidade dos estudos de seus filhos, de modo presencial ou a distância, organizando-se para propiciar as atividades escolares da maneira selecionada pelos pais ou responsáveis. Ofereceu sugestões e possibilidades de reorganização do calendário escolar, quando do retorno presencial, a fim de garantir o cumprimento da carga horária mínima anual, nas diversas etapas e modalidades de ensino, na mesma linha do Conselho Nacional de Educação, já abordada neste texto.

Recomendou que as instituições e redes de ensino articulassem suas ações com as determinações das autoridades sanitárias, a fim de que os estabelecimentos de ensino se incorporassem ao esforço da comunidade no enfrentamento da crise de saúde pública originada pela Covid-19.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A repercussão no mundo educacional brasileiro, da pandemia causada pelo coronavírus, ensejou reposicionamento das escolas e redes de ensino e normatização excepcional pelo Legislativo e pelo Executivo, por meio de leis e decretos.

Nesse cenário, o Conselho Nacional de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação desempenharam função primordial, como balizadores dos princípios e regras a nortear as atividades dos sistemas de ensino, em todo o Brasil.

A educação passou a vivenciar situações de excepcionalidade e incerteza, que ocasionaram posicionamentos diferenciados, no país, porém, que resultaram em manutenção do compromisso de acesso e permanência da criança e do jovem na escola.

O conceito de escola definitivamente extrapolou seus muros, passando a significar todo ambiente dedicado a promover formalmente o processo de ensino aprendizagem, quer por meio de aulas e atividades presenciais, quer pela utilização de plataformas digitais, rádio, televisão, podcasts e outros meios criados na Internet, sem deixar de empregar estratégias clássicas, como a preparação e o envio de atividades impressas para que o aluno estudasse em casa.

A educação viveu, em um ano, a implementação de alternativas de ensino que os educadores haviam planejado para inaugurar no prazo de, pelo menos, cinco anos. O processo de formação docente começou a ocorrer ao mesmo tempo que o professor interagia com os estudantes, em uma troca de conhecimento, para cuja base o aluno, em grande parte dos eventos, revelou-se mais livre de amarras ao antigo, do que o próprio professor.

Ratifica-se que a disposição dos gestores escolares, dos corpos técnico e docente; a participação das famílias; a proatividade dos Conselhos de Educação foram pilares indispensáveis para que a educação pudesse ser conduzida nessa estranha travessia que foi o ano de 2020.

Jamais a comunidade educacional esteve tão próxima, unida pelos temores e pela necessidade de colaboração.

E, de tantos avanços registrados em matéria de legislação e prática educacional, de longe o ensino híbrido é a maior conquista para a educação

básica brasileira. Crianças demonstraram ser possível interação online, com professores, com seus coleguinhas, rindo, brincando, colorindo, cantando, dançando, fazendo circuito de atividades, correndo pela casa, dançando, aprendendo e se educando; alternando com a educação presencial.

E assim, sucessivamente, em cada faixa etária, em cada etapa e modalidade de ensino.

Fica a reflexão: em que medida cada unidade, rede e sistema de ensino vai configurar seu escopo de educação, a partir de agora?

É possível que ainda não se tenha resposta para essa indagação, entretanto educadores já reconhecem uma premissa: não vai ser mais como antes. A crise derrubou mitos históricos e compeliu as escolas ao avanço educacional e tecnológico, na construção de um novo Projeto Pedagógico. Vamos, então, em direção ao futuro!

REFERÊNCIAS

BRASI. **Lei de Diretrizes e Bases n. 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 20 set. 2020.

BRASIL. **Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm, Acesso em: 24 out. 2020.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em 26 out. 2020.

BRASIL. **Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.** Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. 2020a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113979.htm. Acesso em 20 out. 2020.

BRASIL. **Lei n. 14.040, de 18 de agosto de 2020.** Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. 2020b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14040.htm, Acesso em: 24 out. 2020.

CEE-MA. **Resolução n. 96, de 26 de março de 2020.** Fixa orientações para o desenvolvimento das atividades curriculares e a reorganização dos calendários escolares, excepcionalmente, enquanto permanecerem as medidas de prevenção ao novo Coronavírus – COVID-19, para as Instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Maranhão, e dá outras providências. 2020a. Disponível em: <http://conselho.de.educacao.ma.gov.br/resolucoes-ementas/>. Acesso em; 27 out. 2020.

CEE-MA. **Resolução CEE-MA nº 146, de 27 de agosto, de 2020.** Altera o § 2º do artigo 2º e os artigos 4º e 5º da Resolução CEE nº 94, de 26 de março de 2020, que “Fixa orientações para o desenvolvimento das atividades curriculares e a reorganização dos calendários escolares, excepcionalmente, enquanto permanecerem as medidas de prevenção ao novo Coronavírus - COVID - 19, para as instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Maranhão, e dá outras providências. 2020b. Disponível em: [http:// conselho de educacao.ma.gov.br/resolucoes-ementas/](http://conselho.de.educacao.ma.gov.br/resolucoes-ementas/). Acesso em; 27 out. 2020.

CEE-MA. **Parecer CEE-MA n. 145, de 20 de julho de 2020:** Orientações às instituições pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino do Maranhão na reorganização do calendário escolar referente ao período de excepcionalidade no contexto da pandemia do novo Coronavírus COVID-19, a partir das normas prescritas na Resolução CEE/MA nº 94/2020.2020c. Disponível em: <http://conselhodeeducacao.ma.gov.br/parecer-cee/> . Acesso em: 27 out. 2020.

MARANHÃO. **Decreto n. 35.672, de 19 de março de 2020.** 2020a. Disponível em: [http:// www.seinc.ma.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/DECRETO-35.672-DE-19- DE-MA RCO-DE-2020.pdf](http://www.seinc.ma.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/DECRETO-35.672-DE-19-DE-MA-RCO-DE-2020.pdf). Acesso em: 25 out. 2020.

MARANHÃO, **Decreto n. 35.731 de 11 de abril de 2020.** Dispõe sobre as regras de funcionamento das atividades econômicas no Estado do Maranhão, em razão dos casos de infecção por COVID-19 e dá outras providências. 2020b. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/wp-content/uploads/2020/04/DECRETO-35.731-DE-11-DE-ABRIL-DE-2020.pdf>. Acesso em: 26 out. 2020.

MARANHÃO. **Decreto n. 35.784, de 3 de maio de 2020.** Estabelece as medidas preventivas e res-tritivas a ser aplicadas na Ilha do Maranhão (São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa), em virtude da COVID-19 e à vista de decisão judicial proferida pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha de São Luís, nos autos da Ação Civil Pública nº 0813507-41.2020.8.10.0001; dispõe so-bre a suspensão das aulas presenciais nas instituições de ensino que especifica; al-tera o Decreto nº 35.677, de 21 de março de 2020, e dá outras providências. 2020c. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/wp-content/uploads/2020/05/DECRETO35.784-DE-3-DE-MAIO-DE-2020.pdf>. Acesso em 25 out. 2020.

MARANHÃO. **Decreto 35.897, de 30 de junho de 2020.** Prorroga, até 02 de agosto de 2020, o período de suspensão das aulas presenciais nas instituições de ensino que especifica, dispõe sobre a retomada das atividades educacionais no Estado do Maranhão, em virtude da pandemia de COVID-19, e dá outras providências. 2020d. Disponível em: <https://www.educacao.ma.gov.br/files/2020/06/Decreto-n%C2%B0-35.897.pdf>. Acesso em 28 out. 2020.

MEC. Base Nacional Comum Curricular. 2020. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 28 out. 2020.

MEC/CNE. **Covid-19. Pareceres.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselhonacional-de-educacao/33371-cne-conselhonacional-de-educacao/90771-covid-19#:~:text=Parecer%20CNE%2FCP%20n%C2%BA%206,na%20pandemia%20da%20COVID%2D19.&text=Parecer%20CNE%2FCP%20n%C2%BA%2011,Presenciais%20no%20contexto%20da%20Pandemia>. Acesso em 26 out. 2020.

TOKARNIA, M. **Mec permite incluir atividades a distância no calendário do ano letivo.** Agência Brasil. 02/06/2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-06/mec-permite-incluir-atividades-a-distancia-no-calendario-doano%20letivo>. Acesso em 27 out. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. WHO. **Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19.** WHO. 11 mar. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-openingremarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>. Acesso em: 22 out. 2020.

O MARANHÃO DE ANTÔNIO VIEIRA

Aldy Mello de Araújo

Introdução

O Padre Antônio Vieira, de origem portuguesa, foi missionário, conselheiro público, embaixador e um grande escritor. Na abrangência de sua obra, encontramos sermões, cartas, poesias, textos para teatro e escritos públicos como se dizia na sua época. Hoje, o Padre Antônio Vieira é reconhecido como um grande nome no projeto da história editorial portuguesa. Seguiu a tradição clássica e seus sermões quase sempre começavam com uma citação bíblica. Como escritor barroco, tinha a certeza no uso da linguagem, usando, às vezes, palavras ou termos rebuscados. Acreditava que seu público, os ouvintes do século 17, entendia suas mensagens e seu pensamento.

Antônio Vieira foi um missionário português que usufruiu das pompas e do luxo na Corte Portuguesa, durante certo tempo, e teve o privilégio de ser amigo do rei e pessoa de alta confiança da Casa Real. Desde o tempo em que servia como conselheiro do Rei de Portugal, já trazia em seu espírito a semente de missionário, chegando a ordenar-se padre e declarando obediência à Ordem dos Jesuítas, a Companhia de Jesus.

Fala-se muito do Padre Antônio Vieira, referindo-se ao ilustre pregador, um profundo conhecedor da língua portuguesa e pouco se sabe de suas qualidades, seu caráter e sua sabedoria. O Padre Antônio Vieira é uma cultura singular tanto para o Brasil como para Portugal, referência de diversos autores e mereceu de Fernando Pessoa, em seu livro *Mensagem*, o cognome de “Imperador da Língua portuguesa”. Foi um dos mais extraordinários homens do século XVII, tanto pelo conjunto de suas obras, como pelos seus predicados de retórica. Antônio Vieira foi representante do barroco português e do pensamento social jesuíta de seu tempo.

Vieira não agradava a muita gente da nobreza portuguesa e era invejado por seus próprios companheiros da Ordem. Foi desterrado para o Maranhão, com a missão de evangelizar os colonos, dentre eles os indígenas.

Sua missão no Maranhão não foi sempre tranquila. Sofreu perseguições e saiu do estado expulso, por ser considerado um perturbador

da ordem e ideias revolucionárias que não contentavam aos colonizadores e tão pouco ao Santo Ofício. Suas obras proféticas e teológicas não agradavam à Inquisição e, por elas foi julgado e preso, em Coimbra, acusado de herético.

A intimidade de Antônio Vieira com o poder estava em todos os seus sentidos. O poder de possuir e ter aos seus pés, o poder de prever o futuro, nem que nesse último tenha passado por um severo julgamento. Suas obras de teologia, em que estampou suas ideias de futuro, não ficaram em vão, foram previsões de aventuras e um mergulho em suas convicções e paixões.

A História do Futuro representava o pensamento profético de Antônio Vieira e pouco agradou à poderosa Europa e à Inquisição. Foi no *Quinto Império* que Vieira mostrou seu dom profético. A ideia do *Quinto Império* tinha a ver com o sebastianismo, centro do messianismo lusitano e o messianismo judaico.

A Chave dos Profetas é um tratado teológico e político produzido por Vieira quando cumpria prisão, em 1663, determinada pela Inquisição. Para o missionário, era preciso nascer uma promessa de um mundo novo. Sua *A Chave dos Profetas ou Clavis Prophetarum* é considerada a magna obra do autor. Antônio Vieira era um visionário, não só entendia os problemas de seu tempo, mas propunha soluções avançadas.

Foi um homem competente e talentoso, combativo e sincero. Sua obra demonstra o que foram as sociedades brasileira e portuguesa.

Este artigo conta um pouco da vida desse ilustre português e missionário, seus sonhos e frustrações traduzidas em suas obras, legado importante para o Maranhão e Portugal. É um pouco do que foi o universo vieiriano

Sermões de Vieira no Maranhão

Vieira veio missionar no Maranhão para evangelizar e civilizar uma região onde existia forte tensão entre colonizadores e colonos. Vários eram os problemas como o conflito de interesses entre os portugueses colonizadores e os colonos nativos, o trabalho escravo dos índios e a questão da mão-de-obra. Em sua missão no Maranhão como importante conquista da Coroa Portuguesa, dedicava-se não só à defesa do território, mas também, da conservação e salvação das almas da região. Como evangelizador eclesiástico, sua missão primordial era salvar as almas dos colonos e dos gentios. Veio à inóspita região por determinação da Companhia de Jesus, com o intuito de poder salvar a sua Ordem, embora o Maranhão não fosse considerado a região dos hereges, representava um

campo onde as almas deveriam ser conquistadas. Na história maranhense, outros jesuítas já tinham sido mortos por índios.

Na missão no Maranhão, Antônio Vieira dedicava-se aos índios e aos portugueses, estes formados por colonos e colonizadores, todos ditos cristãos, constituindo-se os principais ouvintes do jesuíta. Suas prédicas eram comentadas, tanto no Brasil como na Europa, num momento em que a Igreja Católica era toda poderosa no mundo, por força, inclusive, da Inquisição.

Vieira era um humanista, defensor dos índios falava sete línguas, com domínio pelo português, sua língua *mater*. Carismático e sábio conhecia as carências dos seres humanos com sua sabedoria, seu espírito de justiça e sua bondade.

Ao longo da sua vida de pregador e missionário, o Padre Antônio Vieira foi um homem eclético, praticando inúmeras outras funções como a de professor, filósofo, diplomata, conselheiro e orador sacro. Seus sermões encantavam os cardeais e prelados do Vaticano, os reis ouvintes e as cortes europeias de maneira geral. Até os escravos apreciavam a fala do missionário. Suas obras foram igualadas às de Santo Agostinho e Santo Antônio de Pádua, grandes nomes do cristianismo e doutores da Igreja Católica.

Vieira costumava chamar suas homilias de Sermões da Quaresma. O jesuíta dava muita importância a esse período do calendário da Igreja Católica, porque a quaresma era o tempo de purificação das almas, momento dos cristãos examinarem seus vícios, seus pecados e as suas doenças, descobrindo quais eram os melhores remédios para curá-las: a prática da vontade, a penitência, a contrição ou o perdão. No período de 1653 a 1662, o Padre Antônio Vieira pregou os vários sermões nas igrejas de São Luís do Maranhão:

- *O Sermão da Primeira Domingo da Quaresma*, conhecido como Sermão das Tentações, foi pregado em São Luís do Maranhão, no primeiro Domingo da Quaresma do ano de 1653.

Foi o sermão com que Vieira iniciou sua missão, no Maranhão, em 1653.

O interesse do Padre Antônio Vieira era a libertação dos índios procurando romper as dificuldades impostas pelos colonos não índios na sua missão evangelizadora. Foi sua estreia no púlpito maranhense, iniciando uma grande experiência que fazia com que o jesuíta se realizasse como missionário evangelizador fora de Portugal. Era 1653, quando se iniciava o tempo em que Vieira esteve no Maranhão, indo até 1662, quando foi expulso, juntamente com os outros jesuítas, conforme reporta no seu *Sermão da Epifania*. Seu trabalho de evangelizador e orador sacro, durante

nove anos, representou a implantação e a expansão do cristianismo no território estadual. Este sermão foi pregado, também, na Capela Real, em Lisboa, em 1655, e na Igreja de Santo Antônio dos Portugueses, em Roma. Vieira coloca a questão da liberdade dos índios como essencialmente necessária para a salvação das almas dos colonizadores.

Sua ação foi sempre pedagógica e catequética, seguindo os princípios defendidos pela Companhia de Jesus, a grande iniciadora da difusão do cristianismo no Brasil, sobretudo nos séculos XVI e XVII, responsabilizando-se pela catequese dos indígenas. A missão de Antônio Vieira, no Maranhão, não se restringiu à evangelização dos índios, mas a civilização de todos os habitantes, onde eram formulados modelos culturais e civilizatórios.

- O *Sermão da Segunda Domingo da Quaresma* foi pregado em São Luís do Maranhão e tratou, especificamente, dos juízos do mundo. As glórias deste mundo são falsas, pois verdadeira é a glória do céu. Antônio Vieira o chamou de domingo da mentira, tendo em vista que há um outro domingo, o das verdades, que são todas as excelências da glória do céu e o que não for mentiras. Diz o pregador que todo homem mente porque a glória dos céus é mais do que dizem na Terra, comprovado por David quando foi arrebatado, em espírito, e levado aos céus. O homem não precisa ser santo para não mentir, basta ser honrado. Não há coisa mais afrontosa que a mentira.

O missionário trata da Transfiguração de Cristo e refere-se à cidade da glória que foi visitada por São Paulo e descrita por São João. Na cidade da glória está o que os olhos nunca viram, o pensamento nunca percebeu e a imaginação humana jamais pôde entrar. Quando cometemos um pecado ofendemos duas vezes: uma ofensa contra Deus e outra contra a glória.

O *Sermão da Segunda Domingo da Quaresma* foi pregado também na Capela Real, em Lisboa, em 1651.

- O *Sermão da Quarta Domingo da Quaresma* foi pregado na cidade de São Luís do Maranhão, em 1657, na Capela Real, em Lisboa, em 1683, e na Igreja da Conceição da Praia, na Bahia, em 1683. Tratou da multiplicação dos pães.

Nesse sermão, a preocupação maior do pregador foi a de como conseguir muito pão, sem trabalhar. Vieira chegou a dizer que nos seus sermões têm falado muito da alma, e muito pouco sobre o corpo. É preciso falar do alimento que sustenta o corpo como o pão que deve merecer e atenção na vida dos homens. O lavrador, o pescador, o soldado e o

navegador do mar, todos buscam o pão. Os pobres dão pelo pão o trabalho, os ricos dão pelo pão a fazenda, os de espíritos generosos dão pelo pão a vida, os de espírito baixo dão pelo pão a honra, os sem espírito dão pelo pão a alma. Dizem as sagradas escrituras que seguir a Cristo é o único meio seguro de ter o pão. Hoje a igreja propõe o milagre da multiplicação dos pães e dos peixes.

Para o pregador, a Quaresma é o melhor tempo de semear. A avareza tira o merecimento do jejum e da esmola. Como se pode entender que uma cidade tão nobre como São Luís não tenha um só hospital, e que a misericórdia não sirva mais que de enterrar os mortos? Deus lançará sobre vós uma bênção como a que hoje lançou sobre o pão e os peixes dos apóstolos. Que tudo se multiplique e aumente os bens temporais e a graça, penhor da glória. Assim pregou o missionário: *“O avarento chama pródigo ao liberal; o covarde temerário ou valente; o distraído hipócrita ou modesto; a cada um condena o que não tem, por não confessar o que lhe falta”*.

- O *Sermão da Quinta Dominga da Quaresma* foi pregado na Catedral de Lisboa, em 1651, na cidade de São Luís do Maranhão, em 1654, e na Capela Real, em Lisboa, em 1655.

No Maranhão, teve por objetivo induzir os colonos a libertar os escravos. O tema foi o maniqueísmo, em que o bem vai contra o mal, a verdade contra a mentira.

Vieira pregava sobre a verdade e sobre a mentira, dizendo que as duas nunca andam juntas. Dizia que verdade é do pregador, a mentira dos ouvintes. Mentiram, porque impugnaram a verdade; mentiram, porque afirmaram a mentira. No Maranhão não haverá verdade.

Fazendo referências à distribuição das coisas do mundo, disse que ao Maranhão coube a letras M - Maranhão. M também de murmurar, M de motejar, M de maltratar, M de maldizer, M de mexericar e M de mentir. No Maranhão se mente com as palavras, com as obras com os pensamentos. O Maranhão é corte da mentira, dizia o jesuíta em seu sermão. No Maranhão se mentia de todos e por todos os modos. Em uma de suas visitas à Bahia, D. Fradique de Toledo assim se expressou: *“En el Brasil, hasta cielos menten”*.

- O *Sermão dos Peixes*, também foi chamado de *Sermão de Santo Antônio*. Proferido no dia 13 de junho de 1654, na cidade de São Luís do Maranhão, em comemoração à festa do santo, foi uma metáfora utilizada pelo Padre Antônio Vieira, baseado no sermão de Santo Antônio de Pádua, proferido na Itália contra os herejes. Vieira começou o sermão tecendo elogios a Santo Antônio, como um dos doutores da Igreja Católica. Disse que na festa dos santos, é melhor pregar como eles pregavam, que pregar sobre eles.

O *Sermão dos Peixes* é considerado pela crítica o mais brilhante de todos, por ter sido um sermão alegórico, com muitos recursos da língua portuguesa. Foi uma homilia com muita habilidade oratória e satirização, considerado notável pela sua construção literária.

Em seus sermões, pregados no Maranhão, Vieira sempre tinha o intuito de convencer os colonos. Eles eram construídos em longos períodos e recheados de textos bíblicos, figuras de linguagem e metáforas, procurando convencer aos ouvintes pelo raciocínio e pela razão.

O começo do discurso, que é considerado uma parte importante para captar a atenção dos ouvintes, foi bastante elogiada. Vieira teve muito cuidado para não espantar aos ouvintes e trouxe ao seu sermão um tema dicotômico, sensível que sempre foi ao seu auditório, quando assim se manifestou: “*Vós sois o sal da terra. Vos estis sal terrae*”. É uma forma de chamar os colonos a uma participação ativa na sociedade. Façam na Terra o que faz o sal, impedindo a corrupção, a podridão.

O sermão está dividido em seis partes: Exortação aos peixes, elogios e qualidades dos peixes, os bons peixes, repreensão aos peixes, comparação dos peixes e conclusões.

Nenhum exemplo conhecemos, na terra, de algo que não se deixe salgar ou mesmo não querer ser o sal da terra que o exemplo de Santo Antônio que deixou os púlpitos, as praças e dirigiu-se à praia e lá declarava “*Já que não me querem ouvir os homens, ouçam-me os peixes*”. Os peixes apareceram, os grandes, os menores e os pequenos, ouviram o santo que a eles pregava. Assim ele deixou de ser apenas sal da terra e passou também a ser sal do mar.

Antônio Vieira dirige-se aos peixes como fez Santo Antônio, considerando que os homens do Maranhão não mais queriam ouvir a doutrina e escutar suas mensagens. Com essa ironia, Vieira incita os colonos que não querem mais ouvir a verdade, que abandonem o lugar do sermão. Disse que é triste para um pregador dirigir-se aos peixes, porque eles nunca se converterão. Esse é um defeito dos peixes, embora sejam obedientes.

Inspirando-se em Santo Antônio, Vieira pregava aos colonos, já que estava tão próximo do mar. Fez a apologia dos peixes, elogiando-os e vendo neles raras qualidades que eram de ouvir e não falar, embora não pudessem por natureza converter-se. Os peixes, pelo menos, têm duas qualidades como ouvintes: ouvem e não falam.

Aludiu o zelo da fé e da glória divina de certos peixes, citando o caso de Tobias, cujo pai foi curado da cegueira, o Rêmora, peixe pequeno com suficiente energia para conduzir uma nau, comparando-o a um leme;

o Torpedo, peixe que tem descarga elétrica para se defender dos outros peixes, fazendo tremer o braço do pescador.

A missão do sal da terra é fazer com que produza seus efeitos. Mostra que o sal tem poder de salgar, de impedir a corrupção. Nesse sentido, o homem tem a obrigação de ser o sal da terra, de lutar contra a corrupção e todos os males que afetam a Terra e não se deixa salvar.

Deus deu o uso da razão aos homens e não aos peixes; mas neste caso os homens tinham a razão sem o uso e os peixes o uso sem a razão, disse o pregador. Nessa relação, Vieira refere-se ao episódio que a Igreja Católica conta de Jonas: é possível que os peixes ajudem a salvação dos homens. Lançado ao mar para ser comido pelos peixes, um deles recolheu nas entranhas Jonas, levando-o vivo para a Terra. É a onipotência sobre a natureza.

Fala da turbulência por que passa a terra e da serenidade em que vive o mar e pergunta: Será que os peixes tomaram lugar dos homens e esses o lugar dos peixes?

Não vos aproximei dos homens, ó peixes. Ficai, ó peixes, longe das severas cortesias humanas.

O pregador não só louvou as virtudes e qualidades dos peixes, mas também os repreendeu quanto aos seus erros. Assim como ouvistes os vossos louvores, ouvi, também, as vossas repreensões. Desedifica-me saber que vós comeis uns aos outros, como dizia Santo Agostinho: *“Os homens, com suas más e perversas cobiças, vêm a ser como os peixes, que se comem uns aos outro”*. Os homens são piores que os corvos. Os corvos só comem depois de executados e mortos, e os homens comem em vida.

Antônio Vieira recorre ao exemplo de Jonas para mostrar uma virtude. Preende-os quando diz que os peixes se comem, os grandes comem os pequenos como fazem os homens que praticam a antropofagia social. Os homens agem com maldade, cegueira e vaidade. Afirma que tanto os peixes como os homens nunca vão chegar ao sacrifício final, pois os peixes estão mortos e os homens mortos de espírito. Todavia, Vieira repreendeu os peixes porque se comem Por esses atos Deus castigará também os peixes, como já faz com os homens.

O jesuíta lembra a regalia que tiveram os peixes no tempo de Noé. De todos os animais apenas um casal escapou: a fêmea e o macho. Os peixes não foram tocados. Ficaram todos no mar e nos rios.

No final do sermão, Vieira ao despedir-se dos peixes, fala que eles foram excluídos dos animais de sacrifício a Deus, porque Deus quer sacrifício dos vivos e eles estavam mortos.

O sermão foi pregado em forma de alegoria, isto é, dirigido aos peixes mas, na verdade, o jesuíta fala aos colonos do Maranhão. Foi um sermão irônico e com muita sátira, mas muito brilhante.

Com o *Sermão dos Peixes*, Vieira levou os colonos a pensar sobre os desafios da sociedade pós-moderna. Vieira vislumbrou o Maranhão do futuro, quando a realidade capitalista viria. Era como uma profecia da contemporaneidade, quando se construía já na época uma inquietude da realidade social.

O *Sermão dos Peixes* é dirigido aos peixes-gente, pois o pregador fala dos peixes e para os peixes, contudo quem escuta são os homens do Maranhão, os colonos¹. Vieira diz que no mundo há o bem e o mal. Assim como entre os homens há aqueles que são maus, também entre os peixes existem os maus.

Dirigindo-se diretamente aos homens do Maranhão e comparando-os aos peixes, exorta-os a seguir os exemplos de Santo Antônio.

O sermão da sexagésima

O sermão não foi pregado em uma das igrejas de São Luís do Maranhão, embora se referisse ao Maranhão. Foi pronunciado na Capela Real, em Lisboa, no dia 31 de janeiro de 1655², num intervalo de sua missão no Maranhão. Considerado como um mega-sermão, foi dirigido a ouvintes especiais - à Corte Portuguesa, aos católicos da nobreza à época, aos dominicanos, adversários filosóficos dos jesuítas e a muitos provedores do Santo Ofício, a quem Vieira queria atingir.

Foi chamado de *Sermão da Sexagésima ou do Evangelho* porque foi pregado no sexagésimo dia antes da páscoa ou penúltimo domingo antes da quaresma. Antônio Vieira questiona porque a palavra de Deus produz poucos frutos, se há tantos pregadores no mundo. Como costuma fazer em seus sermões, ele próprio responde que as falhas podem ser do pregador, do ouvinte ou de Deus. Vieira chega a afirmar que a culpa pelos poucos resultados da palavra de Deus não é de Deus. O pregador inocenta Deus, com base no argumento da fé. Deus nunca faltou nem pode faltar. Com a inocência de Deus, a culpa só pode ser do pregador ou dos ouvintes. O missionário critica o estilo barroco e o cultismo daquela época.

Vieira referiu-se à omissão dos semeadores da palavra divina, falando das agruras que eles passaram, portanto, fazendo alusões aos serviços no Maranhão. Tratou da arte retórica que o imortalizaria e disse o quanto falar bem ajuda a missão evangelizadora dos semeadores da palavra de Deus.

¹ A despeito do que muitos dizem os peixes não saíram do mar para ouvir Vieira. Não havia, portanto, peixes. Por essa razão se diz que foi um sermão alegórico.

² Não há confirmação certa sobre a data em que foi pregado este sermão. Apenas o ano é confirmado pelos diversos autores.

Logo no começo do sermão, Vieira falou do Semeador do Evangelho e a fertilidade da terra. O tema, portanto, era a Parábola do Semeador do Evangelho de São Lucas - a semente é a palavra de Deus.

Parte das sementes caiu nos espinhos e por eles foi sufocada; parte caiu nas pedras duras e secas e, por falta de umidade, não puderam germinar; outra parte caiu em caminho de passagem e foi pisada pelos homens e comida pelas aves. Só uma parte das sementes caiu em caminho fértil, nascendo e crescendo.

Falando em metáforas, os locais onde caíram as sementes eram os corações dos homens, pois *Semen est verbum Dei*, isto é, a semente é a palavra de Deus. Para Cristo, o trigo que foi semeado pelo pregador é a palavra de Deus, enquanto o caminho e as pedras são os corações dos homens. Os espinhos são os corações perturbados e inquietos pela riqueza material e as delícias do mundo. As pedras são os corações duros e destinados a secarem, porque não criam raízes.

Cristo não escolheu as criaturas para que fosse pregada a palavra de Deus. “*Ide, e pregai a toda criatura*”, quer dizer que Cristo mandou os apóstolos pregar por todo o mundo. Pregaram às pedras, às árvores, aos troncos, e todos os animais e aos homens. Os apóstolos deveriam pregar para todo o mundo, mesmo às nações bárbaras e incultas. Nessas nações, o pregador encontrará homens brutos, homens troncos, homens pedras e homens homens.

Há pregadores que ficam em sua própria pátria e há pregadores que pregam em pátrias diferentes. Entre os semeadores do Evangelho há uns que saem a semear, há outros que semeiam sem sair. Todos prestarão conta no dia do Juízo Final

Quando examinamos a pregação do Evangelho, vemos que os homens, como as terras do plantio, se amarram contra a semeadura. As criaturas do mundo reúnem-se em quatro gêneros: as criaturas racionais que são os homens; as criaturas sensitivas, como os animais; as criaturas vegetativas, como as plantas; as criaturas insensíveis, como as pedras. A criatura insensível os perseguiu com as pedras, a criatura vegetativa com os espinhos, a sensitiva com as aves e a própria criatura humana.

Consegui mostrar ao auditório que todos aqueles que semeiam fora da pátria reencontram os espinhos, e que ele, no Maranhão, havia os encontrado - a resistência dos colonos, a Inquisição. Os semeadores que foram ao Maranhão padeceram de tudo isso. Houve deles que foram comidos pelos bárbaros, que morreram de doenças e fome, que se perderam nas brenhas. Na missão do Maranhão, muitos pregadores do Evangelho sofreram. Uns se afogaram no grande Rio Amazonas, muitos foram

comidos pelos índios e muitos foram perseguidos por outros homens. Para todos esses semeadores isto foi a glória porque tudo se fez pelo amor a Deus. Houve terra em que o grão do semeador nasceu, cresceu, frutificou e dele colheu-se um novo grão que se multiplicou. Vieira aborda o muito que fizeram os pregadores e o pouco resultado de tanta pregação.

Para que a palavra de Deus possa fazer mais efeito é necessária, segundo o jesuíta, a convivência de três princípios: da parte do pregador; da parte do ouvinte e da parte de Deus. Do pregador é preciso saber aceitar a doutrina persuadindo e convencendo. Da parte do ouvinte, deve haver vontade, entendimento e percepção. Da parte de Deus a graça e a iluminação. Para esse concurso são necessários: olhos, espelho e luz. Os olhos para que o homem entre dentro de si e veja a si próprio, sua própria imagem. O espelho representa tudo que vem da doutrina, e a luz é o dom de Deus, a graça. Do pregador vem o espelho que é a doutrina, do homem vêm os olhos e de Deus vem a luz. A Deus cabe permitir a compreensão, como fez com os apóstolos. Só assim haverá a conversão das almas, que exige esses três concursos: do pregador, do ouvinte e de Deus.

Antônio Vieira continuou a pregar sobre a Parábola do Semeador. A palavra divina deixou de frutificar por parte do pregador, do ouvinte ou de Deus? De Deus nunca! Jamais faltou ou faltarão. Temos que buscar a culpa nos pregadores ou nos ouvintes. Os pregadores atribuem a culpa aos ouvintes que podem ser bons ou maus. Assim como existem espinhos e pedras, existem igualmente entre os homens os ouvintes de vontade endurecida, esses são os piores ouvintes, pior que as pedras. São homens que têm o coração embaraçado como os espinhos e secos e duros como as pedras.

Vieira afirma que a semente não vinga por causa do ambiente e não por causa de sua qualidade. Usando sua criatividade e sua sabedoria, o jesuíta atribui a culpa aos pregadores e se inclui entre eles. Diz que os pregadores são hipócritas porque apresentam um discurso vazio e sem conteúdo persuasivo. Mas um dia a terra será preparada sem que se cortem os espinhos e se retirem as pedras. A semente, assim, um dia brotará. Haverá um tempo em que tanto os espinhos como as pedras clamarão a Deus.

Vieira fala das qualidades dos pregadores e aponta cinco circunstâncias: *a pessoa que é; a ciência que tem; a matéria que trata; o estilo que segue; e a voz com que fala.*

Antigamente, eram os santos, os profetas e os varões apostólicos que pregavam. Hoje, os pregadores são os homens comuns como ele. Os pregadores devem se definir, prioritariamente, pelo seu exemplo e pela sua vida. Todo pregador é uma semente - semeia e prega. Antigamente pregavam-se palavras e obras. Hoje se pregam palavras e pensamentos

apenas. As palavras são ouvidas, as obras são vistas. As palavras entrem pelos ouvidos, as obras pelos olhos. A alma dos homens se converte muito mais pelos olhos do que pelos ouvidos.

Há muitos pregadores que não têm ciência. Vivem do que não colheram e semeiam o que não trabalharam, por isso não pode haver fruto. São pregadores que pregam o alheio, não o seu próprio - sua consciência, convicção, pensamento, suas ideias. O alheio, que muitas vezes é roubado, não cria raízes e o que não cria raízes não produz frutos. Cristo ordenou que os apóstolos lançassem suas redes no mar para pescar peixes, e não a rede dos outros. Assim devem fazer os pregadores para pescar almas. Cristo deu aos apóstolos o Espírito Santo para que eles comessem a pescar homens. Vieira é bem claro quando diz que o pregador deve buscar conhecimento e originalidade não devendo imitar os outros pregadores.

Vieira cita vários santos que deixaram suas marcas na história da Igreja Católica. Num sermão, não basta apenas expor, é preciso ensinar e persuadir com fizeram Santo Antônio de Pádua e São Vicente de Ferrer. Fala, também, dos filósofos gregos que muito contribuíram para o desenvolvimento da retórica.

Antônio Vieira, ao se referir ao estilo, diz que o pregador deve ter um estilo fácil e muito natural, não um estilo violento e titânico. Lembra que David recebeu de Saul a oferta de todo o seu exército para derrotar Golias, mas David preferiu seu estilo próprio. Derrotou Golias com sua própria funda. Considera que o estilo dos pregadores em sua época é ruim. O estilo tem que ser claro e muito alto. Claro para que os que não sabem entenderem; alto para que os que sabem entenderem mais. As estrelas ensinaram os lavradores a plantar suas lavouras e o mar ensinou os pescadores e os navegadores a seguir seus destinos. Assim devem ser os sermões - ensinar e persuadir com estilo. Até em cair devemos ter estilo - cair com queda ou cair com cadência. O púlpito requer um estilo.

Vieira fala da voz do pregador, dizendo que, antigamente, eles pregavam bradando e hoje (na sua época) pregam conversando. Bom pregador era aquele que tinha a voz altiva, usando-a em brados e muito pouco a razão. A pregação exige um freio de boca. .

Insiste o jesuíta em que o pregador deva pregar a palavra de Deus, não a sua palavra. Pregar é o mesmo que semear, diz Vieira usando uma metáfora. Ele criticava os outros religiosos porque eles não sabiam pregar. Fez contundentes críticas àqueles que usavam a palavra de Deus para interesses mundanos. O descrédito pode ajudar o pregador a cair e disso o pregador tem medo.

No contexto histórico em que viveu Antônio Vieira, tempo em que o estado não vivia separado da igreja, as ações pro cristianismo se

espalhavam por todo o mundo. Era o poder temporal ajudando o poder espiritual, situação que muito dificultava o trabalho missionário de conversão ao cristianismo. Com a Inquisição, o Santo Ofício, o tempo de conversão era forçado, contrariando o jesuíta que, mesmo assim, produziu uma das maiores expressões literárias contra a Reforma. Naquela época, em Portugal, o barroco estava no seu auge, e o sermão religioso era a maior atração, constituindo-se em verdadeiros espetáculos artísticos e literários. O jesuíta soube muito bem conviver com essa cultura artística barroca.

Ao pronunciar o *Sermão da Sexagésima*, Vieira procurava conquistar seu seletor auditório, tecendo elogios à nobreza, no entanto chama a atenção para a importância do tema, dizendo que veio do Maranhão, onde exercia sua missão evangelizadora. Usando sempre a mesma parábola, suas mensagens eram explicadas aos ouvintes.

A prédica de Vieira, como diz o nome, é sempre uma pregação que se desenvolve a partir de um conceito predicável, aquilo que é possível de ser pregado.³ Nos sermões, Vieira usava todos os recursos literários e humanos com o fim de ensinar, comover e persuadir os ouvintes.

Considerações finais

O Padre Antônio Vieira foi um jesuíta evangelizador e procurou conhecer a realidade no Brasil - Colônia. Sua passagem pelo Maranhão e pela Bahia contribuiu para o processo civilizatório do país.

A história diz que Antônio Vieira foi o homem mais preparado do seu tempo, dada a sua inteligência, erudição e argúcia. Foi uma personalidade do século XVII e um dos maiores nomes da língua portuguesa conforme provam suas obras, inclusive os sermões. Seu estilo era conciso, sua inspiração era fértil, além de ser um excelente orador e um visionário e progressista.

Antônio Vieira em seus sermões, no Maranhão, tinha a pretensão de convencer os colonos, em defesa dos indígenas. O padre lutou bravamente pelos mais pobres - a liberdade dos índios e o comércio dos negros.

Sua missão no Maranhão foi a de evangelizar e educar. Após sua expulsão, chegou a pedir à Coroa Portuguesa a continuidade de sua missão evangelizadora, em nome dos jesuítas, pois se preocupava com a consciência dos colonos e dos indígenas.

O Sermão da Sexagésima trouxe à tona os princípios da sociabilização da teoria à prática educativa, além de mostrar o sucesso ou o fracasso de uma pregação.

³ Conceito predicável é um conceito que pode ser pregado. Essa figura literária foi muito usada por Vieira, como as passagens bíblicas.

Antônio Vieira era um estrategista argumentativo adequado às circunstâncias e ao tempo que escolhia. Argumentava para poder persuadir, atingindo as vontades e os sentimentos. Só assim poderia conseguir adesão de seus ouvintes. Não há argumentação sem convicção. Por exemplo, Vieira acreditava que os textos bíblicos eram configurações de todas as verdades porque eles foram inspirados por Deus.

Os sermões sempre expressaram uma ação cultural onde a intencionalidade de seu pregador buscava atingir o comportamento do ouvinte. Todo sermão deve ter um texto argumentativo, capaz de levar o ouvinte a uma nova performance. Por isso é preciso ter uma estrutura formal que vai desde a proposição até a conclusão - o convencimento.

O *Sermão da Sexagésima* foi uma crítica aos pregadores que utilizavam os sermões para valorizar o cultismo, isto é, os sermões eram mais motivos de exaltação literária que instrumento de conversão à fé cristã. O caráter que predominava era o literário, e o religioso sempre ficava no segundo plano. Vieira procurava com esse sermão mostrar que um bom sermão tem suas regras e princípios.

Seus sermões tinham caráter argumentativo, visando convencer seus ouvintes. Foi através disso que Vieira chegou à persuasão de seus interlocutores.

A estrutura argumentativa começava pela organização de suas ideias, indo até a explanação de seu ponto de vista sempre com a devida clareza. Nesse sermão, o tema tratado foi a Parábola do Semeador - *Semen est verbum Dei* - a semente é a palavra de Deus.

Antônio Vieira foi representante do barroco português e do pensamento social jesuíta.

O Padre Antônio Vieira era competente e talentoso, combativo e sincero. Sua obra demonstra o que foram as sociedades brasileira e portuguesa. Teve uma vida conturbada e invejada, morrendo humilde e tranqüilo.

O amor de Antônio Vieira pela nação portuguesa era tão grande que ele chegou a sonhar com uma sociedade cristã sob o domínio da Coroa Portuguesa. Para ele, o ciclo histórico traria Portugal ao centro do mundo, onde exerceria uma liderança universal. Seria um paraíso terrestre liderado por um monarca português.

As obras proféticas e teológicas de Antônio Vieira não agradaram à Inquisição, causando-lhe julgamento pelo Tribunal do Santo Ofício e, por elas, foi preso, em Coimbra, acusado de herético.

Foi através dessas obras de teologia, que expôs suas ideias de futuro e o papel que Portugal passaria a exercer no mundo. Mesmo como

previsões de aventuras, consideradas extravagantes, representavam suas convicções e suas crenças.

Em sua *História do Futuro*, iniciado em 1665 e só impresso em 1718, Antônio Vieira retoma a questão do *Quinto Império*⁴. O que previa para Portugal em seu *Quinto Império* simbolizava não somente a sabedoria dos antigos, mas, naquela época, expressava o progresso do conhecimento humano. A ideia do *Quinto Império* tinha a ver com o sebastianismo, centro do messianismo lusitano e o messianismo judaico.

Embora fosse por todos reconhecida a competência do autor da *História do Futuro* sua credibilidade não passava de uma adivinhação extravagante. Assim era comentado seu pensamento profético e messiânico baseado no profetismo e no messianismo.

Não obstante a *História do Futuro* ter sido um alento para muitos portugueses, principalmente aqueles que acreditavam no sebastianismo, para outro, inclusiva a Inquisição, era suspeita de heresia, por conter elementos da Trova de Barrara⁵

Antônio Vieira foi denunciado ao Conselho Geral do Santo Ofício junto ao Reino de Portugal, em 1663, por essa obra profética e chamado à Coimbra. Perante a Inquisição falou sobre seus escritos e sobre a *Clavis Prophetarum* ainda em andamento.

A *Clavis Prophetarum*, chamada também de *A Chave dos Profetas*, seria a sua maior obra sendo produzida quando o missionário, já preso, convivia com as complicações da Inquisição, cumprindo sentença de reclusão em uma das casas da Companhia de Jesus, em Coimbra. Esta é uma obra de conteúdo teológico, que trata da destinação da história do homem, do mundo e sua consumação. Foi uma obra utópica. Suas obras teológicas só foram publicadas sob a égide da Companhia de Jesus depois de muito tempo. Antônio Vieira falecera no dia 13 de julho de 1697, na Quinta do Tanque, em Salvador, na Bahia. Dentre os papéis que deixara o jesuíta estava sua obra a *Clavis Prophetarum do Regno Christi in terris consummato* só após dois ter sido encaminhada à Companhia de Jesus, em Roma, submetida ao julgamento da Inquisição

⁴ Um Império Português e cristão que dominaria o mundo, depois dos quatro grandes impérios que foram o assírio, o persa, o grego e o romano.

⁵ Consistia no retorno de D. Sebastião. Ele viria para restabelecer o Quinto Império.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, João Lúcio. *História de Antônio Vieira*. São Paulo: Alameda, 2008.
- AZEVEDO, Sílvia Maria. *Vieira: Vida e Palavra*. São Paulo: Loyola, 2008.
- BESSELMAN, José Van den. *Antônio Vieira: o homem, a obra, as ideias*. Amadora (Portugal): Bertrand, 1981.
- CAIRNS, Eart E. *O Cristianismo através dos séculos*. São Paulo: Vida Nova, 1995.
- HERMANN, Jacqueline. *No reino do desejado, a construção do sebastianismo em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HOONARF, Eduardo. *A Igreja no Brasil colônia (1500-1800)*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LISBOA, João Francisco. *Vida do Padre Antônio Vieira*. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 2007.
- MENDES, Margarida Vieira. *A oratória barroca de Vieira*, 2ª Ed. Lisboa: Caminho, 2003.
- PEREIRA DE BERREDO, Bernardo. *Anais históricos do Estado do Maranhão*. Lisboa: Tipo Editor, 1979.
- RODRIGUES, José Honório. *Vieira - doutrinador do Império Português*. Belo Horizonte; UFMG, 1972.
- SALOMÃO, S. *Sermão da Sexagésima*. Brasília: Senado Federal, 1997.

O POEMA DE CORDEL: a literatura como registro de uma situação factícia

*Iran de Jesus Rodrigues dos Passos¹
Martha Alkimin Vieira²*

RESUMO

O artigo **O POEMA DE CORDEL**: a literatura como registro de uma situação factícia estabelece a relação entre a **História** e a **Literatura**. O instrumento é o poema de cordel **Vistos etc.** Considera-se, nele, a Nova História-social à medida que o autor dele, o poeta Baial Ramos, recorre a um fato do cotidiano para construir, sob a forma de verso, uma sentença judicial. Observa-se, no artigo referenciado, que a relação **História** e **Literatura** estando, então, presente na ordem do dia de muitos pesquisadores, poetas e romancistas, remonta à Idade Antiga.

PALAVRAS-CHAVE: História; Literatura; Representação; Cotidiano.

ABSTRACT

The article **THE POEM OF CORDEL**: Literature as a record of a factual situation establishes the relationship between History and Literature. The instrument is the Visas string poem etc. In it, the New Social-History is considered as its author, the poet Baial Ramos, uses an everyday fact to construct, in the form of a verse, a judicial sentence. It is observed, in the referenced article, that the relationship between History and Literature, being, therefore, present on the agenda of many researchers, poets and novelists, dates back to the Ancient Age

KEYWORDS: History; Literature; Representation; Life.

¹ Jornalista, Radialista, Professor e Doutor em Ciência da Literatura – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) –, lotado no Departamento de Letras do Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: iranjrpassos@gmail.com.

² Professora Doutora no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

INTRODUÇÃO

O presente artigo constitui uma leitura acerca de um tema que se apresenta na ordem do dia de muitos pesquisadores: a relação entre a **História** e a **Literatura**. Tem-se, como ponto de partida, o poema **Vistos etc.** construído a partir de uma sentença judicial sob a forma de cordel. Nele, o encontro de duas formas narrativas. A primeira, a sentença judicial. Com ela o poeta Baial Ramos registra a decisão de um júri popular acerca de um dos crimes mais bárbaros ocorridos no Município de Imperatriz, no Estado do Maranhão. Está constituída, então, a prosa factícia que, para Hildebrando A. de André, [...]

é o relato objetivo dos fatos. Assim ocorre nas Ciências, na História. A linguagem reveste-se de um caráter impessoal, já que visa a uma finalidade prática: informar, instruir. Todos os aspectos de subjetividade desaparecem para que apenas esteja presente a visão do real. (ANDRÉ, 1988, P. 14)

A segunda, o poema de cordel, forma literária da sentença, constitui a prosa fictícia que, também, para Hildebrando A. de André,

[...] busca, no relato dos acontecimentos, reproduzir a vida para ser sentida, entendida e julgada em termos afetivos ou psicológicos. A linguagem reveste-se de um caráter pessoal, subjetivo. Cria-se uma nova realidade com dados da intuição do artista. Por isso, há sempre uma seleção, uma escolha de elementos significativos que ao mesmo tempo compõem os acontecimentos e sugerem ao leitor, numa atmosfera de atração e surpresa, muitos modos de interpretar. (ANDRÉ, 1988, p. 14).

Para o autor, a prosa factícia se ocupa da verdade e é científica enquanto a segunda, a fictícia, ocupa-se do prazer estético, da fruição.

Antes de André, Aristóteles, o pai da Teoria da Literatura, já havia estabelecido a diferença entre **História** e **Literatura**. Para ele,

[...] a obra do poeta não consiste em contar o que aconteceu, mas sim coisas quais podiam acontecer, possíveis no ponto de vista da semelhança ou da necessidade. Não é em metrificar ou não que diferem o historiador e o poeta; a obra de Heródoto podia

ser metrificada; não seria menos uma história com metro do que sem ele; a diferença está em que um narra acontecimentos e o outro fatos quais podiam acontecer. Por isso, a Poesia encerra mais filosofia e elevação do que a História; aquela enuncia verdades gerais; esta relata fatos particulares. (ARISTÓTELES, 1996, p. 39).

Embora André e Aristóteles distingam **História e Literatura**, essa separação não constitui tarefa fácil, podendo-se dizer que essa distinção é, hoje, insatisfatória, em face das alterações processadas nos estatutos das duas práticas discursivas. A distinção entre as duas nem sempre existiu, pois entre os gregos e os romanos da Antiguidade, a História era considerada gênero literário, como o teatro, a poesia lírica, e como tal deveria ser tratada. Tal situação permite a José Saramago, uma das vozes do Pós-Modernismo português, dizer

[...] que a História se apresenta como parente próxima da ficção, dado que, ao refazer o referencial, procede a omissões, portanto a modificações, estabelecendo assim com os acontecimentos, relações que são novas na medida em que incompletas se estabeleceram. É interessante verificar que certas escolas históricas recentes sentiram como que uma espécie de inquietação sobre a legitimidade da História tal qual vinha sendo feita, introduzindo nela, como forma de esconjuro, se me é permitida a palavra, não apenas alguns processos expressivos da ficção, mas da própria poesia. Lendo esses historiadores, temos a impressão de estar perante um romancista da História, não no incorreto sentido da História romanceada, mas como resultado de uma insatisfação tão profunda que, para resolver-se, tivesse que abrir-se à imaginação. (SARAMAGO, 1990, s. p).

Terry Eagleton, vitorinista, crítico de orientação marxista, também se manifestou acerca da distinção entre fato e ficção. Para ele, a teoria convencional, que aceita apenas o ficcional como literário, é questionável, considerando-se que

Se é certo que muitas das obras estudadas como literatura nas instituições acadêmicas foram ‘construídas’ para serem lidas como literatura, também é certo que muitas não o foram. Um segmento de texto pode começar sua existência como história ou filosofia, e depois passar a ser classificado como literatura; ou pode começar como literatura e passar a ser valorizado por seu significado arqueológico. Alguns textos nascem literários,

outros atingem a condição de literários, e a outros tal condição é imposta. Sob esse aspecto, a produção do texto é muito mais importante do que o seu nascimento. O que importa pode não ser a origem do texto, mas o modo pelo qual as pessoas o consideram. Se elas decidirem que se trata de literatura, então, ao que parece, o texto será literatura, a despeito do que o seu autor tenha pensado. (EAGLETON, p. 13).

A proximidade a que se refere José Saramago e Terry Eagleton é ratificada por Michel De Certeau, historiador dedicado ao estudo da religião e das experiências míticas entre os séculos XVI e XVIII. Sustentado na retomada da História pelos Estudos Literários e pelo interesse da Nova História Cultural pelas questões que envolvem a linguagem, De Certeau entende que a objetividade do discurso do historiador não estaria

[...] mais relacionada com visões acabadas, definitivas ou fechadas; o trabalho do historiador residiria na busca de possibilidades, hipóteses de abordagem ligadas às suas preocupações específicas, daí a existência de verdades. Essa mudança de perspectiva introduziria a utilização da imaginação [...] frente ao discurso homogêneo e seu uso mais profundo na construção da linguagem histórica. (DE CERTEAU, 1995, p. 225-226).

Walter Benjamin, da mesma forma que De Certeau, hoje, percebia também que nem sempre a História é capaz de narrar a verdade, até porque a realidade é essencialmente movente e sua percepção depende da visão de quem a lê: “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como de fato ele foi’”. (BENJAMIN, 1986, p.224).

Ao encontro de Benjamin caminha Paulo Martins. Ele diz que

Um fato interessante é que hoje ainda colhemos os frutos desse paradoxo; a história, tal e qual nos é ensinada, prima pelo poder de síntese e de ilações gerais, sem que atentemos para a idéia (sic) de que o registro histórico é um texto e, como tal, deve ser observado. Isto é, um texto que tem um agente por trás de si, um autor que possui sua visão de mundo, suas ideologias e, assim, o historiador não pode ser considerado o arauto da verdade única e exclusiva. (MARTINS, 2008, p. 24).

A Literatura, por sua vez, é, muitas vezes, mais verdadeira que a História. Emblemática é a obra de Euclides da Cunha, o romance **Os Sertões**.

O livro, quando vem à tona, revela ao Brasil a verdadeira história do Arraial de Bom Jesus, como diz Roberto Ventura citado por Mauro Rosso:

Esta constatação abre o caminho para a autocrítica e para a revisão de idéias (**sic**) anteriores, como a de que Canudos era ‘A nossa Vendéia’ (**sic**). A partir disso, Euclides interpreta a intervenção militar como um erro histórico, como um ‘crime da nacionalidade’ contra patrícios, de que seu livro se oferece como denúncia e libelo. Em sua interpretação, Euclides foi além da narração da guerra, ao construir uma teoria do Brasil cuja história seria movida pelo choque de etnias e culturas, e lançou seu brado de alerta: ‘estamos condenados à civilização. Ou progredimos, ou desaparecemos.’ (ROSSO, 2008, s.p.).

A relação **História e Literatura**, como se observa, não constitui fato novo. O que se tem, hoje, na Modernidade, é a retomada de um antigo diálogo. De um lado, a **Literatura** compreendida como uma manifestação cultural, o que permite o registro de um movimento que insere o homem em sua historicidade e apresenta chaves explicativas das ideias de uma determinada sociedade. De outro, as abordagens da **História** possibilitando uma leitura inédita dos acontecimentos constitutivos da realidade, que motivam a arte literária.

Considerando-se, então, que **História e Ficção** constituem formas prosísticas distintas, oferecendo, no entanto, a possibilidade de um rico diálogo, tem-se, neste artigo, como exemplo desta relação, o poema **Vistos etc.** produzido por José Ribamar de Castro Ramos, nome do poeta Baial Ramos, quando exercia a função de Juiz de Direito na Segunda Vara Criminal da Comarca de Imperatriz. O poema constitui a primeira sentença em verso de um Tribunal de Júri,

A relação **História e Literatura**, fulcro deste artigo, sustenta-se em uma perspectiva literária, o que pressupõe correlações sociológicas, históricas, além de estéticas, pois, conforme Giorgio Agamben, “Todas as entidades semânticas exigem, como condição de atualização, uma relação de interpretação; exigem um conhecimento mínimo das linguagens em que se produzem, e exigem a integração das representações propostas no interior de contextos histórico, culturais e outros”. (AGAMBEN, 1999, p. 135-136).

A propósito da metodologia aqui adotada, ela naturalmente, não causará “estranhamento”, pois, como revela Luís Roberto Acízelo de Sousa,

A diversidade de orientações deve ser vista como inerente à própria dinâmica dos estudos e pesquisas que, no seu afã de fazer avançar o conhecimento, propõem modelos explicativos sempre

aperfeiçoáveis e, portanto, sujeitos a críticas e impugnações procedentes de outros modelos alternativos. Aliás essa situação não é privilégio da teoria da literatura, mas é observável em qualquer disciplina, embora ela se apresente de modo mais agudo na área das chamadas ciências humanas. (SOUSA, 1995, p. 53-4).

2 VISTOS ETC: considerações

2.1 Sobre o autor

A biografia do autor do poema (ou da sentença judicial) **Vistos etc.** Baial Ramos (ou Juiz José Ribamar de Castro Ramos) acusa a luta incessante dele entre a necessidade de sobreviver e o sonho em direção a um ideal de glória política e literária. Nasceu na cidade de Barreirinhas, terra dos Lençóis Maranhenses, onde começou a caminhar para a vida e com ela se reencontrou. Foi Professor, Advogado e Juiz de Direito. Como cidadão, militou, ideologicamente, no Socialismo e foi vice-Prefeito e Prefeito de Barreirinhas. Preferindo a ética e a moral, deixou a política.

Como especialista em Turismo e Hotelaria, foi empresário do ramo hoteleiro, proprietário do **Hotel Rio Preguiças**, em Barreirinhas, nome em homenagem ao rio da terra do poeta, onde em sua beira ele nasceu e em suas águas aprendeu a navegar. Com a natureza aprendeu, também, a ser poeta e amar a Literatura. A Literatura é a maior paixão de Baial Ramos. Ele revela que, por esse justo motivo, deixou a vida de empresário para se dedicar exclusivamente à escrita e à leitura. Tem vários livros publicados. Entre eles, **Poesia sem estilo, Fogo, Cinza e Nada** (poesia), **Marcas que ficaram** (prosa) e **História de Barreirinhas** (obra histórica).

A condição de advogado, alçada em 1980, dá a José Ribamar de Castro Ramos, que, literariamente, adotou o nome de Baial Ramos, uma visão eclética do campo da cultura: a **Teoria do Direito** o fez enveredar em direção ao eruditismo enquanto a prática o levou, como defensor de trabalhadores rurais, ao encontro da cultura popular, iniciando – assim – um contato com os cordelistas, figuras comuns nas cidades interioranas do Maranhão.

A participação, em um segundo momento, em eleições municipais, no Maranhão, das quais saiu sempre derrotado, seja eleitoralmente, seja financeiramente, também o aproximou da cultura popular.

Em 1986 deu-se por vencido: abandonou a política, ingressando, em seguida, via concurso, na magistratura. Não conseguiu, no entanto, abandonar a poesia, seja a poesia do poema, seja a poesia da canção, considerando que é, também, compositor.

2. 2 Sobre a História

Têm-se, hoje, quatro ideias acerca da História: História-crônica, História-ciência, História-total e Nova História-social. A História-crônica, que vai da Antiguidade aos cronistas medievais, contempla os fatos heroicos, as batalhas, os reis. Tem caráter pedagógico. A História-ciência é contemporânea do desenvolvimento da Sociologia e da Antropologia. Formula problemas e dá as respostas, usando método próprio, a análise documental. Tem um caráter pragmático, buscando compreender as transformações do passado para apontar diretrizes para o futuro. A História-total, também ligada às ciências sociais, identifica-se com o Marxismo e com o Estruturalismo. Procura ultrapassar a aparência imediata dos fatos, diferenciando-se, nesse aspecto, da História-ciência, atingindo explicações mais profundas, captando o sentido das mudanças, privilegiando, com isso, as rupturas em detrimento da continuidade. A Nova História-social constitui uma oposição à História mais interpretativa, mais estrutural. Valoriza a História da Cultura - isto é, a do pensamento e consciência da experiência do tempo elaborada e interiorizada pelo homem, das mentalidades, das representações, dos mitos, do cotidiano, sem se ocupar da busca de relações determinantes.

Para efeito do presente artigo, que discorre sobre o poema **Vistos etc.** interessa a Nova História-social. A eleição desta perspectiva da História decorre do fato de que o poema **Vistos etc.** constitui, originalmente, uma sentença em versos, construída, em Imperatriz, no momento em que defesa e acusação se digladiavam em um júri popular, que discutia, dentre outros, o crime cometido por Vanderlei Teixeira Batista tendo como vítima um taxista, como revela a estrofe a seguir:

O réu em seu ato criminoso
Feriu artigo do C. Penal,
Sendo, portanto, denunciado,
Pela sua ação ilegal,
Tirando a vida do semelhante,
Sem motivo para tal. (**Vistos etc.**).

O poema tendo, então, como tema, o julgamento de Vanderlei Teixeira Batista, acusado de assassinar um motorista de táxi, crime que abalou a cidade de Imperatriz, traz à tona, um acontecimento: a sentença do poeta Baial Ramos, digo, do Juiz José Ribamar de Castro Ramos.

Baial Ramos dispendo-se a pronunciar uma decisão do Tribunal do Júri Popular ignora a tradição, qual seja, a produção de uma sentença judicial sob a forma de prosa factícia.

Utiliza-se da prosa fictícia. A escolha, no entanto, não o afasta do cotidiano, pois, no âmbito do conhecimento, o poema **Vistos etc.** gravita em torno da realidade em que vive o poeta, como a criminalidade, que atinge a sociedade e a própria magistratura da qual ele, naquele momento, é membro.

Nesse sentido, ele foi, também, o responsável pelo julgamento dos envolvidos no assassinato do prefeito Renato Moreira e de ter reaberto, 10 anos depois de interrompido, o caso da morte do padre Josimo Tavares.

Foram experiências traumáticas, pois ele sofreu ameaças de morte e temeu pela integridade de sua família.

Além de produzir conhecimento da realidade, Baial Ramos também propicia ao leitor uma ação educativa que se estabelece mediante a comunicação e o diálogo que ele, como poeta, mantém com o leitor. Tem-se, no poema, uma situação cotidiana, objeto da Nova História-social, situação essa, conforme Peter Burke, “[...] encarada agora, por alguns historiadores, como uma única história verdadeira, o centro a que tudo o mais deve ser relacionado” (BURKE, s.d. p. 23).

Essa história única a que se refere Peter Burke constitui, na verdade, força de expressão, pois ela tem vários sentidos. Pode-se dizer que a Nova História-social tem muitas histórias o que a aproxima da Literatura, como quer Linda Hutchen ao afirmar que “[...] o que a escrita pós-modernista, tanto da história, como da literatura nos ensinou é que tanto história quanto ficção são discursos, que os dois constituem sistemas de significação pelo qual nós fazemos sentido do passado”. (HUTCHEN, 1991, p. 122).

2.3 Sobre a Literatura de Cordel

A literatura de cordel, tipo de poesia originalmente oral, como oral eram as demais manifestações literárias, ganhou corpo com a invenção da tipografia por Gutemberg, no século XV, à medida que passou a ser impressa em folhetos rústicos colocados à venda em corda, advindo daí o nome cordel.

Pode-se dizer que a literatura de cordel começou, propriamente, com o romance luso-espanhol da Idade Média e do Renascimento, consistindo-se em um tipo de narrativa em verso, caracterizada pela simplicidade, pela universalidade, pela espontaneidade e totalmente indiferente a tudo que é imposto pela cultura oficial, cristalizada pelos letrados. Explora, fundamentalmente, a rima. As estrofes mais comuns

são as de dez, oito ou seis versos, recitados de forma quase cantada, acompanhados de violão.

Segundo Veríssimo de Melo, citado por Luís da Câmara Cascudo, no Brasil, “[...] as raízes de nossa literatura de cordel, narrativa em versos e registros de fatos memoráveis, em folhetos, estão fincadas, sem nenhuma dúvida, em velha tradição portuguesa e ibérica”. (CASCUDO, 2000, p. 332).

Vinda de Portugal, a literatura de cordel chegou ao Brasil, como decorrência de ligações históricas, a partir do processo de colonização. Começou – portanto – a ser divulgada, aqui, no século XVI, trazida pelos colonos sendo – assim – uma das heranças que o Brasil recebeu de Portugal.

Nesse contexto, o Brasil abriu suas portas à literatura de cordel. Ela foi se localizar, fundamentalmente, no Nordeste. Dois fatores foram determinantes: as condições étnicas, como o encontro do português com o negro, – que se deu de forma estável, não esporádica, permitindo a absorção de influências, – e o meio.

Assim, nesse sentido, as condições sociais de formação do Nordeste predisuseram-se para que pudesse surgir, desenvolver-se e tomar características próprias esse tipo de manifestação cultural.

A organização da sociedade patriarcal, o surgimento de manifestações messiânicas, o aparecimento de bandos de cangaceiros ou bandidos, as secas periódicas, provocando desequilíbrio econômico e social, e as lutas de família deram oportunidade para que se verificasse o surgimento de grupos de cantadores como instrumentos do pensamento coletivo, das manifestações da memória popular.

A literatura de cordel gozou de estima entre os leitores até o século XVII. Nesse momento, os escritores brasileiros se deixam impregnar do sentimento clássico no que diz respeito ao fazer literário.

Esse abandono se estendeu até o Romantismo, quando, sabe-se, os escritores tiveram suas atenções voltadas para os temas tradicionais, como os assuntos carolíngios, valorizando a cultura popular.

A literatura de cordel, percebe-se, – de sua gênese aos dias atuais, – articula a ideologia do coletivo. O poeta popular, admitindo que a individualidade da mente criadora está por trás de toda e qualquer criação artística, identifica-se com o povo.

Contrariamente ao poeta erudito, que se dirige a um receptor solitário, o poeta de cordel não pode deixar de considerar o auditório diante do qual recitará ou cantará.

Acredita-se que a articulação da literatura de cordel com o coletivo constitua o grande motivo do preconceito de que é vítima essa espécie poética,

pois a Literatura, desde os gregos, é produzida em uma sociedade de classes. Desse modo, a produção literária acaba ficando sob a autoridade e à mercê das apropriações econômicas, políticas e ideológicas das classes dominantes.

Dentro dessa perspectiva, a literatura de cordel, porque indiferente ao estabelecido, acaba constituindo-se em um fazer literário exótico, configurando – portanto – uma contracultura.

Não constitui – no entanto – uma cultura particular. Embora a inspiração do poeta seja provocada por fatos cotidianos, – como é o caso do poema **Vistos etc.** – os elementos presentes na literatura de cordel são reinvenções, recriações, são realidades universais.

Não constitui tarefa fácil classificar a literatura de cordel. Manuel Diéguas Júnior, citado por Luís da Câmara Cascudo, diz que

Nas cantorias da literatura oral do Nordeste [...] encontramos dois tipos de poesia: um tradicional, que está sempre na memória dos cantadores [...] outro é o improvisado (o repente, o verso do momento), dito em face de um fato momentâneo ou a propósito de uma pessoa presente; este último é o autêntico improvisado, muito comum sobretudo no desafio. (CASCUDO, 2000, p. 332),

A classificação temática está na pauta de toda e qualquer discussão analítica da literatura de cordel.

A temática do cordel é preponderantemente épica, em poemas longos, utilizando vários formatos de estrofes, versos e rimas. O cordelista conta uma história (ficção, verdade, paródia, ironia, tragédia, humor, narrativa de um acontecimento etc.) utilizando versos na sua construção. O cordel é, basicamente, um conto feito em versos.

Quanto ao formato das estrofes, o cordel utiliza as quadras, as sextilhas ou sextas, as septilhas ou sétimas, as oitavas e as décimas. Com exceção das décimas, nos formatos de Martelo agalopado e de Galope à beira-mar (estes mais utilizados nos repentes), os versos são quase que uniformemente redondilhos maiores (sete sílabas). Quanto às rimas, não existe o cuidado de se procurar rimas ricas (as que pertencem a classes gramaticais diversas). Há até o costume de não se utilizar rimas nos versos ímpares nas quadras e nas sextilhas.

2.3.1 A quadra

A quadra ou quarteto é uma estrofe de quatro versos. Utiliza esquema rímico semelhante ao da trova (ABAB ou ABBA) mas encontra-

se, nele, com frequência, o esquema mais simples dos cantadores, que utilizam a rima final apenas nos versos pares (xAxA).

2.3.2 A sextilha

É uma das formas mais utilizadas nos cordéis, juntamente com a sétima. As estrofes são quase invariavelmente feitas em redondilhas, com as rimas nos versos pares, raramente utilizando-se rima nos ímpares.

2.3.3 A Sétima

A estrofe de sete versos, chamada sétima, de muita utilização no cordel, apresenta um esquema rímico próprio, com uma variante. As rimas são apresentadas nos esquemas xAxABBA ou ABABCCB, vendo-se aí a semelhança dos primeiros versos com a quadra, descuidando-se dos versos ímpares algumas vezes.

2.3.4 A oitava

A oitava é a estrofe menos utilizada no cordel. Seu formato deriva da junção de duas quadras, até com seus esquemas rímicos, que podem ser continuados nas duas quadras da estrofe ou diferentes em cada parte, mas, na maioria dos casos, deixando os versos ímpares como versos brancos. Utiliza esquema xAxAxAxA, ou ABABABAB ou, ainda, ABABCD CD.

2.3.5 A décima

A décima é, no cordel, o que se pode chamar de “forma erudita”, pois sua utilização é mais trabalhada, até quando é utilizada pelos repentistas. Como nos outros esquemas estróficos, a décima também se utiliza da redondilha, mas é nesse formato que aparecem versos de arte maior, como o Martelo Agalopado e o Galope à beira-mar. Embora possa apresentar esquema rímico diverso, o mais utilizado (a grande maioria) é o esquema ABBAACDDC.

É nesse esquema estrófico (juntamente com o esquema rímico) que se encontra a glosa, formada por uma ou duas estrofes nos improvisos e por várias estrofes no cordel. As posições tradicionais do mote em dístico na glosa são nas posições 4 e 10 ou nos dois últimos versos, 9 e 10. Porém, o cordel assim apresentado não necessita obrigatoriamente de utilizar o mote, mantendo a temática livre como os cordéis que utilizam estrofes menores.

3 O POEMA DE CORDEL *VISTOS ETC*: a literatura como registro de uma situação factícia

Sendo uma narrativa em versos, o poema **Vistos etc.** contempla personagens, aqui, no caso, de um lado, a Justiça Pública, de outro, o réu Vanderlei Teixeira Batista, acusado do assassinato do taxista José Vieira da Silva, um dos mais violentos crimes da história policial de Imperatriz, conforme revelam as estrofes a seguir:

José Vieira da Silva
 Honesto e bom cidadão
 Na noite do acontecido
 Estava dando plantão
 Trabalhando de taxista
 Que era sua profissão.

O réu fretou seu táxi
 Tramando a simulada
 Uma corrida à Açailândia
 Numa noite enluarada,
 Mas no meio do caminho
 Logo pediu uma parada.

Entrou o comparsa
 Edinho Mandante e co-autor
 Foragido da Justiça,
 Uma miséria ele pagou
 Pelo crime encomendado
 Um trabalho sem valor.

Por apenas um milhão
 Uma importância vil
 Por corró se mata gente
 Nesse nosso Brasil;
 Fato esse acontecido
 No dia quatro de abril.

No local da tragédia
 Pediu outra parada
 Dando na vítima dois tiros
 E depois uma punhalada
 E roubaram seu dinheiro
 Consumando a simulada.
 (**Vistos etc.**)

Entre eles, como mediador, o poeta Baial Ramos, ou melhor, o Juiz José Ribamar de Castro Ramos.

Formalmente, o poema **Vistos etc.** remete a uma discussão sobre o fazer literário. No que diz respeito à métrica, observa-se nele uma extrema variedade: uns versos têm sete sílabas, outros oito e nove, como revela a estrofe abaixo:

Sou/ ju/iz,/ não/ sou/ po/e/ta – Mas/ fa/ço/ ver/so e/ can/ção – Na/ bei/ra/ do/ To/can/tins, – Im/pe/ra/dor/ da/ re/gi/ão; – Ho/je em/ For/ma/ de/ po/e/ma, – Vou/ pro/fe/rir/ es/ta/ de/ci/são/. (De Vistos etc.)

O que explica esse comportamento é o caráter popular do poema, fugindo, assim, aos cânones. Para Baial Ramos, não faz sentido, na Modernidade, a métrica clássica, prevalecendo, então, o verso livre. A rima segue o estabelecido, mas com a intenção de facilitar a memorização, uma das características do cordel, assim como as estrofes.

O poema, embora seja de banca, isto é, história escrita, caracteriza-se pelo repente, com a situação provocando a inspiração do poeta.

O poema tendo, então, como tema, o julgamento de Vanderlei Teixeira Batista, acusado de assassinar um motorista de táxi, crime que abalou a cidade de Imperatriz, traz à tona um acontecimento: a sentença do poeta Baial Ramos, digo, do Juiz José Ribamar de Castro Ramos, sentença essa provocadora do cordel.

Além de constituir um fazer literário, o poema funciona como um excepcional instrumento de massa, isso quando os meios de comunicação atingem o estágio da supremacia.

Essa instrumentalidade nasce do desejo do poeta, ou juiz, em romper com a tradição, isto é, com a sentença em prosa, prolixa, erudita, preciosa. Aliás, é exatamente a ruptura com o cânone que fez com que o Tribunal de Justiça rejeitasse a sentença em forma de cordel dada pelo Juiz José Ribamar de Castro Ramos. A corte alegou que não é da tradição do Tribunal a sentença em verso, mas sim em prosa.

O autor, então, entrou com representação contra o Tribunal. Em defesa da sentença em verso a alegação de que não estava escrito em lugar

algun que ela tinha que ser redigida em prosa com o que concordou a Justiça Maranhense.

O desembargador Mílson Coutinho, então na ativa, foi quem encerrou a polêmica, afirmando que realmente não havia qualquer impedimento na legislação brasileira para decisões judiciais em verso.

Para ele, a sentença em verso não deixava de ser um modo espetacular de o sujeito se expressar. A propósito, Baial Ramos alegou que a sentença em verso surgiu, também, do sentimento de que o poema popular, apropriando-se de uma linguagem simples, permite aos estratos mais baixos da sociedade compreender as ações da Justiça.

4. CONCLUSÃO

Ao longo deste artigo, procurou-se estabelecer a relação da **História** com a **Literatura**. Observou-se, no poema de cordel **Vistos etc.** que o poeta Baial Ramos reconstrói um acontecimento ocorrido na cidade de Imperatriz: o julgamento do homicida Vanderlei Teixeira Batista, autor de um dos mais hediondos crimes ocorridos na segunda mais importante cidade do Maranhão. Utiliza-se de uma espécie literária para contar um fato histórico, dentro da perspectiva atual da História como área do conhecimento, qual seja, contemplar situações nas quais estejam envolvidas pessoas comuns. É a chamada “história vista de baixo”, como quer Jim Sharpe citado por Peter Burke.

Baial Ramos, fazendo-se um trocadilho com o que diz Jim Sharpe, é, pode-se dizer, um “poeta visto de baixo”. Com o poema **Vistos etc.** ele dá continuidade a uma prática comum aos artistas nordestinos: colocar em verso a História da região, e até do país, tendo como protagonistas, via de regra, personagens vistas como menores pela História, como Lampião, Antônio Conselheiro, Padre Cícero e Frei Damião. Fazem parêntese com Baial Ramos poetas como Moreira Acopiara, autor de **Lampião e Padre Cícero num debate inteligente**, um folheto revisionista, Manoel D’Almeida Filho, autor de **Os cabras de Lampião**, considerada a melhor biografia em versos do bandoleiro das caatigas e **Padre Cícero**: o Santo de Juazeiro, sobre o famoso milagreiro cearense, e Rodolfo Coelho Cavalcanti que transporta para o cordel a epopeia da **Tróia de taipa**, no livro **Antônio Conselheiro**: o Santo Guerreiro de Canudos.

Baial Ramos, com o poema **Vistos etc.** mostra que a realidade, no caso o julgamento de Vanderlei Teixeira Batista, pode ser representada de forma indireta, usando-se a imaginação mediante a figuração da linguagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. Defesa de Kafka contra os seus intérpretes. In : **Ideia da Prosa**. Trad. João Barrento, Cotovia, 1999.
- ANDRÉ, Hidelbrando A. de. **Técnicas de redação**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 1988. ARISTÓTELES. **Aristóteles - Vida e Obra**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política – Ensaio sobre literatura e história da cultura**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BURKE, Peter. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: **A escrita da História – novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. 2. ed. São Paulo: Unesp.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. – 9. ed. revista, atualizada e ilustrada. São Paulo: Global, 2000.
- DE CERTEAU, M. **A cultura no plural**. Campinas: Papiрус, 1995.
- EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção**. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- MARTINS, Paulo. **Verdade e verossimilhança**. Discutindo Literatura. São Paulo: Escala Educacional, nº 3 p. 24, 2008.
- RAMOS, Baial. **Vistos etc**. Disponível em: Acesso: 15 de outubro de 2010
- ROSSO, Mauro. Os sertões: contemporâneo da posteridade. In: **Cronópios**. Disponível em: . Acesso em: 25 outubro 2010.
- SOUSA, Luís Roberto Acizelo de. **Teoria da literatura**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- SARAMAGO, José. História e ficção. **Jornal de Letras, Artes e Ideias**. Lisboa: s/e, 1990.

O TESOURO DE TUTÓIA E AS AVENTURAS DE ERNESTO RIVERA

Euges Lima

O saudoso jornalista, advogado, pesquisador e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, Waldemar Santos, em seu livro “Fragmentos da História do Maranhão”, publicado pelo Sioge em 1982, traz um capítulo (Tesouro da Espanha) curioso sobre certo tesouro que teria sido enterrado nas areias de Tutóia no início do século XX. Essa informação, o autor conseguiu com o padre Jocy Rodrigues, neto do famoso Coronel Paulino Neves, fundador da Tutóia Nova (1901), então chefe político da região e um dos personagens principais dessa história que parece mais um roteiro de cinema, com todos os ingredientes, como caça ao tesouro, conspirações, prisões, drama e suspense.

Padre Jocy, tinha em sua posse, uma carta, que relatava essa inusitada história, provavelmente herdada do espólio do seu avô. Em 1909, Paulino Neves, recebera uma inesperada e intrigante correspondência vinda da Espanha, cujo remetente era o espanhol Ernesto Rivera, o qual o prócer tutoiense nunca ouvira falar, no entanto, Rivera teve boas referências do Coronel Paulino: “as boas informações que tenho de V. Exa., as quais me foram dadas por um Sr. quando eu estive em esse país.”

Na carta, Rivera relata que foi Capitão e Tesoureiro d’Arma da Cavalaria de Guarnição daquela Praça e que participou de uma conspiração para derrubar a monarquia espanhola e que teria desertado com 900.000 francos em notas do Branco da França e Inglaterra que estavam sob seu poder com a finalidade de comprar armas e equipamentos bélicos no estrangeiro para promover a revolta militar que derrubaria a monarquia e implantaria a República em toda a Espanha.

Acontece que quando Ernesto Rivera se encontrava na fronteira da França à espera de instruções, recebe a notícia que o plano do levante havia sido descoberto e que alguns dos seus companheiros tinham sido presos e outros, fugidos para o exterior. Imediatamente, decide fugir para América do Sul com a fortuna que trazia. Primeiro, desembarca na Venezuela, não gosta do ambiente do país, então resolve ir para o Brasil. Depois de visitar vários estados e comarcas, chega ao litoral oriental do Maranhão, na longínqua e pacata Tutóia, localizada no Delta do Paranaíba. Ali, diante da necessidade de retornar para Espanha para socorrer sua única

filha que estava doente em um Colégio interno na Cidade de Toledo, o militar espanhol, deixa “enterrados dentro de uma pequena caixa de folhas de lata, nos arrabaldes d’essa localidade” 900.000 mil francos que havia furtado de sua guarnição na Espanha.

Como pai, Rivera não poderia abandonar sua filha naquelas condições, ao mesmo tempo em que não poderia retornar com aquela quantia em seu poder. Diante de tal impasse, descreve o que melhor lhe pareceu fazer:

Meti 900.000 francos dentro da dita caixa em os arrabaldes d’essa localidade; procurei um lugar rasinho, separadamente, e sem que ninguém me olhava, nem observava, fiz um buraco na terra, de meio metro de profundidade, e aí sepultei a caixa, com o dinheiro; no mesmo instante, fiz uma pauta tipográfica (croquis) fixa e exata do lugar onde sepultei a caixa; a esta pauta, junta com uma fita métrica que me servi d’ela para recolher as medidas e dimensões do terreno, assim como uma folha explicativa, aonde anotei todos os apontamentos; todas estas peças as ocultei num segredo que tem a minha mala de viagem n’um segredo que ninguém conhece, mais que eu e a minha filha (SANTOS, 1982, p.111).

O plano do Capitão era retorna à Espanha e trazer sua filha para o Brasil, onde ela poderia se recuperar e viver em paz com ele. Porém, tudo deu errado, e ele foi preso ao chegar à Espanha, sendo condenado pelo Conselho de Guerra espanhol a dez anos de prisão e a pagar as custas do processo. É nesse cenário que Ernesto Rivera vislumbra solicitar a ajuda de Paulino Neves como a única forma de resgatar o tesouro que ela havia deixado enterrado nas areias brancas de Tutóia, se não para ele se beneficiar, já que se encontrava preso e condenado, mas pelo menos para segurança e felicidade de sua filha, a jovem Hilda de 18 anos. Para isso, oferece a metade da quantia enterrada a Paulino Neves como recompensa, mas não sem antes elencar uma série de condições e instruções detalhadas que deveriam ser seguidas pelo Coronel:

1.^a - V. Exa. Terá que ser fiel e honesto com minha filha, e não divulgar este assunto;

2.^a - V. Exa., ou outra pessoa de maior confiança, tem que vir à Europa, para acompanhar a minha filha até o Brasil, porque eu quero sendo sagrada condição que minha filha há d’ir com V. Exa., a ajudar-lhe a descobrir a dita caixa;

eu confio que V. Exa. Há – de comportar-se com ela, como um homem d'honra, e como um segundo pai;

3.^a - Pelo pronto, tem que V. Exa., pagar as despesas de viagem de minha filha, porque eu acho-me sem dinheiro, devido à minha pobre e triste situação, os meus amigos abandonaram-me, e os meus correligionários, uns acham-se presos, e outros, emigrados;

4.^a – Também tem que pagar V. Exa. “6.250 pesetas, ouro (1.250), que é necessário pagar para levantar a minha mala de viagem do depósito onde se acha depositada, por dívida d'uma quantia (SANTOS, 1982, p. 112).

Como vimos acima, nas instruções e condições imposta por Rivera, o plano era Paulino Neves bancar sua viagem até Portugal, o que representaria um custo no valor de um conto e seiscentos mil reis. Quando desembarcasse em Lisboa, do Hotel que estivesse hospedado, deveria escrever para Ernesto Rivera informando seu endereço, então, Rivera responderia informando o Hotel onde poderia encontrar sua filha para juntos resgatarem a tal mala que se encontrava em um desses armários que se alugam em terminais de transportes, pois nela, encontravam-se todas as peças imprescindíveis para localização precisa do tesouro enterrado em Tutoia, como pauta topográfica, fita métrica e a folha explicativa, mas antes, Paulino Neves deveria mais uma vez meter a mão no bolso no valor de 6.250 pesetas para pagar o resgate da mala e retornar ao Brasil com Hilda, pagando também todas as despesas com passagens de navio no retorno ao Brasil.

Depois que concluiu todas suas instruções o Capitão Rivera solicita que caso o Coronel Paulino Neves concorde com suas condições, envie uma “pronta resposta, para o endereço seguinte: Sr. Adolfo G. R. Ramirez, Cale de Ayal, n.º 16/2.º, Madri (Hespanha)[...] e com a esperança de receber pronto a notícia de seu aviso à Lisboa.” Finaliza a carta com cumprimentos honrosos e respeitosos, datando de Madri em 19 de agosto de 1909. A pergunta que fica é, teria o Coronel Paulino Neves atendido aos seus apelos e respondido a essa curiosa correspondência? Teria ainda Paulino Neves feito essa fantástica aventura para Lisboa? Certamente não, talvez o Coronel tenha desanimado diante de tantas condições, despesas e aventuras necessárias para tal feito e Ernesto Rivera esperou uma resposta favorável que nunca foi.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, José Ribeiro do. **Limites do Maranhão com o Piauí ou A Questão da Tutóia**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1919.
- ARAUJO, Odorico Melo. **Tutóia 70 anos: 1938-2008**. São Luís: EDUFMA, 2015.
- FERREIRA, Justo Jansen. **A Barra da Tutóia**: resposta ao livro Limites entre os Estados do Piauí e do Maranhão. Maranhão: Typ. Ramos d'Almeida & Comp., 1908.
- GINÁSIO PRESIDENTE CASTELO BRANCO. **Tutóia e Seu Folclore**. São Luís: Sioge, 1973.
- LIMA, Euges. Lucas Veras, prócer da política tutoiense. São Luís. **O Estado do Maranhão**, 2018.
- _____. A real idade de Tutóia. São Luís. **Jornal do Maranhão**, 2019, p. 16.
- OLIVEIRA, Paulo. **Panorama Histórico de Tutóia e Araiões**. São Luís: Sioge, 1987.
- SANTOS, Waldemar de Souza. **Fragmentos da História do Maranhão**. São Luís: Sioge, 1982.
- SCHWENHAGEN, Ludwig. **Antiga História do Brasil**: de 1100 A. C. a 1500 D. C. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Cátedra, 1970.

ARTIGO DE OPINIÃO - TAMBOR DE CRIOLA

Edson Santana



Este breve artigo tem o seu início no dia 24 de maio de 2016, mais precisamente no Aeroporto de Congonhas – São Paulo, com destino ao Aeroporto Internacional de Brasília - Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira em Brasília - DF, para fazer uma escala para seguir finalmente para o Aeroporto Internacional de São Luís - Marechal Cunha Machado, em São Luís – Maranhão.

Uma cena curiosa ocorreu no saguão de embarque em Brasília, eu conversei com um casal que também estava embarcando no Voo G3-5325 com

destino a Capital do Maranhão, tratava-se do futuro Confrade Luiz Américo Lisboa Júnior (Atualmente Diretor de Biblioteca no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia), que estava indo para ser empossado como associado correspondente no Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão junto comigo, somente fomos nos encontrar no dia seguinte, na Sessão Solene de Posse e alusiva ao Dia do Geógrafo em **25 de maio de 2016**.

Eram quatro os objetivos da minha visita à São Luis, a minha posse como Associado Correspondente do IHGM, uma breve pesquisa sobre os Ladrilhos Hidráulicos, levantar algumas informações sobre a vida do “Mestre dos Mestres”, o Professor Tarquínio Silva, nascido em Viana-MA e coletar informações sobre o “**TAMBOR DE CRIOLA**”.

Devido ao meu tempo ser muito curto, somente uma parte do dia 24 e o período da manhã do dia 25 de maio, fiz um passeio de reconhecimento pela região central de São Luis, e pude identificar alguns locais, onde pude fazer um contato direto com fontes primárias de pesquisa.

O tambor de crioula, assim como outras tradições africanas, foi transportado para o Brasil, durante o período em que homens e mulheres, foram arrancados da sua terra de origem e comercializados para o trabalho, principalmente no ciclo da cana de açúcar e nos demais ciclos econômicos coloniais aqui no Brasil.

Esta manifestação cultural foi no seu início proibida e após o término formal da Escravidão, continuou sendo marginalizada e aos poucos foi sendo aceita como manifestação cultural e nos dias de hoje virou fonte de renda em algumas cidades do Brasil.



Eu particularmente, preciso retornar a São Luís para presenciar todo o preparativo e participar deste espetáculo, são três tambores, que são afinados ao fogo, e depois tocados com maestria por homens, enquanto as mulheres com seus trajes especialmente elaborados para a ocasião executam danças coreografadas para a ocasião, tanto as músicas como as coreografias são passadas de geração em geração, perpetuando assim este conhecimento ancestral e trazido da Mãe África ... eis a **Conexão Brasil** <<< == >>> **África**.



Recentemente eu escrevi uma palestra que fala sobre o SOM do TAMBOR, como o SOM do nosso CORAÇÃO, e o Tambor de Crioula tem um lugar de destaque, e em breve receberá uma palestra especial, buscando resgatar todas as manifestações deste Patrimônio Histórico e Cultural e Imaterial Brasileiro.

Termino este artigo com a cópia da Certidão expedida pelo IPHAN.



**Serviço Público Federal
Ministério da Cultura**

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

CERTIDÃO

CERTIFICO que do Livro de Registro das Formas de Expressão, volume primeiro, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Iphan, instituído pelo Decreto número três mil quinhentos e cinquenta e um, de quatro de agosto de dois mil, consta à folha seis verso, o seguinte: Registro número 005. Bem cultural: Tambor de Crioula do Maranhão. Descrição: o Tambor de Crioula é uma manifestação afro-brasileira que ocorre na maioria dos municípios do Maranhão, envolvendo uma dança circular feminina, canto e percussão de tambores. Dela participam as coreiras ou dançadeiras, conduzidas pelo ritmo intenso dos tambores e pelo influxo das toadas evocadas por tocadores e cantadores, culminando na pungua ou umbigada – gesto característico, entendido como saudação e convite. O Tambor de Crioula inclui-se entre as expressões do que se convencionou chamar de samba, derivadas originariamente do batuque, como o jongo no Sudeste, o samba de roda do Recôncavo Baiano, o coco no Nordeste e algumas modalidades do samba carioca. Além de sua origem comum, constata-se traços convergentes na polirritmia dos tambores, no ritmo sincopado, nos principais movimentos coreográficos e na umbigada. Praticado livremente, seja como divertimento ou em devoção a São Benedito, o Tambor de Crioula não tem local definido ou época fixa de apresentação, embora se observe uma maior ocorrência durante o Carnaval e nas manifestações de bumba-meu-boi. Trata-se de um referencial de identidade e resistência cultural dos negros maranhenses, que compartilham um passado comum. Os elementos rituais do Tambor permanecem vivos e presentes, propiciando o exercício dos vínculos de pertencimento e a reiteração de valores culturais afro-brasileiros. Esta descrição corresponde

à síntese do conteúdo do processo administrativo nº 01450.005742/2007-71 e Anexos, no qual se encontra reunido um amplo conhecimento sobre esta Forma de Expressão, contido em documentos textuais, bibliográficos e audiovisuais. O presente Registro está de acordo com a decisão proferida na 53ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, realizada no dia dezoito de junho de dois mil e sete. Data do Registro: 20 de novembro de 2007. E por ser verdade, eu, Márcia Genesis de Sant'Anna, Diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, lavrei a presente certidão que vai por mim datada e assinada. Brasília, Distrito Federal, 20 de novembro de 2007.

MISSIONÁRIOS DA COMPANHIA DE JESUS DO MARANHÃO SÉCULO XVIII

Gilmar Pereira Silva

A ocupação das terras e catequese indígena no interior da Capitania do Maranhão tiveram contribuição decisiva dos padres missionários da Companhia de Jesus. Quem, quantos e onde exerceram suas atividades sacerdotais no período colonial maranhense, pouco se conhece. Nesse contexto, estampo pela primeira vez à comunidade maranhense cópia “*ipsis litteris*” de dois documentos importantes que nos revelam nomes de alguns conhecidos e maioria até então no anonimato, esclarecendo-nos parte dessas interrogações sobre o tema. Este e outros documentos fazem parte de uma coletânea de documentos nacionais coligidos e copiados de Arquivos e Bibliotecas europeias a mando de Dom Pedro II e se encontram depositados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

I Nomes dos Missionários que Foram para o Maranhão Provenientes de Portugal

Ano 1724

(Fl. 249) Padre Joseph da Cunha=Irmão Manoel Bernardo=Ir. Manoel Fernandes=Ir. Lourenço Fernandes=Ir. João da Costa =Ir. Manoel Morato=Ir. Manoel Gomes=Ir. Antônio Roldão=Ir. Joseph Vellez=Ir. Antônio Fernandes=Ir. Joseph Martins=Ir. Francisco da Silva=Ir. Francisco Machado.

Ano 1726

Padre Manoel Lopes=P. Achilles Avogrado=Irmão João Ferreira=ir. Teotônio Barboza=Ir. Joaquim de Coimbra=Ir. Antônio Dias=Ir. Caetano Xavier=Ir. João Baptista=Ir. Domingos Cardozo=Ir. Aleixo Antônio=Ir. Bernardo da Assumpção=Ir. Francisco da Veiga=Ir. Manoel Alves=Ir. Cristóvão de Carvalho=Ir. Manoel Simões=Ir. Manoel Faborda=Ir. Joseph Rodrigues=Ir. Manoel Nunes=Ir. Joseph Antônio=Ir. Manoel Joseph.

Ano 1728

Padre Caetano Ignácio=Irmão Joseph de Moraes=Ir. Manoel Moreira=Ir. Manoel Gomes=Ir. Bernardo Goardado=Ir. Jozeph Ferreira=Ir. Manoel Affonso=Ir. Mathias da Fonseca=Ir. João Rodrigues=Ir. Bernardo de Aguiar=Ir. Manoel Baptista=(**Fls. 250**) Ir. Dionizio dos Reis=Ir. Antônio Alves=Ir. Bento Caeiro.

Gilmar Pereira Silva. Graduado em Medicina pela UFMA em 1988. Mestre e Doutor em Medicina pela Universidade de Brasília. Sócio Efetivo da Instituto Histórico e Geográfico de Caxias (IHGC). Sócio Corresponde em Brasília do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM). Endereço de Correspondência: SHN Q 01 Bloco D, AP 1716, CEP:70701-040, Asa Norte, Brasília-DF. E-mail: gilpsilva2006@gmail.com

Ano 1731

Padre João Teixeira=P. Simão Henriques=Irmão Manoel de Miranda=Ir. Dionizio Regis=Ir. Manoel Ribeiro=Ir. Geraldo Ribeiro=Ir. Antônio Lourenço=Ir. Domingos Antônio=Ir. Theodoro da Cruz=Ir. Manoel Alves=Ir. Francisco Rodrigues = Ir. Heytor Joseph=Ir. Joaquim de Carvalho.

2 Catálogo dos Religiosos da Companhia de Jesus deste Estado e dos Lugares em que estão (Fl. 252)

- ✓ P. José, de Souza Visitador Provincial;
- ✓ P. Luís Maria Companheiro do M. R. P., V. Provincial e Missionário de Mostigura;
- ✓ P. Caetano Ferreira Reitor do Colégio do Maranhão;
- ✓ P. Ignácio Xavier Reitor do Colégio do Pará;
- ✓ P. José Vidigal na Fazenda do Curuçá;
- ✓ P. João Tavares convalescendo na fazenda de S. Braz, “*et in firmevivens*;
- ✓ P. Aníbal Mazzolani, Perfeito dos Estudos e do Espírito no Colégio do Pará;
- ✓ P. João Teixeira Missionário em Aruacarã;
- ✓ P. Manoel da Motta Missionário no Maracanã;
- ✓ P. Joseph Lopes Procurador das causas do Colégio e dos presos;
- ✓ P. Gonçalo Pereira Admonitor Padre Reitor, no Colégio do Maranhão, Confessor da Comunidade e Consultor;

- ✓ P. Marcos Antônio Arnolfini no Guaricurû com o P. Luís de Oliveira *ob in firmam valetudinem quiescens*;
- ✓ P. Joseph, da Gama no Engenho de Yburajuba, com o Ir. Domingos Cardoso;
- ✓ P. Manoel, dos Reis na sua Missão nova do Araticâ, com o P. José da Rocha;
- ✓ P. Francisco Cardoso na Missão do Cabû com o P. Geraldo Ribeiro.

REFERÊNCIA

1. IHGB. Évora. Manuscritos. **História do Brasil**. Volume XII. Arq. 1.2.31.

MINHA HOMENAGEM AOS NOVENTA ANOS DO IGHM

Eneida Vieira da Silva Ostria de Canedo¹



O Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão completa 90 anos de criação. A reunião principal foi realizada na data de 20 de novembro de 1925, constando de apresentação do Regimento e a escolha da primeira Diretoria, mas para ter como “Data” comemorativa o dia 2 de Dezembro.

Nesse período o Brasil já era um país republicano, mas a escolha da data seria uma homenagem ao Imperador D. Pedro II, cujo centenário ocorria na data, assim demonstrando o grau de respeito e estima que os maranhenses intelectuais, ainda devotavam ao ex-Imperador. Realmente durante o período imperial, sob sua responsabilidade, proporcionou desenvolvimento ao país e credibilidade externa, nem sempre mantida no período republicano. Tal reconhecimento ocorria em todo o Brasil voltado para os festejos desse primeiro centenário.

Na forma publicada no primeiro número da Revista do IHGM – 1926, a Diretoria empossada na data de 02/12/1925, para o biênio 1926/27, ficou assim constituída:

- Dr. Justo Jansen Ferreira – Presidente;
- Dr. José Domingues da Silva – Vice-Presidente;
- Dr. Antônio Lopes da Cunha – Secretário Geral;
- Wilson da Silva Soares – Tesoureiro.

Integrantes do Quadro de Sócios Efetivos Fundadores, em número de nove:

- Antônio Lopes da Cunha – Bacharel em Direito;
- Arias Almeida Cruz – Padre;
- José Eduardo de Abranches Moura – Engenheiro;

¹Bacharel e Licenciada em Geografia e História, professora aposentada do Curso de Geografia da UFMA, ex-presidente do IHGM (2006/2010), decana e ocupante da Cadeira de N.º 44, patroneada por Temístocles Aranha.

- Benedito de Barros Vasconcelos – Desembargador;
- Domingos de Castro Perdigão – ex-Diretor da Biblioteca Pública do Estado do Maranhão;
- José Ferreira Gomes – Padre;
- José Pedro Ribeiro – Maranhense, no exercício do Vice Consulado da Noruega e interinamente da Dinamarca;
- Justo Jansen Ferreira – Médico e Professor;
- José Ribeiro do Amaral – Professor Catedrático de Geografia e História do Liceu Maranhense;
- Wilson da Silva Soares – Autor de vários trabalhos publicados.

Fundadores



José Ribeiro de Barros
1853 - 1927



José Jansen
1864 - 1900



Justo Jansen
1889 - 1930



José Pedro Ribeiro
1871 - 1940



Domingos de Castro Perdigão
1872 - 1929



José Ferreira Gomes



Wilson da Silva Soares
1898 - 1949



Antônio Lopes Dias
1879 - 1953



Carlota Carvalho
1893 - 1970



Manoel Francisco Paxeco

O Instituto contou de início com 30 vagas para sócios efetivos e 30 vagas para sócios correspondentes. Dos sócios efetivos tomaram posse, além dos fundadores:

- Antônio Lopes Dias – Engenheiro químico e mineralogista;
- Carlota Carvalho – Autora de “O Sertão”;
- Manoel Francisco Paxeco – ex-Consul de Portugal no Maranhão e depois no Pará, sócio da Academia de Ciências de Lisboa, das Academias de Letras: do Maranhão, Piauí e Alagoas; sócio dos Institutos Históricos da Bahia, Pernambuco, Pará, Piauí e Professor da Faculdade de Direito do Maranhão, além de trabalhos publicados.

Dos fundadores do IHGM, já relacionados, conheci apenas o Padre Arias de Almeida Cruz, já Monsenhor.

Aluna do Colégio de Santa Teresa, na década de 1940, no currículo constava religião, eram três aulas semanais, um horário era para “História Sagrada”, dado na própria capela do Colégio. Ficávamos sentadas no banco e o Capelão numa cadeira, bem próxima, ministrando a aula, era o Padre Arias Cruz. Entretanto a minha diferença com o Padre Arias era a duração de suas missas. As missas festivas do Colégio exigiam a presença das alunas e o jejum era absoluto para a Comunhão. Ele no momento da consagração perdia-se em meditação e oração, ultrapassando o tempo e eu nunca resistia até o final da celebração, desmaiava. Logo era levada ao refeitório onde era servida de chocolate e o famoso biscoito “Zé Pereira”. Até hoje lembrado por todas as ex-alunas. Conto com duas colegas que até hoje convidam-me para um lanche onde estão os inesquecíveis “Zé Pereira”.

As sobrinhas do Cônego Arias, Maria Estela Cruz e Odinéia, minhas amigas, foram as doadores dos dados biográficos para o livro “Patronos e Ocupantes de Cadeiras” sobre seu tio.

Presidentes do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão

Justo Jansen Ferreira (1925-1929)

O primeiro presidente do IHGM, o médico Justo Jansen Ferreira, eu não conheci, mas sempre ouvi falar sobre ele, minhas tias e minha mãe conheceram muito.

Justo Jansen era primo do meu avô Manoel Ferreira Bayma, ambos netos da filha da famosa Ana Jansen, a Ana Augusta Jansen Ferreira. Minha tia Ana Augusta Bayma recebeu esse nome como homenagem a bisavó. Meu avô era filho único e talvez por isso muito unido aos primos. Tanto os Jansen Ferreira de São Luís como os Bayma residentes em Codó. A amizade com Justo era grande, até foram colegas no curso de Medicina. Curso que meu avô não concluiu. Por ele era hospedado quando vinha a São Luís.

A residência de Justo Jansen era lá e continua bem conservada, na Rua do Passeio esquina com a Rua da Paz.

Originário de uma prole numerosa, dos filhos conheci o Desembargador Nelson Jansen Ferreira, Nadir e Edy e o empresário Humberto Jansen Ferreira, esse ficou residindo na casa paterna e na década de 60 mudou sua livraria da rua de Nazaré para o térreo dessa residência. Quando eu passava nos anos de 1966 e 67, para ministrar aulas de Geografia no Colégio de Aplicação da Universidade Católica, que funcionou no

prédio “Palácio Cristo Rei”, ele como representante das publicações do MEC, em São Luís, me oferecia lançamentos como: Atlas Históricos, Atlas Geográficos, a Revista Documenta, Dicionários etc. essas publicações não poderiam ser embrulhadas, os adquirentes deviam levá-las à mostra.

Justo Jansen Ferreira foi um grande presidente, que honrou o IHGM. Fez jus ao nome, além de estudioso, culto e grande administrador.

O IHGM começou sua atuação com chave de ouro ministrando um Curso de Estudos Maranhenses, iniciado no primeiro ano, de vigência da Instituição – 1926.

Relata o primeiro número da Revista da Instituição que o curso foi ministrado por pessoas de altos conhecimentos.

Pela programação publicada: denota o grau de relevância dos assuntos, ainda de interesse atual dada a problematização existente em todos os pontos do planeta. Embora tratados de uma forma geral e depois de forma específica sobre o Maranhão traçaram uma radiografia perfeita do Estado:

“— A geologia; a cartografia; a flora; a fauna; o clima; as regiões; a população; o saneamento; as comunicações terrestres; a navegação; os portos; os produtos naturais exploráveis; a lavoura; a propriedade territorial; a pecuária; a emigração e a colonização; à indústria; o comércio interno e externo; o capital, o crédito, os bancos; o trabalho, o operário, o salário; os impostos; o pauperismo, a assistência e a caridade; a cooperação, as caixas econômicas, os seguros; a criminalidade e a justiça; as finanças; a organização e a administração municipal; os limites intermunicipais; a cooperação entre os municípios; problema do sertão; a arqueologia e a história; o folclore; a linguagem; a educação; a literatura e a bibliografia”.

Consta que a primeira palestra foi proferida pelo sócio fundador Dr. Eduardo de Abranches Moura que ilustrou sua exposição com mapas da Ilha, do Estado, gráficos e projeções luminosas.

Abranches Moura foi outro sócio que engrandeceu a Instituição e a Geografia do Maranhão.

Consta que as palestras contaram com grande audiência. Deve ter sido um marco importante na vida da cidade uma vez que poucos cursos superiores estavam em funcionamento, apenas o de Direito e até o curso médio contava com poucos estabelecimentos.

A oportunidade atraiu os maranhenses sempre ávidos de desenvolver seus conhecimentos.

Justo Jansen foi um grande geógrafo através de seu ensino como professor de Geografia Geral do Liceu e Geografia do Brasil e outras disciplinas na Escola Normal do Estado. Deixou no âmbito da

Geografia “Carta Geográfica do Maranhão”, “Planta Geográfica da Ilha do Maranhão”, “Planta da Cidade de São Luís”, “A Barra de Tutóia”, esta estabelecadora dos limites do Maranhão e Piauí do lado leste do Estado, além de muitos outros livros e numerosos artigos em revistas.

Correspondente a sua formação médica publicou: “Biografia Médica e Climatologia do Estado do Maranhão”. O reconhecimento por seus trabalhos, ficam demonstrados pelas associações nacionais e internacionais as quais pertenceu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, da Sociedade de Astronomia de Paris, Sociedade de Geografia de Lisboa, da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro e da Sociedade de Medicina do Paraná e a da Bahia, além de outras sociedades e Academias. Justo Jansen pela prole numerosa conta em São Luís inúmeros descendentes, entre eles, o bisneto, o médico Manoel Lages Castelo Branco Neto.

José Ribeiro do Amaral (1929-1933)

Foi um dos presidentes que eu não conheci, entretanto desde que iniciei o curso superior passei a ler e ter sempre ao meu alcance seus excelentes trabalhos: “O Estado do Maranhão em 1896” e “Ephemérides Maranhenses”, embora tenha escrito muitos outros trabalhos de grande valor contando a História do nosso Estado. A biografia mais detalhada desse e dos demais integrantes do IHGM constam do livro “Patronos e Ocupantes de Cadeira”, obra comemorativa dos 80 anos da Instituição.

Elizabeto Barbosa de Carvalho (1937-1943)

No Maranhão, especialmente na cidade de São Luís todos se conheciam, mas pessoalmente não conheci o Dr. Elizabeto.

Tomei conhecimento que quando morou no município de Codó fundou no município um estabelecimento de ensino – Externato Codoense – muito elogiado pelo nível de conteúdo do ensino e de disciplina quase militar.

Meu pai Luiz Cortez Vieira da Silva, então promotor em Codó, lecionou nesse ginásio e em uma das comemorações do Dia da Árvore foi o orador, o discurso publicado no Jornal “A Escola”, editado pelo próprio Externado Codoense.

Elizabeto foi Desembargador, Corregedor Geral do Estado, Presidente do Tribunal de Justiça, Catedrático da Faculdade de Direito, Fundador do Diretório Regional de Geografia, Interventor Federal do

Estado, Secretário do Interior e Justiça e Segurança, Deputado Federal do Estado e Prefeito Municipal.

A obra que considero mais importante na sua vida foi a criação de estabelecimentos de ensino em cada município onde exercia suas funções públicas. Educador, exerceu com êxito e zelo essa grande missão.

Desembargador Leopoldino do Rego Lisboa (1943-1945)

Foi um dos Presidentes do IHGM que conheci, residia na Avenida Gomes de Castro, esquina da rua do Apicum que termina ou começa nessa Avenida, do outro lado, atualmente fica o Prédio da Agência do Banco do Brasil, Deodoro. No local dessa Agência residiram meus tios Manoel Lages Castelo Branco e esposa Kate, eram todos muito amigos. Morando um período com meus tios, início da década de 40, tornei-me amigo da sobrinha dele, Maria de Jesus, que também morava com os tios, anos depois casou-se com o Bacharel Eloi Coelho Neto, que muitas vezes assumiu a Presidência do IHGM, de forma eventual, na qualidade de sócio mais antigo.

Dr. Eloi foi um sócio titular que engrandeceu a Instituição por suas medidas administrativas e especialmente pelos numerosos livros e artigos publicados.

Dr. Leopoldino Lisboa, distingue-se não só como Desembargador, mas como católico praticante tendo desempenhado ações de colaboração durante o Arcebisado de D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota como membro da Ação Católica no Maranhão, especificamente no setor “Homens da Ação Católica”, que congregava médicos, bacharéis, engenheiros industriais, jornalistas, comerciantes. Entre outros trabalhos destacou-se “Onomástica Geográfica” publicado na Revista no 1 ano - 1946 – IBGE – São Luís. Além de discurso de posse de outros sócios titulares e assuntos diversos.

Astolfo de Barros Serra (1945-1947)

Presidente do IHGM entre 1945/47, não encontrei nada correspondente a sua atuação na Instituição, pois os livros de Atas do período até 1965 foram extraviados.

Conseguí alguns dados através de depoimentos de pessoas que o conheceram como Padre no município de Timon, antigo município de Flores.

Foi suspenso de Ordem pelo Arcebispo D. Otaviano Pereira Albuquerque, por motivo nada edificante, não compreendi por que logo depois foi premiado com a Interventoria do Governo do Estado do

Maranhão, quando a Igreja Católica Apostólica Romana era tão influente. Chegou posteriormente a Ministro e Presidente do Tribunal do Trabalho.

Deixou, entretanto, diversos trabalhos de valor como: “História Política do Maranhão”, “Noventa Dias de Governo”, “A Balaiada”, esses eu lí. Sendo que A Balaiada por ter sido um dos vinte temas de uma prova semestral do Curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia e foi o tema sorteado.

Pelo teor dos livros publicados, como Jornalista e no exercício das funções que exerceu no Tribunal Superior do Trabalho, deve ter continuado se destacando, tanto que mereceu, no Maranhão, ter seu nome no prédio mais suntuoso da Avenida Vitorino Freire, em São Luís.

João Braulino de Carvalho (1947-1953)

Exerceu a Presidência do Instituto de 1947/53. Médico formado no Rio de Janeiro, onde defendeu tese, paralelamente cursou Farmácia. No Instituto de Manguinhos fez o curso de Bacteriologista. Exerceu a Medicina em casas de saúde no Rio de Janeiro. Prestou concurso para médico do exército, tendo obtido o primeiro lugar. Médico do Exército foi designado para o Estado do Amazonas. Participou da Comissão de Limites na demarcação entre o Brasil e Perú, Venezuela e Guiana Inglesa. Retornando ao Maranhão, candidatou-se a deputado estadual (1934). Médico dedicado chefiou, por vinte e nove anos, uma enfermaria da Santa Casa de Misericórdia, em São Luís. Médico da Cruz Vermelha no Maranhão, sendo o primeiro dirigente no Estado. Sob sua direção iniciou a construção do Prédio para o Hospital da Cruz Vermelha, através de verbas, conseguidas por intermédio de deputados federais maranhenses, não chegando a conclusão da obra. Foram anos de luta. Todos os dias bem cedo já estava chegando para observar a construção. Eu cruzava com ele e sempre se queixava dos problemas enfrentados. Considero uma das grandes injustiças do Maranhão não terem colocado o nome dele no hoje Socorrão I. Embora o nome seja de outro médico que muito trabalhou pela saúde do povo maranhense. Esse hospital quem lutou pela construção, durante anos, foi o Dr. Braulino de Carvalho, merecedor como Dirigente da Cruz Vermelha, como Médico dedicado e pelos esforços junto as autoridades da época. O Dr. Braulino foi professor fundador da Faculdade de Filosofia de São Luís (1953), ministrou aulas de Antropologia, Física para o 1º ano, de Etnografia para o 2º ano e Etnografia do Brasil para o 3º ano do Curso de Geografia e História, com competência e dedicação, até seu desaparecimento em 1965. Eu fui sua aluna nessas três disciplinas.

Na sua administração, recebeu o Prédio da Rua Osvaldo Cruz doado pelo Governador Sebastião Archer da Silva para sede do Instituto

Histórico e Geográfico do Maranhão, é o mesmo que reformado hoje tem a entrada pela rua de Santa Rita, nº 230. Na sua administração foi apresentado projeto para reforma do prédio. Consta em artigo da Revista nº 06, de dezembro de 1956.

Na mesma revista foi publicada uma homenagem prestada a ele pelos relevantes serviços prestados a Instituição em duas décadas de muita persistência e desvelo.

Jerônimo José de Viveiros (1953-1957)

Maranhense, nascido em São Luís. Iniciou o Curso de Ciências Jurídicas e Sociais na cidade do Rio de Janeiro, Distrito Federal, tendo abandonado o curso no 4º ano. No Rio de Janeiro foi professor de História no Colégio Pedro II. Em São Luís foi catedrático de História Universal e História do Brasil no Liceu Maranhense, tempo em que prestavam concurso e defendiam tese. Exerceu diversos cargos públicos. Foi Diretor de Instrução Pública do Estado do Maranhão, equivalente ao de Secretário de Educação, por mais de um governo. Deixou diversos trabalhos publicados em Revistas de Educação, de História, no Maranhão e em outros Estados. A obra mais importante foi sua História do Comércio do Maranhão, em três volumes, correspondente aos anos de: 1612 a 1934.

O professor Jerônimo Viveiros foi Professor Fundador da Faculdade de Filosofia de São Luís, tendo ministrado a Cadeira de História Antiga e Medieval para o Curso de Geografia e História. Posso garantir que lecionou a disciplina nos anos de: 1953, 1954 e 1955. Fui aluna dele no ano de 1953 e sempre o encontrava nos anos seguintes. O nosso primeiro encontro foi no vestibular para o Curso de Geografia e História, fez parte da banca. Quando já Professor, antes de começar a aula, lia um artigo que iria publicar em revista ou jornal, sobre História do Maranhão, pois o currículo do Curso não contava com a disciplina História do Maranhão. Suas aulas eram mui apreciadas por todos os alunos. Nunca as esqueci e seus livros continuam servindo de fonte de pesquisa pela confiança em seu trabalho.

Domingos Vieira Filho (1957-1961)

Graduado em Direito pela Faculdade de Direito do Maranhão, nessa mesma Faculdade exerceu o magistério como Professor Catedrático de Direito Internacional, tendo defendido brilhante tese no concurso prestado. Professor Fundador da Faculdade de Filosofia de São Luís, criada no ano de 1953, como Professor do Curso de Geografia e História, na Cadeira de Geografia Humana até 1972, quando por força da reforma universitária,

foi exigido que o professor pertencesse a um único departamento, optou pelo Curso de Direito. Exerceu diversos cargos: Procurador do Estado do Maranhão; Diretor do Departamento de Cultura do Estado, ocasião em que realizou uma Feira do Livro da SENEAC, onde foram vendidos livros de nível superior de autores brasileiros e de diversos países, além de escritores maranhenses. Chefe da Seção Administrativa e Delegado Regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-MA). Membro da Academia Maranhense de Letras; Membro da Comissão Nacional de Folclore e do Conselho Regional de Geografia. Deixou importantes trabalhos publicados tanto na área geográfica, histórica, direito e no folclore maranhense. O seu trabalho de organização favoreceu muito a sua administração no IHGM. Os trabalhos realizados pela Cultura maranhense tiveram reconhecimento pela criação da Fundação Domingos Vieira Filho, instalada em Sobrado sediado na Rua da Estrela.

Luís de Moraes Rêgo (1961-1967)

Graduado Farmacêutico Químico pela Escola de Farmácia do Maranhão (1926). Exerceu diversos cargos públicos entre eles: o de Inspetor Fiscal, no Estado do Pará. De volta ao Maranhão dedicou-se ao magistério: Catedrático de Ciências Físicas e Naturais do Liceu Maranhense. Lecionou em diversos outros estabelecimentos de ensino. No ano de 1934, juntamente com Luís Viana fundou o Colégio São Luís, alvo da sua dedicação até o seu desaparecimento. Professor Fundador da Faculdade de Filosofia de São Luís. Diretor de Instrução Pública; Secretário de Educação e Cultura, Governo Pedro Neiva de Santana, Membro Fundador do Conselho Estadual de Educação. Membro da Academia Maranhense de Letras. Deixou diversos trabalhos publicados de alto valor sobre a educação no Maranhão.

O Professor Luís Rego como Professor da Faculdade de Filosofia de São Luís, embora não tenha exatamente dados sobre as disciplinas que ensinou, posso dar o meu depoimento que foi Professor de Administração Escolar, para os alunos do Curso de Geografia e História na Licenciatura. Sou muito orgulhosa de ter sido sua aluna.

Ruben Ribeiro de Almeida (1967-1972)

Graduado em Direito pela Faculdade de Direito do Maranhão, destacou-se como escritor, jornalista, historiador, poeta e professor, sendo o magistério objeto de sua dedicação. Lecionou em quase todos os estabelecimentos de ensino médio e superior da sua época. Tendo prestado

concurso público para Catedrático do Liceu Maranhense (1933), para a Cadeira de Língua Portuguesa e depois (1934) para a Faculdade de Direito, quando apresentou duas teses: “O Índio Brasileiro em face do Código Civil” e “Investigação na Paternidade – argumentos que a justificam e a repelem”, para ingresso na Cátedra de Direito Civil. Foi Professor Fundador do Curso de Letras Neolatinas da Faculdade de Filosofia de São Luís (1953), hoje UFMA. Tão relevantes foram suas realizações, que aposentado recebeu o título: de “Professor Emérito”.

Designado pelo Decreto de 26 de dezembro de 1932, pelo Interventor Federal do Estado do Maranhão, Antônio Martins de Almeida realizou viagem de estudos sobre a região compreendida entre os rios Turiaçu e Gurupí, tais estudos diziam respeito à Geografia, Botânica, Zoologia, Navegabilidade dos rios, vias de comercialização e povoamento.

Cumprindo a designação do Governo de Estado apresentou relatório publicado pela Imprensa Oficial, 1933 – “O Noroeste Maranhense”. Esse trabalho tem servido de pesquisa por constituir o mais completo sobre a região, apresentado até hoje.

Conheci o Professor Ruben Almeida apenas no dia do primeiro vestibular da Faculdade de Filosofia de São Luís, como membro da Banca de Português e só tornou-se nossos amigos através de meu marido Edly de Canedo Ostria Pacheco, que sempre procurou fazer amigos entre os intelectuais maranhenses e os recebia em nossa casa. O professor Ruben comparecia e demonstrava muita alegria e amizade e nos enriquecia com suas excelentes conversas.

José Ribamar Seguins (1972 -1994)

José Ribamar Seguins deve ser o grande homenageado na comemoração dos 90 anos do IHGM pelos 22 anos como Presidente e na maioria das vezes eleito por aclamação. Quem ocupa a Presidência do IHGM tem conhecimento dos diversos problemas que enfrenta. Ele chegou a essa Presidência recebendo o prédio que fora doado para sede própria já sem teto, em ruínas, praticamente apenas o terreno. Conseguiu a construção de um prédio novo, ficando para a Instituição apenas um andar. Não importa, todos nós conhecemos os maranhenses e todo o Brasil, a História é reveladora. A grande e valiosa realidade é que temos um andar próprio do prédio. Todas as ações partiram da aprovação da Assembléia Geral e pela Comissão designada por ela. O prédio foi inaugurado no ano de 1975, falta apenas preservar o que aí se encontra e desprezar ofertas miraculosas de outros prédios. Imprescindível a manutenção do Instituto de forma: legal, ética, financeira, científica, cultural e social.

Foi na Administração do Dr. Seguins, em 1977, que ingressei como Sócia Efetiva do IHGM, indicada pelos sócios: Maria da Conceição Ferreira, Waldemar Santos e pelo Dr. Seguins. Tomei posse na Cadeira nº 44, Patroneada pelo Comendador Temístocles da Silva Maciel Aranha, autor de grandes trabalhos. Escritor, jornalista, proprietário do Jornal “O País”, fundador de estabelecimento de ensino e professor de Geografia. O último ocupante da Cadeira nº 44 foi o Desembargador Luís Cortez Vieira da Silva, meu saudoso pai. Tenho muito orgulho de pertencer ao IHGM e por ocupar a Cadeira 44, por esses dois nomes que a engrandeceram. Além do orgulho de ingressar no IHGM senti-me muito feliz pela acolhida carinhosa de até os poucos que não conhecia. Quando meu pai foi Juiz em Turiaçu, ele e minha mãe ficaram grandes amigos dos pais do Dr. Seguins e trocavam visitas continuadas quando passaram a residir em São Luís.

No município de Carutapera onde meu pai, também, foi Juiz, conheceram e fizeram amizade com a família Paixão, Antonio Oliveira Paixão e Josefa. Tornei-me amiga de Diva, Altiva, Adélia e Amélia. Amélia a mais nova da família na idade adulta casou-se com José Ribamar Seguins e tiveram uma grande e bela prole.

Durante a Presidência do Dr. Seguins tomei posse e me senti em casa (1977). Encontrei na Instituição muitos conhecidos e amigos: Maria Ferreira, Aricéia Moreira Lima, Rosa Mochel, Waldemar Santos já pesquisando sobre Ana Jansen, Dr. Virgílio Domingues apresentando trechos sobre um trabalho que afirmava que o “El Dourado” era no Município de Turiaçu. Lembro-me de uma reunião em que cada sócio recitava um verso de sua autoria ou de outrem. As reuniões geralmente eram frequentadas, apenas por dez a quinze sócios, somente as decisórias eram mais concorridas. Todas harmônicas e proveitosas.

Encontrei na orelha dos diversos livros publicados pelo Dr. Seguins dados importantes de seu curriculum vitae que transcrevo para que não seja esquecido o quanto dedicou de sua vida ao Maranhão e quantas obras de valor deixou escritas, cumprindo exemplarmente seu dever de sócio efetivo e Presidente.

José Ribamar Seguins, maranhense nascido no município de Pinheiro, seus pais: Pedro João Seguins e Benedita Gomes Seguins. Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito de São Luís, curso atualmente integrante da Universidade Federal do Maranhão. Exerceu a Promotoria de Justiça nas comarcas de: Turiaçu, Cururupu, Brejo, Codó e São Luís. Exerceu os cargos de Secretário de Educação e Cultura do Estado do Maranhão; Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança do Estado do Maranhão; Procurador Regional da República;

Procurador da Justiça do Estado do Maranhão, aposentado. Coordenador do Sistema Penitenciário de Pedrinhas, no Maranhão; Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, ocupante da Cadeira nº 21, Patroneada pelo Escritor e Jornalista Antônio Henriques Leal, elevado a Categoria de Sócio Honorário em 2010. Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, por proposta do escritor Adirson Vasconcelos. Sócio Correspondente da Sociedade Cearense de Geografia e História, por proposta do Historiador Guriano Alves de Oliveira. Em 1950 recebeu carta patente confirmatória do gozo das honras, direitos, regalias e vantagens inerentes ao posto de 2º tenente R2, do Exército Nacional, assinado pelo Presidente da República, Marechal Eurico Gaspar Dutra e pelo Ministro da Guerra General Carrombert Pereira da Costa. Foi o primeiro presidente do Conselho Estadual de Educação, em 1963, por ato do Governador Newton de Barros Bello. Em 1968 por indicação do Egrégio Conselho de Honrarias e Mérito da Sociedade de Estudos de Problemas Brasileiros recebeu a Ordem das Bandeiras, no grau de Comendador com medalhas e diplomas pelos relevantes serviços prestados a cultura. No ano de 1969, mês de março, foi eleito para o cargo de Presidente da Associação do Ministério Público Estadual do Maranhão, no Governo Luis Alves Coelho Rocha recebeu a maior comenda do Governo do Maranhão, a medalha “Honra ao Mérito Timbira, Mérito Cultural. Nomeado, em 1990, membro do Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária, representante da Comunidade. Recebeu da Câmara Municipal de Cururupu o título de “Cidadão Cururupuense”, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do município. Em 28 de julho de 1995, foi agraciado pela Marinha do Brasil com a medalha de “Amigo da Marinha” que tem como propósito materializar o agradecimento da Marinha e as coisas do mar, ou praticado uma ação relevante em prol do Poder Naval, Administrador, no Estado do Maranhão, da Companhia Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), quando organizou e fundou quatro estabelecimentos de 1º e 2º grau em São Luís e 31 nos municípios do interior. Governador do Distrito L-26 do Internacional, no AL – 1977/78, compreendendo os Estados do Maranhão, Pará, Piauí e Amapá. Além de todas essas atividades que correspondem a confiança a ele depositadas, foi louvado pela clientela específica por ele comandada encontrou tempo para publicar obras de grande valor, entre outras cito: “7” o número Sagrado, “Pena de Morte – Tese Rejeitada”, “Fragmentos da Transição Democrática do Brasil – 1978/1989” (1990), “Brasil Independente”, “Terra à Vista – Brasil 500 anos”, “Mulheres no Comando”, “Ave Maria & Anas” 2005, “Uma vida dedicada ao Senhor”. Deixou numerosos artigos publicados nas Revistas

do IHGM e de outras instituições. De todo o exposto não precisamos dizer mais nada, apenas agradecer ter contado a nossa Instituição com tão relevante Presidente!

Hédel Jorge Ázar (1994 -2000)

Graduado em Engenharia Civil na Escola de Engenharia Civil na Escola de Engenharia da Universidade do Paraná (1949). Teve sua formação complementada com os cursos de: Mecânica dos Solos, Resistências dos Materiais, Concreto e Tecnologia das Construções, realizados no Instituto Nacional de Tecnologia do Rio de Janeiro - 1950. Coursou Jornalismo na Universidade Federal do Maranhão – 1966. Coursou Administração de Empresas na Universidade do Ceará. Na Escola de Engenharia do Maranhão fez o Curso de Extensão Universitária “Pert Tempo e Custo” – 1968. Na área de Engenharia exerceu diversos cargos de direção em Instituições Públicas. Foi membro de diversos Conselhos Superiores Governamentais e de Empresas Particulares. Pelas condecorações recebidas fica demonstrado o seu valor, competência e zelo reconhecido por onde exerceu suas funções, medalha Cidade de São Luis, 1962. Medalha do Mérito na Segurança do Trabalho e Indústria, Medalha do Mérito Militar – Brigadeiro Falcão – 1986. Medalha do Mérito Timbira – concedida pelo Governo do Estado – 1987. Medalha do Mérito Maná – Comenda do Grau Maná – por haver contribuído para o desenvolvimento dos meios de transporte no território nacional – conferida pelo Governo Brasileiro – 1989. Certificado de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados à sociedade – concedido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Pará e Território do Amapá – 1990. Medalha e Diploma “Amigo da Marinha” – pelos excelentes serviços e apoio prestado a Marinha do Brasil – 1992. Grande Cavaleiro da Ordem dos Timbiras – outorgado pelo Governo do Estado – 1994. Comenda: 50 anos de Atividade Profissional e Título Profissional Jubilado – Concedido pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Paraná – 1999. Participou do Curso da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, sendo representante e orador oficial – 1973. Na área da educação foi fundador da Escola de Engenharia do Maranhão e membro da Congregação de Professores, Titular da Cadeira Construção de Edifícios. Membro Efetivo do Conselho Representante da Escola Técnica Federal do Maranhão – 1971/73. Professor *Honoris Causa* da Universidade Federal do Maranhão – 1984 e muitos outros títulos. O curriculum vitae do Engenheiro Hedel Jorge Azar é vastíssimo

e encontra-se publicado na Revista do IHGM no discurso de posse solene do atual ocupante da Cadeira nº 42, Raul Eduardo de Canedo Vieira da Silva.

Na qualidade de Presidente do IHGM com recursos próprios compôs o auditório com cadeiras adequadas, ampliou a mesa principal para reuniões e outros melhoramentos, além de cobrir os gastos de luz, telefone e outros do dia a dia. Super educado, sua falta foi sentida por todos os que compunham o IHGM.

Esses foram os Presidentes do Século 20, os do século 21 serão objeto de outro artigo para a próxima comemoração. Entretanto como encontrei esta fotografia pós-reunião da Diretoria, Presidência do Bacharel em Direito, Edomir Martins de Oliveira, a estou colocando para verificarem quanto eram todos amigos e felizes.

Termino transcrevendo uma frase do eterno secretário do IHGM, Antônio Lopes da Cunha:

“O Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão foi criado para cultivar a tradição, venerar o passado, estudar o Maranhão [...]”.

“[...] evoca o passado para o brilho do presente e torna cada vez mais entranhado o amor à terra maranhense e suas glórias”.



Discursos

DISCURSO DE POSSE DE ASSIR ALVES ARAÚJO

Assir Alves Araújo

Exm^a. Senhora Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão
Dra. Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo
Exm^o. Senhor Vice Presidente Leopoldo Vaz
Senhores Confrades
Senhoras Confreiras
A plêiade dos Pastores presentes
Estimados Professores e Professoras
Queridos ex. Alunos da UEMA- Universidade Estadual do Maranhão
Familiares: esposo, filhos, netos, irmã, sobrinhos e sobrinhas e demais presentes.

A princípio peço vênia a esta seleta mesa para um especial agradecimento ao Senhor nosso Deus, pelas possibilidades em oportunizar este momento sublime, toda honra e glórias sejam dadas, ao nosso Pai Celestial, pela sua soberania, que excede todas as coisas, pois é a razão de nossa existência.

Ingressar no Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, ainda que tardio, mas propício, pois sinto - me lisonjeada em tornar-me sócia efetiva, desta magnífica instituição, momento em que acreditava não haver mais nada a fazer com a sensação do dever cumprido ressoava mais alto, decorrido anos a fio contribuindo com o saber no Maranhão, ajudando a construir a cidadania e conhecimento, pois tive oportunidades ímpares de atuar em todos os níveis da educação em minha trajetória profissional, da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior, desenvolvendo capacidades, habilidades e competências tendo clareza que só através do conhecimento existem possibilidades de ultrapassar as barreiras do indiferentismo.

Ressurge uma nova oportunidade de mostrar que ainda há muito que fazer. Portanto é com aquiescência brotando no meu ser, invadindo minha alma e o saltitar das emoções no meu coração, com a humildade que tem sido peculiar ao longo da minha vida espero poder continuar com minha pequena parcela de contribuição para o fortalecimento da História do Maranhão e meu País.

HUME, afirma que:

“O caminho mais doce, e inofensivo da vida passa pelas avenidas da ciência e do saber, e quem quer que possa remover qualquer obstáculo desta via ou abrir uma nova perspectiva, deve ser considerado um benfeitor da humanidade”. (P. 22)

HUME tinha razões sobejas quando expressava - se dessa maneira, pois aceitar desafios e vencer os obstáculos atitudes essas, que conduzem o ser humano à construção do pleno conhecimento e realização pessoal, por mais que as pesquisas possam sobrecarregar ou parecer insuportável e por vezes fatigante, a busca incessante do conhecimento é compensador, no final colhe - se resultados valorosos, o que para muitas pessoas parece um fardo doloroso, para o intelectual é prazeroso ”Somos o que somos: fruto de nossas ações e atitudes” (grifo nosso).

Aos 14 anos vim para Chapadinha das Mulatas, cidade interiorana do Maranhão, aos 19 anos cheguei a São Luís, em 23 de dezembro de 1969, que abraçou- me como filha nativa dessa terra abençoada por Deus, que aprendi amá-la com a mesma intensidade como se fosse minha, pela sua hospitalidade alvissareira e acolhedora, que ao longo desses anos de convivência, cumplicidade e amistosidade e que presenciou o meu desenvolvimento sócio cultural, intelectual, econômico e financeiro etc.

TORO, (2002) faz ênfase ao que torna -se imperativo a “formação de cidadão para o mundo, formar alunos com consciência democrática e internacional é a única maneira de garantir a construção de um mundo de justiça e paz”. Na sua concepção quando essa criança tornar- se “jovem seu mundo não será mais o bairro ou a cidade será o mundo”.

Nessa perspectiva não posso eximir- me de expressar a minha satisfação, quando soube que por indicação da Dra. Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo, sócia efetiva e Presidente do IHGM, em Assembleia Geral, que o meu nome havia sido aprovado, ao mesmo tempo o comunicado que iria ocupar a cadeira 27, dessa instituição Patroneada por Dr. Raimundo Lopes da Cunha, tendo sido fundada pelo mesmo tendo como últimos ocupantes foram o General Major-Tasso de Moraes Rego Serra, e a Artista Plástica e Bióloga e Professora da Universidade Estadual do Maranhão, Raimunda Nonata Fortes Carvalho Neta.

Em tempo hábil eu Assír Alves da Silva quero deixar registrado nos Anais desse Instituto, que é gratificante e de enorme relevância, por se tratar de uma celebridade do meio sócio cultural e científico, personagem extraordinária do cenário: maranhense, brasileiro e mundial, que soube

ousar, empreender, fazendo a diferença no meio científico, num breve espaço de tempo de convivência, que Deus permitiu-lhe de sua vida, nesse torrão brasileiro.

Outra atenuante é que 1997 tive meu primeiro contato com Dr. Raimundo Lopes de Cunha e sua obra, quando das minhas pesquisas monográficas, desde aquela época não pude conter o meu fascínio, pois o mesmo conduz o leitor a situar-se no contexto das espacialidades e territorialidades ambientais, naturais e culturais, por ele abordadas, temas esses que ao longo da vida fizeram parte das minhas inquietudes no meu cotidiano, considerando as minhas origens interioranas, portanto sinto-me como tenha recebido um prêmio.

Dr. Raimundo Lopes da Cunha, membro desse Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, fundado a cadeira 27, membro da academia de Letras, fundou a cadeira, 21, e membro da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, membro do Conselho do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, enquanto etnólogo e naturalista desenvolveu um bom trabalho científico ao lado de Roquete Pinto, no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, segundo consta a sua participação como um dos fundadores da folha Estudantil, escrevendo no Diário da Manhã e Pacotilha.

PERRENOUD, (2004), afirma “Quanto mais qualificado for o meu profissional, maior deverá ser a capacidade de enfrentar o impossível. Isso se aprende”. Lopes foi desses que enfrentou os desafios os mais adversos.

Senhores e Senhoras Dr. Raimundo Lopes da Cunha, nascido na Baixada Maranhense, na cidade de Viana, a 28 de setembro de 1894, falecido no Rio de Janeiro em 08 de setembro de 1941, sendo sepultado no Cemitério de São João Batista tendo deixado, além da família, um parente mais íntimo, mais entrelaçado aos seus antepassados Sálvio Mendonça, médico e escritor. Lopes da Cunha, Antropólogo, Sociólogo, Geógrafo, Etnólogo, Historiador, Crítico, Pesquisador do Museu Nacional, Professor das disciplinas Geografia e História do Brasil, no Liceu Maranhense, Polígrafo de vasto conhecimento científico, descendia de uma família ilu Politécnica, e na impossibilidade de concluir o curso de Direito tendo cursado apenas até o 4º ano, entretanto conseguiu concluir o bacharelado em Letras, assim sendo resolveu dedicar-se às pesquisas atuando em áreas diversificadas; a Etnografia, Etnologia, Arqueologia, a História e Sociologia.

Dr. Raimundo Lopes da Cunha, contraiu matrimônio com a Sra. Graziella Rabelo da Costa, no dia 27 de junho de 1930, aos 36 anos, segundo D. Heloisa Alberto Torres, do Museu Nacional, que a Sra. Graziella,

o teria completado e disciplinado; desse enlace matrimonial nasceram: as filhas Yara Graziella e Maria Cecília, ambas com formação artística pela Escola Nacional de Música, talentos é que não lhes faltaram quanto ao pai. Cecília casada com o engenheiro químico Eduardo Burlamaqui Simões Bonna, interrompeu o curso de Engenharia devido os sete filhos, mas posteriormente retoma.

A Sra. D. Graziella Costa Lopes da Cunha, certa ocasião comentara que seu esposo era um homem nobre, pois o desprendimento do mesmo era notável, posto que se não fora a questão da sobrevivência, seria capaz de trabalhar sem visar qualquer remuneração. Ele não ambicionava nada a não ser no âmbito do conhecimento, enquanto estudioso, apenas o que satisfizesse o seu ego.

Dr. Raimundo Lopes, pertencia à família da Sra. D. Tereza Luiza de Mendonça e Melo genitora do Marquês de Pombal, teve cinco filhos: Sebastião o marquês, Paulo, o cardeal, Maria Luísa e Maria Madalena, freira e Francisco Xavier, o mais moço.

A ilustre senhora na certa de não ter deixado descendentes direto no Maranhão, mas deixou muitos parentes, tanto seus como do seu marido, Manoel Carvalho de Ataíde, falecido em 1720. Desses o mais notável foi Joaquim de Melo e Póvoas, o mais dinâmico, de todos os governadores que o Maranhão teve no Século XVIII. Como afirmação dessa afinidade, sobretudo da sua importância na família, existente na carta publicada por Dr. César Marques, o mais belo, mais sábio documento que se tem visto como expressão dos sentimentos do marquês de Pombal.

A genealogia escrita por Manoel de Carvalho de Ataíde, pai de Pombal, muito antes de ser notável em decorrência ao prestígio do filho, preocupara-se com as origens das famílias portuguesas, escrevendo bastante possibilitou melhor conhecimento sobre as origens dos *Mendonças*, dos *Ataídes*, dos *Melos* e dos *Furtados*, da família do marquês no Brasil e particularmente no Maranhão, de onde surgiram os *Botelhos de Mendonça*, cujo ramo se destacou o *Capitão – Mor José Feliciano Botelho de Mendonça, tetravô de Raimundo Lopes*.

Existem razões cabíveis, que o Capitão era parente próximo ou provavelmente filho de *D. Luísa Benedita de Mendonça*, de quem consta uma documentação com informações de grande relevância na Biblioteca Nacional, comprobatória, que a mesma era viúva de *Antônio Pinheiro da Silveira Botelho*, desde fins de 1799. Existem fortes indícios de que o jornalista e escritor português Matias Pinheiro da Silveira Botelho de Mendonça, falecido em Lisboa entre 1844 a 1862, aos 70 anos, seria parente próximo do *Capitão – Mor José Feliciano Botelho de Mendonça*, possivelmente irmão.

Os últimos descendentes da família foram aparecendo nas bibliografias, posteriormente a fundação da Fazenda Palmela, no antigo engenho São Bonifácio do Maracu, que havia sido dos Jesuítas. Essas Pessoas eram de grande expressividade representando a família Mendonça, naquela localidade após a permanência do Governador e Capitão General, a partir do dia 06 de junho de 1751, a presença desse cidadão em Viana favoreceu para que o mesmo fosse nomeado Diretor da Vila Viana, pela portaria assinada por D. Diogo de Sousa, em 17 de Janeiro de 1799, final do Século XVIII, em Vila Viana, o Capitão – Mor José Feliciano Botelho de Mendonça, considerado como Adão do Pindaré.

Dr. Raimundo Lopes da Cunha, no limiar do Século XX, ressurge de uma Geografia resvalada no bucolismo e descritiva, para uma Geografia reflexiva dando arrancada para uma Geografia Nova, enquanto naturalista e paisagista nato soube dar os encaminhamentos necessários para a ampliação e o rompimento das fronteiras de uma Geografia local, regional, nacional e mundial.

Dr. Raimundo Lopes, foi precursor com estilo e bom gosto que lhe era peculiar, a sua contribuição à Geografia inovadora, foi de essencial relevância no contexto das mudanças sociais, culturais, transculturais e científicas de nosso País, para as gerações posteriores.

“Estudos científicos poucos conhecidos e, em princípio, da maior importância como ramo da moderna ciência geográfica, podem ser classificados como Obra Rara do Maranhão. Publicados em 1936 a 1938 no Boletim do Antigo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, do Rio de Janeiro (VI. 28 a 49) só algumas repartições públicas e certas Bibliotecas vinham gozando do privilégio de dispor desses trabalhos, sem possibilidades inclusive, de maior exame do seu espírito didático. Inspirada pelo Governo, a SUDEMA decidiu reeditá-los e se houve obstáculos determinantes do atraso na sua apresentação, ultrapassaram, evidentemente, todos os desejos de se conseguir superá-los com maior urgência” *

Ressalta-se o grande legado cultural deixado por Lopes, com a publicação “*O Torrão Maranhense*” 1ª ed. Em 1916, 2ª ed. e o livro denominado “*Uma Região Tropical*”, provavelmente influenciado por *Euclides da Cunha*, move seu olhar para a regionalização enfatiza a Geografia do seu estado com sensibilidade as características naturais e históricas e a sua complexidade, na realidade percebe-se que houve o fortalecimento das ideias, ele conclama a comunidade a despertar para a cientificidade da Geografia, pois não poderia continuar no ostracismo

contentando-se com meras repetições de fatos científicos, mas uma Geografia que contemplasse o estudo da Etnografia, Geo - Arqueologia baseando –se na reflexão das investigações, inclusiva sobre as populações indígenas históricas fazendo a inter-relação com as jazidas Arqueológicas e a Paleontologia humana, uma Geografia Crítica questionadora levando em consideração a contextualização histórica e geográfica repensando os interesses do ser humano, isso demonstra o espírito evolucionista desse cientista.

Não restam dúvidas que Dr. Lopes da Cunha ousou aceitando os desafios mais inusitados: retratando os ecossistemas, os estuários, os biomas, os sambaquis, a preciosidade rara existente no entorno dos mesmos arqueologicamente falando de valor cultural imensurável, pois são indícios de vidas que por aqui passaram e conviveram em comunidades, os monumentos culturais, demonstra uma verdadeira preocupação com a preservação do meio ambiente e em torna-los conhecidos, as “estearias lacustres”, os monumentos naturais etc...

Quanto ao seu livro Antropogeografia, originário das inúmeras Palestras proferidas na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro atualmente Rádio Difusão do Ministério da Educação e Cultura, Dr. Raimundo Lopes da Cunha, preocupado com o seu estado de saúde, que agravava constantemente em decorrência da grave doença que o abatia gradativamente, pois já havia interrompido suas atividades e na eminência de ser surpreendido a qualquer momento, inquietado com o futuro e segurança da família prosseguiu em caráter de urgência com a organização e de seus manuscritos, suas anotações e selecionando suas palestras realizadas na referida Rádio, assim sendo as rádio- aulas eram de relevância científica, devido a raridade do valor cultural, pois a pretensão reunir em um livro para fixação integral, a sua meta intelectual, mesmo não sendo possível, devido suas limitações agravavam-se diariamente, entretanto prosseguia com as anotações e reformulações necessárias até entrar em coma, sugerindo pontos que seriam de fundamental importância para apresentação da matéria. Sendo assessorado por Graziela sua esposa, secretária com esmerada dedicação, inteligência e atribuições específicas e fazendo os acréscimos necessários, juntamente com sua amiga Heloisa Torres, do Museu Nacional, conseguiu concluir o livro um dia anterior à sua morte.

*Uma Região Tropical, Cia. editora Fon Fon e Seleta, Rio de Janeiro: fevereiro de 1970.”

Lopes autorizou seu irmão Antônio Lopes da Cunha, a proceder à revisão geral dos manuscritos que efetivou de 1941 a 1956, quando da publicação (Oficial Gráfica da Universidade do Rio de Janeiro.

O livro Antropogeografia, traça o perfil das pesquisas fisiográficas e arqueológicas, as estearias lacustre (casas pernaltas) as palafitas e laterais, os sambaquis permitiram perceber uma seriação paleogeográfica e a classificação dos fenômenos antropogeográficos e suas bases naturais, as origens humanas e povoamento da terra, as estearias do Cajari e do Pericumã (Encantado) 1919, e maior parte do rio Turi, a estearia do Lago do Souza, os artefatos de pedras, a cerâmica do cemitério do Cutim do Padre era análoga a cerâmica Tupi, os sambaquis da Maiobinha, apresentava uma espécie de ralador de pedra lascada quartzito, achado na Maiobinha, uma cabeça de animal, observou que as cerâmicas dos sambaquis maranhenses do Pindaí Maiobinha eram de uma técnica rudimentar que os diferenciavam da maioria das estearias ou das Tupis Históricas, enterratório com suas respectivas urnas.

Ao retornar ao Maranhão Dr. Raimundo Lopes escreveu outras obras importantes:

- Os Fortes Coloniais de São Luís 1912; O Ciclo da Independência 1923; A Civilização Lacustre do Brasil. Publicado no boletim do Museu Nacional, 1 e 2; Rio de Janeiro 1924; A Origem da Cidade Antiga e As Regiões Brasileiras. Em 1931; ainda no Rio de Janeiro escreveu sucessivos Ensaio; Entre a Amazônia e o Sertão 1931, em decorrência as suas investigações no Lago do Cajari; Os Tupis do Guarani 1932; Um ensaio comparativo; O Homem em Face da Natureza 1933; Ensaio Etnológico sobre o Povo Brasileiro, s/d; Curso de Filosofia e Letras; Ouro Preto e Conjunção Mineira 1934; Os Índios e a Paz do Chaco, 1935; Gonçalves Dias e a Raça Americana, 1933; A Natureza e os Monumentos Culturais, 1937; Pesquisa Etnográfica sobre a Pesca Brasileira no Maranhão, 1938; Brasilidade e Primitividade; A Pesca no Norte do Brasil; As Barras do Parnaíba; Faixas Culturais dos Andes; O Guêsa de Sousândrade; Mapa Fitogeográfico; Mapa Etnológico do Brasil; O Cemitério do Tamarindeiro, 1925, em Nina Rodrigues -MA; O romance Peito de Moça; Antropogeografia seu último livro, editado em 1956 e reeditado em edição FAC-SMILAR, comemorativo do Centenário de Fundação da Academia Maranhense de Letras, em 2007.

Era o desejo da Sra. Graziela Costa Lopes da Cunha, que esse livro fosse divulgado e utilizado nas Universidades, Ensino Médio e outras instâncias necessárias.

Torna-se necessário traçar comentários sobre os últimos ocupantes da cadeira 27 patroneada por Dr. Raimundo Lopes da Cunha, a começar pelo Major General Tasso de Moraes Rego Serra, nascido na cidade de São Luís, a 22 de abril 1900, falecido a 28 de abril de 1998, filho

de Bento Morais Serra e Graziela Morais Rego Serra, tendo iniciado sua formação militar em Barbacena em Minas Gerais. A partir de 1940, sendo Major do Exército Brasileiro serviu no Maranhão, assumindo o comando do 24º Batalhão dos Caçadores, a posteriori teve oportunidade de servir nos estados do Amazonas e Pará, em sua trajetória da carreira Militar alcançou a última Patente de General. No Rio de Janeiro, o Capitão do Exército Brasileiro exerceu a função de Secretário da Comissão Diretora da Biblioteca Militar da Guerra, motivos de comentários traçados por José Mesquita, em 1941.

Em relação à segunda ocupante dessa cadeira ressalta-se que foi a Professora Raimunda Nonata Fortes Carvalho Neta, professora de Artes e Bióloga, pesquisadora, professora atuante na Universidade Federal do Maranhão-UFMA, UEMA- Universidade Estadual do Maranhão e UNICEUMA. Aos 14 anos ainda cursando o Ensino Médio, na escola Frei Cezar Gavazzi em Açailândia – MA. Ela teve uma tomada de decisão sobre sua vida acadêmica ao concluir o Ensino Médio. O que acontecera posteriormente em 1995 ingressou em dois cursos de Graduação de Licenciatura Plena em Educação Artística: Artes Plásticas, UFMA e Licenciatura em Ciências Biológicas na UEMA Universidade Estadual do Maranhão, Pós Graduada 2001. Concluiu a Especialização em Avaliação Educacional na UFMA, 2004 defendeu a Tese de Mestrado na UFMA, intitulada: Fauna dos Peixes Estuarino da Ilha dos Caranguejos: aspectos ecológicos e relação com a pesca artesanal. O seu afastamento do IHGM, devido o Doutorado na área da Biotecnologia, no Rio de Janeiro. Algumas Publicações- Leitura Visual: uma experiência interdisciplinar no estudo das Artes Plásticas, 2001, A Obra escultórica de Newton Sá 2001, Os “descobertos” e os descobridores do Brasil: da visão pictórica europeia do Século XVI ao registro escultórico maranhense do Século XX 2001, a arte maranhense: produção e ensino 2005, e organização em parceria a professora Zafira Almeida, do Livro Elasmobrânquios da Costa Maranhense, 2006. Exposição Sentimentos e Símbolos 1997, Contingente: uma intencionalidade em cada traço 1998, Tensão e Contradição 1998, Signos e Significados 1999, Da linha ao Pixel 2000, Perspectiva interna 2002, Simbologia I 2005, Simbologia II, 2006.

Ressaltar-se que a terceira pessoa na linha de sucessória, ocupante da cadeira 27 do IHGM, patroneada por Raimundo Lopes da Cunha, Assir Alves Araujo, nascida em 12 de setembro de 1950, em Parnaíba Piauí, Assir Bezerra Alves ficou órfã aos 08 meses de idade, filha do senhor Francisco Porfiro Alves Comerciante proprietário de uma barca de 800 sacas, que ia de Floriano à Parnaíba-PI. e vice-versa e da senhora Aldorica

Bezerra Alves, que ao ficar viúva o sócio do esposo aproveitando-se da ingenuidade da mesma apoderou-se da barca que o senhor Francisco havia deixado pra esposa e filhas, apesar de recorrer o indivíduo a ameaçou de morte dentro da Capitania dos Portos em Parnaíba – PI. restando a senhora Aldorica trabalhar na lavoura para manter as filhas. Após a morte do senhor Francisco Porfiro Alves, em abril de 1951, a viúva mudou-se de Magalhães de Almeida, passado alguns meses para o lugarejo Vitória Município de Buriti dos Lopes. Quando chegou a época de estudar a mãe matriculou suas filhas na escola comunitária, que havia naquele lugar em situação precária apenas um professor que atendia do 1º ao 5º ano, o Professor Alcides, por mais que se esforçasse humanamente impossível ministrar um ensino de qualidade. Enfim a minha mãe quem alfabetizou os filhos apesar de não ser professora. Não havendo escola na localidade em Outubro de 1958, pois os filhos necessitando estudar a mãe, então com seu espírito empreendedor mudou-se para a cidade de Porto de Marruás- Piauí, pois acreditava na possibilidade dos filhos venceram através do conhecimento, e isso conseguiriam estudando; frequentou as séries iniciais do 1º ao 5º ano, no Grupo Escolar "Otavio Falcão" 1959 a 1964.

Em outubro de 1964 em plena Regime Militar, a senhora Aldorica Bezerra Alves mudou-se para a cidade de Chapadinha das Mulatas -MA, matriculou as filhas no Ginásio "Professor Mata Roma" 1965-1969, concluído Assir Bezerra Alves veio para São Luís- MA, em 23 de dezembro de 1969, onde fixou residência sua vinda foi providencial, após quatro dias à sua chegada começou trabalhar na Sociedade Humanitária 1º de Dezembro "Hospital Português" em 28 de Dezembro de 1969, como Auxiliar de Secretaria, após ser aprovada no teste seletivo, no afã de cursar o Técnico Contabilidade; ao receber o primeiro salário em fevereiro 1970 matriculou-se no Curso Técnico em Contabilidade, na Escola Técnica de Comércio do "Centro Caixaerial" Antigo Colegial ou 2º grau, à Praça Benedito Leite, esquina com às ruas da Palma, e Nazaré, Fevereiro de 1970 conclusão em Dezembro de 1972. Assir Bezerra Alves, sendo assinada sua carteira em 01 de Julho de 1970, trabalhou naquele Nosocômio de 01 de Julho de 1970, até 17 novembro de 1976, época que ocupava a Chefia do Departamento de Pessoal.

Assir casou-se em 17 de Janeiro 1976 com José de Ribamar Campelo da Silva passando chamar-se Assir Alves da Silva desse enlace matrimonial tiveram dois filhos :Jassyra Alves da Silva e Jaryro Alves da Silva. Assir Alves da Silva ficou viúva em 17 de janeiro de 2003. Em 24 de novembro de 2010, casou-se com José Ribamar Araujo, Assir passou assinar Assir Alves Araujo. E em 26 de janeiro de 2016 Assir pediu o divórcio voltando chamar-se Assir Alves da Silva.

Em 1976 cursou Técnico em Contabilidade e Administração Profissionalizante, Colégio São Luís; Magistério 1986 e Adicional em Estudos Sociais 1987, no Curso Intensivo do Maranhão -CIMA; Adicional em Ciências -Fundação Brasileira Centro Educacional de Niterói-RJ, em parceria com a SEMED São Luís 03/91 a 04/92

A Professora Assir Alves da Silva, graduada em História-licenciatura Plena, modalidade PROCAD/UEMA 1993/1997; Especialista: Teoria e Metodologia do Conhecimento Histórico- UEMA 1999-2000; Especialista: Docência do Ensino -Superior – Instituto do Ensino Superior Franciscano- _IESF 2004/2005.

Suas produções Monográficas e Projetos e outros textos:

- “A Colonização do Leste do Maranhão: O caso Araiões”; Graduação -UEMA, apresentada em 10/ 10/1997. “História e Ensino a Cidade como Documento e Espaço de Cidadania”; Especialização- UEMA 10/2001. TCC. “A Utilização Inteligente e Eficiente da Energia Elétrica no Ensino Médio”; IESF - 25/06/2005. “Projeto Político Pedagógico”.- Centro de Educação Tecnológica de Ações Móveis, IESF- 2005. Os Quatro Pilares da Educação - IESF. 2005; Direito e Legitimidade: práticas Jurídicas e seus fundamentos sociais e político; e Acesso à Justiça; Curso de Direito do CEUMA. 2009.

Participação no Fórum Municipal do Meio Ambiente Agenda 1, da Câmara Municipal de São Luís -MA.

Participação em “Mesa Redonda II pela Regulamentação da Profissão do Historiador na III Semana de História “Trabalhos de Memória”; na condição de Debatedora, Universidade do Vale do Acaraú-UVA; Sobral- CE: 09/06/2000.

Fórum Permanente de Prevenção do Uso Indevido de Drogas 08/08 a 22/11/2004. Fórum Regional sobre Drogas Região Nordeste II; MA, PI, CE, RN de 22 a 24/09/2004. Participação em Fórum Permanente de discussões de combate às drogas, do Estado do Maranhão 2004-2007.

Projeto “Na Trilha dos Parâmetros Curriculares: o ensino de História de 5ª a 8ª Série nas Escolas Públicas” em forma de Comunicação no Encontro Nacional de História, na Universidade Federal de Aracaju-Sergipe: 04/1999; no Ciclo de Palestras sobre Teoria e Métodos para o ensino da História na Universidade Estadual de Santa Cruz Ilhéus- Bahia: 21/05/1999; no Encontro Estadual de História na UEMA- Imperatriz - MA: 06/06/1999;

Publicações virtuais: Nova História do Maranhão para o Ensino Médio - Capítulo XX: A Cultura Maranhense no Século XX; Livro Virtual-2000. Minha Terra minha Paixão de 1ª a 4ª série- História 1997

Projeto “A importância dos Manguezais” apresentado na SBPC-Jovem, através de Painéis, e Amostras, UFMA, São Luís -MA: Julho/1995;
A Professora Assir Alves da Silva ministrou aulas na Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, Ex. PROCAD – Programa de Capacitação Docente Versão II, as disciplinas:

Introdução à História – São Luís-Julho/2000; História Antiga São Luís-Janeiro 2001; Antropologia Cultural- Rosário –MA. Fevereiro/2001; História da América I- Itapecuru –MA. julho/ 2001; Prática de Ensino I, II, Barra do Corda -MA, 2001/2002; História do Brasil I - Governador Nunes Freire- MA. Janeiro/2002; Antropologia Cultural- Pinheiro -MA. Janeiro/2003; Teoria e Metodologia do Conhecimento Histórico- Peritoró - MA.- Janeiro /2009.

Coordenadora do Projeto - Alfabetizar: Caminho para a cidadania, alfabetização para Jovens e adultos, faixa etária de 15 a 70 anos, na condição de voluntária; nas seguintes cidades: São Luís haviam turmas na grande São Luís em 11 bairros da periferia: – Vila Riód, Vila Janaina, Santa Efigênia, Residencial Paco, Anil, Cruzeiro do Anil, Ilhinha, Vila São Luís, Maiobinha, Loja Maçônica - COHAB

Treinamento para Professores Alfabetizadores duas turmas em Codó – MA; Cajapió – MA; Porto Franco- MA; Estreito – MA, período agosto de 2000 a abril de 2003;

A Professor participou como integrante de “*Bancas de Defesa de Monografias*” relativas apresentação das seguinte monografias cujos temas:

* A Fome um Problema Social que interfere no Rendimento Educacional da Criança no 1º Grau Menor na Cidade de Rosário Maranhão-UEMA -14/04/1998;

* O Papel da Mulher na Igreja Evangélica-UEMA-17/04/1998;

* A Implantação e Expansão da Igreja Batista em São Luís- 17/04/1998;

* A Trajetória Histórica da Igreja Batista em São Luís- UEMA- 2/08/1998;

* Origem e Evolução Histórica da Igreja Assembleia de Deus em São Luís-Uma Análise Pastoral. UEMA- 21/09/1998;

* O Desenvolvimento Histórico e as Diretrizes Sociais da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Município de São Luís - UEMA, 25/04/1998.

*Evolução Histórica do Município de Grajaú-UEMA-25/09/1998;

*O BUMBA Meu Boi da Maioba: sua importância para o folclore e o Centenário – UEMA- 18/09/1998;

*A Balaiada na Contextualização Histórica- UEMA- 18/09/1998

Orientação das seguintes Monografias: O BUMBA Meu Boi da Maioba: sua importância para o Folclore e o Centenário- UEMA-18/09/1998; A Balaiada na Contextualização Histórica- UEMA- 18/09/1998 etc...

A prática docente em sala de aula, de forma dinâmica, e diferenciada adotara metodologias e técnica diversificadas- práticas performativas: seminários, fórum e conferências, realizados pelos alunos. Compôs o Hino da Escola “Felipe Conduru” em 23/06/1998, letra e Música da Profª. Assir Alves da Silva; arranjo musical: Heraldine Alves de Melo, aluno do Curso de Música da Escola de Música do Maranhão Lilah Lisboa

Projetos desenvolvidos nas escolas: Teatro na Escola, criou o Vocal “Uirapuru” e o grupo de Teatro os “Balaios” primeiro semestre 1998; História de meu Bairro, Leitura de Jornal na Sala de Aula: uma maneira dinâmica de aprender a ler, 2001; Na Busca da Identidade: resgatando valores o Patrimônio Cultural de São Luís, 2001; Editoração do Jornal “OS BENTIVÍS” as edições I< II III, 2001 a 2002; Jornalismo na Escola, 2001; Drogas realidade ou ilusão no Ambiente Escolar, 2002; Pichar não é Inteligente: inovar é preciso, 2002; Descobrimo Talentos : através da Educação Física e a Cultura Corporal de Movimento, 2002/2005; O Lúdico no Desenvolvimento das Inteligência Múltiplas: através de textos não escolares, 2002; Vencendo os obstáculos Valorizando a Vida, 2005-2007; A Evolução Histórica da Mulher: aspecto Social, 1998; A Influencia Negra na Minha Vida 1999; Brasil 500 Anos de Repressão Indígena e Negra, 2000. Coordenou o Comitê Antidrogas: Vencendo os obstáculos Valorizando a Vida, e O Projeto de Educação Ambiental.

HOMENAGENS NECESSÁRIAS – quando fui prestar o vestibular, a minha opção era Geografia, ao ser classificada no ato da matrícula a coordenação do setor comunicou-me que apesar de ter sido aprovada para Geografia, iria cursar História pois as pessoas aprovadas para o curso de minha opção eram insuficientes para formar uma turma de 30 alunos senti um grande impacto pois a Geografia, sempre me fascinou pelo fato de sua relação com a natureza, meio ambiente fauna e flora. Não podendo conter a insatisfação diante do impasse, mas a coordenadora retrucou alegando que inicialmente me reencontraria identificando-me com a História, no que foi providencial ou fenomenal pois como sempre tive oportunidades e possibilidades abracei a causa por parecer justa. Mas! Acredita-se que foi possível em decorrência de ter encontrado bons professores principalmente uma pessoa mais que especial a digníssima Professora Dra. Telma Bonifácio dos Santos Reinado, que naquela época deixou profundas

marcas positivas, a mesma não somente fez sua aluna gostar de História, mas desenvolveu capacidades, habilidades e competências, que a partir de então interagiu com maior eficácia em sua prática pedagógica fazendo diferença. Naquele momento inicial do curso foi grande a significância e valia; nas disciplinas Introdução à História, História Antiga e História Econômica, possibilitando ampliar a visão de mundo. Outro momento interessante foi na Pós Graduação agindo e interagindo tornando-se um verdadeiro exemplo para os pós graduandos que estavam sob sua coordenação, portanto passem anos jamais esquecerei sinto-me orgulhosa por esse relacionamento de amistosidade, o meu muito obrigada querida.

À minha querida filha, professora Jassyara Alves da Silva, amiga, companheira de lutas nas horas certas e incertas, em toda minha trajetória acadêmica e profissional, apoiando-me de forma extraordinária com desvelo e afetividade irrestrita por vezes possessiva demais, com sua maneira de ser e amar, a quem dedico esse momento ímpar de minha vida. Ao meu filho Jayro Alves da Silva, pelo carinho, dedicação e pelos netos que me proporcionou juntamente com Laura de Oliveira Ivo, os netos: Ítalo Gabriel Ivo da Silva carinhoso, amoroso, preocupa-se comigo. A minha neta Jammilly Gabrielle Ivo da Silva, pela ternura, amor e gratidão, costuma-se dizer que ela apesar de pequena, mas é uma grande mulher pelas suas ações e atitudes, as vezes me surpreende, com ideias e posicionamentos.

Ao meu esposo José Ribamar Araujo, pelo amor dedicação a mim dispensados, solidariedade e companheirismo.

À minha irmã professora Abianci Alves de Melo, a missionária pelo carinho dedicação e zelo em preocupar-se com o meu crescimento espiritual.

Às sobrinhas (os) pelo carinho, afetividade e dedicação em especial Ednilson Alves Benevides, pelo sorriso lisonjeiro esboçado quando nos encontramos.

Em tempo senhores e senhoras gostaria de registrar que para vir morar em São Luís,, contei com a solidariedade de quatro pessoas que foram de fundamental importância para me estabelecer em São Luís: a amiga Maria de Jesus Dutra, e seu irmão Sebastião Dutra que a há pouco tempo os conheci na cidade de Urbano Santos, MA, que moravam em São Luís sabendo da minha intenção de morar nesta cidade Maria de Jesus intermediou junto a sua patroa, residente e domiciliada no bairro Ivar Saldanha à rua Emiliano Macieira, para que ficasse em sua residência e no dia 23 de Dezembro de 1969 cheguei em São Luís, que abriu não somente suas portas mas os portais.

AGRADECIMENTOS EM IN MEMORIUM

À minha avó Maria de Nazaré Souza Araujo, por ter inculcido desde a idade mais tenra, elementos da cultura popular (valores) em minha vida, apesar de não ter uma educação formal era detentora de um grande legado cultural.

À minha mãe Aldorica Bezerra Alves, como grande empreendedora pela credibilidade investindo no futuro dos cinco filhos através do conhecimento sistematizado com otimismo e determinação conseguindo formar três filhas professoras a nível superior, duas com pós graduação. Acredita-se que se a mesma estivesse viva sentir-se-ia orgulhosa desse momento em minha vida, o ingresso neste Instituto.

Ao meu padraсто o senhor Olavo Pereira Magalhães, cearense que empenhou - se com total desvelo investindo na educação de cinco filhos, contribuindo assim com a nossa formação e construção da cidadania.

À minha irmã a Artista Plástica e Professora Ada Bezerra Alves pelos incentivos levando-me em sua companhia à UFMA, pra participar de inúmeros seminário congressos, simpósios, semanas de artes do curso de Educação Artística oficinas, laboratórios de músicas visando a construção do conhecimento e crescimento intelectual e sócio cultural, considerando que eu não era acadêmica naquela instituição, e primando também pelo meu ingresso e permanência no Curso de História da UEMA- Universidade Estadual do Maranhão. À José de Ribamar Campelo da Silva, pai de meus filhos, por tornar-me a mulher que sou pelo apoio dedicação, amor e carinho demonstrado ao longo de vinte e sete anos de convivência e cumplicidade oportunizando o meu conhecimento e crescimento intelectual e sócio cultural.

Ao casal Maria Madalena Maia de Sousa e seu esposo Francisco Henrique de Sousa saudosa memória; por abrirem as portas de sua casa, a eles a minha gratidão pelo acolhimento pois tratavam-me como filha.

Tenho dito

Assír Alves Araujo

Cad.27 - IHGM

DISCURSO DE CLEONES CARVALHO CUNHA POR OCASIÃO DE SUA POSSE NA CADEIRA Nº 25, PATRONEADA POR CELSO TERTULIANO DA CUNHA MAGALHÃES

Cleones Carvalho Cunha

Excelentíssima Senhora Desembargadora do Tribunal de Justiça do Maranhão, Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz;
Excelentíssimo Senhor Presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, Dr. Ângelo Alencar dos Santos;
Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da Justiça do Maranhão, Dr. Luiz Gonzaga Martins Coelho;
Excelentíssimo Senhor Defensor Público Geral do Maranhão, Dr. Werther de Moraes Lima Júnior;
Excelentíssima Senhora Promotora de Justiça, Dra. Ana Luíza Almeida Ferro;
Excelentíssimo Senhor Presidente da Federação dos Municípios do Maranhão, Dr. Cleomar Tema Carvalho Cunha;
Excelentíssimo Senhor Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, Dr. Euges Lima;
Excelentíssimo Reverendíssimo Senhor Frei Edmilson Vieira da Cruz;
Senhoras e Senhores Desembargadores;
Senhoras e Senhores Juizes;
Senhoras e Senhores Membros do Ministério Público;
Senhoras e Senhores Advogados e Defensores;
Senhoras e Senhores Servidores do Poder Judiciário;
Meus Queridos Amigos e Familiares que me prestigiam nessa solenidade;

O sentimento que me invade a alma neste instante é o de *gratidão*. Gratidão a Deus! Gratidão à minha querida família! Gratidão aos senhores membros do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão – IHGM, singularmente à minha ex-aluna do Colégio Santa Teresa, Ana Luíza, e ao meu querido professor da UFMA, Dr. João Batista Ericeira, pela indicação/escolha do meu nome para compor esta confraria, que deu aso a este momento de tamanha importância para mim.

Costumo dizer que sentimentos não se traduzem em palavras. Não se transmitem, mas *se dividem, partilham-se*. É o que faço agora: convido a todos os membros desta nobre instituição científica do Maranhão, Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão; a todas as autoridades presentes; aos amigos e aos familiares a *partilhar comigo* as mais diversas emoções deste momento: alegria, honra, orgulho e até um pouco de vaidade (confesso).

Senhoras e Senhores,

Quisera eu ter a eloquência de Cícero, o maior expoente da Oratória Clássica, contudo desse advogado romano nascido no Lácio, não herdei os talentos da *improvisação e da loquacidade...*

Quisera eu ter a Dialética iluminada de *Ruy* ou de *Ferreira Goulart*, tanto que receberam, recebem e receberão aplausos e consagrações eternamente, porque *a arte não morre!*

Quisera eu ter o mérito objetivamente considerado de um *Rocha Pombo*, tido como um dos maiores historiadores brasileiros, cuja memória e a consagração nacional cabem cultivar a qualquer pretexto.

Quisera eu ter a flexibilidade e o talento de Josué Montello, que no dizer de Milson Coutinho, é *historiador no sentido mais puro da palavra*.

Quisera eu o poder neste momento de lhes encantar, prender-lhes a atenção com fala que chegasse aos pés dos que me antecederam nesta *casa de cultura ou de conhecimento ou de conhecimento e cultura*.

Quisera eu ter, também e principalmente, a ousadia e a coragem associadas à *capacidade literária* e ao *caráter altaneiro* de CELSO TERTULIANO DA CUNHA MAGALHÃES, a quem muito me honra, pessoal e profissionalmente, em, compartilhando este momento com as Senhoras e os Senhores, tomar posse da Cadeira de número 25 desta casa e prestar justa homenagem ao seu ilustre titular e patrono, diante do profundo reconhecimento dos seus talentos *literário e profissional, na história estadual e nacional*.

Esta minha modéstia, Senhoras e Senhores, é *verdadeira*. Tanto que não ousou imputar-me a realização de grandes serviços à eternamente inculta e bela Língua Portuguesa: na *Poesia*, se me aventurei alguma vez, não lhe dei a graça ou perfeição que merecessem vir a público; a *Prosa*, não a tenho eloquente ou com a grandeza dos escritores.

Mas, *sou amante do Belo*, esteja escondido em rimas sincopadas dos sonetos ou num simples crepúsculo, como o que os céus nos permitem ver na Ponta d'Areia. Amo qualquer outra manifestação do pensamento onde se possa vislumbrar uma centelha de beleza, divina ou profana, retratando alegria, ou até, a exemplo de *Werter*, induzindo muitas vezes à morte. Tenha estilo sombrio ou manifeste um tesouro de policromia, buscados/encontrados no Montparnasse ou no cordel da feira de Caruaru, ou de Tuntum.

Por que então, aceitando a escolha – gesto magnânimo das minhas agora confradeiras e meus confrades, aqui estou? Se algum mérito tenho,

está na *construção diuturna de textos jurídicos*, e os faço buscando a justa subsunção do caso concreto à abstração legal.

Repito: *não* sou poeta, *não* sou douto, *não* sou sábio. É bem verdade que sou curioso, gosto de estudar, fascinam-me os grandes temas da Humanidade, dentre eles a beleza espiritual dos sacrários de Roma, sua história, seus dogmas, seus mistérios, seus cânones, seu Poder Espiritual.

Do Direito, fruto canônico, sou escravo, desde que em sincronia com a *Justiça*. Afinal, como pertinentemente observado pelo Eminentíssimo Desembargador Lourival Serejo, no seu discurso¹ de posse no Tribunal de Justiça do Maranhão:

A **Justiça** de hoje, como bem disse o magistrado francês Antoine Garapon, tornou-se um **espaço de exigibilidade da democracia**. [...] Num mundo de conflitos e desesperança o **magistrado tem que servir de ponto de referência de serenidade e certeza da Justiça**. A leitura do conhecido aforisma “Ainda há juízes em Berlim,” feita por Luigi Ferrajoli aponta para a necessidade de um juiz imparcial e independente, que intervenha para reparar injustiças e tutelar os direitos individuais, mesmo contra a maioria, mesmo contra a opinião geral. [...]

Não tem o meu espírito o gem da poesia, capaz de permitir pelo menos que eu exteriorize o deslumbramento quase infantil que sinto ante a complexidade do homem social e da exuberância da natureza, que infelizmente se degrada a cada dia...

E por falar em natureza, importa lembrar a urgência de conscientização e a preservação ambiental. Evoco o atual patrono da Ecologia, o Papa Francisco, que na carta encíclica *Laudato Si*, lançou o desafio de: *todos juntos protegermos nossa casa comum, alertando: UM CRIME CONTRA A NATUREZA É UM CRIME CONTRA NÓS MESMOS E UM PECADO CONTRA DEUS!*

Também já me aventurei a garimpar subsídios no “mofo” de ouro, inclusive deste IHGM para contar a saga do Poder Judiciário do Maranhão – como subsídio para a história da Organização Judiciária do Maranhão –, obra para a qual a generosidade do Desembargador Milson Coutinho, ao apresentá-la, disse-a importante para a historiografia do Maranhão.

Mas a *minha história, ah a minha história*, é a história dos filhos e filhas do sertão deste Estado.

¹ <http://www.amma.com.br/anexos~14,332,,,discurso-do-desembargador-lourival-serejo>

Não sou estadista. Erudição, não a tenho, mas sou juiz, juiz de consciência tranquila, porque, confradeiras e confrades, Senhoras e Senhores, só quis julgar com acerto; e, se fui parcial, o fiz em nome do fraco e do injustiçado.

Importa repetir e enfatizar o sentir-me pessoal e profissionalmente realizado em, compartilhando este momento com as Senhoras e Senhores, tomar posse da *Cadeira de nº 25* desta casa e *prestar justa e afetuosa homenagem* ao seu ilustre titular e patrono, *Dr. CELSO TERTULIANO DA CUNHA MAGALHÃES*, diante do profundo *reconhecimento* dos seus talentos *literário e profissional*, no contexto nacional e estadual.

Natural da Cidade de Viana, filho do Tenente Coronel José Mariano da Cunha e de D. Maria Quitéria de Magalhães Cunha, Dr. Celso Magalhães, segundo consta do acervo histórico da Academia Vianense de Letras², foi alfabetizado por seus próprios avós maternos, os senhores Manoel Lopes de Magalhães e Maria Cecília Duarte Magalhães, em Viana.

Por crescer em período de plena ebulição cultural no Estado, máxime por se formarem (e destacarem) à época expoentes intelectuais maranhenses, a exemplo de *João Lisboa, Gonçalves Dias, Manoel Odorico Mendes e Sotero dos Reis*, os quais, por suas singulares atuações, ensejaram a qualificação do Maranhão como a “Atenas Brasileira”, Dr. Celso se encantou pelas *letras* e, aos 18 anos, ainda em Viana, publicou alguns poemas de sua autoria, tais como “Vem, não tardes e para ela”, “Desânimo”, entre outros, iniciando-se na vida literária em 1867.

No ano seguinte (1868), mudou-se para Recife, visando ao *Curso de Direito* na Faculdade da capital pernambucana, onde, sem se olvidar das letras, escrevia romances, poesias e artigos jornalísticos de diferentes gêneros, tanto para a revista estudantil “Oiteiro Democrático”, quanto para jornais locais, como “Correio Pernambucano”, e traduzia vários poemas, a exemplo de “Ophélia”, de H. Muger (1869), entre tantos outros, enviando farto material literário para os periódicos de São Luís, onde, assinando sob o pseudônimo de “*Giácomo de Martorello*”, publicou em 1870 e 1873 as novelas “Ela por Ela” e “Pelo Correio”, respectivamente. Em 1870, sua poesia “Versos” foi transformada em livro – o único publicado em vida.

Bacharelando-se em Direito, em 1873, retornou à capital maranhense e, após visita à cidade natal, Dr. Celso Magalhães recebeu a nomeação para o cargo de *Promotor Público da Capital*, pelo presidente da então província, Dr. José Francisco de Viveiros, destacando-se, em pouco tempo, dos demais contemporâneos, pelos seus reconhecidos *valor intelectual, elevado senso de Justiça e brilhante capacidade jurídica*.

² Por Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, Procuradora de Justiça do Estado do Maranhão.

Posteriormente, segundo notícia a Senhora Procuradora de Justiça do Maranhão, Dra. Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, ao escrever sobre o nobre jurista para a Academia Vianense de Letras, atuando na apuração de crime de homicídio praticado contra uma criança escrava, de nome Inocêncio, e tendo como acusada *Dona Ana Rosa Lamaignere Viana Ribeiro*, esposa de um influente político e médico da região, Doutor Carlos Fernando Ribeiro, o conhecido “Barão de Grajaú”, Dr. Celso Magalhães, como um herói à frente de seu tempo, destemidamente a levou a julgamento pelo Tribunal do Júri, requerendo-lhe a prisão provisória, a qual, deferida, manteve a poderosa senhora escravocrata encarcerada até o julgamento, sem que, todavia, obtivesse-lhe a condenação, obviamente diante do grande prestígio de que gozava a ré e seu marido.

Da escoreita peça acusatória, cuja cópia encontra-se encartada na obra “*Autos do Processo-Crime da Baronesa de Grajaú - 1876-1877*”, editada pelo Programa “Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão”, em 2009, alguns excertos para sorvermos a bravura de Dr. Celso Magalhães. Vejamos:

[...]

Constando pela voz pública ao subdelegado de Polícia do 2º Distrito, no dia 14 deste mês, pelas nove horas da manhã, que no Cemitério da Santa Casa da Misericórdia se achava para ser sepultado o cadáver de um menor de nome Inocêncio, escravo da denunciada, apresentando sinais de sevícias, e tão recentes que faziam convencer de que elas tinham ocasionado a morte do dito menor, dirigiu-se o Sub-Delegado ao Cemitério e verificou a existência dos castigos denunciados pelo povo.

Providenciando imediatamente acerca do necessário CORPO de DELITO [...] confirmaram a existência dos castigos descritos no auto do inquérito, declarando ter o infeliz escravo morrido em consequência das sevícias e maus tratos que o cadáver parenteava [...]

[...] das inquirições e pesquisas constantes dos autos, resultaram os mais veementes indícios de terem sido esses castigos e maus tratos, mais uma vez verificados no cadáver do menor Inocêncio, infligidos pela senhora do mesmo, a denunciada D. Ana Rosa Viana Ribeiro, n’ausência de seu marido, o Dr. Carlos Fernando Ribeiro, o que bem e claramente se evidencia das diligências que ela empregou, exigindo a prontificação do caixão, de modo que o enterro se fizesse antes das seis horas da manhã d’aquele dia 14, e da recomendação expressa de se não abrir o caixão, senão no ato de encomendação do cadáver, fechando-se depois e logo metido na sepultura, fato sem dúvida para subtraí-lo às vistas do público [...]

Na mesma obra literária, há cópia do *auto de corpo de delito* procedido no menor Inocêncio, cujo excerto transcrevo para embrar a gravidade e a crueldade da denunciada, dama da mais alta linhagem da época, se se considerar dinheiro e poder como definidores de linhagem, alta linhagem.

[...]

Que a cabeça tinha uma contusão na região occipital, pelo lado direito, junto à cintura, com o parietal correspondente; uma outra na região frontal do mesmo lado, em sua parte média; outra ainda na mesma região, pela parte esquerda, marchando para região temporal correspondente; escoriações na orelha direita, em seus bordos; feridas e equimoses no lábio inferior; um ferimento já cicatrizado, mas recente, no pescoço [...] No tronco, marcas antigas, recentes de castigos; escoriações recentes, provavelmente resultado também de pancadas; no ventre, além das citadas marcas, existem equimoses já um tanto apagadas, mas que se pode afirmar produzidas há pouco tempo; [...] no braço direito, escoriações e equimoses na região escápulo-humeral, produzidas pela pressão exercida, provavelmente por cordas, durante algum tempo; [...] no antebraço, pela sua parte posterior, e em seu terço inferior, uma ferida de forma ovoide de três a quatro centímetros de extensão no seu maior diâmetro.

[...]

O estado do corpo da infeliz criança demonstrava que a morte aparecera não em virtude de uma moléstia e longa consunção, e sim por uma causa qualquer rápida que pouco lhe alterou o seu estado físico. Em consequência, respondem ao quesito 1º: SIM, houve morte. Ao 2º: que a sua causa imediata foi provavelmente maltrato e castigo. [...] Ao 4º: que a morte não foi causada por castigos moderados, mas provavelmente por castigos repetidos. [...] Ao 5º: que os castigos foram praticados provavelmente com cordas, chicotes e qualquer outro instrumento contundente, de maior peso. Ao sexto: pode-se dizer que todo o corpo foi maltratado com castigos repetidos, e se houvesse cuidado, de certo não teria havido a morte. [...]

Ainda sobre o famigerado crime, e referindo-se à sua dinâmica e ao pequeno Inocêncio, ratificando a *crueldade* da denunciada, narra Josué Montello, em sua obra “*Os tambores de São Luís*”³: “Quando ele correu

³ MONTELLO, Josué. Os tambores de São Luís. RJ: Nova Fronteira, 2010.

para o quintal, ela foi também, e sempre batendo. Deu tando que o negrinho perdeu o sentido e ficou caído no chão”. E, segundo notícia Alan Paiva, em “*O caso Pontes Visgueiro: da barbárie ao feminicídio*”⁴:

“Fazia apenas um mês que ela havia matado, também a pancadas, o irmão da vítima, chamado Jacinto, de onze anos, e nada lhe aconteceu. Três anos antes, ela teria assassinado uma escrava. Esses crimes foram abafados por causa da influência do seu marido Carlos Fernando Ribeiro, médico, fazendeiro, bacharel em Direito e chefe do Partido Liberal”.

Celso foi assim arauto da dignidade humana naquele contexto social imoral, que desnudava a terrível nódoa da escravidão.

Perdeu a batalha o nosso homenageado. Foi inocentada a má e covarde senhora. Ficaram ambos para a história da Justiça. Ele, *como impávido sacerdote do Direito*.

Por ter conduzido toda a acusação com coragem e altivez imperturbáveis. Ela, como a mais asquerosa megera, a criminoso cruel.

Após tal julgamento, conhecido como “*o processo da Baronesa de Grajaú*”, em razão de o próximo presidente interino da província ter sido exatamente o esposo da acusada, Dr. Celso Magalhães, juntamente com o então delegado que apurou o crime, foram arbitrariamente *exonerados* dos seus cargos, sob a omissa e covarde justificativa “a bem do serviço público”, circunstância que o abateu severamente, sobretudo após o falecimento do seu pai. E, aos 30 anos incompletos, apesar de indicado à disputa das eleições como Deputado, pelo Partido Conservador, para Assembleia Geral do Império, Dr. Celso Magalhães foi acometido de *febre perniciosa* que o levou à rápida e prematura *morte* no dia 9 de junho de 1879, causando profunda comoção local e nas demais províncias. Apesar de vida tão breve, Foi Celso um *definidor de destinos*.

Benjamin Franklin, uma das personalidades americanas mais admiradas nos Estados Unidos, aquele mesmo cuja efígie encontra-se estampada na nota de 100 dólares americanos (foi tipógrafo e editor), escreveu seu próprio epitáfio, que em tradução livre seria:

Aqui jaz, para sustento dos vermes, o corpo de Benjamin Franklin – impressor, como a capa de um velho livro – com conteúdo desgastado, desprovido de suas letras douradas. Contudo, o trabalho não será perdido, pois reaparecerá

⁴ PAIVA, Alan, O caso Pontes Visgueiro: da barbárie ao feminicídio. São Luís, Clara Ed., 2017, p. 28.

como acreditou esse homem – numa edição nova e mais bela, corrigida e aperfeiçoada pelo Autor.

Naturalmente, tal epítáfio permite a leitura da nossa crença na ressurreição dos mortos, prometida por Jesus Cristo, mas permite igualmente contextualizá-lo ao campo das ideias, das obras, dos feitos, que a História registra, preserva, pereniza.

Obviamente, eu não tenho o poder, Senhoras e Senhores, de trazer Celso Magalhães agora a este salão –, *jovem, intrépido, ousado*, com a inseparável flor vermelha na lapela, mas busco trazê-lo *ressurreto, admirável, ímpar*, como exemplo de *dignidade, coragem e fidelidade* às ideias, aos valores, às lutas que empreendeu.

Dr. Celso Magalhães é patrono da Cadeira nº 5 da Academia Maranhense de Letras, da Cadeira nº 16 da Academia Maranhense de Letras Jurídicas, da Cadeira nº 11 da Academia Ludovicense de Letras, da Cadeira nº 12 da Academia Vianense de Letras e desta Cadeira nº 25 do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, em cuja posse tenho imensa e profunda honra de adentrar.

CELSO TERTULIANO DA CUNHA MAGALHÃES é ainda, por indicação de nossa confrreira Doutora Elimar Figueiredo de Almeida e Silva, no início dos anos 80, do século passado, quando Corregedora Geral do Ministério Público, e com aprovação unânime do Colégio de Procuradores, o patrono do Ministério Público do Maranhão. Escolha mais feliz não poderia ter feito a instituição. Celso honra assim com o seu exemplo de intrépido promotor público e preclaro da vida pública e cultural do Maranhão do século XIX. De caráter altaneiro, um dos espíritos mais brilhantes do seu tempo e da posteridade (pela importância da sua obra), um dos maiores paladinos da Justiça, exemplo de galhardia e coragem.

Destemor e arrojo demonstrados muitas vezes, mas que se tornaram emblemáticos ao acusar a assassina de Inocêncio, um menino escravo, sacudindo, mobilizando, provocando a ira da sociedade conservadora de então, os poderosos, os fidalgos, a elite.

A assassina, Dona Ana Rosa Viana Ribeiro, fidalga de nascimento, poderosa pelo casamento (desposara influente político, futuro Barão de Grajaú) e extremamente má pela própria índole, foi a responsável pelo homicídio que vitimou um menino de apenas oito (ou nove) anos de idade. A motivação do crime hediondo foi banal, quiçá corriqueiro, já que os escravos eram propriedades de seus senhores. Como pode, Senhoras e Senhores, um homem ser propriedade de outro homem?

Monsenhor João Tolentino Gadelha Mourão, meu patrono, na cadeira de número 38, da Academia Maranhense de Letras Jurídicas,

escrevendo no Jornal “*A Civilização*”, no final do Século XIX, já respondia negativamente a esse questionamento:

[...] A escravidão, opondo-se claramente à dignidade humana e cristã [...] violava os princípios da justiça natural. [...] *O homem não pode ser propriedade de outro homem.* Acima de qualquer lei positiva está o direito à personalidade e da liberdade humana, direito imutável, direito que deve ser inviolável.

[...] Não foi a propriedade que a lei de 13 de maio aboliu, foi um estado de violência e opressão que suprimiu. A lei emancipadora não ofendeu direitos verdadeiros, veio reparar uma longa injustiça de três séculos; restituiu a uma raça oprimida o dom precioso da liberdade, que todos recebemos de Deus [...] A escravidão é uma instituição repugnante, que não é legitimada pelo direito natural [...] não constituía entre nós um direito propriamente dito, era um fato anormal, uma nódoa, que felizmente apagou-se [...]⁵

De “*O Crime da Baronesa*”, de José Eulálio, tem-se que era a sociedade de então conivente com práticas de castigos e sevícias contra escravos, inclusive crianças, com atos de violência física e psíquica, aviltante, desprezível. Livrou-se da condenação judicial, a baronesa de Grajaú, mas não da popular, da história da terrível escravidão, mormente no Maranhão. É que ao caminho da perversa dama cruzaram a coragem e a bravura de Celso Magalhães, aluno de Tobias Barreto e seguidor ferrenho de suas ideias abolicionistas.

Da pena do grande Josué Montello também não se salvou a Baronesa de Grajaú. Os Tambores de São Luís igualmente denunciaram a criminosa mundo afora, assim como toaram a coragem do jovem promotor Celso Magalhães, precursor da luta contra a saga do pequeno negro em seu martírio nas terras maranhenses.

Ainda sobre a matéria, Graça Aranha, citado em dissertação de mestrado de Luciana Meirelles Reis, assim como não fugiu à luta e exaltou a figura de Celso e sua ousadia em levar ao banco dos réus uma dama da elite provinciana do Maranhão.

Faleceu precocemente este que foi um dos mais ilustres maranhenses de todos os tempos, com apenas 30 anos de idade, sem deixar

⁵ In Revista da Academia Maranhense de Letras Jurídicas, Ano I, n. 1, Dez 2003, p. 103.

descendentes. Somos todos os filhos do Maranhão orgulhosos descendentes de Celso Magalhães, filhos do seu legado, da sua *nobre* marca, do seu ideal de Justiça (reconhecido pelo Ministério Público do Maranhão, instituição a que tive a honra de pertencer), do seu *intimorato civismo/cidadania, seus postulados éticos*, além da sua *prodigiosa obra*.

E a obra do poeta, do jornalista, do abolicionista, do folclorista, do jurista, do crítico ferrenho, do satírico político, *não* morreu. *Perenizou-se!*

À moda do “Boca do Inferno”, cutucava os poderosos. Aquela inteligência privilegiada ainda em Viana, muito jovem, traduziu “A Minha Casaca”, do poeta francês Michel Sedaine.

Olá, minha casaca

Agora te agradeço

Ontem, graças a ti, ao teu feito,

Fui tido em outro preço.

Pudesse a minha voz, transpondo o espaço

Reboar os ouvidos dos Senhores

Trazer-lhes a vergonha, a piedade ao coração

Pudessem as minhas frases

Remodelar-lhes as fracas consciências

Pelos crimes embotadas!

Estro de Castro Alves, bradava em versos o intrépido Celso:

Eu quero vingança, mas quero-a completa

Não sangue, nem prantos, nem mortes, nem ais,

**Vingança de nobre – olhar os algozes, curvados,
dizerem:**

Valeis muito mais!

E da pena do “Balcofrio” (um dos seus pseudônimos), das Carranquinhas e das Caretas, muitas lições morais, via crítica humorada, eschachada, mas duras, acusativas, incisivas, maliciosas, espelhos para denunciar costumes e atos degradantes dos poderosos.

Dos versos “Os Calhambolas”, não se afastou Celso do popular, do dizer simples, embora se tratasse de grande protesto contra a mácula da escravidão.

**Crioula, minha crioula
 Minha flor de manacá
 Guarda bem este suspiro
 Que o meu coração te dá!
 (...)
 Que importa que eu queira bem
 Se o preto não tem querer
 Se só ele tem alívio
 Quando é feliz em morrer?
 E, se o sangue somente levar pode
 Essa mancha odienta e vergonhosa
 Venha o sangue, por Deus.
 Venha a revolta”.**

Ainda sobre o mote da escravidão, trasmudado na alma do negro, poetou Celso Magalhães:

**E dos desertos áridos
 De areias do oceano
 Eu era o soberano
 Das matas era o rei
 Meu sangue era de príncipes
 Dos meus era o primeiro
 E tinha um povo inteiro
 Sujeito à minha lei.
 (...)**

**Trint'anos trint'séculos
Lá vão que estou sofrendo
Martírios padecendo
Mais duros que o morrer
Porém se o barco rígido
Um dia levantar-se,
Tremendo há de vingar-se
De quem me faz sofrer**

Muito produziu Celso Magalhães, fossem nas artes do Teatro, da Música; fossem nas Ciências, a exemplo da Química, da Arqueologia, da Geologia e, ainda da teoria da cultura espontânea, o Folclore. Multifacetado, brilhou em duetos afinados, na música lírica; os ensaios orgânicos sobre as tradições, as crônicas sociais, a Dramaturgia, a política abolicionista, traduziram para a posteridade o espírito da personalidade inteligente, inquieta, libertária, transformadora e sensível do nosso homenageado, cuja generosidade das minhas confradeiras e meus confrades, repito, me deu a honra de ocupar a cadeira neste Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão.

Valeram, como valeram, valem ainda e valerão à eternidade os textos críticos, poéticos, pusilânimes, ferinos, de Celso. Quanta influência à sua geração e às posteriores, de tal modo que, bem lembra Jomar Moraes, São Luís copiou por muitos e muitos anos o costume do uso da rosa vermelha na lapela, a Flor do Celso.

Assim, pois, VIVA O IHGM! – aqui se perpetua a história do nosso Estado do Maranhão. Por que é preciso contar, registrar, cantar, reverenciar a nossa História. É da *História* que emerge a formação da personalidade social de um povo, de uma nação.

Infelizmente, até cantar, canta pouco ou canta mal o brasileiro. Se cantássemos as tensas: Pra não dizer que não falei de flores (“*Caminhando e cantando; E seguindo a canção; Somos todos iguais; Braços dados ou não; Nas escolas, nas ruas; Campos, construções; Caminhando e cantando; E seguindo a canção [...]*”), Roda Viva (“*Tem dia que a gente se sente; Como quem partiu ou morreu; A gente estancou de repente; A gente quer ter voz ativa*”), Domingo no Parque, Alegria, Alegria, ao invés de “Show das Poderosas”, não haveria hoje a *menor possibilidade* de sequer pensar na volta do regime militar, apesar do caos ora implantado no Brasil.

Celso lutaria por isso. Com certeza, defenderia a *Liberdade, a Justiça, a Democracia, o Homem*. O Homem, muitas vezes *de si mesmo*.

Daí por que, caríssima Dra. Elimar, Presidente Euges e demais membros deste IHGM, impõe-se um alerta para o dever de preservar a História, inclusive o de reparar o esquecimento de homens e mulheres que foram/são, por natureza, *imortais*. *É que seus exemplos não de ser seguidos*. Uma sociedade sem memória e, em consequência, sem História, aquela que não reverencia e perpetua seus modelos humanos “está fadada a cometer no presente e no futuro os mesmos erros do passado e deixar passar à margem seus heróis, suas inteligências. É uma árvore sem raízes”.

O que é um povo sem memória? Canudos existiria sem Euclides da Cunha? Inquiriu certa feita uma plateia a Carlos Gaspar?

Apresentando a Revista nº 9 do IHGM, a equipe de pesquisa e jornalismo do antigo e saudoso SIOGE, em romântico e convicto idealismo, tão próprio dos anos oitenta, vaticinou:

A História é o postigo milenar construído para a preservação da memória dos tempos. É o registro infalível da evolução física e espiritual do homem, percorrendo os mais diversificados estágios de sua efêmera visitação terrestre. Desfilam ante nossos olhos deslumbrados, como se estivéssemos assistindo à magia irresistível de um filme hollywoodiano, as cenas mais espetaculares que possamos imaginar, não faltando para tanto, a sutileza da verdadeira aliada ao mais requintado quadro de suspense, para revalorização dos personagens em tela.

E, mais adiante, continuam adjetivando a História, os poetas não identificados do SIOGE: “*Relicário dos nossos atos, porque vivemos e atuamos dentro de tal contexto*”.

Nesse nosso país quase sem rumo e sem direção, tem-se terrível exemplo de desconhecimento da própria história. E, pasmem, da sua história recente!

Da mesma forma, são dignos de homenagem, Senhoras e Senhores, os meus eminentes *antecessores da Cadeira nº 25*, aos quais tenho a *honra* de me referir: **Dr. Antônio Lopes da Cunha**, primeiro ocupante, filho do desembargador (e futuro governador do Estado) Manuel Lopes da Cunha e D. Maria de Jesus Sousa Lopes da Cunha; sobrinho de Dr. Celso Magalhães, similarmente nascido no Município de Viana, em 25.05.1889, e falecido em São Luís, em 1950.

Foi fundador, (e é) secretário perpétuo, deste magnífico Instituto Histórico e o Geográfico do Maranhão, além de ter sido também um

dos precursores da *Faculdade de Direito* de São Luís, e da *Associação Maranhense de Imprensa*. Em verdade, de vasta verve erudita, Dr. Antônio Lopes da Cunha foi “*jornalista completo*” como bem afirmou Antônio de Oliveira – consagrado escritor maranhense, que ocupou a cadeira nº 30 da Academia Maranhense de Letras.

Tratando dos mais diversos assuntos, como política, guerra, literatura, história, redigia *praticamente sozinho* os jornais “A Pacotilha”, “O Imparcial” e “Diário do Norte”, periódicos bastante influentes da mocidade intelectual de São Luís ao seu tempo.

Não bastassem, Dr. Antônio Lopes ainda foi professor da Faculdade de Direito de São Luís, do Liceu Maranhense, nas disciplinas de Filosofia do Direito, Literatura, Geografia, Francês e Sociologia, além de Diretor da Instrução Municipal.

Dr. Odilon da Silva Soares, o segundo ocupante da Cadeira nº 25, era filho de Tito Otaviano Duarte Soares e D. Maria Thereza da Silva Soares. Nascido no Município de São Bento, em 1º de janeiro de 1902, onde fez o primário, cursando o secundário no Liceu Maranhense em São Luís. Fez Medicina na Universidade do Rio de Janeiro, onde colou grau em 1928, especializando-se em *Obstetrícia, Fisiologia, Cirurgia Geral Ginecológica e Torácica*. Foi o *primeiro* médico estadual que estudou profundamente a *tuberculose*. Quantas vidas terá salvado o estudioso médico e empreendedor da Imprensa de nosso estado, daquele mal que ceifou muitas almas...

Dedicou-se igualmente ao magistério; obteve o primeiro lugar de concurso público para professor, ainda aos 18 anos, da Escola Técnica do Centro Caixerl, além de ensinar *alemão e biologia* no Liceu Maranhense.

Dr. Odilon Soares, como catedrático no Liceu Maranhense, incentivou a internas do Orfanato Santa Luzia a serem enfermeiras e professoras normalistas, assegurando-lhes bolsas de estudos

.Extremamente *culto e amante da música clássica, além de médico, cirurgião geral, obstetra, ginecologista, fisiologista, professor, político, intelectual, incentivador da federalização das antigas Faculdades de Direito e de Farmácia e Odontologia de São Luís*, Dr. Odilon foi membro da *Academia Maranhense de Letras*, ocupando ali a cadeira de nº 14 e deste E. IHGM, na cadeira nº 25.

Eh!, Senhoras e Senhores, *somos todos responsáveis por nossa própria história!* E pela história do meio em que vivemos, logo responsáveis, especialmente pelo Estado do Maranhão. Cada um de nós precisa, pois, dar as nossas particulares parcelas de contribuição, como o fez Celso Magalhães, figura emblemática no e para o Maranhão. Seu

rico trajeto existencial, apesar de breve, houve-se pautado pelas ideias, pelo estudo, pelo denodo à causa dos mais fracos jamais será relegado ao ostracismo. A História lhe consagrou a imortalidade!

Quisera eu, em verdade, possuir o notório e indiscutível talento literário do respeitável Dr. Celso Magalhães - tampouco dos meus ilustres *antecessores* na Cadeira nº 25, Dr. Antonio Lopes da Cunha, seu sobrinho, fundador e secretário perpétuo deste IHGM, reconhecido por ter sido “notável homem das letras”⁶; e o estudiosíssimo *Dr. Odilon da Silva Soares* –, mas rogo proteção a Deus para que, contribuindo, *humildemente*, com o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, possa lhe honrar o nome e continuar o seu legado.

Então, Senhoras e Senhores, por termos exemplos em que possamos nos mirar, especialmente para levarmos adiante os propósitos semeados há muito pelos idealizadores e fundadores deste nobre Instituto, avancemos confiantes.

Que Deus nos abençoe. Muito Obrigado.

⁶ <http://www.avlma.com.br/noticias/242-antonio-lopes-um-notavel-homem-das-letras>

DISCURSO DE CRISTIANO DE LIMA VAZ SARDINHA POR OCASIÃO DE SUA POSSE NA CADEIRA DE Nº 32, PATRONEADA POR DR. ACHILES DE FARIA LISBOA

Cristiano de Lima Vaz Sardinha

Muito boa noite a todos!

Senhoras e Senhores, primeiramente, cumprimento os componentes da mesa, em especial nas pessoas dos Ilustres Professores Doutores: José Augusto Silva Oliveira e Euges Silva de Lima, Presidente e Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, que se dedicam incansavelmente para que esse respeitável sodalício ocupe o seu merecido lugar de destaque, como guardião e promovedor do estudo da história, geografia, demais ciências e artes afins, que contribuem para o desenvolvimento da sociedade maranhense e brasileira.

Cumprimento as autoridades, professores, alunos, familiares e amigos que se fazem presentes nesse momento inesquecível e marcante de minha vida.

Saúdo efusivamente a todos os confrades e congreiras do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, que nos engrandecem com suas presenças. Ingresso nessa nobre casa, com o objetivo de tentar contribuir e mantendo o espírito de eterno aluno que tem muito a aprender com todos vocês.

Em relação a congreira e madrinha, Maria Hélia Cruz de Lima, não tenho como agradecer por tudo que a senhora representa em minha vida. Além de ser jornalista, professora e escritora, com as suas 92 primaveras, continua sendo exemplo de fé em Deus, luta, determinação e de amor à família.

Com muita honra, alegria e plenamente ciente do peso da responsabilidade, assumo nessa Confraria, a cátedra de número 32, patroneada pelo Dr. Achilles de Faria Lisboa, valoroso maranhense, nascido na cidade de Cururupu – MA, em 28 de setembro de 1872, onde iniciou os seus estudos básicos.

Casou-se, primeiramente, com Carmem Miguês, de cujo consórcio nasceram Maria Cândida Lisboa e Achilêa. Das segundas núpcias, com a Professora Affife Valente Chuquia, teve os filhos, Belisário Penna Lisboa e Achilêa Cândida Lisboa.

Em sua trajetória existencial, foi notável como cientista, farmacêutico, médico, botânico, jornalista, poeta, político e grande patriota, além de incansável filantropo.

Formou-se em Farmácia e Medicina na Universidade da Bahia. Em 1897, ainda como estudante do terceiro ano das ciências médicas, participou voluntariamente com outros 31 acadêmicos na Guerra de Canudos, indo à zona de guerra, ajudando aos feridos e protestando nos jornais contra os soldados que sufocaram a revolta com o uso de violência e barbárie desmedidas.

No ano de 1906, o grande sanitarista Oswaldo Cruz, sabedor da capacidade profissional do Dr. Achilles Lisboa, o nomeou para o cargo de Auxiliar Acadêmico do Serviço de Profilaxia da Febre Amarela, no Rio de Janeiro.

Em certa ocasião, o Dr. Achilles Lisboa e outros profissionais da área da saúde estavam reunidos para subir um morro carioca, com o escopo de realizar medidas que evitassem a proliferação da febre amarela. Considerando os riscos daquela ação, um dos médicos presentes alegou que tinha o compromisso de um casamento e era também o sustentáculo da família, sugerindo que apenas os subalternos realizassem o feito.

Diante dessa situação, o Dr. Achilles disse: *“é justamente porque tenho já o compromisso de uma família, para a qual preciso ganhar o pão de cada dia, num emprego a cujas responsabilidades por mais pesadas e perigosas que sejam não devo fugir, que vou subir em companhia do pessoal que dirigimos”*. Após proferir essas palavras, subiu o morro e atendeu a população, cumprindo o seu dever profissional e de cidadão.

Em 1912, tornou-se ajudante da Seção de Botânica do Jardim Botânico do Rio de Janeiro-RJ, chegando a função de Diretor, tendo colaborado muito para o avanço da ciência e das pesquisas farmacológicas.

Infelizmente, o sonho do Dr. Achilles Lisboa de transformar o Jardim Botânico em um centro brasileiro de descobertas científicas, não foi efetivamente concretizado por conta da corrupção política da época.

Regressando ao Maranhão, criou o Posto de Socorro aos Ulcerados, que tornou-se a primeira assistência médica pública gratuita do Estado. Fundou a Escola de Farmácia, inaugurada em 04 de maio de 1922. Foi o primeiro a trazer um microscópio para as terras maranhenses.

Concretizou muitos atos humanitários, tendo contribuído sobremaneira para o combate à moléstia da hanseníase, tratando seus pacientes com zelo e devoção. Realizou pesquisas a respeito dos malefícios causados pelo uso de drogas entorpecentes.

Em que pese o seu extraordinário saber e de ter sido reconhecido no cenário nacional e internacional como cientista, o Dr. Achilles Lisboa foi um homem simples e humilde, dedicado ao auxílio dos mais necessitados, sendo muito querido pelo povo maranhense de diferentes classes sociais.

Carregou a bandeira da educação como elemento transformador da realidade brasileira e maranhense, pois, acreditava firmemente que a educação voltada ao âmbito prático, seria a força motriz para o desenvolvimento pessoal e profissional dos cidadãos e da sociedade.

Foi Prefeito da sua terra natal, Cururupu, cidade pela qual, manteve por toda a vida, grande reverência e amor. Em 22 de julho de 1935, por meio de eleição indireta, foi elevado ao cargo de Governador do Estado do Maranhão.

Todavia, a sua carreira política sofreu alguns revezes, tendo sido alvo de injustas represálias por não pactuar com atos espúrios, característicos da politicagem.

Como governador, deixou o palácio sendo louvado pela população maranhense. Sobre o ocorrido, relatou posteriormente: *“Nunca tive na minha vida pública, maior contentamento, do que naquele dia, em que deixei como nele tinha entrado, o Governo do Maranhão, cercado, e talvez com vibração de estima ainda maior, pelo povo de minha terra, que em massa da mesma forma compacta à da entrada, me levou, na saída, pelas principais ruas da cidade, a pé e devagar, até à residência, em que ia ficar”*.

Fez jus ao seu nome de “Achilles”, pois como o herói grego das poesias homéricas, lutou bravamente e com muita coragem pelos seus ideais, não se curvando às dificuldades e percalços que lhe foram impostos como desafios e provações.

Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e à Academia Maranhense de Letras, tendo escrito obras científicas e proferido muitas palestras com eloquência e maestria.

Faleceu na cidade de São Luís – MA, no dia 18 de abril de 1951, sem quaisquer posses, deixando como legado o amor ao saber e a dedicação ao Maranhão.

Não nos seria possível abordar em tão curto lapso temporal, todas as nuances dos grandiosos feitos do imortal Achilles de Faria Lisboa. Em suma, o seu exemplo e história de vida, nos fornecem muitos aprendizados e são motivos de grande orgulho para o povo maranhense e brasileiro.

Vale ser ressaltado que foram ocupantes da cadeira patroneada por Achilles de Faria Lisboa: José Ribamar Sá Vale, Waldemar da Silva Carvalho e João Mendonça Cordeiro, todos ilustríssimos e digníssimos

cidadãos que se dedicaram a esse sodalício, bem como, corroboraram em muitos aspectos para resplandecer a luz do conhecimento.

Particularmente, deixo registrado os mais sinceros agradecimentos a meus pais, Célio Gitahy Vaz Sardinha e Ana Hélia de Lima Sardinha, que foram e continuam sendo um porto seguro para mim, paradigmas de educação, honestidade e amor ao próximo, bem como, a nossa terra natal.

Agradeço à minha amada esposa, Anna Karla. Ao seu lado, enfrentei grandes desafios e vivenciei os momentos mais felizes, em especial, o recente nascimento da nossa filha, Maria Helena, que veio para iluminar as nossas vidas.

Agradeço ao meu querido irmão, Vítor Sardinha, conselheiro, companheiro e grande amigo de todas as horas.

Agradeço muito ao amigo, Dr. Haroldo Silva Souza, autor do livro: “Achilles Lisboa, Glória do Maranhão e do Brasil”, que gentilmente nos concedeu um exemplar, permitindo o aprofundamento das nossas pesquisas.

Por nos ter graciosamente cedido trabalhos e artigos científicos que tratam sobre a história do Dr. Achilles de Faria Lisboa, agradecemos à Doutora Achilléa de Lisboa Bittencourt, professora e pesquisadora que trilha os passos do seu pai.

Senhoras e Senhores, por ser filho dessa terra, com tantas potencialidades, riquezas naturais, histórias marcantes e que é o berço de grandiosos homens e mulheres, finalizo dizendo em alto e bom som:

Viva o Instituto Histórico e Geográfico!

Viva o Estado do Maranhão!

São Luís, 26 de julho do ano de 2019.

Cristiano de Lima Vaz Sardinha

DISCURSO DE POSSE DO PADRE JOÃO DIAS REZENDE FILHO NA CADEIRA Nº 35, PATRONEADA POR DOMINGOS DE CASTRO PERDIGÃO*

João Dias Rezende Filho

Revmo. Sr. Pe. Raimundo Gomes Meireles, Chanceler do Arcebispado, a partir de hoje não somente irmão de presbitério, mas confrade neste sodalício, também neste ato representando o senhor Arcebispo Dom José Belisário da Silva, na pessoa de quem saúdo todos os clérigos e religiosos,

Exmo. Sr. Professor Euges Silva Lima, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão,

Exmo. Sr. Dr. Cleones de Carvalho Cunha, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e presidente interino da Corte Eleitoral do Maranhão,

Exmo. Sr. Dr. Benedito Bogéa Buzar, Presidente da Academia Maranhense de Letras, bom amigo, a quem desde já agradeço a cessão do salão nobre desta venerável Casa para esta cerimônia de minha posse e na pessoa de quem saúdo todos os membros da Casa de Antônio Lobo presentes,

Exmo. Sr. Dr. Natalino Salgado Filho, que tão bondosamente me recepcionou com um discurso repleto de generosidade e a quem muito agradeço pela amizade de sempre.**

Excelentíssimas autoridades,

Confrades e Confreiras do Instituto Histórico,

Meus queridos Pais, parentes e demais familiares,

Meus paroquianos, filhos espirituais e amigos,

Meus senhores, minhas senhoras,

Tinha por volta dos 12 anos quando vi minha avó materna, Tamar Barbosa Pecegueiro, com um belo livro em suas mãos, de capa ilustrada com um quebra cabeça de mosaicos e azulejos; até aí nada demais, pois ela gostava de ler. Lia muito e de tudo. Mas eu, sempre curioso, não deixava de lhe perguntar o que estava lendo. O livro do Edgardo! — disse, sorrindo.

E foi a tarde inteira ao seu lado, folheando e lendo juntos, a extensa obra *A Mística do Parentesco*, do museólogo e genealogista Edgardo Pires Ferreira. Ao fim daquela tarde, descobri que um dos tios de Vovó havia sido membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM). No outro dia, lá estava eu, na sede do Instituto, a ver se descobria algo mais sobre meu velho antepassado historiador dos sertões. Ao subir as escadas, encontro um senhor idoso, de fala rouca e olhos vivos que me recebeu entusiasmado e feliz. Era Luiz Alfredo Netto Guterres. Foi meu primeiro contato com o Instituto.

Meus senhores, minhas senhoras, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o primeiro de nossa Pátria, remonta ao Brasil Imperial, ainda no alvorecer de nossa liberdade, em 1838, e em seus estatutos determina como seu principal objetivo “coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e a Geografia do Brasil”. Nosso Instituto, fundado em 20 de novembro de 1925, nos moldes de seu congênere nacional, em seu atual estatuto, no artigo 1º, preconiza que dentre as finalidades do Instituto está a de “estudar, debater e divulgar questões sobre História, Geografia e Ciências afins, referente ao Brasil e, especialmente, ao Maranhão.”.

Afora a minha paixão pelas letras, pela literatura em geral e pela História, tenho um fraco por uma das ditas ciências afins da História: a Genealogia. Em artigo que fiz publicar no Jornal *O Estado do Maranhão* de 28 de junho de 2015, escrevi que

Ciência auxiliar da História, a Genealogia é, muitas vezes, percebida como excentricidade ou mera vaidade de quem deseja alardear origens nobres.

A ciência genealógica, todavia, é bastante multifacetada para ser aprisionada no chavão de “presunçoso estudo das origens”. Se ela serve a legitimações dinásticas e nobiliárquicas — está fora de dúvidas que sempre serviu, pelo menos até o século XIX —, ela pode igualmente servir de auxílio, (...), à Antropologia, à Sociologia, à Demografia, à Estatística etc. Tanto assim que a quase totalidade dos cientistas sociais mais importantes do séc. XX nunca prescindiram dela para lhes socorrer em suas muitas teses explicativas do fato social.

E o que fará um padre católico num grêmio científico? Podem os senhores se perguntar. A fé do religioso no Transcendente jamais poderia excluir a fé na própria razão, que é, como tudo que existe, criação divina, própria de todos os humanos. São João Paulo II, na Carta encíclica *Fides et Ratio*, em poético preâmbulo escreve: “A fé

e a razão constituem como que as duas asas pelas quais o espírito humano se eleva para a contemplação da verdade” Todo homem deseja conhecer a verdade, todos desejam, ainda que não tenham muitas vezes plena consciência disso, elevar-se até a Verdade. Seríamos pássaros de uma asa, impossibilitados de voo, se desprezásemos este fato, de maneira que, desde sempre, a Fé buscou conviver com as Ciências e em harmonia e mútuo auxílio, como as asas de uma águia. Daniel Rops, em sua monumental *História da Igreja*, ao destrinchar a gênese do ensino universitário durante o Medievo, para ficarmos em único exemplo, diz que a Igreja “passou a ser a matriz de onde saiu a universidade, o ninho de onde levantou voo” (A Igreja das Catedrais e das Cruzadas, Ed. Quadrante, S. Paulo: 2ª edição, 2014, DANIEL ROPS p.345).

Muitos foram os sacerdotes que ingressaram em sodalícios científicos e literários e que contribuíram para o engrandecimento da sociedade, de modo que não me encontro só, mas, me elevo sobre as asas emplumadas dos que me precederam, alço voo sobre o caminho aberto pelos ares dos pássaros maiores. Nesta Casa, tivemos o Padre Arias Cruz, os Cônegos Benedito Ewerton e Ribamar Carvalho, temos o Padre Meireles e tivemos tantos outros. A Santa Sé possui uma Academia de Ciências onde têm assento padres-cientistas, bem como muitos leigos que se dedicam às mais diversas pesquisas e investigações e, como prova irrefutável de tolerância, e, máxime amor à verdade, possui ou possuiu inclusive ateus em seus quadros, como, por exemplo, o britânico Stephen Hawking, recentemente falecido.

A Igreja reconhece e acolhe tudo quanto contribui para a compreensão do homem na sempre mais extensa, mutável e complexa rede de relações sociais. Ela é consciente do fato de que não se chega a um conhecimento profundo do homem somente com a teologia, sem a contribuição de muitos saberes, aos quais a própria teologia faz referência. (Compêndio da Doutrina Social da Igreja, nº 78, Pontifício Conselho Justiça e Paz).

Sinto-me, pois, confortado de não ser neste colégio de cultores das ciências históricas e geográficas, como um “estranho no ninho”. Talvez não seja eu da espécie dos grandes pássaros e, desprovido de fortes e ágeis asas eu me encontre, porém não me furtarei em voar contra as tempestades e vendavais violentos da ignorância e singrar rumo às mais altas montanhas do conhecimento consolidado na fidelidade à verdade. Assim, entro no Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão como padre-historiador-genealogista.

E quase me esqueço da heráldica, ciência artística dos brasões de armas, mas em heráldica sou só um encantado dileitante.

Antes de fazer o elogio ao patrono da Cadeira 35, Senhor Presidente Euges Lima, senhoras e senhores, ousou inverter a ordem e fazer o elogio ao velho antepassado historiador do sertão a que no início deste meu discurso me referi. Trata-se do que primeiro tomou assento na cadeira 35, o Cel. Thucydides Barbosa. Há exatos 100 anos, Thucydides Barbosa fazia aprovar no então Congresso Estadual o projeto de lei de sua autoria, que elevava a Vila de Santo Antônio de Balsas à categoria de município. Para marcar este fato, como homenagem à centenária Balsas, a Thucydides Barbosa, e também a minha família, pois Thucydides vem a ser irmão de meu bisavô Antônio Barbosa, portanto, tio e ainda padrinho de batismo de minha avó Tamar, foi que escolhi este 22 de março para dia de minha posse. Outra efeméride, da qual se comemora o centenário neste ano, e que se relaciona com a cadeira 35, é a da fundação da Faculdade de Direito de São Luís do Maranhão, da qual Domingos Perdigão, o meu patrono, junto com o “corifeu do alevantamento intelectual do Maranhão” Fran Paxeco, o mais maranhense dos portugueses que por estas bandas atracaram, são os idealizadores e fundadores.

Sem falsa modéstia, que é, em verdade, no dizer do moralista, e sacerdote como eu, Jean de la Bruyère, o último requinte da vaidade, ao falar do primeiro ocupante da minha cadeira, trago este pensamento de Goethe: *“Feliz aquele que se recorda com prazer dos seus antepassados; que conversa com estranhos sobre eles, suas ações e sua grandeza e que sente uma satisfação secreta por se ver como o último elo de uma bela corrente”*. Assim, a satisfação deixa de ser secreta, ao traçar o perfil, em largas pinceladas, do meu tio-bisavô Thucydides Barbosa, sentindo-me agora como pequeno elo desta corrente dos que ocuparam esta cátedra, até que, num dia, com minha entrada na eternidade, venha outro elo alongar esta corrente que, ao contrário das outras, acorrenta e desterra as trevas e liberta a luz.

Filho do Coronel da Guarda Nacional José Barbosa, comerciante, fazendeiro, coletor de rendas do Estado e chefe político em Loreto e Balsas e de Dona Maria Pires Ferreira — da velha cepa sertaneja dos Bandeira de Mello, Rodrigues de Carvalho, Pires Ferreira e outras famílias genealogizadas na obra *A Mística do Parentesco* —, sem dúvida obra histórico-genealógica que mais me influenciou, nasceu Thucydides Barbosa em Loreto, a 8 de julho de 1885 e faleceu em São Luís, a 5 de novembro de 1959.

Precocemente, Thucydides demonstrou interesse pelos estudos. Recolhi em velho alfarrábio da Biblioteca do Instituto Histórico, que

ele iniciou seus estudos primários em sua cidade natal de Loreto, com o professor Bento Bandeira de Melo, que vinha ser irmão caçula de sua bisavó Joanna. Depois, continuou os estudos no “Colégio Popular”, em Barra do Corda, de propriedade do Dr. Isaac Martins. Concluído o curso primário, cursou quatro anos de humanidades no mesmo Colégio Popular “*conquistando (...) a admiração e o prestígio da parte dos professores e dos colegas pelo brilho com que encerrou os seus estudos no importante estabelecimento de instrução secundária*”.

Em 1899 seguiu para São Luís, onde se matriculou no primeiro ano da Escola Normal dirigida naquele tempo por Barbosa de Godóis, mas logo teve de deixar a capital para, como filho primogênito, auxiliar o seu pai no comércio de borracha, em Araguaia, no Pará, até 1904, quando a convite de Diocleciano da Silva Ribeiro, abastado comerciante estabelecido em Floriano, no Piauí, e com laços de parentesco com sua família materna, assumiu a chefia do escritório da firma. Em inícios de 1907, Thucydides deixa a chefia da firma Silva Ribeiro e volta para o Loreto onde se casou, a 30 de julho de 1907, aos 22 anos, com Dona Maria Rodrigues Botelho, nascida na Fazenda Jenipapo, em Balsas, filha do “Coronel” (título político) Braulino Antônio Botelho, deputado estadual em várias legislaturas nos fins do século XIX e primeiros anos do século XX, e de Dona Severiana Rodrigues Botelho. Este Botelhos de origem mineira, entrelaçados com velhas famílias daquelas Gerais.

Em 1913, aos 28 anos, Thucydides é eleito deputado estadual para a 8ª legislatura do Parlamento estadual. Deixa Balsas, onde já havia se estabelecido e fixa residência em São Luís. Thucydides faz então carreira política como atuante representante da sua cidade natal, Loreto, Balsas e região, sendo reeleito para outros 3 mandatos: 9ª legislatura (1916 a 1918), 10ª legislatura (1919 a 1921) e 11ª legislatura (1922 a 1924) .

Dr. Eloy Coelho, em sua obra *História do Sul do Maranhão – Terra, Vida, Homens e Acontecimentos*, assim o descreve: “um sertanejo, autodidata, observador e com vocação para a cultura. Entusiasta pela cidade, a então Vila de Santo Antônio de Balsas”; mais à frente o mesmo Eloy continua descrevendo Thucydides a quem atribui “inteligência admirável e vasto conhecimento”.

Dentre seus projetos, como deputado, destaca-se aquele em que propôs a elevação da Vila de Balsas à condição de Município. Thucydides apresentou, na sessão legislativa de 1918, o projeto que foi convertido na Lei nº. 775, de 22 de Março de 1918, elevando a vila à categoria de cidade, assim ele dava com sua iniciativa à terra que aprendeu a amar como amava Loreto, sua cidade natal, foros de cidade autônoma, condizente com a

prosperidade econômica, política e cultural que Balsas naquele momento alcançava, sobretudo devido à navegação a vapor pelo rio Balsas até a pequena vila.

Antes, em 1892, por iniciativa do Padre Balduino Pereira Maya, vigário do Riachão e então deputado representante daquela região sertaneja, a pequena povoação de Santo Antônio de Balsas havia sido elevada à categoria de vila passando de 4º distrito da Comarca de Riachão a sede do 2º termo da referida comarca, segundo texto da lei citada na obra *Subsídios para a História de Balsas*. Nesta obra, Thucydides descreve com detalhes o início do progresso de Balsas como resultado da chegada da navegação a vapor. O primeiro grande barco a navegar pelo rio Balsas foi da firma Marc Jacob, de Parnaíba, Piauí, cujo capitão era o velho barqueiro Melancia; o fato se deu por volta de 1897, mas, infelizmente, a data precisa não ficou registrada. Era um barco que transportava sal. Deixemos que o próprio Thucydides nos conte qual foi o barco a vapor que primeiro singrou pelas velozes correntezas do Balsas:

A 11 de julho de 1911 aportou em Santo Antônio de Balsas o vapor “Antonino Freire”, da empresa Oliveira, Pearce e Cia, sediada em Teresina.

Foi o segundo barco a vapor que sulcou as águas do rio Balsas, pois que, anteriormente, nos primórdios da República, o juiz de Direito de Loreto, dr. Odilo de Moura Costa, hoje desembargador aposentado, residente na cidade de Timon, veio até ali na lancha “Poti”, assumindo o cargo no dia da chegada e retornando a Flores no dia seguinte, pela mesma embarcação, que lhe ficou à disposição no Porto da Fé.

O “Antonino Freire”, por isso, foi o segundo barco a vapor a navegar o rio Balsas, e passando em Loreto a 25 de junho, somente em 11 de julho conseguiu chegar ao seu destino.

Dotado de um poderoso guincho a vapor, ia removendo os tocos de madeira que obstruíam o canal e ia decepando troncos e galharias que punham em perigo a boa viagem do pequeno navio pioneiro.

Foram dezessete dias de trabalho estafante, levado a efeito pela tripulação que, alegre, cantando, se desincumbia da tarefa que lhe era atribuída, com a ideia fixa da chegada no porto de Balsas. (BARBOSA, 2008)

Ainda em 1918, ano da emancipação, foi fundada a primeira associação desportiva de Balsas, estando à frente da empreitada Thucydides

Barbosa, que a presidiu por muitos anos. Era a “Associação Esportiva Balsense”.

Em 1919, outro importante projeto de iniciativa de Thucydides beneficiou o novel município. Tratava-se da lei que estabeleceu e instalou a linha telegráfica até São Luís, propiciando uma comunicação mais rápida e com isto maior desenvolvimento da nascente Balsas.

Em 1925, Thucydides foi eleito prefeito com consagrada votação, fazendo uma administração atuante, alargando e calçando ruas, ajardinando a praça da matriz e construindo as duas principais rampas no Rio Balsas que serviam de ancoradouro e desembarque de mercadorias e duas escolas primárias. Quando de seu mandato à frente da prefeitura balsense, esteve em Balsas, em novembro de 1925, a tão temida Coluna Prestes, sendo seus membros chamados nos sertões de “os revoltosos”. Enquanto o então Coronel Juarez Távora permaneceu em Riachão, hospedado em casa do Coronel Felipe dos Santos o restante da tropa, sob o comando dos Coronéis Siqueira Campos, Luís Carlos Prestes, João Alberto e Cordeiro de Farias, dirigiu-se a Balsas. Chegando em Balsas marcharam sobre a cidade e para surpresa de todos, foram recebidos tranquila e cordialmente pelo prefeito Thucydides Barbosa, que com muita diplomacia, fez o possível para evitar choques e conflitos com os revolucionários e assim não trazer pânico e medo ao povo balsense e prejuízos materiais ao município. A prefeitura transformou-se em quartel-general da Coluna que permaneceu na cidade, de 22 a 27 de novembro, sem causar nenhum tipo de perturbação à ordem pública. Apenas no dia 21 de fevereiro de 1926, deu-se ação desastrada do tenente da Polícia Militar maranhense Herculano Cipriano Firmino e seus comandados diante da chegada de dois retardatários membros da Coluna Prestes: Oswaldo Gomes de Oliveira e Pascoal (desconhece-se seu sobrenome). Ao tomar conhecimento deste fato, o tenente Herculano envia um pequeno contingente composto de 1 cabo e 3 soldados que entram na cidade e à revelia das autoridades civis e militares de Balsas e fuzilam os dois “revoltosos” que ali estavam sediados pacificamente. Conclui Eloy: “E só então, e pela primeira vez, o clamor público e o pânico tomaram conta da pacata população de Santo Antônio de Balsas”.

No início da década de 1930, Thucydides, com seu gosto pela modernidade, instalou a primeira linha telefônica da cidade que interligava sua residência com o depósito de couro de gado, de sua propriedade. Este depósito servia para armazenar o couro que seria, depois de beneficiado, exportado para os Estados do Piauí e Ceará. Mais tarde instalou outra linha que ligava a já existente à prefeitura de Balsas e à coletoria estadual.

Em fins de 1931, mais uma vez a sua veia comunicativa de intelectual falava alto. Thucydides Barbosa, junto com alguns

colaboradores, dentre eles seus irmãos Antônio, meu bisavô, Sadoc e outros amigos, organizou e fundou a Empresa Tipográfica de Balsas “Jornal de Balsas”. Em 27 de Janeiro de 1932, começou a circular o primeiro número do Jornal de Balsas. A aceitação foi muito boa em toda zona do sertão maranhense e até mesmo em São Luís. Além das notícias locais, o Jornal de Balsas, segundo expressão de Eloy Coelho em sua obra anteriormente citada, mantinha um vasto e minucioso serviço telegráfico de São Luís e do Rio de Janeiro, então Capital Federal o que contribuiu para que o jornal fosse muito bem aceito por todos. Thucydides foi seu diretor e proprietário até 1935. Em 1936, o Jornal de Balsas passa à direção de Padre Cincinato Ribeiro Rego sendo editado até 1940, período em que apesar de não estar mais à frente da direção do periódico, Thucydides continuou colaborando ativamente com seus esforços e artigos para o bom andamento do jornal.

Dentre suas muitas obras, algumas editadas, mas perdidas, outras inéditas e que não chegaram ao conhecimento do público, destacamos as seguintes: *Subsídios para a História de Balsas*, *A Hecatombe de Alto Alegre*, *Um Crime Provocado*, *Nome sem significação*, *Biografia de Isaac Martins dos Reis*, esta proferida como palestra na sede do Instituto Histórico, *Subsídios para a História do Maranhão*, *As boiadas sertanejas*, *Cidades Desconhecidas e Dados Genealógicos*.

Thucydides e Dona Maria geraram nove filhos: Alzira, José Barbosa Neto, Jacyra, Heloísa, Braulino, Antônia, a nossa Tia Tunica, Myrthes, Stella e Carlos Alberto. Dentre sua prole, pode-se destacar José Barbosa Neto, farmacêutico graduado em Belém do Pará, a senhora Jacyra casada com seu primo Antônio Ribeiro da Silva, farmacêutico e médico graduado na primeira turma de medicina do Maranhão em 1963, além de professor da Universidade Federal do Maranhão, o Embaixador Braulino Botelho Barbosa, diplomata de carreira e o caçula, Carlos Alberto Botelho Barbosa, advogado e Juiz de Direito em São Luís. Registre-se que dois de seus filhos ainda estão entre nós. Antônia, a Tunica, prima-tia querida que faz poucos dias visitei e que, junto com Balsas, em um dia especial para aquela cidade e para todos nós, 13 de junho, celebrará, com a graça de Deus, seu centenário, junto aos vivos a Santo Antônio e Tia Stella, de 96 anos, quase centenária. Duas veneráveis senhoras!

Tio Thucydides deixou aos seus descendentes, amigos e a todos que o conheceram a imagem de um homem probo que muito amava Balsas e o Maranhão e que buscava sempre o desenvolvimento e engrandecimento de sua terra e sua gente.

Senhoras e senhores, o meu patrono, Domingos de Castro Perdigão, antes de tornar-se *nume tutelar* da cadeira 35, foi, ele mesmo, um

dos fundadores deste sodalício, tomando assento na cadeira 22, patroneada por Dr. César Augusto Marques e hoje brilhantemente ocupada por nosso Presidente, prof. Euges Lima.

Perdigão veio ao mundo na Fazenda Santana, de seus avós paternos, em Pinheiro, a 1º de novembro de 1872, filho do fazendeiro e comerciante português Domingos Tomaz Velez Perdigão e de sua senhora Dona Maria Rita de Castro. Meu patrono e o primeiro ocupante da cadeira 35 possuem interessante pontos em comum em suas biografias, além de serem intelectuais e homens de letras: ambos foram autodidatas. Não possuíam formação universitária superior, mas sólidos conhecimentos que adquiriram à custa de muitas leituras e o convívio com a elite intelectual de suas épocas. Fez, o pequeno Domingos, seus primeiros estudos com professores particulares em sua Pinheiro natal e os de humanidades em São Luís e em Portugal, onde, acometido de uma doença que não soubemos qual, foi obrigado a regressar à casa paterna:

O seu grande e precoce talento lhe granjeou logo cedo uma nomeação como amanuense da então Secretaria do Interior. Em artigo sobre a contribuição de Domingos Perdigão para as práticas leitoras das crianças no início do século XX, as autoras nos informam que Foi a partir desse momento que começou a subir na sua carreira dentro da administração pública. Foi promovido a Diretor Geral da Secretaria e, nessa mesma época, “[...] o Governador Luís Domingues entendeu premiar-lhe os serviços prestados ao Maranhão, quando o representou, como Comissário do Estado na Exposição Nacional de 1908, no Rio de Janeiro, e em 1912 [...]”. Essa premiação ocorreu quando resolveu resgatar a Sociedade Festa Popular do Trabalho, até então antes realizada por seu pai, na Exposição de Produtos Maranhenses. Serviu em Comissão como encarregado da Repartição de Obras Públicas, Viação, Indústria, Terras e Colonização. No entanto, não só de cargos no Governo vivia Perdigão. Em 1918, lançou “O que se deve comer: adaptação do systema de alimentação vegetariana para uso dos brasileiros”, falando sobre comida vegetariana, discorrendo sobre a composição química e o valor nutritivo das frutas e legumes, além de mostrar a adaptação dos vegetais típicos da culinária brasileira às receitas vegetarianas europeias. Tornou-se membro da Sociedade Vegetariana de Portugal e do Núcleo Naturalista Maranhense.

Em 1918, há cem anos portanto, fundou, como já registrei antes, junto com Fran Paxeco, a tão sonhada Faculdade de Direito. Ele relata todas as dificuldades que se sucederam por 10 longos anos antes

de ver concretizado o seu acalentando projeto e que lhe custou “muitos dissabores”, como confessou ele mesmo.

Em 1908, ele contata um de nossos deputados federais que se entusiasma com o projeto, mas logo depois a conturbada política estadual atrapalha os planos. Nesse ínterim, como diretor da Biblioteca Pública, Perdigão recebe exemplares de regulamentos e estatutos de faculdades de vários estados e então no relata que reconvenceu-se “de que o Maranhão – a Atenas Brasileira, se deixava ficar em plano inferior” Voltou a ideia de fundar a faculdade.

Procurando várias pessoas que, julgava Perdigão, poderiam ajudá-lo a tirar o projeto do papel, as tentativas eram, quase todas, infrutíferas. Do nosso patrono-mor, Antônio Lopes, passando pelo então governador, dr. Herculano Parga, pelo dr. Alfredo de Assis Castro, e pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça, dr. Valente de Figueiredo, a iniciativa era elogiada, mas tida como superior às forças que então se podiam unir e, portanto um empreendimento impraticável. Deixemos falar o próprio Perdigão:

Encontrava assim o desânimo por todos os lados. A esperança de melhores dias conservou no meu espírito essa ideia fixa, que só se tornou realizável com o regresso, em 1917, do ilustre cônsul de Portugal, sr. Manoel Fran Paxeco. Ao despedir-se, um ano antes, perguntára-me em que parava o projeto da Faculdade. Espírito iluminado e laborioso, decidido sempre a servir as causas úteis, trouxe a energia necessária para pôr em marcha este ideal. Não o procurei. Conhecedor do meu plano, interessou-se pelo mesmo e ali, na Biblioteca Pública, se assentaram, num dia, as bases da nova instituição” (LUZ: 1957, p. 43)

Foi Domingos Perdigão laborioso diretor da nossa Biblioteca Pública, então sediada na Rua do Egito. Também esteve entre os fundadores da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Maranhão, em 1922.

Cultor de várias línguas estrangeiras, Perdigão destacou-se como especialista em uma famosa língua artificial, com pretensões de tornar-se universal: o esperanto. Lecionou esperanto no extinto Instituto Ateniense e chegou a fundar o Grupo Esperantista Couto Fernandes. Joaquim Vieira da Luz nos informa que, na qualidade de esperantista, foi comissionado pelo Governo do Maranhão para representar o nosso Estado no Congresso de Esperanto realizado no Rio de Janeiro, em 1923 (Luz:1957, p.43)

Além do esperanto, lecionou Educação Moral e Cívica no Centro Caixerai, na Academia de Comércio, no Ateneu e em outras escolas.

Foi, não somente, o grande idealizador e fundador da Faculdade de Direito do Maranhão, como o seu organizador, responsável pela parte administrativa sendo até sua morte o seu secretário geral. Foi também Professor Honorário da Faculdade de Direito, desde 11 de agosto de 1927, quando em sessão solene a Congregação conferiu-lhe este título.

Assíduo colaborador nos jornais maranhenses, escrevendo algumas vezes textos cheios de fina ironia e crítica social, alguns sob pseudônimo, como o de Ramilho Ortiguinha, em uma clara referência ao mordaz escritor Ramalho Ortigão, companheiro do não menos mordaz Eça de Queirós, que de seu companheiro escreveu que “estudou e pintou Portugal na alma e no corpo” (Novas Cartas Inéditas de Eça de Queirós, Camilo etc, a Ramalho Ortigão, Rio de Janeiro, Alba Editora, 1940, p. 95)

Dentre suas várias obras destaque: *O Catálogo do Estado do Maranhão na Exposição de 1908*, *o Álbum do Tricentenário do Maranhão*, *O Esperanto*, *O que se deve comer* e centenas de artigos que jazem nos jornais e cuja recolha e publicação urge ser feita.

Domingos Perdigão era casado com Dona Inês dos Reis Perdigão. De seu consórcio nasceram-lhes: José Maria, Ana Amélia e Fernando. Sendo que o caçula, Fernando, graduou-se na faculdade de Direito que fora fundada por seu pai. Anos mais tarde, Fernando Perdigão tomou posse na cadeira 22 deste Instituto cujo pai foi o primeiro ocupante.

Faleceu Domingos de Castro Perdigão a 5 de janeiro de 1929, sendo sepultado no Cemitério do Gavião

Senhoras e senhores,

Thucydides Barbosa foi sucedido em nossa cadeira 35 por Antenor Américo Mourão Bogéa, sertanejo como seu antecessor, também político e ilustrado homem de letras. Nasceu em Grajaú, a 8 de outubro de 1909, sendo seus pais o senhor Abraão Fernandes Bogéa e dona Francisca Mourão Bogéa. Descendente de ilustre família, que conta dentre seus membros a muito conhecida e competente professora Zuleide Bogéa, de saudosa memória entre a juventude timbira, Antenor cedo se destacou nos estudos acrescentando mais brilho à sua progênie. Em Grajaú fez com louvor seus estudos primários e depois, em São Luís os secundários adentrando a faculdade de Direito, onde em 1932, graduou-se.

Por seus dotes de orador e sua inteligência fulgurante, chamou atenção dos homens públicos e logo Antenor foi nomeado, ainda acadêmico de Direito, auxiliar da Junta Governativa de 1930 e pouco depois, nomeado pelo interventor Luso Torres, prefeito de sua cidade natal, Grajaú. Após sua formatura em Direito, é nomeado promotor de justiça também em Grajaú. Foi promotor também em São Luís.

Antenor Bogéa ocupou diversos cargos públicos onde sempre se destacou e se houve com honestidade e reconhecida competência. Muito próximo ao Interventor Paulo Ramos assume diversos cargos na administração pública dentre os quais o de delegado, depois 1º delegado da capital e, em 1942, chefe de polícia. Em 1943, é nomeado secretário particular de Paulo Ramos. Com o fim da interventoria de Paulo Ramos, Antenor entra na vida política partidária e é eleito, pela União Democrática Nacional, para a Assembleia Nacional Constituinte, oportunidade em que se sobressaiu como atuante constituinte. Foi reeleito para a Câmara Federal. Funda depois o Partido Democrático Cristão, sendo seu primeiro presidente. Quando do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, sendo extintos os partidos, Antenor Bogéa resolve recolher-se da política partidária e se dedica ao magistério superior na Faculdade em que se formou como catedrático de Direito Penal, sendo também diretor da Faculdade e coordenador do Curso de Direito quando já federalizada a então Fundação Universidade do Maranhão. Foi casado com a Sra. Francisca Martins Bogéa, deixando descendência. Faleceu em Brasília, a 4 de setembro de 1997.

Antenor não pertenceu somente ao IHGM, mas, também ao ilustre grêmio dos imortais da nossa Academia de Letras, e falo nossa não por ser imortal da AML, mas por ser capelão, pela benevolência do amigo dr. Buzar, meu presidente.

Aliás, falando em Dr. Benedito Buzar, vindo de completar bem vividos 80 anos de vida, destes, quase 60 dedicados às letras e à História, sobretudo a História Política do Maranhão, foi ele quem sucedeu o Grajauense Antenor Bogéa e dele faz precioso e aprofundado perfil em artigo publicado em uma das edições Revista do IHGM e foi quem sucedeu-lhe nesta cadeira 35.

Dr. Buzar, Senhoras e senhores, é maranhense de Itapecuru, filho de Abdala Buzar Netto e Deonila Bogéa Buzar. Jornalista, jurista, professor universitário, pesquisador, Buzar é, atualmente, o operoso presidente da Academia de Letras. Pelo seu currículo e sua eminente contribuição para a nossa Historiografia, sobretudo política, em obras de inestimável valor, como *O Vitorinismo*, *Neiva Moreira*, *o jornalista do Povo* e *50 anos da Greve de 51*, para cita apenas três obras de sua preciosa bibliografia, passou o Dr. Benedito Buzar ao quadro de sócios honorários de nosso Instituto Histórico, ao lado de figuras proeminentes da nossa História como Carlos de Lima e Mário Martins Meireles, e assim a cadeira 35 ficou vacante nela sendo sucedido pelo Dr. Cândido José Martins de Oliveira, em 11 de agosto de 2008.

Cândido Oliveira nasceu em São Luís, filho de Argemiro José Martins de Oliveira e de dona Lindalva Fonseca de Oliveira.

Teve um início de vida bem difícil, oriundo de família de poucas posses, chegando a trabalhar como engraxate. Seu ex-aluno na Faculdade de Direito, Sidney Rocha, em artigo publicado a 30 de abril de 2016 no Jornal *O Estado do Maranhão* destaca que:

Prof. Cândido foi uma pessoa marcante, que viveu intensamente, enfrentando com altivez os obstáculos impostos pela vida, os quais superou com muito brio. Pessoa de origem humilde, desde muito cedo percebeu que somente através dos estudos e do trabalho árduo teria a possibilidade de vencer.

Após os estudos primários e secundários realizados com muito esforço, é aprovado no vestibular para Direito. Ainda cursando Direito, foi professor de língua portuguesa no Colégio de São Luís, do saudoso Professor Luiz Rego e em outros colégios de nossa cidade. Desempenhou funções importantes na Secretária de Educação do Estado, como a de diretor do Serviço da Administração Geral e Coordenador Adjunto para o Estado do Maranhão do Movimento Brasileiro de Alfabetização de Adultos, nesta época já graduado em Direito. Graduiu-se pela Universidade Federal do Maranhão, onde depois se tornou dedicado professor, em 1990, aprovado por concurso público. Trabalhou também na Telebrás desempenhando cargos de gerência e chefia. Em 1998, prestou concurso para Juiz de Direito obtendo êxito. Atuou como juiz nas comarcas de Montes Altos, Guimarães, São Mateus, Açailândia e Codó, sendo promovido, por antiguidade, para juiz auxiliar da capital em 6 de dezembro de 2013.

Publicou vários artigos em jornais e revistas científicas, dentre os quais destacamos *Direitos Humanos e Ética*, na Revista do Departamento de Direito da UFMA.

Foi, além de sócio efetivo do IHGM, membro fundador da Academia Maranhense de Letras Jurídicas na cadeira 39, patroneada por Urbano Santos.

Dr. Cândido Oliveira faleceu em São Luís, aos 69 anos, em 19 de abril de 2016, deixando descendência, dentre a qual se destaca seu filho, o jurista e professor universitário Frederico Feitosa de Oliveira.

Pedindo perdão por tão extensa fala a todos que, com amizade e paciência, ouviram-me até aqui, mas tendo, creio eu, me desincumbido de fazer o elogio do meu patrono e de todos os grandes pássaros sedentos de saber que neste quase centenário silogeu me antecederam em sublimes voos, encaminho-me para o final desta longuíssima oração.

Agradeço ao meu Boníssimo Deus citando São João XIII, em seu Diário da Alma:

Deus meu, num gesto do Teu amor inefável (...) tiraste-me do meu nada, comunicaste-me o ser, a vida, a alma (...) abriste as minhas pupilas à luz que irradia os seus fulgores à minha volta, e criaste-me (JOÃO XXIII, p.84). Obrigado, Senhor, que meus olhos jamais se fechem à luz da Verdade, que sois Vós mesmo! E quando se fecharem meus olhos nesta terra, que sejam para abrirem-se diante da Luz amorosa de vossa divina face.

A Maria Santíssima, minha mãe amada e intercessora.

Aos meus amados pais, Rita Pecegueiro Anchieta e João Dias Rezende, ao meu padrasto, que é e sempre foi um pai, Sérgio Anchieta, aos meus irmãos, Pedro Henrique e Bertha Júlia, aos meus amados avós maternos Tamar e Mário Pecegueiro, sobre os quais nenhuma palavra que eu dissesse seria capaz de transmitir aos senhores o quanto de minha formação intelectual e moral devo a eles. A meus avós paternos, Enézia e Nataniel Rezende, pela oração e afeto. Destes quatro avós, apenas Vovó Tamar, e perdoem-me o tom tão familiar e a emoção que toma conta de mim, está entre nós, acometida de grave enfermidade e há quase dois longos anos em uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI). À minha avó, genealogista diletante, de quem estou certo, herdei o gosto pelas histórias de família e pela História em geral, que é ou deveria ser, História da grande e única família, a humanidade. A minha avó Tamar o meu eterno e enternecido agradecimento.

A todos os meus muito queridos tios, primos, parentes, amigos, aos meus queridos paroquianos, aos queridos e boníssimos filhos espirituais, aos amigos, de hoje, de ontem e de sempre, aos mestres que me ajudaram nos caminhos da História, à professora Teresinha de Jesus Moraes, no Colégio Girassol, à Professora Marluce Almeida Coelho, que me iniciou na antiga quinta série, nos caminhos da investigação especulativa dos grandes e pioneiros pensadores gregos e que me dá a alegria de sua presença e na pessoa de quem homenageio todos os meus professores. À professora Helena Pereira Espínola, diretora do Arquivo Público do Estado do Maranhão, que com sua atenção e boa vontade me conduziu em meio aos mais valiosos documentos históricos do nosso Maranhão e que também me honra com sua presença.

Ao estimado Dr. Natalino Salgado, amigo e irmão, que com suas buriladas palavras recepcionou-me no IHGM e traçou-me um perfil que só

um coração cheio de bondade poderia tê-lo feito. Não me julgo tão bem, conheço-me, tenho minhas limitações. Obrigado, mais uma vez, generoso amigo.

Ao bom amigo, Dr. Bruno da Silva Antunes de Cerqueira, advogado, historiador, indigenista da Funai que veio de Brasília me prestigiar e aceitou, como especialista em protocolo e cerimonial, ser o mestre de cerimônias desta solenidade, meu sincero agradecimento!

Ao bom amigo, Dr. Benedito Buzar, e a todos os acadêmicos, pela generosidade em ceder-me este nobre salão para minha posse no IHGM e pela amizade.

A todos, caríssimas senhoras e senhores, caríssimas confeitadeiras e confrades de Instituto Histórico, muitíssimo obrigado por terem vindo prestigiar-me.

Encerro este extenso discurso com uma prece, cacoete de padre, todos vão me perdoar, certamente!

Na ocasião da inauguração do retrato do Visconde de Ouro Preto na sede do IHGB, o Barão do Rio Branco, com sua habitual precisão, disse sobre o homenageado que “Ouro Preto sempre atuou com certezas morais, clarividência de pensador e consciência de cidadão.” Peço, pois, a Nosso Senhor, a Sabedoria Eterna, que me conceda, ao adentrar hoje este venerável silogeu, como sócio efetivo, a graça de agir sempre com retidão moral, conduzido pela luz dos pensamentos mais elevados e consciente de meus deveres de cidadão. E peço tudo isto sabendo que todo bem que fazemos, todo conhecimento que temos, teorias e leis naturais que descobrimos e expressemos em enunciados históricos, científicos e/ou fórmulas matemáticas já existem, já são! Tudo que é, é em Deus. São Paulo, em sua Carta aos Efésios, nos ensina exatamente isto: «Pois é Ele, Deus, quem nos fez; nós fomos criados em Jesus Cristo para as obras boas, que Deus preparou de antemão para que nós as praticássemos.» (Ef 2, 10). Que muitas destas obras que antecipadamente Deus preparou-nos sejam-nos dadas tornar concretas para o bem de nosso Maranhão e do nosso tão sofrido povo. Deus quer, o homem sonha, a obra nasce, ver-se-ia Fernando Pessoa. Que sonhe sempre as nossas mentes a boa obra, que Deus quer que nasça em prol de nossa cultura, de nossa história, de nosso boníssimo povo! Muito obrigado!

DISCURSO DE POSSE E APRESENTAÇÃO DO PATRONO DE JOSÉ BELLO
SALGADO NETO, PARA OCUPAR A CADEIRA N. 44 DE TEMÍSTOCLES DA SILVA
MACIEL ARANHA, NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MARANHÃO,
EM 16/03/2018

José Bello Salgado Neto

Excelentíssimo Senhores!
Caríssimos convidados aqui presentes!

Dou início as minhas palavras externando o sentimento de gratidão a Deus, pela esperança na eternidade e na possibilidade do desenvolvimento da plenitude do Ser, pela imitação do exemplo de Nosso Senhor Jesus Cristo. Manifesto gratidão à família onde nasci e aquela que ajudei a construir com Eliane, suporte e motivação de minhas realizações existenciais. Gratidão aos futuros confrades membros do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e, em especial, ao Professor José Augusto Silva Oliveira que hoje nos recepciona, pela indicação do meu nome, para adentrar na Casa de Antônio Lopes, cuja tradição tem sido perpetuada por mentes afins, dedicadas ao estudo da história, da cultura e das relações espaciais e temporais, entre os aglomerados humanos e o meio físico, no vasto território do Estado do Maranhão.

Ao olhar para as obras e realizações daqueles que ocuparam assentos nesse insigne sodalício, sinto-me pequeno e acabrunhado diante do vasto legado, fruto do cotejar de suas mentes com os desafios da época, pois como disse John Dewey, filósofo americano nascido na segunda metade do século XIX, “somente pensamos quando confrontados com problemas”.

E para homenagear nosso patrono, trazendo do passado suas vitoriosas conquistas e buscando merecer o beneplácito dos futuros confrades e congreiras dessa tradicional instituição, passo a discorrer sobre o Patrono da cadeira n. 44, Temístocles da Silva Maciel Aranha.

Temístocles Aranha, filho do Major João Joaquim Maciel Aranha e Josefa Joaquina de Moraes e Silva, nasceu no Sítio Maracaju, propriedade dos seus avós paternos, na povoação São Joaquim do Bacanga a 08 de agosto de 1837, localidade ainda existente e que faz parte do povoado

de Vila Maranhão, antigo Arraial do Furo, onde se situa a Igreja de São Joaquim do Bacanga. Seu pai participou com bravura do movimento a Balaiada, em prol da pacificação, obtendo a patente de Major, além de ser produtor rural e Deputado Provincial. Temístocles Aranha descendia em linha direta de Bento Maciel Parente, fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, no período de 1638-1641 e donatário da Capitania do Norte, criada em 1636.

Iniciou seus estudos secundários no Liceu Maranhense, concluindo-os em 1853, quando parte para a cidade do Rio de Janeiro afim de cursar Engenharia na Escola Central, destacando-se nos estudos até 1857, quando uma enfermidade o obriga a retornar ao Maranhão.

Tendo prestado de forma brilhante os exames de Matemática, Geografia e História, obteve a autorização para lecionar essas disciplinas em qualquer colégio do Império. Logo em seguida, funda em São Luís, o Colégio São João Batista, que se inicia com 60 alunos em regime de externato e 10 internos.

Em 1863, sendo criado o Seminário de Nossa Senhora das Mercês, foi convidado pelo Bispo D. Frei Luís da Conceição Saraiva, para lecionar Matemática Elementar e, em seguida, Retórica e Geografia. Temístocles permaneceu nessa Instituição por mais de 16 anos. Apesar das suas profícuas realizações jornalísticas e, como veremos a seguir, jamais deixou de lado sua vocação nata de professor, tendo lecionado na Casa dos Educandos Artífices até 1882, quando finalmente se aposentou.

Mas é como jornalista que o nosso patrono vai se destacar no cenário maranhense. Segundo fontes deste Instituto, Temístocles recebe o convite do proprietário de “*O Jornal do Comércio*” para dirigir esse órgão da imprensa maranhense e assim inicia sua carreira, permanecendo naquele órgão até o ano de 1861. Para contextualizar o cenário da imprensa maranhense nessa época, me faço reprodutor dos informes descritos no artigo “A imprensa no Maranhão na segunda metade do século XIX: Estado imperial, jornais e a divulgação da guerra do Paraguai para um público leitor”, de autoria de Johnny Santana de Araújo, do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Espírito Santo, em 2014.

Segundo esse autor, na conjuntura política que caracterizou o Império na segunda metade do século XIX, também conhecida como período da conciliação, por conta do Ministério da Conciliação, em 1853, composto por liberais e conservadores, pode-se destacar a presença de quatro jornais no cenário social de São Luís, que pleiteavam se situar dentro de um plano mais profissional, privilegiando, além dos aspectos políticos, questões econômicas e mercantis.

Vale ressaltar que esses mesmos jornais estiveram no fulcro da questão da propaganda da Guerra do Paraguai em 1865. O primeiro deles é o jornal *Publicador Maranhense*, fundado em julho de 1842, que era um órgão oficial do governo provincial e circulava três vezes por semana até 1862, quando se tornou diário. Durante sua existência diversos jornalistas de prestígio, com distintas tendências políticas fizeram parte do seu corpo de redatores. Nessa plêiade de ilustres representantes da imprensa maranhense, citamos João Francisco Lisboa, redator até 1855, e Sotero dos Reis, que assumiu a sua redação em 1856, permanecendo até 1861.

A partir desse ano, até 1863, nosso patrono se incumbiu da espinhosa função de dirigir o pensamento e as tendências daquele órgão de comunicação. Durante o período, em que o noticioso esteve sob a redação de Henriques Leal, Franco de Sá e Temístocles Aranha, o *Publicador Maranhense* aumentou substancialmente os artigos que tratavam de questões sobre finanças da Província, ao lado, principalmente de artigos ligados à política, de modo geral, discutindo-se as leis elaboradas na Assembleia Provincial, além de defender a administração provincial, já que era um órgão oficial.

Tendo se afastado da redação de “O Publicador Maranhense”, Temístocles Aranha funda seu próprio jornal, que se intitulou “O Paiz” jornal de notícias e variedades, dedicado aos interesses do comércio. Iniciou sua tiragem circulando três vezes por semana, sendo que após a Guerra do Paraguai transformou-se em um diário, progredindo qualitativamente a cada dia, apresentando uma série de avanços e melhoramento nas edições e se consolidando na época como um dos mais interessantes jornais do Norte do Império.

Segundo Joaquim Serra, que publicou em 2001 a obra “Sessenta anos de jornalismo: A imprensa no Maranhão”, *O Paiz* publicava importantes artigos sobre questões de lavoura, indústria, artes, finanças e sobre melhoramentos promovidos pela administração provincial, além de excelentes transcrições de revistas estrangeiras e correspondências telegráficas. Temístocles Aranha atraiu para *O Paiz* os melhores talentos jornalísticos daquela época, se afirmando como um grande redator e gestor na imprensa maranhense, já que seu jornal exercia muita influência na opinião pública maranhense, gozando do conceito de melhor jornal, em São Luís.

O primeiro número de “O Paiz” saiu em 1º de maio de 1863, e a assinatura anual era de 9\$000 (nove mil reis). Até o número 18 o jornal trazia o subtítulo de “Jornal católico, literário, comercial e noticioso”. A partir do número 19, o subtítulo é substituído por “Órgão especial do comércio” já que Temístocles Aranha havia sido convidado pelos

dirigentes da Associação do Comércio para tornar o seu jornal um órgão de divulgação da entidade, no Maranhão. Um fato interessante, é que apesar da excelente qualidade, o jornal não possuía tipografia própria nos primeiros anos de existência, sendo impresso na gráfica B. de Matos. Sua redação se localizava na Rua de Santo Antônio, n. 24, que à época era considerada afastada do centro da cidade.

Durante a Guerra do Paraguai, o jornal adotou a prática de publicar correspondência de militares que estavam na linha de frente, tendo encerrado suas atividades quando foi anexado pelo jornal “Publicador Maranhense”, em 1886.

Dois anos antes, Temístocles se desfaz do noticioso, continuando, porém, a trabalhar na imprensa escrevendo para os jornais: “O Jornal do Comércio”, “O Comércio” e o “Publicador Maranhense”.

Entre outras atividades exercidas pelo nosso patrono, conforme já citado, Temístocles exercia grande liderança junto aos comerciantes maranhenses, pois realizava com denodo a tarefa de divulgar e promover o comércio do Maranhão.

Os anais da história da Associação Comercial do Maranhão, relatam que em 21 de fevereiro de 1878, um grupo de 26 empresários, em nome da categoria, se reuniu para deliberar sobre os destinos da então Comissão da Praça, incluindo a mudança de sua denominação e a alteração do estatuto da entidade. Essa ideia já vinha se arrastando há algum tempo e foi necessário a intervenção de Temístocles, por meio do seu jornal “O Paiz”, para que essa reunião ocorresse e as alterações fossem efetivadas.

Nesse particular, é César Marques que nos informa sobre as profícuas atividades de Temístocles, na sua monumental obra “Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão”, quando ao comentar sobre as recorrentes discussões a época, das imperfeições e pouca solidez dos engenhos de cana de açúcar, Temístocles “lança nas colunas do seu reputado jornal “O Paiz”, o brado de alarma, reclamando para a Província grandes usinas”. Segundo César Marques, vamos encontra-lo novamente envolvido com a divulgação, promoção e incentivo do comércio maranhense, ao organizar em 1883 e 1885 duas exposições de açúcar em São Luís, concorrendo a cada uma delas entre 300 e 400 fabricantes de toda a Província. Além dos encargos próprios, assumiu perante o Governo o encargo de elaborar os dados estatísticos de toda a Província.

Temístocles Aranha foi sócio correspondente do Instituto Geográfico da Corte e da Sociedade de Geografia de Lisboa. Recebeu do Imperador a Comenda da Imperial Ordem da Rosa, como prêmio de todos os serviços prestados à lavoura, ao comércio e à instrução pública da Província do Maranhão e ainda, A Carta Imperial, de 12 de setembro de

1885, em reconhecimento pelo seu trabalho, honestidade e grandeza de sua personalidade, além de nomeá-lo Secretário de Governo da Província do Maranhão, cargo que ocupou até sua morte em 27 de julho de 1887.

Também foi Deputado Provincial, conforme nos relata César Marques, que o substituiu no magistério em 1869, ao deixar o Seminário de N^a Sr^a das Mercês, para assumir uma cadeira no parlamento maranhense.

Tendo de tomar assento na Assembleia Provincial, de que era muito digno membro, o cidadão Temístocles da Silva Maciel Aranha, lente da cadeira de retórica e geografia do Seminário de N^a Sr^a das Mercês, para substituí-lo foi o Dr. César Marques nomeado por S. Exa. Revma. em 1^o de jun.

Temístocles Aranha casou em 1867 com a Sra. Maria da Glória da Graça, filha do então desembargador da Relação da Província do Maranhão, José Pereira da Graça, que foi Conselheiro e depois Barão de Aracaty. Deixou Temístocles os seguintes filhos: José Pereira da Graça Aranha, diplomata brasileiro, notável escritor e imortal da Academia Brasileira de Letras, Heráclito Alencastro da Graça Aranha, almirante da Marinha Brasileira, Elisa da Graça Aranha, casada com o General Tasso Fragoso, além de Maria da Glória, Maria Adelaide, João Joaquim, Henrique, Cianor, Afonso da Graça Aranha e outros descendentes ilustres.

Certamente, a disponibilidade de mais tempo poderia ensejar uma pesquisa mais aprofundada sobre as realizações desse ilustre cidadão e líder maranhense, que muito contribuiu para influenciar positivamente o pensamento e o comportamento daqueles que com ele conviveram.

Nesses tempos pós-modernos, onde não mais se premia o trabalho, a grandeza e a honestidade de personalidades ilustres, muito nos honra e dignifica ocupar o lugar de Temístocles Aranha nessa emérita instituição.

Entretanto, cumpre-nos ainda o dever de fazer o panegírico de outra ilustre personalidade, que ocupou a cadeira n. 44 do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. Trata-se do Desembargador Luiz Cortez Vieira da Silva, que sucedeu a Temístocles Aranha, permanecendo nela até o seu falecimento no ano de 1968.

Luiz Cortez Vieira da Silva era filho de José Vieira da Silva Neto, proprietário rural e de Edeltrudes Cortez Vieira da Silva. Nasceu em 22 de junho de 1894, na cidade de Vitória do Mearim. Tendo perdido seu pai aos três anos, foi criado por sua avó Edwirges Rita Vieira da Silva, em São Luís. Concluiu seus estudos primários na atual Escola Benedito Leite e o secundário no Liceu Maranhense. Iniciou o Curso de Direito na Bahia

e prestou o serviço militar em 1916, recebendo elogios pela correção. Transferiu-se para a Universidade do Brasil, atual UFRJ, onde terminou o bacharelado em Ciências Jurídicas.

Ao retornar ao Maranhão foi nomeado Promotor Público de Alcântara. Transferido para Codó casa-se com Ana Isabel Bayma, em 22 de janeiro de 1920. Naquela cidade lecionou no Externato Codoense, iniciando sua carreira no magistério. Tendo sido transferido para exercer a promotoria em Coroatá, ali também continuou exercendo a nobre tarefa de lecionar.

Em 1923 é promovido a juiz, deslocando-se para o Município de Santo Antônio de Balsas, seguindo dois anos depois para a Comarca de Flores, atual Timon. Naquela cidade, em 1925, foi responsável pela manutenção da ordem pública, dispersando comícios e passeatas, quando a Coluna Prestes tentou ocupar a cidade vizinha de Teresina. Lá também viveu os momentos da Revolução de 30, chegando a ser preso pelos revolucionários.

É então transferido para a Comarca de Turiaçu pelo Padre Astolfo Serra, então Interventor no Maranhão. Em 1936, na forma da lei, é transferido para o Município de Carutapera, termo da Comarca de Turiaçu. Retorna à sede da Comarca de Turiaçu, por ordem do Interventor Paulo Ramos, que por divergências antigas passou a persegui-lo, culminando com sua aposentadoria compulsória. Apresentada a defesa, logrou transformar a aposentadoria em disponibilidade. Nesse período passou a exercer a advocacia e o magistério, tendo lecionado Geografia Comercial e Econômica no Centro Caixeiral e na Escola Técnica de Comércio, onde assumiu a diretoria, também lecionando a cadeira de História no Liceu Maranhense.

O Interventor Saturnino Bello nomeou-o Procurador Geral do Estado e de imediato é reintegrado como juiz de quarta entrância da capital. Em 13 de junho de 1947 é nomeado desembargador por merecimento. Ainda no magistério, leciona a cátedra de Direito Penal na Faculdade de Direito de São Luís, até 1952. Aposentado Desembargador em 1949, passou à militância política, tendo sido um dos fundadores do Partido Social Progressista, no qual ocupou cargos de relevância, como Delegado do partido na reunião que homologou a candidatura de Ademar de Barros à presidência da República.

Durante sua vida política concorreu a poucos cargos eletivos, sendo suplente de Senador na chapa encabeçada pelo Brigadeiro Cunha Machado, derrotada em 1958.

Produziu um vasto material de cunho educativo e acadêmico, porém não publicou esse material. Também costumava realizar palestras,

como a ocorrida no Teatro Arthur Azevedo, intitulada “ Os amores de Gonçalves Dias”, já como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. Seus alunos da Escola Técnica de Comércio e do Centro Caixeiral lembram das apostilas de Geografia Comercial e Econômica do Maranhão, que porem não foram publicadas em forma livresca. Em 20 de outubro de 1951 perdeu a esposa, Sra. Ana Isabel Bayma Vieira da Silva, com quem teve quatro filhos: Kate, José, Maria e Eneida. Luiz Cortez Vieira da Silva faleceu na cidade de São Paulo a 05 de agosto de 1968.

Para sucede-lo na cadeira N. 44, assumiu a Professora Eneida Vieira da Silva Ostria de Canedo, filha do Desembargador Luiz Cortez Vieira da Silva e da Sra. Anna Isabel Bayma. Nasceu na cidade de Timon, MA, no ano de 1929 e pertencia a uma das famílias mais tradicionais do Maranhão, sendo descendente direta de Luiz Antônio Vieira da Silva, o visconde, historiador e senador do Império. Formou-se Bacharel e licenciada em Geografia e História pela antiga Faculdade de Filosofia de São Luís, em 1963, instituição que precedeu a Universidade Federal do Maranhão.

Foi professora fundadora da UFMA, adentrando no Curso de Geografia em 1966, como professora assistente da cadeira de Geografia Humana e, durante trinta anos, ministrou várias disciplinas do curso, sendo uma das suas pioneiras, ajudando a formar muitas gerações de geógrafos e licenciados em Geografia, até se aposentar em 1996.

Das suas inúmeras contribuições acadêmicas à geografia maranhense, vale lembrar a obra “Organização do Espaço Agrário Maranhense até os anos 80”, publicado em 1993 e reeditado em 2008.

Foi portadora de várias comendas, entre elas recebeu em 1986 a Medalha do Mérito Timbira, maior comenda oficial do Estado e as “Palmas Universitárias” da UFMA, em 2014, considerada a maior comenda daquela IES, onde também era membro do seu Conselho Universitário. Foi geógrafa representante do CREA/MA, junto ao Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia em 1982.

A Professora entrou no Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão em janeiro de 1977, para ocupar a honrosa cadeira n.44, sucedendo, conforme se frisou, seu próprio pai o Desembargador Luiz Cortez Vieira da Silva. Ao falecer ano passado, ela havia conquistado o posto de sócia efetiva mais antiga do IHGM, em atividade, sendo, portanto, sua decana. Durante quarenta anos, destacou-se pela presença constante e atuante nas seções. Em 2006 foi eleita a primeira mulher a presidir o IHGM, após 79 anos de fundação, sendo reeleita e permanecendo no cargo até 2010. Por isso, na comemoração dos 90 anos de fundação do Instituto em 2015, foi uma das grandes homenageadas, recebendo uma Láurea de

agradecimento pelos relevantes serviços prestados a este Instituto. Ao se reportar à figura singular da Professora Eneida, o Professor Euges Lima assim se expressou:

A Professora Eneida Vieira da Silva é um exemplo a ser seguido, em todos os sentidos, como ser humano, como mulher, como profissional e como confeitira, era uma mulher íntegra, ética e de muita classe, tive oportunidade de conviver com ela esses bons anos aqui no IHGM, desde que adentrei na Casa. Quando assumi a presidência, sempre contei com o seu apoio e aconselhamento para conduzir da melhor forma os destinos desta sociedade, o IHGM, que ela presidiu e pela qual tinha um apreço muito grande, sempre preocupada com o que ocorria no Instituto.

Faleceu em 9 de julho de 2017 com 87 anos, deixando um filho, Raul Eduardo Vieira da Silva, e um grande legado no ensino e na pesquisa da geografia maranhense.

Assim, conclui-se uma breve explanação das três singulares biografias dos ilustres ocupantes da cadeira n. 44. De imediato, percebe-se que comungaram da prática do magistério, razão pela qual me identifico com cada um deles, em seu tempo e em seu lugar.

Outra consequência resultante do exame, ainda que breve, das ações que desempenharam ao longo das suas existências, e, em particular, no IHGM, é a responsabilidade da investitura na cadeira, pois meus antecessores parecem agora me perscrutar do passado numa interrogação muda, sobre as diretrizes que tomarei no presente e no futuro, enquanto ocupante do lugar em que um dia estiveram sentados.

Nesse particular afianço às suas memórias que nutro a certeza de perseverar na busca do conhecimento e da verdade, mantendo uma atitude de tolerância e respeito com aqueles que manifestam conceitos e opiniões, na senda do bom e do justo propósito, pois como muito bem falou o filósofo e escritor americano Ralph M. Lewis, “não é livre o homem cuja mente não seja como uma porta de vaivém, que se abre para fora para liberar suas próprias ideias, e para dentro para receber os pensamentos meritórios dos outros”.

Muito obrigado!

DISCURSO PROFERIDO PELA CONFREIRA EDNA MARIA DE CARVALHO CHAVES EM HOMENAGEM AO SEU PATRONO PROF. JUSTO JANSEN FERREIRA CADEIRA Nº 30

Edna Maria de Carvalho Chaves

São Luís, 06 de junho de 2014

Justo Jansen Ferreira nasceu em São Luís Maranhão em 16 de março de 1864, filho de José Jansen Ferreira, residia na Rua Rio Banco. Formou-se em Medicina na Bahia, foi geógrafo, publicista, professor catedrático de Geografia e Corografia do Brasil no Liceu Maranhense e de Física, química e minerologia da Escola Normal do Maranhão, lecionou também no Instituto de Humanidades.

Foi membro fundador da Cadeira nº 4 da Academia Maranhense de Letras, sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto do Ceará, da Sociedade do Rio de Janeiro, da Sociedade de Medicina do Paraná e sócio correspondente de várias sociedades científicas estrangeiras como a Sociedade Astronômica de Paris e de Geografia de Lisboa, foi um dos fundadores e o primeiro presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão de 1926 a 1927, fundou e ocupou a Cadeira 19, com o aumento das Cadeiras foi escolhido patrono da Cadeira de nº 30.

Com espírito renovador empolgou-se com o método intuitivo ou da observação defendido por Rousseau e implantou o ensino intuitivo de Geografia Física, administrativa e econômica pautada no conhecimento direto de determinada região habitada pelo aluno, o que levaria a uma compreensão geral da Geografia, ainda motivado pela renovação, elaborou Carta Geográfica do Maranhão, planta geográfica da Ilha e da cidade de São Luís publicadas em Paris em 1903 e nesta capital em 1912. Foi sistematizador da cartografia maranhense.

Sempre voltado para a educação, Justo Jansen, juntamente com João Antônio Coqueiro, Almeida de Oliveira e Martiniano Mendes Pereira, fundaram a Sociedade Promotora da Instrução Pública a Escola “Onze de Agosto” e sob o artigo 6º da lei nº 15 de maio de 1893, foi Instituído o Conselho Superior de Instrução Pública do Estado em eleição da congregação plena e com participação de professores do Liceu e da Escola

Normal dentre os três eleitos estava o Dr. Justo Jansen. No livro a “Barra de Tutóia” Justo estabeleceu os fundamentos teóricos sobre os limites a leste entre o Maranhão e o Piauí.

Com o arrefessamento das letras nos fins o século XIX os intelectuais motivaram os jovens a retomar o desenvolvimento cultural que intitularam-se: novos atenienses que chefiados por um grupo do qual Justo Jansen fez parte, fundaram a Academia Maranhense de Letras em 1908 e em 1925 um grupo do qual Justo fez parte chefiado por Antônio Lopes fundaram o IHGM – Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão em 20 de novembro.

Fez várias publicações em revistas especializadas: artigos sobre o Ensino de Geografia e a Barra de Tutóia em revista do norte entre 1901 a 1903. Na capital maranhense publicou: A propósito da Carta Geográfica do Maranhão; Fragmentos para a Corografia do Maranhão; Breve notícia sobre o Ensino da Física; Química e Minerologia do Maranhão; Pelo Maranhão; Divisória pelo Parnaíba; A viação Férrea e o Maranhão etc... Em a Viação Férrea, defendeu a ideia da construção da Tocantina - uma estrada de ferro que cortava uma extensa região do sertão que representaria desenvolvimento para o Maranhão. Justo Jansen Ferreira morreu nesta capital em, 18 de novembro de 1930.

O primeiro ocupante da cadeira de número 30 foi Olímpio Ribeiro Fialho que nasceu em Barra do Corda Maranhão em 24 de agosto de 1889, teve como pais Fortunato Ribeiro Fialho e Alexandrina Ribeiro Fialho, sua vida estudantil teve início em sua cidade natal onde fez o primário, seguindo para São Luís onde formou-se em engenharia pela Escola Politécnica ao retornar a São Luís foi nomeado Engenheiro do onde exerceu o cargo de Diretor do Departamento de terras, Geografia e Colonização. Foi designado pelo governo do Estado para o cargo de Consultor Técnico do Diretório Regional de Geografia através da Resolução nº 07, de 19 de setembro de 1946, ficou nesta repartição até sua aposentadoria. Foi casado com a senhora Nícia Lima Fialho com quem teve oito filhos. Fundou a Academia de Letras de Barra do Corda. Atuou como docente no Liceu Maranhense lecionando as disciplinas Física e Geografia.

Dedicou-se ao Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão onde publicou diversos trabalhos como: “A Radiogoniometria e sua aplicação na coleta de dados topográficos” in Ver. De geografia e História – nº 1 – Ano II -1948 – São Luís-MA; “Rio Corda – Quedas d’aguas” in RGH –nº 3 – Ano III – fev. 1950 – São Luís-MA, contendo um mapa das bacias do Corda, levantado pelo autor e um quadro das principais quedas d’aguas; “Elementos para classificação geológica do litoral maranhense”

in Ver. Do IGMH –nº 4 – Ano IV – junho- 1952; “Perímetro do Território Maranhense” in Rev. Do IGMH - nº5 –Ano V – dezembro – 1954; Aspectos do Revestimento florístico do Estado, dando-lhes classificação; “A nova carta geográfica do Estado” – publicada no jornal o “Imparcial “ ed. De 16 de dezembro de 1955; “A Cadeira da Pedra” in Ver. IGMH nº 06 –Ano VII – dezembro de 1956. Faleceu em 24 de junho de 1979 em São Luís. Após sua morte e com o aumento do número de cadeiras no IGMH, ele foi homenageado como Patrono da Cadeira de nº 59.

A segunda ocupante da Cadeira de nº 30 foi Ilzé Vieira de Melo Cordeiro, brasileira e maranhense, filha de José Vieira de Melo e Maura Jorge de Melo. Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais (Bacharel) pela Faculdade de Direito de São Luís Maranhão em 1959. Ainda em nível Superior: Aperfeiçoamento em Direito – Faculdade de Direito de São Luís do Maranhão em 1974; Complementação Pedagógica a professor de nível superior pela Faculdade de Educação de São Luís do Maranhão composta por duas partes: uma teórica concluída em 1975, (logo trancou a matrícula) a outra parte o estágio que concluiu em 1977 Curso de estudos dos problemas Brasileiros na Faculdade de Farmácia de São Luís do Maranhão em 1975; Curso de Ética Profissional pela Faculdade de Educação de São Luís do Maranhão em 1975; Curso de Métodos e Técnicas de Ensino pela Faculdade de Educação 1975; Estudos Penais pela Associação do Ministério Público de São Luís Maranhão 1975; Curso sobre o Desenvolvimento Econômico, promovido pela SUDENE em convênio com a Comissão do Planejamento Econômico do Maranhão (COPEMA) 1962; Curso de Psicologia da personalidade pela Universidade ...;

Curso de Diretores do 1º e 2º Grau (Antigo ginásio e normal) pela secretaria de Educação do Maranhão 1968; Seminário de Integração para Modernização administrativa SEPLAN – MA 1978; Diretora do Ginásio Bernardo Sayão em Imperatriz Maranhão 1961; Professora de Organização Política e Social do Ginásio Colinense em Colinas Maranhão 1963;

Professora de Estudos Brasileiros na escola Normal em Colinas Maranhão de 1963 a 1964; Vice-diretora do Colégio de D. Pedro em Dom Pedro Maranhão de 1965 a 1969; Professora de Português, Geografia, Organização Social e Política do Ginásio de Dom Pedro Maranhão de 1965 a 1974; Professora de Português, Educação moral e Cívica da Escola Normal de Dom Pedro MA de 1969 a 1974; Secretária Executiva da Fundação Educacional Josué Montello em Dom Pedro MA 1965 a 1974; Diretora da Biblioteca Municipal de Dom Pedro MA 1970 a 1973; Diretora da representação do Instituto Nacional do Livro de Dom Pedro

MA de 1970 a 1973; Secretária Executiva do Movimento Brasileiro de Alfabetização de Dom Pedro MA de 1971 a 1973; Consultora Jurídica da Comissão de Planejamento Econômico do Maranhão (COPEMA) 1963; Juíza de Direito da Prefeitura Municipal de Dom Pedro 1964; Consultora Jurídica da Prefeitura Municipal de Dom Pedro (Promotora de Justiça à disposição) 1970; Vice-Presidente da Associação do Ministério Público; Produções Literárias: “Dona Alegria” – livro de Poesias; “Fogoió” romance histórico sobre Imperatriz 1962; Arranha –Céu da Memória – Poesias; O corcel da Esperança” poesias (todos inéditos).

Atualmente é sócia-honorária, após 33 anos de filiação ao IGMH deixando vaga a cadeira que hoje estou ocupando.

Eis o memorial da confreira Edna Maria de Carvalho Chaves ocupante da cadeira nº 30 cujo patrono é Justo Jansen Ferreira

Filha de Narcisio de Carvalho e Zenaide Vilanova de Carvalho migrou para Arari onde fez o primário e o ginásio e iniciou o Normal, interrompeu em 1975 ao contrair núpcias com Francisco Ericeira Chaves de seu matrimônio nasceram cinco filhos: Wania, Wanice, Francisco Júnior, Fabio e Fabian. Wanice formou-se em Enfermagem e casou-se com Francisco Santos e deles nasceu Ana Beatriz, Francisco Júnior casou com Kariny Silva e deles nasceu Lauan Davi e Lucas Ravi, Wania formou-se também em Enfermagem e Fabio em Medicina, Fabian passou no Vestibular para Filosofia mas desistiu.

Ao casar-se Edna interrompeu os estudos e procurou se dedicar a cuidar dos filhos, mas a necessidade de modificar sua condição de vida levou-a a sonhar em voltar a estudar e trabalhar e foi um grande confronto com as opiniões contrárias, com o próprio conflito por desejar ser mãe integralmente e não conseguir confiar nem contar com alguém para partilhar os cuidados com os filhos passou um bom tempo nesse dilema até que após 15 anos parada resolveu retomar seu sonho, e matriculou-se no Colégio Ronald Carvalho para fazer o Científico, mas engravidou de Fabian e os enjoes não permitiram continuar, depois matriculou-se no Curso de Técnico de Enfermagem mas faltando pouco para concluir descobriu que não era autorizado e entrou em desespero, no ano seguinte fez prova para conseguir uma vaga no Colégio Universitário uma escola de aplicação da Universidade Federal do Maranhão, quando foi pegar o resultado tinha sido aprovada mas, por estar fora da faixa de idade na secretaria não queriam fazer sua matrícula, então a diretora que chegou naquele momento, olhou para ela e disse para a secretária: faz a matrícula de repente vai ser bom para a escola e para a turma.

Então começou uma jornada e tanto, no meio de adolescentes, no turno diurno: matutino e vespertino, mas muito sedenta de conhecimento e

de ampliação de horizontes e ainda querendo partilhar com outras mulheres coordenava um grupo de mulheres na comunidade e prestou alguns serviços como: Alfabetizadora na União dos Moradores do Cema-Detran;

Coordenadora do Grupo de Mulheres na Comunidade - da Vila Palmeira (Pastoral Familiar) ofertando: cursos para mães gestantes – preparo de enxoval por cerca de um ano para 120 mães; cursos para adolescentes: pintura em tecido por um ano para 35 adolescentes; aulas de ginástica para cerca de 50 mulheres tempo por um ano.

Em 1992 foi sua formatura do Magistério tendo como padrinho o filho Francisco Júnior, pois o esposo estava viajando a serviço, com direito inclusive a coroação como rainha como mérito de boa aluna. Logo fez o concurso do Estado e em seguida o Vestibular e foi aprovada e mais uma jornada se apresentava, agora já trabalhando e estudando, ao concluir o Curso de História pela Universidade Estadual do Maranhão ingressou em uma Pós concluindo em 2001, em 2000 prestou vestibular para a UFMA e foi aprovada para Pedagogia, fez ainda um segundo concurso para o Estado e um para o Município e foi aprovada, com a segunda nomeação do Estado se desvinculou do Município, mas ao assumir a segunda nomeação do Estado impossibilitou a conclusão do curso de Pedagogia, lecionou na UEMA as seguintes disciplinas: História Moderna I; História Antiga; Historia Medieval; História Moderna I; Introdução a História.

Atua como professora de História no Complexo Educacional Edison Lobão e no Fernando Perdigão. Formada em História pela Universidade estadual do Maranhão, Especialista em Teoria e Metodologia do Conhecimento Histórico pela Universidade do Maranhão, Especialista em Administração Escolar pela Faculdade Mário Schenberg de Portugal e Mestra em Estudos Profissionais Especializados em Educação, pela Escola Superior de Educação Politécnico do Porto

DISCURSO DE POSSE NO IHGM

Yuri Costa¹

Boa noite a todos e todas!

Início minha fala agradecendo a presença de todos que atenderam ao convite de comparecer a esta singela solenidade de posse.

Saúdo a mesa, na pessoa do estimado professor José Augusto Silva Oliveira, que ocupa a cadeira de n. 21 deste Instituto, sendo seu atual presidente, e tendo sido, o que muito me honra, reitor da Universidade Estadual do Maranhão, onde tenho o privilégio de lecionar há cerca de 15 anos.

Saúdo especialmente a professora Maria Goretti Cavalcante de Carvalho, ocupante da cadeira de n. 17 do IHGM, atual diretora do Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais da UEMA (CECEN), ao qual sou vinculado, com agradecimento especial por ter me dirigido o convite para ingressar nesta Instituição, subscrevendo minha inscrição e presidindo o respectivo procedimento. Tive o imenso prazer de ser colega de doutoramento da professora Goretti, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINS), no Rio Grande do Sul

Saúdo de maneira não menos carinhosa aos demais presentes, com destaque para meus familiares, amigos e colegas de trabalho. Vocês com certeza deixam este momento particularmente especial!

O Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão é uma instituição de quase um século de existência. Sua importância, porém, não reside somente em seu considerável tempo de duração. A relevância do IHGM

¹ Graduado em História e em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestre em Ciências Sociais pela UFMA. Doutor em História pela UNISINOS (Rio Grande do Sul). Professor Adjunto II do Departamento de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), lecionando disciplinas relacionadas à História do Brasil. Desenvolve estudos e pesquisas na área de História do Brasil Império, de História do Direito e de Direitos Humanos. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História da UEMA (PPGHIST), vinculado à Linha de Pesquisa Historiografia e Linguagens. Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM), ocupando a cadeira n. 51. Vencedor do Prêmio Innovare, na categoria Defensoria Pública. É atualmente presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH). É Defensor Público Federal no Maranhão.

se confunde com sua própria razão de existir. É que, como já comprovado por diversas pesquisas que tomaram por objeto publicações do Instituto, de seus membros ou o próprio IHGM em si, este Instituto serve como uma espécie de arquivo (vivo!) de boa parte da História da Ciência no Maranhão. Representa, nesse sentido, muito do processo de construção de diferentes formas de se compreender o conhecimento científico em nosso Estado, como já citado, ao longo de quase um século.

Por isso mesmo, o convite para ingressar nos quadros do IHGM, instituição onde, honrosamente, outros colegas do Departamento de História da UEMA já têm assento, é de um privilégio ímpar. Espero, sinceramente, corresponder a esta responsabilidade, contribuindo para o crescimento do Instituto e, se me for oportunizado, para sua aproximação com a sociedade.

O contato e a interação direta e com a sociedade, creio eu, é essencial para o fortalecimento, o respeito e a legitimação das instituições. Num país que, ao longo de sua História, optou claramente pelo protagonismo institucional em detrimento de uma mais direta participação popular nas decisões políticas, (re)estabelecer esse vínculo – instituições x sociedade – é fundamental. Está é o singelo compromisso que eu gostaria, desde já, de assumir com o IHGM.

A honra de ocupar a Cadeira de n. 51 deste Instituto é especial não apenas por conta de seu patrono, o professor e literato Ruben Almeida, de quem falarei adiante, mas, de igual forma, da relevância de sua última ocupante, a professora Maria de Nazareth Leite da Silva, que integrou o IHGM entre fevereiro de 2014, quando tomou posse, e abril de 2019, quando, infelizmente, veio a falecer.

Maria de Nazareth era natural de Pinheiro/MA, tendo nascido em 1939 e vivendo, portanto, por 80 anos. Formada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, dedicou mais de 5 décadas de sua vida ao magistério. Foi professora, coordenadora de disciplinas pedagógicas e diretora em diferentes escolas da rede pública estadual maranhense. Integrou também a equipe da Secretaria de Estado da Educação por considerável tempo, tendo ali deixado relevantes contribuições, a exemplo de um Glossário de Termos Educacionais utilizado por aquele órgão para orientação de docentes e da equipe técnica de escolas do Estado.

No entanto, destaco de forma especial dois atributos de Maria de Nazareth Leite da Silva. Ser mulher e professora da Educação Básica da rede pública. Essas dois predicados são igualmente desafiadores e, por que não dizer, mesmo subversivos, ainda mais quando atrelados a sua vinculação a um Instituto Histórico.

Marcados historicamente pela presença exclusiva de homens, somente de forma relativamente recente os Institutos Históricos e Geográficos passaram a ser também ocupados por mulheres. Tal fato, por si só, justifica homenagens à Maria de Nazareth.

Não menos relevante é o fato de, conforme já citado, ter a ocupante da Cadeira n. 51 dedicado a maior parte de sua existência e praticamente a integralidade de sua vida profissional ao magistério na Educação de Base. Nem sempre desatrelado ao acesso a instituições como os Institutos Geográficos, regra geral preenchido por acadêmicos de instituição universitárias, ter no IHGM uma legítima representante da educação pública dos níveis fundamental e médio é destacável sinal do reconhecimento que esta Instituição soube e sabe dar a quem exerce tão relevante função.

Registrada a justa lembrança da passagem da professora Maria de Na azareth pelo Instituto, destaco que, como de estilo, a principal homenagem que o empossado numa das cadeiras de um Instituto Histórico deve fazer diz respeito ao patrono do posto que se passa a ocupar. E, no IHGM, a Cadeira de n. 51 tem como tutor Ruben Ribeiro de Almeida.

Mas, antes que falemos propriamente sobre a vida e o legado deste intrigante personagem, indago: qual o significado de se ter como espécie de ritual, quando do assento em um Instituto Histórico e Geográfico, conferir homenagens ao patrono da cadeira ocupada pelo empossado?

A primeira questão a ser observada é, justamente, que tal liturgia não se reduz a uma homenagem do patrono. Bem mais do que a exaltação a um nome, o discurso de posse deve ser encarado, isso sim, como um contínuo recurso aos propósitos de fundação do Instituto. E aqui uso as palavras recurso em suas expressões literais. Recurso como retomada de um curso. Fundação como aqui que dá base a algo.

Nesse sentido, rememorar a vida e a produção de um patrono consiste, substancialmente, em destacar os valores que evidenciam a razão de ser deste Instituto Histórico e Geográfico. A lembrança da produção e da trajetória de vida de quem dá nome a estas cadeiras e de quem nelas teve assento reproduz o vínculo do IHGM com seu propósito.

Essa ritualística, como aqui já me referi, satisfaz o que há de mais antigo nos rituais, desde os tempos em que a filosofia e a religião fundiam-se na linguagem mitológica: reafirmar de tempos em tempos valores – coragem, perseverança, fidelidade, bondade, etc. e seus opostos – por meio da rememoração de narrativas.

Esse é o sentido que eu pretendo ter os comentários sobre a vida e a obra que passo agora a fazer sobre o patrono da cadeira n. 51 deste

Instituto. Que a menção a seus feitos sirva de reforço para que este Instituto reafirme seu propósito.

O maranhense Ruben Ribeiro de Almeida nasceu, viveu e faleceu em São Luís. Sua existência se deu entre 1896 e 1979. Fazia questão de ressaltar o gosto de morar na capital maranhense, nunca tendo feito muitos esforços, apesar das oportunidades, para fixar residência fora deste Estado.

De pronto, destaco dois elementos que, respectivamente, limitaram a produção de obras literárias por Rubem Almeida durante sua vida e, após seu óbito, a propagação de seus escritos.

O primeiro diz respeito ao fato de ter, propositalmente, colocado a docência à frente das outras atividades que exerceu. Ruben Almeida foi escritor, jornalista, historiador, geógrafo e poeta. Além de grande especialista na língua portuguesa, era fluente em espanhol, francês, italiano e inglês. Atributos não lhes falavam para ter deixado volumosa obra. A opção que fiz do uso de seu tempo, porém, como já indicado, foi com os ensinamentos de seus alunos.

O segundo elemento consiste em não ter Ruben Almeida constituído família ou deixado filhos. Certamente, tal elemento limitou, e muito, o eco de seus escritos. Ou pelo menos contribuiu para uma menor divulgação de seu nome,

Mas, retomando a sua atuação como professor, sua principal profissão, Rubem Almeida ensinou em todas as escolas privadas existentes em São Luís de seu tempo. Destaco, dentre elas, Instituto Viveiros, Rosa Castro e Centro Caixerai. Foram mais de três gerações influenciadas por seu ensino.

Ficou mais conhecido, porém, pela vaga de magistério que ocupou no Liceu Maranhense e na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Maranhão. Lembremos que, em seu contexto, o ingresso nesses estabelecimentos se dava por concorrido concurso público. Tal concorrência, além de exigir muito dos candidatos, representava um dos principais eventos para a intelectualidade da cidade, que os acompanhavam etapa após etapa por meio de notas em jornais.

Para ingressar no Liceu Maranhense como catedrático da Língua Portuguesa, Rubem Almeida apresentou tese sobre “Raízes e radicais gregos existentes no Português”. Na Faculdade de Direito, para o provimento da Cadeira de Direito Civil, apresentou duas teses: “O índio brasileiro em face da legislação” e “Investigação de paternidade: argumentos que a justificam e a repelem”.

A referência ao indigenato, apresentada em uma das teses defendidas no concurso da Faculdade de Direito, merece destaque.

Rubem Almeida foi um ardoroso defensor dos direitos indígenas. Chegou a desenvolver densa pesquisa biográfica sobre o que concebeu como “indígenas notáveis”, todos escritores, na História de nosso país, publicado com o título de “Panteon das selvas”.

Não há como deixar de destacar igualmente a relevante contribuição de Ruben Almeida como jornalista. Tal experiência, aliás, no meu entendimento, aparece logo após seu ofício de professor.

Por praticamente quatro décadas, mais precisamente entre 1912 e 1951, redigiu religiosamente em diferentes jornais do Maranhão. Em pesquisa por mim desenvolvida, e adiante melhor referida, para elaboração dessa fala, encontrei dezenas de artigos assinados por Ruben Almeida, veiculados em periódicos como A Pacotilha, O Combate, A Folha do Povo, Diário do Maranhão, A Tribuna, O Diário de São Luís e O Imparcial. Os temas ali enfrentados, como também destacarei em breve, são de uma pluralidade e de um aprofundamento impressionantes.

No plano institucional, além das relevantes entidades de ensino às quais esteve vinculado, Ruben Ribeiro de Almeida foi fundador da Cadeira de n. 29 da Academia Maranhense de Letras, patroneada por Felipe Franco de Sá. Neste Instituto Histórico e Geográfico, é patrono da cadeira de n. 51, tendo sido presidente do Instituto por quase uma década, de 1961 a 1972.

Recebeu também inúmeros títulos e prêmios. Aqui destaco, apenas de forma ilustrativa a “Medalha do Mérito Timbira”, maior condecoração dada pelo Estado do Maranhão, justificada à época, pelos serviços prestados ao ensino em nosso Estado, bem como, ainda como exemplo, o título de “Professor Emérito da Universidade Federal do Maranhão”, pelas décadas de docência naquela instituição.

Sendo eu historiador, faço questão de encerrar este breve relato sobre a vida e obra do patrono Ruben Ribeiro de Almeida com uma frase daquele que talvez tenha sido o maior historiador maranhense, Mário Meireles, para quem – referindo-se a Ruben Almeida – “Ele sabia de tudo; era como que a história viva da cidade, a reencarnação de cada um e de todos os nossos cronistas”.

Confesso, porém, que, nada obstante o destacável currículo e o instigante relato de vida que localizei sobre Ruben Almeida nas notas biográficas produzidas sobre esse personagem, inclusive por este Instituto Histórico e Geográfico, não me dei por satisfeito quanto ao que entendi necessário para a redação deste discurso.

De fato, sua trajetória como professor, o ensaios de historiador, a formação jurídica e a defesa do direito dos indígenas muito me aproximam de Rubem Almeida, obviamente, com a modéstia que me cabe neste

momento. Mas buscava mais algum tipo de vínculo de identidade com o patrono da cadeira que a partir de hoje tenho a honra de ocupar.

Parti então para uma pesquisa que fosse além das referidas notas biográficas ou dos poucos textos completos de Rubem Almeida publicados. A escolha das fontes para tal investigação recaiu sobre algo que já faz parte de minhas pesquisas acadêmicas. Refiro-me a jornais de época.

Busquei nos acervo de periódicos da Biblioteca Nacional referências sobre Ruben Almeida. Como aqui já citei, deparei-me com inúmeros artigos publicados em pelo menos uma dezena de jornais, entre 1912 e 1951.

O primeiro aspecto que me chamou a atenção foi a variedade de questões explorados por Ruben Almeida. Localizei ensaios sobre diferentes temas densos: óptica, proclamação da República, eclipses, Revolução Francesa, civilizações pré-colombianas, dentre outras. Além do relato de diferentes viagens experimentadas por Ruben Almeida, cada um deles acompanhados, regra geral, de análises geográficas, geológicas, históricas, sociológicas, culturais e políticas. Assim o fez com relação a sua passagem pelo Vale do Itapecuru, Alcântara, São Paulo, Santos, Rio de Janeiro, Buenos Aires e Montevideú.

O segundo aspecto que destaco na investigação por mim realizada consiste, para além da variação de temas explorados por Ruben Almeida, na profundidade com a qual analisava cada um de seus objetos de estudo. Seguramente, não tratava, para ele, de “falar de tudo de qualquer forma”. O que localizei nos jornais pesquisados foram comentários com a erudição, a terminologia e o rigor científico dignos dos especialistas em cada uma das áreas nas quais investiu.

Direito, Língua Portuguesa, História, Geografia, Sociologia, Geologia, Botânica, Política. Todos esses campos se entrelaçava quando oportuno e se separavam quando necessário nos textos de Ruben Almeida.

Confesso que, diante de temas tão variados e abordados com tamanha profundidade, tive que dobrar a atenção no que diz respeito à autoria do material. Cheguei a pensar que talvez se tratassem de articulistas homônimos. Não acreditava, num primeiro momento, ser possível uma mesma pessoa explorar de forma tão qualificada intelectualmente temas tão díspares. Mas, ao aprofundar a investigação das áreas de estudos e de docência de Ruben Ribeiro de Almeida, aos poucos fui entendendo sua formação multifacetada. Talvez tenha sido ele um dos últimos enciclopedistas que viveram no Maranhão.

Mas, como há pouco fiz referência, buscava na investigação dos artigos de Ruben Almeida algo com o qual eu pudesse me identificar de maneira ainda mais próxima. Esse foi o sentido de minha pesquisa.

E foi em uma publicação do jornal A Pacotilha, de 27 de dezembro de 2017, que localizei o que precisava para aprofundar minha pesquisa. A primeira página desta edição trouxe nota sobre uma edição especial do jornal dedicada a João Francisco Lisboa. Ali adjetivado como “Grande publicista do Jornal de Timon”. Dentre os convidados por A Pacotilha, nomes de destaque, cada um acompanhado por uma alcunha de fácil associação ao personagem, como de costume nos periódicos da época.

Nesse sentido, Barbosa de Godóis aparece como “o educador”, Ribeiro do Amaral enquanto “o cronista”, Fran Paxêco como “o historiador”, Aquiles Lisboa é “o político”, Godofredo Viana “o jurisconsulto”, Antônio Lopes o “crítico de Vieira”, dentre outros. E eis que Ruben Almeida aparece como “o anti-escravista”.

O apelido de “anti-escravista” que levava o patrono da cadeira que passo hoje ocupar não poderia ser mais agradável a este empossando. Há quase 20 anos, ou seja, desde os tempos de graduação, pesquiso escravismo no Maranhão. Mais particularmente, estudo a forma como o campo jurídico construído pelas elites na segunda metade do século XIX inventou formas díspares e quase sempre contraditórias de tratar formalmente negros e negras escravizados.

Por isso mesmo, não preciso dizer o quanto a descoberta de que, publicamente, Ruben Almeida carregava a referência de ser contrário à escravidão.

Fui em busca então de alguma publicação do patrono que desse maior materialidade a seu posicionamento contrário ao cativo e a suas consequências. Localizei clara referência mais uma vez nas páginas de A Pacotilha, dessa vez em dois volumosos artigos, publicados nos dias 14 e 15 de maio de 1917.

O escrito levou o nome de Libertas!, ou seja, liberdade em latim. Derivou de uma palestra ministrada por Ruben Almeida no dia anterior à primeira publicação, ou seja, em 13 de maio, durante sessão solene da União Estudantil Sílvio Romero, conhecida agremiação de intelectuais do Maranhão.

Além do anti-escravismo patente, o artigo, penso eu, bem sintetiza muitos dos atributos da escrita de Ruben Almeida aqui já referidas. Tangencia por diferentes ramos do conhecimento humano. Enfrenta distintas perspectivas com a profundidade e o rigor científico adequados.

Os artigos são de uma qualidade poética destacável. Como também notável é a preocupação de Almeida com o justificado uso de terminologias, algumas vezes indo atrás das origens históricas das palavras que utiliza, num exercício filológico muito interessante. Quanto ao emprego de línguas estrangeiras, Ruben Almeida chega a brincar, naturalmente, a partir de traduções do inglês, italiano, francês e alemão.

Ao longo do texto, cita e comenta frases de pensadores franceses sobre a ojeriza à escravidão. Para registrar apenas alguns nomes, assim o faz com relação a Montesquieu, Rousseau e Fénelon. Com filósofos alemães, do que quilate de Kant e Leibnitz, dialoga acerca da noção de liberdade.

No campo da História, registra relevantes obras e apontamentos sobre o contexto de abolição do cativo nos Estados Unidos, França e Inglaterra. O mesmo rigor historiográfico é dedicado a apontamentos pertinentes a obras de abolicionistas nacionais. Destaco aqui as observações feitas por Rubem Almeida a obras de Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e Rui Barbosa. No plano da poesia abolicionista, cita Castro Alves em sua literalidade.

O texto de Ruben Almeida certamente possui limitações e é passivo de críticas. Não escapa a uma visão católica – nega que os africanos tenham fé ou Deus – e elitista – glorifica a santifica a Isabel – da História. Tais elementos são explicáveis e até mesmo esperados pelo contexto em que escreve o autor.

Mas destaco, por ser mais pertinente a este momento, a principal marca da escrita de Ruben Almeida: é um texto-denúncia. Critica publicamente a escravidão, reconhecendo o quanto o cativo ainda projetava sérias consequências para a contemporaneidade do autor, quase três décadas após sua extinção formal. Nesse sentido, menciona que, “apesar de muito longe [a escravidão], nos chega, forte, ainda, um cheiro infecto de cadáveres e destroços”.

Exalta, incondicionalmente, o fim do cativo. Aponta mesmo a data da abolição, 13 de maio, como “a maior de todas as datas nacionais”.

Mas encerro a referência a artigo de Rubem Almeida com uma citação literal do autor, que, referindo-se aos horrores da escravidão, assim escreveu:

“O navio negreiro, com os porões abarrotados de homens colhidos traiçoeiramente no seu torrão natal, de homens em massa, às toneladas, ‘sem ar, sem fé, sem luz, sem Deus, sem pão, sem lar’, sulcando o azul do oceano por uma noite de estrelas e de luar... Nostalgia da pátria que se abandona sem saber porque, saudades de parentes que lá ficaram, na luta pela vida, e que amanhã, talvez venham também vendidos, naquela triste condição de escravos”.

Seguramente, Ruben Almeida não apenas era crítico à escravidão e a suas consequências em nosso país. Num tempo em que o engajamento social de tal natureza não era, regra geral, agradável às elites, afirmava sua ideologia de maneira pública, sem retoques.

Terminava assim minha pesquisa com grande satisfação. Dava-me por satisfeito com o vínculo intelectual encontrado entre este empossando e o patrono da cadeira que passo a ocupar.

Gostaria, para finalizar, de reforçar o agradecimento ao IHGM, pela oportunidade de ingressar em seu quadro. Espero corresponder a esta responsabilidade de maneira produtiva, contribuindo para o fortalecimento de tão relevante instituição.

Muito obrigado e boa noite!

DISCURSO DE POSSE DA PROFESSORA MARIA GORETTI CAVALCANTE DE CARVALHO NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MARANHÃO

A página de uma história é o espaço de sua escrita.

“A ilha da página é um local de passagem (...)”.

Michel de Certeau

E, nessa escrita que se pensa solitária...

“Comece fazendo o que é necessário, depois o que é possível, e de repente você estará fazendo o impossível”.

São Francisco de Assis

Sr. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, Prof. Euges Silva de Lima;

Ilustre Professor e Amigo José Augusto Silva Oliveira que, gentilmente fez-me o convite, e agora me conduz à Casa de Antônio Lopes;

Queridas Confreiras e demais Confrades, recebam minhas sinceras saudações.

Autoridades aqui presentes;

Caros colegas professores;

Queridos alunos;

Meus Amigos;

Minha família;

Meus filhos,

Meus netos.

Este é um momento de êxtase. Agradeço a Deus por Sua infinita Bondade, pelas alegrias e realizações, com as quais escrevo a minha página de história.

Sem dúvida, a escrita desta página não ocorreu na solidão da ilha, mas do desembarque de muitos na paisagem que contornou uma passagem. De fatos que podem apenas traduzir lembranças de um passado.

De sugestões despercebidas. Outras, revestidas de verdades, quando na verdade eram apenas contos. Tudo muito bem aproveitado. Um mundo que produz a página, ao tempo que a mesma produz o mundo.

Às vezes fantasiamos a vida, porque não a percebemos como uma página a ser escrita, pelo que recebemos dos outros, para manifestarmos um produto que dela sairá. E então evocamos as lembranças. Dizemos que tudo o que fizemos tem razões externas às nossas próprias vontades. Mas sempre somos convidados a concluir que acabamos por produzir uma história com as nossas próprias invenções e convicções. É que, muitas vezes, não atentamos que a nossa história é feita de atitudes, e acabamos com a ilusão de uma história contada por outrem.

Mas este conto é uma ilusão, sobretudo agora que o chamo lenda. Nele, não consigo produzir nem o necessário, porque está no não lugar. Mas, histórias estão aqui dentro, cada vez mais se ordenando naquilo que as minhas atitudes levaram: ao que foi necessário; ao que foi possível; e ao que de repente parece impossível: o Extraordinário! Chamo as palavras para que eu possa verdadeiramente manifestar as lembranças de páginas já escritas. O caminho das aspirações. Uma memória. Uma vida de atitudes. O encontro com uma fronteira acadêmica. A ordem da verdadeira desordem. *“A ilusória ordem da história”*, parafraseando a Amiga Sonia Almeida.

Volto, apesar de pensar que cheguei. Às lembranças da página escrita por uma história. Com a sensação da presença de um tempo que passou na lembrança de joias guardadas lá atrás. E encontro nas minhas lembranças o começo de uma história que aprendi a tecer nos fios de paciência da minha avó Tamar. Lembranças das travessuras autodidatas. De muita invenção. Curiosidades. Talvez pudesse inventar um mundo particular, um paraíso ou um campo de batalha. Lembro-me da sensação de estar escrevendo coisas necessárias à minha história. Logo percebia o que era possível escrever. Mas, prefiro deixar as coisas guardadas no seu intocável repouso, onde elas se resolveram. Essas lembranças que, apesar de mágicas, com múltiplas possibilidades de encantamento, acionam a memória de outras histórias, na composição de outras páginas de escrita que não descarta a imaginação.

E neste momento áureo, que constitui esta página, há o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, fundado há noventa anos. Há esta Casa de Antônio Lopes. Diante dela, quero externar o meu respeito pelos historiadores, geógrafos, professores, filósofos, juristas, cientistas, pensadores que por aqui permanecerão passando. A fascinante ideia de zelar pela memória histórica e geográfica do Estado do Maranhão. Um tom do universo imaginário de um ambiente que se chama Memória. A sensação

de perseguir a História e a Geografia trazidas pela Lembrança. Talvez o mistério dos arquivos, dos monumentos, da cartografia, onde sempre nos falta algo que nos satisfaça para entendê-los. Há busca incessante. Às vezes nem sabemos o que tanto buscamos. No afã de buscarmos o impossível, deixamos de resolver primeiro o que é necessário. Há movimento. Há histórias. Há memórias; há atitudes.

Quero nesta oportunidade, homenagear agradecendo aos confrades e confeitras pela Atenção, análise e aprovação do meu processo para o ingresso a esta Casa, na Assembleia Geral Ordinária do dia 16 de dezembro de 2015.

O Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão foi fundado em 20 de novembro de 1925, há 90 anos. Ele se constitui de sessenta membros efetivos e de outros treze membros correspondentes, além dos seis membros honorários.

A princípio, só no que se refere aos efetivos, sem levar em conta as sucessões ocorridas ao longo desses 90 anos, sessenta histórias reescritas, lembradas e inventadas; rascunhadas, sem desmarcar o seu lugar, passando a limpo, com admiração e afiliação. Sessenta histórias que já se alternaram sem se substituírem. Cadeiras patroneadas.

Na orquestração desses tons, de Casa e de Instituto, onde há melodia, harmonia e contra pontos, é de número dezessete a Cadeira de que tomo posse neste momento. Ela reúne do contexto maior o que há de Casa e de Instituto. Harmoniza intimidade com formalidade. Simplicidade e nobreza. Ela separa também o que a faz ser, em sua particularidade, referência eterna a frei Custódio Alves Pureza Serrão, a Fernando Ribamar Viana, a Raymundo Carvalho Guimarães, a Ernane José Araújo e a Paulo Oliveira.

Este fio particular de memória que ora se manifesta lembra primeiramente frei Custódio Alves Serrão – o patrono. Filho de Custódio Alves Serrão e Joana Francisca da Costa Leite. Custódio Alves Pureza Serrão nasceu a 2 de outubro de 1799, em Alcântara, centro abastecedor de São Luís, à época. Pelas circunstâncias de uma família pobre, e numerosos irmãos, os seus avós maternos Cristóvão da Costa Leite e D. Maria Teresa tomaram aos seus cuidados o menino Custódio, ainda de tenra idade, dando-lhe como madrinha de batismo, a sua tia, irmã de sua mãe, D. Francisca da Costa Leite. Passou a infância em uma fazenda, distante de Alcântara, onde sua tia lhe seguia os estudos de primeiras letras que eram ministrados pelos tios e por outras pessoas remuneradas para este fim. Aos sete anos ficou órfão de sua mãe biológica, que não chegou a conhecê-la plenamente.

À época, o caminho recomendado aos meninos pobres era o ensino religioso, bem como a carreira eclesiástica. (Isto lhe foi necessário).

Mas, apesar de professar a Ordem dos Carmelitas, aos dozes anos de idade, após ser entregue aos frades do Convento do Carmo em Alcântara, Custódio não havia sentido vocação. Mas, seguia o fio deste projeto, que vinha de uma insistente imposição da família, apesar de não estar na feitura individual de sua história. Estava na história que a sua família gostaria de contar pra si e para a sociedade. Custódio era um menino prodígio, que embevecia os seus parentes. Apegou-se aos estudos. Sem mestres, sem livros. Utilizando exaustivamente o novo léxicon, as seletas latinas, a sintaxe de Dantas e a Cartilha do Padre Antônio Pereira, conseguiu ampliar os seus conhecimentos. Aos quinze anos entrou no noviciado em ato solene. Vindo para o Convento do Maranhão (do Carmo, em São Luís), aqui teve os ensinamentos de Frei Inácio Caetano de Vilhena Ribeiro, mestre de Odorico Mendes e de Sotero dos Reis. Aprendeu latim, francês e italiano. Pelo desempenho brilhante nos estudos, os seus superiores do Convento consideraram necessário o prosseguimento dos estudos de Custódio Serrão em Coimbra. As despesas de alimentação e transporte ficaram por conta do Convento e as demais, ficando sob a responsabilidade da família.

Chegavam a Lisboa, em 1818, Custódio Serrão e o seu companheiro frei Antônio da Encarnação, filho de Caxias, que igualmente conquistara os mesmos merecimentos. Foram apresentados no Convento ao Provincial da Ordem a quem deviam obediência. Mas a sensibilidade aguçada de Custódio Serrão o fez perceber, logo no primeiro encontro com o seu superior no Convento, que havia certo preconceito.

Isto fez aumentar ainda mais o sentimento de aversão que Custódio Serrão tinha por estas corporações religiosas, onde eram sentidas a discriminação e a vaidade que não condiziam com a igualdade, a fraternidade e a humildade, como ele confessa em sua AUTOBIOGRAFIA publicada no BOLETIM DO MUSEU NACIONAL – VOL. VII N° 2, de junho de 1931.

De Lisboa para Coimbra, os dois companheiros foram recolhidos ao Convento Colegial da Ordem, submetendo-se aos exames de português e latim, e matriculados no Colégio das Artes da Universidade de Coimbra. Ali, fizeram os preparatórios em filosofia racional e grego, disciplinas que faltavam para o estudo das ciências superiores. Foram aprovados nesta espécie de vestibular. Frei Custódio Alves Serrão preferiu as Ciências Naturais e o seu companheiro, Frei Antônio, as Ciências Teológicas.

Frei Custódio venceu os obstáculos e as dificuldades impostas pelo Reitor e pelos Doutores do Colégio, acerca do prosseguimento de seus estudos das Ciências Naturais. Alegou aos seus superiores que preferia voltar para o Maranhão a ter que dedicar-se a qualquer das ciências positivas, que pelas quais não sentia vocação nem habilitação.

Frei Custódio teve a sabedoria de enfrentar o isolamento, sem livros para consultas nem quem o ajudasse, pois todos os outros doutores e companheiros faziam cursos de letras. Contudo, foi brilhante nas provas finais de Física e Matemática, sendo aprovado plenamente. Ganhou admiração pelos professores condiscípulos, passando as férias no Porto, neste primeiro ano de estudos, aos seus vinte anos de idade. No segundo ano, não podendo dedicar-se aos estudos, constrangido no isolamento do colégio, juntou as férias com o resto do ano em Figueira, matriculando-se no 3º ano, mas sujeitando-se às provas do 2º.

Frei Custódio sofreu as represálias das relações políticas entre Portugal e Brasil. Cortadas as relações, devido à Proclamação da Independência, aumentou as prevenções contra os brasileiros, a começar pelo corte da alimentação de Custódio no Colégio, e, com receio de perderem as quantias fornecidas, os correspondentes das famílias dos estudantes brasileiros em Coimbra foram diminuindo aos mesmos os fornecimentos, o que causou grandes privações. Contudo, Frei Custódio Serrão logrou aprovação plena nos exames de todas as matérias, sendo premiado em Ciências Físicas, mas deixando naquele momento os estudos de Matemática. Interrompeu as férias em casa de amigos, em Mondego Baixo, voltando à Coimbra, onde se matriculou no 4º e último ano de Ciências Físicas e Naturais. A escassez de meios de subsistência, em virtude das transformações políticas, não apagou o fervoroso ardor patriótico, que Frei Custódio Serrão manifestava com a Independência do Brasil e pelos ideais de liberdade de que era impregnado o seu espírito. Os estímulos para prosseguir a vida religiosa foram comprometidos pela diversidade de ideias, sobretudo políticas e rígida disciplina. Reconheceu que não tinha vocação para assumir elevada função sacerdotal. Bacharelou-se, apesar das privações, em Filosofia e Ciências Naturais pela Universidade de Coimbra. Saiu do Convento para evitar maiores problemas, por ser brasileiro e estar justamente naquele momento pronunciando-se a favor da Constituição de 1820. Fundamentou por escrito a sua atitude de desligamento.

Diante da possibilidade de ser socorrido pelo parente Comendador Honório José Teixeira, proprietário de navios que faziam linha entre Brasil e Portugal, frei Custódio escrevera-lhe uma carta relatando a sua deplorável situação. O Comendador ao receber a carta providenciou imediatamente passagem em sua companhia em um dos seus navios que se encontrava de partida do porto dos Lagos no Algarve para o Rio de Janeiro. Frei Custódio Serrão deixou Portugal em 1825, quando já se encontrava implantada a Independência do Brasil com sua própria Constituição outorgada por D. Pedro I.

No Brasil, em um clima de Independência consolidada, Frei Custódio fixou residência na Corte do Império, no Rio de Janeiro e não no Maranhão.

No Rio de Janeiro, Frei Custódio foi professor, naturalista e helenista. Diante da certeza de que não tinha vocação para o sacerdócio e logo decidiu pela Ciência, passou a perscrutar a natureza e descobriu os seus mistérios. Postulou o lugar vago de lente de Zoologia e Botânica da Imperial Academia Militar, habilitado com os títulos obtidos na Universidade de Coimbra. Foi sócio do IHGB, Redator do Diário da Câmara dos Deputados, Diretor do Museu Nacional e do Jardim Botânico, membro do Conselho de Melhoramentos da Casa da Moeda, chegando a introduzir reformas úteis, até então novidades, culminando em economia de trabalho, tempo e materiais, em 1834.

Em 1835, Frei Custódio viajou para o Maranhão, com os recursos obtidos com sacrifícios, em visita à sua tia e ao seu irmão, únicos sobreviventes da família, no interior de Alcântara. Era a primeira vez que se afastava de seus encargos e do Rio de Janeiro, desde 1825 em tarefas ininterruptas. Ainda, sem recurso dos cofres públicos, explorou as serras de Itabaiana na Província de Sergipe, de jazidas de ouro e salitre, descobrindo, também, nas praias de Camaragibe, em Alagoas, formações betuminosas, cujas amostras eram remetidas ao governo imperial, regressando à Corte em 1836.

Decidiu recolher-se no seu sítio na Gávea, pois estava isento de suas obrigações oficiais, onde fundou uma rústica propriedade rural de acordo com os seus pensamentos. Mas, as suas experiências exaustivas com microscópio e telescópio agravaram a visão até ficar cego completamente. Sem parente, sem família, obtinha apenas uma afilhada, de nome Felizarda do Rego, filha de seus vizinhos Francisco do Rego e D. Alexandrina do Rego. A esta afilhada deu instrução e educação. Apesar de cego, Frei Custódio não desprezou os seus estudos sobre Botânica, pois a sua afilhada fazia-lhe as leituras.

Faleceu no dia 10 de março de 1873, assistido apenas por sua dedicada enfermeira, Dona Fortunata Maria do Bom Sucesso, o velho amigo Conselheiro Manuel de Jesus Valdetaro e o sobrinho Raimundo Alves Serrão. São encontradas na sua autobiografia muitas informações importantes acerca de suas atividades práticas. São fontes de Antônio Henriques Leal, Pantheon Maranhense, Ensaios Biográficos dos Maranhenses ilustres já falecidos, T. III. Ed. Alhambra, Rio, 1987.

De sua bibliografia destacam-se:

“Lições de Química e Mineralogia, Rio, 1833”;

“Processo para separar o paládio de outros metais com que se acha ligado – 1845”;

“Breve notícia sobre coleção de madeiras do Brasil – 1867”;

“Memória em que se prova que o Brasil fora visitado por alguma nação conhecedora da navegação, antes que aqui viessem os portugueses”.

Sobre Custódio Serrão, assim se manifestavam os seus amigos, admiradores e companheiros:

“Custódio não era um homem, era uma respeitável entidade”. Assim dizia Araújo Porto Alegre, Barão de Santo Ângelo, companheiro e amigo na Academia Militar e no Museu Nacional;

“Sábio criado no gabinete de profundos e constantes estudos, eminentes nas ciências físicas, na botânica, em política sempre liberal por convicção e por amor à pátria, e nunca, nem um só dia, ambicioso por amor de si, de caráter independente até à resistência na guarda de seu direito; no culto da amizade tipo de dedicação e de fineza, em suas relações particulares angélica amabilidade”. Trecho do discurso de Dr. Joaquim Manoel de Macedo, na sessão de 15 de dezembro de 1873, no IHGB.

O seu estilo de vida era revelador daquela alma simples e nobre que amava os estudos e a natureza. Uma simplicidade extraordinária, que não se descuidava da sofisticação da ciência. Dos estudos. De atitude diante das dificuldades.

Deste ponto temos muito em comum: a atitude diante da vida; a autodeterminação; a liberdade de pensamento; o espírito livre, apesar das condições que a vida nos impõe. Começando a fazer o que era necessário, depois, o que era possível, e por fim chegar ao que julgava impossível: o Extraordinário. A imortalidade!

Prossigo: a outra vereda dessa estrada, que recupera também, Fernando Ribamar Viana, ocupante desta cadeira. Ele nasceu a 31 de outubro de 1904, em São José de Ribamar - MA. Tornou-se médico pela Faculdade de Medicina da Bahia (1934). Jornalista vibrante. Colaborou nos jornais *A Pacotilha*, *O Combate*, *Jornal do Povo*, *O Imparcial*, *Correio do Nordeste*. Deixou obras publicadas: *Folhas soltas*; *Seara e Passarela*. Faleceu em 14 de setembro de 1983.

Frei Custódio se manifesta em Raymundo Carvalho Guimarães. Pela disponibilidade de ser útil à sociedade. Com estudos e publicações. Destacando-se pela facilidade de comunicação e expressão escrita e oral, exercendo em duas legislaturas, o Mandato de Deputado Estadual. Foi Prefeito de Passagem Franca. Membro da Academia de Letras do Maranhão.

A seguir, Ernane José de Araújo. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Exerceu o cargo de Procurador o Estado do Maranhão. Deixou vários trabalhos publicados.

Por último, Dr. Paulo Oliveira. Bacharel em Direito pela UFMA. Exerceu a Promotoria de Justiça Estadual, na 14ª Vara Criminal de São Luís, após ter sido titular de várias Comarcas, no Maranhão. Autor de vários livros.

No diálogo inevitável do percurso de Frei Custódio Serrão tecido com todos aqueles que usufruíram a Cadeira de nº 17, pelo Patrono, ao qual está sob o limiar da sabedoria e da sapiência de cuja admiração agora me apodero.

Eis os tons de Casa e de Instituto, na luta entre a realidade e o imaginário; entre o simples e o complexo; entre a ciência e a natureza, que se dá neste ambiente também contraditório, mas que se resolve. Eis a oportunidade de interagir nestes dois espaços, que antes era visto como só um. O Instituto. Mas, ao abrir as portas da Casa de Antônio Lopes, entro em sua intimidade, vislumbro a possibilidade de olhar para o lado de dentro, respeitando a sua formalidade, ousando sondar sobre o seu lugar na sociedade maranhense, filtrando o perfil para perfilar-me aos seus propósitos.

Eis-me aqui para tomar a minha página como passagem. Escrita daquilo que recebi como ensinamentos. Experiências bem vividas. Histórias muito bem aproveitadas. E agora, com Admiração e Respeito pela página escrita por Frei Custódio Serrão, já apresentado nesta sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão.

Este é, a princípio, o frade professo, estudioso autodeterminado, autodidata maranhense Custódio Alves Serrão. Uma pessoa que zelou pelo cumprimento do dever e persuadido de que trabalhos elaborados com o auxílio da memória, só podem ser aproveitados se analisados com precisão, em busca da perfeição; por sua paixão pela ciência natural; pela sua curiosidade por outras áreas, como a Filosofia, a Física, a Matemática, a Botânica; pela capacidade de viver momentos únicos de Reconhecimento acadêmico e profissional, sem ser seduzido pelas “provações da glória e das riquezas”, como assim dizia.

Do escrito de sua página posso retirar o que escolhi como recebidos: a perseverança; a autodeterminação; as dificuldades vencidas, tomando-as como linhas cursivas de uma escrita necessária, possível e extraordinária.

E que, no produto que sairá da minha página, reservarei o extraordinário, a imortalidade, que não está somente no que Frei Custódio Serrão viveu na vida de dificuldades e conflitos ideológicos. Não está naquilo que representou como acadêmico e profissional. Esse perfil é forjado pelas histórias e pelos contextos vivenciados como um recebido para a escrita de sua página. A imortalidade de Frei Custódio não está só no

que ele fez, mas no que ele pensou; no que ele nos convida a pensar sobre o seu itinerário; no que ele faz dizer do enfrentamento de dificuldades. A imortalidade está naquilo que será impregnado como exemplo. O extraordinário está nos seus escritos lidos, no mundo real, no qual texto, leitor e escritor se encontram. O extraordinário gerado pela sabedoria da escrita de uma página, espaço próprio, local de passagem.

É na condição de leitora que eu me encontro diante da página escrita por Frei Custódio Alves Serrão. Mágica consciência de que ler é receber de outrem, sem marcar o seu lugar, sem refazê-lo, mas encantando-se passivamente frente à página. Eis a minha missão!

Apesar de pensar que cheguei a esse extraordinário momento sozinha, tenho que voltar. E volto às joias que eu guardei no passado. Volto desde o começo, identificando-as no desembarque a esta ilha. A esta página. Trouxe a minha família: minha avó Tamar, com quem aprendi o necessário para uma vida feliz. Meu pai Manoel, cuja falta me fez forte. Minha mãe Anna Maria, a perseverança e a atitude dinâmica diante das dificuldades. Trouxe minhas irmãs: Maria José, Luiza, Conceição e Ana Laura. Meus irmãos José Francisco, José Ribamar e João Pedro (*In memoriam*). Minha tia Maria de Lourdes. Meu cunhado. Minhas cunhadas. Meus sobrinhos. O nosso respeito. Na ilha da minha página passaram os meus amigos. Muitos estão sempre presentes, animando a escrita com sinceridade, sabedoria, graça, competência. Cada um com o seu jeito todo Especial de ser. Os meus alunos. Os meus professores, aqui representados pelo Professor Doutor Luiz Fernando Medeiros Rodrigues, que com muita maestria e sensibilidade tem sido um grande companheiro na escrita da minha página acadêmica, e o máximo que pude extrair deles: seus referenciais; seus exemplos; seus pontos de vista. As Irmãs Missionárias Capuchinhas, na lembrança de Irmã Filomena Maria. Os frades missionários capuchinhos da Província de Nossa Senhora do Carmo – São Luís do Maranhão, em Especial ao Frei Rogério Beltrami de Milão, companheiro de pesquisas e pela presença nas páginas de história do Maranhão, e ao Frei José Antônio Macapuna, pela atenção à continuidade das minhas pesquisas no Arquivo da Vice-Província capuchinha Maranhão-Pará. Verdadeiras amizades. Coisas alegres e tristes. Encenações e brincadeiras diante da vida. Atitudes sérias e firmes diante dos compromissos assumidos. Trouxe o sentido da vida: uma busca incessante de ser feliz. Mas nunca esquecerei a minha primeira linha de página, que se inicia no aconchego materno no colo de uma avó, e de um cuidado velado nas intenções de minha mãe.

Da ilha desta página desembarco com Jesus, que sempre está no comando. E com Ele, Pablo, Elmo e Anna Clara; Icaro, Inah e Sérgio; Itiara, Ynis e Gerson.

E assim continuamos a História: Frei Custódio Alves Serrão, Fernando Ribamar Viana, Raymundo Carvalho Guimarães, Ernane José Araújo, Paulo Oliveira e agora eu. Portanto, concluo que nunca hei de desembarcar sozinha nesta página. Da minha página sempre sairá um produto que sintetiza todos os recebidos, sobretudo aqueles que me fizeram evoluir intelectual e espiritualmente.

Muito Obrigada!!!!

São Luís, 10 de junho de 2016.

Maria Goretti Cavalcante de Carvalho

DISCURSO DE POSSE DE DIOGO GUALHARDO NEVES

Diogo Gualharo Neves

CADEIRA Nº 56 PATRONO: JERÔNIMO JOSÉ DE VIVEIROS

Quero PRIMEIRAMENTE AGRADECER A DEUS POR TUDO. Em seguida, à escolha de meu nome para a composição deste ilustre colegiado, isso na pessoa de seu Presidente, o Sr. Euges Lima. É grande a alegria, especialmente por estar junto de pessoas por quem nutro a mais profunda estima, e mais ainda, pelos propósitos engrandecedores que as ligam.

Mas é preciso que eu faça uma advertência: minha vida estudantil, minha carreira acadêmica e profissional, meus esforços como pesquisador, não buscaram títulos por si mesmos, e muito menos o mero reconhecimento público. Antes, todavia, sempre estiveram voltados para tentar responder minhas angústias pessoais, e, principalmente, em não me furtar de buscar a verdade, e dizê-la. Estou plenamente consciente que tal propósito é perigoso. Mas esta é a escolha certa, e animou no passado espíritos transformadores. João Lisboa e Aluísio Azevedo epigrafaram Cícero no Jornal de Tímon e n' O Cortiço com a seguinte máxima: “periculum dicendi non recuso”, ou, exponho-me ao perigo de falar. Quero dizer que adentro o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão não para meramente exibir seu nome, mas para dizer com embasada convicção, através dele.

É isto o que a sociedade maranhense e brasileira esperam de sua elite intelectual, e esta tem o dever de voltar a elas com a mais firme responsabilidade. Não é o que se tem visto, infelizmente. Ao contrário, talvez nenhuma outra quadra tenha passado por tão severo obscurantismo. A História de nossa gente e de nosso país tem sido de um lado omitida da maior parte da população, e de outro, subvertida ao sabor da má-fé de interesses sectários. Meu assento nesta instituição me obriga a combater tal deletéria circunstância, apesar de seu gigantismo. É mesmo meu patrono que inspira essa missão. Ele próprio foi perseguido por dizer a verdade. De modo algum concorri para estar aqui e ter a honra de poder falar sobre Jerônimo de Viveiros. Porém, minha tajejória como historiador e sociólogo se deu essencialmente a partir dele.

De início, ainda na graduação, NA MEMÓRIA QUE APRESENTEI POR OCASIÃO DOS 150 ANOS DA ASSOCIAÇÃO

COMERCIAL DO MARANHÃO e na MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO, para combater suas ideias sobre a industrialização maranhense no final do Império e nos princípios da República; Num momento seguinte, durante o mestrado e o doutorado, para compreender seu pensamento, que está ligado à sua origem social; por fim, agora, para reconhecer e fazer deferências às suas inestimáveis contribuições para a História regional. Poucas semanas atrás via formandos do curso jurídico compulsando a “História do Comércio do Maranhão”, um título publicado há mais de 60 anos, pela Associação Comercial do Maranhão, entidade que meus próprios ancestrais ajudaram a construir. VIVEIROS ESTÁ, ASSIM, EM QUASE TODAS AS MINHAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS. Não é, portanto, pequeno o orgulho de tê-lo como luminar.

Nasceu em São Luís, Maranhão a 11 de agosto de 1884, num sobrado da Rua de Santo Antônio, antiga residência de seus avós, os Barões de São Bento. Fez os estudos primários em escolas particulares e o curso de segundo grau no Liceu Maranhense. O curso superior foi iniciado na Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro, interrompido no quarto ano. Lecionou no Liceu Maranhense as disciplinas História Universal e do Brasil. Na Escola Normal lecionou Matemática. No Rio de Janeiro, no Colégio Pedro II, então escola padrão para o ensino de todo o Brasil, foi professor de reconhecida competência. De volta a São Luís, foi professor da Escola de Comércio e da Escola de Aprendizes Artífices. Dirigiu o “Instituto Almir Nina.” Fundou e dirigiu o Instituto Viveiros, um dos estabelecimentos de ensino mais renomados da época. Redigiu a “Revista Pedagógica”; Foi Diretor da Imprensa Oficial. Dirigiu a Instrução Pública do Estado por diversas vezes; Foi Conselheiro Técnico do Diretório Regional de Geografia no Maranhão; Professor Fundador do Curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia de São Luís (1953), onde lecionou durante muitos anos, com brilhantismo que lhe era próprio, “História Antiga e Medieval”. Na Academia Maranhense de Letras, ocupou a cadeira Patroneada por Gomes de Sousa. No Instituto Histórico e Geográfico, como Sócio Efetivo ocupou o cargo de Secretário e depois o de Presidente. Faleceu em São Luís, a 29 de novembro de 1965. Escritor consagrado deixou inúmeros trabalhos publicados nos jornais: “O Combate”; “Diário de São Luís”; “O Imparcial”; “Jornal do Dia” todos da capital. Escreveu em jornais do Rio de Janeiro e no “Jornal de Pinheiro”, município do Maranhão. Entre as publicações deixadas, as mais divulgadas são: “O Centenário de Temístocles Aranha” - Imp.Oficial — Maranhão — 1937. “O Coronel Luís Alves de Lima e Silva no Maranhão”- (fevereiro de 1840 a março de 181)Ed. Da Biblioteca Militar - Rio de Janeiro

1940; “Alcântara no seu passado econômico, social e político”. Imp. Of. Maranhão, 1950; “A vida de um Apostolo”. Ed. Do autor - São Luís - 1956. “História do Município de Pinheiro.” Pinheiro -I 956. “Benedito Leite, um verdadeiro republicano”. São Luís — 1957. Apontamentos para a História da Instrução Pública e Particular do Maranhão. “Revista de História e Geografia” — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - 1953. “História do Comercio do Maranhão” - três volumes - Ed. pela Associação Comercial - 1954 e 1964. 1.º volume (1612 - 1895) 2.º volume - (1612 - 1895) — Ed - 1954 3.º volume (1896 - 1934) -Ed. 1964.

Quero agradecer imensamente a presença de todos. Em especial, a meus pais e esposa aqui presentes. Com efeito, apesar de meus erros e contradições, a Providência os colocou ao meu redor como orientadores e referências constantes, a fim de que eu os observe, e corrija essas mesmas falhas que carrego, a maioria delas graves.

De meu pai busco colher o desprendimento que tem pelos bens materiais, a valorização do sentimento, a defesa intransigente do que é seu, e admiro sua criatividade para a música e poesia, bem como a coragem, bravura, engenho e arte, tão característicos do povo português cujo sangue corre em suas veias. De minha mãe, aprendi a valorização do trabalho duro e a luta sem limites pela integridade da família e de seus membros, tudo isso aliado a um permanente carinho por todos. Nós filhos, no dizer correto de minha avó Eloidé, fomos defendidos por uma leoa. Certamente esse o legado italiano que traz consigo. Devo também mencionar essa avó, que foi e é também mãe. Uma das pessoas mais perspicazes e inteligentes que conheci. Os jovens perdem muito em não conversar com os velhos!

Minha esposa. Mulher valorosa, paciente, sábia e grande conselheira. Devo a ela a maioria de minhas conquistas recentes, pois é seu equilíbrio que contém os constantes arroubos, permitindo que eu faça sempre uma reflexão sobre os pensamentos e ações, trazendo-me, não sem esforço, de volta à realidade.

Por fim, talvez os presentes neste auditório estranhem o fato de um “cientista social” valorizar tanto a família em seu discurso. Pensei em não fazê-lo, mas isso seria uma desonestidade quanto ao que sou e ao que penso. Prometi em momento anterior não recusar o perigo de falar, e, nesse sentido, faço-o para dizer que a família é a mais importante das instituições humanas. Nossa época quer fazer-nos pensar o contrário, e isto nos obriga a afirmar categoricamente a verdade. É o que trago para todos aqui. Obrigado mais uma vez, e que Deus os abençoe.

DISCURSO DE RECEPÇÃO AOS PROFESSORES JOSÉ BELLO SALGADO NETO E IRAN DE JESUS RODRIGUES DOS PASSOS, COMO SÓCIOS EFETIVOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MARANHÃO – IHGM [16/03/2018]

JOSÉ AUGUSTO SILVA OLIVEIRA, CADEIRA Nº 21

E aqui vale lembrar: ninguém vive a vida que vive impunemente.

Ilustríssimo Senhor Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM), Professor Euges Silva de Lima, na pessoa de quem saúdo e cumprimento as Senhoras e os Senhores sócios desta Casa de Cultura e Conhecimento e os demais integrantes desta seleta mesa, Digníssimas autoridades, Intelectuais, professores, ilustres convidados, Senhoras e senhores,

Minhas breves palavras dirigem-se, inicialmente, a vós, novéis confrades - Professores **José Bello Salgado Neto e Iran de Jesus Rodrigues dos Passos.**

Não posso esconder a emoção que toma conta do meu ser, nesta cerimônia, antes de tudo, pela peculiaridade de que se preenche: manifestar, em nome do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão-IHGM, o quanto estamos jubilosos em vos tê-los no honroso quadro de sócios deste Sodalício.

A minha palavra, professores José Bello Salgado Neto e Iran de Jesus Rodrigues dos Passos, é hoje, aqui/agora, a palavra desta egrégia Casa, que mantém acesa a flama de nossa rica memória. Ela os recebe com profundo e sincero regozijo, num preito de reconhecimento ao brilho de vossos talentos privilegiados, ao elevado mérito das vossas obras ensaísticas/literárias; honrosa consagração aos estudos e pesquisas científicas/acadêmicas.

Também, e em maior grau, em nada posso disfarçar a situação (um tanto quanto embaraçosa) em que me encontro, neste momento em que vos dou as boas-vindas, nesta noite de vossas investidas na Casa de Antônio Lopes. Fácil de compreender: somos amigos, fraternos, solidários e de benquerença... requisito auspicioso para que eu os trate com a

solenidade própria do ritual acadêmico. A propósito, vale lembrar uma das máximas de Cícero, para quem: “dos amores humanos, o menos egoísta, o mais puro e desinteressado é o amor da amizade”. Sem esquecer, também, que as instituições tendem a desaparecer quando abandonam o cerimonial que lhes é próprio e que vem do bojo do tempo

Há, nesta Casa, uma satisfação imensa quando, usando da tribuna, alguém recebe um companheiro novo. É como se clarins anunciassem uma outra marcha que se inicia ou mesmo proclamassem uma nova glória que se estabelece. Como a alegria daquele que anuncia a alvorada, já que, todo chegar de um novo confrade é, indiscutivelmente, como o despontar de uma nova aurora, o ressurgir de uma nova primavera. Vivenciamos hoje, portanto, aqui e agora, outro grande insigne acontecimento, festivo, inesquecível!

Embora tantas vezes acontecido, este é um novo momento apoteótico – único, irreproduzível, inimitável. O ritual procura ser o mesmo, a liturgia e o protocolo parecem ser os de sempre, mas a festa nem tenta ser a mesma, já que a canção é outra e o riso é novo!

Assim, senhores confrades Iran de Jesus Rodrigues dos Passos e José Bello Salgado Neto, eis-me aqui, a saudar-vos, em nome de nosso Instituto – ainda que não apropriadamente dotado do imprescindível “engenho e arte”, camoniano, legado essencial para o cumprimento de tão exigente tarefa. Não obstante, o que me falta em competência e brilho, sobra-me em prazer, alegria, satisfação e honra. Nobre missão que se conjuga a uma responsabilidade imensa, a um enorme desafio: o ter sido escolhido, na noite de hoje, para as prestigiosas funções de “porteiro” desta magnânima e proficiente instituição cultural e sócio/acadêmica.

E eis que escancaro os portões desta nossa Casa por onde a esperança de um novo mundo melhor, novamente entra. De fato, o futuro só é possível porque o presente, dia após dia, reiteradamente, se renova. O futuro está no nascente, onde há sempre hodierna luz e muitas auroras que ainda não raiaram. Lá está o futuro dos nossos sonhos, sonhos que podemos construir.

Eis-me aqui, a saudar-vos, à maneira de nossas tradições, neste auspicioso momento em que esta Casa cintila, em todos os seus fulgores, para vos acolher. Abrem-se, de par em par, as portas deste Instituto para vos receber. No semblante de todos aqui presentes, vejamos, transparece a alegria por tão grato acontecimento. E em se tratando de uma saudação, seria conveniente ressaltar, de início, que não estamos diante de uma formalidade necessária; algo como um ritual público em que estejam a nos exigir determinadas reverências, alguns elogios distribuídos protocolarmente.

Não; uma investidura no Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão é, antes de tudo, uma consideração respeitosa à história desta Instituição e, ato contínuo, um momento especial para revigorar a lembrança do papel decisivo do conhecimento - de sua construção e socialização – como um bem comum.

Insisto em afirmar que esta Casa vos recebe com a convicção de vossas tão fortes ligações com as lides educacionais, face o amor com que exercestes o magistério e o visível prazer que desse exercício extraís. E o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão não pode prescindir dos professores - daqueles que ensinam com palavras e atos - aqui subscrevendo e repetindo às clarinadas o que foi pronunciado pela Confreira Ana Luiza de Almeida Ferro, em discurso de recepção ao Confrade Cleones Carvalho Cunha. Que se alegrem os homens que rezam e lutam pelo conhecimento. E bem-aventurados todos aqueles que estimulam essas respectivas rezas e lutas.

Bem-aventurados todos aqueles que fazem da ação de educar a sua mais tenaz peleja e a sua mais eloquente oração, no afã de elevar e promover o próximo a melhores padrões de bem-estar.

E bem-aventurados todos aqueles que professam sua fé inabalável na ciência e na cultura, como instrumentos de promoção do homem a patamares de vida plena e plenamente humana, na mais evangélica das posturas.

O mestre da pedagogia Paulo Freire já dizia: Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo. Sou professor contra o desengano que me consome e imobiliza. Sou professor a favor da boniteza de minha própria prática, boniteza que dela some se não cuida do saber que devo ensinar.

Sois recebidos, pois, segundo os tradicionais ritos e preceitos mas, de certo modo, já possuindo fortes laços intelecto-afetivos com este Sodalício, uma vez que sois operários de outra egrégia Casa, também comprometida com tão nobre missão – a causa da Educação. Estamos nos referindo à Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, instituição que, há 35 anos, alimenta gerações no imenso deserto sedento e faminto de Conhecimento. 35 anos disseminando o evangelho da Educação! Portadora da Educação que liberta e que transforma! Instituição que ajudais a consolidar, a tornar maior e mais visível.

Julgo que universidades e associações científicas e culturais são entidades afins, que lutam por ideais comuns, que trilham por árduos caminhos a serviço da Educação e da Ciência e marcam suas presenças, ao longo do tempo, num intenso e valioso compromisso com o Conhecimento Científico e com a Tradição Cultural, cabendo-lhes a missão intransferível

de preservar a identidade daquilo que é o maior patrimônio de um povo: a sua Cultura. Cabe-lhes dar, a esta perspectiva cultural, tanta importância, quanto ao cultivo da competência científica e técnica. A ciência sem a cultura não é, certamente, um elemento bastante, por si só, na construção da sociedade.

Ao longo dos seus trinta e cinco anos de existência, a Universidade Estadual do Maranhão vem formando cidadãos, preparando profissionais para a vida e exercendo, neste Estado, o indiscutível papel de vanguarda, na produção, na crítica e na difusão do Conhecimento. A UEMA, que é hoje, reconhecidamente, a principal alavanca para o desenvolvimento sustentável do nosso Estado, oferece o Ensino Superior, também aos municípios maranhenses (abrangendo, entre estes, os mais próximos e os mais longínquos), levando àquelas populações a esperança de dias melhores e a liberdade ilimitada que o Saber proporciona

Por seu turno, o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, no momento presente presidido pelo Prof. Euges Silva de Lima, ora completando o seu 93º aniversário, cultua, preserva, estuda e divulga questões sobre História, Geografia e Ciências afins, no cenário maranhense e brasileiro. Esta egrégia Instituição guarda a memória daqueles que marcaram sua existência, consolidando posições e possibilitando novos rumos aos acontecimentos e à história deste Estado.

Ambas as instituições, UEMA e IHGM, têm o compromisso de conciliar o social, o econômico e o cultural com a prática do humanismo, da justiça e da liberdade, esteios da democracia plena. A elas, cabe incentivar ações pertinentes ao cumprimento de seus objetivos, pelo que se faz necessário, não só investir na pesquisa científica, na inovação tecnológica, mas também nas artes, na literatura, na pesquisa histórica, na defesa do patrimônio histórico, artístico e cultural.

Estamos felizes, portanto, por esse providencial encontro, personificado por vossas chegadas a este Sodalício – o que não se dá demasiado cedo nem tarde, mas no instante em que tinha de se dar, uma vez que “tudo tem seu tempo certo”, quando são os desígnios de Deus que determinam o destino dos fatos e dos homens.

Destarte, Professores **Iran Passos** e **José Bello Salgado** permitais que me abstenha de maiores rebuscados sobre vossas biografias e apenas as proclame como exemplo edificante de determinação, assentado na pertinácia, na retidão procedimental e na competência, fundada no pleno conhecimento de vossa profissão, em boa parte dedicada ao desenvolvimento da ciência e da transmissão do conhecimento.

E assim procedendo, passemos então, em breve relato, às vossas circunstâncias e feitos!

JOSÉ BELLO SALGADO NETO

Em 24 de abril de 1952, nascia na Maternidade Benedito Leite, em São Luís, Estado do Maranhão, José Bello Salgado Neto, sendo o primeiro dos quatro filhos do casal Elba de Moraes Salgado e Cleto de Araújo Salgado.

Iniciando seus estudos no Jardim de Infância Antônio Lopes, na Rua da Saúde, Centro da cidade de São Luís, logo foi transferido para o Colégio Anglo Brasileiro, na Praça Gonçalves Dias, onde atualmente funciona o Curso de Medicina da Universidade Federal do Maranhão, para em seguida cursar o antigo primário na Escola Santa Terezinha, das irmãs Valois, localizada na Avenida Getúlio Vargas, próxima à antiga Casa Inglesa.

Em 1964, ingressou na Escola Técnica de São Luís, para a primeira série do Ginásio Industrial, concluído no ano de 1967, apto a desempenhar a profissão de torneiro mecânico. Na oportunidade foi convidado, ainda com tenra idade, para trabalhar na Retífica Sobral, após ter sido indicado pelo seu professor da Oficina de Mecânica de Máquinas.

Recebendo um peremptório “não” de seu pai - para quem estudar era o primordial objetivo, talvez único - prestou concurso para admissão no primeiro ano do Curso Técnico de Edificações, onde as técnicas da construção civil lhe abriram novos horizontes e a matemática e o desenho um fascínio especial.

No decorrer do curso de Edificações, ingressou como estagiário e logo contratado, como desenhista, pela Construtora Itapoã, quando teve a oportunidade de aperfeiçoar seus conhecimentos de desenho técnico e construção civil, chegando a realizar levantamentos para o projeto da “Ponte Governador José Sarney” e, nas horas de folga, elaborar desenhos arquitetônicos, para o arquiteto Cléon Furtado, na projeção das belas residências da cidade, a maioria no loteamento do Apicum.

Em 1972, ingressou na Escola de Engenharia do Maranhão, concluindo em 1978, já na Federação das Escolas Superiores do Maranhão (FESM), o Bacharelado em Engenharia Civil.

E, antes mesmo da conclusão do curso de Engenharia Civil, já se havia em atividades de cartografia, na Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão-SUDEMA e no Instituto de Recursos Naturais do Estado do Maranhão-IRN.

As sucessivas reformas administrativas na estrutura gerencial do Estado culminaram com a sua destinação para o quadro de pessoal da

Secretaria de Agricultura do Maranhão-SAGRIMA, sequenciando seu trabalho com fotografias aéreas e imagens satelitais, lá permanecendo até a conclusão dos estudos de Engenharia Civil, já nas atuais instalações da Universidade Estadual do Maranhão, no Campus Universitário Paulo VI.

E foi ainda como aluno da Escola de Engenharia do Maranhão, que conheceu Eliane Moreira Lima, com quem contraiu núpcias, em 1974, nascendo dessa feliz união suas filhas Débora e Natália, consolidando a família, que algum tempo depois voltou a crescer, com o nascimento dos netos Gabriel e Miguel.

Em 1979, solicitou dispensa do quadro de técnicos de nível médio do Estado, sendo contratado como Engenheiro Assistente do Departamento de Estradas de Rodagem do Maranhão-DER, encarregado de implantar serviços de aerofotogrametria. Também, desta feita, inaugurou as responsabilidades profissionais inerentes à gestão, na Divisão de Estudos e Projetos, Assistente da Diretoria de Obras e Assessor da Diretoria Geral.

Paralelamente, em 1981, ingressou na Federação das Escolas Superiores do Maranhão-FESM, ministrando a disciplina Topografia, no Curso de Engenharia Civil, tendo logo em seguida se responsabilizado com o ensino de Desenho Técnico e Projeto de Estradas. Em 1995, assumiu o cargo de Diretor do Centro de Ciências Tecnológicas-CCT/UEMA, respondendo, também, pela Direção do Curso de Formação de Oficiais Bombeiro Militar, até 2007, quando passou a desempenhar as funções de Prefeito da Cidade Universitária Paulo VI e, logo em seguida, de Pró-Reitor de Administração, cargo em que permaneceu até o final de 2010.

Entre os anos de 2012 e 2014, coordenou o primeiro Curso Técnico de Edificações, modalidade a distância, realizado pelo Programa e-TEC Brasil do Governo Federal, em parceria com a UEMA.

Na sua vida acadêmica, o Professor José Bello Salgado Neto teve a oportunidade de participar de diversos cursos de pós-graduação, em consagradas instituições de ensino superior. Assim, em 2001, concluiu o Mestrado em Administração, área de concentração em Políticas Públicas e Gestão Institucional, pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Em 2004, finalizou o Curso de Mestrado Profissional em Engenharia Mecânica, na área de Planejamento e Gestão Estratégica da Manufatura, pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP. Em 2011, defendeu Tese para obtenção do Título de Doutor em Urbanismo, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ.

Atualmente, tem lotação em Departamento Acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo, responsável pelas disciplinas: Topografia, Arquitetura e Construção e Saneamento e Infraestrutura, desenvolvendo

pesquisas nas áreas de Meio Ambiente, Urbanismo, Políticas Públicas Urbanas, Estudo dos Riscos e Gestão dos Resíduos Sólidos.

Faço destacar algumas das várias publicações resultantes de seu trabalho intelectual: coorganizador de *“Aspectos Urbanos de São Luís: uma abordagem multidisciplinar”*, publicado pela Editora UEMA, em 2012; *“Tecnologia das Construções”* e *“Topografia para Edificações”*, publicados pelo Programa e-TEC Brasil/MEC/UEMA, em 2013; *“Riscos e Políticas Públicas do Habitat nos Manguezais em São Luís do Maranhão”*, publicado pela Editora UEMA, em 2015, sua tese de doutorado, que lança um olhar sobre as questões inerentes às ocupações subnormais em áreas de preservação permanente (APP), em contraponto com as legislações urbanas e ambientais, os riscos e as políticas públicas de acesso ao solo e a moradia.

IRAN DE JESUS RODRIGUES DOS PASSOS

O primeiro de maio de 1958, Dia do Trabalho, foi também dia de trabalho de parto na família Passos, em Barreirinhas, cidade da região hoje chamada Lençóis Maranhenses. Nesse dia, Maria Rodrigues dos Passos, coincidentemente nascida em 1º de maio, grávida de Argemiro Neves dos Passos, deu à luz a Iran de Jesus Rodrigues dos Passos, o último de oito irmãos.

Como era da cultura da época, logo cedo, mais precisamente na segunda metade da década de 60, vem do interior para estudar na capital maranhense. Trouxe, na bagagem, além das lembranças de primórdios da infância, projeções de sonhos juvenis que, como só os vencedores o fazem, soube transformar em realizações. Aqui chegando, iniciou os seus estudos do então ensino primário no colégio Zilian Figueiredo Gasparian, unidade do Serviço Social da Indústria-SESI, localizada na Avenida Kennedy, cujos alunos eram filhos de operários, como o era o seu pai Argemiro.

Concluiu o que hoje se chama ensino fundamental menor no Colégio Júlio de Mesquita Filho, localizado no hoje Conjunto Cohab/Anil e o ensino fundamental maior, na época curso ginásial, no Colégio Maria França, inicialmente localizado na Rua de São Pantaleão, depois na Sete de Setembro.

O hoje ensino médio foi feito no Colégio Universitário-COLUN, da Universidade Federal do Maranhão-UFMA.

Da infância à adolescência, a natureza de Iran dos Passos sempre foi o lugar-comum: jogos de futebol, namoradas e festas. O domingo sempre foi reservado ao Senhor. A formação cristã, que reconheceu como

sua verdade e seu caminho, foi assistida pelo capuchinho Alessandro Giúdice, o Frei Liberato, da Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, na Cohab/Anil. Lá recebeu o batismo e a crisma; lá contraiu matrimônio com Maria José Freitas, funcionária da fazenda estadual, que havia conhecido na cidade de Imperatriz-MA, onde dirigiu, à época, a única emissora de rádio do município: a Rádio Imperatriz. E a família se completa com a chegada dos seus dois filhos: Argemiro Neto e Maíra Passos, os quais já lhe deram dois netos: Marcos Roberto e Heitor.

Concluído o ensino médio estabeleceu para si um cronograma de estudos até hoje seguido à risca. Tal disciplina resultou na aprovação em todos os testes aos quais se submeteu: Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante; Química Industrial; Letras; Comunicação Social; Polícia Federal; Secretaria de Estado da Educação-SEDUC; Universidade Estadual do Maranhão-UEMA e Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Cedo desistiu da Marinha Mercante. O mesmo aconteceu com o Curso de Química Industrial. Estudante de inglês, no curso John Kennedy Center, ingressou no Curso de Letras/Língua Inglesa, na Universidade Federal do Maranhão e, depois, no Curso de Comunicação Social.

Trabalhou como jornalista e radialista durante vários anos, levado pelas mãos de dois ícones da imprensa maranhense: Bernardo Almeida e Mauro Bezerra. Ingressou no magistério, ministrando aulas nas redes particular, estadual e municipal. Atualmente, é professor secundarista e universitário.

Na Universidade Estadual do Maranhão, é professor adjunto, com lotação no Departamento de Letras. O ingresso na UEMA deu-se no momento de novas exigências para os docentes do ensino universitário. Assim, especializou-se em Metodologia do Ensino Superior e em Administração Escolar para, em seguida, iniciar os estudos no Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde obteve, com louvor, os Títulos de Mestre e de Doutor em Ciência da Literatura. Na Instituição já exerceu a Direção do Curso de Letras, a Presidência da Associação dos Professores e a Chefa da Editora UEMA. Atualmente, ocupa o cargo de Chefe do Departamento de Letras.

No Serviço Público Estadual, registram-se suas atividades na Assembleia Legislativa, no Governo do Estado e na Prefeitura de São Luís.

É membro fundador da Academia Barreirinhense de Letras. É possuidor de condecorações da Universidade Estadual do Maranhão e da Câmara Municipal de São Luís, decorrentes de suas contribuições à sociedade maranhense.

Sua bibliografia testemunha dezenas de ensaios, publicados em diversos jornais maranhenses e revistas especializadas nacionais. Produziu, como editor científico, filiado à Associação Brasileira de Editores Científicos, dezenas de livros técnicos e científicos de professores e técnicos de diferentes instituições de ensino superior. É autor de duas obras referenciais no campo da cultura: *A Transição da Cultura Popular para a Cultura de Massa: aspecto do bumba-meu-boi Pirilampo e o Espaço da Literatura na Cultura Popular Maranhense: em cena o Auto do Bumba Meu Boi Pirilampo*.

Professores e Confrades José Bello Salgado Neto e Iran de Jesus Rodrigues dos Passos:

É penhorado, com o honroso procuratório que, em nome do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, lhes dou as boas-vindas.

Chegais hoje a uma das mais antigas e proficientes instituições do Maranhão. Fico feliz em poder asseverar que temos uma história muito bela e antiga e que o futuro pode ser brilhante e interessante para todos. Sou feliz em vê-los tomando os seus lugares!

Eis, então, que a inteligência, o trabalho e o talento, outra vez, entram em nossa Casa. E que se faça para retemperar nossas forças físicas e intelectuais, ajudando-nos a vencer o grande desafio de manter as honrosas tradições deste renomado Sodalício.

Para encerrar, felicito as suas famílias e saúdo a todos, e em face do descolorido de minhas palavras, procuro valer-me de instrumentos e meios mais eloquentes para ressaltar o valor e a grandeza deste momento e expressar-lhes o mais afetuoso apreço do nosso Instituto, através de flores para as suas esposas, que certamente traduzem, de forma mais natural e com fidelidade, os nossos sentimentos.

Muito obrigado.

DISCURSO DE POSSE DE IRAN DE JESUS RODRIGUES DOS PASSOS NA CADEIRA Nº 50 DO IHGM

Excelentíssimo Presidente da Mesa Diretora do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão - IHGM, Senhor Euges Lima;
 Excelentíssimo Vice-Presidente, Senhor José Augusto Silva Oliveira;
 Excelentíssimo Vice-Reitor da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, representando o Reitor Gustavo da Costa Pereira, Senhor Walter Canalles;
 Excelentíssimo Presidente da Associação dos Professores da Universidade Estadual do Maranhão – APRUEMA, Senhor Mivaldo Oliveira;;
 Ilustríssimo Confrade no Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão – IHGM, Senhor José Bello Salgado;

Demais Senhores, Boa Noite!

Inicialmente importa dizer que nossa posse, como membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão – IHGM, representa mais uma etapa da nossa trajetória existencial, trajetória sustentada pelo que diz **Antônio Gonçalves Dias, poeta nacional por excelência, o primeiro grande romântico brasileiro, Patrono da Cadeira 20 deste Sodalício, em a Canção do Tamaio**. Nela, ele diz que **“A vida é combate/ Que os fracos abate,/ Que os fortes, os bravos/ Só pode exaltar”!**

Está ainda viva, na memória, a nossa chegada, em companhia de nossa irmã, Zila Maria Passos e Silva, à cidade de São Luís, na década de 60! Nosso pai, Argemiro Neves dos Passos, resistiu, ficando em Barreirinhas. A resistência durou pouco! A condição de chefe de família o chamou à responsabilidade. Logo, deslocou-se para a capital maranhense, juntando-se aos que aqui estavam.

Já estavam aqui nossa mãe, Maria Rodrigues dos Passos, e meus queridos irmãos Maria de Jesus Passos Santana, Mírian de Jesus Passos Martins, Carlos de Jesus Rodrigues dos Passos, Vera Lúcia Rodrigues dos Passos e José de Arimateia Rodrigues dos Passos. Estavam aqui! Desculpem o trocadilho. Estão aqui. Exceto nossos pais Argemiro Neves e Maria Rodrigues dos Passos, além de nosso irmão, José de Arimateia, hoje, todos eles, ao lado do pai.

Na extraordinária narrativa **O último dos moicanos**, obra de um dos maiores romancistas estadunidenses, James Fenimore Cooper, a chegada ao oeste norte-americano simbolizou a busca de um novo lar. Assim foi a chegada a São Luís, vindo de Barreirinhas, de um dos ramos da família Passos.

Barreirinhas ficou pequena para o projeto de vida da família, notadamente da matriarca Maria Rodrigues dos Passos. Queria ela que nós continuássemos a estudar o que uma pequena cidade não permitia.

Lá, em Barreirinhas, só chegávamos ao ginásio, no caso, ao Ginásio Bandeirantes. O aporte à capital maranhense, como na obra de Cooper, implicou, semanticamente, a busca de um novo rumo.

Foram muitas as dificuldades. A superá-las, no entanto, estava sempre presente no inconsciente, aflorando nos momentos mais cruciais, o que disse Gonçalves Dias, na mesma **Canção do Tamoio: “Não chores, meu filho;/ Não chores, que a vida/ É luta renhida;/ Viver é lutar”**.

Na nossa trajetória existencial sempre presente a máxima de Ortega y Gasset: **“O homem é o homem e a sua circunstância”**. Nesse sentido, não nos foi possível, nela, desconsiderar, do início até aqui, o contexto histórico.

Somos dependentes da realidade que nos cerca. Não há indivíduos que bastam a si mesmos, que não precisam dos outros. Nesse sentido, a nossa família, os nossos amigos, os nossos conhecidos foram de grande importância na construção de nossa trajetória existencial.

Fomos, sempre, objetos de consideração dos nossos pais, de nossos irmãos, da nossa esposa Maria José Freitas, de nossos filhos Maira Passos e Argemiro Neto, dos nossos netos Marcos Roberto e Heitor.

Não foi diferente por parte de nossos amigos entre os quais, permitam-me, citamos, até como uma homenagem a eles, Neusa Carvalho Silva e Demerval Carvalho Silva (**in memoriam**), e Alíria Carvalho Silva, nossos padrinhos; o produtor cultural Renato Dionísio de Oliveira, colega de movimentos sociais nos momentos duros da vida nacional, o Regime Militar, e amigo de uma vida inteira; Dorian Menezes a quem tive a honra de assessorar, primeiro como parlamentar, depois como secretário de Estado.

Obviamente que, a esses, somam-se outras pessoas, aqui presentes. Sintam-se elas homenageadas nas que citamos. Tenham certeza, todos, que a convivência com vocês não foi, não é uma via de mão única.

Com vocês aprendemos: **o que importa não é o que nós temos na vida, mas quem temos na vida.**

Dois pilares sustentam a nossa trajetória profissional: o Jornalismo e o Magistério. No início da década de 80, trabalhando no que

se chamava organização Magno Bacelar, fomos desafiados por Bernardo Almeida e Mauro Bezerra, figuras emblemáticas da Literatura e do Jornalismo maranhenses, notadamente o primeiro, autor, dentre outros, de um clássico da Literatura Maranhense. Referimo-nos ao romance histórico **O Bequimão**, livro cujo protagonista é o líder da revolta de 1684.

Fomos desafiados a participar, em Imperatriz, da equipe que produziu o primeiro jornal diário do continente, impresso no sistema offset.

Lá, juntamo-nos ao jornalista Djalma Rodrigues, aqui presente, e ao jornalista e, hoje, também deputado federal, Hildo Rocha. A experiência no Jornalismo impresso durou pouco, seis meses, convidados que fomos para dirigir o Departamento de Jornalismo da Rádio Imperatriz na qual passamos dois anos.

Depois, fizemos o caminho de volta, retornando a São Luís, já com família constituída.

Aqui, após uma experiência no ramo de comércio, fomos convidados pelo então deputado estadual Dorian Menezes, aqui presente, para trabalhar na Assembleia Legislativa, onde ficamos 10 anos.

O Jornalismo e o Radialismo foram colocados de lado, emergindo, então, a condição de professor dos ensinamentos Fundamental e Médio. Em seguida, por meio de concurso público, ingressamos na Universidade Estadual do Maranhão, iniciando o exercício do magistério superior, atividade na qual contribuimos para a formação de milhares de bacharéis e licenciados.

Ao magistério somaram-se inúmeras funções administrativas, a mais profícua, a chefia da Editora Uema, convidados que fomos para o cargo pelos professores Valdir Maranhão e José Augusto Silva Oliveira, este, aqui presente e que nos antecedeu, neste púlpito, traçando o nosso perfil biográfico.

Ninguém melhor que ele posto que entre nós uma história de superação resultou em grande amizade. José Augusto, ao assumir a Reitoria da Uema, manteve-nos como diretor da Editora Uema, nomeados que fomos pelo reitor que lhe antecedeu, o professor, hoje também deputado federal, Valdir Maranhão.

A Editora Uema, à época, um birô na Pró-Reitoria de Pesquisa da Uema, não produzia absolutamente nada. Testemunha o que nós dizemos o pró-reitor de Pós-Graduação de então, professor Anselmo Raposo. Obstinações em responder às demandas tanto da comunidade interna como externa, nós, eu e Anselmo Raposo, tendo à frente José Augusto Silva Oliveira, tornamos a Editora Uema um dos mais importantes canais do conhecimento produzido no Maranhão.

Época houve em que a produção de livros na Uema, uma universidade pobre, localizada em um estado pobre, em uma região pobre, superou editoras das mais importantes instituições de ensino superior do país. O professor José Augusto tem, então, um lugar na política editorial do Maranhão.

Entre a sala de aula e a produção de livros técnicos e científicos aprofundamos nossa capacitação, matriculando-nos em programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, onde obtivemos os títulos de mestre e doutor em Ciência da Literatura.

Feitas essas considerações acerca da nossa trajetória existencial/profissional, importa comentar a nossa condição de empossando no Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão - IHGM não sendo nem historiador, nem geógrafo, mas doutor em Literatura.

Salvatore D'Onofrio, emérito pesquisador da Universidade Estadual Paulista – UNESP diz, no livro **História da Literatura Ocidental**: autores e obras fundamentais, que a Literatura é “[...] uma forma de conhecimento da realidade [...]”.

Mais adiante, no mesmo livro, diz que “[...] o conceito de literatura como forma de conhecimento da realidade irmaniza a atividade literária com outras operações do espírito humano, todas elas voltadas para a compreensão do mundo em que vivemos”.

Com base no que diz Salvatore D'Onofrio, a Literatura implica, além do prazer estético, cumprindo, então, uma de suas funções, a lúdica, o conhecimento do real. Assim como a História que constitui a representação da sociedade. Nessa perspectiva, História e Literatura andam juntas.

Para além, importa o que diz Aristóteles, o primeiro estudioso a fixar a relação diferencial entre ficção/história, a partir da definição dos conteúdos e formas correspondentes à poesia e à história.

O filósofo grego estabelece comparação e delimitação entre os níveis de composição da escrita poética e da escrita historiográfica, tendo como base a especificação dos elementos intrínsecos a cada um dos gêneros. A distinção usual entre Literatura e História, com base nas convenções de ficcionalidade e veracidade, derivada da preceituação aristotélica, diz que a poesia é a imitação das ações humanas e a história é a narração dos eventos realmente ocorridos.

Sendo tênues as fronteiras entre Literatura e História, exemplar é o romance “Os sertões”, de Euclides da Cunha. A obra é, também, enquadrada como fonte histórica das ocorrências em Canudos, devido ao seu teor relativamente marcante de circunscrição dos fatos sucedidos.

Mais que Literatura, o livro de Euclides é, também, Geografia, Sociologia e Antropologia à medida que constitui um contributo para

a compreensão de um Brasil verdadeiramente brasileiro, com uma apresentação crítica do real na ficção, denotando pela denúncia, de maneira cruel e pessimista, as condições de vida e situação do sertanejo e nordestino brasileiros. Devido à linguagem apurada e precisa e também devido à inquietação que seu caráter de denúncia provoca, “Os sertões” fazem surgir um novo olhar sobre os homens do interior do país, evidenciando as condições reais do estigmatizado homem sertanejo.

Estando, então, estabelecida a justificativa para o nosso ingresso, como crítico literário, no IHGM, podemos falar do padre Antônio Pereira, Patrono da cadeira 50, que agora assumimos, e de um dos seus ocupantes o Cônego Benedito Ewerton Costa. Faremos isto, não sem antes dizermos que a nossa posse da cadeira 50 reflete a generosidade dos integrantes deste sodalício que houveram por bem acatar a nossa candidatura.

Segundo Cláuber Lima, o ano em que morreu o Padre **Antônio Pereira** coincide com a Guerra Civil na Inglaterra, a Revolução Gloriosa, e a guerra entre Holanda e França: a Guerra da Grande Aliança. Neste mesmo período, Portugal reconquista sua independência da Dinastia Espanhola dos Filipes, a chamada Restauração, e luta para manter suas colônias além-mar.

Antônio Pereira, Patrono da cadeira 50, foi jesuíta. A data de nascimento é, naturalmente, polêmica. Teria nascido ou em 1615, ou 1641. Quando dizemos que a data de nascimento do jesuíta é, naturalmente, polêmica, fica claro que a história brasileira, naquele momento, não tinha o grau de cientificidade hoje alcançado.

Há, então, na história do Padre Antônio Pereira um pouco de ficção. Isto, sabem os aqui presentes, não constitui um contrassenso. Senão vejamos: Fernão Lopes, humanista português, é tido como o Pai da Historiografia Portuguesa. Ao mesmo tempo é estudado na Literatura Portuguesa.

E porque ele é estudado na Literatura Portuguesa? **Respondendo à questão:** Fernão Lopes, em suas obras, todas historiográficas, não conseguia preencher todos os espaços das narrativas. Faltavam, o mais das vezes, elementos objetivos. Registrava, então, não o que aconteceu, mas o que poderia ter acontecido, tendo-se, então, um princípio conceitual aristotélico, qual seja, “[...] **a história conta o que aconteceu, a poesia o que deveria acontecer**”.

Luiz Costa Lima, um dos mais importantes críticos literários do Brasil, maranhense de São Luís, onde nasceu em 1937, Professor Emérito da PUC do Rio de Janeiro, em seu livro **A crônica medieval e a originalidade de Fernão Lopes**, ao evocar o discurso ficcional desse

cronista, coloca em relevo a **INEXISTÊNCIA** de qualquer marca distintiva entre a história e a ficção na Idade Média.

Diz ele que “[...] **para o homem medieval, não há qualquer marca distintiva entre história e ficção. Desde que não se oponham à verdade religiosa, ambas são confiáveis, porque ambas são tomadas como verdadeiras**” (Lima, 1986, p. 23).

De toda sorte, o Cônego Benedito Ewerton Costa, um dos ocupantes da cadeira patroneada pelo Padre Antônio Pereira, a quem tenho a honra suceder, mas não a de substituir, registra, no seu discurso de posse, publicado na Revista Número 7 do IHGM, em 1984, que:

[...] coube ao Padre Antônio Vieira a dita de receber o jovem Antônio Pereira, em 1665, o qual demonstrava auspiciosos sinais de vocação sacerdotal e do qual deixou Vieira os maiores elogios.

Deu-se, porém, a primeira expulsão dos jesuítas do Maranhão em 1661 e Antônio Pereira, que já se colocava sob a égide da Companhia, embarcou para Lisboa, onde estudou Casos de Consciência, ou seja, Teologia Moral, e ordenou-se sacerdote no Colégio de Santo Antão, na metrópole portuguesa.

Pereira retornou ao Brasil em 1663, fixando-se, inicialmente, no Colégio da Bahia, e, depois, no de Pernambuco. Concluído o ciclo dos estudos religiosos voltou a Lisboa. Retorna ao Maranhão no ano de 1674. Nomeado mestre dos noviços, trabalhou com os índios Guajajaras do Rio Pindaré, com os índios das margens do Rio Tapajós e chegou a reitor do Colégio do Pará e Vice Superior da Missão.

Foi, então, enviado em missão para a Capitania do Cabo do Norte em companhia dos padres Bernardo Gomes, Aloísio Courado e do capitão-mor Antônio Albuquerque. O capitão-mor e o superior, padre Courado, deixam ali os dois padres.

Deviam fazer a catequese dos índios na linha divisória com a Guiana Francesa, área pertencente à Espanha demarcada pelo Tratado de Tordesilhas, então vigente. Iniciam, então, a catequese, especialmente contra a embriaguez e a poligamia.

Benedito Ewerton Costa conta, ainda, no discurso de posse dele que “[...] em setembro, oito ou nove horas da manhã de 1687, o Padre Antônio Pereira estava revestido dos paramentos sacros, celebrando a Santa Missa em um altar erguido na selva amazônica. Nesse momento, os indígenas cometeram o sacrilégio de matar os dois sacerdotes e, com requintes de selvageria, puseram fogo nos corpos e roubaram os pertences

dos novos mártires da Igreja no Brasil. Consta como tendo falecido aos 49 anos. A data do falecimento é, também, polêmica, pois biógrafos dele, uns, dão como 1687, outros, 1702.

Com a morte de Antônio Pereira cai por terra o mito do “bom selvagem” e de uma existência paradisíaca nas florestas tropicais. Ao lado de aspectos positivos, elementos profundamente negativos marcavam deleterianamente a ética então reinante e o modo de viver era sumamente atrasado.

A antropofagia, a embriaguez, as superstições desumanas, a poligamia, as lutas intestinas nas quais prevaleciam os mais fortes, a inconstância de propósitos, a influência o mais das vezes maligna do pajé e dos feiticeiros, eram, entre outros desvios, procedimentos inteiramente contrários ao Evangelho e à própria lei natural.

O que o Padre Antônio Pereira tentou, portanto, foi moldar-lhes o caráter, purificar suas crenças, educar seus costumes, elevar o seu teor de vida, levar-lhes os benefícios do progresso humano posto que ignaros da escrita e ignorantes das conquistas que outros seres inteligentes tinham incorporado à civilização humana.

Foi essa a perspectiva do Padre Antônio Pereira. Não serviu, para ele, o desabafo do Personagem-Pai da peça **Seis personagens à procura de um autor**, do notável dramaturgo italiano Luigi Pirandello, qual seja: **Quantas e quantas vezes querendo fazer o bem, acabamos fazendo o mal a nós e aos outros**. Preferiu o que disse outro não menos notável, poeta português Fernando Pessoa: **“Tudo vale a pena/ Se a alma não é pequena./ Quem quer passar além do Bojador/ Tem que passar além da dor./ Deus ao mar o perigo e o abismo deu,/ Mas nele é que espelhou o céu”**.

O Padre Antônio Pereira foi excelente pregador e ardente missionário. São do patrono da cadeira 50 **Vocabulário da língua brasileira** e diferentes tratados ou estudos sobre a língua dos gentios. Foi ainda autor do **Catecismo para o exercício cotidiano da manhã e da tarde**.

Ocupamo-nos, agora, de um dos ocupantes da cadeira número 50, deste sodalício, patroneada por Antônio Pereira, o Cônego Benedito Ewerton Costa, nascido na cidade de Codó, em 5 de janeiro de 1924.

Fosse vivo, teria, em 2018, completado 94 anos. Filho de José Maria Costa e Raimunda Noêmia Ewerton, órfão, o Cônego Benedito Ewerton Costa ingressou no Seminário de Santo Antônio, aos 12 anos. Passou lá outros 12 anos. **Do início da formação sua até a ordenação sacerdotal, em 21 de dezembro de 1948. Formado em Filosofia e Teologia, em 1948**, recebeu, do MEC, registro para lecionar Filosofia, História e Sociologia; fez o Curso de Geografia para professores do ensino

superior. O Curso de Filosofia do seminário foi realizado na Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras de São João Del Rei, em Minas Gerais. Foi professor do Seminário Arquidiocesano de Santo Antônio. Lecionou no Curso de Nível Médio do Liceu Maranhense e na Escola Técnica Federal do Maranhão. No Nível Superior, foi professor da Escola de Enfermagem, da Faculdade de Serviço Social, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Luís. Foi, ainda, professor titular do Curso de Geografia na Universidade Federal do Maranhão, fazendo uma ponte entre a universidade católica e a UFMA, nesta permanecendo até sua aposentadoria, em 1991.

Benedito Ewerton Costa foi um profundo conhecedor de História e Geografia do Brasil. Tendo como paixão a Geografia chegou a ser chefe de Departamento de Geografia nos duros anos 70. Representando a SOMACS (Sociedade Maranhense de Cultura Superior) fez parte do Conselho Diretor da UFMA, onde defendeu os interesses dos professores e alunos, assim como teve grande zelo pela instituição universitária. Participou de diversas bancas examinadoras de concursos para ingresso de professores na UFMA. Tanto serviços prestados ao Estado do Maranhão levaram o Cônego Benedito Ewerton Costa a ser agraciado com a **Medalha do Mérito Timbira**, em 1986.

No discurso de posse da Cadeira 50 do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, e em artigos publicados a natureza do Cônego Benedito Ewerton Costa sempre pautou-se na profunda visão de mundo. Com o seu falecimento, vítima de ataque cardíaco, ficou inacabada a obra de um grande padre, professor e pesquisador maranhense. A história o reconhece hoje como uma figura exemplar. Fica, então, para os pósteres a missão de examinar e dar continuidade à obra inacabada **Geografia do Maranhão**.

Concluiremos nossas palavras, evocando o pensamento de Max Weber, expresso no livro **Ciência e Política - duas Vocações**, Para ele, **“Há duas formas de exercer [a] política. Pode-se viver para a política, ou pode-se viver da política. [...] Quem vive para a política a transforma, no sentido mais profundo do termo, em objetivo de sua vida [...]. Neste sentido profundo, todo homem sério, que vive para uma causa vive também dela [...]. Do que vê na política uma permanente fonte de rendas, diremos que vive da política [...].**

Assim, senhores, pretendemos, no Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, não viver dele. Pretendemos viver para ele. Esperamos, assim, emprestar um contributo no sentido de melhorar a qualidade intelectual da sociedade maranhense.

Muito Obrigado!

DISCURSO DE NATALINO SALGADO EM RECEPÇÃO AO PE. JOÃO DIAS REZENDE FILHO

Natalino Salgado

Boa noite!

Excelentíssimo Senhor Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM), Professor Euges Silva de Lima, na pessoa de quem saúdo todos os confrades e congreiras do nosso Instituto.

Caríssimos confrades e congreiras dessa Casa de Cultura, Antonio Lobo.

Digníssimas autoridades,
Sras. e Srs. convidados,

Abro este discurso de recepção invocando uma das gratas personagens da história da cristandade católica, Santo Agostinho, o conhecido Pai da Patrística. O bispo de Hipona percorreu um longo e tortuoso caminho até sua conversão. E este trecho de sua lavra expõe, com a força de estilo de um notável mestre de retórica, o embate silencioso vivido pelo homem chamado para servir a Deus:

“Então, em meio à grande luta interior que eu violentamente travava no íntimo do coração contra mim mesmo, e transtornado na alma e na fisionomia, corro para Alípio e exclamo: ‘O que é que nos aflige tanto? Que significa isso que também tu acabas de ouvir? Erguem-se os incultos e tomam de assalto o reino do Céu, enquanto nós, com o nosso saber insensato, nos debatemos na carne e no sangue! Será que nos envergonhamos de segui-los, porque chegaram primeiro; ou porque não nos envergonhamos de deixar de segui-los?’”

Seu coração hesitava diante de contradições que se impuseram a ele no início de sua caminhada como professor de retórica, indeciso entre os princípios das filosofias que adotou – maniqueísmo e hedonismo – como fundamento para sua vida.

Senhoras e senhores,

O homem que hoje assoma a estes umbrais, para aqui ser empossado como membro, sofreu, a seu modo, a dor agostiniana da indecisão, comum a muitos que se entregam aos rigores do sacerdócio católico.

Muito jovem, calou fundo em seu peito o chamado para as coisas divinas, e desde ali começou a perceber como se faziam íntimos o sentido extremo de humanidade e a vocação para o sacerdócio. João Rezende Filho – a quem recebemos neste momento com alegria e que, com sua presença, honra e dignifica a história desta instituição – vivenciou os rigores e as alegrias da escolha da vida dedicada à causa divina. E como toda escolha dessa natureza, que privilegia o espiritual, abrir mão de outros interesses e ganhos que reluzem, às vezes tão aparente e circunstancialmente brilhantes e satisfatórios, como se valores eternos tivessem. Também o patriarca Jacó sabia dessa verdade, e fez do prato de lentilhas oferecido a Esaú momento de meditação sobre o inefável, o imaterial, o imorredouro.

Ainda criança, a chama pela Ecclesia o animou a prosseguir, certo da missão à semelhança do João Batista que, nas areias do deserto, viu fortalecidas fé e vocação. Aceitar tudo é um exercício, entender tudo é uma tensão, reflete Chesterton, em Ortodoxia.

Bafejado foi João, o Rezende Filho, pelas palavras de Jesus que são certeza e garantia não dos bens materiais propriamente ditos, mas da incomparável realização de dons e bens espirituais que lhe servem para poder proporcionar consolação aos que o seguem. Diz o Mestre, no Evangelho segundo São Mateus, capítulo 10, versículo 29: *“Também todos aqueles que tiverem deixado casas, irmãos, irmãs, pai, mãe, filhos ou terras, por causa do meu Nome, receberão cem vezes mais e herdarão a vida eterna...”*

Padre João Dias Rezende Filho é o primogênito do casal João Dias Rezende e Rita de Cássia Barbosa Pecegueiro. João, desde muito criança, viveu envolto por uma atmosfera de estudos, leituras e religiosidade. Esta cultura familiar remonta aos avós e bisavós, tanto é que o móvel central da sala de estar da casa dos avós, conforme seu relato, era um oratório, herança de seu trisavô. Entre os mistérios gloriosos, o folhear das sagradas escrituras e o aprendizado da vida dos santos, cresceu João.

O livro Provérbios, da Bíblia Sagrada, adverte aos pais: *“Ensina à criança o caminho que ela deve seguir; mesmo quando envelhecer, dele não se há de afastar.”* Às vezes, este ensino se dá muito mais pelo poder do exemplo, pois assim aconteceu com nosso novel confrade. Ainda pequeno,

brincava de rezar a missa e logo, na capela familiar, ajudava os padres a officiar a Santa Missa. Vivências tais se entretecem na alma e naquilo mesmo que, adultos, nos tornamos. É São Paulo que nos adverte, em sua epístola aos Coríntios, sobre o fato de que há determinadas épocas que vemos como por espelho... a realidade ainda não se manifestou toda. É aurora que ainda não se formou manhã. É crepúsculo que se avizinha à noite.

Aquelas experiências gestaram duas vocações em uma: a intelectual e a clerical no sacerdote. *Sacerdos in aeternum!* Aqui tomo esta expressão da fonte grega, originária, conforme cunhou-a em sentido, na memória dos tempos e não conota qualquer acepção posterior que demarque distância ou algum tipo de deferência especial deste em relação ao povo a quem deve servir. No sentido grego, a palavra clérigo (klêrikos) se referia à herança ou fortuna. O termo designava herança de um lote de terra. Posteriormente, na Idade Média, a Igreja o adotou no sentido de herança da autoridade para celebrar os ritos religiosos e propagar as doutrinas e as práticas da fé cristã. Assim, a palavra clérigo, nesse momento, está afinada, em expressão, significado, sentido, com *eklesia*, igreja, o que se afina com o que pretendemos justamente expor sobre o João maranhense, em questão. Se nos voltamos às palavras de Jesus aqui mencionadas, o termo é mais que adequado.

João, cujo nome originalmente batizou um profeta e um apóstolo, recebeu do nome proferido na pia batismal a influência que se tornou um desejo no jovem menino. Como Agostinho, possuía não apenas uma mãe devota, mas uma família religiosa. Destas marcas é difícil alguém se desvencilhar. Elas definem o indivíduo e, como neste caso, para o bem e para o proveito do Evangelho, como mais um homem perfilado ante a grande luta de promover o bem por meio do sacerdócio.

Sua trajetória culminou com uma reviravolta, pode-se dizer, pois, distante de casa e do próprio chamado, viu-se despertado ao reencontrar-se com antigas emoções e sensações de sua história de fé, ainda do tempo de sua meninice. O amor o chamava.

Como lembra Spinoza, o amor nasce, assim, do conceito e do conhecimento que temos de uma coisa, e quanto maior e magnífica se mostra a coisa, tanto maior é o amor em nós. O filósofo nos adverte ainda que também é característica do amor que não nos esforcemos para nos livrar dele (como da admiração e de outras paixões), e isso por duas razões: primeiro, porque é impossível; segundo, porque é necessário que não nos livremos dele.

Diante do chamado, João assentiu. No Mosteiro de São Bento, em São Paulo, teve a chama reacendida e, daí em diante, foi apenas um passo para retornar ao caminho que sempre lhe pertenceu.

Todo homem deve estar pronto para enfrentar a si mesmo. E aceitar a vocação para a qual foi criado. Aliás, um conselho atual de Epiteto, em Discursos: “*Não busques que os acontecimentos aconteçam como queres, mas queiras que aconteçam como acontecem, e tua vida terá um curso sereno*”. É feliz o homem que cedo começa a procurar qual é a sua jornada e, ao descobri-la, se preparar para seguir, para, assim, poder se dedicar a trilhá-la de maneira altaneira, resolvida.

Em 2003, João formou-se em Direito. Em 2006, iniciou o curso de filosofia, no Seminário de Maceió e, em 2013, foi ordenado sacerdote. A partir daí, teve seu rebanho para cuidar e zelar, o que faz com esmero e dedicação que só os vocacionados para a missão de servir podem realizar. Fazia parte do cumprimento do sagrado texto escrito por Jeremias, quando este registra a fala divina: *E dar-vos-ei pastores segundo o meu coração, os quais vos apascentarão com ciência e com inteligência.*

Senhoras e senhores,

A curiosidade é a marca da mente sedenta por conhecimento. Sem dúvida, hoje temos inúmeras formas de adquirir o saber, mas os livros ainda são a maneira por excelência para despertar a imaginação. O toque físico nas páginas, o cheiro do papel, a suavidade das páginas dão, literalmente, a sensação de abrir mundos de informações que transportam o extraordinário em suas folhas tão tênues e frágeis.

Nosso novo confrade é um desses amantes de livros, visitador de sebos e descobridor de raridades. Não por acaso, sua biblioteca particular, devidamente catalogada, soma um acervo de cinco mil exemplares de uma diversidade que traduz a alma irrequieta de seu possuidor. E se vão lá colecionados incontáveis, não é por outra razão, sublinho eu, que dá ao ambiente aquele ar do caos ordenado, da cornucópia oferta daquelas obras, como se se tratassem de frutos pendentes de uma árvore generosa qualquer à beira de um caminho, cuja missão não seria outra se não a de saciar os caminhantes.

Talvez por modéstia não ouse dizer-se um bibliófilo (grego: *biblion* - livro e *philia* – amor). Mas o que é um bibliófilo se não um amante apaixonado por livros? Não por acaso tornou-se membro da Confraria dos Bibliófilos do Brasil (CBB), que editam escritores em livros todos feitos à mão, uma arte que tende, se não surgirem outros neófitos para o ofício de cuidar de prática tão altaneira, a desaparecer.

Mas um homem tem muito mais que uma vocação. João se dedica ao estudo – seus vários artigos e ensaios o denunciam – por uma ciência estreitamente relacionada à história: a genealogia. Por que alguém se

interessaria por esta especialidade me parece simples: não existe história, aqui no sentido amplo, que abarque uma população, sem que homens e mulheres protagonizem os atos que forjam as mudanças, as transformações que afetarão, no tempo, incontáveis pessoas.

Em defesa deste conhecimento, que o povo judeu leva muito a sério, tendo possivelmente uma das mais sofisticadas instituições dedicadas a este estudo, padre João afirma em artigo, publicado em *O Estado do Maranhão*, de 28/06/2015: “a ciência genealógica é bastante multifacetada para ser aprisionada no chavão de presunçoso estudo das origens... ela pode servir de auxílio à Antropologia, à Sociologia, à Demografia, à Estatística etc.”

Ainda nessa publicação, padre João ensina, especialmente, a mim que sempre tive grande curiosidade histórica, que a Genealogia “tem importantíssimo papel de revelar modos de configuração e compreensão da organização do corpo social. Tendo em vista que a família é um dos grupos sociais básicos e de grande significação na formação da sociedade, sendo uma das primeiras instituições, senão a primeira, a influenciar as pessoas, é necessário estudá-la e conhecê-la, para que se possa bem compreender as questões sociais.”

A dedicação à área, os escritos sobre o tema e estudos desenvolvidos sobre alguns importantes personagens maranhenses, e mesmo de outros estados do Brasil, o tornaram sócio efetivo da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia (ASBRAP). Entre seus trabalhos, destaca-se a biografia de um personagem importantíssimo para São Luís e o Maranhão, o santo-rei francês Luís IX, em 2013. A obra revela detalhes de um rei convertido, pai dedicado e marido amoroso. Sua dedicação à causa divina custou-lhe a própria vida, mas seu legado de amor e fé chegou até nós. O medo é que faz que não vejas, nem ouças porque um dos efeitos do medo é turvar os sentidos, e fazer com que as coisas pareçam diferentes do que são, grita Dom Quixote, na universal obra de Cervantes. Coragem, destemor e certeza da missão são as heranças que o Santo-Rei perpetua.

Mas devo voltar ao plano de onde parti, pois destacar o homem é, forçosamente, dizer quem é pelo que faz. É aí, na senda da vida, nas relações que estabelece que sua identidade se constrói. A existência se confirma nos interesses e paixões de onde extrai a alegria e sentido para a vida. É como disse o teólogo Tomás de Aquino: “Nenhum homem possui verdadeiramente a alegria, a menos que ele viva apaixonado.”

A Casa de Antônio Lopes recebe um homem que se define como alguém cuja paixão é Deus, a família sanguínea, a família que o sangue de Cristo lhe deu, a Igreja, nessa ordem. Ouviu o conselho da Circe-vocação para não sucumbir ao canto da Sereia-Mundo, tapando os ouvidos, tal

como Ulisses, para enfrentar e vencer a jornada. Neste mister, cuida de sua paróquia de periferia, como diz, com uma igreja matriz e doze capelas. Cinco missas aos domingos, além dos batizados. Vive pela esperança imorredoura tal qual o Evangelho propõe. O filósofo contemporâneo André Comte-Sponville resume bem esse desafio: A esperança é, contrariamente, ao lugar-comum, segundo o qual não se poderia viver sem esperança, a maior das adversidades, porque ela é, por natureza, da ordem da falta, da tensão insaciada.

Como clérigo, João divide seus dias ainda entre os cuidados individuais, que implicam visitas a doentes, audições, ensino e cuidados administrativos. Nesta faina recompensadora ensina e, diz, ser ensinado pelo povo. Eis um pleito prático de pleno respeito à sabedoria popular, que é fundada na experiência do dia a dia.

Esta e outras qualidades suas já assinaladas, ampliam o escopo perseguido por esta Casa do saber, não por sua profissão – chamemos assim –, mas pela fascinante diversidade de linhas de abordagem que seus estudos trazem ao Instituto.

Pascal, *em Pensamentos, reflete a difícil dicotomia daqueles que abraçam a fé como ofício, plenamente cognoscível por aqueles que compreendem seu chamado: “Conhecemos, pois, a existência e a natureza do finito, porque somos finitos e extensos como ele. Conhecemos a existência do infinito e ignoramos sua natureza, porque ele tem extensão como nós, mas não tem limites como nós. Não conhecemos, porém, nem a existência nem a natureza de Deus, porque ele não tem extensão nem limites. Mas, pela fé, conhecemos sua existência; pela glória, conheceremos sua natureza”*.

Ao final de tudo, e especialmente aos que creem, aos que caminham, como se no deserto da Península do Sinai estivessem, a aspirar a chegada a um lugar de descanso, um lugar para se realizar a verdadeira feição de povo e de si mesmo na relação com o Todo Poderoso, fica a palavra da poetisa mineira Adélia Prado em seu poema “Artefato nipônico” no qual ensaia um haicai: A borboleta pousada / ou é Deus / ou é nada.

João Rezende não chega só a esta casa. A Providência cuidou para que outros homens que com ele comungam laços sanguíneos e afetivos aqui, um dia, também estiveram envolvidos no sagrado ofício de cultivar o conhecimento. Falo de Thucydides Barbosa, que foi o primeiro homem a ocupar a cadeira de número 35, irmão de Antônio Barbosa, bisavô de nosso mais novo confrade.

Thucydides Barbosa é, portanto, tio-bisavô de João Rezende Filho. Era intelectual de renome, pesquisador dedicado e autor de várias obras que registram a história de Balsas, cidade que escolheu para amar e servir, onde também exerceu mandato de prefeito. Foi ainda deputado,

empresário do jornalismo, incentivador de ligas esportivas, difusor de tecnologia. Viveu para honrar e dignificar a região que o acolheu como filho.

Domingos Castro Perdigão, patrono da cadeira de número 35, por sua vez, inscreveu seu nome entre os notáveis do Maranhão por um feito extraordinário. A exemplo daqueles que enxergam o invisível, como bem sintetiza Saint-Exupéry, foi um dos incentivadores e criadores da Faculdade de Direito do Maranhão. Político, jornalista, crítico de teatro, era rebelde por vocação. Assumiu a liderança da Revolução de 30 em nosso Estado, aliou-se aos integrantes do movimento tenentista, marcando nossa história com sua coragem e bravura.

Senhoras e senhores,

Os joões que inscreveram seu nome no Cristianismo estão hoje representados nesta data pelo João do Maranhão. Porque coube a este amável João a graça de lhes seguir a jornada de fé, de amor e devoção pela causa divina. De renúncia a si mesmo, às paixões mundanas e à tentação de galgar postos mais elevados fora da dedicação ao Evangelho.

Invoco novamente a memória de São Paulo. Educado aos pés de Gamaliel, versado em todas as ciências de sua época, citava os poetas gregos com intimidade. Conhecia de história, filosofia, direito, política. Na estrada de Damasco, o chamado celestial converte um Saulo perseguidor em um Paulo evangelizador. Todo o arcabouço que o acompanhava foi seu guia nas viagens missionárias. Pregou para reis, sacerdotes e estruturou a teologia da Igreja milenar.

João, como Paulo, trouxe para a vida clerical vasto conhecimento que, contrito, dedicou à Santa Madre. Ao mesmo tempo, assenta à mesa do banquete da Sabedoria e dela se fez comensal cotidiano. Se o outro João descreveu o mistério divino do Verbo que se fez carne e habitou entre nós, cheio de graça e de verdade, nosso novel confrade João muito nos honrará com seu saber, trazendo suas indagações e descobertas acerca das sagradas escrituras e também de milhares de outros escritos filosóficos, jurídicos, poéticos.

E, se àquele João coube o privilégio de narrar os últimos acontecimentos da humanidade registrados em seu cativeiro na ilha de Patmos, no livro que encerra o cânon bíblico chamado de Apocalipse, ao nosso João caberá a tarefa de, com a intimidade de quem transita em santos lugares, discorrer conosco o maná que lhe foi confiado, partilhar o pão do saber que aqui também é fabricado com esmero.

O Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão se engrandece mais uma vez nesta noite. Recebe um homem de Deus. Um homem da fé. Ouso ainda fazer outra referência: Aos pés da cruz, recebeu o apóstolo João a missão de cuidar de Maria, a mãe de Jesus. Recebei esta Casa, novel confrade, com o mesmo zelo, cuidado e amor. Somai conosco o zelo pelas palavras, pela história, pela geografia, pelo conhecimento humano que perpassa nossa existência e que serve de guia para os que depois de nós virão. Cuidai de valores aqui cultivados que são eternos, não obstante nossa perecível estrutura humana. Alimentai vossa alma com o amor que aqui tecemos na urdidura dos fios dos dias certos, contados, finitos. E continuai a viver, como viveis, conforme nos ensina São João da Cruz, outro João poeta: Para chegar a ser pleno é preciso antes de tudo deixar-se ficar completamente vazio.

Sejais recebido como filho dileto!

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MARANHÃO

Discurso de Posse Francisco Roberto Brandão Ferreira

CADEIRA Nº 38

Patrono: Antonio Batista Barbosa de Godóis

Ocupante: Francisco Roberto Brandão Ferreira

Primeiro agradecer a DEUS, o nosso Grande Arquiteto do Universo por nos propiciar este momento.

Agradecer a confreira e Madrinha Professora Madalena Neves, que nos convidou e apresentou a este conceituado Instituto.

Agradecer também aos meus familiares, em especial meu pai Odon Alves Ferreira (in memoriam), a minha mãe Zenaide Brandão Ferreira, a minha esposa Maria de Nasaré Oliveira e aos meus filhos Mauricio, Adriano e Roberto pelos incentivos, e também aos meus irmãos, tios e primos pelo apoio.

Saudação aos amigos servidores do Instituto Federal do Maranhão que nos ajudou diretamente na organização deste evento, aos confrades da Academia Maranhense de Letras, aos irmãos da Ordem Maçônica e a todos os amigos que sempre nos apoiaram em nossos projetos.

Saudação e Agradecimento especial ao presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, José Augusto Oliveira, bem como aos demais confrades e confreiras do IHGM.

Antonio Batista Barbosa de Godóis, identificado como um dos grandes intelectuais maranhense. Nasceu em São Luís no dia 10 de novembro de 1860, estudou inicialmente com o professor Raimundo Joaquim Cesar, um dos mais notáveis e distintos educadores da época, para depois ingressar no então Liceu Maranhense. Teve, entre seus autores de maior preferência, Shakespeare, Goethe, Vitor Hugo, dentre outros, se envolvendo em grande demasia com o movimento cultural Decadentista, na tentativa de elevar o Maranhão que fez da sua residência, no final do século XIX para o início do século XX, um grande centro de produções e reuniões literárias. Percebe-se aqui o seu espírito de luta pela causa maranhense ainda mais quando sabemos que seu pai, João Batista de Godóis, originava-se de uma família – a Barbosa de Godóis -, que além de muito conhecida era atuante nas questões políticas na Província.

Antonio Barbosa de Godóis formou-se em Direito pela Faculdade do Recife em 1884 (atual Faculdade de Direito da UFPE), e evoluiu em inúmeros projetos no campo profissional. Regressou a sua terra São Luís, exerceu as funções de procurador da Justiça Federal no Maranhão. Educador de indiscutíveis e admiráveis méritos, merecendo atenção especial o vanguardismo de suas idéias didático-pedagógicas, se destacou dentro dos limites provinciais, conforme afirmou Mário Meireles na sua História do Maranhão.

Antonio Barbosa de Godóis como integrante desse ciclo literário, o Decadentismo, caracterizou-se pela reação ao êxodo de grandes valores da fase antecedente. Propõe restabelecer no Maranhão, os foros da cultura ateniense. E como instrumento desse processo, para encorajar a geração e atingir o objetivo e, aliado a intelectuais de expressão que então se empenhavam em resgatar a cultura e a literatura maranhense, fundou-se, em agosto de 1908, a Academia Maranhense de Letras, sendo Barbosa de Godóis um dos fundadores.

No Maranhão, além de Procurador Público, foi jornalista, professor, escritor, poeta e político. Demonstrou eficiência nos diversos aspectos, entretanto, sua dedicação maior centrou-se no Magistério, no qual teve brilhante atuação como professor e maior destaque quando lecionou a cadeira de História e Instrução Cívica, escritor de livros didáticos e inúmeras obras da área educacional e, nos cargos de confiança, como o de Diretor da Escola Modelo Benedito Leite e da Escola Normal. Na primeira, prestou seus serviços gratuitamente. Assim sendo, no contexto educacional, foi considerado um verdadeiro apóstolo da instrução. A sua biografia obedeceu a duplo serviço: às letras e à educação por defender a idéia de que não se poderia abraçar a literatura numa sociedade de analfabetos.

Ainda hoje, com muita razão, o nome de Barbosa de Godóis é reconhecido, sobretudo no ensino. Por exemplo, aqui no bairro do Monte Castelo, funciona uma escola pública estadual que tem o seu nome: Unidade Integrada Barbosa de Godóis.

Em relação às outras atividades aqui referidas, afirmamos a sua eficiência tanto na área do jornalismo, onde costumava assinar com o pseudônimo de Franklin de Meneses, quanto na política. E aproveitamos para lembrar um fato que aconteceu em 1897, entre ele e Benedito Leite, quando este, bastante insatisfeito, contestou através da tribuna da Assembléia Legislativa, às críticas que Godóis lhe fizera no jornal, tendo com isso rompido uma antiga amizade cujas raízes vinham desde os bancos escolares e acadêmicos. No entanto, Barbosa de Godóis, de firme

personalidade, soube conciliar a situação e não deixou de ser útil quando o seu antigo companheiro recorreu aos seus serviços, no período de transição para o século XX e lhe concedeu a direção da Escola Normal e da Escola Modelo. Nesta oportunidade, Godóis se imortalizou com a promoção da reforma educacional na primeira, e a funcionamento da segunda.

Vale destacar que na política, Antonio Barbosa de Godóis não se restringiu ao papel de ardoroso defensor da República, pois em 1889, foi vice-presidente da Província e depois em 1891, vice-governador do Estado e exerceu mandato de Deputado Estadual e mais tarde candidato a Senador.

Sua grande obra literária “História do Maranhão” que merece referência foi escrito em dois volumes. Seu maior objetivo, ajudar os alunos da Escola Normal, devido a escassez de fontes e dificuldade de literatura para este fim. Pelo que se viu, foi uma das produções de maior apelo e grande procura em nosso Estado. Pois ainda hoje, a obra é valiosa e muito rara e não há registros que tenha sido reeditada.

Outras produções desse destacado escritor, tais como: Instrução Cívica (1900), Escrita Rudimentar (1904), A memória do Dr. Benedito Leite (1905), O Mestre e a Escola (1911), Higiene Pedagógica (1914), Os ramos da educação na Escola Primária (1914).

O livro à memória do Dr. Benedito Pereira Leite, além de homenagem especial, é reconhecimento ao estadista que dispensou cuidados especiais à educação segundo se concluiu da leitura do oferecimento ao governador Luís Domingues, assim transcrito:

“Domingues:

É este o primeiro exemplar que sai das oficinas, do livro O mestre e a escola, cuja publicação na Imprensa Oficial permitistes que continuasse.

Cabe-te ele de direito e espero que o aceites.

Escrito as pressas, num tempo muito limitado e até quase sem previa disposição da matéria dos seus capítulos, ele concentra o seu merecimento, se algum possui, em dar a conhecer, fora daqui, a quem o lê, a nossa adiantada organização escolar.

E, por esse modo, presta, ao mesmo tempo, merecida homenagem à memória do nosso pranteado amigo Benedito Leite, a cuja feliz iniciativa e enérgica decisão se devem o desenvolvimento que a instrução pública adquiriu em nossa terra, nos últimos anos.

Do muito amigo AB de Godóis

São Luís, 31/01/1911”

Acrescenta-se ainda que Barbosa de Godóis, tendo em vista o seu dom poético, concorreu e saiu vitorioso na composição da letra do Hino Maranhense, cuja música é da autoria de Antonio Rayol. Desse poema cívico transcrevo apenas as duas primeiras das sete estrofes:

“Entre os rumores das selvas seculares/Ouviu-se um dia, no espaço azul vibrando/O troar das bombardas nos combates/E após, um hino festival soando.

Salve Pátria! Pátria amada!/Maranhão, Maranhão, berço de heróis,/Por divisa tens a gloria,/Por numes nossos avós!”

Após a sua aposentadoria, transferiu-se para o Rio de Janeiro mais precisamente no bairro do Engenho Novo onde continuou trabalhando com sucesso na imprensa local. Veio a falecer no Rio de Janeiro em 04 de setembro de 1923, onde já viúvo deixou sete filhos.

Eis o maranhense que não só honrou a tradição literária de sua terra, como deixou uma herança notável através de suas obras.

Muito Obrigado!

São Luís, 18 de outubro de 2018

Francisco Roberto Brandão Ferreira

DISCURSO DE SANATIEL DE JESUS PEREIRA POR OCASIÃO DE SUA POSSE NA CADEIRA DE Nº 7, PATRONEADA POR DOM JOÃO DE SOUSA FERREIRA

Sanatiel de Jesus Pereira

Senhor Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão - IHGM
JOSÉ AUGUSTO SILVA OLIVEIRA

Senhor Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão - IHGM
EUGES SILVA DE LIMA

Senhora Secretária do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão - IHGM
MARIA GORETTI CAVALCANTE DE CARVALHO,

Autoridades que aqui se fazem presentes,
Famíliares, amigos e convidados,

Senhoras e Senhores,

Antes de tudo, gostaria, inicialmente, de dizer que me sinto honrado, e agradecer ao Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão – IHGM, na pessoa do seu atual presidente, Dr. José Augusto Silva Oliveira, que fez com que a minha candidatura fosse aceita, consoante unânime decisão, em Assembleia Geral Ordinária deste Instituto, e me recebessem, nesta magna cerimônia, para fazer parte desta sociedade, na qualidade de Sócio Efetivo.

Perguntando ao notável escritor espanhol J.J. Benitez – mundialmente conhecido pelas suas obras sobre os fundamentos da religião católica, autor da coleção *Operação Cavalo de Troia* –, em um dos seus lançamentos, na cidade de Curitiba, no Brasil, se seus livros eram *inspirados, ele me olhou espantado, sem saber bem o que dizer.*

Insistindo, perguntei o que a Igreja achava da obra e do seu conteúdo, e novamente outro silêncio. E novo olhar de espanto ele transmitia à sua intérprete, que lhe comunicava em espanhol o que eu lhe perguntava em língua portuguesa. E sem dar qualquer importância para o seu silêncio, continuei buscando respostas para perguntas que ele não apresentava nas páginas dos seus intrigantes livros. E não foram poucas as perguntas que ele teve de ouvir de seu assíduo leitor brasileiro.

Em dado momento da nossa conversa, ele me perguntou, em espanhol: “O Cristo é cósmico ou terrestre?”. Por ter lido todos os 7 volumes, naquela época publicados, da sua fantástica obra, compreendi até aonde ele queria chegar com a sua intrigante pergunta. Então, finalmente, olho no olho, desabamos debaixo de uma contagiante, mas discreta, risada. Acredito que, do grupo que nos observava, ninguém entendeu nada, inclusive a sua própria intérprete, que olhava ansiosa querendo entender o que se passava. Depois, vieram as fotos sorridentes e inesquecíveis, e o oferecimento carinhoso do livro que lançava. Enquanto travávamos o nosso debate, a fila de admiradores da sua obra, à espera de um autógrafo, chegava a diversos quarteirões da livraria Curitiba, logo ali na Boca Maldita, início da Rua das Flores, enquanto sobre a nossa cabeça um violinista teimoso tocava *Ode à Alegria*, de Beethoven.

Mas o que é um *livro inspirado*?

Dizem que um livro é inspirado quando a sua elaboração foi realizada sob um influxo sobrenatural de Deus e, dessa maneira, todo o escrito é verdadeiramente revelação divina ou Palavra de Deus. Dessa forma, quando se diz que os livros bíblicos são inspirados, quer-se expressar que a própria Palavra de Deus nos chega através das palavras humanas. Dizem que os livros inspirados ensinam a *Verdade*. Parte-se, portanto, do princípio de que a *verdade* do livro sagrado provém da veracidade – Deus, que a inspirou como autor principal.

Conta a literatura que *Heródoto* foi um geógrafo e historiador grego, nascido no século V a.C. em *Halicarnasso* (hoje *Bodrum*, na Turquia). Foi o autor da história da invasão persa à Grécia nos princípios daquele século, conhecida simplesmente como *As histórias de Heródoto*. *Heródoto* é considerado o primeiro historiador, tanto na antiguidade como atualmente.

Antes de *Heródoto*, tinham existido *crônicas* e épicos, que também haviam tentado preservar o conhecimento do passado. Mas *Heródoto* foi o primeiro não só a registrar o passado, como também a considerá-lo um *problema filosófico* ou um projeto de pesquisa que podia revelar conhecimento do *comportamento humano*. Dizem que ele concebeu a sua História como um meio de evitar o esquecimento daquilo que devia ser recordado. Mesmo assim, os historiadores, através das épocas, realizam regularmente um *exame crítico do passado e dos fatos supostamente acontecidos, contados por Heródoto*. Mas o pai da historiografia assim se expressa em sua própria defesa: “*Realmente, ignoro se isto é verdade, simplesmente registro o que relatam*”.

No décimo oitavo capítulo do Evangelho de João, no Novo Testamento da Vulgata, encontramos um diálogo entre Pôncio Pilatos e

Jesus, no qual entra a palavra *verdade* como ponto culminante do diálogo entre o governador romano da Judeia e o Messias.

“Pilatos, pois, tornou a entrar no pretório, chamou a Jesus e perguntou-lhe: *És tu o rei dos judeus?*

Respondeu Jesus: *Dizes isso de ti mesmo, ou foram outros que to disseram de mim?*

Replicou Pilatos: *Porventura sou eu judeu? O teu povo e os principais sacerdotes entregaram-te a mim; que fizeste?*

Respondeu Jesus: *O meu reino não é deste mundo; se o meu reino fosse deste mundo, pelejariam os meus servos, para que eu não fosse entregue aos judeus; entretanto o meu reino não é daqui.*

Perguntou-lhe, pois, Pilatos: *Logo tu és rei?*

Respondeu Jesus: *Tu dizes que eu sou rei. Eu para isso nasci, e para isso vim ao mundo, a fim de dar testemunho da verdade. Todo aquele que é da verdade ouve a minha voz.*

Perguntou-lhe Pilatos: *Que é a verdade?*

E dito isto, de novo saiu a ter com os judeus, e disse-lhes: *Não acho nele crime algum.*”

Acredito que, antes de Jesus, o homem mais importante para a construção do mundo ocidental em que vivemos foi o filósofo Platão. Ele deu partida para uma nova era, que fez a humanidade esquecer tudo o que havia existido antes. Ele tirou o homem da escuridão da caverna para espiar, ver, do lado de fora, aquilo que poderia ser a *verdade*.

A origem da palavra *verdade* é um mistério de interpretações. O notável filósofo franco-argelino Albert Camus, em sua obra *A Queda*, na boca de um personagem, prediz: “Que importa, afinal? *As mentiras* não conduzem finalmente ao *caminho da verdade?* E minhas histórias, verdadeiras ou falsas, não tendem todas ao mesmo fim, não têm o mesmo sentido?”.

Jesus de Nazaré já havia arrematado essa questão há milênios, quando disse, no décimo-quarto capítulo do Evangelho de João, ao apóstolo Tomé: “Eu sou o *caminho*, a *verdade* e a *vida!*”. E poucos até hoje entenderam a metáfora!

A palavra grega para *verdade* é *alētheia*, que significa literalmente *desesconder* ou *esconder nada*. Ela transmite a ideia de que *averdade* está sempre disponível, aberta e acessível para que todos a possam *ver*, sem nada estar escondido ou obscuro. Mas – alguém avisou lá na frente – somente para aqueles que têm olhos para *ver*. Portanto, a *verdade* está visível àqueles que não são cegos!

Senhoras e Senhores, Distintos Acadêmicos

O Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) foi criado em 1838, em assembleia da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, por uma proposta de dois homens poderosos daquela época, do Cônego Januário da Cunha Barbosa, religioso brasileiro, e do Marechal Raimundo José da Cunha Matos, militar português, reunindo em seus quadros a nata da sociedade e da intelectualidade da época. Os maranhenses Manuel Odorico Mendes e Joaquim Vieira da Silva e Sousa, apesar de não constarem da lista como fundadores, fizeram parte do primeiro grupo que compôs os sócios do IHGB. Antônio Gonçalves Dias, que adentrou o Instituto em 1847, possuía nessa época somente 23 anos de idade, um recorde, conforme a minha pesquisa, ainda não superado por nenhum outro sócio até os dias de hoje.

Em março de 1839, o Instituto recebeu o Patronato do Imperador D. Pedro II, que além de seu protetor, com o desenrolar do tempo, e das circunstâncias, foi se tornando um dos mais ativos membros, presidindo, dessa forma, centenas de sessões.

O IHGB foi criado com duas diretrizes centrais para seus trabalhos: *a coleta e publicação de documentos relevantes para a História do Brasil e o incentivo, ao ensino público, de estudos de História.*

Pela preocupação primária de fazer escrever verdadeiramente a história do Brasil, em 1940 o IHGB, depois de uma longa discussão, promoveu um concurso destinado a premiar a melhor maneira de se escrever sobre *História do Brasil*.

Havia alguma importância para se verificar isso naquela época? Sim! Sempre foi importante saber como escrever ou reescrever a História. Vivemos em um tempo de mudanças – tal qual aquelas que se estavam operando no Segundo Reinado. Contar a *verdade* é um grande desafio para o historiador de hoje, quando as nossas decisões nacionais passaram a ser vinculadas em nível planetário. Decidir o que escrever sobre os fatos e os personagens que compõem a história de hoje é um grande desafio para o historiador deste tempo de crise.

Mas essa preocupação de como escrever – *verdadeiramente* – a História partiu, de fato, deles? Não! Não senhores, era o espírito de *Heródoto*, que vagueia sobre os séculos e milênios, ativando o *caráter* daqueles que postulam escrever sobre a História, a Geografia, os costumes e as tradições de qualquer povo sobre a face da Terra.

Senhoras e Senhores, Distintos Acadêmicos

O Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM) foi fundado em 1925 por um grupo de dez homens que viveram em um dos

períodos mais importantes da História do Brasil: a dissolvência do Império e o início do regime republicano. O Maranhão nessa época já era um celeiro de intelectuais influentes que andavam pelo mundo divulgando as suas obras. Aliás, as obras desses notáveis maranhenses há muito andavam pelo mundo divulgando os intelectuais, deste lado do equador, do nosso país. Foi um ciclo que faz parte da linha do tempo da historiografia e da literatura maranhense. Nele encontramos expoentes como José Ribeiro do Amaral, escritor e historiador, e Justo Jansen Ferreira, doutor em medicina, professor do Liceu Maranhense, homem de grande cultura, sócio correspondente de várias associações científicas estrangeiras, como a Societé de Astronomie, de Paris, e a Sociedade de Geografia, de Lisboa. Foi presidente do IHGM, de 1925 a 1929.

Os objetivos do IHGM são amplos e fabulosos. *Estudar, debater e divulgar* questões sobre História, Geografia e Ciências afins, referentes ao Brasil e, especialmente, ao Maranhão. *Cooperar* com os poderes públicos que visem ao engrandecimento científico e cultural do Estado. *Defender e velar* o Patrimônio Histórico do Maranhão. *Estimular* o estudo da História, da Geografia e das Ciências afins em todo o país, particularmente neste Estado.

Senhoras e Senhores, Distintos Acadêmicos

O patrono da cadeira 7, da qual hoje me emposso, foi Dom João de Sousa Ferreira. As notícias do meu patrono vêm de Mário Martins Meirelles, sócio honorário do IHGM. Dom João de Sousa nasceu na Vila de Bastos, Portugal. Presbítero da Ordem de São Pedro. Foi Provedor da fazenda de Ausentes do Grão-Pará. Deixou escritos: “América abreviada, suas notícias e de seus naturais, em particular do Maranhão, títulos, conteúdos e instruções à sua conversão e argumentos mais justos – 1693”; “Noticiário Maranhense”. Descrição do Estado do Maranhão comentando o tempo em que se descobriu o Estado e também de onde vêm suas riquezas e notícias que presentemente temos e muito mais que não conhecemos, como se pode argumentar, sua capacidade: d’onde vieram os moradores índios deste estado, e outras peregrinas circunstâncias.

A minha antecessora é a professora Iva Souza da Silva, nascida na cidade de Itapecuru-Mirim, berço dos maiores gênios maranhenses, com especial atenção ao grande matemático brasileiro Joaquim Gomes de Souza, figura lendária, em cuja residência dos seus pais em São Luís hoje funciona o Museu Histórico e Artístico do Maranhão, na Rua do Sol.

Seus primeiros estudos foram na *Escola Dr. Paulo Ramos*, em Rosário, cidade à beira do rio Itapecuru, para onde seus pais migraram em busca de melhores oportunidades para o trabalho na terra. Concluiu

o ensino secundário no *Colégio Rosa Castro*, para prestar vestibular para *Pedagogia*, na Universidade Federal do Maranhão.

Depois de formada, teve uma vida agraciada com grandes oportunidades para exercer o seu talento na área de Educação. Foi diretora do *Colégio Adventista*, na Rua dos Afogados; foi diretora do *Centro de Estudos Supletivos do Maranhão*; foi diretora do *Centro Médio Merval Lebre Santiago*. Além desses cargos, ainda lecionava no Ensino Fundamental e Médio.

Foi diretora assistente do *Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais (CECEN)* na *Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)*, onde acumulou o cargo de chefe do *Departamento de História e Geografia*. Foi professora de diversas disciplinas, como Psicologia da Educação, Psicologia Geral, Sociologia Geral, História da Educação e Filosofia da Educação. Participou de diversas bancas de monografia de graduação e pós-graduação, de processos seletivos para professores, além da orientação de mais de uma centena de monografias de graduação.

A professora Iva Souza possui *mestrado em Ciências da Educação*, pelo *Instituto Pedagógico Latino-Americano e Caribenho (IPLAC)*, em Cuba. Em 2000, sob a orientação do Dr. Luís Carlos Batista Rosabal, defendeu a sua dissertação, cujo título era: *A preparação pedagógica do professor e sua influência sobre a aprendizagem dos alunos nas unidades Felipe Condurú e Santa Teresa*. Não temos dúvida de que foi e continua sendo um exemplo de mulher notável e dedicada ao trabalho intelectual do nosso tempo.

Neste momento, apesar de tudo, percebo, pelos sinais deixados pela professora IVA, que estou no caminho. Fez o curso secundário no *Colégio Rosa Castro*, uma educadora são-bentuense notável; defendeu a sua dissertação sobre alunos do *Colégio Dom Felipe Condurú*, um religioso são-bentuense, que fez escola, e escreveu livros, patrono da Academia Sambentuense, da qual sou membro fundador. São muitas pegadas para este postulante a sócio desta Instituição que me recebe. Não tenho dúvida de que estou no caminho.

Mas tenho que lhes confessar uma coisa. Se ouvisse os conselhos do meu mestre literário *Aldous Huxley*, não estaria aqui hoje e em tempo algum. Devemos à insistência amorosa da professora mestra Maria Esterlina Melo Pereira, que, antevendo o meu dom para a pesquisa, nunca se cansou de convencer-me a estar hoje aqui como postulante deste Instituto. A ela, toda honra e toda glória! Vivas a ela!

Aldous Leonard Huxley foi um escritor inglês dos mais talentosos. Passou parte da sua vida nos Estados Unidos, e viveu em Los Angeles de 1937 até a sua morte, em 1963. Ele publicou mais de vinte livros, entre

romances, contos, poesias, e conquistou três prêmios internacionais. Mais conhecido pelos seus romances, como *Admirável Mundo Novo* e *Sem Olhos em Gaza*, e diversos ensaios, como *A Arte de Ver*, *A Filosofia Perene* e *As Portas da Percepção*, sempre tratando dos limites do entendimento humano.

No meio do caminho, ele foi fazendo a minha cabeça e instituindo-me à condição de inquiridor e incrédulo daquilo que os outros escrevem: “O charme da história e sua lição enigmática consiste no fato de que, de tempos em tempos, nada muda e mesmo assim tudo é completamente diferente”. “Da sua experiência ou da experiência gravada de outros (história), os homens aprendem somente o que suas paixões e seus preconceitos metafísicos lhes permitem”. “Talvez a maior lição da história seja que ninguém aprendeu as lições da história”. “Uma verdade sem interesse pode ser eclipsada por uma *mentira* emocionante”. “Quando não se tem o hábito da história, os fatos relativos ao passado parecem quase sempre inacreditáveis”. “Nunca é igual saber a *verdade* por si mesmo e ter de a ouvir por outro”. “A história é uma farsa”.

Viva com isso! Nem Tomé tinha esses preceitos dentro de si.

Senhoras e Senhores, Distintos Acadêmicos

O antigo palacete de três andares, construído na mais requintada arquitetura colonial, com cantarias esculpidas em seus vãos de portas e janelas externas, existente na antiga Rua Formosa, na saída do Largo do Carmo, construído pelo pai do político, escritor e jornalista Benedito Leite, em 1813, estava há mais de 25 anos abandonado. Esse casarão é um dos mais belos e importantes que existem em São Luís. Esse prédio foi a sexta sede do Superior Tribunal de Justiça do Maranhão, e depois foi o local onde funcionou o jornal *O Imparcial* nos anos de 1967 a 1992. Esse prédio não ruiu porque Deus não quis e porque foi bem construído.

A casa azulejada com mirante onde morou Emílio Azevedo, na Rua do Sol, nem Deus nem a bela construção impediram que o homem predador e inconsciente a transformasse em um vil estacionamento de veículos, destruindo a parte interna do imóvel e toda a memória que ali se encontrava depositada.

Parafraseando Huxley: “Em tempos normais, nenhum indivíduo são pode concordar com a ideia de que os homens são iguais”.

Amanhã, como procederão os escribas do tempo para escrever a história? Irão dizer que os poderes públicos – não reconhecendo o valor histórico dos prédios, não protegendo o patrimônio da humanidade –, deixaram que eles fossem corroídos pelo tempo ou saqueados como uma obra vulgar?

Parafraçando novamente Huxley: “Em tempos normais, nenhum indivíduo não pode concordar com a ideia de que a história conta a *verdade*”.

Senhoras e Senhores, Distintos Acadêmicos

Agradeço, sinto-me honrado, pela oportunidade de fazer parte desta Casa, onde habitam não só as memórias do passado, mas também os espíritos valentes daqueles que dedicaram a vida no propósito de deixar depositado, no substrato de papel, o que viram e até o que não viram, na esperança de que aqueles que habitarem o futuro não venham a cometer os mesmos erros.

Estou aqui, neste momento, para dizer que trilharei dentro deste Instituto no caminho da verdade e da vida.

Muito Obrigado.



INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MARANHÃO

DISCURSO DE POSSE

NA PRESIDÊNCIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MARANHÃO

JOSÉ AUGUSTO SILVA OLIVEIRA

*Asseguro-lhes que, atento ao antigo preceito latino,
garantia de boa acolhida da opinião, serei breve.*

Cumprimentos à mesa da presidência.

A meus Familiares, que me dão o alento da vida e da esperança, e me honram com suas presenças, comparecendo a esta solenidade.

À generosa Família do Rotary Clube, que me deu braços alargados para servir, servir sempre, sem interesses.

Aos Professores da Universidade Estadual do Maranhão, que aqui se fazem presentes.

Amigos são a família que podemos escolher e eu tive a grande oportunidade de construir uma família de amigos. Agradeço o entusiasmo, a prestimosidade e a presença de todos.

Prezados confrades, caríssimas confreiras,

É com profundo senso de responsabilidade que eu, também em nome dos que me acompanham na Diretoria, apresento a todos, os nossos agradecimentos pelo voto de confiança que nos é dado para assumirmos a Direção e conduzirmos os interesses deste sodalício no biênio 2018-2020, quando já nos aproximamos do seu centenário de existência. Aqui estou para receber os desígnios da presidência deste ínclito Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão - IHGM.

Uma distinção que seus ilustres membros me concedem e que tanto me honra! Distinção que superlativa a nossa responsabilidade. Em contrapartida, oxigena o estímulo.

Na melhor tradição da Casa, um associado ascende à presidência. Não por mera rotina. A sábia orientação privilegia a experiência adquirida, a intimidade com a realidade do agir e do administrar. Fundamenta-se na avaliação silenciosa do empenho e do desempenho. No presente caso, segura e fortemente matizada pela generosidade.

Agradeço àqueles que, desde há algum tempo, nos estimulavam a empreender esta caminhada que hoje se fortalece, pelo que então referencio o nome da professora Eneida Vieira da Silva Ostria de Canedo; agradeço a todos com quem trocamos ideias, compartilhamos nossas preocupações, e aos que ainda irão colaborar e iluminar nossa proposta que se tornará Plano de uma Gestão Estratégica para o Instituto, a partir de sua plena aceitação.

É de nosso querer que todos aqueles que sufragaram o nosso nome - os confrades e confradeiras -, também os sócios correspondentes, honorários e beneméritos, e os demais convidados aqui presentes, saibam do compromisso que temos de respeitar o exemplo de operosidade deste Instituto com o estudo e a difusão do conhecimento da História, da Geografia e das ciências afins; na defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Ambiental; na cooperação com os Poderes Públicos, nos projetos e ideais que visem ao engrandecimento científico e cultural, de modo particular, do Estado do Maranhão.

Herança que nos deixaram aqueles que presidiram este sodalício - a quem saberemos engrandecer a importância pessoal e obra; e aqueles que tomaram assento em suas cadeiras ao longo destes quase cem anos - aos quais honraremos o bem feito.

Aos que hoje labutam por sua diligência, louvo os esforços de manter o bom nome e a atitude contributiva para com a cidade de São Luís, o Maranhão e o País.

Aos desafios, propomo-nos a responder com trabalho e respeito aos compromissos assumidos pelo Instituto e com o apoio de cada um e de todos os confrades e confradeiras, realizar uma gestão que seja democrática, transparente, parceira do público e do privado, solidária nas lutas e desejos de cada um e de todos e fraterna e harmônica nas relações internas.

Une-nos a convicção de sermos herdeiros do legado desta Casa!

Alivia-me saber que fui precedido nesta Casa por notáveis presidentes, com menção especial para Justo Jansen Ferreira, o primeiro presidente (1925-1929), que legou a seus sucessores uma conduta

irrepreensível na condução dos destinos desta instituição. Ressalto os nomes daqueles que, defendendo as convicções de seu idealizador e fundador, Antônio Lopes da Cunha, se houveram com desvelo, espírito público, à frente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão – IHGM: José Domingues, João Braulino de Carvalho, Leopoldino Lisboa, Elisabeta Barbosa de Carvalho, Ruben Almeida, José Ribamar Seguins, Jorge Hédel Ázar, Edomir Oliveira Martins, Nywaldo Macieira, Eneida Vieira da Silva Ostria de Canedo, Telma Bonifácio. Quisera ainda celebrar aquele que me antecedeu nesta presidência, professor Euges Silva de Lima. Destes, a partir de hoje, me torno herdeiro de precioso legado.

Peço vênica para externar a minha gratidão pessoal ao Presidente Euges, pela corajosa confiança com que me distinguiu, ao convidar-me para integrar a sua Diretoria. Saibam todos que, do trabalho comum que nos reuniu ao longo do mandato, resultou a sedimentação de uma fraterna amizade que muito me regozija.

Assumo, pois, esta Presidência sob o resguardo do trabalho coletivo. Pesa sobre mim, nestes instantes, o aviso de que responderei, junto com esta Diretoria, e em estreita aliança com todos os Acadêmicos, pelo difícil e digno dever de conduzir a nossa Casa, enaltecendo o Estado do Maranhão, por tê-la como patrimônio do seu povo.

Nesta Diretoria, composta pelos ilustres confrades Euges Silva de Lima, como Vice-Presidente, Maria Goretti Cavalcante de Carvalho, como Primeira-Secretária, Antônio Guimarães de Oliveira, como Segundo-Secretário, José Bello Salgado Neto, como Primeiro-Tesoureiro, Josiel Ribeiro Ferreira, como Segundo-Tesoureiro. E ainda Francarlos Diniz Ribeiro, como Diretor de Patrimônio, Iran de Jesus Rodrigues dos Passos, como Diretor de Serviços de Divulgação. Enriquecida pelo Conselho Fiscal, formado pelos consócios Célio Githay Vaz Sardinha, Arthur Almada Lima Filho, Josefa Ribeiro da Costa, Ronald Pereira dos Santos, José Ribamar de Sousa Almeida e Raul Eduardo de Canedo Vieira da Silva, nesta Diretoria, sim, prevalece o irrepreensível zelo por esta egrégia Instituição, todos a servir de pontes entre tradições quase centenárias e os apelos do futuro. Ouso afirmar que, todos juntos, queremos celebrar o centenário do IHGM em sintonia com a sociedade do Maranhão. Poucas coisas são hoje tão maranhenses quanto esta instituição!

A Diretoria que ora toma posse dará seguimento ao trabalho desenvolvido pelos que nos antecederam, no processo de contínua construção. Para tanto, aberta ao diálogo, espera contar com a colaboração e a participação de todos os integrantes da Instituição, para além de eventuais desencontros e divergências. Não nos esqueçamos de que o Instituto são os associados e de que a Casa é para o Maranhão e para além dele. E, sobretudo, nos ultrapassa.

A missão de cada nova Diretoria implica continuidade e acrescentamento. Tem sido assim. Assim seguirá. Sabemos todos os que navegamos nesses espaços. Sabe-o, o Instituto.

O futuro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão - IHGM de nada valerá se o coração desta Casa de Antônio Lopes não bater no compasso herdado dos antigos, dos nossos patronos, fundadores e antecessores. É o que o reabastece! É o que o singulariza! É nesse ritmo, e nesse rito, na sequência dos exemplos que recebemos dos que zelaram pela Casa, que se construirá um futuro do qual as gerações sucessoras poderão se orgulhar do que fizemos da mesma forma que hoje, no presente, nos orgulhamos do passado. Assim, continuamos e continuaremos, com o coração forte, para continuar escrevendo as páginas de relevantes serviços à Sociedade Maranhense e Brasileira.

Que os ideais de Antônio Lopes da Cunha - patrono do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão -, e dos intelectuais que o fundaram, e de todos os que nos antecederam, seja nosso conforto nessa labuta e que Deus nos abençoe e nos cubra a todos com suas graças.

Obrigado.

OS 95 ANOS DE FUNDAÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MARANHÃO - IHGM

Homenagear uma instituição que marca a história do Maranhão: assim foi a cerimônia que se iniciou com as palestras Políticas públicas para os Institutos Históricos e Geográficos do Brasil, proferidas pelo Prof. Dr. Ronaldo de Brito Poletti e Prof. Dr. Bruno da Silva Antunes de Cerqueira e se encerrou com o lançamento de selo personalizado e o carimbo comemorativo aos 95 anos do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão — IHGM, presidido pelo ex-reitor da Universidade Estadual do Maranhão — UEMA, Professor José Augusto Silva Oliveira.


O evento contou com parceria da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ, chefiada pelo Procurador de Justiça, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, que não pôde comparecer ao evento, sendo representado pela Diretora da Escola Superior do Ministério Público, Promotora de Justiça Karla Adriana Holanda Farias Vieira, dos Correios, que tem como diretor regional Guilherme Campos.

A obliteração foi realizada pelo representante do diretor regional dos Correios, Silvio Eduardo Silva e Silva e pelo presidente do IHGM, José Augusto Silva Oliveira, durante sessão solene que marcou os 95 anos do desta instituição, ocorrida no Centro Cultural do Ministério Público Estadual.








ESCOLA SUPERIOR DE HISTÓRICO GEOGRÁFICO DO MARANHÃO
INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

20/11/2020

SESSÃO MAGNA COMEMORATIVA DOS 95 ANOS DE FUNDAÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DO MARANHÃO

PALESTRANTES: PROF. DR. RONALDO REBELLO DE BRITTO POLETTI
PROF. BRUNO DA SILVA ANTUNES DE CERQUEIRA



